

FUNDAÇÃO  
LUSO-AMERICANA

Actas da Conferência Internacional

# APROXIMANDO MUNDOS

EMIGRAÇÃO, IMIGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO  
EM ESPAÇOS INSULARES



Coordenação  
MARIA LUCINDA FONSECA





FUNDAÇÃO  
LUSO-AMERICANA

Actas da Conferência Internacional

# APROXIMANDO MUNDOS

EMIGRAÇÃO, IMIGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO  
EM ESPAÇOS INSULARES



Coordenação  
MARIA LUCINDA FONSECA

**Este livro tem o apoio de:**

ALTO COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO E DIÁLOGO INTERCULTURAL, I.P.  
CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA  
DIRECÇÃO REGIONAL DAS COMUNIDADES – AÇORES

**EDIÇÃO**

Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento  
[www.flad.pt](http://www.flad.pt)

**TÍTULO**

Aproximando Mundos: Emigração, Imigração e Desenvolvimento em Espaços Insulares.  
Actas da Conferência Internacional

**COORDENAÇÃO**

Maria Lucinda Fonseca

**TRADUÇÕES**

Alexandre Abreu

**REVISÃO**

Paula Vicente  
Sandra Silva

**CAPA**

Ra Atelier

**DESIGN**

Sersilito

**IMPRESSÃO E ACABAMENTO**

Sersilito-Empresa Gráfica, Lda.

**TIRAGEM**

1000 Exemplares

Lisboa, Maio de 2010

**ISBN**

978-972-8654-45-0

**DEPÓSITO LEGAL**

306385/10



## Índice

- 5 **Nota Prévia**  
*Charles Buchanan*
- 7 **Introdução**  
*Maria Lucinda Fonseca*
- 21 **SESSÃO DE ABERTURA**  
*Rosário Farmhouse*
- SESSÕES PLENÁRIAS**
- 27 A geografia, as ilhas e as migrações numa era de mobilidade global  
*Russell King*
- 63 Imigrantes, Turistas e Outros de Fora: “Venha visitar, mas não permaneça”  
– A ameaça de invasão para as sociedades insulares  
*Godfrey Baldacchino*
- 87 As Migrações Internacionais num Mar de Ilhas:  
Desafios e Oportunidades para os Espaços Insulares do Pacífico  
*Richard Bedford | Graeme Hugo*
- 131 Migrações em Espaços Insulares: Testemunhos Açorianos  
*Alzira Silva*
- 139 Migrações, crescimento e envelhecimento demográfico nos Açores  
*Gilberta Pavão Nunes Rocha*

- 155 Transnacionalismo na Comunidade Luso-Americana:  
Redes e Ligações Económicas entre Portugueses e Luso-Descendentes  
Residentes nos Estados Unidos e em Portugal  
*Maria Carolina Marçal*
- 193 Toronto Multicultural e *Little Portugal* (“a Décima Ilha dos Açores”)  
*José Carlos Teixeira*
- 213 Participação política dos Luso-Americanos nos Estados Unidos da América:  
Implicações para os Açores  
*James M. McGlinchey*

## WORKSHOPS

- 231 O binómio insularidade/modernidade – o Bailiwick de Guernsey  
e o “Carro de Jagannath”  
*António Henrique Pontes Tavares*
- 247 Fluxos migratórios e mercados de trabalho locais em espaços insulares:  
O Caso de Zakynthos, nas Ilhas Jónicas (Grécia)  
*Charalambos Kasimis | Apostolos G. Papadopoulos*
- 279 As ilhas como pontos focais no espaço das migrações:  
Práticas transnacionais na emigração açoriana  
*Eduardo Brito Henriques | Alina Esteves*
- 301 Migrações e espaço de oportunidade: uma reflexão sociológica  
*Rolando Lalandia Gonçalves*
- 327 Perspectivas sobre a emigração açoriana no século XIX  
*Carlos Cordeiro | Susana Serpa Silva*
- 347 Emigração açoriana para Curaçau  
*Luiz Nilton Corrêa*
- 361 Dialécticas da mobilidade dos açorianos:  
incorporação em espaços transatlânticos  
*Sandra Roberto*
- 371 Imigrantes nos Açores: Distribuição espacial, situação face ao trabalho  
e aos títulos que habilitam a residir e trabalhar em Portugal  
*Aníbal Pires*
- 387 Estudantes cabo-verdianos nos Açores  
– situação actual e perspectivas futuras  
*Eduardo Costa Duarte Ferreira*
- 407 **ANEXO I** – Nota Biográfica dos Autores
- 413 **ANEXO II** – Programa da Conferência



## Nota Prévia

Charles Buchanan  
*Administrador, Fundação Luso-Americana*

Este Livro apresenta os resultados de uma conferência de grande sucesso realizada nos Açores. A conferência veio destacar os múltiplos benefícios e dificuldades da mobilidade humana de e para os territórios insulares, assim como os impactos dos movimentos migratórios nos países continentais receptores. A Fundação Luso-Americana está orgulhosa de ter apoiado a organização desta conferência, que constitui um marco adicional aos mais de dez anos de implementação de programas de apoio ao estudo das políticas migratórias, dos impactos económicos e sociais dos migrantes, e de apoio às melhores práticas na integração de imigrantes.

Portugal tem sido um país de “encruzilhada” ao longo da sua história, particularmente a região dos Açores, contribuindo com os seus emigrantes para o crescimento de outros países, incluindo o Canadá e os Estados Unidos e acolhendo vagas migratórias com origem fora das suas fronteiras. Portugal tem sido reconhecido na União Europeia como um líder na gestão desses fluxos migratórios e foi elogiado pelas suas práticas de integração inovadoras.

Na última década, Portugal expandiu a sua capacidade de investigação em matéria de migração nas principais universidades e abriu as redes internacionais ao intercâmbio de estudantes, projectos conjuntos, conferências e publicações. Como parte deste processo de aprendizagem, a Fundação Luso-Americana, concedeu apoios à iniciação de novos projectos de investigação com parceiros internacionais, nomeadamente com ligações aos centros de excelência nas universidades de Lisboa, Coimbra e na Universidade Nova de Lisboa. Nos E.U.A têm sido mantidas relações privilegiadas com o *Migration Policy Institute*, em Washington, DC.



Para a Fundação, a recompensa vem ao observarmos investigação de excelência, políticas inovadoras e liderança na gestão dos processos migratórios. Estamos gratos aos nossos parceiros por esta conferência, e reconhecemos o excelente trabalho de organização da Professora Lucinda Fonseca, do Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, e de Paula Vicente aqui da Fundação.



## Introdução

Maria Lucinda Fonseca

*Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, IGOT-UL*

As migrações humanas constituem um fenómeno marcante da história económica e social e do quotidiano de muitas ilhas. Desde as migrações iniciais, de povoamento e colonização, muitos espaços insulares foram amplamente marcados pelos efeitos da mobilidade humana, seja para ilhas mais centrais e mais urbanizadas do mesmo arquipélago (*e.g.* para S. Miguel, no arquipélago dos Açores; para S. Tiago em Cabo Verde; para Tenerife ou Grã Canária, nas Canárias; para Tongatapu no arquipélago de Tonga ou para Viti Levu nas ilhas Fiji) de espaços continentais pertencentes ao mesmo país (*e.g.* madeirenses e açorianos para Portugal continental, antilhanos para a Holanda, naturais da Martinica e de Guadalupe para França), ou para países estrangeiros (*e.g.* malteses para a Austrália e Reino Unido; cabo-verdianos para Portugal; açorianos para o Canadá e Estados Unidos da América; madeirenses para a Venezuela e África do Sul; fijianos para a Austrália ou naturais das Ilhas Tonga para a Nova Zelândia e Austrália).

Frequentemente situadas nas periferias ou ultra-periferias geográficas dos principais centros de poder político e económico, as ilhas são, em muitos casos, lugares de encontro e transição, pontos de apoio nas rotas internacionais de comércio e de circulação de pessoas. Circunscritas a um território limitado e um quadro de relações sociais mais ou menos fechado, estes espaços foram gerando, ao longo do tempo, processos importantes de relações com o exterior que, inevitavelmente, se ampliaram no presente contexto de reforço das interacções globais, no quadro de um mundo globalizado.

Como referem King e Connell (1999), os emigrantes ilhéus, apesar de serem originários de “pequenos mundos”, têm “vidas globais”, mantendo ligações

fortes com a ilha de onde são originários (através de visitas, envio de remessas, apoio a associações locais, relações comerciais entre os locais de origem e de destino, etc.). Deste modo, o capital social das comunidades insulares, incluindo os membros da diáspora, constitui um elemento fundamental da sustentabilidade económica de muitas ilhas, conferindo-lhes a flexibilidade e a capacidade de adaptação necessárias para aproveitar as oportunidades e responder colectiva e eficazmente aos desafios do mundo global (Baldacchino, 2005).

Num estudo recente, Bertram e Poirine (2007) demonstraram que quanto mais pequenas e isoladas forem as ilhas, maior é a necessidade de se abrirem ao mercado global e de se especializarem numa actividade particular, aproveitando novos nichos de oportunidade económica. A este propósito referem o exemplo da transição das Ilhas Caimão e das Marianas do Norte, de economias baseadas nas remessas dos emigrantes e na ajuda internacional ao desenvolvimento, para uma economia de serviços financeiros assente num paraíso fiscal, no primeiro caso, e uma economia exportadora de artigos de vestuário para os Estados Unidos da América, no segundo. Os mesmos autores verificaram também, a partir da análise económica de 69 ilhas e arquipélagos, que o índice de vulnerabilidade económica (uma medida da especialização da actividade económica) apresenta uma correlação positiva (e não negativa) com o rendimento *per capita*.

Não obstante este processo de “recentramento” de algumas periferias insulares, evidente no crescimento económico de regiões como a Irlanda, os Açores e a Madeira e nas transições da emigração para imigração verificadas nas Canárias ou em Chipre, as discussões em torno do desenvolvimento ou dos custos da “perifericidade” não estão ultrapassadas.

Quais os contornos da relação entre emigração e imigração nos espaços insulares?; Qual é – ou pode ser – o papel dos emigrantes e descendentes nos processos de desenvolvimento?; Como se podem implementar estratégias efectivas de desenvolvimento, simultaneamente nos territórios de origem e destino?; Há uma especificidade nas políticas migratórias que envolvem os espaços insulares?; Existem – ou podem vir a existir – projectos comuns de “espaços integrados insulares”, como a Macaronésia, que tenham em conta as migrações? – Estas e muitas outras questões relacionadas com as migrações internacionais e o desenvolvimento de muitas ilhas e arquipélagos, fortemente marcados pelas mobilidades humanas, com destaque para a Região Autónoma dos Açores, foram debatidas durante a conferência internacional **Aproximando Mundos: Emigração, Imigração e Desenvolvimento em Espaços Insulares**, que decorreu em Angra do Heroísmo (Ilha Terceira), em 29 e 30 de Maio de 2008.

Esta conferência, co-organizada pela Direcção Regional das Comunidades (Açores), pelo Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, pela Fundação Luso-Americana e pelo Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, com o apoio da Câmara Municipal de Angra de Heroísmo, surge na continuidade da 11ª Conferência Internacional Metropolis, realizada em Lisboa, de 2 a 6 de Outubro de 2006 e representa um passo importante no aprofundamento da cooperação entre instituições universitárias, governamentais e organizações da Sociedade Civil, em Portugal. Deste modo, este evento contou com a participação de mais de uma centena de congressistas originários de dez países (Portugal, Canadá, Estados Unidos da América, Reino Unido, Nova Zelândia, Cabo Verde, Noruega, Itália, Espanha e Grécia), incluindo académicos, estudantes universitários, decisores políticos, representantes de associações de imigrantes e ainda quadros dirigentes do Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, da Secretaria Regional das Comunidades (Açores) e de outros organismos da Administração Pública Regional e Autárquica.

O programa de actividades da conferência compreendeu dois dias de trabalho intenso, repartidos entre sessões plenárias e *workshops* (Anexo II).

Na sessão de abertura intervieram António Vicente (Fundação Luso-Americana), Maria Lucinda Fonseca (Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa), Luísa Brasil (Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo), Rosário Farmhouse (Alta Comissária para a Imigração e o Diálogo Intercultural), Sérgio Ávila (Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores) e Fernanda Mendes (Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores). A presença de tão destacados representantes do governo central e regional, bem como do parlamento açoriano, do município de Angra do Heroísmo e de uma das mais importantes fundações existentes em Portugal, testemunham a crescente relevância das migrações internacionais na agenda política nacional, em diferentes escalas territoriais de intervenção dos poderes públicos, bem como das Organizações da Sociedade Civil.

A primeira sessão plenária, intitulada “*Migrações, Insularidade e Relações Internacionais*” iniciou-se com uma conferência magistral – “A Geografia, as ilhas e as migrações numa era de mobilidade global” – proferida por Russell King (*Sussex University*, Reino Unido), a que se seguiu um painel de discussão, moderado por Maria Lucinda Fonseca, em que intervieram quatro oradores convidados: Arnaldo Andrade Ramos (Embaixador de Cabo Verde em Lisboa); Helena Calado (Universidade dos Açores); José Itzigsohn (*Brown University*, Estados Unidos da América) e Carolina Marçalo (ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão de Lisboa).

Russell King analisou a evolução do papel das ilhas no actual contexto de globalização e de crescente diversificação das motivações e dos regimes temporais e espaciais das migrações. Após algumas reflexões sobre o “estado da arte” dos estudos sobre ilhas e migrações, tomando como referência os casos de Malta e Chipre, o autor apresentou dois cenários para a futura agenda de investigação sobre ilhas e migrações, na era da globalização: i) o papel das ilhas como “laboratórios microcósmicos” para o estudo dos diversos tipos de migrações e processos migratórios, bem como da forma como os distintos grupos de migrantes e turistas interagem entre si e com a população autóctone; ii) a crescente importância geopolítica de algumas ilhas do Mediterrâneo e do Atlântico enquanto pontos estratégicos das rotas da imigração clandestina para a União Europeia.

No painel que se seguiu à conferência de abertura, Arnaldo Andrade Ramos discutiu a relação entre migrações e desenvolvimento em Cabo Verde. Após uma reflexão sobre o papel das migrações na construção da identidade cabo-verdiana, analisou os ciclos da emigração do arquipélago nos séculos XIX e XX para, finalmente, se debruçar sobre os desafios que o reposicionamento do país no sistema das migrações internacionais, nomeadamente o papel da diáspora Cabo-verdiana no desenvolvimento das ilhas e na participação política nacional.

Helena Calado introduziu uma perspectiva nova e de crescente relevância nos estudos migratórios, reflectindo sobre a importância cada vez maior das deslocações de população provocadas por eventos climáticos extremos, desastres naturais e catástrofes ecológicas. As regiões insulares, pelas suas dimensões, características litológicas, estrutura geotectónica, topografia e condicionantes de natureza hidrogeológica, apresentam maior vulnerabilidade resultante dos impactes das alterações climáticas. Após uma análise global deste fenómeno, a autora abordou o caso particular das ilhas da Macaronésia, alertando para a necessidade de se promover a investigação neste domínio para que sejam desencadeados mecanismos de prevenção e minimização dos riscos associados a este tipo de fenómenos, bem como respostas humanitárias e políticas adequadas para a reinstalação das populações afectadas.

José Itzigsohn, numa comunicação intitulada “*Nação Transnacional? Transnacionalismo e incorporação dos imigrantes dominicanos nos Estados Unidos da América*”, tratou um tema recorrente da literatura mais recente sobre as migrações internacionais: o processo de desenvolvimento das práticas transnacionais dos migrantes e os seus efeitos na construção de um espaço simbólico transnacional e nas dinâmicas actuais de transformação política e económica, das regiões de origem e destino dos migrantes. A partir da experiência dos dominicanos nos Estados Unidos da América, o autor debruçou-se ainda sobre os limites

e constrangimentos das práticas transnacionais deste grupo particular, concluindo que a participação transnacional tem de ser analisada na sua relação com o processo de incorporação no país de acolhimento. As localidades em que as pessoas vivem as suas vidas são importantes e os imigrantes fazem um grande esforço nos processos de incorporação na sociedade de acolhimento. As fronteiras nacionais desvanecem-se, mas não desaparecem e, em muitos aspectos, elas adquirem uma importância renovada.

No seguimento da intervenção de José Itzigsohn, Carolina Marçalo apresentou os resultados de um trabalho de investigação sobre o transnacionalismo económico dos portugueses residentes nos Estados Unidos da América e dos seus efeitos no desenvolvimento de Portugal. Com base na análise da evolução das remessas dos emigrantes para Portugal, em entrevistas semi-estruturadas e ainda num estudo de caso de empresas “étnicas” que envolvem a comunidade portuguesa estabelecida na Nova Inglaterra e na Região Autónoma dos Açores, a autora verificou que as relações económicas que os descendentes dos imigrantes portugueses, com níveis de instrução mais elevados e melhor integrados nos Estados Unidos estabelecem com a região de origem, assentam fundamentalmente em relações empresariais, enquanto no caso dos imigrantes da primeira geração, menos integrados e instruídos, as remessas constituem o principal elo de ligação com a terra natal. Embora se trate apenas de um estudo de caso, estes resultados sugerem que, tendencialmente, uma integração bem sucedida favorece o desenvolvimento de práticas económicas transnacionais, com efeitos positivos mais duradouros no desenvolvimento dos territórios de origem do que o envio de remessas.

Os trabalhos prosseguiram durante a tarde, primeiro num *workshop*, moderado por Catarina Oliveira (Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural), a que se seguiu uma mesa redonda sobre “*As especificidades das Migrações nos Espaços Insulares: Relações Sociais, Integração e Desenvolvimento*”.

No *workshop* foram apresentadas e discutidas comunicações livres, sobre diferentes aspectos das migrações em espaços insulares, nomeadamente: i) uma reflexão teórica sobre o papel dos espaços insulares no confronto entre os efeitos da insularidade e das migrações na relação entre a manutenção da tradição e o desenvolvimento dos territórios, feita a partir da análise da persistência de usos e costumes medievais nas Ilhas do Canal da Mancha, da autoria de António Henrique Pontes Tavares (Direcção Regional das Comunidades, Açores); ii) um estudo de Luís Nilton Corrêa (Universidade de Salamanca, Espanha) sobre a génese da emigração açoriana para o Curaçau; e iii) um trabalho de Eduardo Costa Ferreira (Universidade dos Açores) sobre as migrações de estudantes cabo-verdianos para o arquipélago dos Açores.

A mesa redonda que se seguiu ao *workshop*, moderada por Bernardo Sousa (Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural) contou com a participação da Directora Regional das Comunidades, Alzira Silva, de dois reputados académicos da diáspora açoriana: Irene Blayer (*Brock University*, Canadá) e Francisco Cota Fagundes (*Massachusetts University at Amherst*, EUA), de James McGlinchey, coordenador do Projecto “The Portuguese American Citizenship”, promovido pela Fundação Luso-Americana para estimular a participação política dos portugueses emigrados nos Estados Unidos da América, e de Paulo Mendes (Presidente da Associação dos Imigrantes nos Açores).

Alzira Silva centrou a sua intervenção na relação entre migrações e cultura, analisando três tópicos fundamentais: o processo de construção da identidade cultural açoriana; a dispersão e a preservação dos elementos culturais pela emigração do arquipélago e a sua interacção com outras culturas; a receptividade a culturas consideradas estrangeiras e as novas culturas influentes no quotidiano das ilhas, transportadas pelas comunidades imigrantes.

Francisco Cota Fagundes falou sobre a importância do fortalecimento dos laços entre as Comunidades Autóctone e Diaspórica, na manutenção e promoção da língua portuguesa e da literatura açoriana e açor-americana, nos Estados Unidos da América, apresentando algumas ideias de projectos de cooperação entre universidades americanas e a Universidade dos Açores, neste domínio de investigação.

Irene Blayer apresentou um projecto de investigação em que estava a trabalhar, sobre o comportamento linguístico-cultural dos emigrantes açorianos residentes nas periferias urbanas da Província de Ontário. Este estudo de narrativas diaspóricas contribuirá para compreender alguns dos mecanismos de expressão linguística açoriana e algumas das estratégias para a construção de uma identidade açoriana no Canadá.

James McGlinchey discutiu a importância da participação política dos imigrantes nos países de acolhimento a partir da análise da experiência dos açorianos emigrados em três regiões dos Estados Unidos da América: (1) Massachusetts (New Bedford e Fall River), (2) Rhode Island (East Providence e Pawtucket), (3) Califórnia (San Joaquin Valley).

Finalmente, Paulo Mendes, analisou o processo de transição do arquipélago dos Açores de um território de emigração para uma região de acolhimento de um fluxo migratório mais ou menos regular, obedecendo aos mesmos contornos que o fenómeno assume no continente português, nomeadamente, em relação à origem e a inserção sócio-laboral.

No dia 30 de manhã realizaram-se três *workshops*: No primeiro, moderado por Jorge Malheiros (Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa)

foram apresentadas e discutidas duas comunicações: Rolando Lima Lalandá Gonçalves (Universidade dos Açores) apresentou um modelo de análise dos processos migratórios, desenvolvido a partir da teorização e operacionalização do conceito “espaço de oportunidade” no contexto dos “territórios insulares”; Alina Esteves e Eduardo Brito Henriques (ambos do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa) analisaram o papel da emigração e da constituição de diásporas insulares muito dispersas, no desenvolvimento de uma nova centralidade das ilhas e arquipélagos, na arena global, materializada nas práticas transnacionais das suas comunidades diaspóricas.

No segundo *workshop*, moderado por Maria Lucinda Fonseca, intervieram três oradores. Apostolos G. Papadopoulos (*Harokopio University of Athens*, Grécia), analisou, a partir de um estudo empírico efectuado na ilha de Zakynthos (desenvolvido em colaboração com Charalambos Kasimis da *Agricultural University of Athens*, Grécia), a importância da imigração na satisfação da procura sazonal de mão-de-obra na agricultura, construção civil, hotelaria e restauração nas ilhas gregas, concluindo que o recrutamento de trabalhadores estrangeiros constitui, por isso, um factor fundamental do desenvolvimento e sustentabilidade das economias multifuncionais dos territórios insulares.

Francisco José Lopes Câmara (Universidade dos Açores), numa comunicação escrita em co-autoria com Vítor Corado Simões (ISEG, Lisboa), discutiu o papel das redes sociais, com destaque para as ligações com as comunidades emigradas, na internacionalização das PME's, através da ligação a novos mercados e do conhecimento das especificidades de mercados particulares.

O *workshop* terminou com uma reflexão feita por Frank F. Sousa (*University of Massachusetts, Dartmouth*, Estados Unidos da América) sobre a construção da identidade dos imigrantes açorianos nos Estados Unidos da América, feita a partir da análise de dois romances de Alfred Lewis: “Home Is an Island” e “Sixty Acres and a Barn”.

O terceiro *workshop*, moderado por Alina Esteves, debruçou-se sobre a dinâmica migratória açoriana, desde a emigração no século XIX até à vaga imigratória que se começou a desenvolver, com maior regularidade, a partir de meados dos anos noventa do século passado. Susana Silva e Carlos Cordeiro (Universidade dos Açores) reflectiram sobre as motivações e processos da emigração dos Açores para o Hawai e os Estados Unidos da América, a partir de meados do século XIX; Sandra Roberto, também da Universidade dos Açores, tratou a problemática da incorporação dos emigrantes açorianos nos Estados Unidos da América e no Canadá e da reintegração nos Açores dos emigrantes regressados, voluntariamente ou por terem sido expulsos pelas



autoridades americanas. Por fim, Aníbal Pires (Associação dos Imigrantes nos Açores) reflectiu sobre a inserção territorial e laboral dos imigrantes na Região.

A sessão plenária da parte da tarde, intitulada “*Emigração, Imigração e Desenvolvimento em Espaços Insulares*” iniciou-se com conferências proferidas por dois especialistas em estudos insulares e migrações: Richard Bedford (*Waikato University*, Nova Zelândia), e Godfrey Baldacchino (*University of Prince Edward Island*, Canadá).

A intervenção de Richard Bedford, profundo conhecedor das ilhas e arquipélagos do Pacífico, centrou-se na análise da mobilidade contemporânea num contexto transnacional, debruçando-se sobre os processos de migração internacional, o retorno, a re-emigração e os complexos sistemas de mobilidade circular entre os países insulares, bem como de e para países na orla do Pacífico. Face à diversidade da situação particular das ilhas e arquipélagos da Melanésia, Micronésia e Polinésia, ao nível das oportunidades de acesso ao emprego e à residência em países fora da sua ilha, o autor analisou em detalhe, a relação entre migrações e desenvolvimento da região, considerando os seguintes aspectos: um crescimento rápido da população jovem; elevados níveis de desemprego; mercados de produtos locais limitados; níveis insustentáveis de extracção de madeira, peixes e de recursos minerais; mudanças climáticas; e sistemas de governação instável em alguns países.

Godfrey Baldacchino, especialista nos estudos das ilhas do Atlântico e do Mediterrâneo, numa conferência intitulada *Imigrantes, turistas e outros de fora: “Venha visitar, mas não permaneça” – A ameaça de invasão para as sociedades insulares*, reflectiu sobre a emergência e os efeitos de relações conflituosas entre autóctones, emigrantes, imigrantes e turistas, no desenvolvimento dos espaços insulares, no actual contexto de globalização, crescimento e diversidade das mobilidades humanas. Fundamentando a sua análise nos casos da ilha de Prince Edward – a mais pequena província do Canadá (e plenamente isolada) – e de Malta, G. Baldacchino demonstrou que, apesar da sua aparente abertura, economias turísticas vibrantes e natureza geralmente acolhedora, muitas sociedades insulares têm desenvolvido atitudes hostis face a um determinado tipo de imigrantes, especialmente os que vêm de países vistos como não sendo “desenvolvidos”. Embora o capital social interno das comunidades insulares tenda a ser muito forte, o seu capital social de ligação é fraco. Além disso, concluiu ainda que as percepções da insignificância, a afirmação da identidade da ilha, a elevada densidade populacional, a gentrificação e a ameaça de invasão/medo do “Outro” e outros aspectos do quotidiano das ilhas constituem também factores influentes da interacção entre os “recém-chegados” e os “locais”.

Os trabalhos terminaram com um painel, moderado por Paulo Teves (Direcção Regional das Comunidades, Açores) em que participaram três destacados investigadores: Carlos Teixeira (*University of British Columbia*, Canadá, natural de S. Miguel, Açores); Gilberta Rocha (Universidade dos Açores) e Jorge Malheiros (Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa).

O foco da apresentação de Carlos Teixeira foi um balanço histórico de três gerações de açorianos e de cinco décadas de presença de portugueses no Canadá, na perspectiva da incorporação no país de destino e das relações da diáspora com a região e a ilha de origem.

Gilberta Rocha apresentou os resultados de um estudo sobre os efeitos da emigração no envelhecimento demográfico (e no desenvolvimento) das diferentes ilhas do arquipélago. Por fim, Jorge Malheiros reflectiu sobre os desafios e as novas oportunidades de desenvolvimento dos espaços insulares num mundo cada vez mais pequeno e inter-relacionado. Tendo em consideração os efeitos da afirmação das estruturas sócio-espaciais em rede, o autor analisou as oportunidades de desenvolvimento potenciadas por algumas das redes mundiais em expansão global (e.g. turismo e mercados de capitais) sobre a inserção das ilhas no espaço global, tomando como referência o arquipélago dos Açores e o espaço da Macaronésia.

A conferência decorreu num ambiente muito agradável e informal, facto que facilitou muitíssimo a interacção e a partilha de conhecimentos e experiências entre os participantes, prolongando a discussão e o debate de muitas das questões tratadas durante as sessões plenárias e nos *workshops*, para os períodos de pausa e para as horas das refeições.

Retomando as questões iniciais, chega-se facilmente à conclusão que a complexidade dos temas abordados nesta conferência, o ritmo das transformações em curso e a diversidade de agentes e processos de mudança que foi possível identificar, não permitiram encontrar a chave da resposta para muitas dessas perguntas. Contudo, importa relevar os contributos para aclarar e aprofundar algumas das interrogações de partida e identificar novas linhas de investigação.

Como sublinhou Russell King, além dos temas mais comuns na primeira geração de estudos sobre ilhas e migrações, centrados na emigração, retorno, despovoamento, diásporas e transnacionalismos (como aconteceu em muitas das comunicações apresentadas), importa desenvolver uma nova área de pesquisa sobre o papel dos espaços insulares nas relações internacionais e na emergência de novas políticas de regulação das migrações e de integração de imigrantes.

A crescente diversificação nas motivações e nos regimes temporais e espaciais das mobilidades humanas nos espaços insulares (mobilidades intra-ilhas, inter-ilhas, de e para espaços continentais pertencentes ao mesmo país,

de e para outros países; turismo residencial e de férias; etc.) configura também um campo de análise a privilegiar, não só no domínio das interacções que se estabelecem entre indivíduos e grupos com distintas origens geográficas, sociais e étnicas, e nos processos de fragmentação sócio-territorial, mas também nos efeitos dessa diversidade no posicionamento dos espaços insulares nas principais redes de interacção à escala regional e global (redes de transporte, fluxos comerciais, financeiros, turísticos, etc.) e, consequentemente, nos desafios e oportunidades que colocam ao seu desenvolvimento.

No plano político, muitos espaços insulares, mesmo alguns dos mais remotos, tendem a adquirir uma nova centralidade, resultante da sua importância geopolítica no contexto da globalização, não só por constituírem plataformas de trânsito das migrações clandestinas dos países em desenvolvimento para o mundo desenvolvido, mas também pela sua maior exposição aos riscos ambientais resultantes do aquecimento global.

O povoamento das pequenas ilhas, de baixa altitude, está ameaçado pelas alterações climáticas e pela subida do nível do mar. Muitos estados e territórios insulares aumentam a sua vulnerabilidade, face à maior probabilidade de ocorrência de tempestades e outros tipos de situações climáticas extremas, e correm sérios riscos de desaparecer, sendo obrigados a evacuar, grande parte ou completamente, a sua população. Por tudo isso, o estudo das profundas consequências demográficas, sociais, económicas, políticas, nas pequenas ilhas e arquipélagos mais afectados por este fenómeno, e nos possíveis países e regiões de acolhimento dos migrantes ambientais, bem como das mediadas para os mitigar, constituirá certamente um tema central da agenda de investigação dos próximos anos. Deste modo, embora pareça um paradoxo, a dimensão política (interna e internacional) ganha novo protagonismo na dinâmica das migrações internacionais e nos processos de desenvolvimento das regiões insulares.

Graças ao apoio financeiro da Fundação Luso-Americana foi possível reunir neste volume e publicar, em versão portuguesa<sup>1</sup>, os contributos dos oradores que nos enviaram as suas comunicações. Por se tratar de um livro de Actas, dividimos os textos em duas partes, incluindo na primeira os que foram apresentados nas sessões plenárias e na segunda os que foram apresentados nos *workshops*.

---

1 A tradução para português, dos textos apresentados em inglês, foi efectuada por Alexandre Abreu.

## Agradecimentos

A realização da Conferência **Aproximando Mundos: Emigração, Imigração e Desenvolvimento em Espaços Insulares** e a publicação deste livro não teriam sido possíveis sem o apoio e a colaboração empenhada de um vasto conjunto de pessoas e instituições. Em primeiro lugar, os quatro promotores da iniciativa (Direcção Regional das Comunidades dos Açores, Fundação Luso-Americana, Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural e Centro de Estudos Geográficos) e ainda a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, pela cedência das instalações do Centro Cultural e de Congressos da cidade, onde decorreu o evento.

No plano pessoal, agradeço à Dr<sup>a</sup> Alzira Silva (Directora Regional das Comunidades) e à sua equipa, especialmente ao Dr. Paulo Teves, a dedicação e o profissionalismo com que trataram da logística em Angra do Heroísmo e sobretudo os bons momentos que passámos juntos para preparar o evento e os “mimos” com que nos acolheram nos Açores.

À Dr<sup>a</sup> Rosário Farmhouse, Alta-Comissária para a Imigração e o Diálogo Intercultural, manifesto o meu reconhecimento pela sua colaboração empenhada numa iniciativa herdada do seu antecessor, Dr. Rui Marques, participando activamente nos trabalhos da conferência e mobilizando o seu Gabinete, através da Dr<sup>a</sup> Catarina Oliveira, para integrar a Comissão Organizadora.

Ao Dr. Charles Buchanan (Administrador da Fundação Luso-Americana), além do apoio financeiro da FLAD para a publicação deste livro, estou grata pela abertura de espírito, pela capacidade de estimular os investigadores a trilhar novos caminhos de pesquisa, antecipando problemas e procurando respostas científicas que contribuam para a tomada de decisões políticas mais informadas, ancoradas no conhecimento aprofundado dos factores e processos de mudança social, económica e política do mundo global.

A Dr<sup>a</sup> Paula Vicente, também da Fundação Luso-Americana, é desde há muito companheira de jornada, em todas as iniciativas do **Projecto Metropolis Portugal**. Desta vez, como em todas as outras, foi um pilar fundamental desta organização. O seu profissionalismo e capacidade para resolver imprevistos de última hora, bem como o seu entusiasmo contagiante, pouparam-me muitas dores de cabeça e conseguiram transformar a realização de tarefas aborrecidas e pouco estimulantes, em momentos divertidos. A sua colaboração na revisão das provas do livro de actas foi também um contributo fundamental.

No Centro de Estudos Geográficos, é justo salientar, além dos contributos para a definição dos conteúdos e desenho do programa da conferência,

do meu colega Jorge Malheiros; o empenhamento e eficiência da Sandra Silva, no secretariado executivo da conferência, bem como a sua preciosa ajuda na organização das actas; a qualidade das traduções para português dos textos das comunicações escritos em inglês, efectuadas pelo Alexandre Abreu, e ainda o excelente trabalho gráfico do Neel Naik, responsável pelo design do sítio Internet da conferência, do livro do programa e dos resumos das comunicações, bem como da capa deste livro.

Finalmente, agradeço aos conferencistas convidados, palestrantes, moderadores das sessões plenárias e dos *workshops*, bem como a todos os participantes que tornaram possível a realização da conferência.

## Referências Bibliográficas

- Badacchino, G. (2005), "The contributions of "Social Capital" to Economic Growth: Lessons from Island jurisdictions", *The Round Table*, 94 (378): 31-46.
- Bertram, G. & Poirine, B. (2007), "Islands and Political Economy", in G. Baldacchino (Ed.), *A World of Islands*. Charlottetown: University of Prince Edward Island, Institute of Island Studies. Pp. 325-377.
- Connell, J. (2007), "Migration", in G. Baldacchino (Ed.), *A World of Islands*. Charlottetown: University of Prince Edward Island, Institute of Island Studies. Pp. 455-481.
- King, R. & Connell, J. (Eds.) (1999), *Small Worlds, Global Lives: Islands and Migration*. London: Pinter.



Sessão de **Abertura**



Distintos convidados, Exmas. Senhoras e Senhores,

É com bastante honra que me encontro aqui hoje nos Açores.

Gostaria de dedicar as minhas primeiras palavras às instituições, com quem o ACIDI teve o privilégio de se associar e empenhadamente promover mais esta actividade conjunta:

- o Centro de Estudos Geográficos (CEG), na pessoa muito dedicada e especialista na área das migrações, a Professora Lucinda Fonseca
- a Fundação Luso-Americana (FLAD),
- e a Direcção Regional das Comunidades dos Açores.

Esta conferência é particularmente pertinente por pretender privilegiar a interacção entre académicos, decisores políticos e representantes da sociedade civil que trabalham na vertente da emigração e da imigração. É a partir deste diálogo entre diferentes actores e estes dois fenómenos complementares – da emigração e da imigração – que penso que se devem definir políticas públicas na vertente das migrações.

Portugal tem vindo a procurar inspirar a sua acção na promoção da integração dos imigrantes, na sua própria experiência com a emigração. Há uma clara associação entre aquilo que é requerido para os nossos emigrantes lá fora e aquilo que é promovido para os imigrantes que escolheram Portugal como país de acolhimento. Esta é uma responsabilidade consciente do Estado Português que, através do ACIDI, procura estar mais próximo dos imigrantes dando uma resposta às suas dificuldades.



## Portugal como país de origem

A experiência migratória portuguesa não é recente. Ao longo da história Portugal foi sempre um país de emigração, dispersando o seu povo um pouco por todo o mundo ao longo dos séculos. Actualmente estima-se que mais de um terço da população portuguesa viva fora de Portugal.

O local desta conferência não poderia ter sido melhor escolhido, uma vez que é nestas ilhas dos Açores que vivem gerações da emigração portuguesa. Os desafios que se colocam nestes movimentos populacionais são aqui bem sentidos, entre os que ficam e os que partem para outros cantos do mundo, em particular para as Américas, em busca de melhores condições de vida.

## Portugal enquanto país de destino

O fenómeno imigratório é contudo mais recente. É só a partir de meados da década de 1980 – com as respectivas mudanças políticas, económicas e sociais associadas ao fim do regime ditatorial e posterior entrada para a CEE – que Portugal se torna num país de imigração.

Neste contexto, ao longo das últimas décadas, Portugal beneficiou desta presença de imigrantes que contribuíram significativamente para o processo de desenvolvimento do país. Vários estudos impulsionados no quadro do Observatório de Imigração vieram demonstrar a contribuição substantiva da imigração para as contas do Estado, o equilíbrio da pirâmide demográfica, o mercado de trabalho e a diversidade cultural e religiosa de Portugal.

O crescimento e diversificação das origens das populações residentes no país trouxeram também alguns desafios que contribuíram para a complexificação da política pública, nomeadamente no que se refere ao controlo de fronteiras, à integração ao combate à discriminação e à promoção do diálogo intercultural.

O investimento feito ao longo dos últimos anos parece estar a dar bons frutos nesta área. Apesar do aumento do número de imigrantes e a estagnação económica sentida nos últimos anos em Portugal, a sociedade portuguesa provou saber acolher e integrar os imigrantes. Num dos últimos *Eurobarómetros*, Portugal aparece em segundo lugar (entre os 25 países comunitários), atrás da Suécia, com as atitudes mais positivas face à imigração. A maioria da população inquirida declarou que acredita que a população imigrante contribui positivamente para a sociedade portuguesa e apenas 3% disse ver os imigrantes como um problema.

Também na vertente legislativa Portugal provou ter resultados bastante positivos. A aprovação e implementação de diferentes leis em matéria de acolhimento e integração de imigrantes justificaram o segundo lugar de Portugal como um dos países com melhores políticas de integração de imigrantes. Este resultado de 2007 do MIPEX – *Migrant Integration Policy Index* – torna-se ainda mais interessante quando surge a partir da comparação de 28 países relativamente a práticas mais e menos favoráveis à integração dos imigrantes para diferentes áreas: (1) acesso ao mercado de trabalho, (2) reagrupamento familiar, (3) participação política, (4) acesso à nacionalidade e (5) medidas anti-discriminação.

Espero que estes dois dias de debate sejam bastante produtivos e inspiradores para conhecer sempre mais para agir melhor na integração dos imigrantes.


Muito obrigada pela vossa atenção.





## Sessões **Plenárias**





## A geografia, as ilhas e as migrações numa era de mobilidade global

Russell King

*Departamento de Geografia e Centro de Estudos sobre as Migrações,  
Sussex University, Reino Unido*

A geografia, as ilhas e as migrações: eis três áreas de estudo que não só definem em grande medida o meu próprio percurso académico, como se encontram interligadas num triângulo de criativa interdisciplinaridade. As ilhas – pequenas massas de terra rodeadas por mar – são entidades geográficas fundamentais, espaços com características únicas na geografia do nosso planeta. As migrações – movimentos humanos através do espaço envolvendo uma mudança de local de residência – são um processo eminentemente geográfico. Consequentemente, a geografia está em perfeitas condições para capturar o carácter interdisciplinar e relacional destes dois domínios relativamente recentes – os estudos insulares e os estudos das migrações. A geografia, na medida em que é simultaneamente uma ciência, uma ciência social e um dos estudos clássicos, é talvez a mais abrangente de todas as disciplinas, de tal forma que talvez seja enganador referir-se-lhe como ‘disciplina’. Pela minha parte, preferiria talvez considerá-la uma ‘interdisciplina’.

As ilhas e as migrações: qual a magnitude e o significado destes dois objectos de estudo? De acordo com Baldacchino (2007a: 1), 600 milhões de pessoas, ou 10% da população mundial, vivem em ilhas – as quais (se incluirmos os arquipélagos) constituem um quarto dos Estados soberanos do planeta. Quanto às migrações, com base nas últimas estimativas da Divisão de População das Nações Unidas, existem actualmente em todo o mundo 200 milhões de migrantes internacionais, no sentido de pessoas que residem num país que não aquele onde nasceram. Se incluíssemos as migrações no interior de cada país, este número seria bastante superior, mas não estão disponíveis dados globais relativos às migrações internas.

Assim, este texto debruça-se sobre as relações entre os espaços insulares e os fluxos migratórios a partir da perspectiva ampla e interdisciplinar de um geógrafo, estando dividido em seis partes. Em primeiro lugar, começo por referir-me ao lugar ocupado pelas ilhas dentro da geografia, o qual reflecte a percepção por parte da maioria dos geógrafos de que as ilhas são lugares ‘especiais’ com características específicas. Por outro lado, o estudo das ilhas está por vezes associado a um certo desejo de ‘escape’ e a uma certa falta de interesse em relação ao ‘quadro mais amplo’ da geografia mundial. Em seguida, passo em revista os dois domínios interdisciplinares constituídos pelos estudos insulares e pelos estudos das migrações. Procuo então articular estes dois domínios, salientando as interações e inter-relações entre ambos. As ilhas têm tradicionalmente mantido uma relação próxima com as migrações, mas a natureza dessa relação e os tipos de migrações que daí têm advindo são uma consequência histórica do papel desempenhado pelas ilhas em cada momento. A secção seguinte deste texto incide de forma especial sobre dois aspectos específicos dos estudos das migrações em contextos insulares: as ilhas enquanto lugares estratégicos na nova geografia das migrações irregulares, especialmente entre a África e a Europa; e as ilhas enquanto microcosmos espaciais especialmente apropriados para a análise de um conjunto de processos migratórios e dos seus efeitos. Finalmente, na última secção deste texto, é feita referência ao exemplo de Malta como forma de ilustrar os dois aspectos atrás referidos – sendo que Malta constitui um caso ideal para estes fins, em virtude tanto da diversidade dos tipos de migrações que tem registado como do seu novo papel, decorrente da adesão à UE em 2004, enquanto primeira linha para a chegada por barco dos imigrantes oriundos do Norte de África.

## Os geógrafos e as ilhas

Há muito que as ilhas atraem as atenções dos geógrafos (King, 1993). São especialmente de assinalar os contributos, no início do século XX, dos geógrafos franceses Jean Brunhes (1920) e Paul Vidal de la Blanche (1926), mais tarde prosseguidos pelo grande geo-historiador Fernand Braudel, cuja obra magistral descreve de forma eloquente o papel especial das ilhas na história económica, social e cultural do Mediterrâneo (Braudel, 1972: 148-167). Brunhes (1920: 52) encarava as ilhas como “pequenos mundos geográficos”, nos quais, “através do estudo minucioso de uma entidade de pequenas dimensões, é possível discernir e avaliar as relações entre os elementos físicos e os destinos humanos”. Ellen Churchill Semple, que se tornou famosa pela sua controversa defesa do

determinismo ambiental, também se referiu profusamente aos ‘povos insulares’ na sua obra *A Influência do Ambiente Geográfico*. Esta autora faz aí referência à especial propensão para a emigração que caracteriza os espaços insulares: “Os recipientes de pequenas dimensões transbordam rapidamente ... aí reside a importância e significado históricos [das ilhas]” (1911: 416).

Estes contributos seminais, produtos do seu tempo, tiveram como consequência que a perspectiva geográfica assumisse um lugar central no contexto dos estudos insulares – nomeadamente através do conceito de ‘insularidade’, das primeiras análises ecológicas ou da atenção dada a aspectos como as características específicas das populações insulares (incluindo aquilo a que hoje chamaríamos a sua identidade), a dialéctica histórica entre isolamento e focalismo ou os processos de mudança da paisagem resultantes dos ciclos de colonização, povoamento, emigração e despovoamento.

Numa fase posterior do século XX, as ilhas passaram de moda enquanto objecto de estudo. À medida que a geografia entrou resolutamente num período caracterizado pela normatividade e pela modelização, a ênfase passou a recair na formulação de generalizações de longo alcance (em geral bastante abstractas). As ilhas saíram do mapa da investigação geográfica e os geógrafos (e outros investigadores) que se dedicavam ao estudo das ilhas pareceram confrontar-se com cinco problemas principais, que continuam a ser relevantes hoje em dia.

- As ilhas são sinónimo de férias, descontração e diversão, não de trabalho científico sério. Quando digo aos meus colegas (incluindo os que são geógrafos) que estou prestes a partir para Malta, Chipre (as duas ilhas onde me encontro actualmente a desenvolver investigação) ou para uma conferência internacional nos Açores, eles esboçam um sorriso cúmplice como quem diz “Ah, sim?”. Insisto que não há qualquer contradição. Na verdade, até diria mais: a investigação científica de qualidade e o pensamento criativo são potenciados por um estado de espírito positivo!<sup>1</sup>
- As dimensões reduzidas da maior parte das ilhas estão associadas à ideia de insignificância; é como se as ‘grandes questões’ estivessem ausentes das pequenas ilhas, que são consideradas ‘ermos irrelevantes’ (Hay, 2006: 21; Lowenthal, 1992: 18). Porém, em geografia, o tamanho não é o que mais importa, não fazendo sentido assumir-se que os

---

1 Permitam-me que dê um exemplo pessoal concreto. No final de um projecto de investigação de três anos sobre as migrações internacionais de reformados, convenci os outros dois elementos da minha equipa de investigação a passarmos uma ‘semana dedicada à escrita’ em La Gomera (uma das menos conhecidas das Ilhas Canárias). Foi aí, numa casinha nas montanhas, que escrevemos metade do livro que veio a constituir o principal resultado substantivo desse projecto de investigação (King *et al.*, 2000).



espaços de grandes dimensões são mais importantes que os espaços mais pequenos. Pelo contrário, o objecto da geografia são os espaços e os lugares de diferentes escalas, as relações entre o global e o local e as inter-relações espaciais (incluindo, naturalmente, as migrações) nas quais os pequenos espaços insulares se encontram profundamente enraizados, ocupando um lugar específico no nexo que liga o global ao local (Baldacchino, 2005: 248; Ratter & Sandner, 1996: 64).

- O estudo das ilhas invoca um olhar académico de tipo colonial, em que o ‘especialista’ olha de fora para dentro. Baldacchino (2007a: 2-3) considera que este processo de “insularização” (uma forma específica de ‘alterização’) envolve “uma negação da agência dos habitantes das ilhas e da sua capacidade de se definirem a si mesmos e de expressarem as suas próprias preocupações e necessidades”. Desta forma, os investigadores, ao adquirirem e possuírem conhecimento relativo a cada ilha, adicionam mais uma camada ao historial de colonização que caracteriza essa mesma ilha – e do qual o principal agente é, hoje em dia e na maior parte dos casos, o turismo. O apelo de Grant McCall (1994, 1996) no sentido de que as ilhas sejam estudadas *nos seus próprios termos* remete para um processo de *empowerment* através do qual os habitantes das ilhas participem na definição dos objectivos da investigação e se tornem parceiros activos de todo o processo. Porém, como veremos mais adiante, o manifesto de McCall levanta os seus próprios problemas.
- A falácia que consiste em encarar as ilhas como pequenos ‘modelos à escala’ do mundo, Brunhes (1920: 499) sugeriu que os estudos insulares constituíram as primeiras monografias de carácter regional; esses estudos minuciosos das ilhas enquanto “pequenos mundos” foram pioneiros no recurso às metodologias regionais na geografia, abrindo caminho para o estudo de territórios mais amplos e menos facilmente definíveis. Brookfield contrapõe: “a armadilha habitual em que caem os estudos insulares consiste em assumir que as ilhas são de alguma forma microcosmos representativos do mundo de uma forma mais ampla, quando não o são” (1990: 31). Ainda assim, é possível alcançar um compromisso entre estas duas posições. As ilhas podem efectivamente ser estudadas de forma rigorosa, tanto enquanto entidades geográficas por direito próprio (tal como as montanhas, os desertos ou as cidades) como enquanto locais onde, sob condições controladas, as inter-relações entre o ambiente insular, as trajectórias de desenvolvimento e subdesenvolvimento, a população e os fluxos

- migratórios podem ser analisadas com especial acuidade. É nisso que reside o valor heurístico das ilhas para a geografia.
- O risco do excepcionalismo – considerar-se que as ilhas são demasiado especiais, demasiado únicas. Este risco é o reverso da medalha do problema anterior, sendo constituído por uma posição essencialista em relação à insularidade, por um lado, e por uma certa miopia por parte de cada investigador em relação à “sua” ilha, considerada de algum modo diferente de todas as outras, por outro. Este risco pode ser evitado através de estudos comparativos ‘horizontais’, que tenham em conta outras ilhas, e da integração ‘vertical’ do estudo de cada ilha na respectiva hierarquia de relações regionais e globais

## Os estudos insulares

Baldacchino (2004) proclamou de forma triunfante a “maturidade” dos estudos insulares; porém, as características essenciais destes últimos continuam a ser tanto óbvias como vagas. Esta situação recorda-me o velho debate acerca da definição de geografia, muitas vezes concluído com a definição tautológica “a geografia é aquilo que fazem os geógrafos”. E “o que é que fazem os geógrafos?” “Estudam o mundo”. O mesmo se passa com as ilhas. “O que são os estudos insulares?” “São a disciplina que se dedica ao estudos das ilhas”; “E que aspectos das ilhas estudam os seus praticantes?” “Todos”. Subjacente a esta abordagem está uma visão dos investigadores que se dedicam aos estudos insulares como ‘homens dos sete instrumentos’ – simultaneamente geógrafos, ecologistas, geólogos, antropólogos, sociólogos, economistas e historiadores –, permitindo assim que os estudos insulares se assumam como “o estudo crítico, inter e pluridisciplinar das ilhas nos seus próprios termos” (Baldacchino, 2007a: 16).

Permitam-me agora algumas considerações laterais, para referir que os estudos insulares parecem ser um domínio predominantemente masculino (de onde a utilização deliberada do substantivo ‘homens’ no parágrafo anterior), por contraste com o estudo das migrações, que, como veremos mais adiante, têm vindo a feminizar-se. As ilhas são predominantemente objecto de olhares masculinos, que procuram objectificar, coleccionar e possuir. Conheço aficionados das ilhas (homens, naturalmente) cuja ‘insulafilia’ consiste em visitar tantas ilhas quanto possível, riscá-las da lista e comprar as respectivas t-shirts para provarem que ‘estiveram lá’. Baldacchino (2007a: 3-4) refere as habituais pulsões (quase sempre masculinas) no sentido de circum-navegar a ilha, trepar triunfantemente ao seu pico mais alto para a ‘abarcар inteiramente’ e até cantar e

gritar ao fazê-lo. Segundo Hay (2006: 27), as ilhas remetem para diversas metáforas da masculinidade ocidental, do *Robinson Crusoe* de Defoe (1719/1980) a *O Homem que Gostava de Ilhas* de D.H. Lawrence (1926/1982)<sup>2</sup>.

De uma forma um pouco mais prosaica, McCall (1994, 1996) sugeriu o termo *nissologia* para designar “o estudo científico das ilhas nos seus próprios termos”. Tal como Baldacchino (2007b), considero que esta definição é caracterizada por uma contradição intrínseca. McCall privilegia a perspectiva subjectiva dos habitantes locais, por oposição à suposta objectividade dos investigadores externos às mesmas, mas isso levanta dois problemas. O primeiro é que “estudo científico” pressupõe o recurso a um conjunto de técnicas de investigação relativamente ortodoxas que podem estar em contradição com a perspectiva dos habitantes locais. O segundo é que a linha divisória entre locais e não-locais não é fácil de traçar. Tendo em conta o longo historial migratório da maior parte das ilhas, em termos tanto de emigração como de imigração, como dizer quem são os ‘locais’? Consequentemente, qual é o significado de “nos seus próprios termos”? Esta construção frásica assenta num pressuposto de homogeneidade e unanimidade no seio das comunidades insulares, o qual ignora e oculta as divisões com base na classe social, na etnicidade ou no percurso migratório.

Uma abordagem alternativa no contexto dos estudos insulares é a que assenta na noção de ‘insularidade’ (Baldacchino, 2004: 272-274), habitualmente associada a características como a pequena dimensão, o forte sentido de identidade local ou insular, a insularidade em sentido estrito (porções de terra rodeadas por mar) e o carácter periférico. Porém, tal como admitido pelo próprio Baldacchino, alguns aspectos desta forma de conceptualizar as ilhas projectam uma imagem demasiado negativa. O termo ‘insularidade’ está associado a conotações negativas, tais como as ideias de isolamento ou provincianismo, ao passo que muitos habitantes de ilhas, pela sua própria condição, são particularmente cosmopolitas e voltados para o exterior. Por outro lado, a perifericidade é uma condição relativa e em permanente mutação. Para tomarmos o continente europeu como exemplo, a geografia económica do centro e da periferia segundo um determinado critério (o modelo fordista, por exemplo) pode inverter-se parcialmente sob outros modelos ou critérios (o turismo, as indústrias ligeiras ou os serviços financeiros, por exemplo). O ‘tigre celta’ irlandês constitui um exemplo elucidativo, na medida em que, no espaço de uma década, passou de uma situação relativamente atrasada (para os padrões europeus) para tornar-se

---

2 Fui recentemente incumbido da tarefa de recensear a obra “*A World of Islands*”, coordenada por Baldacchino (ver King, 2008). As primeiras páginas do livro são ocupadas por breves biografias e fotografias dos 26 autores que para ele contribuíram – quase todos homens, de meia idade ou idosos e em muitos casos com barbas. Naturalmente, também eu correspondo a este retrato!

num dos mais prósperos e dinâmicos estados-membros da União Europeia. Ou veja-se o exemplo de Ibiza, que há relativamente pouco tempo possuía ainda uma economia rural de semi-subsistência e é actualmente a capital europeia do turismo juvenil movido pela diversão nocturna.

Uma terceira perspectiva presente nos estudos insulares e que se tem revelado bastante popular, especialmente entre os geógrafos, é a ideia das ilhas enquanto '*laboratórios espaciais*'. Já me referi anteriormente aos perigos e possibilidades desta abordagem, incluindo a falácia inerente em encarar as ilhas como sistemas fechados, ou como réplicas em miniatura do continente ou do planeta. Ainda assim, não há dúvida que as ilhas têm, há muito, sido utilizadas de forma produtiva enquanto contexto semi-laboratorial para o estudo de processos ecológicos, epidemiológicos e sociais, incluindo as migrações (Connell & King, 1999; King, 1999).

No que se refere às migrações, são especialmente relevantes duas outras perspectivas dentro dos estudos insulares – a económica e a demográfica. A produção científica relativa aos *problemas económicos e de desenvolvimento* das pequenas regiões e Estados insulares tem vindo a crescer e é hoje em dia bastante vasta (ver, entre outros, Baldacchino & Greenwood, 1998; Baldacchino & Milne, 2000; Bertram & Poirine, 2007; Biagini & Hoyle, 1999; Briguglio, 1995; Connell, 1998; Dommen & Hein, 1985; Hintjens & Newitt, 1992; Lockhart *et al.*, 1993). Não há dúvida que a pequena dimensão e a insularidade trazem consigo uma série de desvantagens económicas: o carácter limitado do mercado local de bens e serviços; a reduzida diversificação da produção local em consequência da escassez de recursos; o elevado custo associado ao transporte tanto das importações como das exportações; a vulnerabilidade face aos preços praticados nos mercados mundiais; o elevado risco de perda de colheitas em resultado da exposição a catástrofes naturais como as secas, os furacões ou as pestes; e as limitações estruturais do mercado de trabalho local, que proporciona poucas oportunidades aos jovens mais instruídos ou com mais ambições. Uma vez que a emigração é muitas vezes a única resposta possível face a estas vulnerabilidades económicas, a mão-de-obra torna-se uma espécie de 'monocultura' de exportação para o mercado global, tal como documentado por Schneider & Schneider (1976) no contexto da parte ocidental da Sicília, onde os trabalhadores tomaram o lugar do trigo enquanto principal exportação. Especialmente no caso das ilhas mais pequenas, o resultado final é muitas vezes a implantação do chamado modelo MIRAB, do qual as migrações, as remessas, a ajuda ao desenvolvimento e as estruturas burocráticas públicas constituem as componentes fundamentais (Bertram & Watters, 1985; ver também a revisão actualizada do modelo em Bertram, 2006; Bertram & Poirine, 2007).

No entanto, a história não acaba aqui. Os supostos riscos de pobreza e vulnerabilidade económica dos habitantes das ilhas são postos em causa pelo facto do PIB *per capita* dos Estados insulares ser em geral superior à média mundial, de tal forma que os pequenos Estados insulares se encontram sobre-representados entre os países de rendimento médio e elevado (Read, 2004). A chave deste enigma económico reside na capacidade demonstrada por muitas ilhas em termos da identificação de nichos de mercado altamente lucrativos a nível global – uma agilidade produtiva que é talvez mais possível e viável no contexto de territórios de pequena escala (Bernard & Poirine, 2007). As ilhas constituem assim exemplos de espaços pós-fordistas, nos quais a especialização flexível constitui a palavra de ordem e onde é possível tirar partido de um maior nível de conectividade ao sistema global. O turismo, incluindo o turismo especializado, e os serviços financeiros, especialmente a banca *off-shore*, constituem sectores-chave para a prosperidade de muitas ilhas, ainda que, por sua vez, essas actividades envolvam os seus próprios riscos e limitações. O turismo e a actividade financeira encontram-se altamente sujeitos à volatilidade dos mercados, para além de que nem todas as ilhas possuem as infra-estruturas necessárias à actividade turística ou a base de competências exigida pelo sector financeiro. O turismo está associado a problemas específicos, tais como o carácter sazonal da actividade económica, a perturbação dos estilos de vida locais, a aquisição de terrenos e bens por parte de indivíduos externos à ilha e o aumento da pressão ambiental – sendo vasta a produção científica sobre cada uma destas questões (ver, por exemplo, Apostolopolous & Gayle, 2002; Briguglio *et al.*, 1996a, 1996b; Gossling, 2003; Gossling & Wall, 2007; Lockhart & Drakakis-Smith, 1997).

Finalmente, a última abordagem analítica que importa referir no âmbito dos estudos insulares – e que tem bastante relevância para a questão das migrações – é a perspectiva sociodemográfica. Numerosas pequenas ilhas possuem sociedades relativamente homogéneas e ‘íntimas’, caracterizadas por uma forte identidade comum. Toda a gente se conhece, pelo menos de vista ou através de amigos comuns, e o conhecimento do ambiente local é igualmente profundo – conhecendo-se, e reconhecendo-se, cada casa, cada terreno, cada caminho e cada praia. Por vezes, o crescimento populacional pode perturbar este equilíbrio de diversas formas, em último caso levando ao abandono da ilha por parte de alguns dos seus habitantes. Por sua vez, a pressão sobre a terra pode estimular a adopção de sofisticadas técnicas de socalcos, tal como sucede um pouco por todo o mundo – em Java, por exemplo, onde o crescimento gradual da população esteve na origem da intensificação do ecossistema agrícola através da cultura do arroz em terraços espectaculares e da adopção de complexos sistemas de irrigação, num processo designado por ‘involução agrícola’ por

Clifford Geertz (1963). A construção de socacos elaborados destinados ao cultivo da vinha e de outras espécies está também presente nos arquipélagos mediterrânicos e macaronésios – e de forma particularmente espectacular na Madeira. Mais cedo ou mais tarde, a inércia demográfica pode provocar um desequilíbrio, fazendo com que a população exceda a capacidade da ilha dados os recursos económicos e tecnológicos da altura, e o resultado é a emigração. Por sua vez, isso origina novos ciclos de mudança demográfica, social, económica e paisagística, tais como os que têm sido amplamente documentados na produção científica acerca das migrações insulares (ver recensões em Connell, 2007; Connell & King, 1999; King 1999). Os fluxos migratórios de retorno podem até certo ponto contrariar o declínio demográfico e económico, mas isso depende sobretudo do perfil etário desses migrantes e da sua dotação em termos de capital financeiro e humano.

## Os estudos das migrações

Uma das justificações para a ‘maturidade’ dos estudos insulares enquanto disciplina reconhecida é a existência, desde há algum tempo, de dois programas de mestrado (na Universidade de Prince Edward Island e na Universidade de Malta) e de duas revistas científicas dedicadas ao tema: a *Island Studies Journal*, publicada desde 2006 e cujos artigos são objecto de *peer-review*, e a mais antiga (desde 1992) mas menos académica *Insula*, publicada com o apoio da UNESCO (Robertson, 2007: 576-577).

Com base nestes mesmos critérios, os estudos das migrações gozam certamente de uma mais duradoura e abrangente implantação. O primeiro curso de mestrado em Estudos das Migrações foi criado na Universidade de Sussex há doze anos, existindo actualmente numerosos programas análogos, especialmente no Reino Unido e na Europa, incluindo cursos especializados como o mestrado em Estudos das Migrações Forçadas e Refugiados oferecido pela Universidade de Oxford. As três mais importantes revistas científicas na área das migrações – a *International Migration*, a *International Migration Review* e o *Journal of Ethnic and Migration Studies* – são publicados desde 1962, 1966 e 1974, respectivamente. Porém, são criadas novas revistas todos os anos, das quais uma das mais recentes e interessantes é talvez a *Mobilities*, lançada em 2006.

A produção científica no domínio das migrações é muito vasta e continua a crescer exponencialmente. Por uma questão de coerência em relação à abordagem seguida na secção anterior, porém, gostaria de assinalar aqui alguns dos temas e perspectivas fundamentais que caracterizam essa mesma produção.

As migrações são habitualmente definidas como a deslocação de seres humanos de um local ou país para outro por um período de tempo significativo – normalmente, superior a um ano. Trata-se, assim, de um fenómeno simultaneamente *espacial* e *temporal* que, por outro lado, depende até certo ponto dos limiares espaço-temporais adoptados como critério em cada caso. A medição estatística oficial dos fluxos migratórios, por exemplo, envolve como critérios a travessia de fronteiras (internacionais ou internas, tais como as que separam províncias ou municípios) e a passagem de um determinado período de tempo mínimo de modo a que as deslocações sejam ‘registadas’. É por este motivo que as formas de medir os fluxos migratórios em todo o mundo estão longe de ser uniformes. Os limiares adoptados são necessariamente arbitrários e sujeitos a diferentes interpretações conforme os contextos em questão. Nos Estados Unidos, por exemplo, a mudança de uma rua para outra no interior da mesma cidade, ou de uma área rural para outra dentro do mesmo condado, são convencionalmente consideradas (e estatisticamente registadas como) ‘mudanças de residência’, em vez de ‘migrações’. Por sua vez, os critérios temporais adoptados em relação às migrações são também arbitrários, variando de caso para caso. O limiar de um ano acima referido, que é habitualmente utilizado pelos investigadores da área das migrações e pelos organismos estatísticos internacionais, deixa de fora as migrações sazonais cujos regimes de mobilidade têm características de mais curto prazo mas que não são por isso menos relevantes, tanto para os indivíduos que nelas participam quanto ao nível do seu contributo para o mapa global da mobilidade humana.

Embora os movimentos migratórios sejam uma característica constante ao longo de toda a história da humanidade (King, 1996, 2007), o estudo científico das mesmas só se iniciou verdadeiramente na era industrial (Boyle *et al.*, 1998: 59). Os primeiros trabalhos seminais nesse sentido foram realizados pelo geógrafo Edward Ravenstein, cujas famosas ‘leis das migrações’ (1885, 1889) são ainda hoje frequentemente citadas. As onze leis de Ravenstein – que na verdade são generalizações empíricas, mais do que leis em sentido estrito – sugerem que as migrações se devem essencialmente a factores económicos, tanto ao nível das motivações individuais como no que diz respeito à relação entre os níveis relativos de desenvolvimento das áreas de origem (pobres, rurais e caracterizadas pela escassez de oportunidades) e dos contextos de destino (urbanos, industrializados e com maior abundância de oportunidades). Uma das onze leis enunciadas por Ravenstein – segundo a qual as mulheres migram mais do que os homens, sobretudo no caso dos movimentos de curta distância – passou quase despercebida na altura, mas tem vindo a adquirir especial relevância nos últimos anos. Refiro-me à ideia da *feminização* das migrações, pela

qual pretendo denotar três aspectos. Em primeiro lugar, o facto das mulheres constituírem uma proporção crescente do número total de migrantes – hoje em dia, praticamente metade (49%) de todos os migrantes internacionais. Porém, para sermos rigorosos (e era precisamente esse o argumento de Ravenstein), as mulheres *sempre* desempenharam um papel de destaque nos fluxos migratórios (simplesmente, eram ‘ignoradas’ pelas teorias e narrativas que representavam as migrações como um fenómeno ‘masculino’). Em segundo lugar, as mulheres possuem cada vez mais *agência* no contexto das migrações; por outras palavras, migram cada vez mais de forma independente dos homens e surgem cada vez mais como ‘líderes’ de correntes migratórias. Este facto contrasta claramente com o passado, onde era muito mais provável que as mulheres fossem (representadas como) ‘seguidoras’ ou ‘acompanhantes’ dos ‘pioneiros’ do sexo masculino. Em terceiro lugar, o próprio *estudo* das migrações tem vindo a feminizar-se. Embora seja verdade que a geração mais velha dos investigadores na área das migrações (tal como no caso dos estudos insulares) continue a ser maioritariamente masculina, verifica-se entre os investigadores mais jovens um claro predomínio do sexo feminino. Em suma, por contraste com o olhar masculino dominante no campo dos estudos insulares, o estudo das migrações é cada vez mais levado a cabo predominantemente por (jovens) mulheres<sup>3</sup>.

Naturalmente, muito mais poderia ser dito acerca das migrações; aliás, muito mais do que é sequer possível sugerir neste contexto. Permitam-me por isso que me limite a chamar a atenção para alguns aspectos. Tal como Castles & Miller (2003: 21), considero importante distinguir entre o *acto* de migrar e as *consequências* das migrações, ou entre as suas *causas* e os seus *efeitos*. Esta questão assume especial relevância no contexto das ilhas, onde as causas e as consequências das migrações têm por vezes lugar em tempos e espaços distintos. As causas dizem respeito a um conjunto de questões fundamentais. Porque é que as pessoas migram? Quem é que migra? E para onde vão? Quanto aos efeitos, dividem-se em dois tipos principais de questões: os impactes das migrações nos lugares/ilhas que ‘ficam para trás’ (despovoamento, desequilíbrios demográficos, ‘fuga de cérebros’, escassez de mão-de-obra, etc.) e a formação de comunidades migrantes nos lugares de destino (preservação da ‘identidade insular’, integração na ‘sociedade de acolhimento’, possível regresso à ‘origem’, etc.). No entanto, a distinção entre as causas e as consequências não possui um carácter absoluto. As consequências podem elas próprias transformar-se em causas, como por exemplo quando um processo de despovoamento (efeito) está na origem de

3 Eis alguns dados estatísticos *ad-hoc* em apoio deste argumento: em doze anos de ensino no mestrado em Estudos das Migrações, na Universidade de Sussex, nove em cada dez dos meus estudantes (num total de 150) foram do sexo feminino.



emigração adicional em resultado tanto da redução da dimensão do mercado local como da desmoralização generalizada. Da mesma forma, o regresso às ilhas por parte de antigos migrantes ‘bem sucedidos’ pode funcionar como um estímulo para futuras migrações, através do ‘efeito de demonstração’.

‘Causas’ e ‘efeitos’ são apenas um exemplo das muitas categorias de análise binárias que caracterizam os estudos das migrações. No entanto, essas dicotomias confundem-se frequentemente em termos práticos, tal como é ilustrado pelos seguintes exemplos (King, 2002).

A distinção entre migrações *forçadas* e *voluntárias* é habitualmente utilizada nos estudos das migrações para diferenciar o caso dos refugiados dos chamados ‘migrantes económicos’. Nos últimos anos, a primeira destas duas categorias adquiriu uma conotação negativa na comunicação social e no discurso político (especialmente no Reino Unido), onde passou a estar conotada com aspectos como a ‘ilegalidade’ ou os ‘falsos’ pedidos de asilo (Kaye, 2001). Naturalmente, existem casos de fluxos migratórios que podem ser facilmente classificados de uma ou outra forma. A evacuação forçada da população de Diego Garcia, no Oceano Índico, para que fosse construída uma base militar norte-americana, constitui um exemplo óbvio (Vine, 2004). Um exemplo igualmente claro de um fluxo voluntário é o caso dos cidadãos britânicos e alemães que migram para ilhas como Maiorca ou Tenerife após a reforma (Casado-Díaz *et al.*, 2004). Porém, grande parte dos fluxos migratórios que ocorrem por todo o mundo encontra-se algures entre estes dois extremos, tornando a distinção *forçado/voluntário* algo artificial. A história das migrações oriundas de muitas ilhas das Caraíbas, especialmente nos primeiros anos após a 2ª Guerra Mundial, ilustram bem isso mesmo. Esses emigrantes não foram propriamente coagidos a abandonar as suas ilhas, mas, na prática, tiveram de o fazer em resultado de poderosos imperativos económicos. Para os mais pobres e para os desempregados, a emigração era a única ‘saída’ possível da situação em que se encontravam e a única forma de alcançarem um nível aceitável de bem-estar.

Uma outra dicotomia importante é a que distingue as migrações *internas* das *internacionais*. Tal como assinalado por Skeldon (2006: 16-17), esta dicotomia está na verdade na origem de duas “linhas tradicionais de investigação” distintas, que recorrem a dados, hipóteses teóricas e métodos de análise diferentes, chegam a diferentes conclusões e estão ligadas a esferas distintas da acção política. King *et al.* (2008) consideram que existe bastante margem para a fusão teórica destes dois sub-campos totalmente distintos dos estudos das migrações. Os mesmos autores apresentam ainda diversos exemplos de como esta distinção é, na verdade, bastante difusa – como por exemplo quando o mesmo migrante se desloca primeiro internamente e depois internacionalmente

(ou vice-versa), ou quando são as próprias fronteiras que se movem, de tal forma que certos migrantes internos se tornam subitamente migrantes internacionais (como aconteceu na Jugoslávia antes e depois da criação, na década de 1990, dos Estados independentes que se lhe seguiram)

A introdução da dimensão insular complica ainda mais – embora de certa forma também ajude a esclarecer – esta classificação das migrações segundo a escala e o tipo. Imagine-se um arquipélago constituído por ilhas maiores e menores, que não constitua um Estado independente, fazendo antes parte de um país cujo território principal se situa no ‘continente’ – os Açores, por exemplo. Num caso como este, é possível observar fluxos migratórios ao longo de toda uma hierarquia escalar:

- migrações no interior de cada ilha – especialmente no caso das ilhas de grandes dimensões, como São Miguel, verificam-se migrações locais a partir das vilas e aldeias mais remotas com destino à capital, Ponta Delgada, e às outras cidades e vilas mais importantes;
- migrações inter-ilhas – por exemplo, das ilhas mais pequenas, como Santa Maria ou Graciosa, para as maiores, como São Miguel ou Terceira;
- migrações para o continente – trata-se ainda de migrações internas, na medida em que têm lugar dentro do mesmo país (Portugal), mas envolvem por vezes distâncias e ‘deslocações’ consideráveis;
- migrações para outros países – que podem ter como destino tanto outros países situados no mesmo continente onde se situa o resto do território nacional em questão (no caso, outro país europeu como a França – que na verdade não constitui um destino especialmente relevante para a emigração açoriana, ainda que o seja para a emigração portuguesa em geral) como outros países situados noutros continentes (no caso dos Açores, a maior parte da emigração tem tido como destino os Estados Unidos e o Canadá e, em menor grau, o Brasil ou as Bermudas).

Importa sublinhar novamente que estas trajectórias migratórias não têm de ser mutuamente exclusivas, podendo ser combinadas em diferentes sequências ao longo da biografia migratória de um mesmo indivíduo (eventualmente intercaladas pelo retorno ao território de origem), ou levadas a cabo por diferentes elementos da mesma família.

Finalmente, para que esta brevíssima panorâmica dos estudos das migrações seja suficientemente actualizada, há que referir dois novos paradigmas que têm tido especial destaque dentro deste campo nos últimos 15 ou 20 anos. Tanto

um como o outro constituem reflexos da *globalização* de uma forma mais ampla, bem como dos seus efeitos ao nível da mobilidade e da identidade. O primeiro consiste na abordagem *transnacional* (da qual Basch *et al.*, 1994 constitui a obra mais representativa), a qual, até certo ponto, veio dar um novo ímpeto à mais antiga tradição dos *estudos diaspóricos* (Vertovec & Cohen, 1999). Os migrantes transnacionais são aqueles que desenvolvem actividades regulares e continuadas que de alguma forma os ligam aos seus territórios de origem. Não basta ser um migrante internacional para se ser um migrante transnacional: o critério fundamental é que as actividades transnacionais (envio de remessas, visitas ao país de origem, envolvimento em associações locais do país de origem, importação ou exportação de produtos, comunicação próxima e frequente com familiares, etc.) ocupem um lugar central na vida do migrante em questão. Devido à sua forte identidade insular, sucede frequentemente que os emigrantes provenientes de ilhas possuam fortes identidades transnacionais, ainda que *translocais* talvez seja um termo mais apropriado. Tal como sugerido por um dos livros por mim co-editados, os migrantes insulares provêm de ‘pequenos mundos’, mas vivem ‘vidas globais’ (King & Connell, 1999). Essas vidas globais têm as suas raízes num pequeno lugar – a ‘sua’ ilha –, de cuja comunidade consideram continuar a fazer parte, ainda que lá regressem apenas esporadicamente. Como diz um ditado popular açoriano, “os açorianos trazem a sua ilha às costas” (Williams & Fonseca, 1999: 67) e certamente não foi por acaso que os estudos seminais acerca do transnacionalismo migrante nos EUA incidiram sobre migrantes oriundos de ilhas, designadamente a República Dominicana e o Haiti (ver Glick-Schiller & Fouron, 1990, 1998; Guarnizo, 1994, 1997; Itzigsohn *et al.*, 1999).

O segundo, e ainda mais recente, novo paradigma no âmbito dos estudos das migrações consiste na ‘*abordagem das mobilidades*’ (Sheller & Urry, 2006; Urry, 2000), que não só enfatiza o papel fundamental da mobilidade nas sociedades pós-modernas como também conceptualiza as migrações enquanto apenas um de diversos tipos de mobilidade – como o turismo, as viagens de negócios, os movimentos pendulares, as migrações por etapas, as mobilidades virtuais, etc. – que se encontram numa relação contínua, e não discreta, face uns aos outros. Urry (2000) e Beck & Beck Gernsheim (2002) consideram que aquilo que caracteriza a sociedade global, especialmente nas sociedades mais avançadas da actualidade, não são as velhas categorias ‘fixas’ da classe social, residência, trajectória profissional, família e parentesco, mas sim a *individação* e a *mobilidade*. Cada vez mais, as histórias de vida das pessoas consistem não tanto em quem são, onde vivem e o que fazem, quanto em onde já estiveram e para onde querem ir. Consequentemente, a par das ‘formas de capital’ já consagradas – financeiro, humano, social e cultural (cf. Bourdieu, 1986) –,

podemos também falar de um ‘capital de mobilidade’. As ilhas ocupam um lugar de destaque nestas novas ‘paisagens migratórias’, tanto enquanto locais de origem (cujos habitantes pretendem partir, ‘correr mundo’ e regressar) como sobretudo enquanto destinos por excelência para quem pretende fazer turismo, viajar, fugir da rotina ou calcorrear o planeta.

Tal como sucede com as outras formas de capital, a distribuição do capital de mobilidade é extremamente desigual. A dotação em termos desse tipo de capital depende de se ser rico ou pobre, da parte do mundo onde se nasceu e, consequentemente, dos ‘privilégios de mobilidade’ que se possui. É bastante irónico que, neste mundo supostamente globalizado e caracterizado pela liberdade de movimento (de bens, capitais, ideias, etc.), um dos factores de produção mais fundamentais – a mão-de-obra, as pessoas – seja sujeito a regimes draconianos de controlo de movimentos. Ou antes, certos grupos de pessoas (os mais abastados, os ‘ocidentais’ ou os indivíduos pertencentes a determinados grupos étnicos) são livres de migrarem para onde entenderem, enquanto outros não possuem esse direito (os mais pobres, os menos instruídos, os indivíduos pertencentes a outros grupos étnicos ou os cidadãos dos países em desenvolvimento). Esta polarização ao nível do acesso à mobilidade parece estar a sofrer um agravamento, pelo que parece existir um desfasamento cada vez maior entre o *desejo* de migrar e a *capacidade* de o fazer (Carling, 2002). Castles & Miller (2003) referiram-se à actualidade como sendo “a era das migrações”, mas importa introduzir uma ressalva: trata-se de uma era das migrações para uns, mas não para outros.

## As migrações e as ilhas

Por mais que puxe pela cabeça, não consigo lembrar-me de algum estudo consagrado que tenha incidido sobre a questão dos fluxos migratórios a partir de uma determinada ilha ou conjunto de ilhas e no qual a dimensão insular ocupe um lugar central. (Naturalmente, têm sido produzidos inúmeros estudos científicos acerca de migrações em contextos insulares, mas nenhum deles é verdadeiramente ‘canónico’). Se atentarmos aos relatos da história das migrações, verificamos que se encontram dominados pelas chamadas ‘grandes migrações’ – de escravos, *coolies*, colonos e migrantes laborais (King, 1996). As ilhas estiveram envolvidas em todas elas, mas não são uma peça-chave da narrativa principal.

Contudo, não há dúvida que a história das ilhas esteve desde sempre ligada à das migrações – na medida em as primeiras foram originalmente povoadas

no contexto de fluxos migratórios e, em quase todos os casos, posteriormente afectadas de forma profunda pelas migrações. As taxas e saldos migratórios são, no caso das ilhas – e especialmente no que diz respeito aos fluxos de saída e à emigração –, em geral mais elevados do que sucede nos países ou regiões ‘continentais’ (ainda que na maior parte dos casos ninguém tenha procurado fazer essas contas de forma exacta). A intensidade, os tipos e a sequência cronológica dos fluxos migratórios dependem do papel histórico desempenhado por cada ilha. Num ensaio anterior (King, 1999) procurei chamar a atenção para dois possíveis papéis alternativos: as ilhas enquanto espaços marginais e as ilhas enquanto espaços nodais. As ilhas *nodais* tendem a atrair e enviar população, o que leva à emergência de sociedades cosmopolitas, híbridas e estratificadas, frequentemente caracterizadas por mentalidades ‘abertas’ face ao mundo exterior. Já as ilhas *marginais* exibem habitualmente uma tendência para a emigração e para o despovoamento, bem como para a síndrome MIRAB descrito anteriormente.

No entanto, a dicotomia marginal/nodal é talvez demasiado simplista para dar conta da diversidade das ilhas no actual contexto global. Bertram & Poirine (2007) sugerem que, quanto mais pequena e isolada for uma ilha, tanto maior a necessidade de se abrir ao mercado mundial e de se especializar numa gama estreita de actividades geradoras de rendimento. Nas pequenas economias insulares mais bem sucedidas, as palavras de ordem são a especialização e a flexibilidade – particularmente a capacidade de reconverter rapidamente a estrutura económica de modo a tirar partido de novos nichos de mercado especializados e lucrativos. Bertram & Poirine (2007: 333-335) referem o exemplo da rápida transformação das Ilhas Caimão no espaço de uma década, de uma típica economia ‘MIRAB’ para um paraíso fiscal e centro financeiro mundial. Em resultado disto mesmo, as Ilhas Caimão praticamente deixaram de ter emigração e, em contrapartida, passaram a atrair imigrantes e visitantes oriundos de regiões tanto próximas como distantes do planeta. Estes autores demonstraram ainda que o índice de vulnerabilidade económica (que mede a concentração sectorial da actividade económica), no caso de 69 economias insulares, se encontra correlacionado de forma positiva, e não negativa, com o rendimento *per capita*.

Warrington & Milne (2007) oferecem uma tipologia das ilhas um pouco mais sofisticada, que se baseia nas características das mesmas em termos de governância e das suas relações históricas com o “sistema-mundo”. Ao longo dos próximos parágrafos, apresento cada uma das categorias que constituem esta tipologia, procurando relacioná-las com diferentes trajectórias típicas ao nível das migrações. Estes sete tipos não são de todo mutuamente exclusivos;

certas ilhas desempenharam diferentes papéis ao longo da sua história, enquanto outras desempenham mais do que um papel ao mesmo tempo.

Em primeiro lugar, temos as ilhas *civilizacionais*, das quais existem apenas duas nos tempos modernos: a Grã-Bretanha e o Japão, que na verdade são arquipélagos de grandes dimensões. Através do comércio e da conquista, estas ilhas adquiriram grande poder económico e cultural, assim como uma hegemonia e uma autonomia insulares que estão nos antípodas da vulnerabilidade habitualmente associada às ilhas. Devido aos seus projectos políticos e económicos de cariz imperial, as migrações típicas destas ilhas são as que estão associadas ao comércio de longa distância e à colonização.

Em seguida, temos as ilhas de *povoamento*. Trata-se de domínios coloniais que foram povoados pelos colonos referidos a propósito do tipo anterior. No caso inglês, as mais importantes foram a Nova Zelândia e a ilha-continente da Austrália. A Islândia constitui um outro exemplo, na órbita de um outro poder colonial. O seu principal papel, enquanto áreas originalmente pouco povoadas, consistiu na absorção da população excedentária da metrópole, no essencial através de migrações voluntárias muitas vezes apoiadas e subsidiadas.

O terceiro tipo corresponde às ilhas de *plantação*, que, sendo também um produto da era colonial, desempenharam um papel subordinado nesse contexto: o de abastecerem a metrópole de um conjunto pouco diversificado de matérias-primas. Os produtos de plantação típicos ao longo da história foram o açúcar, o algodão, o café, o chá, as especiarias e os minérios preciosos. Esta hiper-especialização persiste nos nossos dias sob a forma de outras ‘monoculturas’: os hidrocarbonetos, o turismo ou até a finança *offshore*. A vulnerabilidade económica continua a ser uma característica estrutural das ilhas de plantação, não só por causa da sua escassa diversificação produtiva e da sua dependência face aos preços praticados nos mercados mundiais de matérias-primas (que, de uma forma geral, têm vindo a cair), como também devido à forte concentração dos meios de produção nas mãos de ‘plantocracias’ locais ou de empresas multinacionais (Warriner & Milne, 2007: 411). No que se refere às migrações, estas ilhas caracterizam-se por uma história de imigração involuntária por parte de trabalhadores escravos ou presos a contratos de dívida, a qual esteve na origem de sociedades desiguais estruturadas com base em factores raciais. Quando a economia destas ilhas colapsa, o resultado é a emigração em massa: nessas ocasiões, a mão-de-obra transforma-se na monocultura de exportação. Muitos Estados insulares e territórios dependentes das Caraíbas (bem como alguns outros situados nos Oceanos Índico e Pacífico) enquadram-se neste regime político-económico e migratório.

As ilhas *feudais* partilham algumas das características históricas, económicas e migratórias das ilhas de plantação. No fundo, são o oposto das ilhas

de civilização, apresentando um carácter periférico e níveis de vulnerabilidade extremos, por sua vez agravados por uma história de exploração sistemática por parte de elites locais ou externas. A Sicília e o Haiti constituem exemplos paradigmáticos, sendo caracterizados por um conjunto de estruturas impeditivas do desenvolvimento – organizações mafiosas, tradicionalismo extremo, violência, corrupção e exercício ilegítimo do poder. A Irlanda, antes de 1921, é também frequentemente considerada e conceptualizada como um domínio feudal britânico. A emigração em massa, muitas vezes em circunstâncias particularmente traumáticas (veja-se o exemplo da grande fome que assolou a Irlanda em meados da década de 1840) torna-se, conseqüentemente, a única saída.

Em seguida, temos as ilhas-*fortaleza*: locais que visam salvaguardarem e projectar o poder. Malta é um exemplo típico, mas existem mais casos, tais como Santa Lúcia no século XVIII, Singapura no período entre as duas guerras mundiais ou Hong Kong antes da transferência para a China. A afirmação do poder colonial e militar são a razão de ser das ilhas-fortaleza, que surgem com base numa combinação fortuita de aspectos tais como a sua localização estratégica, as tecnologias de transporte aéreo e marítimo existentes em cada momento (e que, naturalmente, tendem a modificar-se) ou as principais rotas comerciais e militares. Segundo Warriner & Milne, as características típicas das ilhas-fortaleza em termos de governância estão repletas de paradoxos: “abundância económica e vulnerabilidade; administrações competentes e bem-intencionadas a par de diferendos políticos agudizados; um papel relevante ao nível da política imperial a par de um escasso sentido das necessidades e interesses internos” (2007: 407). A própria criação das ilhas-fortaleza enquanto tais, envolve habitualmente a imigração de contingentes militares, mas quando essa função se desvanece, a consequência é normalmente a emigração em massa (como sucedeu no pós-guerra no caso de Malta).

Por sua vez, as ilhas-*entreposto* exibem uma clara função nodal. Em termos de localização, os entrepostos tiram partido da sua proximidade face às rotas comerciais, funcionando como pontos de entrada para as áreas continentais adjacentes, das quais se encontram geograficamente separados. Porém, as fontes internas do sucesso dos entrepostos têm a ver com a capacidade empreendedora, os investimentos financeiros e regimes regulamentares que facilitem as transacções comerciais através da minimização dos custos e dos riscos. Warriner & Milne (2007: 413) referem Singapura, as ilhas do Canal da Mancha, a Ilha de Man e as Ilhas Maurícias como exemplos deste tipo de economia política insular. Noutros casos – como Barbados, Malta ou Irlanda – a assunção da função de entreposto seguiu-se historicamente a outras configurações político-económicas – os três casos referidos eram, respectivamente, uma ilha

de plantação, uma ilha-fortaleza e uma ilha feudal. Os entrepostos assentam no comércio e no investimento, mais do que nos fluxos migratórios em grande escala, mas é de esperar que se verifique uma combinação de emigração e imigração, nomeadamente por parte de mercadores e comerciantes abastados, empresários e ‘exilados fiscais’.

Finalmente, temos as ilhas de *refúgio*, cuja razão de ser consiste na sua afirmação e oposição face a potências continentais dominantes. Cuba (por oposição aos EUA) e Taiwan (por oposição à China continental) são os exemplos clássicos, definindo-se ideologicamente através da afirmação face aos respectivos ‘alter-egos’: socialismo contra capitalismo, democracia contra autocracia. Caracterizam-se pela ocorrência de fluxos migratórios por parte de pessoas que buscam refúgio de um ou outro sistema, tanto para dentro como para fora.

### As ilhas, as migrações e a globalização: dois aspectos específicos

No contexto duplo da época actual como sendo ao mesmo tempo uma era de globalização e uma era de migrações, e tendo como principais referências geográficas o Mar Mediterrânico e o Atlântico Oriental que lhe é adjacente, gostaria agora de sublinhar dois aspectos específicos da relação entre as ilhas e as migrações, que simultaneamente constituem propostas de investigação científica futura.

O primeiro tem a ver com as novas funções-chave desempenhadas pelas *ilhas enquanto lugares estratégicos na geopolítica das migrações irregulares*, especialmente no que diz respeito ao fluxo de migrantes ‘clandestinos’ entre a África e a Europa. Numerosos migrantes que pretendem chegar à Europa realizam viagens longas e tortuosas que chegam a durar vários meses, ou até anos: em muitos casos, partem de locais situados muito a Sul das costas africanas e têm como destino países localizados bem para lá das ilhas e costas do sul da Europa. Na verdade, na medida em que levam a cabo ‘trajectos fragmentados’, ao longo dos quais se encontram em ‘trânsito’, sucede frequentemente que nem sequer tenham definido esses países de destino no momento da partida; podem mudar de planos ao longo do trajecto, de acordo com as oportunidades que se apresentam; ou podem até nunca chegar ao destino, ficando retidos nalgum ponto intermédio (Collyer, 2007: 668). Os migrantes mais pobres (bem como os menos pobres, uma vez que as migrações irregulares envolvem despesas substanciais com as viagens e os honorários dos contrabandistas) têm cada vez mais vindo a ser ‘empurrados’ pelos factores repulsivos vigentes nos seus países de origem, que se encontram muitas vezes mergulhados no caos político e eco-



nómico; apesar disso, vêem-se confrontados com regimes globais e europeus de controlo das fronteiras que tornam cada vez mais difícil e perigosa a entrada na 'Europa-Fortaleza'. À medida que os migrantes e os contrabandistas vão procurando novas rotas menos vigiadas ou mais acessíveis, certas ilhas passam a assumir-se como pontos de entrada estrategicamente localizados, tal como sucede particularmente no caso das ilhas que fazem parte da União Europeia e que se encontram nas proximidades dos locais de embarque situados em Marrocos, Tunísia, Líbia, etc. Nesta nova geografia estratégica das migrações irregulares, a Sicília (especialmente a minúscula ilha de Lampedusa), Malta e as Canárias Orientais constituem as plataformas de acesso à Europa que se revestem de maior interesse para os migrantes.

A atracção exercida pelas ilhas, mas também os perigos que as caracterizam, enquanto lugares-chave nas viagens dos migrantes irregulares tornam-se especialmente evidentes quando temos em conta as configurações espaciais precisas tanto das rotas migratórias como dos mecanismos de controlo. O patrulhamento de uma fronteira marítima é fundamentalmente diferente – e mais difícil – do que o de uma fronteira terrestre, na medida em que exige a vigilância de uma área (o mar) em vez de uma linha (Carling, 2007a: 324). Ao contrário das fronteiras terrestres – com os seus postos de controlo situados em estradas ou aeroportos e onde é possível construir barreiras físicas tais como muros ou vedações –, as fronteiras marítimas são muito mais porosas e o acesso pode ser feito de forma mais discreta, ao abrigo da escuridão. As chamadas 'áreas de busca e salvamento' tornam possível – e até obrigatório – que os migrantes que viajem em barcos sobrelotados sejam recolhidos e levados para terra, apesar da possibilidade de não virem a ser repatriados. Os principais perigos consistem no risco de tempestades e correntes que virem os minúsculos barcos ou os desviem da sua rota, na possibilidade de avaria do motor, nas fracas competências em termos de navegação, na escassez ou ausência de coletes salva-vidas, no facto de muitos migrantes não saberem nadar e ainda na falta de escrúpulos de certos pilotos e contrabandistas, que abandonam os migrantes ainda longe da costa, pondo em risco os que não sabem nadar. Tudo isto tem sido amplamente documentado, não tanto em estudos académicos (ainda assim, ver Carling, 2007a), mas sobretudo em inúmeros relatórios de ONGs e notícias de jornal<sup>4</sup>.

---

4 Veja-se, por exemplo, a *newsletter* mensal da PICUM (Plataforma para a Cooperação Internacional em Matéria de Migrações Indocumentadas), que publica regularmente relatórios e dados estatísticos relativamente aos casos de "mortes na fronteira". Entre os locais e rotas mais comumente associados a tragédias, incluem-se as ilhas gregas próximas da costa turca, Sicília e Lampedusa, Malta e as Ilhas Canárias. A *newsletter* de Novembro de 2004 refere de forma fundamentada que todos os anos se afogam no Mediterrâneo 2000 migrantes ao tentarem chegar à Europa – metade do total mundial de mortes de migrantes no mar. De 2004 em diante, os relatos de

Carling (2007a, 2007b) e Collyer (2007) documentaram recentemente as mudanças em curso ao nível da geografia e das tecnologias de controlo migratório e de fronteiras nas águas do Mediterrâneo e do Atlântico. A implementação em 2002, por parte das autoridades espanholas e com o apoio da UE, do sistema de vigilância SIVE (Sistema Integrado de Vigilância Exterior) no Estreito de Gibraltar veio tornar cada vez menos exequível o trajecto mais curto entre Marrocos e Espanha, que durante anos havia sido realizado em *pateras* (barcos de madeira improvisados) rudimentares por milhares de marroquinos e cidadãos de outros países. Isso teve como consequência o desvio das principais rotas de trânsito entre a África e a Europa: a leste, passaram a ter lugar entre a parte da costa marroquina entre os enclaves espanhóis de Ceuta e Melilla e a costa espanhola perto de Granada e Almería; a sudoeste, as rotas passaram a ligar a costa Atlântica de Marrocos e a região de Cadiz. Mais tarde, a extensão do SIVE a toda a costa da Andaluzia empurrou os migrantes ainda mais para sul e para leste. Emergiram então, em meados da década de 2000, novas rotas com origem no Sul de Marrocos, no Saara Ocidental e na Mauritânia e com destino às Canárias – inicialmente para Fuerteventura (a ilha mais próxima da costa africana), mas, mais tarde, após a introdução parcial do SIVE nesta região, para Lanzarote, Gran Canaria e Tenerife. À medida que a vigilância destas costas se intensificou, surgiram recentemente rotas de mais longa distância, que envolvem o arquipélago de Cabo Verde, mais para Sul. Ao mesmo tempo, muito mais a leste, emergiu também uma nova rota migratória irregular entre a Líbia e Malta, que aderiu à UE aquando do alargamento levado a cabo em 2004. O caso de Malta será analisado em maior detalhe na última secção deste artigo.

Antes disso, porém, gostaria de me referir a um outro aspecto específico da investigação científica em torno da relação entre as ilhas e as migrações, o qual remete para os comentários feitos anteriormente acerca do valor heurístico das *ilhas enquanto laboratórios, ou modelos à escala, para a análise de processos e interações sociais*. Porém, esta questão relaciona-se também de forma contrastante com o primeiro aspecto atrás referido, que dizia sobretudo respeito a migrantes pobres e indocumentados, que procuram rotas viáveis de acesso aos países ricos da Europa de modo a encontrarem trabalho e a poderem melhorar as suas vidas e

---

afogamentos têm estado cada vez mais associados às Canárias. A *newsletter* de Janeiro de 2005 contém o seguinte relato arrepiante: “A guarda costeira espanhola detectou um grupo de imigrantes sub-sarianos num pequeno barco ao largo de Fuerteventura (Canárias) em 23 de Dezembro. Treze estavam mortos, tendo os restantes 30 sido recolhidos. Seis dos sobreviventes encontravam-se em estado grave. Os guardas presentes referem que a cena era de horror, uma vez que os mortos e os vivos partilhavam o mesmo espaço e que alguns dos sobreviventes estavam agarrados aos cadáveres. Os sobreviventes sofriam de desidratação e hipotermia, devido ao barco ter andado à deriva, sem combustível, água ou comida, durante três dias”. Por sua vez, a *newsletter* de Fevereiro de 2006 refere que, durante o ano de 2005, morreram 226 migrantes indocumentados ao tentarem chegar por mar às Ilhas Canárias.

as dos seus familiares nos países de origem. Vimos como certas ilhas têm vindo a adquirir uma importância especial em termos de localização no contexto desta nova geografia das migrações. No entanto, para os indivíduos situados no outro extremo da distribuição global da riqueza, as ilhas têm também vindo a tornar-se ‘espaços de recreio’, que visitam nos seus iates ou em cruzeiros e onde adquirem segundas (ou terceiras e quartas...) residências, ou até a ilha inteira! A invasão por parte do capital estrangeiro com o objectivo de adquirir propriedades nas ilhas despoleta um processo de *gentrificação insular*, tal como amplamente documentado por Clark *et al.* (2007) no caso das ilhas suecas em redor de Gotemburgo e Estocolmo, ou por Mazetti (2007) no caso de Capri. Segundo alguns agentes imobiliários locais, o mercado imobiliário sueco tem vivido uma autêntica ‘histeria’ em torno das ilhas, tal é a procura (Clark *et al.*, 2007: 483). Da mesma forma, na ilha de Capri, cujas origens enquanto destino turístico de veraneio remontam ao tempo dos romanos, o preço do terreno para construção situa-se algures entre os 6.000€ e os 10.000€ por metro quadrado, conforme a localização e a vista. Trata-se de preços fundiários comparáveis aos das áreas centrais de muitas cidades, pelo que Capri pode na prática ser considerado um bairro residencial de luxo da área metropolitana de Nápoles, à qual está ligada por *hydrofoils* rápidos e frequentes (Mazetti, 2007: 612).

Neste contexto, que dificilmente poderia estar mais afastado da imagem dos migrantes desesperados e encharcados que dão às costas de Lampedusa ou Fuerteventura, as ilhas proporcionam uma imagem muito mais romântica, que assenta na ‘ilha’ como representação visual e metafórica do turismo e do lazer. As ilhas representam pequenos espaços únicos, onde a paz, a tranquilidade, a pureza ambiental e o carácter intocado das paisagens terrestres e marítimas são especialmente procurados pelos mais ricos, pelos reformados e pelos sonhadores que disponham dos meios para aí se instalarem, pelo menos durante parte das suas vidas.

Todos estes tipos de migrações – de ricos e pobres, de curta e longa duração, de turistas, reformados, etc. – ocorrem lado a lado uns com os outros em ilhas como Tenerife, Gran Canaria, Maiorca, Malta ou Chipre. Em maior ou menor grau, todos eles interagem entre si e com a sociedade de acolhimento. Para sermos mais precisos, é possível identificar neste contexto os seguintes grupos de actores migratórios:

- não-migrantes naturais da ilha – os quais são, ainda assim, profundamente afectados pela emigração dos outros habitantes da ilha, bem como pela presença dos imigrantes;

- migrantes internos no seio do arquipélago – embora não sejam sempre facilmente identificáveis, contribuem em parte para definir as fronteiras do sentimento de ‘pertença’;
- emigrantes – muitos dos quais visitam regularmente a ilha e continuam a considerar-se parte da respectiva comunidade;
- migrantes regressados – quer tenham regressado temporariamente ou de vez;
- turistas e visitantes – incluindo tanto os visitantes de curta duração e os passageiros dos cruzeiros como aqueles que possuem segundas residências na ilha, onde chegam a passar vários meses por ano;
- imigrantes oriundos de países mais ricos, que muitas vezes são reformados; e
- imigrantes provenientes de países mais pobres – quer regulares, quer indocumentados e por vezes incluindo requerentes de asilo.

O contexto de uma pequena ilha permite a análise minuciosa de múltiplos processos migratórios e das suas interações; é mais fácil fazê-lo num microcosmo insular, na medida em que os diversos grupos de migrantes acima enunciados vivem na proximidade geográfica (embora não necessariamente social) uns dos outros.

Colocam-se assim diversas questões e hipóteses de partida interessantes. Será que a pequena escala das sociedades insulares constitui um ambiente mais acolhedor, onde os (vários tipos de) migrantes têm mais facilidade em se instalarem, uma vez que beneficiam do apoio proporcionado por relações pessoais que são mais fáceis de estabelecer num contexto local e informal? Ou serão as ilhas lugares hostis para quem vem de fora e é visto como uma ameaça potencial às redes existentes e à ordem estabelecida (Baldacchino, 2010)? Ou talvez alguns grupos de imigrantes sejam bem-vindos, outros tolerados e outros ainda rejeitados? De que forma tem lugar a relação triangular entre os nativos, os novos residentes estrangeiros mais abastados e os trabalhadores imigrantes mais pobres? Será que os ex-migrantes regressados desempenham um papel de ‘intermediação’ entre os nativos e os imigrantes, recorrendo às suas próprias experiências migratórias para promoverem o entendimento entre os diversos grupos?

Por enquanto, são escassos os estudos de caso de ilhas que permitem dar resposta a estas perguntas. Uma das exceções é Salvà-Tomàs (2002), que analisa a relação entre o turismo (sobretudo proveniente da Alemanha e Reino Unido) e a imigração laboral (oriunda de África e da América do Sul) no contexto das Ilhas Baleares, embora se trate essencialmente de um estudo

económico e demográfico de tipo descritivo, que não envolveu a recolha de dados primários extensivos ou etnográficos. Um estudo mais inovador do ponto de vista teórico é a análise do ‘nexo turismo/mão-de-obra’ no caso das Canárias levada a cabo por Bianchi (2000). Bianchi põe em causa a distinção entre turistas e trabalhadores do sector turístico através do recurso à categoria constituída pelos trabalhadores turísticos temporários, no contexto de padrões emergentes de mobilidade pós-industrial em que se confundem cada vez mais as ideias de trabalho, lazer e migração. “Os turistas-trabalhadores migrantes constituem assim um grupo específico [que] engloba aspectos relacionados com as mobilidades motivadas tanto pelo lazer como pelo trabalho, na medida em que assentam a sua identidade na busca de estilos de vida móveis e alternativos, dos quais o lazer e o trabalho nos *resorts* são componentes integrais” (2000: 122). Embora esta categoria sociológica não seja uma característica exclusiva das ‘ilhas de lazer e recreio’, a ideia de ‘escape’ que está associada aos destinos turísticos insulares atrai muitos destes turistas-trabalhadores para locais como San Antonio (Ibiza), Mykonos (Grécia) ou Agia Napa (Chipre), onde existe uma abundância relativa de empregos temporários e sazonais enquanto guias turísticos, empregados de bares, nadadores salva-vidas, etc..

## O caso de Malta

Malta constitui um exemplo paradigmático dos dois aspectos atrás desenvolvidos: a conjugação de diferentes grupos de migrantes e de diferentes tipos de migrações, no contexto de uma sociedade e de um espaço insular de pequenas dimensões; e o papel das ilhas nas novas dinâmicas espaciais da imigração clandestina para a UE. Esta ideia de Malta como um ‘microcosmo migratório’ (Anon, 1964) resulta de uma longa e variada sequência histórica de fluxos migratórios que afectaram a ilha. A função de Malta enquanto ilha-fortaleza situada no meio do Mediterrâneo – juntamente com Gibraltar e Chipre, um dos três postos defensivos do império britânico neste mar – proporcionou à ilha uma trajectória singular em termos tanto demográficos como de desenvolvimento. A base económica assente no exterior, numa ilha com poucos recursos naturais e uma densidade populacional já de si elevada, teve como consequência um crescimento demográfico que acabou por revelar-se insustentável, especialmente quando a ‘economia de fortaleza’ começou a ser desmantelada no contexto da independência em 1964. Contudo, muito antes do aumento exponencial da emigração no período após a 2ª Guerra Mundial, Malta tinha já uma longa tradição de exportação da sua população excedentária,

especialmente no interior da bacia do Mediterrâneo e através dos seus laços comerciais com cidades-porto como Argel, Tunis, Trípoli (na Líbia), Marselha e Constantinopla (Istambul). Price (1954: 115) estima que, em 1865, fossem 40.000 os malteses residentes no exterior, que equivaliam a 22% da população.

Esta emigração precoce foi insuficiente para deter uma taxa de crescimento populacional que continuou a apresentar níveis invulgarmente elevados para os padrões europeus até bem depois da 2ª Guerra Mundial. De acordo com o recenseamento de 1948, um quarto das famílias apresentava então uma descendência final correspondente a dez ou mais filhos – tendo essa proporção descido para um quinto no início da década de 1960, altura em que a descendência final era de seis filhos. Ao mesmo tempo, as taxas de mortalidade e mortalidade infantil caíram vertiginosamente, acentuando o crescimento demográfico. Em finais da década de 1950 e inícios da década de 1960, o número médio anual de nascimentos era de 8.600, enquanto o de óbitos era de apenas 2820, o que se traduzia num crescimento natural anual de quase 6000 pessoas, ou 2% da população. Este valor assumia-se como particularmente elevado tendo em conta os níveis de vida e de desenvolvimento de Malta (King, 1979: 110-111).

Os factores ‘repulsivos’ que estiveram na origem do ‘grande êxodo’ que teve lugar nas três décadas que se seguiram à 2ª Guerra Mundial foram tanto demográficos (elevado crescimento natural) como económicos (contração da ‘economia de fortaleza’), tendo os primeiros sido salientados por Jones (1973) e os segundos por Delia (1982). Entre 1946 e 1974, verificou-se um êxodo de 138.000 habitantes, equivalentes a 44% da população maltesa. Foram quatro os países de destino que absorveram estes emigrantes: a Austrália (58%), o Reino Unido (22 %), o Canadá (13%) e os Estados Unidos (7%). Durante o auge da emigração – na década de 1950 e início da década de 1960 –, a proporção de novos emigrantes na população chegou a um em cada 30, ou 3% ao ano, o que, segundo Jones (1973), constituía a mais elevada taxa de emigração do mundo.

À medida que a emigração se reduziu durante a década de 1970, emergiram dois novos fluxos migratórios: uma bastante substancial imigração de retorno por parte de trabalhadores migrantes malteses (King, 1979; King & Strachan, 1980) e a imigração dos chamados ‘*sixpenny settlers*’. Estes últimos eram cidadãos britânicos aposentados (em muitos casos, aposentados precoces) cuja atracção por Malta tinha a ver com antigas ligações (tais como terem feito o serviço militar na ilha), a reduzida carga fiscal (seis antigos *pence* por cada libra, ou 2,5%, de onde a sua designação), o clima ameno e solarengo e a ‘atmosfera colonial’ britânica (mesmo após a independência). Esta imigração de reformados britânicos persistiu ao longo das décadas seguintes: em meados da década de 1990, o Alto-Comissariado Britânico estimava que a população

britânica residente em Malta ascendesse aos 5000 habitantes (Warnes & Patterson, 1998: 121).

Porém, a imigração para Malta tem um outro lado mais recente e dramático, decorrente da adesão à UE em 2004 e do desvio (tal como atrás referido) das rotas migratórias irregulares provenientes de África, nas quais a Líbia passou a assumir-se como um novo e importante país de trânsito<sup>5</sup>. Esta nova tendência ao nível da imigração era já evidente em 2002, altura em que a vocação europeia de Malta foi finalmente decidida – ainda que com uma certa ambivalência residual –, após anos de debate e hesitação (Baldacchino, 2002; Mitchell, 2002). Nesse ano, chegaram às costas de Malta 21 barcos carregados com 1686 imigrantes irregulares e requerentes de asilo – valor esse que se manteve mais ou menos constante, entre os 1.700 e os 2.000 por ano, desde então. A maior parte destes imigrantes são de nacionalidade egípcia, sudanesa, etíope, eritreia e somali.

A viagem por mar para Malta, pela qual os migrantes pagam a agentes cerca de 1000 a 1200 dólares (valores referentes a 2003-05: Hamood, 2008: 30), segue-se a uma igualmente perigosa, mas muito mais longa (ainda que mais barata: entre 60 e 180 dólares), viagem através do deserto em camiões abertos, que entram em território líbio através de postos fronteiriços sem guardas. Ironicamente, a maior parte dos imigrantes que chega a Malta não pretende ir para este país; o seu objectivo é a Itália e o espaço Schengen. A sua chegada a Malta tem lugar por engano: pensam, ou é-lhes dito pelos pilotos, que Malta é a Sicília; ou são recolhidos, quando em situação de perigo, pelos barcos que patrulham a extensa área de busca e salvamento de Malta – um vasto rectângulo alongado que se estende desde Creta até perto da costa da Tunísia e que é extremamente desproporcionado face à superfície terrestre de Malta quando comparado com as áreas de busca e salvamento dos países adjacentes (Tunísia, Líbia, Itália, Grécia)<sup>6</sup>. Os imigrantes ficam no entanto retidos em Malta devido às regras da convenção de Dublin, que estabelece que os pedidos de asilo devem ser apreciados no primeiro país de chegada, sem que aos requerentes seja permitido prosseguir viagem e devido ao facto de Malta (ao contrário de Itália) não ter assinado nenhum acordo de repatriamento com a Líbia (Hamood, 2008: 32-33).

5 De acordo com o ICMPD (Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas Migratórias, de Viena), este fluxo migratório para Malta faz parte de um fluxo muito mais amplo, composto por cerca de 80.000 migrantes anuais que procuram chegar por barco à Sicília e à Itália a partir da Líbia (cit. in Hamood, 2008: 19). As estimativas do número total de migrantes que em cada momento se encontra ‘em espera’ na Líbia oscilam entre os 750.000 e os dois milhões. Estes migrantes provêm principalmente dos países adjacentes situados na África Subsaariana e no Nordeste do continente africano.

6 Ver o mapa em Texiere (2006: 42).

O recente afluxo de imigrantes irregulares tem constituído um desafio para a identidade nacional maltesa e para a política migratória deste país de três maneiras diferentes. *Em primeiro lugar*, em resultado da percepção da ‘intrusão’ por parte de imigrantes de diferentes culturas, religiões e tons de pele, a maior parte dos quais são jovens do sexo masculino não acompanhados, numa sociedade que em geral se considera a si mesma como homogênea, centrada na família, resolutamente católica e socialmente conservadora (embora simultaneamente progressista face aos seus membros menos afortunados). Contudo, a esta homogeneidade está associada uma certa insegurança em relação à identidade nacional (Abela, 2006; Baldacchino, 2002; Mitchell, 2002). Quem são ao certo os malteses? Quais são as características nacionais que os definem, dada a sua proclamada herança fenícia e os seus subsequentes contactos com as esferas árabe/magrebina, italiana e colonial britânica? Segundo Abela (2006), a existir um elemento unificador da identidade dos malteses, para além do óbvio apego à sua ilha, é a Igreja Católica, que proporciona um abrangente ‘guarda-chuva’ identitário à generalidade do povo maltês, para além de uma constante presença visual sob a forma das igrejas monumentais que se erguem sobre as vilas e aldeias de Malta. Consequentemente, os imigrantes são vistos como uma ameaça potencial a esta frágil identidade maltesa, com a sua língua e cultura únicas mas ameaçadas.

Há aqui pelo menos dois aspectos irónicos. O primeiro tem a ver com a natureza do catolicismo maltês. Por um lado, caracteriza-se por níveis muito elevados de comparência à missa e por doações caritativas invulgarmente avultadas para causas meritórias tanto no interior do país como no “Terceiro Mundo”. No entanto, quando é o Terceiro Mundo que chega a Malta sob a forma de imigrantes de pele escura, a caridade transforma-se em xenofobia. A segunda ironia consiste na incapacidade generalizada de relacionar a experiência maltesa de emigração em massa com a situação difícil dos imigrantes que chegam ao país<sup>7</sup>. Uma última ironia, que relaciona as duas primeiras, tem a ver com o papel de certas organizações católicas mais liberais, como a Comissão para os Emigrantes (fundada originalmente para prestar apoio aos emigrantes malteses) ou o Serviço Jesuíta para os Refugiados, na prestação de importantes serviços sociais e de apoio aos imigrantes e requerentes de asilo.

O *segundo* desafio assenta na forma como é formulado o discurso em torno da imigração irregular e dos requerentes de asilo em termos de números:

---

7 Naturalmente, existem quer semelhanças quer diferenças entre os dois casos. Os defensores da ideia de que os dois casos não devem ser comparados apontam para o carácter organizado e oficialmente reconhecido da emigração maltesa no seio do mundo anglófono, por contraste com a chegada espontânea e desorganizada dos imigrantes que vêm por barco.



a ideia que “não cabemos todos nesta pequena ilha”. É inquestionável que Malta exhibe a mais alta densidade populacional de todos os países da UE: 400.000 habitantes em apenas 316 km<sup>2</sup> de solo calcário estrategicamente localizado mas infértil. Embora o afluxo anual de mais de um milhão de turistas seja bem-vindo, devido à importância do turismo para a economia e, naturalmente, porque os turistas acabam por regressar a casa, a chegada anual de 2000 imigrantes ‘ilegais’ que não podem, ou não querem, regressar aos seus países de origem é encarada de outra forma nesta óptica dos equilíbrios quantitativos. Em Malta, assinala-se frequentemente que o impacto de 2000 imigrantes numa população de 400.000 é equivalente à chegada anual de 300.000 imigrantes a Itália, ou 200.000 a Espanha. Uma dimensão adicional deste discurso é a que reflecte a auto-percepção de Malta como ‘país menos desenvolvido’ para os padrões europeus, que está por isso menos preparado para responder ao afluxo de imigrantes. É feito o contraste com outros países europeus mais ricos, nos quais se alega explicitamente que os imigrantes desempenham uma função económica necessária, ao aceitarem os empregos que os trabalhadores nativos não estão dispostos a aceitar, por exemplo na agricultura e construção civil<sup>8</sup>.

Isto conduz-nos ao *terceiro* desafio, que é de longe o mais complexo: a questão da resposta política. Por sua vez, esta possui duas dimensões: as medidas políticas internas no que se refere à recepção, processamento, alojamento e integração dos imigrantes e refugiados; e a dimensão política externa, ao nível da UE e das relações bilaterais com os países de origem e de trânsito, nomeadamente a Líbia.

O que se torna claro a partir dos escassos estudos existentes que se debruçam sobre o fenómeno da ‘nova imigração’ para Malta (King & Thomson, 2008; Spiteri, 2004; Texiere, 2006; Thomson, 2006) é que o país não estava preparado para receber aqueles que, à imagem do naufrágio bíblico de São Paulo, começaram a dar à costa de Malta nos primeiros anos do século XXI. Apesar de, no papel, o número dos requerentes de asilo que se encontram a aguardar a apreciação do pedido de concessão do estatuto de refugiado seja impressionante para os padrões sul-europeus (Thomson, 2006: 6), a forma como os imigrantes irregulares e os requerentes de asilo têm sido alojados tem sido alvo de condenação geral<sup>9</sup>. Por um período máximo de 18 meses (entre-

8 Naturalmente, a utilidade económica dos imigrantes no contexto dos restantes países europeus não impede que sejam alvo de racismo e discriminação, nem que se tornem ‘bodes expiatórios’ ao nível do discurso de certos governos.

9 A situação atingiu o paroxismo aquando de um incidente violento no centro de detenção de Safi, em Janeiro de 2005, quando uma manifestação pacífica, por parte dos imigrantes aí detidos, contra as suas condições de alojamento e o tratamento desumano de que eram alvo foi brutalmente reprimida por soldados e pela polícia (Texiere, 2006: 84-90). Mais recentemente, citando um estudo promovido pela UE, o *Times of Malta* escreveu

tanto reduzido para 12), ficam detidos em campos de detenção sobrelotados e deficientemente equipados (antigos quartéis militares), sob a vigilância de soldados que receberam formação militar e não humanitária. Posteriormente, são ‘libertados no seio da comunidade’, o que habitualmente significa serem transferidos para ‘centros abertos’, nos quais podem obter vistos de trabalho e procurar emprego. Não existem verdadeiras políticas ou medidas de integração e promoção do bem-estar dos imigrantes para além das que são levadas a cabo pelas organizações de solidariedade social.

A questão da imigração irregular tem também tido um impacto significativo na cena política interna, fazendo aumentar exponencialmente a influência da Aliança Nacional (*Alleanza Nazzjonali*), de direita, para a qual a imigração – e, na verdade, as implicações mais vastas da globalização e do processo europeu – representam uma ameaça, nas suas próprias palavras, para os ‘valores malteses da fé, pátria e família’. A realização de manifestações contra a imigração irregular levou à ocorrência de confrontos na praça principal da capital, Valetta, entre manifestantes de direita e grupos anti-racistas. O debate já de si incendiário em torno da imigração tem por outro lado vindo a tornar-se ainda mais explosivo pela acção retórica do grupo extremista *Imperium Europa*, defensor da supremacia branca. Para além disso, numerosos artigos e cartas enviadas a jornais malteses revelam bem o carácter ignorante e ingénuo do debate em torno da questão da imigração, com alusões estafadas ao crime, às doenças, ao fanatismo religioso e ao choque de culturas (Spiteri, 2004). Estes movimentos anti-imigração têm um peso eleitoral negligenciável, mas as suas posições adquirem uma importância acrescida no contexto do equilíbrio de poder instável entre os dois partidos centristas tradicionais, o Partido Nacionalista e o Partido Trabalhista de Malta (Baldacchino, 2008).

Um dos desafios que se colocam à política externa de Malta consiste em convencer a UE de que necessita de apoio e tratamento especial em virtude do ‘fardo’ desproporcionado que tem de suportar em termos de imigração devido a quatro factores geográficos inquestionáveis: a pequena dimensão, a elevada densidade populacional, a proximidade em relação ao Norte de África e a gigantesca área marítima sob sua responsabilidade. Aquando das negociações pré-adesão, Malta conseguiu assegurar a aprovação de duas cláusulas derogatórias que reflectiram uma preocupação distinta – a saber, o receio da

---

(em 13 de Janeiro de 2008) que “Os centros de detenção de imigrantes estão sobrelotados; têm más condições de higiene; escasseiam os cuidados médicos, o apoio legal, o acesso a informação ou o acesso a intérpretes; e abundam as arbitrariedades... As medidas repressivas implementadas em Malta com vista ao controlo da imigração irregular são desumanas e ineficazes, não têm qualquer efeito ao nível da redução dos fluxos e não protegem os interesses desse país”.

imigração oriunda de estados-membros como a Itália, de onde se receava que proviessem numerosos sicilianos desempregados. As duas cláusulas de excepção consistiram na proibição da aquisição de segundas residências em Malta por parte de cidadãos estrangeiros e numa moratória de sete anos à livre entrada de trabalhadores provenientes da UE (com a possibilidade de concessão excepcional de vistos de trabalho para fins específicos). Já as tentativas de derrogação parcial das regras da Convenção de Dublin de 1990, que na prática retêm os requerentes de asilo em Malta, têm tido muito menos sucesso, contra a vontade tanto das autoridades maltesas quanto dos próprios imigrantes, que gostariam de seguir caminho para Norte. Finalmente, tanto os esforços no sentido do estabelecimento de um acordo bilateral com a Líbia com vista a permitir o repatriamento dos imigrantes irregulares, quanto os pedidos às autoridades líbias para que controlem a partida de barcos das suas costas até agora têm-se revelado infrutíferos.

## Conclusão

Será que Malta necessita de imigrantes? Existirá uma necessidade estrutural de mão-de-obra imigrante no mercado de trabalho maltês? As opiniões e os argumentos divergem; continuamos à espera de um estudo mais conclusivo acerca desta questão. Existem certamente indícios *ad-hoc* da presença de um certo número de grupos nacionais para além dos requerentes de asilo e imigrantes irregulares, na sua maioria africanos, que atrás referimos. Existe uma presença líbia que remonta à década de 1970, altura em que a postura pró-líbia do primeiro-ministro radical de então, Dom Mintoff, teve como consequência a vinda de um conjunto de professores líbios com o objectivo de ensinarem árabe nas escolas de Malta. Quando a Líbia se tornou ainda mais um Estado-pária na sequência do incidente de Lockerbie, em 1988, os cidadãos líbios continuaram a ter liberdade de acesso a Malta sem necessidade de visto até à altura em que Malta se voltou para a Europa, no final da década de 1990. Uma mais antiga, mas também menos numerosa, comunidade de comerciantes indianos constitui outra das componentes da incipiente sociedade multicultural de Malta (Falzon, 2001), existindo ainda indícios dispersos da presença de trabalhadores imigrantes oriundos da Europa de Leste e do Médio Oriente, que se encontram empregados nos sectores da construção civil e hotelaria, bem como de jogadores de futebol nigerianos que jogam nas equipas locais (Thomson, 2006: 7-8). Porém, de uma forma geral, Malta tem ainda um longo caminho a percorrer até atingir o nível de penetração do mercado de trabalho por parte da

mão-de-obra imigrante que caracteriza outros países do Sul da Europa como Espanha, Itália, Grécia ou Chipre (King & Thomson, 2008).

Voltando ao tema central deste texto, o caso maltês ilustra bem um dilema fundamental que está no âmago da relação entre as pequenas ilhas e as migrações: as ilhas são habitualmente ‘boas’ em matéria de emigração, já que esta constitui parte do seu modo de vida há numerosas gerações, mas ‘más’ a lidar com a imigração, particularmente quando esta tem lugar numa escala considerável face à população da ilha. Há outros factores que ajudam a explicar esta anomalia. Em parte, esta situação tem a ver com a assimetria que caracteriza a relação migratória entre as ilhas e o resto do mundo: 100.000 emigrantes malteses distribuídos por quatro países de grandes dimensões (Austrália, Canadá, EUA e Reino Unido) têm pouca visibilidade; mas 10.000 imigrantes em Malta são altamente visíveis. Para além disso, a evolução da situação geopolítica de Malta também desempenha um papel importante, por exemplo através da conjugação da sua condição de estado-membro da UE com a sua localização geográfica na ‘fronteira Sul’ da União e na vizinhança das rotas migratórias.

Por tudo isto, é necessária uma nova geração de estudos migratórios insulares, que não incidam tanto nas questões da emigração, despovoamento, diásporas, vidas transnacionais e migração de retorno quanto no novo papel das ilhas no contexto global das relações internacionais e nas mutações em curso ao nível das políticas de controlo das migrações.

## Agradecimentos

Este texto baseia-se numa comunicação plenária apresentada no âmbito da Conferência ‘Connecting Worlds: Emigration, Immigration and Development in Insular Spaces’, realizada em Angra do Heroísmo, Açores, 29-30 de Maio de 2008. Agradeço a Lucinda Fonseca, Godfrey Baldacchino, Daniela DeBono e Sharon Spiteri as proficuas discussões em torno do tema deste texto. As minhas visitas a Malta em 2005 e 2006 foram financiadas através de uma Bolsa para as Ciências Sociais da Nuffield Foundation (ref.<sup>a</sup> SGS/01207/6), pela qual manifesto o meu reconhecimento.

## Referências Bibliográficas

Abela, A.M. (2006), “Shaping a national identity: Malta in the European Union”, *International Journal of Sociology*, 35 (4): 10-27.

- Anon (1964), "Malta, migration's microcosm", *International Migration Digest*, 1 (2): 211-213.
- Apostolopoulos, Y. & Gayle, D.J. (Eds.) (2002), *Island Tourism and Sustainable Development: Caribbean, Pacific and Mediterranean Experiences*. Westport CT: Praeger.
- Baldacchino, G. & Greenwood, R. (Eds.) (1998), *Competing Strategies of Socio-Economic Development for Small Islands*. Charlottetown: University of Prince Edward Island, Institute of Island Studies.
- Baldacchino, G. & Milne, D. (Eds.) (2000), *Lessons from the Political Economy of Small Islands: The Resourcefulness of Jurisdiction*. Basingstoke: Macmillan.
- Baldacchino, G. (2002), "A nationless state? Malta, national identity and the European Union", *West European Politics*, 25 (4): 191-206.
- Baldacchino, G. (2004), "The coming of age of island studies", *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 95 (3): 272-283.
- Baldacchino, G. (2005), "Islands – objects of representation", *Geografiska Annaler*, 87B (4): 247-251.
- Baldacchino, G. (2007a), "Introducing a world of islands", in G. Baldacchino (Ed.), *A World of Islands*. Charlottetown: University of Prince Edward Island, Institute of Island Studies. Pp. 1-29.
- Baldacchino, G. (2007b), Studying islands: on whose terms?. Comunicação no 1<sup>a</sup> International Conference on Islands, Commission of the International Geographical Union, Taipei, 29-31 October.
- Baldacchino, G. (2010), "Immigrants, tourists and others from away: 'come visit, but don't overstay' – the threat of invasion to island societies" in Fonseca, M. L. (coord.), *Actas da Conferência Internacional Aproximando Mundos: Emigração, Imigração e Desenvolvimento em Espaços Insulares*. Lisboa: FLAD. Pp. 63-86.
- Basch, L.; Glick Schiller N.; Szanton Blanc, C. (1994), *Nations Unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments, and Deterritorialized Nation-States*. New York: Gordon and Breach.
- Bertram, G. & Poirine, B. (2007), "Islands and political economy", in G. Baldacchino (Ed.), *A World of Islands*. Charlottetown: University of Prince Edward Island, Institute of Island Studies. Pp. 325-377.
- Bertram, G. & Watters, R.F. (1985), "The MIRAB economy in the South Pacific microstates", *Pacific Viewpoint*, 26 (3): 497-520.
- Bertram, G. (2006), "The MIRAB model in the twenty-first century", *Asia Pacific Viewpoint*, 47 (1): 1-14.
- Biagini, E. & Hoyle, B. (Eds.) (1999), *Insularity and Development: International Perspectives on Islands*. London: Pinter.
- Bianchi, R. (2000), "Migrant tourist-workers: exploring the 'contact zones' of post-industrial tourism", *Current Issues in Tourism*, 3 (2): 107-137.
- Bourdieu, P. (1986), "The forms of capital", in J.G. Richardson (Ed.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. New York: Greenwood Press. Pp. 241-258.

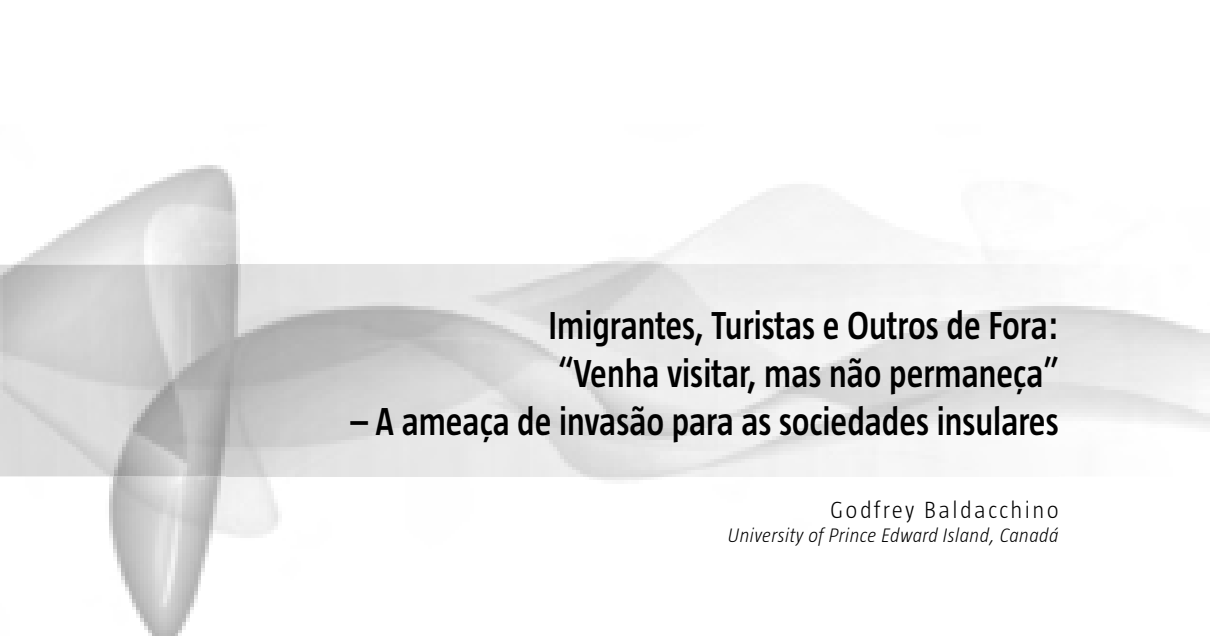
- Boyle, P.; Halfacree, K. & Robinson, V. (1998), *Exploring Contemporary Migration*. London: Longman.
- Braudel, F. (1972), *The Mediterranean and the Mediterranean World at the Time of Philip II*. London: Methuen.
- Briguglio, L. (1995), Small island developing states and their economic vulnerabilities, *World Development*, 23 (9): 1615-1632.
- Briguglio, L.; Archer, B.; Jafari, J.; Wall, G. (Eds.) (1996a), *Sustainable Tourism in Islands and Small States, I: Issues and Policies*. London: Pinter.
- Briguglio, L.; Butler, R.W.; Harrison, D.; Leal Filho, W. (Eds.) (1996b), *Sustainable Tourism in Islands and Small States, 2: Case Studies*. London: Pinter.
- Brookfield, H. (1990), "An approach to islands", in W. Beller, P. d'Ayala e P. Hein (Eds.), *Sustainable Development and Environmental Management of Small Islands*. Paris: Parthenon. Pp. 23-33.
- Brunhes, J. (1920), *Human Geography*. London: Harrap.
- Carling, J. (2002), "Migration in the age of involuntary immobility: theoretical reflections and Cape Verdean experiences", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 28 (1): 5-42.
- Carling, J. (2007a), "Migration control and migrant fatalities at the Spanish-African borders", *International Migration Review*, 41(2): 316-343.
- Carling, J. (2007b), "Unauthorized migration from Africa to Spain", *International Migration*, 45 (4): 3-37.
- Casado-Díaz, M.A.; Kaiser, C.; Warnes, A.M. (2004), "Northern European retired residents in nine southern European areas: characteristics, motivations, and adjustment", *Ageing and Society*, 24 (3): 353-381.
- Castles, S. & Miller M.J. (2003), *The Age of Migration*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Clark, E.; Johnson, K. Lundholm, E.; Malmberg, G. (2007), "Island gentrification and space wars", in G. Baldacchino (Ed.), *A World of Islands*. Charlottetown: University of Prince Edward Island, Institute of Island Studies. Pp. 481-512.
- Collyer, M. (2007), "In-between places: trans-Saharan transit migrants in Morocco and the fragmented journey to Europe", *Antipode*, 39 (4): 668-690.
- Connell, J. & King, R. (1999), "Island migration in a changing world", in R. King e J. Connell (Eds.), *Small Worlds, Global Lives: Islands and Migration*. London: Pinter. Pp. 1-26.
- Connell, J. (1988), *Sovereignty and Survival: Island Microstates in the Third World*, Sydney, University of Sydney, Department of Geography, Research Monograph, 3.
- Connell, J. (2007), "Migration", in G. Baldacchino (Ed.), *A World of Islands*. Charlottetown: University of Prince Edward Island, Institute of Islands Studies. Pp. 455-481.
- Defoe, D. (1719/1980), *Robinson Crusoe*. London: Penguin.
- Delia, E.P. (1982), "The determinants of modern Maltese emigration", *International Migration*, 20 (1-2): 11-25.
- Dommen, E. & Hein, P. (Eds.) (1985), *States, Microstates and Islands*. London: Croom Helm.
- Falzon, M.A. (2001), "Origins and establishment of the Indian business community in Valetta", *Bank of Valetta Review*, 24: 73-92.

- Geertz, C. (1963), *Agricultural Involution: The Process of Ecological Change in Indonesia*. Berkeley: University of California Press.
- Glick Schiller, N. & Fouron, G. (1998), "Transnational lives and national identities: the identity politics of Haitian immigrants", in M.P. Smith e L.E. Guarnizo (Eds.) *Transnationalism from Below*. New Brunswick: Transaction Publishers. Pp. 130-161.
- Gössling, S. & Wall, G. (2007), "Island tourism", in G. Baldacchino (Ed.) *A World of Islands*. Charlottetown: University of Prince Edward Island, Institute of Island Studies. Pp. 429-453.
- Gössling, S. (Ed.) (2003), *Tourism and Development in Tropical Islands: Political Ecology Perspectives*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Guarnizo, L.E. (1994), "Los 'dominican yorks': the making of a binational society", *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 533: 70-86.
- Guarnizo, L.E. (1997), "The emergence of a transnational social formation and the mirage of return amongst Dominican transmigrants", *Identities*, 4 (2): 281-322.
- Hamood, S. (2008), "EU-Libya cooperation on migration: a raw deal for refugees and migrants?", *Journal of Refugee Studies*, 21(1): 19-42.
- Hintjens, H.M. & Newitt, M.D.D. (Eds.) (1992), *The Political Economy of Small Tropical Islands: The Importance of Being Small*. Exeter: Exeter University Press.
- Itzigsohn, J.; Cabral, C.D.; Medina, E.H.; Vazquez, O. (1999), "Mapping Dominican transnationalism: narrow and broad transnational practices", *Ethnic and Racial Studies*, 22 (2): 316-339.
- Jones, H.R. (1973), "Modern emigration from Malta", *Transactions of the Institute of British Geographers*, 60: 101-120.
- Kaye, R. (2001), "'Blaming the victim': an analysis of press representation of refugees and asylum-seekers in the United Kingdom in the 1990s", in R. King e N. Wood (Eds.), *Media and Migration: Constructions of Mobility and Difference*. London: Routledge. Pp. 53-70.
- King, R. (1979), "Post-war migration and return migration in Malta", *European Demographic Information Bulletin*, 10 (3): 108-128.
- King, R. (1993), "The geographical fascination of islands", in D.G. Lockhart, D. Drakakis-Smith e J. Schembri (Eds.), *The Development Process in Small Island States*. London: Routledge. Pp.13-37.
- King, R. (1996), "Migration in a world historical perspective", in J. van den Broeck (Ed.), *The Economics of Labour Migration*. Cheltenham: Edward Elgar. Pp. 7-75.
- King, R. (1999), "Islands and migration", in E. Biagini e B. Hoyle (Eds.), *Insularity and Development: International Perspectives on Islands*. London: Pinter. Pp. 93-115.
- King, R. (2002), "Towards a new map of European migration", *International Journal of Population Geography*, 8 (2): 89-106.
- King, R. (2007), *A History of Migration*. London: Marshall Editions.
- King, R. (2008), Review of G. Baldacchino (Ed.), "A World of Islands", *Island Studies Journal*, 3 (2): in press.
- King, R. & Connell, J. (Eds.) (1999), *Small Worlds, Global Lives: Islands and Migration*. London: Pinter.

- King, R.; Skeldon, R.; Vullnetari, J. (2008), Internal and international migration: bridging the theoretical divide. Comunicação apresentada na Conferência *Theories of Migration and Societal Change*, St. Anne's College, Oxford, 1-3 July.
- King, R. & Strachan, A. (1980), "The effects of return migration on a Gozitan village", *Human Organization*, 39 (2): 175-179.
- King, R. & Thomson, M. (2008), "The Southern European model of immigration: do the cases of Malta, Cyprus and Slovenia fit?", *Journal of Southern Europe and the Balkans*, 10 (3): in press.
- King, R.; Warnes, T.; Williams, A. (2000), *Sunset Lives: British Retirement Migration to the Mediterranean*. Oxford: Berg.
- Lawrence, D.H. (1926/1982), *The Man Who Loved Islands*. London: Penguin.
- Lockhart, D.G. & Drakakis-Smith, D. (Eds.) (1997), *Island Tourism: Trends and Prospects*. London: Pinter.
- Lockhart, D.G.; Drakakis-Smith, D.; Schembri, J. (Eds.) (1993), *The Development Process in Small Island States*. London: Routledge.
- Lowenthal, D. (1992), "Small tropical islands: a general overview", in H.M. Hintjes e M.D.D. Newitt (Eds.), *The Political Economy of Small Tropical Islands*. Exeter: Exeter University Press. Pp. 18-29.
- May, P. (2006), "A phenomenology of islands", *Island Studies Journal*, 1 (1): 19-42.
- Mazetti, E. (2007), "Radiografia di un organismo geografico complesso: l'isola di Capri", *Rivista Geografica Italiana*, 114 (4): 593-619.
- McCall, G. (1994), "Nissology: the study of islands", *Journal of the Pacific Society*, 17 (2-3): 1-14.
- McCall, G. (1996), "Clearing confusion in a disembedded world: the case for nissology", *Geographische Zeitschrift*, 84 (2): 74-85.
- Mitchell, J. (2002), *Ambivalent Europeans: Ritual, Memory and the Public Sphere in Malta*. London: Routledge.
- Price, C.A. (1954), *Malta and the Maltese: A Study in Nineteenth-Century Migration*. Melbourne: Georgian House.
- Ratter, B.M.W. & Sandner, G. (1996), "Small islands, large questions", *Geographische Zeitschrift*, 84 (2): 63-66.
- Ravenstein, E.G. (1885), "The laws of migration – I", *Journal of the Royal Statistical Society*, 48 (2): 167-235.
- Ravenstein, E.G. (1889), "The laws of migration – II", *Journal of the Royal Statistical Society*, 52 (2): 241-305.
- Read, R. (2004), "The implications of increasing globalization and regionalism for the economic growth of small island states", *World Development*, 32 (2): 365-378.
- Robertson, G. (2007), "Resources for island studies", in G. Baldacchino (Ed.) *A World of Islands*. Charlottetown: University of Prince Edward Island, Institute of Islands Studies. Pp. 539-577.
- Salvá-Tomás, P.A. (2002), "Tourist development and foreign immigration in the Balearic Islands", *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 18 (1): 87-101.



- Schneider, P. & Schneider, J. (1976) *Culture and Political Economy in Western Sicily*. New York: Academic Press.
- Semple, E.C. (1911), *Influences of the Geographic Environment*. London: Constable.
- Sheller, J. & Urry, J. (2006), "The new mobilities paradigm", *Environment and Planning A*, 38 (2): 207-226.
- Skeldon, R. (2006), "Interlinkages between internal and international migration and development in the Asian region", *Population, Space and Place*, 12 (1): 15-30.
- Spiteri, S. (2002), *Treasure Island: A journey of Self-Discovery with the Help of Asylum-seekers and Refugees in Malta*. Cardiff: University of Cardiff, School of Journalism, MA dissertation.
- Texiere, F. (2006), *At the Gate of Fortress Europe: Irregular Immigration and Malta*. Rennes: Institute for Political Studies Sciences Po Rennes (Thesis).
- Thomson, M. (2006), *Migrants on the Edge of Europe: Perspectives from Malta, Cyprus and Slovenia*. Brighton: University of Sussex. Sussex Migration Working Paper, 35.
- Urry, J. (2000), *Sociology beyond Society: Mobilities for the 21st Century*, London: Sage.
- Vertovec, S. & Cohen, R. (Eds.) (1999), *Migration, Diasporas and Transnationalism*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Vidal de la Blache, P. (1926), *Principles of Human Geography*. London: Constable.
- Vine, D. (2004), "War and forced migration: the United States military base at Diego García", *International Migration*, 42 (3): 111-143.
- Warnes, A.M. & Patterson, G. (1998), "British retirees in Malta: components of the cross-national relationship", *International Journal of Population Geography*, 4 (3): 108-128.
- Warrington, E. & Milne, D. (2007), "Island governance", in G. Baldacchino (Ed.) *A World of Islands*, Charlottetown, University of Prince Edward Island, Institute of Island Studies. Pp. 379-427.
- Williams, A.M. & Fonseca, M.L. (1999), "The Azores: between Europe and North America", in R. King e J. Connell (Eds.) *Small Worlds, Global Lives: Islands and Migration*. London: Pinter. Pp. 55-76.



# Imigrantes, Turistas e Outros de Fora: “Venha visitar, mas não permaneça” – A ameaça de invasão para as sociedades insulares

Godfrey Baldacchino  
University of Prince Edward Island, Canadá

## Prólogo

“I’ve built walls.  
A fortress deep and mighty.  
That none may penetrate.  
I have no need of friendship; friendship causes pain.  
Its laughter and its loving I disdain.  
I am a rock, I am an Island”  
(*I am a Rock, I am an Island*, Simon and Garfunkel, 1965).

[Erigi muros.  
Uma fortaleza profunda e inexpugnável.  
Na qual ninguém entrará.  
Não preciso de amizade; pois esta só traz dor.  
Desdenho o seu riso e o seu carinho.  
Sou uma rocha, sou uma Ilha”]

As ilhas constituem provavelmente a quinta-essência do local turístico, contando-se certamente entre os mais evocativos de entre esses locais (Baum, 1996, 2000; King, 1993; Gössling e Wall, 2007). Incluem-se também entre os destinos mais profundamente penetrados e afectados pelo turismo (McElroy, 2006). Esta ‘penetrabilidade’ é exacerbada pela população reduzida, superfície limitada, reduzido rácio “superfície terrestre/comprimento da linha de costa” e elevada densidade populacional que caracterizam a maior parte das ilhas. Não admira por isso que muitos ilhéus reajam negativamente face ao turismo, ainda que reconheçam que este contribui de forma decisiva para o seu próprio bem-estar (Boissevain, 1996). Significativamente, tanto o ‘índice de irritação’ (ou

“irridex”) introduzido por Doxey (1976) quanto a teoria do turismo enquanto mecanismo de auto-destruição proposta por Holder (1988) resultaram de períodos de trabalho de campo levados a cabo em ilhas das Caraíbas.

A maioria dos ilhéus exibe uma atitude de tolerância optimista face aos visitantes de curta duração, que consideram acrescentar valor à economia local. Nos últimos anos, devido à crescente popularidade dos cruzeiros turísticos, o significado da expressão “visitantes de curta duração” tem vindo a sofrer alterações, podendo hoje em dia ser definida em termos de horas. Contudo, estes mesmos ilhéus mostram-se muitas vezes desagradados e desconfiados – se não mesmo hostis – para com os residentes de longa duração provenientes do exterior. Por vezes, este último grupo chega a incluir ‘ilhéus retornados’ que subitamente descobrem que se tornaram estranhos na sua própria ilha, sendo tratados de forma distante e desconfiada pelos locais ‘renitentes’ (ver, por exemplo, King e Strachan, 1979). Entram assim em jogo dinâmicas caracterizadas pela reduzida dotação em termos de ‘capital social externo’ (*bridging*) (Woolcock e Narajan, 2000), ou pela presença de ‘laços sociais fracos’ (Granovetter, 1973), que excluem estes visitantes de longa duração, muitas vezes de forma subtil, da plena participação no ‘modo de vida insular’, ao mesmo tempo que actuam como mecanismos tácitos de encorajamento à sua partida para outro local. Os efeitos da gentrificação (Clark *et al.*, 2007; Marjavaara, 2007; Jackson, 2007) e o receio da invasão vêm sobrepor-se a um pré-existente medo do ‘outro’, alimentando esse mesmo medo e dando origem à emergência de tensões entre os ‘locais’, que são ‘de cá’, e os ‘outros’, ‘estranhos’ ou ‘forasteiros’, que são ‘de alhures’ (King e Connell, 1999). Diversos estudos etnográficos que incidiram sobre comunidades insulares, tais como as de Grand Manan Island (em New Brunswick, Canadá) ou Whalsay (nas Ilhas Shetland, Escócia), exemplificam bem este tipo de tensões (Marshall, 1999 e Cohen, 1987).

Este artigo procura examinar e discutir estas dinâmicas, com especial referência aos casos de dois espaços insulares que exibem actualmente atitudes bastante distintas face aos recém-chegados. O primeiro destes espaços tem vindo a adoptar uma estratégia proactiva de imigração, com o objectivo de aumentar a sua população residente; o segundo tem procurado mitigar o afluxo de novos residentes para um território já de si caracterizado por uma densidade populacional extremamente elevada. Trata-se, respectivamente, da Ilha do Príncipe Eduardo – a mais pequena província do Canadá e também a única exclusivamente insular – e do microestado insular mediterrânico de Malta. Assinale-se ainda que, tendo em conta os perigos decorrentes da adopção de uma perspectiva ‘exterior’ e ‘continental’ no contexto dos estudos insulares (Baldacchino, 2008), a selecção destes dois espaços deve-se também ao facto

do autor se encontrar particularmente familiarizado com ambos, tendo passado a maior parte da sua vida num ou no outro.

## Introdução: a vida à beira-mar

“... um espaço com duas margens, algures no meio: um espaço de saída que é também um espaço de entrada; um espaço onde as margens imperam” (Denning, 2004: 16).

As áreas costeiras são espaços únicos e poderosos, onde colidem e se combinam entre si diferentes elementos, diferentes histórias e diferentes ecossistemas. Funcionam como membranas permeáveis, através das quais se inter-relacionam três dos elementos fundamentais: terra, água e ar. Exibem frequentemente uma diversidade biológica extraordinária. Finalmente, constituem espaços recheados de possibilidades e surpresas: a chegada de uma carga há muito esperada (Worsley, 1968), a tragédia de um naufrágio, ou simplesmente o rolar na areia de artefactos trazidos pelo mar, que tantas vezes acabam por transformar-se em bibelôs.

As ilhas têm um respeito especial – e um receio especial – em relação às suas costas. É necessário que assim seja. Se exceptuarmos os transportes aéreos, bem como as eventuais ligações fixas (tais como pontes e túneis), a linha de costa constitui o interface físico com o mundo exterior – o espaço de entrada e saída. É aqui, junto à costa, que quase tudo se passa. A costa é o local onde têm lugar as travessias e as transacções. Está na origem da alimentação e do sustento, no caso das sociedades dependentes da pesca e de outros produtos marinhos. É aqui que chegam pessoas e recursos, ao mesmo tempo que partem outras pessoas e outros recursos. É aqui que se faz a história: irrompem epidemias e exércitos, surgem piratas com sede de pilhagem, viajam ideias, chegam e partem costumes e hábitos diversos – mudando as ilhas para todo o sempre. Quanto mais pequena for a ilha e a sua população, tanto mais poderosa é a influência da sua costa e tanto mais determinante é o seu peso na vida dessa mesma ilha.

Yi-Fu Tuan (1990: 247) considera que certos ambientes naturais “... desempenham um papel preponderante nos mundos ideais imaginados pela humanidade: são eles a floresta, a linha de costa, o vale e a ilha”. Por sua vez, estes arquétipos tornam-se ainda mais poderosos quando combinados entre si. Por exemplo, a maior parte da acção da série televisiva *Perdidos* (*Lost*) passa-se numa ilha, junto à costa.

A modernidade transformou muitos espaços costeiros, especialmente no caso das ilhas, em *praias* – em grande medida devido à adição sub-reptícia de um ingrediente adicional: o turismo. A associação entre o turismo e as praias

de areia deu origem a uma vaga de interesse, invasão e investimento nos espaços costeiros insulares *enquanto praias* – incluindo tentativas radicais de transformação da paisagem (por exemplo, através da movimentação de toneladas de areia, da plantação de palmeiras e da destruição de mangais). Ao fazê-lo, os ilhéus conferiram a este interface físico o estatuto de um local à altura dos padrões globais em matéria de lazer, o qual passou a ter de ser oferecido ou partilhado com os visitantes. Por outro lado, os terrenos em redor das praias passaram a ser altamente cobiçados e valorizados e adquiriram um novo potencial para o desenvolvimento de empreendimentos luxuosos, naquilo que constitui uma interessante e irónica inversão face à história económica recente<sup>1</sup>. “As enseadas e promontórios que em tempos abrigavam comunidades piscatórias encontram-se hoje em dia ocupadas por segundas residências de veraneio” (Gillis, 2007: 11). Aos ilhéus é frequentemente vedada até mesmo a *vista* da sua própria costa:

“Em resultado da construção insensata e imparável em nome do progresso, revelou-se em toda a sua dimensão trágica a ironia de uma pequena comunidade insular... para a qual a visão do mar em seu redor era o mais valioso dos tesouros e à qual foi gradualmente vedada a possibilidade de *um simples olhar de relance*” (Hutt, 1980: v, ênfase acrescentado).

## Os bons, os maus e os vilões

Assim, ao longo dos últimos anos, as praias das ilhas situadas nas latitudes mais quentes sofreram pelo menos três tipos distintos e identificáveis de ‘acrescentos’ aos seus tecidos demográficos.

Em primeiro lugar, os turistas: adoradores do sol, do mar e da areia que deixam os seus países, normalmente mais frios, e se deslocam para as praias para períodos de indolência e *dolce far niente*, durante os quais bebem, comem, eventualmente chapinham ou nadam e em geral procuram não fazer nada a não ser divertir-se, exibindo mais tarde as suas peles bronzeadas como se fossem tatuagens – símbolos de realização transportados no próprio corpo (Wendt, 1996). Deixam-se cativar voluntariamente pela ‘atração das ilhas’ pelas imagens contraditórias de abandono lascivo, entretenimento acelerado, isolamento e intemporalidade que lhes estão associadas (Hoyle e Biagini, 1999;

1 Nas Caraíbas, os colonos europeus valorizavam sobretudo os solos férteis do interior das ilhas, em detrimento dos solos arenosos e menos férteis próximos da costa. As plantações mais valiosas eram as que se situavam no interior. Quando os escravos alcançaram a emancipação no início do século XIX, foi-lhes permitido estabelecerem-se ao longo da costa, uma vez que era aí que se encontravam os solos mais pobres. Com a posterior expansão do turismo e o declínio da produção de açúcar, a situação inverteu-se completamente. Hoje em dia, a maioria dos indígenas tem grande dificuldade em aceder às praias, bem como em adquirir propriedades nas áreas costeiras das suas próprias ilhas. Agradeço a Akhentoolove (Eddie) Corbin, de Barbados, por esta informação.

Péron, 2004: 331; Gössling e Wall, 2007: 429). Colonizam o território das ilhas, reclamando para si as praias, ainda que simbolicamente, com as suas toalhas e chapéus-de-sol – ou, de forma mais danosa, com o seu lixo e os seus resíduos.

Em segundo lugar, temos os residentes de veraneio e aqueles que se estabeleceram recentemente nas ilhas, os quais se instalam (por períodos mais longos) em residências arrendadas, ou adquirem dispendiosas propriedades à beira-mar (com vista para o mar) para usufruto durante os meses de verão ou após a reforma. Nalguns casos, trata-se de ilhéus ‘retornados’, que por vezes mantêm direitos de propriedade (privados ou comunais) sobre terrenos nas respectivas ilhas. Quando assim é, é comum que estes residentes regressados tenham a expectativa de não só regressarem à ilha e concluírem o seu ciclo de mobilidade, como também de participarem activamente na comunidade (*p.e.* Hamilton-Jones, 1992). Unidos por um sentimento algo idealizado em relação à ilha, caracterizam-se por um elevado grau de fidelidade e pelo empenho para com a preservação da sua autenticidade. Constituem autênticos ‘vigilantes’ auto-nomeados do ambiente das suas ilhas e normalmente encontram-se entre os mais tenazes protectores desse mesmo ambiente face aos avanços da modernidade (a qual poderia provocar uma depreciação dos seus investimentos fundiários e residenciais) (*p.e.* Kållgård, 2007).

Em terceiro lugar, e principalmente no caso das ilhas situadas ao longo das linhas de fractura que unem o primeiro mundo seguro e abastado ao mundo em desenvolvimento (em particular, na vizinhança da Europa do Sul, do Sul dos EUA e do Norte da Austrália), encontramos os *indesejados*: requerentes de asilo e migrantes indocumentados, sobreviventes de travessias oceânicas em condições extremamente precárias, em busca de vidas melhores do que as que deixaram para trás, sem saberem ao certo onde se encontram, gratos por estarem vivos, com o nervosismo de quem não sabe bem como se relacionar com o novo ambiente em que se encontram e com as promessas que este encerra.

Todos estes três tipos de ‘actores’ relacionam-se com a praia enquanto “espaço de fluxos” (Castells, 2002). Estão conscientes da transitoriedade da sua presença na praia e da sua ocupação da beira-mar, ao mesmo tempo que procuram tirar o máximo partido desse período transitório. Porém, as semelhanças ficam-se provavelmente por aqui.

De que forma é que a quarta categoria de actores presente no universo insular, que é também possivelmente a mais privilegiada de entre elas, – os próprios *ilhéus*, definidos enquanto tal por si mesmos ou pelos outros – tem reagido face às vagas ‘invasoras’ e às experiências de interacção com os restantes três grupos? Embora a atitude dos locais face aos turistas seja em geral positiva – ainda que por vezes de forma algo relutante –, essa atitude é já mais ambígua

face aos residentes ‘vindos do exterior’ e é seguramente muito mais intolerante, ou até mesmo hostil, face aos imigrantes irregulares.

Naturalmente, a distinção entre estes quatro tipos de actores e as respectivas identidades é bastante problemática, escapando a quaisquer tentativas de categorização hermética.

## Problemas de definição

Apesar da sua encantadora simplicidade geográfica, as ilhas são notoriamente difíceis de definir. Uma ilha não é apenas qualquer pedaço de terra rodeado por água, uma vez que é necessário ter em conta limiares mínimos e máximos em termos de dimensão, o efeito das marés e a eventual existência de ligações físicas – aspectos que influenciam necessariamente a legitimidade de qualquer ‘candidatura’ ao estatuto de ilha (*p.e.* Depraetere e Dahl, 2007; Baldacchino, 2007). Por sua vez, a definição de ‘ilhéu’ (no sentido de pessoa ‘local’ de uma determinada ilha) encontra-se permeada por um conjunto ainda maior de ambiguidades. Apesar de serem muitos os que se orgulham de serem “nascidos e criados” na sua ilha, a maioria dos actuais ilhéus é capaz de identificar, entre os seus antepassados, alguns que não o foram<sup>2</sup>. Mesmo antes da vaga de colonização europeia, a vida em muitas ilhas – especialmente as mais pequenas – apenas era possível porque, paradoxalmente, era possível abandoná-las (Newitt, 1992: 11). Por outro lado, a maioria dos ilhéus passa cada vez mais tempo fora da sua ilha – tanto noutras partes do mesmo território insular (no caso dos arquipélagos) como nos respectivos centros metropolitanos e áreas continentais adjacentes –, para onde se deslocam a fim de arranjar emprego, fazerem negócios e compras, frequentarem estabelecimentos de ensino, ou impelidos pelo desejo de aventura, auto-descoberta, fuga, exílio e/ou estabelecimento permanente. A emigração é muitas vezes a única “saída” possível face à intimidade opressiva e totalitária imposta pelo contexto sociocultural local (Baldacchino, 1997). São muito poucos os ilhéus que nunca estiveram ‘no exterior’; e, no caso de muitas ilhas, é bastante significativa a proporção da população que, num qualquer momento, se encontra ausente na metrópole ou no continente (Lowenthal, 1987: 41-43). É por isso que as ilhas (e os ilhéus) “se caracterizam invariavelmente” por uma forte propensão para a emigração (Connell, 2007: 455).

---

2 Hesito em dizer “**todos** os actuais ilhéus são capazes de identificar, entre os seus antepassados, alguns que não o foram”, uma vez que – apesar do que indicam os indícios arqueológicos – as histórias orais de certos povos indígenas sugerem que estes habitam os seus respectivos espaços insulares “desde o princípio dos tempos”. É o caso dos Mi’kmaq da Ilha do Príncipe Eduardo.

Sabe-se também que os ilhéus apresentam tipicamente uma maior propensão para emigrarem para países desenvolvidos (Connell e King, 1999). Os países não pertencentes à OCDE que, em 2005, tinham uma maior proporção da sua população detentora de qualificações superiores a residir em países da OCDE eram a Guiana, a Jamaica, o Haiti, Trindade e Tobago, Fiji, Angola, Chipre e as Maurícias – dos quais todos menos dois são pequenos estados insulares (*The Economist*, 2005). Para muitos agregados familiares residentes em ilhas, a emigração constitui um recurso estratégico, devido ao compromisso tácito que leva os descendentes emigrados a injectarem remessas – em dinheiro ou em espécie – na economia local. Nalguns casos (como os de Cabo Verde, Filipinas, Samoa ou Tonga), essas remessas assumem um peso muito significativo no produto interno bruto (Ahlburg e Brown, 1998). Mais recentemente, graças à crescente banalização dos transportes aéreos e à facilidade acrescida em atravessar fronteiras em condições de segurança – ainda que com excepções dramáticas –, os fluxos migratórios de e para as ilhas assumiram novas características, uma vez que, cada vez mais, é possível residir em, e ser cidadão de, mais do que um ‘lugar’ ou país. É significativo o facto de mais de 90 países permitirem já a dupla nacionalidade (CBC News, 2006).

Naturalmente, isto implica também que a definição de ‘ilhéu’ tem vindo a tornar-se cada vez mais complexa. Nalguns casos, o direito ao voto tem sido contestado – nomeadamente, quando este se encontra vinculado à presença física. As histórias de vida dos migrantes oriundos de pequenas ilhas, quando meticolosamente documentadas, revelam um mosaico complexo de vantagens e desvantagens associadas, respectivamente, à presença ‘na ilha’ e ‘no exterior’. Isaac Caines, da ilha caribenha de St. Kitts (cujo perfil se encontra publicado em Richardson, 1983: 54-5); Kawagl, oriundo da Melanésia, no Pacífico Sul (*in* Brookfield, 1972: 167-8); e Marshy, vendedor de rua jamaicano (*in* Wardle, 2002) constituem bons exemplos de indivíduos especialmente dotados de competências ao nível das economias e temporalidades de *gama* (por oposição a *escala*), as quais incluem o empreendedorismo e a especialização flexível, tanto nos respectivos locais de origem como nos de destino. Exemplificam também os conceitos actuais de “nómadas” ou “migrantes transnacionais” – os quais denotam um padrão migratório específico, transfronteiriço e desterritorializado, que põe em causa a temporalidade e espacialidade da ‘origem’ e do ‘destino’ (Duval, 2004; Hatziprokopiou, 2004; Vertovec, 2001), bem como as fronteiras e a soberania dos Estados. Trata-se de indivíduos ‘glocais’ – isto é, simultaneamente globais e locais em termos da sua identidade e actuação (Connell e King, 1999: 2; Jolly, 2001) – que tiram partido simultaneamente das suas *raízes* e das *rotas* que trilharam (Clifford, 1997; DeLoughrey, 2007). Tal como sucede no caso



de numerosos profissionais da economia do conhecimento contemporânea, que se deslocam para onde quer que o trabalho os leve (*p.e.* Ó Riain, 2000), o perímetro da ilha enquanto *lugar* finito é reinventado e reimaginado enquanto *plataforma*, ou *base*, para incursões no mundo exterior. No caso da província canadiana de Terra Nova e Labrador, por exemplo:

“A atracção dos empregos bem pagos em Alberta levou milhares de trabalhadores da Terra Nova e Labrador a efectuarem movimentos migratórios de curta duração (semanas ou meses) de uma província para a outra” (Porter, 2007).

## As relações entre ilhéus e visitantes

Tendo em conta tudo o que vimos atrás, é estranho que muitos ilhéus reconheçam as vantagens da mobilidade no seu próprio caso, mas olhem de soslaio para essa mesma mobilidade no caso de terceiros. É estranho que valorizem a sua própria ‘glocalidade’, mas adoptem atitudes fervorosamente nacionalistas ou xenófobas face à ‘glocalidade’ de outros na sua própria ilha. Tal intrusão é vista como uma (nova) invasão: injusta e injustificável, para além de constituir uma ameaça para as fragilidades do território. Tais receios são agravados pelo desconforto em relação à globalização, pela relação de amor-ódio face à abertura cultural e económica que inevitavelmente lhe está associada e pela preocupação relativamente ao impacto do acréscimo do número de residentes no contexto daquilo que é visto como um ‘jogo de soma nula’ ao nível dos recursos.

É por isso que, para regressarmos às quatro categorias de ‘actores’ apresentadas anteriormente, o grupo dos ilhéus recorre a, e consolida, uma mitologia assente na ideia de uma identidade local ‘natural’ e ‘pura’ – ainda que, na prática, possam ser muitas as afinidades relativamente a pelo menos dois dos outros três grupos. Algumas das pessoas que ‘emigram’ a partir da ilha encontram-se na verdade entre as que visitam essa mesma ilha em diversas qualidades – enquanto turistas, reformados ou proprietários de residências secundárias. Tanto os *ex-ilhéus* que entretanto se estabeleceram noutros locais mas continuam a visitar a sua ilha de origem como certos *ilhéus* e *não-ilhéus* que se deslocam periodicamente de um local para o outro são muitas vezes considerados e contabilizados como *turistas* – especialmente quando se comportam como tal. Claro está, estes turistas destacam-se da massa indiferenciada dos restantes: dedicam habitualmente mais tempo a visitar e conviver com os locais, têm em geral mais relutância em consumir ‘produtos’ turísticos e tendem a evitar os hotéis e pensões. Permanecem normalmente por mais tempo e a sua ‘pegada ambiental’ é mais reduzida. Ainda assim, mais cedo ou mais tarde, acabam por

partir. Desde que injectem dinheiro na economia local, a sua presença é tolerável. Na pior das hipóteses, provocam um aumento do preço das casas e terrenos, eventualmente ‘expulsando’ alguns residentes permanentes em resultado da sua procura por residências secundárias ou para depois da reforma. Alguns Estados e territórios insulares (Åland, Malta, Jersey, Bermudas, Galápagos ...) adoptaram por isso legislação destinada a evitar que isso aconteça, ou pelo menos a mitigar os seus efeitos; noutros casos (especialmente no Pacífico Sul), essas dinâmicas são evitadas à partida em virtude da posse comunal das terras.

A definição de ‘turista’ assenta habitualmente na duração relativamente limitada da permanência no país visitado. À medida que essa duração aumenta, os turistas passam a ser vistos como pertencendo a uma outra categoria: a dos recém-chegados, ou ‘forasteiros’ (*‘come from away’*, ou CFA).

É neste ponto que este artigo passa a ilustrar algumas destas dinâmicas através do recurso a exemplos específicos. Como é evidente, a geografia e a história têm o hábito de conspirar de modo a fazer com que diferentes ilhas se caracterizem pela existência de diferentes padrões migratórios. De acordo com a tipologia sugerida por Warrington e Milne (2007), as ilhas de *povoamento* constituem tipicamente locais de adopção de estratégias de repovoamento; as ilhas-*entreposto* funcionam como ímanes para movimentos significativos de circulação de populações diversas; enquanto que as ilhas-*fortaleza* parecem ser as mais bem-sucedidas no que toca à repulsão de novos habitantes. Connell e King (1999: 3), fazendo eco das ideias de Churchill Semple (1911), consideram que as ilhas situadas em pontos de passagem importantes – as chamadas “localizações nodais” – tendem a atrair numerosos imigrantes, podendo por isso confrontar-se com problemas de sobrepovoamento. Analogamente, as ilhas mais isoladas e periféricas tendem a repelir as suas próprias populações, sofrendo por isso frequentemente de problemas de estagnação, envelhecimento ou declínio demográficos.

A análise procede em seguida através do recurso a um exemplo ‘periférico’: a Ilha do Príncipe Eduardo, no Canadá. Em termos oficiais, o estatuto de ‘ilhéu’ depende neste caso de se ter nascido na própria Ilha do Príncipe Eduardo (IPE), não existindo qualquer outra forma de aceder a esse estatuto. Todos os outros são considerados ‘forasteiros’ (CFA). Trata-se de uma prática muito comum na costa atlântica do Canadá, na qual a IPE constitui uma de quatro províncias, bem como em certas partes do nordeste dos EUA, reflectindo um “espírito de clã” que, ainda que não seja deliberadamente malicioso ou exclusivo, tem na prática o efeito de dificultar o estabelecimento e a integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento.

## As dificuldades dos imigrantes ao nível da integração na ‘sociedade hospitaleira’ da Ilha do Príncipe Eduardo, Canadá

“O Partido Liberal da Nova Escócia irá no próximo fim-de-semana<sup>3</sup> debater a expressão “Forasteiros” (“*Come from Away*”) – utilizada para designar os imigrantes nacionais e internacionais – aquando do seu congresso anual, defendendo uma atitude mais acolhedora e a substituição deste termo há muito utilizado nas Províncias Marítimas do Canadá. ... De acordo com uma das resoluções a apresentar ao congresso anual deste partido, “Os termos ‘Forasteiros’ e ‘CFA’ são eventualmente ofensivos e contrários ao espírito de hospitalidade que é necessário adoptar para atrair e reter novos habitantes na Nova Escócia”” (Mandel, 2008).

A imigração para a Nova Escócia, tal como para as restantes Províncias Atlânticas do Canadá (New Brunswick, Terra Nova e Labrador e Ilha do Príncipe Eduardo, ou IPE) apresenta características bastante especiais. Tal como o resto do Canadá, estas províncias partilham uma fronteira extensa com um único país, os EUA, que raramente ‘exporta’ os seus cidadãos (exceptuando, eventualmente, certos ‘refugiados’ da sociedade hiper-vigiada pós-11 de Setembro). Por outro lado, os acasos da geografia mantêm os imigrantes potenciais oriundos de outros países a uma distância mais do que segura. Para além disso, enquanto o Canadá como um todo recebe anualmente cerca de 250.000 imigrantes, são muito poucos os que têm como destino as Províncias Atlânticas. A maioria dos imigrantes para o Canadá tem-se estabelecido nas chamadas ‘cidades MTV’ – as metrópoles multiculturais de Montreal, Toronto e Vancouver –, ou, mais recentemente, nas florescentes cidades do centro-oeste canadiano. Menos de 3% de toda a imigração para o Canadá tem como destino as Províncias Marítimas e, destes 3%, cerca de metade muda-se mais para oeste ao fim de pouco tempo. A costa atlântica do Canadá encontra-se por isso praticamente intocada pelo fenómeno da imigração. Os novos residentes oriundos das restantes províncias canadianas constituem por isso a esmagadora maioria da imigração; e a ‘cultura única’ branca, anglófona, cristã e heterossexual desta região (ou WACS, acrónimo de ‘*White, Anglophone, Christian, Straight/Heterosexual*’: Baldacchino, 2006: 15, 75) não é praticamente afectada por essa mesma imigração.

Em contrapartida, num processo que tem até reforçado o contexto cultural WACS, a Ilha do Príncipe Eduardo tem vindo a ser cada vez mais procurada por cidadãos dos EUA oriundos da Nova Inglaterra (um estado maioritariamente branco) sem capacidade financeira para adquirir casas de praia no seu próprio estado. Uma mansão de sonho com uma frente marítima de 272 metros foi

---

3 Refere-se ao fim-de-semana de 8 e 9 de Março de 2008 (Nota do editor).

recentemente vendida na IPE por 229.000 dólares norte-americanos, o equivalia na altura a cerca de 300.000 dólares canadianos ou 200.000 Euros (Tutelian, 2006). É de esperar que o aumento da procura por parte destes consumidores com maior poder de compra exerça um efeito inflacionário sobre o preço das propriedades imobiliárias, especialmente no caso das residências secundárias e das moradias à beira-mar. Cerca de 15% das propriedades com frentes marítimas são já propriedade de estrangeiros, apesar destes últimos estarem sujeitos a uma taxa de imposto imobiliário mais elevada do que sucede com os residentes permanentes.

No outono de 2005, o autor deste texto (ele próprio um ‘CFA’) realizou um inquérito junto de um conjunto de residentes recém-estabelecidos na Ilha do Príncipe Eduardo – entendendo-se por “recém-estabelecidos” aqueles que se haviam mudado para esta província, com o objectivo de aí se estabelecerem, depois de 1998 e antes de 2003. O principal objectivo deste inquérito consistiu em olhar para além das estatísticas anónimas, procurando documentar as histórias de vida e as narrativas das pessoas que haviam decidido mudar-se para a IPE e que aí contavam permanecer ou, pelo contrário, que pretendiam voltar a partir. Ao fim de três meses, uma estratégia de *snowballing* havia permitido identificar 320 respondentes que se mostraram dispostos a completarem um questionário (em papel ou através da internet) ou a serem entrevistados por estudantes de nível pós-graduado que haviam recebido formação específica (Baldacchino, 2006).

‘Novos residentes’ não é, curiosamente, a melhor forma de designar esta amostra. Pelo contrário, a base de dados dos respondentes caracteriza-se pela existência de um conjunto bastante heterogéneo de situações. Para desespero e frustração dos cientistas sociais, os migrantes tendem a constituir uma *categoria móvel e fluida*. Claramente, alguns dos ‘novos residentes’ não manifestaram intenção de continuar a residir na IPE. Outros tinham em tempos vindo para a IPE, haviam entretanto partido para outro local e tinham mais tarde decidido regressar. Outros ainda – especialmente os respondentes de características empreendedoras e rendimentos mais elevados – residiam na província durante um, dois, quatro ou até oito meses por ano, normalmente no verão. Cerca de 11% dos 320 respondentes a este inquérito realizado em 2005 declararam “planear activamente deixar a IPE” (Baldacchino, 2006:7)<sup>4</sup>, embora alguns outros se tenham mostrado dispostos a considerar mudar-se para outros destinos no caso de surgirem oportunidades tentadoras nesse sentido. Trinta e cinco dos

4 Na verdade, a IPE apresenta a segunda mais baixa taxa de retenção de imigrantes não-canadianos entre todas as províncias do Canadá: 51% destes imigrantes deixam a IPE nos dois anos subsequentes à sua chegada. Entre os refugiados, estima-se que esta proporção atinja os 75% (Smith Green and Associates, 2001: 6).

imigrantes recém-estabelecidos inquiridos indicaram os motivos pelos quais estavam a planear deixar a ilha (O questionário não sugeria à partida quaisquer hipóteses de resposta a esta questão).

As respostas, indicadas em baixo, proporcionam algumas indicações interessantes em relação à capacidade de ‘acolhimento e hospitalidade’ demonstrada pela comunidade da Ilha do Príncipe Eduardo (cuja população de 140.000 habitantes ocupa uma área total de 5.660 km<sup>2</sup>), bem como em relação àquilo que é necessário para que um espaço insular retenha por mais tempo, e em melhores condições, aqueles que tomam a decisão de para lá se mudarem. (Ver Tabela 1):

**Tabela 1** – Razões subjacentes à decisão de planear activamente deixar a IPE (número de respondentes: 35). (*Respostas à Questão 22: Planeia activamente deixar a IPE? Se SIM, por que motivo planeia fazê-lo?* Alguns respondentes indicaram mais do que uma razão) (Baldacchino, 2006: 40-1).

*Motivos Sociais:* A falta de abertura de espírito dos locais e a sua atitude para com os “forasteiros”: 20 respostas.

*Motivos Económicos (1):* Impostos e custo de vida elevados (incluindo o valor da portagem de acesso à ilha); escassez de empregos adequados (p.e., sazonais); salários relativamente baixos: 16 respostas.

*Motivos Económicos (2):* Perspectivas de carreira limitadas, dificuldades ao nível da especialização e outras limitações profissionais: 11 respostas.

*Motivos Culturais:* Reduzida oferta cultural e ausência de multiculturalidade: 3 respostas.

*Outros:* (cuidados de saúde; educação; seguros; inverno; motivos familiares; não especificado): 10 respostas.

Será talvez surpreendente que, apesar dos motivos económicos estarem em maioria entre as razões subjacentes ao desejo de mudança, a alegada ‘falta de abertura de espírito dos locais’ seja o mais comum de todos os motivos indicados. A sociedade da IPE é habitualmente considerada uma sociedade conservadora e nepotista, na qual a família a que se pertence conta mais do que o mérito e as qualificações objectivas, a privacidade é limitada e os rumores circulam rapidamente. Os imigrantes, na medida em que não se enquadram nesta teia intrincada de relações – a qual constitui parte do ‘equipamento de sobrevivência’ dos ilhéus face à globalização – não têm a possibilidade de, ou autorização para, se integrarem completamente (Será também por isto que muitos deles se vêem compelidos ao auto-emprego?). Os imigrantes consideram-se discriminados e alvo de desconfiança, sentindo também que só são bem-vindos no mercado de trabalho local enquanto ‘trabalhadores temporários’:

A IPE é uma sociedade “muito fechada”, com valores fundamentalistas e muita desconfiança em relação às pessoas que vêm de fora. (Respondente nº 19).

Acho que as pessoas que não são naturais da IPE são olhadas de cima para baixo. Senti isto na pele quando tentei arranjar – e manter – diversos empregos. Vários patrões disseram-me que tinham recebido telefonemas de pessoas a queixarem-se do facto de eles terem contratado um “forasteiro”. (Respondente nº 100).

A IPE não trata as pessoas como indivíduos com qualidades e potencial próprios; trata-as como “sub-categorias” – filha do político A, filho do dirigente do partido B, etc... Por isso, as pessoas que vêm de fora não têm possibilidade de aceder a empregos ou apoios sociais, ou de conquistar a confiança da comunidade. (Respondente nº 134).

Quase não há vida social aqui; as pessoas são em geral corteses, mas a maior parte não quer que se “invada o seu espaço”. Fiz um único amigo entre os locais; todos os outros são de fora. (Respondente nº 166).

Viver numa comunidade pequena implica que as pessoas com interesses e actividades comuns conhecem-se e dão-se umas com as outras. Isto tem algumas consequências positivas, mas também põe em causa a privacidade. Para além disso, este tipo de ambiente social é propício às “fofocas” e às “conversas por trás das costas”, por debaixo de uma cortesia aparente. Será que isto é inevitável no caso de comunidades pequenas e rurais? É especialmente difícil manter o anonimato, mesmo que temporariamente. (Respondente nº 214).

No meu caso pessoal, levei quase oito anos a ser aceite pela comunidade local. Não sei bem porquê, mas nos primeiros três anos que passei na ilha dei-me principalmente com pessoas de fora. Aparentemente, a comunidade local recebe de braços abertos os visitantes que permanecem por pouco tempo, mas tem muitas reservas em relação àqueles que vêm para ficar. (Respondente nº 215).

Cheguei à conclusão que, aqui, as minhas qualificações e competências não valem nada. Para arranjar um emprego no sector da saúde na IPE, o que conta não é “aquilo que sabes”, mas sim “de quem és filho”. Percebi também que a simpatia e a hospitalidade dos locais são só aparentes. Há um grande preconceito em relação às pessoas de fora, que cresce à medida que o tempo passa. Tenho saudades de uma sociedade mais tolerante e multicultural. Talvez por causa de toda a gente se conhecer, parece-me que, especialmente nas áreas rurais, não é possível ter qualquer privacidade: as pessoas entram pela nossa casa a seu bel-prazer e são demasiado curiosas em relação àquilo que eu e a minha família fazemos. (Respondente nº 269).

Embora algumas destas reacções sejam expectáveis, será talvez surpreendente que o ‘espírito de clã’ da comunidade local constitua uma tal barreira à integração e um tal incentivo à partida. (O governo provincial que encomendou o estudo mostrou-se certamente surpreendido e, durante algum tempo, considerou não tornar públicos os resultados do inquérito.) Os ‘forasteiros’ que exibem maior facilidade em se integrarem em áreas periféricas são provavelmente aqueles que nasceram e foram criados neste tipo de região – por mais que possam achar frustrante a “atitude provinciana” e a “resistência à mudança” dos habitantes locais que nunca saíram da sua região. Apesar de serem “desconhecidos” ao

chegarem, é fácil deixarem-se arrastar para o mesmo tipo de comportamento social mesquinho, estéril e opressivo que motivou originalmente o abandono da sua região de origem (*The Economist*, 2003).

Aparentemente, para aqueles que decidem correr o risco de se estabelecerem em áreas periféricas – incluindo um contingente crescente de “refugiados urbanos” (Forsythe, 1980) –, o que é necessário é uma elevada capacidade de ‘acomodação’ face à densidade das redes sociais que caracteriza as sociedades de tipo *gemeinschaft* (comunitário) (Tönnies, 2001). Tipicamente, aqueles que cresceram e sempre viveram no seio deste tipo de comunidades rurais ou insulares quase não se apercebem do seu carácter específico – bem como dos sérios obstáculos que essa especificidade coloca à integração dos “forasteiros”. Nalguns casos, tudo isto leva ao aparecimento de tensões e conflitos ao nível da política local (*p.e.* Cohen, 1987; Marshall, 2003); mais frequentemente, leva a que os recém-chegados, exasperados, façam as malas e se vão embora, reforçando a uniformidade do espaço cultural local. As comunidades periféricas tendem por isso a ser muito mais mono-étnicas e mono-culturais do que as comunidades ‘centrais’, fazendo com que os “estranhos” sobressaiam ainda mais. Por mais que a “forte homogeneidade cultural” (Governo da IPE, 1999: 56) celebre legitimamente a identidade, a história e a cultura específicas de uma determinada comunidade, não há dúvida que também a tornam menos acolhedora e atractiva para aqueles que são diferentes, que são encarados como diferentes e/ou que são tratados como diferentes.

Embora as comunidades insulares possam ser (ou gostem de pensar que são) bastante acolhedoras e hospitaleiras para com os visitantes – especialmente no contexto da indústria turística –, têm também normalmente bastante dificuldade em relacionar-se com esses mesmos visitantes a partir do momento em que estes decidem prolongar a sua estadia indefinidamente.

Imagine-se por isso uma situação em que os ‘visitantes’ provêm de uma cultura completamente diferente, falam uma língua diferente e tencionam permanecer por bastante tempo, na maior parte dos casos sem disporem de recursos capazes de assegurarem o seu próprio sustento.

## Malta: catolicismo, xenofobia e intolerância

“Os turistas são recebidos com sorrisos ao desembarcarem dos paquetes de luxo no porto desta idílica ilha mediterrânica. Porém, do outro lado da cidade, a mensagem dirigida aos imigrantes indocumentados africanos acabados de chegar em embarcações precárias é outra, escrita num tom laranja berrante num muro junto à entrada de um centro de refugiados: ‘Pretos Vão-se Embora.’” (Bilefsky, 2006)

Em Abril de 2003, tive ocasião de exprimir o meu ponto de vista em relação aos resultados do referendo, realizado no mês anterior, no qual a população de Malta fora chamada a pronunciar-se sobre a entrada do seu país para a União Europeia. Nesse referendo, cerca de 47% dos malteses pronunciaram-se contra a adesão. Nessa altura, argumentei que a “ameaça de invasão” constituía talvez o principal factor de receio, explicando grande parte da resistência populista à adesão à UE. Devido à reduzida dimensão do país, mesmo um número relativamente pequeno de ‘invasores’ poderia ter um impacto muito significativo. Estes invasores podem assumir pelo menos sete formas diferentes: trabalhadores e indivíduos à procura de emprego; trabalhadores por conta própria; pescadores; produtos estrangeiros; estudantes universitários; detentores de propriedades imobiliárias; e imigrantes indocumentados e requerentes de asilo (Baldacchino, 2003). Em cada um destes casos, o medo de uma ‘invasão’ está associado ao receio da necessidade de partilha de um conjunto finito de recursos (como a terra, a água ou os produtos alimentares), bem como ao risco de perturbação daquela que é considerada uma entidade étnica (*ethnie*<sup>5</sup>) estável e facilmente identificável. Em termos culturais, considera-se habitualmente que Malta é pequena, insular e, conseqüentemente, frágil; que a cultura e língua maltesas são únicas; e que, caso os malteses permitissem que o número de ‘imigrantes’ excedesse o seu próprio número – o que não seria especialmente difícil –, o seu futuro estaria em risco (Spiteri, 2004a). Estes argumentos foram postos em cima da mesa (e em geral tidos em conta) aquando das negociações que antecederam a adesão de Malta à UE, tendo tido como consequência que este país fosse o único, entre os dez abrangidos pelo alargamento de 2004, que conseguiu assegurar uma derrogação permanente das normas comunitárias: o afastamento dos não-residentes da possibilidade de aquisição de residências secundárias no território deste Estado insular (*The Economist*, 2004).

Nos últimos anos, a última das sete ‘ameaças’ acima referidas tem vindo a revelar-se a mais significativa. Como se a pressão demográfica sobre o seu território não fosse já elevada<sup>6</sup>, Malta defronta-se desde há algum tempo com uma ‘nova vulnerabilidade’ (Sammut, 2007): o desembarque de imigrantes indocumentados em fuga da opressão, da guerra, da pobreza e da discriminação e/ou em busca da ‘terra prometida’ europeia. Ao longo do ano de 2005,

5 Este termo, sugerido por Anthony D. Smith, refere-se a qualquer grupo étnico-cultural pré-nacional que preencha os seguintes critérios: existência de uma designação colectiva, de um mito fundador, de uma história comum, de uma ‘cultura específica partilhada’, de uma associação a um território específico e de um sentimento de solidariedade intra-grupal. Ver também Srebnik (2000: 57) e, para o caso específico de Malta, Baldacchino (2002: 198).

6 Com uma população residente de 400.000 habitantes concentrada num território de 316 km<sup>2</sup>, Malta é um dos Estados soberanos com mais elevada densidade populacional em todo o mundo. Acresce a esta pressão o afluxo anual de cerca de 1,2 milhões de turistas.



1.800 imigrantes chegaram a Malta irregularmente – quase todos por barco. Em 2006, verificou-se a chegada de mais 1.780 imigrantes irregulares. Tanto as autoridades maltesas como as agências noticiosas locais rapidamente afirmaram que a situação havia atingido proporções dramáticas: se se procurar por notícias relativas a Malta nos meios de comunicação social internacionais ou através dos motores de busca da internet, a questão da imigração surge repetidamente<sup>7</sup>.

Esta situação é particularmente delicada devido ao facto de poder vir a desestabilizar os equilíbrios políticos vigentes em Malta ao longo das últimas décadas. Embora tenham origem em classes sociais distintas e facilmente identificáveis, os dois principais partidos políticos de Malta – o Partido Nacionalista (PN) e o Partido Trabalhista de Malta (PTM) – têm vindo a convergir e a perder grande parte da sua base ideológica. Enquanto partidos de centro no contexto de uma economia aberta, a sua margem de manobra é limitada, vendo-se obrigados a convergir para atrair os eleitores medianos. Como, para além disso, a diferença entre os resultados eleitorais dos dois partidos é sempre muito escassa, a adopção de alterações políticas radicais tem vindo a tornar-se cada vez menos provável<sup>8</sup>.

O PTM e o PN encontram-se assim tão enraizados na sociedade maltesa que é compreensível que considerem impossível que quaisquer sentimentos pro- ou anti-imigração possam erodir as suas robustas bases de apoio. Porém, esta opção confortável pela inacção tem, desde há algum tempo, vindo a ser posta em causa pela emergência de facções anti-imigração. A *Azzjoni Nazzjonali* (Acção Nacional) – um partido explicitamente xenófobo – concorreu pela primeira vez às eleições legislativas em 2008. Veio juntar-se a outro movimento de extrema-direita, denominado *Imperium Europa* (Império Europa), cujo objectivo declarado consiste em reunir todos os naturais da Europa sob uma única bandeira. Este último foi fundado em 2000 por Norman Lowell – o qual, em Junho de 2004, concorreu às primeiras eleições para o Parlamento Europeu alguma vez realizadas em Malta. Obteve 0,64% dos votos – não muito, mas ainda assim o melhor resultado alcançado em eleições nacionais por um candidato independente desde 1966. “Subitamente, os malteses começaram a perguntar-se ‘Seremos racistas?’ e os jornais gastaram páginas e páginas a discutir os motivos da sua popularidade” (Spiteri, 2004b: 82). Esta mensagem neo-ariana e anti-imigração não teve grande sucesso aquando das últimas eleições

7 Uma compilação de recortes noticiosos sobre esta questão pode ser consultada em: <http://www.maltamedia.com/features/io/2005/08/index.shtml>.

8 Nas eleições legislativas de Março de 2008, o Partido Nacionalista obteve a maioria no Parlamento por apenas um lugar, derrotando o Partido Trabalhista por apenas 1.600 votos, ou 0,5% do total de votos expressos.

legislativas<sup>9</sup>, mas não deixa de ter alguma implantação a nível local e de entrar em choque frontal com o (aparente?) espírito caritativo dominante de índole católica (*ver em baixo*). As mensagens da *Acção Nacional* e do *Império Europa* são assumidamente anti-nacionalistas. Porém, é possível que estejam a fomentar uma vaga nacionalista que tem estado até agora ausente no caso de Malta – um país que, em grande medida, é ainda “um Estado a-nacional” (Baldacchino, 2002).

Num país em que a fidelidade aos partidos políticos supera a fidelidade para com ‘a nação’ e em que o partidarismo domina todos os níveis da administração, a maioria dos malteses assume a religião católica romana enquanto expressão de um nacionalismo cultural elementar, *kitsch* e quase banal. A investigação empírica levada a cabo por Abela (2006: 23-24) sugere que “... o orgulho nacional maltês, a dimensão emocional de uma identidade ancestral maltesa, estão intimamente associados à ligação e adesão populares à igreja e à religião (católicas)”. No entanto, esta adesão emocional não é facilmente extensível a todos quantos não sejam ‘europeus, cristãos e brancos’, verificando-se fortes elementos de intolerância racial e religiosa. Uma sondagem realizada em Agosto de 2005 revelou que mais de 90% dos respondentes não tinham qualquer objecção em relação a ter um europeu como vizinho, mas que uma percentagem equivalente considerava que ter um vizinho árabe ou africano era ‘altamente indesejável’. Para além disso, mais de 75% dos respondentes afirmaram não estarem dispostos a acolher pessoas em fuga da sua terra natal em resultado de perseguição política, guerra, guerra civil, fome ou pobreza generalizada (Vassallo, 2005).

## Discussão

“Vêm aí os estranhos” (Denning, 2004: 235)

Hoje em dia, as fortalezas de pedra desta ilha e os seus múltiplos canhões já não procuram manter à distância “as hordas douradas” (Turner, 1975). Pelo contrário, dão as boas-vindas aos visitantes enquanto contribuintes fulcrais para a economia, dada a dependência estrutural desta em relação às receitas externas. Em muitas pequenas economias insulares, a hotelaria e restauração tornou-se o principal sector em termos de emprego. Por sua vez, também os sectores imobiliário e da construção civil têm em muitos casos retirado bastantes vantagens deste novo interesse exógeno por locais periféricos, insulares e de

9 Nas eleições legislativas de Março de 2008, o *Imperium Europa* e o seu único candidato, Norman Lowell, obtiveram 84 votos; a *Acção Nacional* obteve 1.461, correspondentes a 0,53% do número total de votos expressos.

pequena dimensão. Apesar disso, muitos ilhéus têm dificuldade em adaptar-se ao seu novo papel na divisão internacional do trabalho. A sua disponibilidade para retirar dividendos económicos e fiscais contrasta claramente com uma curiosa capacidade para criar espaços invioláveis em termos sociais, culturais e até físicos, nos quais os omnipresentes forasteiros não conseguem penetrar. As línguas e dialectos locais, as redes sociais densas e as estruturas comunitárias de base familiar são apenas algumas das estratégias que promovem o localismo, mesmo quando as ilhas em questão se deixam penetrar profundamente pela indústria turística global e pela sua exigência de ‘nativos sorridentes’ para o sector dos serviços. Os imigrantes indocumentados e os requerentes de asilo com menor capacidade económica e menor influência política – que são vistos como não acrescentando valor à economia local – tornam-se assim bodes expiatórios para o ressentimento dos ilhéus, o qual decorre da sua radical mas inevitável penetrabilidade.

Os argumentos atrás apresentados não pretendem sugerir qualquer tipo de determinismo geográfico. No entanto, é possível postular que a predisposição para erigir este tipo de ‘espaços seguros’, no caso de ilhas apanhadas no turbilhão da globalização, tende a aumentar com a densidade populacional e como função inversa da superfície. Malta é um dos mais pequenos Estados europeus em termos tanto de superfície como de população. Tal como sugerido por Boissevain (2004: 233): “Malta é o Estado mais densamente povoado da Europa. A consciência desta densidade e da reduzida dimensão geográfica é fundamental para entendermos os problemas ambientais com que os malteses se defrontam”. Analogamente – e apesar das diferenças ao nível da escala e da atitude para com os recém-chegados –, a Ilha do Príncipe Eduardo é a mais pequena província do Canadá em termos de superfície e população, bem como a província canadiana com mais elevada densidade populacional.

## Conclusão

“Nesta nova era das migrações, a maioria das sociedades industriais avançadas vê-se confrontada com o desafio de identificar um conjunto consistente de respostas para uma das dimensões mais relevantes das migrações internacionais: os seus efeitos a nível local tanto sobre os *autóctones* como sobre os próprios imigrantes (Papademetriou, 2008: 217, ênfase acrescentado)”.

A topografia das ilhas exprime adequadamente as complexas relações que estas encerram entre uma identidade herdada e o gradual afastamento face a essa mesma identidade (Bongie, 1998: 18). Intrínseca e contraditoriamente abertas

e introvertidas, as ilhas encontram-se, por um lado, profundamente *enraizadas* na tradição, no isolamento, na cultura e na história – autênticos locais de refúgio e claustrofobia, nos quais a única fuga possível é o exílio – e, por outro lado, profundamente *ligadas* ao mundo exterior através do comércio, das migrações, do turismo e do afluxo de bens materiais, ideias, práticas e seres vivos. Sem este afluxo, as ilhas, bem como as formas de vida que albergam, simplesmente não conseguiriam sobreviver (Clifford, 1997; Baldacchino, 2004). Ao mesmo tempo que a geografia das ilhas sugere isolamento e insularidade, a história das mesmas remete para contacto e interligação (Warrington e Milne, 2007). Grande parte do ‘nervosismo’ insular tem as suas raízes nesta dependência inelutável – e admitida apenas a custo – face àquilo que está para além do horizonte: o continente, invisível mas sempre presente. Quer habitem ilhas nodais ou periféricas, os ilhéus vêm-se confrontados com a necessidade de se conciliarem com as suas identidades ‘glocais’ (ver Robertson, 1995). As manifestações de xenofobia, o nacionalismo primário, as redes sociais densas, a hospitalidade apenas aparente e até mesmo a invenção da tradição são explicáveis enquanto tentativas de reclamar um espaço que é encarado como frágil e vulnerável face ao risco de invasão e adulteração. Os nativos descobrem-se a si mesmos enquanto comunidade embora, muitas vezes, nada tenham em comum para além da hostilidade e desconfiança (como no caso de Malta), ou do incómodo e desconforto (como no caso da IPE), face ao ‘outro’ – o qual se encontra frequentemente no seu seio (Lingis, 1994). Não admira por isso que os ilhéus sintam um certo nervosismo quando os ‘forasteiros’ não estão apenas de visita, mas vêm para ficar.

“And a rock feels no pain;

And an island never cries”

(*I am a Rock, I am an Island*, Simon and Garfunkel, 1965).

[Pois uma rocha não sente dor;

E uma ilha nunca chora”]

## Agradecimentos

Uma primeira versão deste texto foi apresentada na Conferência Internacional *Connecting Worlds: Emigration, Immigration and Development in Insular Spaces*, que teve lugar em Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, Açores, Portugal, entre 29 e 31 de Maio de 2008. Desejo agradecer a Lucinda Fonseca e à sua equipa, responsáveis pela organização deste evento, bem como a Russell King e Richard G. Bedford pelas suas críticas e sugestões. Naturalmente, aplica-se a habitual cláusula de desresponsabilização face a quaisquer erros ou omissões.

## Referências Bibliográficas

- Abela, A. M. (2006), "Shaping a National Identity: Malta in the European Union", *International Journal of Sociology*, 35 (4): 10-27.
- Ahlburg, A. & Brown, R. P. C. (1998), "Migrants' Intentions to Return Home and Capital Transfers: A Study of Tongans and Western Samoans in Australia", *Journal of Development Studies*, 35 (1): 125-151.
- Baldacchino, G. (2008), "Studying Islands: On Whose Terms? Some Epistemological and Methodological Challenges to the Pursuit of Island Studies", *Island Studies Journal*, 3 (1): 37-56.
- Baldacchino, G. (2007), *Bridging Islands: The Impact of Fixed Links*. Charlottetown, Canada: Acorn Press.
- Baldacchino, G. (2006), *Coming to, and Settling on, Prince Edward Island: Stories and Voices: A Report on a Study of Recent Immigrants to PEI*. Charlottetown, UPEI, for the Population Secretariat, Government of Prince Edward Island, 85pp. Disponível em [http://www.islandstudies.ca/Settlers\\_to\\_PEI/Settlers\\_to\\_PEI.pdf](http://www.islandstudies.ca/Settlers_to_PEI/Settlers_to_PEI.pdf).
- Baldacchino, G. (2004), "Island Studies Comes of Age", *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 95 (3): 272-284.
- Baldacchino, G. (2003), "Our Four Fears", *The Sunday Times*, March 23, p.13 and March 30, p. 36. Malta: Progress Press.
- Baldacchino, G. (2002), "A Nationless State? Malta, National Identity and the European Union", *West European Politics*, 25 (4): 191-206.
- Baldacchino, G. (1997), *Global Tourism and Informal Labour Relations: The Small Scale Syndrome at Work*. London: Mansell.
- Baum, T. G. (1996), "The Fascination of Islands: The Tourist Perspective", in D. Lockhart e D. Drakakis-Smith (Eds.), *Island Tourism: Problems and Perspectives*. London: Pinter. Pp. 21-35.
- Baum, T. G. & et al. (2000), "Tourism and Cold Water Islands in the North Atlantic", in G. Baldacchino e D. Milne (Eds.), *Lessons from the Political Economy of Small Islands: The Resourcefulness of Jurisdiction*. Basingstoke: Macmillan. Pp. 214-229.
- Bilefsky, D. (2006), "Malta fears sinking under Immigrants", *International Herald Tribune*, June 7. Disponível em <http://www.ihb.com/articles/2006/06/06/news/malta.php>.
- Boissevain, J. (2004), "Hotels, Tuna Pens and Civil Society: Contesting the Foreshore in Malta", in J. Boissevain e T. Selywn (Eds.), *Contesting the Foreshore*. Amsterdam: Amsterdam University Press. Pp. 233-260.
- Boissevain, J. (1996), *Coping With Tourists: European Reactions to Mass Tourism*. Oxford: Berghahn Books.
- Bongie, C. (1998), *Islands and Exiles: The Creole Identities of Post/Colonial Literature*. Stanford CA: Stanford University Press.
- Brookfield, H. C. (1972), *Colonialism, Development and Independence: The Case of the Melanesian Islands of the South Pacific*. Cambridge: Cambridge University Press.


- Castells, M. (2002), "The Space of Flows", in I. Susser (Ed.), *The Castells Reader on Cities and Social Theory*. Oxford: Blackwell. Pp. 310-362.
- CBC News (2006), "Immigration: Dual Citizenship", July 20. Disponível em [http://www.cbc.ca/news/background/immigration/dual\\_citizenship.html](http://www.cbc.ca/news/background/immigration/dual_citizenship.html).
- Churchill Semples, E. (1911), *Influences of the Geographic Environment*. London: Constable.
- Clark, E.; Johnson, K.; Lundholm, E.; Malmberg, G. (2007), "Gentrification and Space Wars", in G. Baldacchino (Ed.), *A World of Islands: An Island Studies Reader*. Malta and Canada: Agenda Academic and Institute of Island Studies. Pp. 483-512.
- Clifford, J. (1997), *Routes: Travel and Translation in the Late 20<sup>th</sup> Century*. Harvard MA: Harvard University Press.
- Cohen, A. (1987), *Whalsay: Symbol, Segment and Boundary in a Shetland Island Community*. Manchester: Manchester University Press.
- Connell, J. (2007), "Island Migration", in G. Baldacchino (Ed.), *A World of Islands: An Island Studies Reader*. Malta and Canada: Agenda Academic and Institute of Island Studies. Pp. 455-482.
- Connell, J. & King, R. (1999), "Island Migration in a Changing World", in R. King e J. Connell (Eds.), *Small Worlds, Global Lives: Islands and Migration*. London: Pinter. Pp. 1-26.
- Clifford, J. (1997), *Routes: Travel and Translation in the late Twentieth Century*. Harvard MA: Harvard University Press.
- DeLoughrey, E. (2007), *Routes and Roots: Navigating Caribbean and Pacific Island Literatures*. Honolulu HI: University of Hawaii Press.
- Depraetere, C. & Dahl, A. L. (2007), "Island Locations and Classifications", in G. Baldacchino (Ed.), *A World of Islands: An Island Studies Reader*. Malta and Canada: Agenda Academic and Institute of Island Studies. Pp. 57-106.
- Doxey, G. V. (1975), "A Causation Theory of Visitor-resident Irritants: Methodology and Research Inferences", *Proceedings of the Travel Research Association*, 6th Annual Conference, San Diego CA, pp. 195-8.
- Duval, D. T. (2004), "Conceptualizing Return Visits: A Transnational Perspective", in T. Coles e D. Timothy (Eds.), *Tourism, Diasporas and Space: Travels to Promised Lands*. London: Routledge. Pp. 50-61.
- Forsythe, D. E. (1980), "Urban Incomers and Rural Change: the Impact of Migrants from the City on Life in an Orkney Community", *Sociologia Ruralis*, 20 (1): 287-307.
- Gillis, J. R. (2007), "Being Coastal", *California Coast and Ocean*, 23 (1): 10-15.
- Gössling, S. & Wall, G. (2007), "Island Tourism", in G. Baldacchino (Ed.), *A World of Islands: An Island Studies Reader*. Malta and Canada: Agenda Academic and Institute of Island Studies. Pp. 429-454.
- Government of Prince Edward Island (1999), *A Place to Stay?: The Report of the PEI Population Strategy '99 Panel*, Charlottetown, coordinated by the Institute of Island Studies.
- Granovetter, M. (1973), "The Strength of Weak Ties", *American Journal of Sociology*, 78 (6): 1360-1380.

- Hamilton-Jones, D. (1992), "Problems of Inter-Island Shipping in Archipelagic Small Island Countries: Fiji and the Cook Islands", in H. M. Hintjens e M. D. D. Newitt (Eds.), *The Political Economy of Small Tropical Islands*. Exeter: University of Exeter Press. Pp. 200-222.
- Hatziprokopiou, P. (2004), "Balkan Immigrants in the Greek City of Thessaloniki", *European Urban and Regional Studies*, 11(4): 321-338.
- Holder, J. (1988), "Pattern and Impact of Tourism on the Environment of the Caribbean", *Tourism Management*, 9 (2): 119-127.
- Hoyle, B. & Biagini, E. (1999), *Insularity and Development: International Perspectives on Islands*. London: Pinter.
- Hutt, M. B. (1980), *A Report to CADEC [Christian Action for Development in the Caribbean] on 'Windows to the Sea'*. Bridgetown, Barbados: The Cedar Press.
- Jackson, R. (2007), "Gentrification and Tourism on an Australian Island", *Island Studies Journal*, 1(2): 201-222.
- Jolly, M. (2001), "On the Edge? Deserts, Oceans, Islands", *The Contemporary Pacific*, 13 (2): 417-466.
- Källgård, A. (2007), "Sweden, Islands and Bridges", in G. Baldacchino (Ed.), *Bridging Islands: The Impact of Fixed Links*. Charlottetown, Canada: Acorn Press. Pp. 251-260.
- King, R. (1993), "The Geographical Fascination of Islands", in D. G. Lockhart, D. Drakakis-Smith e J. Schembri (Eds.), *The Development Process in Small Island States*. Oxford: Routledge. Pp. 13-37.
- King, R. & Strachan, A. (1980), "The Effects of Return Migration on a Gozitan Village", *Human Organization*, 39 (2): 175-179.
- Lowenthal, D. (1987), "Social Features", in C. G. Clarke e T. Payne (Eds.), *Politics, Security and Development in Small States*. London: Allen and Unwin. Pp. 26-49.
- Lingis, A. (1994), *The Community of Those Who Have Nothing in Common*. Bloomington IN: Indiana University Press.
- Mandel, C. (2008), "Come From Away' Should Go, Nova Scotia Liberals Suggest", *Times Colonist*, CanWest News Service, March 1. Disponível em <http://www.canada.com/victoriatimescolonist/news/story.html?id=bb7dcc05-9117-4203-885f-7af42fc35be4>.
- Marjavaara, R. (2007), "Route to Destruction? Second Home Tourism in Small Island Communities", *Island Studies Journal*, 2(1): 27-46.
- Marshall, J. (2003), "Tradition and Modernity: Changing Social and Space Relations on Grand Manan", in H. Millward, K. Beesley e B. Illbery (Eds.), *The New Countryside: Geographic Perspectives on Rural Change*. Winnipeg MB: Brandon University Press. Pp. 278-293.
- Marshall, J. (1999), "Insularity, Migration and Modernity on Grand Manan", in R. King e J. Connell (Eds.), *Small Worlds, Global Lives: Islands and Migration*. London: Pinter. Pp. 95-114.
- McElroy, J. L. (2006), "Small Island Tourist Economies across the Life Cycle", *Asia Pacific Viewpoint*, 47(1): 61-77.
- Newitt, M. D. D. (1992), "Introduction", in H. M. Hintjens e M. D. D. Newitt (Eds.) *The Political Economy of Small Tropical Islands*. Exeter: University of Exeter Press. Pp. 1-17.

- Ó Riain, S. (2000), "Net-Working for a Living: Irish Software Developers in the Global Workplace", in M. Burawoy e *et al.* (Eds.), *Global Ethnography: Forces, Connections and Imaginations in a Postmodern World*. Berkeley CA: University of California Press. Pp. 175-202.
- Péron, F. (2004), "The Contemporary Lure of the Island", *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 95 (3): 326-339.
- Porter, S. (2007), "Newfoundland: Population Drop less Steep than Many had Feared", *The Globe and Mail*, March 14<sup>th</sup>, A7.
- Richardson, B. C. (1983), *Caribbean Migrants: Environmental and Human Survival on St. Kitts and Nevis*. Knoxville TN: University of Tennessee Press.
- Robertson, R. (1995), "Glocalization: Time-Space and Heterogeneity-Homogeneity", in M. Featherstone, S. Lash e R. Robertson (Eds.), *Global Modernities*. London: Sage. Pp. 25-44.
- Sammut, C. (2007), "The Ambiguous Borderline between Human Rights and National Security: Journalists' Dilemmas in their Reportage of Irregular Immigrants in Malta", *Global Media Journal*, Mediterranean Edition, 2 (2). Disponível em <http://globalmedia.emu.edu.tr/spring2007/CarmenSammutWordComplete1.pdf>
- Spiteri, S. (2004a), "Through the Looking Glass, Darkly", *The Times*. Malta: Progress Press, 22<sup>nd</sup> September. Disponível em <http://www.lostinthought.ws/portfolio/lookingglass.html>.
- Spiteri, S. (2004b), *Treasure Island: A Journey of Self-Discovery with the Help of Asylum Seekers and Refugees in Malta*. Unpublished M.A. dissertation. Cardiff, Wales: School of Journalism, University of Cardiff.
- Srebrnik, H. F. (2000), "Identity. Culture and Confidence in the Global Economy", in G. Baldacchino e D. Milne (Eds.), *Lessons from the Political Economy of Small Islands: the Resourcefulness of Jurisdiction*. Basingstoke: Macmillan. Pp. 56-72.
- The Economist* (2005), "Graduate Emigration". London: The Economist Intelligence Unit, 31<sup>st</sup> March, p.94. Disponível em [www.economist.com/markets/indicators/displaystory.cfm?story\\_id=E1\\_PRTSDGR](http://www.economist.com/markets/indicators/displaystory.cfm?story_id=E1_PRTSDGR).
- The Economist* (2004), "Smallness Pays". London: The Economist Intelligence Unit, 26<sup>th</sup> February. Disponível em [http://www.economist.com/displayStory.cfm?story\\_id=2461814](http://www.economist.com/displayStory.cfm?story_id=2461814).
- The Economist* (2003), "Jamaica: Brain Gain". London: The Economist Intelligence Unit, 8<sup>th</sup> October, pp. 38, 42. Disponível em [http://www.economist.com/world/la/displaystory.cfm?story\\_id=E1\\_NTPDGQN](http://www.economist.com/world/la/displaystory.cfm?story_id=E1_NTPDGQN).
- Tönnies, F. (2001), *Community and Civil Society*, edited by Jose Harris. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tuan Yi-Fu (1990), *Topophilia: A Study of Environmental Perception, Attitudes and Values*, 2<sup>nd</sup> edition. New York: Columbia University Press.
- Turner, L. (1975), *The Golden Hordes: International Tourism and the Pleasure Periphery*. London: Constable.
- Tutelian, L. (2006), "North to Canada for an Ocean View", *New York Times*, 18 de Agosto. Disponível em <http://travel2.nytimes.com/2006/08/18/travel/escapes/18canada.html?pagewanted=print>.
- Vassallo, M. (2005), *A Report on a Study of Racism Prepared for Allied Newspapers Limited*. Valletta, Malta: Progress Press (Não publicado).



- Vertovec, S. (2001), "Transnationalism and Identity", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 27 (4): 573-582.
- Wardle, H. (2002), "Marshy and Friends: Informality, Deformalisation and West Indian Island Experience", *Social Identities*, 8 (2): 255-270.
- Warrington, E. & Milne, D. (2007), "Island History and Governance", in G. Baldacchino (Ed.), *A World of Islands: An Island Studies Reader*. Luqa, Malta and Charlottetown, Canada: Agenda Academic and Institute of Island Studies. Pp. 379-427.
- Wendt, A. (1996), "Tatauing the Post-colonial Body", *SPAN (Journal of the South Pacific Association for Commonwealth Literature and Language Studies)*, Nos. 42-43 (Abril-Outubro), pp. 15-29.
- Woolcock, M. & Narayan, D. (2000), "Social Capital: Implications for Development and Theory, Research and Policy", *The World Bank Observer*, 15 (2): 225-249.
- Worsley, P. (1968), *The Trumpet Shall Sound: A Study of 'Cargo' Cults in Melanesia*. London: Paladin.



## **As Migrações Internacionais num Mar de Ilhas: Desafios e Oportunidades para os Espaços Insulares do Pacífico**

Richard Bedford  
*Waikato University, Nova Zelândia*

Graeme Hugo  
*University of Adelaide, Austrália*

### **Introdução**

Num artigo que veio a tornar-se num dos clássicos da produção científica sobre movimentos populacionais e desenvolvimento na região do Pacífico, o escritor, sociólogo e professor Epeli Hau'ofa (199:152-3), natural de Tonga, recorreu pela primeira vez à metáfora “um mar de ilhas” para se referir a este mundo insular oceânico. Segundo assinalou, há todo um mundo de diferença entre olhar para o Pacífico enquanto “ilhas num mar distante” ou enquanto “um mar de ilhas”. “Ilhas num mar distante” enfatiza a existência de um conjunto de pontos terrestres no meio de um vasto oceano, longe dos centros de poder e decisão. Ao colocarmos as coisas nestes termos, estamos a sublinhar a pequenez e o isolamento destas ilhas. “Um mar de ilhas”, em contrapartida, sugere uma perspectiva mais holística, segundo a qual as ilhas são percebidas na totalidade das suas relações trans-oceânicas umas com as outras e com os territórios mais vastos situados na orla do Pacífico. Este autor assinalou que é no contexto deste mundo mais alargado, que inclui cidades na Austrália, Nova Zelândia, Estados Unidos e Canadá, que a verdadeira extensão dos recursos dos povos do Pacífico deve ser avaliada.

Esta comunicação, apresentada no âmbito da Conferência Internacional “Connecting Worlds: Emigration, Immigration and Development in Insular Spaces”, que teve lugar nos Açores entre 28 e 30 de Maio de 2008, analisa a mobilidade contemporânea dos povos do Pacífico neste contexto transnacional, fazendo referência aos processos de emigração, migração de retorno e reemigração, bem como aos sistemas complexos de mobilidade circular, que caracterizam os estados insulares desta região. Os estados insulares da região do

Pacífico apresentam diferenças substanciais entre si no que se refere ao acesso das suas populações a oportunidades de trabalho e residência no exterior dos respectivos territórios. Esta comunicação discute essas diferenças no contexto de alguns dos principais desafios com que se depara o seu desenvolvimento: o crescimento acelerado de populações bastante jovens; os níveis elevados de desemprego; a escassa dimensão dos mercados locais; os níveis insustentáveis de extracção de madeira, pescado e recursos minerais; e a existência de mecanismos de governância instáveis nalguns destes países.

Independentemente dos desafios específicos que se colocam ao desenvolvimento dos territórios insulares, Hau'ofa (1994) chamou a atenção para o facto dos povos do Pacífico terem feito prova de uma notável resiliência no contexto da sua adaptação às mudanças que estiveram associadas à dominação colonial e à posterior independência política. A prática tradicional consistente em atravessar o oceano para trabalhar, fazer negócios, casar e viver, que havia em muitos casos sido suspensa, reemergiu posteriormente em muitas partes desta região. Tal como descrito por este autor:

Desde [a independência] têm vindo a mover-se, às dezenas de milhar, fazendo o que os seus antepassados em tempos fizeram – partir para alargar horizontes –, numa escala nunca vista. Para onde quer que vão – Austrália, Nova Zelândia, Havai, parte continental dos Estados Unidos, Canadá, Europa ou outro destino qualquer –, criam raízes, arranjam empregos, compram propriedades e alargam as redes de parentesco através dos quais circulam eles próprios, os seus familiares, os seus bens materiais e as suas histórias. Tudo isto através do oceano – e o oceano é seu porque sempre foi a sua casa (Hau'ofa 1994: 155).

## Mundos ligados entre si:

### Macaronésia, Melanésia, Micronésia e Polinésia

A Conferência Internacional “Connecting Worlds: Emigration, Immigration and Development in Insular Spaces” procurou debruçar-se sobre as seguintes questões:

- Quais os contornos específicos que assume a relação entre emigração e imigração no contexto dos espaços insulares?
- Qual é, e qual poderá ser, o papel dos emigrantes e dos seus descendentes nos processos de desenvolvimento desses espaços?
- De que forma será possível implementar simultaneamente estratégias de desenvolvimento eficazes nos países de origem e de destino?
- Poder-se-á falar de políticas migratórias específicas dos espaços insulares?

- Será possível identificar projectos comuns, com base em “espaços insulares integrados” como a Macaronésia, que tenham em conta a questão das migrações? Caso contrário, poderão tais projectos ser postos em prática?

Os cinco arquipélagos que constituem a Macaronésia – Açores, Madeira, Selvagens, Canárias e Cabo Verde – são o equivalente atlântico das três regiões insulares sub-tropicais do Oceano Pacífico – Melanésia, Micronésia e Polinésia. Todas estas regiões constituem “espaços insulares” que foram definidos e baptizados por europeus – pelos antigos gregos no caso da Macaronésia; e pelos primeiros exploradores europeus no caso das três “nésias” do Pacífico. Na Macaronésia, tal como numa parte substancial do Pacífico descrito por Hau’ofa, as vidas económicas e sociais dos habitantes desenrolam-se em mundos muito mais amplos do que os que são definidos pelos espaços insulares em que residem. Tal como escreve Alzira Maria Serpa Silva, Directora Regional das Comunidades do Governo Regional dos Açores, na sua entrada do Anuário de Ouro dos Açores (2005: 25):

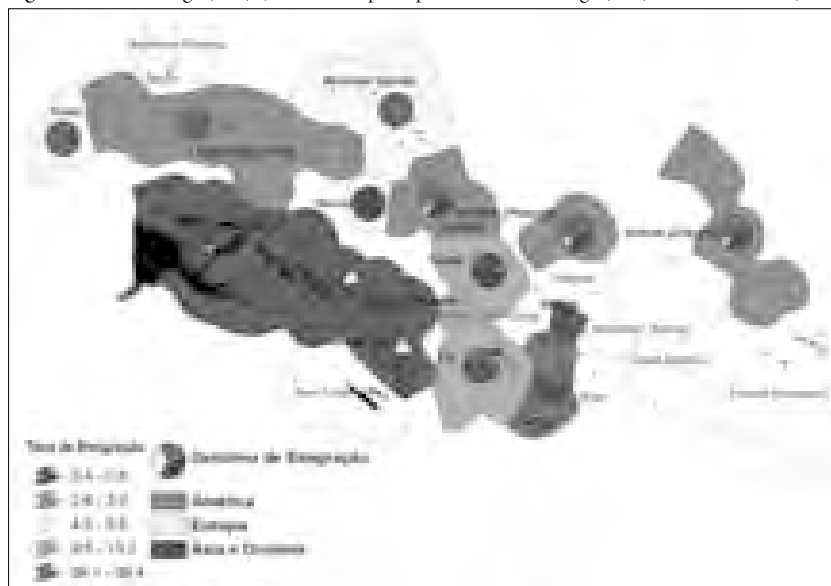
As fronteiras dos Açores são hoje mais amplas graças às comunidades açorianas. Esta região não é mais a soma geo-social das suas nove ilhas. É, isso sim, uma rede complexa de comunidades que se estabeleceram por todo o hemisfério, com especial incidência no vasto continente americano. Estas comunidades complementam o espaço humano dos Açores e contribuem para a nossa identidade cultural.

Para os padrões do Pacífico, as ilhas dos Açores podem ser consideradas grandes. A superfície total das suas ilhas habitadas é de 2.342 km<sup>2</sup>, ascendendo a sua população residente total a cerca de 238.000 habitantes. Entre os 22 estados e territórios do Pacífico, apenas sete têm uma superfície igual ou superior; e somente cinco têm uma população superior a 238.000 habitantes. São Miguel, a maior das ilhas dos Açores, possui uma área de 759 km<sup>2</sup> e uma população de 130.000 habitantes; 13 dos 22 Estados do Pacífico têm superfícies e populações menores. Os Açores encontravam-se desabitados quando os portugueses e outros europeus aí começaram a instalar-se do séc. XV em diante. Quando os europeus chegaram pela primeira vez aos arquipélagos do Pacífico em finais do Séc. XVII, alguns destes encontravam-se desabitados, mas outros eram habitados por populações indígenas. Estas diferenças originais tiveram como consequência histórias e identidades também elas bastante distintas.

Cada uma das três sub-regiões que constituem a região do Pacífico – Melanésia, Micronésia e Polinésia – possui a sua história particular em matéria de movimentos migratórios. A Melanésia, que inclui quatro Estados independentes (Papua-Nova Guiné, Ilhas Salomão, Vanuatu e Ilhas Fiji) e uma colónia

francesa (Nova Caledónia), alberga cerca de 85% da população das ilhas do Pacífico (estimada em 8,5 milhões de habitantes em 2008). Três destes quatro Estados independentes têm estado na origem de movimentos migratórios bastante limitados – as Ilhas Fiji são o único que conta com uma diáspora considerável, alimentada ao longo dos últimos anos por uma série de golpes militares (Fig. 1).

**Fig. 1** – Taxas de emigração (%) em 2006 e principais destinos da emigração (Gibson *et al.*, 2007)



Mais a norte, a Micronésia mantém laços muito estreitos com os Estados Unidos, resultantes da longa presença militar norte-americana nesta região e do período de administração colonial que se seguiu à 1ª Guerra Mundial. As excepções consistem nos dois Estados micronésios que se estendem para sul do Equador, Kiribati e Nauru, os quais possuem ligações próximas com o Reino Unido, a Austrália e a Nova Zelândia. Estas ligações remontam ao período de exploração das jazidas de fosfatos, actualmente esgotadas, antes existentes em Nauru e na Ocean Island (ou Banaba – uma das ilhas que constituem Kiribati), as quais desempenharam um papel bastante importante no desenvolvimento das economias pastoris da Austrália e Nova Zelândia.

A Polinésia, mais para leste, mantém uma ligação particularmente estreita com a Nova Zelândia, por um lado em virtude do antigo estatuto colonial de alguns dos seus arquipélagos (um dos quais se manteve até aos nossos dias com esse estatuto – as ilhas Tokelau) e por outro devido à actividade das igrejas cristãs e, após a 2ª Guerra Mundial, em resultado da procura de mão-de-obra barata e pouco qualificada da região, por parte dos sectores primário e secundário da

economia neozelandesa. Os indígenas neozelandeses – os Maori – são um povo polinésio, sendo esse um dos factores que está na origem da forte identidade neozelandesa enquanto “parte do Pacífico”.

Essa identidade “do Pacífico” nunca fez parte do discurso oficial australiano acerca do seu “lugar no mundo”, especialmente após a independência da sua antiga colónia, a Papua-Nova Guiné, em 1975. As principais diferenças entre as políticas de imigração da Austrália e da Nova Zelândia têm lugar ao nível dos direitos de acesso ao emprego e à residência que conferem aos seus vizinhos insulares (Bedford *et al.*, 2007). Voltaremos a esta questão mais adiante – para já, basta assinalar que tanto a Austrália como a Nova Zelândia estão actualmente a levar a cabo revisões bastante profundas das suas políticas de imigração, incluindo no que diz respeito à entrada e permanência de cidadãos oriundos das ilhas do Pacífico. Diversas partes deste texto têm por base uma recente revisão da bibliografia sobre os movimentos populacionais nesta região, levada a cabo pelos autores a pedido do Ministério da Imigração e Cidadania da Austrália e do Ministério do Trabalho da Nova Zelândia (Hugo e Bedford, 2008).

A região do Pacífico possui um longo historial de iniciativas regionais em matéria de desenvolvimento económico, social e político. A Comissão do Pacífico Sul, criada no final da década de 1930 pelas administrações coloniais para lhes proporcionar aconselhamento e apoio técnico, esteve mais tarde na origem de diversas organizações regionais, incluindo o Fórum das Ilhas do Pacífico, que se encontra sediado nas Ilhas Fiji. Este Fórum reúne todos os anos os chefes de estado de todos os Estados independentes da região, incluindo a Austrália e a Nova Zelândia, bem como representantes de todos os países que ainda possuem colónias na região (França, Reino Unido e Estados Unidos) e, nos últimos anos, de alguns outros países da orla do Pacífico. Recentemente, este organismo elaborou um Plano para o Pacífico que visa responder a um conjunto de desafios que se colocam ao desenvolvimento futuro da região, tal como identificados em 2004 por alguns dos principais líderes da região do Pacífico. Esta última iniciativa constitui também o ponto de partida do presente texto “As migrações internacionais num mar de ilhas: desafios e oportunidades para os espaços insulares do Pacífico”.

## Um ponto de partida

Aquando do encontro de líderes, que teve lugar a par da reunião do Fórum das Ilhas do Pacífico, que se realizou em Auckland em Abril de 2004, foi formulada a seguinte Visão orientadora das acções e políticas do Fórum:

Os líderes consideram que a região do Pacífico pode e deve ser um espaço de paz, harmonia, segurança e prosperidade económica, em que todos os povos possam viver de uma forma livre e plena. Apreciamos a diversidade do Pacífico e aspiramos por um futuro em que todas as suas culturas, tradições e crenças religiosas sejam respeitadas, valorizadas e acarinhadas. Desejamos uma região do Pacífico que seja respeitada pela qualidade da sua governância, pela gestão sustentável dos seus recursos, pelo pleno respeito pelos valores democráticos e pela defesa e promoção dos direitos humanos. Pretendemos estabelecer parcerias com os nossos vizinhos, e com territórios mais além, de modo a expandir os nossos conhecimentos, desenvolver as nossas comunicações e assegurar um futuro económico sustentável para todos (Chan *et al.*, 2004: 8).

De 2004 para cá, o Fórum tem-se visto obrigado a enfrentar mais desafios de monta à “paz, harmonia, segurança e prosperidade económica” do Pacífico do que em qualquer outro momento desde a sua fundação em 1973 – incluindo um novo golpe militar nas Ilhas Fiji e motins nas capitais das Ilhas Salomão e de Tonga. O quarto golpe de estado nas Ilhas Fiji e a devastação causada pelos motins ocorridos em Honiara e Nuku’Alofa contribuíram, no seu conjunto, para uma significativa mudança de percepção em relação às perspectivas de “desenvolvimento” dos Estados insulares do Pacífico. Um pouco por toda a região do Pacífico, incluindo na Austrália e Nova Zelândia, tem tido lugar um debate bastante alargado nas esferas política e académica acerca de como promover aquilo que o Primeiro-Ministro de Samoa, Tuilaepa Sailele Aiono Malielegao (2006: vii), definiu como “um nível mais aprofundado de cooperação regional, que proporcione uma mais efectiva integração real” no sentido da promoção do crescimento económico, do desenvolvimento sustentável, da ‘boa governância’ e da segurança.

Os principais elementos deste debate em torno do futuro da cooperação regional são perceptíveis numa série de publicações recentes que fazem eco das diversas vozes que se fazem ouvir nas Ilhas do Pacífico e em seu redor, incluindo *Securing a Peaceful Pacific*, de Henderson e Watson (2005); *Pacific Futures*, de Powles (2006); a publicação do Banco Mundial *At Home and Away: Expanding Job Opportunities for Pacific Islanders through Labour Mobility* (World Bank, 2006); o relatório da AustAID (2006) *Pacific 2020: Challenges and Opportunities for Growth; The Future of the Pacific Labour Market*, de Plimmer (2006); *Redefining the Pacific? Regionalism Past, Present and Future*, de Bryant-Tokelau e Frazer (2007); *Migration and Development in the Pacific Islands: Lessons from the New Zealand Experience*, de Stahl e Appleyard (2007); e *Asia in the Pacific Island: Replacing the West*, de Crocombe (2007).

Neste dealbar do séc. XXI, a questão de como contribuir eficazmente para o desenvolvimento dos Estados insulares do Pacífico tem vindo a tornar-se uma das principais preocupações dos governos australiano e neozelandês. Um

dos aspectos que mais tem contribuído para a complexidade do debate tem a ver com o aumento das preocupações com a questão da segurança na região após os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 – preocupações essas que têm vindo a ser exacerbadas em resultado tanto do interesse crescente por parte de empresas e governos asiáticos em investirem na exploração dos recursos do Pacífico, como das posições políticas assumidas pelos próprios governos da região. A produção e tráfico de estupefacientes, a lavagem de dinheiro e os fluxos migratórios ilegais vieram juntar-se ao conjunto de preocupações sentidas pela Austrália e Nova Zelândia em relação aos seus países vizinhos.<sup>1</sup>

Por sua vez, os líderes de diversos Estados do Pacífico têm desafiado a Austrália e a Nova Zelândia a abrirem as respectivas economias e sociedades às migrações laborais provenientes dos Estados insulares. Nesse sentido, têm procurado sublinhar a necessidade dos seus vizinhos austrais darem ouvidos às “necessidades e aspirações da crescente população jovem da região, reconhecendo a pressão exercida por populações cada vez mais jovens e numerosas sobre os recursos necessários em matéria de educação e formação profissional, cuidados de saúde e oportunidades de emprego” (Chan *et al.*, 2004: 13).

## Crescimento populacional, “superabundância de jovens” e emprego

As projecções demográficas elaboradas pelas Nações Unidas sugerem que a população da Melanésia poderá atingir os 14 milhões de habitantes em 2050, o que equivale a mais do dobro da população estimada desta sub-região em 2000 (6,48 milhões; Tabela 1). O crescimento demográfico absoluto da Melanésia ao longo dos próximos 50 anos (da ordem dos 7,62 milhões) poderá até ultrapassar o crescimento absoluto da população australiana (estimado em cerca de 7,36 milhões entre 2000 e 2050), apesar de, em 2000, a população residente da Austrália ser três vezes superior à da Melanésia (Tabela 1). As populações da Micronésia e da Polinésia deverão também registar aumentos significativos (de cerca de 516.000 para 1.080.000 no caso da Micronésia e de cerca de 590.000 para 890.000 na Polinésia), mas é a “explosão demográfica” melanésia que constitui o principal motivo de preocupação para os decisores políticos, particularmente devido ao facto da Papua-Nova Guiné, Vanuatu e

---

1 O contributo de Michael Moriarty no âmbito do simpósio *New Zealand – Pasifika: Interactions and Perspectives*, organizado pelo Institute of Policy Studies, constitui uma boa primeira abordagem às várias questões relacionadas com o problema da segurança fronteiriça na região do Pacífico. As comunicações apresentadas neste simpósio encontram-se disponíveis em: <http://ips.ac.nz/events/completed-activities/Pasifika%20project/>.



Ilhas Salomão não contarem com quaisquer destinos migratórios habituais (Bedford, 2005a; World Bank, 2006).

**Tabela 1** – População das sub-regiões do Pacífico, 2000 e 2050: população total e variação absoluta

|               | População total (milhares) |        | Variação absoluta (milhares) |           |
|---------------|----------------------------|--------|------------------------------|-----------|
|               | 2000                       | 2050   | 1950-2000                    | 2000-2050 |
| Melanésia     | 6.480                      | 14.100 | 4.370                        | 7.620     |
| Micronésia    | 516                        | 1.080  | 350                          | 564       |
| Polinésia     | 590                        | 890    | 350                          | 300       |
| Nova Zelândia | 3.780                      | 5.000  | 1.870                        | 1.220     |
| Austrália     | 19.140                     | 26.500 | 10.840                       | 7.360     |

Fonte: Bedford (2005a).

Há mais de uma década que diversos investigadores têm vindo a chamar a atenção para os problemas crescentes de desemprego e subemprego entre os jovens e adultos de numerosos Estados do Pacífico, especialmente na Melanésia e Micronésia (Booth, 1993; Callick, 1993; Gannicott, 1993; Curtain, 2006). Apesar de algumas destas economias apresentarem um considerável potencial de diversificação, especialmente no caso das ilhas de maiores dimensões que constituem a Papua-Nova Guiné, as Ilhas Salomão, Vanuatu e as Ilhas Fiji, todos os relatórios recentes que se têm debruçado sobre a situação económica das ilhas do Pacífico têm sublinhado o problema do desemprego e do subemprego entre os jovens, bem como o risco de agitação social que decorre do aumento do número de jovens que, desta forma, se vêem alienados da economia e da sociedade (Ware, 2004, 2005; Duncan *et al.*, 2005; AusAID, 2006; Booth *et al.*, 2006; Dobell, 2006).

Por volta de 2006, cerca de 17% da população das três sub-regiões insulares do Pacífico pertencia ao grupo etário 15-24 (Tabela 2). Para efeitos de comparação, a percentagem correspondente na Austrália e Nova Zelândia era de cerca de 14%. Ao longo do período entre 1995 e 2015, o Banco Mundial (World Bank, 2006a) estima que a população com idade compreendida entre os 15 e os 24 anos possa registar um aumento da ordem dos 35% na Melanésia, ainda que o número de jovens na Micronésia e Polinésia registre um crescimento menos acentuado (26% e 19%, respectivamente). Ainda assim, o crescimento da população jovem em qualquer uma destas três sub-regiões será muito mais acelerado do que na Nova Zelândia e Austrália (Tabela 2).

**Tabela 2** – População jovem (15-24 anos de idade) em 2006 e taxa de crescimento 1995-2015

|               | 2006                   | 1995-2015             |
|---------------|------------------------|-----------------------|
|               | (% da população total) | (taxa de crescimento) |
| Melanésia     | 19,5                   | 34,6                  |
| Micronésia    | 18,7                   | 26,0                  |
| Polinésia     | 19,3                   | 19,2                  |
|               |                        |                       |
| Nova Zelândia | 14,5                   | 16,2                  |
| Austrália     | 13,6                   | 15,0                  |

O Banco Mundial, no seu relatório *At Home and Away: Expanding Job Opportunities for Pacific Islanders through Labour Mobility* (World Bank, 2006: 44), examinou recentemente e de forma conjunta, as projecções demográficas e as estimativas de evolução do emprego no sector formal para diversos Estados do Pacífico. A sua conclusão foi a seguinte:

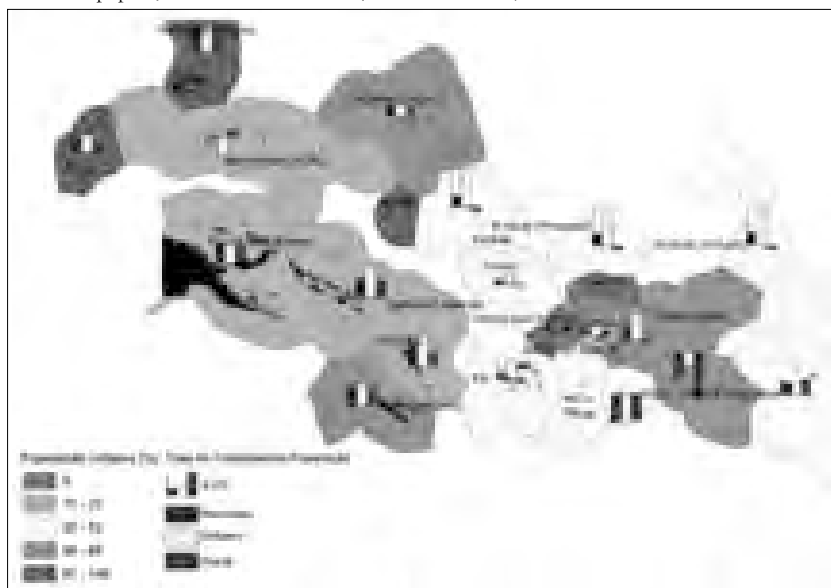
Os resultados destas projecções são pouco surpreendentes, mas especialmente preocupantes para os Estados da Melanésia e da Micronésia. Os níveis de fecundidade são elevados e parecem estar a diminuir muito lentamente, tendo como consequência um crescimento demográfico projectado da ordem dos 2,5% anuais. Tendo em conta o que se passou nalguns países, elaborámos um outro cenário prevendo um declínio mais rápido da fecundidade. Porém, mesmo que esse declínio mais acelerado venha a verificar-se, não deixará de se registar um crescimento populacional muito significativo na Micronésia e na Melanésia ao longo de muitos anos, em resultado da inércia demográfica provocada pela diferença acumulada entre a elevada fecundidade e a baixa mortalidade.

O emprego no sector formal é bastante limitado e, excepto no caso das Ilhas Fiji, não é de prever que venha a crescer de forma acelerada. É nestes países, caracterizados por níveis de fecundidade elevados e níveis de emprego formal reduzidos [Papua-Nova Guiné, Ilhas Fiji, Ilhas Salomão, Vanuatu, Estados Federados da Micronésia, Kiribati], que deverá verificar-se o maior excesso de mão-de-obra e a maior procura de empregos no estrangeiro. O volume projectado do excesso de oferta de mão-de-obra no sector formal constitui uma indicação clara dos enormes desafios com que se deparam os governos da Papua-Nova Guiné e dos Estados insulares do Pacífico. O reverso da medalha consiste no facto da região do Pacífico contar com um contingente cada vez maior de jovens, ao qual poderão recorrer os países cujas populações se encontram em pleno processo de envelhecimento.

Estas previsões pessimistas em relação ao crescimento do emprego formal, especialmente em países como a Papua-Nova Guiné, as Ilhas Salomão e Vanuatu, reflectem outra das características fundamentais das populações de grande parte da região do Pacífico – os seus níveis de urbanização relativamente

reduzidos. Na Papua-Nova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu, onde ainda assim o crescimento da população urbana tem sido assinalável, a vasta maioria da população (mais de 80% em qualquer um destes três países) vive ainda em áreas rurais (Fig. 2).

**Fig. 2** – Percentagem da população total residente em áreas urbanas por volta de 2006 e taxas de crescimento das populações rural, urbana e total (Gibson *et al.*, 2007)



A questão dos empregos disponíveis para as populações jovens das ilhas do Pacífico não é um problema recente. Há muito que existe a preocupação em torno de como garantir empregos suficientes para as crescentes populações jovens desta região – especialmente empregos que gerem rendimentos monetários. Apesar da Fig. 2 indicar que nalgumas partes desta região, especialmente em Niue, nas Ilhas Cook e em certas partes da Micronésia, o crescimento demográfico é hoje em dia negativo devido à forte emigração, já na década de 1960 se debatia de forma generalizada a “crise Malthusiana” da Polinésia. A secção seguinte deste texto passa em revista esse debate de forma resumida, a fim de demonstrar que os problemas com que os investigadores e decisores políticos se defrontam actualmente, no caso da Melanésia, são problemas que há muito afectam esta parte do mundo.

## Um regresso às “crises Malthusianas” do Pacífico

A preocupação de um conjunto de demógrafos da Universidade Nacional da Austrália com a possibilidade de uma “crise Malthusiana” nas ilhas do Pacífico Central e Oriental remonta ao final da década de 1950. À época, as populações destas ilhas registavam um crescimento acelerado em resultado da coexistência de elevadas taxas de natalidade e da queda das taxas de mortalidade, ao mesmo tempo que as oportunidades de emigração se encontravam constrangidas tanto pelo carácter limitado dos meios de transporte que ligavam os diversos países da região entre si como pelas políticas de imigração em vigor em muitos desses Estados.

As migrações internacionais como válvula de escape no Pacífico Central e Oriental

No final da década de 1950 e na década de 1960, demógrafos como McArthur (1961, 1964) e Borrie (1967) defenderam o incremento da emigração como válvula de escape para o crescimento populacional na Polinésia e Micronésia. As administrações coloniais das Ilhas Fiji e Salomão abriram algumas portas nesse sentido, de que beneficiaram os naturais das Ilhas Gilbert (actual Kiribati), sobretudo a partir do final da década de 1940. Também os governos da Austrália e Nova Zelândia foram alvo de diversas solicitações no sentido de acolherem os habitantes de diversas pequenas ilhas e atóis sobrepovoados do Pacífico Central (Bedford, 1968). A iniciativa mais relevante por parte da Nova Zelândia no sentido de contribuir para aliviar a pressão demográfica sobre os recursos dos pequenos Estados insulares consistiu no acolhimento, na década de 1960, de um milhar de naturais dos atóis tropicais de Tokelau, que foram instalados nas colinas frescas e húmidas que rodeiam a cidade de Wellington.

O desenvolvimento das ligações aéreas através do Pacífico nas décadas de 1960 e 1970 esteve associado à construção de aeroportos de reabastecimento nas Ilhas Fiji e Cook e na Polinésia Francesa. O estabelecimento de voos regulares entre alguns dos Estados do Pacífico e a Austrália, a Nova Zelândia e os Estados Unidos, a par da criação de ligações aos restantes países, estimulou inevitavelmente a emigração dos povos do Pacífico para os países na orla deste oceano. O êxodo dos habitantes de Nieu, dos Maori das Ilhas Cook e, mais tarde, dos naturais da Tonga e Samoa para a Nova Zelândia e para os Estados Unidos teve início no início da década de 1970, na sequência da criação de voos entre os diversos arquipélagos e entre estes e os países da orla do Pacífico (Gibson, 1983; Bedford, 1986).

O risco de uma crise Malthusiana na década de 1970 foi contornado à nascença graças à emigração – de tal forma que, na década de 1980, a “superabundância de jovens” que havia caracterizado a população polinésia vinte anos antes tinha dado lugar a um “défice de jovens”. Este fenómeno verificou-se de forma especialmente acentuada nas Ilhas Cook e Niue – países onde o “despovoamento”, e não o “excesso de população”, se tornou rapidamente o principal problema em matéria de demografia (consultar as taxas de crescimento populacional negativas nestes dois países na Fig. 2). No Pacífico Central, os naturais de Kiribati e Tuvalu puderam aceder a empregos na mina de fosfatos de Nauru após o esgotamento dos depósitos de fosfatos antes existentes em Ocean Island (Banaba). As últimas administrações coloniais da antiga Colónia das Ilhas Gilbert e Ellice, que na década de 1970 alcançou a independência sob a forma dos actuais Estados de Kiribati e Tuvalu, criaram um instituto de formação destinado ao pessoal da marinha mercante em Tarawa (Kiribati), ao mesmo tempo que um acordo com a companhia de navegação alemã Hamburg Sud garantiu o acesso a numerosas oportunidades de emprego no exterior deste território (Borovnik, 2003, 2006). Após a independência, Tuvalu também criou a sua própria escola naval, a qual constitui hoje em dia uma importante via de acesso a empregos no estrangeiro.

Quando, em 1986, a Nova Zelândia levou a cabo uma revisão geral da sua política de imigração (Burke, 1986), foram estabelecidos acordos de trabalho temporário com Kiribati e Tuvalu, dos quais beneficiaram especialmente os cidadãos deste último Estado. Porém, foi só aquando da introdução no quadro legal neozelandês de uma nova categoria de acesso destinado a cidadãos do Pacífico, em Julho de 2002, que os habitantes destes dois territórios insulares tiveram pela primeira vez acesso a um canal de emigração permanente consagrado na lei (Bedford *et al.*, 2005, 2007).

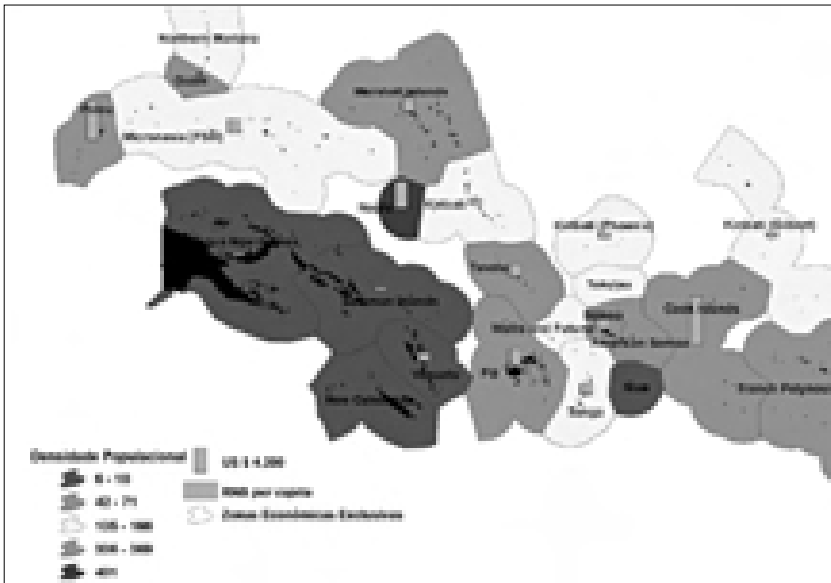
### Escassez e excesso de mão-de-obra no Pacífico Ocidental

No Pacífico Ocidental, o espectro do sobrepovoamento das ilhas é um fenómeno muito mais recente. Na verdade, durante a maior parte do século XX, a preocupação principal na maior parte das “grandes ilhas” do Pacífico dizia respeito à escassez de mão-de-obra com que se defrontavam a agricultura comercial, a extracção mineira, a indústria madeireira e as pescas, consideradas a base económica fundamental da Melanésia. O recurso à mão-de-obra estrangeira, nomeadamente oriunda de outras partes do Pacífico, para trabalhar nas plantações e instalações mineiras remonta a finais do século XIX. Com efeito, na segunda metade do século XIX, a procura por mão-de-obra melanésia por

parte da indústria açucareira australiana deu origem ao maior fluxo migratório oficialmente reconhecido com destino a este país.

Em finais da década de 1980, porém, as elevadas taxas de crescimento natural registadas na Melanésia – especialmente nos países em que mais de 80% da população vivia em áreas rurais – começaram a chamar a atenção dos demógrafos. As densidades populacionais à escala nacional continuavam a ser bastante baixas para os padrões do Pacífico, mas estas pouco significado têm no caso de sociedades em que o acesso às terras tem por vezes muito pouca relação com a dimensão do grupo detentor dessas mesmas terras (Fig. 3).

**Fig. 3** – Densidade populacional bruta por volta de 2006 e Rendimento Nacional Bruto *per capita* (Gibson *et al.*, 2007).



As oportunidades de trabalho assalariado nas áreas urbanas e rurais não cresceram com rapidez suficiente para acomodar as necessidades de uma população jovem em rápida expansão, cujos objectivos estavam para além daquilo que uma vida de mera subsistência, na maior parte dos casos em pequenas aldeias, proporcionava. O êxodo para as cidades em busca de oportunidades acentuou-se significativamente nas décadas de 1980 e 1990, mas tanto o sector formal como o informal revelaram-se incapazes de proporcionar empregos adequados ao número crescente de candidatos (Gannicott, 1993; World Bank, 2006; AusAID, 2004, 2006).

Com excepção do território francês da Nova Caledónia, nenhum dos Estados que constituem a Melanésia beneficia de qualquer tipo de acesso

privilegiado a qualquer destino migratório. Os cidadãos das Ilhas Fiji, de etnia tanto indiana como fijiana, têm aos poucos vindo a constituir comunidades bastante numerosas na Austrália e Nova Zelândia – sobretudo a partir de finais da década de 1980, devido aos golpes de estado que periodicamente têm ocorrido neste país. Os cidadãos da Papua-Nova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu têm a possibilidade de emigrar para a Nova Zelândia e Austrália ao abrigo dos programas oficiais destes dois países, mas em ambos os casos é dada prioridade aos candidatos mais qualificados e à imigração “económica” (para trabalho e negócios) em detrimento da “social” (reagrupamento familiar e asilo). Na prática, a emigração para a Austrália e Nova Zelândia com origem na maior parte dos Estados da Melanésia tem sido muito limitada – à excepção das Ilhas Fiji, graças aos programas oficiais. No caso destas últimas, os descendentes de trabalhadores indianos têm ocupado um lugar de destaque nos fluxos migratórios recentes para fora do país, especialmente na sequência dos vários golpes de estado que ocorreram a partir do final da década de 1980.

A próxima secção passa em revista os fluxos migratórios contemporâneos das diversas partes do Pacífico para a Austrália e Nova Zelândia, no contexto daquilo que é um dos principais desafios que se colocam aos Estados desta região na busca por um compromisso com vista à prossecução, em conjunto, das “aspirações da crescente população jovem da região” (Chan, 2004). Esse desafio consiste na disparidade entre as políticas migratórias adoptadas num e noutro destes dois países face aos restantes países da região, especialmente a partir da década de 1950 (Bedford *et al.*, 2007).

## Os fluxos migratórios entre os Estados do Pacífico e a Austrália e Nova Zelândia

Não deixa de ser irónico que as diferenças mais significativas entre as políticas migratórias da Austrália e da Nova Zelândia digam respeito à regulação da imigração por parte de cidadãos dos Estados insulares do Pacífico. É especialmente surpreendente que essas diferenças tenham surgido se tivermos em conta que a mobilidade dos cidadãos australianos e neozelandeses entre os seus respectivos países não está sujeita a quaisquer requisitos ou procedimentos específicos. O Acordo Trans-Tasmano de Mobilidade (*Trans-Tasman Travel Arrangement*, ou TTTA) veio consagrar formalmente a liberdade de circulação entre estes dois países, que existe na prática desde a ocupação europeia desta parte do mundo, em finais do século XVIII.

Durante a segunda metade do século XIX, a Austrália recorreu substancialmente à mão-de-obra oriunda do Pacífico Ocidental, incluindo 60.000 melanésios empregados na indústria açucareira no estado de Queensland. Tanto a Austrália como a Nova Zelândia possuíram colónias no Pacífico ao longo do século XX, mas desde meados desse século que a Austrália cortou na prática quaisquer laços especiais em matéria de imigração que a pudessem ligar a esses territórios. Pelo contrário, a Nova Zelândia tornou-se um destino fundamental para os povos indígenas das ilhas do Pacífico Oriental (Polinésia), em grande medida devido à decisão de concessão da nacionalidade neozelandesa às populações das colónias deste país e a outras prerrogativas especiais em termos de autorização de trabalho e residência na Nova Zelândia.

À medida que o número de naturais dos Estados insulares do Pacífico que residem na Nova Zelândia tem vindo a crescer, têm sido cada vez mais aqueles que, tendo adquirido a cidadania neozelandesa, tiram partido do Acordo Trans-Tasmano de Mobilidade para se instalarem na Austrália. Isto tem estado na origem do crescimento bastante significativo da população natural do Pacífico residente na Austrália (por via da Nova Zelândia), o que, por sua vez, tem ocasionalmente ensombrado as relações entre os dois governos e posto em causa o Acordo Trans-Tasmano de Mobilidade (Bedford *et al.*, 2003). Apesar do crescimento da população natural do Pacífico residente no seu território, a Austrália não se tem mostrado receptiva face à possibilidade de estabelecimento de acordos migratórios especiais com os Estados do Pacífico, reafirmando a firmeza e consistência do princípio segundo o qual os cidadãos de todos os países, à excepção da Nova Zelândia, são iguais à luz dos regulamentos migratórios australianos. Por contraste, a Nova Zelândia não se tem mostrado disposta a abdicar da sua longa relação migratória com países como Samoa ou Tonga, ou dos mais recentes e relativamente reduzidos, mas ainda assim simbólicos, laços com países como Kiribati, Tuvalu e Vanuatu, no contexto de uma possível abordagem mais multilateral às questões do desenvolvimento na região do Pacífico (Bedford *et al.*, 2007).

As diferentes posturas da Austrália e Nova Zelândia face à imigração proveniente do Pacífico tiveram como consequência que as populações naturais dessa região, que residem actualmente nestes dois países, sejam bastante distintas. Os naturais de Estados do Pacífico que residiam na Austrália (103.943) e Nova Zelândia (134.187) aquando dos censos de 2006 eram muito semelhantes em número, mas, se tivermos em conta o critério da origem étnica em vez da naturalidade, a população oriunda do Pacífico residente na Austrália (170.000) corresponde a uns meros 60% da população equivalente residente na Nova Zelândia (270.000). Mais de metade destes últimos nasceram já na



Nova Zelândia – os povos do Pacífico deixaram de ser predominantemente uma população imigrante de primeira geração.

Autorizações de residência concedidas pelos Estados australiano e neozelandês, 2003-2007

Os movimentos de entrada e saída na Austrália e Nova Zelândia por parte dos cidadãos dos Estados insulares do Pacífico constituem uma mistura complexa em termos de finalidade e duração. Incluem estadias de curta duração para visitar familiares, obter formação/educação, aceder a tratamentos médicos ou realizar negócios, para além de estadias de longa duração para fins de trabalho, residência, retorno, ou ainda com vista a encetar um novo ciclo migratório através do Mar da Tasmânia ou para a América do Norte, Europa e Ásia. Não é possível analisar todos estes tipos de fluxos no presente texto, mas as Tabelas 3-6 apresentam de forma resumida um conjunto de dados comparativos relativos às autorizações de residência concedidas pelos Estados australiano e neozelandês a cidadãos dos Estados insulares do Pacífico entre Julho de 2003 e Junho de 2007, no âmbito dos canais de imigração qualificada, familiar e humanitária/outra. Estas tabelas permitem apreciar a magnitude dos fluxos migratórios de carácter permanente com origem nos vários países da região, o papel desempenhado pelos cidadãos de um pequeno número de países neste contexto de mobilidade regional e ainda a importância da Nova Zelândia enquanto país de destino para a maior parte dos fluxos que constituem as três principais categorias de imigração regular.

No que se refere às autorizações de residência concedidas entre Julho de 2003 e Junho de 2007, o fluxo mais significativo para estes dois países teve origem na Melanésia (18.204), sendo constituído na sua quase totalidade por migrantes oriundos de um único país – as Ilhas Fiji (Tabela 3). 89% de todas as autorizações de residência concedidas pela Austrália a cidadãos dos Estados do Pacífico ao longo destes quatro anos foram atribuídas a cidadãos de Estados insulares da Melanésia, sendo que só as Ilhas Fiji beneficiaram de 74% do total (8.757). No caso da Nova Zelândia, os Estados polinésios de Tonga e Samoa estiveram na origem da maioria (57%) dos 25.497 cidadãos de Estados do Pacífico a quem foram concedidas autorizações de residência durante este período. A Nova Zelândia foi, por outro lado, o destino de 74% dos cidadãos de Estados do Pacífico candidatos a autorizações de residência nestes dois países durante este período.

**Tabela 3** – Autorizações de residência concedidas pelos Estados australiano e neozelandês a cidadãos de Estados do Pacífico, Julho 2003-Junho 2007: a) Número total de autorizações concedidas

| Sub-região  | Austrália (A) | Nova Zelândia (NZ) | Total A&NZ | % NZ |
|-------------|---------------|--------------------|------------|------|
| Melanésia   | 7.835         | 10.369             | 18.204     | 57,0 |
| Ilhas Fiji  | 6.466         | 10.138             | 16.604     | 61,1 |
| PNG         | 1.086         | 84                 | 1.170      | 7,7  |
| Micronésia  | 77            | 554                | 631        | 94,5 |
| Kiribati    | 19            | 521                | 540        | 96,5 |
| Polinésia   | 845           | 14.574             | 15.419     | 94,5 |
| Samoa       | 369           | 8.584              | 8.953      | 95,9 |
| Tonga       | 432           | 5.230              | 5.662      | 92,4 |
| Pacífico    | 8.757         | 25.497             | 34.254     | 74,4 |
| % Melanésia | 89,4          | 40,7               | 53,1       |      |

Fontes: Quadros não publicados, Ministério da Imigração e Cidadania (DIAC, Austrália) e Ministério do Trabalho (DoL, Nova Zelândia)

A análise da categoria correspondente aos migrantes qualificados permite identificar um padrão bastante distinto, especialmente no caso da Nova Zelândia. Mais de 90% das autorizações de residência concedidas por estes dois países no âmbito da categoria dos migrantes qualificados provieram da Melanésia (principalmente das Ilhas Fiji) (Tabela 4). A Micronésia e a Polinésia estiveram na origem de um número muito reduzido de migrantes qualificados: apesar dos longos laços migratórios que unem a Nova Zelândia e a Polinésia, apenas 264 migrantes qualificados (6% das 4.377 autorizações concedidas pela Nova Zelândia no âmbito desta categoria) provieram desta região.

No período em análise, o peso relativo da Nova Zelândia enquanto destino da emigração qualificada proveniente do Pacífico (53%) foi bastante menor do que o peso relativo deste país no número total de autorizações de residência concedidas (74%; Tabela 3). Este facto traduz mais a importância da Nova Zelândia como destino das restantes categorias de migrantes (nomeadamente, a imigração familiar) do que a importância da Austrália enquanto destino dos fluxos migratórios qualificados provenientes dos Estados insulares do Pacífico. Neste período, a Austrália foi o destino mais importante para o pequeno número de emigrantes qualificados oriundos de Kiribati a quem foram concedidas autorizações de residência (45 no total), mas, no caso da Polinésia, a Nova Zelândia não deixou de ser o destino mais comum para os migrantes qualificados provenientes de Tonga e Samoa (Tabela 4).

**Tabela 4** – Autorizações de residência concedidas pelos Estados australiano e neozelandês a cidadãos do Pacífico, Julho 2003-Junho 2007: b) Imigrantes qualificados

| Sub-região         | Austrália | Nova Zelândia | Total A&NZ | % NZ  |
|--------------------|-----------|---------------|------------|-------|
| Melanésia          | 3.738     | 4.098         | 7.836      | 52,4  |
| <i>Ilhas Fiji</i>  | 3.275     | 3.992         | 7.267      | 54,9  |
| PNG                | 382       | 20            | 402        | 5,0   |
| Micronésia         | 28        | 15            | 45         | 33,3  |
| <i>Kiribati</i>    | 0         | 10            | 10         | 100,0 |
| Polinésia          | 74        | 264           | 338        | 78,1  |
| <i>Samoa</i>       | 20        | 63            | 83         | 76,8  |
| <i>Tonga</i>       | 40        | 173           | 213        | 81,2  |
| Pacífico           | 3.840     | 4.377         | 8.219      | 53,3  |
| % <i>Melanésia</i> | 97,3      | 93,6          | 85,3       |       |

Fontes: Quadros não publicados, Ministério da Imigração e Cidadania (DIAC, Austrália) e Ministério do Trabalho (DoL, Nova Zelândia)

Ao analisarmos as autorizações de residência concedidas ao abrigo do reagrupamento (Austrália) ou patrocínio (Nova Zelândia) familiares, voltamos a encontrar um padrão distinto. Os fluxos com destino a estes dois países e origem na Polinésia revelaram-se muito mais significativos do que no que diz respeito aos migrantes qualificados – especialmente no caso da Nova Zelândia (Tabela 5). As Ilhas Fiji continuaram a ser o Estado do qual proveio o maior número de migrantes autorizados ao abrigo de critérios familiares, o que reflecte a importância dos fluxos migratórios com destino à Austrália e Nova Zelândia na sequência dos golpes de estado civis e militares de 2000 e 2006. A Papua-Nova Guiné (PNG) – antiga colónia australiana no Pacífico – esteve na origem de um número relativamente diminuto de migrantes admitidos com base em critérios familiares (554), especialmente quando comparado com o número dos oriundos das Ilhas Fiji (2.962). Por sua vez, a Nova Zelândia admitiu apenas 54 candidatos à imigração provenientes da PNG ao abrigo de critérios familiares – um número insignificante para um país cuja população residente excede actualmente os 6,5 milhões.

O número muito maior de cidadãos de Tonga e Samoa admitidos na Nova Zelândia ao abrigo da imigração familiar constituem um reflexo dos longos laços migratórios que unem estes países e das consideráveis comunidades samoanas e tonganas residentes na Nova Zelândia. A grande maioria (91%) dos polinésios admitidos ao abrigo de categorias familiares teve como destino a Nova Zelândia, tal como fizeram mais de três quartos do pequeno número de cidadãos de Kiribati (83), a quem foram concedidas autorizações de residência na Austrália ou Nova Zelândia com base em critérios familiares (Tabela 5).

**Tabela 5** – Autorizações de residência concedidas pelos Estados australiano e neozelandês a cidadãos do Pacífico, Julho 2003-Junho 2007: b) Imigração com base em critérios familiares

| Sub-região         | Austrália | Nova Zelândia | Total A&NZ | % NZ |
|--------------------|-----------|---------------|------------|------|
| Melanésia          | 3.683     | 4.390         | 8.073      | 54,3 |
| <i>Ilhas Fiji</i>  | 2.962     | 4.281         | 7.243      | 59,1 |
| <i>PNG</i>         | 554       | 54            | 608        | 8,9  |
|                    |           |               |            |      |
| Micronésia         | 40        | 79            | 119        | 66,4 |
| <i>Kiribati</i>    | 19        | 64            | 83         | 77,1 |
|                    |           |               |            |      |
| Polinésia          | 501       | 5.549         | 6.050      | 91,7 |
| <i>Samoa</i>       | 130       | 3.127         | 3.257      | 96,0 |
| <i>Tonga</i>       | 364       | 2.194         | 2.558      | 85,8 |
|                    |           |               |            |      |
| Pacífico           | 4.224     | 10.018        | 14.242     | 70,3 |
| % <i>Melanésia</i> | 87,2      | 43,8          | 56,7       |      |

Fontes: Quadros não publicados, Ministério da Imigração e Cidadania (DIAC, Austrália) e Ministério do Trabalho (DoL, Nova Zelândia)

O último dos quadros relativos às autorizações de residência diz respeito ao número de cidadãos de Estados do Pacífico admitidos ao abrigo de critérios humanitários ou programas especiais. Esta última categoria está incluída na quota para cidadãos samoanos, há muito em vigor na Nova Zelândia (1.100 admissões anuais para fins de trabalho, caso os candidatos consigam comprovar o interesse da entidade patronal), ou na mais recente Categoria de Admissão para Cidadãos do Pacífico (PAC), que estabelece pequenas quotas para admissão de cidadãos de Samoa, Tonga, Kiribati e Tuvalu (bem como das Ilhas Fiji, até ao golpe militar de 2006) na Nova Zelândia, os quais são seleccionados através de sorteio. O funcionamento, tanto da quota para cidadãos samoanos como da PAC, encontra-se descrito em maior detalhe em Bedford *et al.* (2005 e 2007).

A Tabela 6 mostra claramente que a Nova Zelândia admite muito mais cidadãos de Estados do Pacífico ao abrigo destas “outras categorias” do que a Austrália admite ao abrigo de todas as categorias que não a imigração qualificada e o reagrupamento familiar, se exceptuarmos o reduzido número de migrantes oriundos da PNG. Com efeito, no período em análise, a Nova Zelândia admitiu mais imigrantes no âmbito das “outras categorias” (11.102) do que ao abrigo do “patrocínio familiar” (10.018) ou da imigração qualificada (4.377) (Tabelas 4-6). A Polinésia foi de longe a mais significativa sub-região de origem para as admissões na Nova Zelândia no âmbito das “outras categorias” – apenas 17%

eram cidadãos de Estados da Melanésia, quase todos das Ilhas Fiji (Tabela 6). Os 460 cidadãos da Micronésia (quase todos de Kiribati) admitidos através destas categorias excedem largamente as escassas 94 admissões ao abrigo das categorias familiar e qualificada, o que ilustra claramente a importância da Categoria de Admissão para Cidadãos do Pacífico no contexto das autorizações de residência concedidas aos cidadãos desta sub-região do Pacífico. Durante este período, a Nova Zelândia concedeu mais autorizações de residência a cidadãos de Kiribati do que a Austrália concedeu, ao abrigo das “outras categorias”, aos cidadãos de qualquer país considerado isoladamente (Tabela 6). As provisões especiais para os cidadãos dos Estados do Pacífico existentes na Nova Zelândia constituem o aspecto que mais claramente reflecte as diferenças entre as políticas migratórias da Austrália e Nova Zelândia face aos seus vizinhos insulares.

**Tabela 6** – Autorizações de residência concedidas pelos Estados australiano e neozelandês a cidadãos do Pacífico, Julho 2003-Junho 2007: b) Outras categorias

| Sub-região         | Australia | NZ     | Total A&NZ | % NZ  |
|--------------------|-----------|--------|------------|-------|
| Melanésia          | 414       | 1.881  | 2.295      | 82,0  |
| <i>Ilhas Fiji</i>  | 229       | 1.865  | 2.094      | 80,5  |
| PNG                | 149       | 10     | 159        | 6,3   |
| Micronésia         | 9         | 460    | 469        | 98,1  |
| <i>Kiribati</i>    | 0         | 447    | 447        | 100,0 |
| Polinésia          | 270       | 8.761  | 9.031      | 97,0  |
| <i>Samoa</i>       | 219       | 5.394  | 5.613      | 96,1  |
| <i>Tonga</i>       | 28        | 2.863  | 2.891      | 99,0  |
| Pacífico           | 693       | 11.102 | 11.795     | 94,1  |
| % <i>Melanésia</i> | 59,7      | 16,9   | 19,5       |       |

Fontes: Quadros não publicados, Ministério da Imigração e Cidadania (DIAC, Austrália) e Ministério do Trabalho (DoL, Nova Zelândia)

### Nova Zelândia: partidas e chegadas

Os dados relativos às autorizações de residência reflectem apenas uma parte dos fluxos migratórios existentes entre os Estados insulares do Pacífico e a Austrália e Nova Zelândia. Existem dados relativos às partidas e chegadas de e para estes dois países de destino que, muito possivelmente, constituem o melhor repositório de informação existente a nível mundial no que se refere à mobilidade transfronteiriça de pessoas, Bedford (2007) contém uma análise aprofundada dos movimentos populacionais de e para a Nova Zelândia por parte dos povos do Pacífico.

Uma das tabelas-resumo que constam do relatório acima referido ilustra bem a magnitude total das entradas e saídas de cidadãos do Pacífico na Nova Zelândia ao longo dos últimos 20 anos: nos cinco anos compreendidos entre Abril de 2001 e Março de 2006, o equivalente à população de todos os países da Polinésia entrou e/ou saiu da Nova Zelândia (Tabela 7). Este número foi mais de três vezes superior ao das entradas e saídas registadas no início da década de 1980. Os dados da Tabela 7 referem-se aos fluxos totais (isto é, de curto e longo prazo) de *cidadãos* de Estados do Pacífico. Caso fossem antes considerados todos os *naturais* dos Estados do Pacífico (incluindo os que possuem nacionalidade neozelandesa e que, por conseguinte, não estão representados na Tabela 7), o número total de entradas e saídas seria muito superior: mais de 800.000 no período de cinco anos entre Julho de 2001 e Junho de 2006, comparados com os 370.000 cidadãos de Estados do Pacífico que entraram ou saíram do território neozelandês no mesmo período (Tabela 8).

**Tabela 7** – Entradas e saídas de território neozelandês por parte de cidadãos de Estados do Pacífico, 1982-2006

| Período                          |           |           |            |         |
|----------------------------------|-----------|-----------|------------|---------|
| (anos; mês de referência: Março) | Polinésia | Melanésia | Micronésia | Total   |
| <i>Entradas</i>                  |           |           |            |         |
| 1982-86                          | 79383     | 34610     | 1106       | 115099  |
| 1987-91                          | 126822    | 71283     | 2793       | 200898  |
| 1992-96                          | 112195    | 88456     | 3700       | 204351  |
| 1997-01                          | 167734    | 115591    | 4514       | 287839  |
| 2002-06                          | 196041    | 163051    | 4176       | 363268  |
| 1982-06                          | 682175    | 472991    | 16289      | 1171455 |
| <i>Saídas</i>                    |           |           |            |         |
| 1982-86                          | 68338     | 32981     | 1071       | 102390  |
| 1987-91                          | 109101    | 59914     | 2651       | 171666  |
| 1992-96                          | 109300    | 83898     | 3655       | 196853  |
| 1997-01                          | 146967    | 104542    | 4117       | 255626  |
| 2002-06                          | 186481    | 150958    | 3848       | 341287  |
| 1982-06                          | 620187    | 432293    | 15342      | 1067822 |

*Nota:* A tabela não inclui os viajantes oriundos destas regiões detentores de passaportes neozelandeses, franceses ou norte-americanos.

Os dados disponibilizados pela Nova Zelândia (e pela Austrália) relativamente às entradas e saídas nos respectivos territórios permitem ainda uma terceira definição possível dos fluxos migratórios originários do Pacífico, a qual

tem em conta o último país de residência (no caso das entradas) ou o país de residência durante os 12 meses subsequentes (no caso das saídas). Assim, os números relativos aos migrantes permanentes, de curto ou longo prazo, que tiveram algum Estado do Pacífico como país de anterior ou subsequente residência permanente (PA/SRP) são superiores aos dos cidadãos do Pacífico que entraram ou saíram da Nova Zelândia, mas inferiores aos dos naturais de Estados do Pacífico (Tabela 8).

Não é aqui possível analisar, de forma aprofundada, os diversos subsistemas migratórios existentes na região do Pacífico, uma vez que, devido à variação nos fluxos, essa análise torna-se bastante complicada. O aspecto mais importante a reter desta breve introdução, com base nas autorizações de residência e nos dados das entradas e saídas, consiste no facto dos movimentos populacionais por parte dos povos do Pacífico, como quer que estes sejam definidos, serem bastante substanciais e não apresentarem uma tendência decrescente nos últimos anos. Todas as fontes de informação relativa aos fluxos migratórios internacionais, de e para a Nova Zelândia, mostram claramente que a participação dos cidadãos dos Estados do Pacífico nestes fluxos tem atingido valores sem precedente.

**Tabela 8** – Fluxos de entrada e saída na Nova Zelândia por parte dos povos do Pacífico, segundo diversos critérios, Julho 2001 – Junho 2006

|                                  |           | Entradas |        |           | Saídas   |        |
|----------------------------------|-----------|----------|--------|-----------|----------|--------|
| Sub-região                       | Nacionais | Naturais | PA/SRP | Nacionais | Naturais | PA/SRP |
| <i>Movimentos de Longo Prazo</i> |           |          |        |           |          |        |
| Polinésia                        | 8283      | 12738    | 12684  | 2717      | 8280     | 6229   |
| Melanésia                        | 12557     | 13478    | 13901  | 1906      | 3623     | 3027   |
| Micronésia                       | 189       | 244      | 361    | 160       | 204      | 233    |
| Pacífico                         | 21029     | 26460    | 26946  | 4783      | 12107    | 9489   |
| <i>Movimentos de Curto Prazo</i> |           |          |        |           |          |        |
| Polinésia                        | 192247    | 481798   | 276653 | 185223    | 480024   | 265395 |
| Melanésia                        | 152822    | 302092   | 154948 | 152505    | 300493   | 147559 |
| Micronésia                       | 3951      | 5435     | 4404   | 3512      | 5097     | 3796   |
| Pacífico                         | 349020    | 789325   | 436005 | 341240    | 785614   | 416750 |
| <i>Movimento total</i>           |           |          |        |           |          |        |
| Polinésia                        | 200530    | 494536   | 289337 | 187940    | 488304   | 271624 |
| Melanésia                        | 165379    | 315570   | 168849 | 154411    | 304116   | 150586 |
| Micronésia                       | 4140      | 5679     | 4765   | 3672      | 5301     | 4029   |
| Pacífico                         | 370049    | 815785   | 462951 | 346023    | 797721   | 426239 |

Os fluxos mais significativos continuam a ser os que têm lugar entre os Estados insulares da Polinésia e a Nova Zelândia – os quais são responsáveis por 54% das 363.268 entradas em território neozelandês (e 58% das 341.287 saídas) por parte de cidadãos de Estados do Pacífico registadas entre Março de 2001 e Março de 2006 (Tabela 7). Contudo, a componente melanésia, que em grande medida continua a ser dominada pelo fluxo entre as Ilhas Fiji e a Nova Zelândia, registou um crescimento relativo muito significativo a partir do início da década de 1980. Entre Março de 1981 e Março de 1986, as entradas e saídas de cidadãos melanésios corresponderam, respectivamente, a 30% e 32% do total das dos cidadãos do Pacífico. Já no último período intercensitário (2001-06), essas percentagens foram, respectivamente, de 45% e 44%. Por sua vez, a componente micronésia destes fluxos, tal como ilustrado pela Tabela 7, limitou-se a pouco mais de 1% das entradas e saídas registadas entre 2001 e 2006 – apenas marginalmente acima da proporção dos cidadãos desta sub-região do Pacífico nos fluxos registados entre os Estados insulares e a Nova Zelândia no início da década de 1980.

Como já foi referido, Bedford (2007) contém uma análise detalhada das entradas e saídas em território neozelandês e dos dados relativos às autorizações de residência neste país, sob o ponto de vista da análise dos fluxos migratórios dos povos do Pacífico. No próximo ponto, passamos à discussão de um dos aspectos das migrações na região do Pacífico que mais se encontra por investigar e debater: a migração de retorno dos cidadãos do Pacífico com destino aos seus respectivos Estados insulares. O facto de cada vez mais polinésios viverem actualmente longe dos territórios de que se consideram originários sugere que, na verdade, grande parte dos fluxos de saída do território neozelandês por parte de cidadãos do Pacífico não corresponde a movimentos de regresso às suas ilhas de origem. Pelo contrário, a maior parte consiste em fluxos com destino a países terceiros (principalmente a Austrália e os Estados Unidos) ou em migrações circulares (retorno temporário às ilhas do Pacífico com subsequente regresso à Nova Zelândia). A próxima secção analisa alguns dos dados disponíveis em matéria de fluxos migratórios de retorno.

## O retorno para as ilhas: mito ou realidade?

O conhecimento disponível sobre a migração de retorno para os Estados insulares do Pacífico com origem na Nova Zelândia, Austrália e Estados Unidos é bastante superficial. Tem-se especulado bastante em redor da prevalência desse retorno, mas são poucos os estudos que se debruçaram em profundidade sobre



os cidadãos do Pacífico que tomaram a decisão de regressar aos seus territórios insulares de origem para aí residirem. Porém, tal como revelado pelos numerosos trabalhos científicos acerca dos determinantes das remessas, a intenção de “regressar a casa” mais cedo ou mais tarde parece ser um dos motivos mais comumente indicados pelos emigrantes oriundos dos Estados insulares do Pacífico como estando subjacentes à sua decisão de enviar dinheiro e bens para os familiares que aí se encontram (Connell e Brown, 1995).

Mobilidade subsequente dos migrantes oriundos dos Estados do Pacífico, 1998-2004

O Ministério do Trabalho neozelandês levou a cabo, em 2006, um estudo particularmente inovador acerca da mobilidade subsequente das pessoas a quem foram concedidas autorizações de residência entre 1998 e 2004 (Shorland, 2006). Este estudo procurou identificar, de forma exaustiva, as deslocações com carácter de permanência levadas a cabo pelos imigrantes que se instalaram na Nova Zelândia, ao abrigo dessas autorizações entre Janeiro de 1998 e Dezembro de 2004. O número total desses imigrantes foi de 257.230, dos quais 36.585 (14% do total) eram cidadãos de Estados do Pacífico (Tabela 9). Quase dois terços destes imigrantes (65%) – e uma percentagem apenas ligeiramente inferior do sub-grupo constituído pelos cidadãos do Pacífico (60%) – deslocaram-se pelo menos uma vez para fora da Nova Zelândia após se terem instalado neste país. No entanto, a maioria (56% de todos os imigrantes e 62% dos cidadãos do Pacífico) efectuou um pequeno número de deslocações subsequentes (entre 1 e 4); somente 8% entraram e saíram do país mais de 5 vezes (Tabela 9).

Existem algumas diferenças significativas entre os imigrantes oriundos das diferentes sub-regiões do Pacífico no que toca à mobilidade subsequente. De uma forma geral, os nacionais da Melanésia encontram-se sub-representados dentro da categoria “0 deslocações subsequentes” (23%) e consideravelmente sobre-representados na categoria “5 ou mais deslocações subsequentes” (13%). Este padrão exibido pelos migrantes oriundos da Melanésia é claramente determinado pelo forte peso dos nacionais das Ilhas Fiji, mas é de assinalar que as percentagens registadas pelos nacionais da Papua Nova Guiné são bastante semelhantes (Tabela 9).

**Tabela 9** – Mobilidade subsequente dos cidadãos dos Estados do Pacífico a quem foram concedidas autorizações de residência entre Jan. 1998 e Dez. 2004 e que se instalaram na Nova Zelândia nesse período

| Sub-região        | Total 98-04   | 0 deslocações subse-quentes | 1-4 deslocações subse-quentes | 5+ deslocações subse-quentes | 0 deslocações subse-quentes (%) | 5+ deslocações subse-quentes (%) |
|-------------------|---------------|-----------------------------|-------------------------------|------------------------------|---------------------------------|----------------------------------|
| Melanésia         | 15.786        | 3.685                       | 10.050                        | 2.051                        | 23,3                            | 13,0                             |
| <i>Ilhas Fiji</i> | <i>15.353</i> | <i>3.599</i>                | <i>9.913</i>                  | <i>2.023</i>                 | <i>23,1</i>                     | <i>13,0</i>                      |
| <i>PNG</i>        | <i>109</i>    | <i>37</i>                   | <i>61</i>                     | <i>11</i>                    | <i>33,9</i>                     | <i>10,1</i>                      |
| Micronésia        | 232           | 159                         | 64                            | 9                            | 68,5                            | 3,9                              |
| <i>Kiribati</i>   | <i>187</i>    | <i>138</i>                  | <i>45</i>                     | <i>4</i>                     | <i>73,8</i>                     | <i>2,1</i>                       |
| Polinésia         | 20.567        | 10.744                      | 8.799                         | 1.024                        | 52,2                            | 5,0                              |
| <i>Samoa</i>      | <i>12.232</i> | <i>6.720</i>                | <i>4.997</i>                  | <i>515</i>                   | <i>54,9</i>                     | <i>4,2</i>                       |
| <i>Tonga</i>      | <i>7.770</i>  | <i>3.541</i>                | <i>3.656</i>                  | <i>503</i>                   | <i>46,0</i>                     | <i>6,5</i>                       |
| Pacífico          | 36.585        | 14.588                      | 18.913                        | 3.084                        | 39,9                            | 8,4                              |
| Todos os países   | 257.230       | 90.288                      | 144.564                       | 22.378                       | 35,1                            | 8,7                              |
| % Pacífico        | 14,2          | 16,6                        | 13,1                          | 13,8                         |                                 |                                  |

No que se refere à Polinésia, os imigrantes provenientes de Tonga e Samoa revelaram-se menos móveis após a sua instalação na Nova Zelândia do que os seus homólogos fijianos, embora mais do que os oriundos dos Estados polinésios mais distantes. A proximidade face à Nova Zelândia e a facilidade de deslocação de um país para o outro é claramente um importante factor determinante da mobilidade subsequente dos imigrantes recém-chegados. No caso de Kiribati, por exemplo, mais de 70% dos imigrantes que se instalaram na Nova Zelândia entre Janeiro de 1998 e Dezembro de 2004 não voltaram a sair deste país durante o período em análise (Tabela 9). Esta proporção é muito mais elevada do que a registada entre os nacionais de Samoa e Tonga, para além de ser mais de três vezes superior à média melanésia (23%).

O estudo atrás referido contém ainda informação relativamente ao tempo de permanência no exterior, à proporção do tempo passado fora da Nova Zelândia desde a instalação neste país e à percentagem dos detentores de autorizações de residência que, aquando do final do período de análise (Dezembro de 2004), se encontravam ausentes do país há mais de seis meses. Como referimos, Bedford (2007) contém informação adicional acerca da questão da mobilidade subsequente. Porém, à laia de conclusão deste breve

comentário, podemos assinalar que, no período em análise, os cidadãos de Samoa estiveram bastante sobre-representados entre os imigrantes que se ausentaram da Nova Zelândia por períodos alargados – especialmente no caso dos imigrantes qualificados (26%) e quando comparados com os nacionais de Tonga (5%) e Ilhas Fiji (7%). Outra categoria em que se encontraram bastante sobre-representados foi a dos imigrantes “familiares” e “humanitários” que se ausentaram da Nova Zelândia por períodos alargados. Podemos por isso concluir que os samoanos demonstram maior propensão para se ausentarem deste país por períodos longos do que os cidadãos de Tonga e das Ilhas Fiji, embora uma maior proporção destes últimos pertença à categoria “5+ deslocações subsequentes” (Tabela 9). Os dados relativos à mobilidade subsequente dos cidadãos dos Estados do Pacífico detentores de autorizações de residência na Nova Zelândia sugerem, por isso, que os imigrantes oriundos das Ilhas Fiji e de Tonga circulam mais frequentemente entre estes últimos Estados e o seu país de acolhimento.

### Promessas e experiências de retorno

Os inquéritos à mobilidade realizados junto dos agregados familiares oriundos de Samoa, Tonga, Ilhas Fiji e outros Estados do Pacífico e residentes em cidades como Auckland, Hamilton, Sydney e Brisbane têm mostrado frequentemente que a maior parte dos imigrantes adultos regressaram “a casa” pelo menos uma vez após a chegada e que, algures no futuro, planeiam levar os seus filhos de volta para as ilhas (esta afirmação baseia-se nas conclusões de um conjunto de trabalhos de investigação não publicados realizados por estudantes de pós-graduação, incluindo Fuka 1985, Tongamoa 1987, Fauolo 1993, Liki 1994, Stanwix 1994 e Mangnell 2004). As viagens de regresso às ilhas consistem habitualmente em visitas e não propriamente em fluxos migratórios de retorno.

No entanto, inquéritos semelhantes realizados em povoações nas Ilhas Fiji, Samoa, Tonga, Ilhas Cook, Niue e Tokelau têm revelado que grande parte da população adulta, particularmente do sexo masculino, viveu e trabalhou no estrangeiro nalgum momento do passado (veja-se, por exemplo, Hooper, 1982 e 1993; Bedford, 1985 e 1988; Matheson, 1986; Douglas, 1987; Underhill, 1989; James, 1991 e 1993; Felgentreff, 1996; Connell, 2006). As histórias de vida recolhidas tanto nos Estados insulares como nos países da orla do Pacífico indicam, claramente, que a circulação internacional de pessoas é um processo extremamente comum, que tem na sua origem um conjunto diverso de factores. Por sua vez, é normal que estes factores sofram alterações de acordo com a fase do ciclo de vida dos indivíduos e das famílias.

Um estudo recente levado a cabo por Mangnall (2004), que incidiu sobre a população originária de Nieu que se encontra aposentada na Nova Zelândia, revelou que, mesmo podendo beneficiar da portabilidade das pensões de reforma, uma parte relativamente pequena desta população parece mostrar-se interessada em regressar para Nieu com carácter de permanência. Após realizar uma série de entrevistas em profundidade com um grupo de nacionais de Nieu há muito residentes na Nova Zelândia, esta autora concluiu que o retorno é na verdade um cenário muito menos frequente do que fora assumido pelos que antes haviam defendido a portabilidade das pensões de reforma. Estratégias mais frequentes, em contrapartida, parecem ser as que correspondem à adopção de formas de residência “dupla” – parte do ano em Nieu e a outra parte na Nova Zelândia – ou de padrões de circulação mais acentuados com a Nova Zelândia como base principal. Um dos factores que poderá fomentar este acréscimo da mobilidade consiste na aparente recuperação, por parte dos cidadãos de Niue residentes na Nova Zelândia, do interesse em reforçar a sua ligação com o lugar central da sua identidade cultural: Niue, “o rochedo da Polinésia” (Bedford *et al.*, 2006). Tal como observado por Mangnall (2004:93) em relação aos nacionais de Niue que entrevistou:

Os entrevistados referem frequentemente que, após a reforma, a sua missão consiste em assegurar a sobrevivência de Niue enquanto terra ancestral e a perpetuação, na cidade de Auckland e de uma geração para a seguinte, da sua cultura. Estes dois objectivos são prosseguidos, nuns casos, através de visitas a Niue e, noutros, através do retorno para aí viverem. As visitas a Niue proporcionam satisfação pessoal, asseguram a manutenção dos laços familiares para com a terra natal e contribuem para o desenvolvimento de Niue, na medida em que aí gastem as suas reformas ou atraíam as gerações mais jovens com vista ao futuro repovoamento.

As conclusões do trabalho de campo levado a cabo em Dezembro de 2006 por Liava’a (2007) no âmbito do seu estudo sobre a migração de retorno para Tonga sugerem que os emigrantes há muito instalados na Nova Zelândia conseguem frequentemente readaptar-se com sucesso ao estilo de vida de Tonga, principalmente quando têm a possibilidade de criar os seus próprios negócios no âmbito do sector primário. Os quatro motivos mais comumente indicados para o retorno a Tonga são o reagrupamento familiar (65%), o facto de Tonga ser vista como a “terra-mãe” (54%), a possibilidade de acesso a um emprego satisfatório (54%) e a possibilidade de acesso à aquisição de terras (46%). Entre este grupo de entrevistados, a aposentação não parece ser um factor de motivação especialmente importante (apenas 15% o referiram como sendo “muito importante”). As três maiores dificuldades com que os migrantes consideraram deparar-se na sequência do retorno são a “adaptação

à cultura de Tonga” (88%), as “saudades de pessoas e lugares no seu anterior país de acolhimento” (23%) e as “diferenças ao nível do ambiente de trabalho” (19%). Finalmente, a quase totalidade dos entrevistados manifestou a intenção de deslocar-se ao estrangeiro nos doze meses subsequentes.

Os estudos de caso detalhados levados a cabo junto de alguns destes entrevistados indicam claramente que, apesar das tensões associadas aos motins de Dezembro de 2006, Tonga continua a ser um local de residência atractivo para os tonganos que possuam um bom emprego no sector público ou privado, ou que tenham acesso a terras que permitam a criação e viabilidade da sua própria actividade empresarial. Para estas pessoas, a Nova Zelândia torna-se um local de visita; é em Tonga que se sentem “em casa”. Por isso mesmo, existem certamente bastantes casos de sucesso no retorno, ainda que a magnitude deste fenómeno seja difícil de estimar com rigor. Ainda assim, de certa forma faz pouco sentido procurar provar que esse retorno é “permanente” ou “duradouro”. Tal como assinalado por Connell (1994:277), “as migrações são raramente absolutas, unívocas ou finais; não são causa ou consequência de uma ruptura definitiva com uma determinada realidade cultural, mas sim um situação parcial e condicional, caracterizada pela ambiguidade e indeterminação ... A experiência migratória, mesmo no caso das segundas gerações, é em geral definida pela incerteza”.

### A ambiguidade da experiência migratória

Tal como referido por Connell (1994, 1997), o mito do retorno constitui apenas uma das formas através das quais diferentes oportunidades e estilos de vida se ligam e reforçam entre si. Ao longo das três últimas décadas, a diversidade dos estilos de vida adoptados pelos migrantes originários do Pacífico, tanto nas cidades da Nova Zelândia, Austrália e América do Norte como nas próprias ilhas, têm tido como consequência inevitável a ocorrência de episódios de discriminação, desilusão e choque cultural, independentemente do facto de certos indivíduos, particularmente no caso de terem sido educados no seio de famílias transnacionais, terem sempre maior facilidade em passar de um contexto cultural para outro (Connell, 1994). As populações originárias de Samoa, Tonga, Ilhas Cook, Niue, Tokelau e Ilhas Fiji que residem hoje em dia nas cidades da orla do Pacífico ou nos próprios Estados insulares são muito mais cosmopolitas do que sucedia nas décadas de 1960 e 1970, quando teve início a mais recente fase da diáspora. Trata-se de um conjunto de pessoas que tem actualmente muito maior facilidade em gerir a diversidade identitária que é necessária para lidar eficazmente com uma vida repartida por diferentes locais.

A ambivalência em redor da vida, tanto nos Estados insulares como nas cidades da orla do Pacífico, continua a ser a norma para a maioria dos migrantes do Pacífico, bem como para a maior parte das segundas gerações residentes no estrangeiro. Macpherson (1997: 95) considera ter entretanto começado a surgir uma nova identidade “transpacífica” no seio da segunda geração, a qual tem ocupado “o espaço social existente entre as sociedades insulares do Pacífico de onde vieram os seus pais e as sociedades de acolhimento de matriz predominantemente europeia ou Pakeha. (...) Este grupo, que se designa a si mesmo como “PIs”, “Polis” ou “naturais da Nova Zelândia”, tem vindo a criar um novo espaço social no qual se fundem aspectos da cultura e sociedade dos seus pais com elementos característicos das cidades de acolhimento, dando origem a um novo dialecto, novas formas de expressão musical, novas formas de vestir, novos costumes e novas práticas que definem uma identidade específica”.

Para invocar um estilo que nos últimos anos tem vindo a tornar-se particularmente popular dentro da literatura dedicada às migrações, e que assenta na consideração dialéctica segundo a qual “os fluxos têm significados múltiplos, desenlaces múltiplos e uma ambiguidade intrínseca” (Connell, 1997: 217), vale a pena recuperar o comentário de Hau’ofa (1994: 160), segundo o qual são aos milhares os cidadãos dos Estados do Pacífico que “voam de um lado para o outro, atravessando fronteiras nacionais, a linha internacional de mudança de data ou o equador, bem acima e bem distantes dos discursos mais sérios em redor do ‘Século do Pacífico’, do espaço de cooperação e prosperidade da Ásia-Pacífico ou da estrutura geoestratégica do Pacífico no pós-guerra fria e que criam e recriam o seu próprio universo à sua própria maneira – tal como deve ser, pois é aí que reside a sua independência”. Um número cada vez maior de cidadãos dos Estados do Pacífico continuará a chegar e a partir da Nova Zelândia, da Austrália e das ilhas do Pacífico, novas identidades transnacionais continuarão a surgir e a evoluir e, no seio dessas identidades, não deixará de continuar a existir um lugar para o reconhecimento dos Estados insulares enquanto “terra ancestral”. Tal como sublinhado por Ward (1997: 180), reforçando os pontos de vista de Hau’ofa e Macpherson em relação à interligação entre os povos e lugares da região do Pacífico, “estes laços transnacionais (...) proporcionam pistas em relação ao futuro das redes e dos desenvolvimentos socioculturais noutros cantos do mundo, à medida que, um pouco por toda a parte, as pessoas se tornam cada vez mais móveis e que os fluxos migratórios deixam de ter como consequência necessária a quebra quase total dos laços económicos e sociais ao nível dos agregados familiares”.

## Para um novo conceito de população do Pacífico

As frequentes referências ao papel da mobilidade física na manutenção dos laços entre pessoas e lugares sugere que talvez seja pertinente conceber de outras formas as populações dos países e lugares que possuem diásporas significativas. No caso do Pacífico, isto aplica-se principalmente à Polinésia, sendo que os comentários contidos nesta secção se referem especificamente às Ilhas Cook, Niue, Samoa e Tonga. As populações originárias do Pacífico, residentes tanto nestes Estados insulares como na Nova Zelândia, contêm proporções elevadas de pessoas que viveram durante algum tempo tanto em povoações da Polinésia como em cidades da orla do Pacífico. Em cada momento específico (por exemplo, aquando da realização de um recenseamento) tanto a população residente nas ilhas como a que reside na Nova Zelândia contêm uma mistura de pessoas que, ao longo dos anos anteriores, residiram em ambos estes tipos de locais em diferentes alturas. Não se trata de populações “independentes”, no sentido de uma ser composta exclusivamente por pessoas que sempre residiram nas ilhas e a outra por indivíduos que passaram a totalidade das suas vidas na Nova Zelândia. Pelo contrário, ambas são populações relativamente fluidas no que se refere à mobilidade entre um e o outro espaço.

Para melhor capturar a essência desta fluidez, é útil recorrer ao conceito de população “efectiva” – aquela que, em cada momento, recorre aos serviços e utiliza as infra-estruturas fundamentais (água, saneamento, habitação, serviços de saúde, emprego, comércio e serviços, etc.) de um determinado lugar (Bedford *et al.*, 2006). A população “efectiva” é mais numerosa não só que a população *de facto* (a que se encontra presente aquando do recenseamento, o que exclui os residentes que se ausentaram temporariamente mas inclui os visitantes), como também que a população *de jure* (a população habitualmente residente, o que exclui as visitas temporárias, mas inclui os residentes habituais ausentes temporariamente). Nos casos em que os níveis de circulação de pessoas entre diferentes lugares são elevados, a população efectiva inclui uma determinada proporção de todos aqueles que regularmente estão presentes temporariamente num determinado lugar, bem como aqueles que aí residem permanentemente. No contexto da Polinésia, esta população inclui uma proporção das diásporas originárias das Ilhas Cook, Niue, Samoa e Tonga, considerando-a como parte das populações insulares na medida em que tem em conta a constante presença de uma determinada parte dessas mesmas diásporas nas ilhas – exercendo pressão sobre os serviços e infra-estruturas das ilhas e constituindo efectivamente parte das respectivas comunidades durante certos momentos ao longo do ano.

O conceito de “população efectiva” é particularmente difícil de operacionalizar, na medida em que requer informação relativamente à população *de facto*, àqueles que se encontram temporariamente ausentes, à proporção da diáspora que se encontra temporariamente presente e a outros eventuais visitantes que se encontrem presentes ao longo do ano. Porém, tendo em conta a significativa mobilidade dos nacionais das Ilhas Cook, Niue, Samoa e Tonga entre os seus respectivos Estados insulares e a Nova Zelândia, bem como as numerosas diásporas destas quatro nações presentes um pouco por todo o Pacífico, parece fazer sentido que procuremos aprofundar e concretizar o conceito de população efectiva, nomeadamente com vista a dar resposta às questões que se colocam em relação à “viabilidade” do desenvolvimento sustentável das ilhas menos povoadas. A população “efectiva” poderá constituir um indicador mais adequado, para certas dimensões da viabilidade dos pequenos estados insulares, do que a população residente contabilizada nos recenseamentos.

### **Olhando para o futuro: a diversidade dos padrões de mobilidade na região do Pacífico**

Ao longo deste artigo, procurámos analisar uma série de aspectos relativos à mobilidade contemporânea dos povos do Pacífico. Inevitavelmente, a revisão da literatura efectuada neste contexto foi algo breve e bastante selectiva. Ainda assim, parece ficar claro que, na verdade, existem dois Pacíficos diferentes no que toca aos movimentos internacionais de pessoas nesta região: um primeiro, no qual o movimento internacional de pessoas é muito limitado; e um outro, onde se têm registado fluxos migratórios bastante mais consideráveis, principalmente com destino à Nova Zelândia e aos Estados Unidos. No caso da primeira “sub-região”, o debate actual acerca das migrações internacionais e das suas consequências tem incidido tendencialmente sobre questões como a “superabundância de jovens”, os elevados níveis de desemprego e o risco de tensões sociais e tumultos na ausência de soluções que proporcionem empregos a uma parte substancial destas populações. Em contrapartida, nos Estados insulares que têm tido assegurado o acesso a destinos migratórios, o debate tem incidido essencialmente sobre a forma como as famílias e comunidades transnacionais fazem circular recursos e capital humano, sobre as questões relacionadas com a migração de retorno e, num pequeno número de casos, sobre o problema do despovoamento.

A diversidade ao nível tanto dos padrões contemporâneos de mobilidade como das causas e consequências dessa mobilidade para as comunidades



de origem e destino é muito maior do que é possível descrever nesta breve panorâmica. Por exemplo, existem fluxos relativamente importantes, ainda que pouco numerosos, de trabalhadores qualificados entre os países da região. Existe também um conjunto de fluxos altamente específicos com origem e/ou destino em certos países da região, como os fluxos de pessoal militar e de segurança das Ilhas Fiji com destino ao Médio Oriente; as migrações de trabalhadores entre os territórios sob administração francesa da Nova Caledónia, Polinésia Francesa e Wallis e Futuna; ou o crescente movimento de pessoas entre certos países asiáticos e a região do Pacífico (Crocombe, 2007). A região do Pacífico tem cada vez mais vindo a ser procurada por japoneses e coreanos em busca de pescado, por malaio e taiwaneses em busca de madeira, por chineses em busca de pepino do mar e por filipinos em busca de emprego. A atenção suscitada pelos fluxos de pessoas que estão associados a estas actividades é uma mera fracção da que é dada aos movimentos migratórios com origem nos Estados insulares do Pacífico e destino aos seus vizinhos austrais ou à costa oeste da América do Norte.

Para melhor analisarmos as recentes transformações e os desafios emergentes ao nível da mobilidade populacional no Pacífico, é útil assinalar uma série de questões que assumem particular relevância para a compreensão dos desenvolvimentos actualmente em curso nesta região:

1. A crescente divergência em termos de nível de vida entre as classes mais e menos privilegiadas de todos os países do Pacífico, a par do aumento da disparidade no acesso por parte desses mesmos grupos às oportunidades de emigração. Esta tendência foi identificada por Hau'ofa (1987), que chamou a atenção para as crescentes disparidades, em termos de rendimento e oportunidades, entre as elites urbanas do Pacífico e a maioria dos residentes dos Estados insulares da região, que continuam largamente dependentes de uma economia de subsistência. O aumento da desigualdade em termos de rendimento foi objecto de considerável debate na Nova Zelândia e Austrália durante a década de 1990, particularmente no contexto dos efeitos da globalização sobre as populações imigrantes e autóctones. O programa de reestruturação económica neo-liberal introduzido na Nova Zelândia em 1984 – e imposto a vários Estados insulares do Pacífico pelos doadores internacionais na década de 1990 – teve um impacto profundo sobre as perspectivas de emprego tanto na função pública (responsável por uma proporção substancial do emprego total na maioria dos países do Pacífico) como no sector industrial (especialmente na Nova Zelândia), à medida que os fluxos

de mercadorias, mão-de-obra e capitais foram sendo liberalizados (Bedford, 2004).

2. A ênfase crescente na imigração de indivíduos altamente qualificados e/ou que disponham do capital necessário para a criação ou expansão de actividades empresariais (Bedford, 2006). Esta tendência tem estado associada ao recurso crescente à contratação a prazo para suprir a escassez de competências específicas nos mercados de trabalho da região. A imigração temporária, por oposição à “residencial” ou “permanente”, tornou-se uma componente muito mais importante da política migratória e dos fluxos migratórios com destino à Austrália e Nova Zelândia a partir da década de 1990, especialmente em comparação com as características do sistema migratório que vigorou durante a maior parte do século XX. Nos Estados insulares do Pacífico, a contratação a prazo de trabalhadores qualificados, nomeadamente oriundos da Austrália e Nova Zelândia, ganhou um ímpeto considerável na sequência da “governância partilhada” implementada em resposta à crise política nas Ilhas Salomão.
3. A preocupação dos Estados do Pacífico com o reforço dos laços, tanto com os restantes países da região como com os países da orla do Pacífico, nomeadamente com vista à melhoria do acesso a mercados, capital, mão-de-obra, fluxos turísticos e contingentes estudantis (Bedford, 2005b). Este reforço das relações económicas possui duas dimensões: a primeira assenta no estabelecimento de acordos de âmbito regional, tal como o Acordo de Aproximação das Relações Económicas (*Closer Economic Relations*, ou CER) ou o Acordo Regional de Cooperação Económica e Comercial do Pacífico Sul (*South Pacific Regional Trade and Economic Co-operation Agreement*, ou SPARTECA). A segunda dimensão tem a ver com o desejo, manifestado nomeadamente por sucessivos governos australianos, de “fazer parte da Ásia”. Uma das principais características do sistema migratório da região do Pacífico a partir do final da década de 1980 tem consistido na tendência para procurar vantagens e oportunidades no exterior desse mesmo sistema e não no seu interior. Foi preciso que se desse a conjugação dos tumultos nas Ilhas Salomão, com os atentados de Bali e a implementação por parte da Austrália da chamada “solução Pacífico”, em resposta a uma mini-crise de chegada por mar de refugiados, para que os Estados insulares do Pacífico voltassem a ocupar um lugar central nas atenções dos governos australiano e neozelandês.

4. O enorme aumento da influência chinesa na região do Pacífico, que aliás está relacionada com o ponto anterior. Ao longo da última década assistiu-se a um aumento exponencial da presença chinesa no Pacífico, bem como da participação deste país nas economias e sociedades desta região. Tal como amplamente documentado por Ron Crocombe (2007) na sua recente obra *Asia in the Pacific Islands. Replacing the West*, o acesso à independência política por parte de diversos Estados da região teve como consequência uma profunda reorganização dos equilíbrios de poder existentes entre as nações estrangeiras presentes na região. É forte a concorrência entre as diversas nações asiáticas pelo acesso aos recursos marinhos, minerais e florestais do Pacífico, pelas oportunidades de investimento fundiário e industrial e pelos votos dos pequenos Estados insulares no seio das organizações multilaterais em que cada Estado tem direito a um voto, independentemente da sua população. Tal como assinalado por Crocombe (2007: 467), “a China tem vindo a lançar as bases de um poder e uma influência futuros muito mais significativos”. As suas principais prioridades consistem em apoiar o crescimento da sua própria economia e em conter a influência dos seus concorrentes na região do Pacífico – a Austrália, os EUA, o Japão e Taiwan. Porém, como o próprio Crocombe (2007:467) assinala em seguida, “O contraste entre as declarações oficiais em que afirma intenções beneméritas e as actividades destrutivas levadas a cabo pelos seus cidadãos faz com que os interesses estratégicos da China nesta região não sejam particularmente bem vistos. Os esforços desenvolvidos pelo Estado chinês no sentido de limitar as actividades nefastas dos seus cidadãos nesta região parecem quando muito superficiais”.
5. O crescente reconhecimento oficial do carácter transnacional das populações da região, especialmente no que se refere aos cidadãos asiáticos e insulares do Pacífico residentes na Nova Zelândia e na Austrália e aos australianos e neozelandeses emigrados. Este reconhecimento foi expressado muito claramente aquando da Conferência “Pacific Vision”, que teve lugar em Auckland em 1999 e na qual o ministro neozelandês para os assuntos relacionados com os Estados insulares do Pacífico anunciou a estratégia deste país para o desenvolvimento das comunidades insulares residentes na Nova Zelândia. Outras ocasiões em que esta nova perspectiva foi patenteada incluíram a Conferência “Knowledge Wave”, realizada em Auckland em 2001 e que abordou pela primeira vez a questão da “diáspora”

neozelandesa, ou o interesse demonstrado pelo governo australiano no sentido de aumentar a sua base de conhecimentos em relação aos movimentos de entrada e saída de cidadãos australianos do seu próprio território. Entre outros contributos para a compreensão e conhecimento da “diáspora” australiana, contam-se em particular as análises das migrações australianas levadas a cabo por Hugo, Rudd e Harris (2003) e por Hugo (2005, 2006a, 2006b).

6. O número crescente de estudos que têm incidido sobre os fluxos migratórios de retorno para os países que constituem este sistema migratório regional – estudos esses que traduzem também o interesse em saber mais acerca das características transnacionais destas populações. Na origem destes fluxos têm estado alterações ao nível dos padrões de procura de mão-de-obra, o envelhecimento das diásporas oriundas da Ásia, Pacífico, Austrália e Nova Zelândia e alterações no que se refere à portabilidade internacional dos direitos sociais e pensões de reforma. Em relação a este último aspecto, têm sido diversas as iniciativas políticas ao longo dos últimos anos que têm tido consequências ao nível dos fluxos migratórios de retorno. Desde Março de 2001, os neozelandeses que assumam residência permanente na Austrália são obrigados a preencher os requisitos do programa de imigração australiano caso pretendam ter direito à maioria dos apoios sociais em matéria de emprego (Birrell e Rapson 2002; Bedford et al. 2003). Esta alteração legislativa teve como consequência o regresso à Nova Zelândia por parte de alguns migrantes que, de outra forma, teriam permanecido na Austrália (Sanderson, 2006; Poot e Sanderson, 2007). No que se refere aos cidadãos dos Estados insulares do Pacífico residentes na Nova Zelândia, a alteração legislativa mais significativa teve lugar em 1997, altura em que estes cidadãos passaram a ter a possibilidade de receber as pensões de reforma neozelandesas a que teriam direito nos seus próprios territórios de origem. Esta nova possibilidade levou a que alguns migrantes de primeira geração originários do Pacífico regressassem às ilhas depois de se aposentarem, especialmente nos casos em que haviam mantido relações próximas com familiares e amigos durante o período de permanência na Nova Zelândia.
7. As questões relacionadas com as alterações climáticas têm vindo a assumir uma importância cada vez maior no contexto do Pacífico (Barnett, 2001; Barnett e Adger, 2003; Connell, 2003; Church *et al.*, 2006). Ainda que os possíveis efeitos da subida do nível das águas

do mar sejam muitas vezes apresentados de forma algo enganadora na comunicação social e nos debates em torno deste tema, não há dúvida que estas questões constituem uma parte importante da conjugação de factores que deverá co-determinar o futuro dos fluxos migratórios nesta região (Farbotko, 2005). É necessário que o discurso acerca dos impactes das alterações climáticas nesta região assuma um carácter mais equilibrado e fundamentado, mas não há dúvida que as pressões ambientais sobre as populações das ilhas e atóis da região tenderá a aumentar. Ainda assim, dever-se-á evitar olhar para a emigração como sendo a única solução possível. Em particular, importa apostar e investir em estratégias de mitigação e adaptação que, a par das migrações “ambientais”, constituam uma verdadeira estratégia regional integrada para fazer face às alterações climáticas.

8. As relações existentes entre a mobilidade populacional e a difusão do HIV-SIDA constituem actualmente uma preocupação global (Hugo, no prelo). Ainda que, um pouco por todo o mundo, a prevalência do HIV seja maior entre as populações migrantes do que entre as sedentárias, isso parece dever-se mais ao facto dos migrantes pertencerem muitas vezes a grupos de risco do que às migrações enquanto tais. O facto de muitos migrantes serem jovens, solteiros, estarem separados das respectivas famílias, terem por vezes dinheiro vivo nas mãos e de existir uma forte ligação entre a indústria do sexo e os locais de concentração de migrantes implica que estes últimos se vejam frequentemente confrontados com o risco de contraírem HIV-SIDA através de sexo desprotegido ou da partilha de agulhas. É significativo que, no caso da Indonésia, os níveis de prevalência mais elevados ocorram na província da Papua Ocidental, que apresenta características semelhantes às da Papua Nova Guiné em termos culturais e de mobilidade (Hugo, 2001).
9. São ainda de referir dois outros factores contextuais. Ao longo da última década, a consciência das relações complexas existentes entre a mobilidade populacional e dois aspectos de importância fulcral para a região – o desenvolvimento económico e social, por um lado, e a segurança nacional e regional, por outro – tem vindo a tornar-se cada vez mais premente. A consciência das relações com o segundo destes aspectos tornou-se particularmente aguda na sequência de acontecimentos como o 11 de Setembro ou os atentados de Bali, enquanto que os nexos existentes entre os fluxos migratórios e o desenvolvimento têm sido alvo de atenção por parte de organizações

multilaterais de ajuda ao desenvolvimento como o Banco Mundial (World Bank, 2006b), o Banco Asiático para o Desenvolvimento (Asian Development Bank, 2004), as Nações Unidas (United Nations, 2006) ou o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (House of Commons, 2004; DFID, 2007). Ao nível do interesse no nexo migrações-desenvolvimento, um aspecto interessante tem a ver com a mudança de discurso que tem vindo a ter lugar: enquanto, até há pouco tempo, quase toda a atenção incidia sobre a “fuga de cérebros” e a perda de capital humano associada à emigração qualificada a partir dos países de baixo rendimento, mais recentemente passou a enfatizar-se os efeitos positivos que a emigração pode exercer – e efectivamente exerce – sobre os países de origem. Tal como assinalado pelo anterior Secretário-Geral das Nações Unidas:

A contribuição potencial dos emigrantes para a transformação dos seus países de origem capturou a imaginação das autoridades locais e nacionais, dos organismos internacionais e do sector privado. Existe um consenso cada vez mais alargado em relação ao interesse e possibilidade dos vários países cooperarem para assegurar que tanto os migrantes, como os seus países de origem, como ainda as sociedades de acolhimento, saiam a ganhar com as migrações (United Nations, 2006: 5).

Esta mudança de discurso em torno das migrações e do desenvolvimento tem estado associada, tanto no Pacífico como fora da região, a múltiplas iniciativas no sentido do reforço dos impactes positivos das migrações ao nível da redução da pobreza e da melhoria do nível de vida das populações. Um exemplo disto mesmo foi a recente criação de um programa de migração sazonal de trabalhadores oriundos de diversos Estados insulares do Pacífico com destino aos sectores hortícola e vitivinícola da Nova Zelândia – esquema esse que visa assegurar “vantagens tripartidas” para as comunidades de origem, os migrantes e os empregadores neozelandeses. Este esquema constitui uma reacção deliberada ao desafio enunciado aquando do Fórum do Pacífico de 2004: “Dar ouvidos às necessidades e aspirações da crescente população jovem da região, reconhecendo a pressão exercida por populações cada vez mais jovens e numerosas sobre os recursos necessários em matéria de educação e formação profissional, cuidados de saúde e oportunidades de emprego.”

## Um Comentário Final

Ao longo dos últimos anos, o Pacífico tem vindo a assumir um lugar cada vez mais central nos diálogos e discursos oficiais em torno das agendas regionais da Austrália e da Nova Zelândia. O Plano para o Pacífico, aprovado pelo Fórum de Líderes aquando da sua cimeira de Port Moresby em Outubro de 2005, constitui uma indicação disto mesmo. Nas palavras do Secretário-Geral do Secretariado do Fórum, Greg Unwin (2007: 14-16), o Plano para o Pacífico “é uma nova resposta e, a seu modo, um esforço bastante visionário no sentido de encontrar respostas práticas para alguns dos nossos desafios comuns ... [incluindo] um entendimento partilhado da questão do fluxo de pessoas no seio da nossa região... de um modo que reconheça e promova a interdependência das diversas comunidades.”

As declarações proferidas por Unwin (2007: 17) são especialmente prementes no contexto da procura por soluções mais multilaterais em matéria de migrações e desenvolvimento, nomeadamente quando este líder político considera que, mais do que qualquer outra coisa, o Pacífico necessita do:

... reconhecimento, por parte da Nova Zelândia e Austrália e de uma vez por todas, de que a região do Pacífico tem para estes dois países uma importância única, não constituindo um fardo inevitável mas sim uma comunidade da qual fazem parte e à qual os seus próprios destinos estão inextricavelmente ligados. Quando digo isto, já agora, não pretendo insinuar que as posições actuais da Austrália e Nova Zelândia em relação à região do Pacífico sejam idênticas. Seja qual for o critério que utilizemos, parece evidente que a Nova Zelândia tem assumido o seu lugar na região em muito maior grau do que a Austrália. Tendo em conta as diferenças existentes entre estes dois países, é possível que venha a ser sempre assim – e que isso talvez até traga vantagens para todos nós. Porém, tanto para um país como para o outro, este é um princípio fundamental e incontornável.

Os dois presidentes do Grupo de Trabalho Independente (constituído por personalidades da vida pública australiana e promovido pelo Instituto Australiano de Política Estratégica com o objectivo de formular um conjunto de recomendações relativas à política do Estado australiano para com os Estados insulares do Pacífico) concordaram no essencial com as declarações acima apresentadas, ao afirmarem que: “A Austrália conta com um novo governo. Novas questões, tais como as alterações climáticas ou as migrações laborais, encabeçam agora a agenda regional. Parece ser o momento ideal para a Austrália repensar as suas relações com os seus vizinhos insulares da Melanésia, Polinésia e Micronésia, de modo a assegurar a prossecução de resultados vantajosos para todas as partes envolvidas” (Abigail e Sinclair in Australian Strategic Policy Institute, 2008).

## Referências Bibliográficas

- Asian Development Bank (2004), *Developing the Diaspora*. Comunicação apresentada na Third Co-ordination Meeting on *International Migration*, Population Division, Department of Economic and Social Affairs, United Nations Secretariat, New York, 27-28 October.
- AusAID (2004), *Pacific Regional Aid Strategy 2004-2009*, AGPS, Canberra.
- AusAID (2006), *Pacific 2020: Challenges and Opportunities for Growth*, AGPS, Canberra.
- Australian Strategic Policy Institute (2008), *Engaging our Neighbours. Towards a New Relationship between Australia and the Pacific Islands*. Special Report March 2008 – Issue 13. Disponível em [http://www.aspi.org.au/publications/publications\\_all.aspx](http://www.aspi.org.au/publications/publications_all.aspx)
- Barnett, J. (2001), "Adapting to Climate Change in Pacific Island Countries: The Problem of Uncertainty", *World Development*, 29 (6): 977-993.
- Barnett, J. & Adger, W.N. (2003), "Climate Dangers and Atoll Countries", *Climate Change*, 61: 321-337.
- Bedford, R.D. (1968), *Resettlement: Solution to Economic and Social Problems in the Gilbert and Ellice Islands Colony*. Unpublished MA Thesis in Geography, University of Auckland.
- Bedford, R.D. (1985), "Population Movement in a Small Island Periphery: The Case of Eastern Fiji", in M. Chapman e R.M. Prothero (Eds.), *Circulation in Population Movement: Substance and Concepts from Melanesia*. London: Routledge Kegan Paul. Pp. 333-359.
- Bedford, R.D. (1986), "La Filiere Polynesienne: Migrations et Changements Sociaux en Nouvelle-Zelande et dans le Pacifique Sud", *L'Espace Geographique*, 25 (3): 172-186.
- Bedford, R.D. (1988), "Population Movement in Post-Colonial Fiji: Review and Speculation", *GeoJournal*, 16 (2): 179-192.
- Bedford, R.D. (2004), "International Migration, Identity and Development in Oceania: a Synthesis of Ideas", in J.E. Taylor e D.S. Massey (Eds.), *International Migration: Prospects and Policies*. Oxford: Oxford University Press. Pp. 231-260.
- Bedford, R.D. (2005a), "Perspectives on Population Growth, Migration and Sustainable Development in the Pacific Region", in A. Potrykowska (Ed.), *Population, Environment and Development*, Prace Geograficzne, No. 202. Warsaw: Polish Academy of Sciences. Pp. 145-160.
- Bedford, R.D. (2005b), "International Migration and Globalization: The Transformation of New Zealand's Migration System since the mid-1980s", in R. Patman e C. Rudd (Eds.), *Sovereignty Under Siege? Globalization and New Zealand*, Critical Security Series. Aldershot: Ashgate Publishing Ltd.. Pp. 129-156.
- Bedford, R.D. (2006), "Skilled Migration In and Out of New Zealand: Immigrants, Workers, Students and Emigrants", in R. Birrell, et al., *Evaluation of the General Skilled Migration Categories*. Canberra: Department of Immigration and Multicultural Affairs, Commonwealth of Australia. Pp. 224-251.
- Bedford, R.D. (2007), *Pasifika Mobility: Pathways, Circuits and Challenges in the 21<sup>st</sup> Century*. Report for the Pasifika Project, Institute of Policy Studies, Wellington. Disponível em <http://ips.ac.nz/events/completed-activities/Pasifika%20project>



- Bedford, R.D.; Ho, E.S.; Hugo, G. (2003), "Trans-Tasman Migration in Context: Recent Flows of New Zealanders Revisited", *People and Place*, 11 (4): 53-62.
- Bedford, R.D.; Ho, E.S.; Lidgard, J.M. (2005), "From Targets to Outcomes: Immigration Policy in New Zealand, 1996-2003", in A.D. Trlin, P. Spoonley e N. Watts (Eds.), *New Zealand and International Migration. A Digest and Bibliography, No.4*, Department of Sociology, Social Policy and Social Work. Palmerston North: Massey University. Pp. 1-43.
- Bedford, R.D.; Ho, E.S.; Krishnan, V.; Hong, B. (2007), "The Neighbourhood Effect: the Pacific in Aotearoa and Australia", *Asian and Pacific Migration Journal*, 16 (2): 251-270.
- Bedford, R.D.; Poot, J.; Ryan, T. (2006), *Niue: Population Policy Scoping Study*. Report for the New Zealand Agency for International Development (NZAID), February 2006, Population Studies Centre, University of Waikato.
- Birrell, B. & Rapson, V. (2001), "New Zealanders in Australia: The End of an Era?", *People and Place*, 9 (1): 61-74.
- Birrell, B.; Hawthorne, I.; Richardson, S. (2006), *Evaluation of the General Skilled Migration Categories*, AGPS, Canberra.
- Booth, H. et al. (2006), *Population Pressures in Papua New Guinea, the Pacific Island Economics and Timor Leste*. Working Papers in Demography, 102, Demography and Sociology Program, The Australian National University.
- Borovnik, M. (2003). *Seafarers in Kiribati. Consequences of International Labour Circulation*. Unpublished PhD Thesis in Geography. Christchurch: University of Canterbury.
- Borovnik, M. (2006), "Working Overseas: Seafarers' Remittances and their Distribution in Kiribati", *Asia Pacific Viewpoint*, 47 (1): 151-161.
- Borrie, W.D. (1967), "Malthusian Reflections on the South Pacific", *Transactions of the Royal Society of New Zealand (General)*, 2 (1): 19-29.
- Bryant-Tokelau, J. & Frazer, I. (Eds.) (2007), *Redefining the Pacific? Regionalism Past, Present and Future*. Aldershot (UK): Ashgate.
- Burke, Ho. K. (1986), *Review of Immigration Policy, August 1986*. Appendices to the House of Representatives, G42, Government of New Zealand, Wellington.
- Callick, R. (1993), "A doomsday scenario?", in R.V. Cole (Ed.), *Pacific 2010: Challenging the Future*. Canberra: National Centre for Development Studies, the Australian National University. Pp. 1-11.
- Chan, J.; Cotton, B.; Kavaliku, L.; Tito, T.; Toma, M.I. (2004), *Pacific Cooperation. Voices of the Region*. The Eminent Persons' Group Review of the Pacific Islands Forum, April 2004.
- Church, J.A.; White, N.J.; Hunter, J.R. (2006), "Sea Level Rise at Tropical Pacific and Indian Ocean Islands", *Global and Planetary Change*, 53: 155-168.
- Cole, R.V. (Ed.) (1993), *Pacific 2010: Challenging the Future*. Canberra: National Centre for Development Studies, the Australian National University. Pp. 1-11.
- Connell, J.C. (1994), "In Samoan Worlds: Culture, Migration, Identity and Albert Wendt", in R. King, J.C. Connell e P. White (Eds.), *Writing Across Worlds: Literature and Migration*. London: Routledge. Pp. 263-279.

- Connell, J.C. (1997), "A False Global-Local Duality? Migration, Markets and Meanings", in P.J. Rimmer (Ed.), *Pacific Rim Development. Integration and Globalisation in the Asia-Pacific Economy*. Sydney: Allen e Unwin. Pp. 197-221.
- Connell, J. (2003), "Losing Ground? Tuvalu, The Greenhouse Effect and the Garbage Can", *Asia Pacific Viewpoint*, 44 (2): 89-107.
- Connell, J.C. (2006), "Niue: Embracing the Culture of Migration", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, (in press).
- Connell, J.C. & Brown, R.P.C. (1995), "Migration and Remittances in the South Pacific: Towards New Perspectives", *Asian and Pacific Migration Journal*, 4 (1): 1-34.
- Crocombe, R. (2007), *Asia in the Pacific Islands. Replacing the West*. University of the South Pacific: IPS Publications.
- Curtain, R. (2006), *Youth Bulges in the Pacific and Timor Leste: Demographic Pressure and Civil Conflict*. Unpublished ms. August 2006.
- Department for International Development (DFID) (2007), *Moving Out of Poverty – Making Migration Work Better for Poor People*, Department for International Development, London.
- Douglas, H. (1987), "Niue: the Silent Village Green", in A. Hooper e S. Briton *et al.*, *Class and Culture in the South Pacific*. Suva: Centre for Pacific Studies, University of the South Pacific. Pp. 186-192.
- Farbotko, C. (2005), "Tuvalu and Climate Change: Constructions of Environmental Displacement in the Sydney Morning Herald", *Geografiska. Annaler*, 87B (4): 279-293.
- Fauolo, K.E. (1993), *Afa Fulifao o le 1991: Disaster Awareness and Tropical Cyclone Response in Western Samoa*. Unpublished MSocSc Thesis in Geography. Hamilton: University of Waikato.
- Felgentreff, C. (1999), "Spatial Population Mobility as Social Interaction: a Fijian island's Multi-Local Village Community", in R. King e J. Connell (Eds.), *Small Worlds, Global Lives. Islands and Migration*, Island Studies Series. London: Pinter. Pp. 255-276.
- Fuka, M.L.A. (1985), *The Auckland Tongan Community and Overseas Remittances*. Unpublished MA Thesis in Geography. Auckland: University of Auckland.
- Gannicott, K. (1993), "Population, Development and Growth", in R.V. Cole (Ed.), *Pacific 2010: Challenging the Future*. Canberra: National Centre for Development Studies, The Australian National University. Pp. 12-42.
- Gibson, K. (1983), "Political Economy and International Labour Migration: The Case of Polynesians in New Zealand", *New Zealand Geographer*, 39 (1): 29-42.
- Gibson, J.K. & Nero, K. (2007), *Are the Pacific Island Economies Growth Failures? Geo-Political Assessments and Perspectives*. Report for the Pasifika Project, Institute of Policy Studies, Wellington. Disponível em <http://ips.ac.nz/events/completed-activities/Pasifika%20project>
- Global Commission on International Migration (GCIM) (2005), *Migration in an Interconnected World: New Directors for Action*. Report of the Global Commission on International Migration, Switzerland.

- Hau'ofa, E. (1987), "The New South Pacific Society: Integration and Independence", in A. Hooper, S. Britton, R. Crocombe, J. Huntsman e C. Macpherson (Eds.), *Class and Culture in the South Pacific*. Suva: Centre for Pacific Studies, University of Auckland and Institute of Pacific Studies, University of the South Pacific. Pp. 1-16.
- Hau'ofa, E. (1994), "Our sea of islands". *The Contemporary Pacific*, 6 (1): 147-161.
- Henderson, J. & Watson, G. (Eds.) (2005), *Securing a Peaceful Pacific*. Christchurch: Canterbury University Press.
- Hon, Tuilaepa Saele Aiono Malielegaoi (2006), "Foreword", in M. Powles (Ed.), *Pacific Futures*. Pandanus Books, RSPAS, vii-ix. Canberra: The Australian National University.
- Hooper, A. (1982), *Aid and Dependency in a Small Pacific Territory*. Working Paper No. 62, Department of Anthropology, University of Auckland, Auckland.
- Hooper, A. (1993), "The MIRAB Transition in Fakaofu, Tokelau", *Pacific Viewpoint*, 34 (2): 241-264.
- House of Commons, United Kingdom (2004), *Migration and Development: How to Make Migration Work for Poverty Reduction*. United Kingdom: The Stationery Office.
- Hugo, G.J. (2001), *Indonesia: Internal and International Population Mobility: Implications for the Spread of HIV/AIDS*. Indonesia: UNDP South East Asia HIV and Development Office, UNAIDS and ILO.
- Hugo, G.J. (2006a), "An Australian Diaspora?", *International Migration*, 44 (3): 105-132.
- Hugo, G.J. (2006b), "Developed Country Diasporas: The Example of Australian Expatriates", *Space-Populations-Societies*, special issue on Diasporas and Metropolis, 1: 181-202.
- Hugo, G.J. (no prelo). Migration and Health in South-East Asia, in *Migration and Health*, IOM.
- Hugo, G.J. e Bedford, R.D. (2008), *Population Movement in the Pacific: Review and Prospect*. Report for the Department of Immigration and Citizenship (Australia) and the Department of Labour (New Zealand), National Centre for Social Applications of GIS, University of Adelaide.
- Hugo, G.J.; Rudd, D.; Harris, K. (2003). *Australia's Diaspora: It's Size, Nature and Policy Implications*. CEDA Information Paper No. 80.
- James, K. (1991), "Migration and Remittances: a Tongan Village Perspective", *Pacific Viewpoint*, 32 (1): 1-23.
- James, K. (1993), "The Rhetoric and Reality of Change and Development in Small Pacific Communities", *Pacific Viewpoint*, 34 (2): 135-152.
- Liava'a, V.T.F. (2007), *Transnational Tongans: The Profile and Re-integration of Returning Migrants*. Unpublished MSocSc Thesis in Geography. Hamilton: University of Waikato.
- Liki, A. (1994), *Tele A'a o le Tagata: Career Choices of Samoan Professionals Within and Beyond their Nu'u Moni*. Unpublished MA Thesis in Development Studies. Suva: University of the South Pacific.
- Macpherson, C. (1997), "The Polynesian Diaspora: New Communities and New Questions", in Ken'ichi Sudo e Shuji Yoshida (Eds.), *Contemporary Migration in Oceania: Diaspora and Network*, JCAS Symposium Series No. 3. Osaka: Japan Center for Area Studies. Pp. 77-100.

- Mangnall, K. (2004), *Retiring to Niue. Transnational Retirement-Return, Pension Portability and Development Policy*, MA Thesis, University of Auckland.
- Matheson, T. (1986), *Aid in an Island Microstate: the Case of Niue*. Unpublished PhD Thesis in Development Studies. Canberra: The Australian National University.
- McArthur, N. (1961), "Population and Social Change: Prospect for Polynesia", *Journal of the Polynesian Society*, 70 (4): 393-400.
- McArthur, N. (1964), "Contemporary Polynesian Emigration from Samoa and the Cook Islands", *Journal of the Polynesian Society*, 73 (3): 336-337.
- Poot, J. & Sanderson, L. (2007), "Return and Onward Migration, Attachment and Travel of New Zealand Migrants in Australia", *Journal Ekonomi Malaysia*, 41: 61-90.
- Powles, M. (2006), *Pacific Futures*. Canberra: Pandanus Books, Research School of Pacific and Asian Studies (RSPAS), The Australian National University.
- Sanderson, L.M. (2006), *International Mobility of Recent Migrants: Theory and Application to New Zealand and British Citizens in Australia*. Unpublished M.Phil Thesis, Hamilton: Population Studies Centre, University of Waikato.
- Silva, A.M.S. (2005), "The Communities open a Space for the Affirmation of the Azores in the World", in *Azores Golden Yearbook* (7<sup>th</sup> Edition). Ponta Delgada, São Miguel, AzorPlus Ltd. Pp.25-32.
- Stanwix, C. (1994), *To the Islands: Fijian Migration and Remittances*. Unpublished BA (Hons) Thesis in Geography. Sydney: University of Sydney.
- Tongamoa, T. (1990), *Migration, Remittances and Development: A Tongan perspective*. Unpublished MA Thesis in Geography. Sydney: University of Sydney.
- Underhill, Y. (1989), *Population Mobility as a Household Strategy: the Case of Manihiki Atoll, Cook Islands*. Unpublished MA Thesis in Geography. Honolulu: University of Hawaii.
- United Nations (2006), *International Migration and Development*. Report of the Secretary-General, Sixtieth Session, *Globalization and Interdependence: International Migration and Development*, 18 May, United Nations.
- Unwin, G. (2007), Keynote Address at the Pasifika Project: Auckland Dialogue. Thought Leaders Dialogue, Auckland, 30 August 2007. Disponível em <http://ips.ac.nz/events/completed-activities/Pasifika%20project/>
- Ward, R.G. (1997), "Expanding Worlds of Oceania: Implications of Migration", in Ken'ichi Sudo e Shuji Yoshida (Eds.), *Contemporary Migration in Oceania: Diaspora and Network*, JCAS Symposium Series No. 3. Osaka: Japan Center for Area Studies. Pp. 179-196.
- Ware, H. (2004), Political Instability and Youth Bulges: The Devil in the Demography and the Economy. Comunicação apresentada na 12<sup>th</sup> Biennial Conference of the Australian Population Association, Canberra, September 15-17, 2004 (cited in Dobell 2006: 7).
- Ware, H. (2005), "Demography, Migration and Conflict in the Pacific", *Journal of Peace Research*, 42 (4): 435-454.
- World Bank (2006a), *At Home and Away: Expanding Job Opportunities for Pacific Islanders Through Labour Mobility*. Washington: World Bank.
- World Bank (2006b), *Global Economic Prospects 2006: Economic Implications of Remittances and Migration*. Washington: World Bank.





## Migrações em Espaços Insulares: Testemunhos Açorianos

Alzira Silva  
*Direcção Regional das Comunidades, Açores*

### A Identidade Cultural Açoriana e os factores influentes da chamada Açorianidade

Poetas, músicos, sábios e estudiosos reflectiram sobre a identidade cultural açoriana ao longo dos séculos, trazendo para a luz muitas das suas penumbras. A expressão identidade açoriana nasceu das entranhas da designada por Vitorino Nemésio açorianidade, embora outros antes tivessem desventrado alguns elementos desta composição, e muitos dos que se seguiram procurassem aprofundar os mistérios da alma açoriana ou, mais cientificamente, divulgassem trabalhos de caracterização sociológica.

Falar de identidade açoriana é falar de mar, insulamento, mormaço – como registaram poetas como Roberto de Mesquita, etnógrafos como Armando Côrtes-Rodrigues – e nostalgia, saudade do futuro, apelo do longe, intensidade telúrica, como ainda hoje cantam, musicam, pintam e escrevem os nossos artistas.

Nos séculos XV e XVI, tempo dos Descobrimentos e da formação do Império, ainda era frequente o uso da expressão “terra firme” para designar qualquer continente, ou porção de terra continental, por oposição a “ilha”, terra limitada pelo mar por todos o lados. Assim, as caravelas portuguesas que foram mandadas pelo Infante D. Henrique a “descobrir lugares desconhecidos no Oceano ocidental” iam expressamente “em busca de [...] *ilhas* ou *terra firme*”. Não é que nesse tempo se imaginassem as ilhas como terras flutuantes, logo, “infirmes”; na verdade, sabia-se que elas se firmavam no fundo do mar. Todavia, a suspeição de infirmitade mantinha-se no discurso. Tanto que António Galvão, no seu “Tratado dos Descobrimentos” (1ª ed. 1563), ainda achava preciso

explicar que “todas as ilhas tem rayzes na terra firme, por muyto apartada q estê della, que doutra maneyra nam se sosteria”.

Os primeiros povoadores desses “lugares desconhecidos no Oceano ocidental” (entre os quais, e sobretudo, os das ilhas dos Açores), viveram de certa maneira com este temor da infirmitade do chão, em que assentavam os pés e sobre o qual erguiam as paredes das suas casas, não por suspeitarem que as ilhas fossem terras flutuantes, mas por sentirem que esse chão tremia de vez em quando, e às vezes violentamente, abalado por frequentes sismos, muitos deles com bem trágicas consequências.

Assim, quem diz “ilha” diz “terra isolada”. Terra isolada, não apenas apartada de outras terras mas cercada pelo mar. Vitorino Nemésio definia “isolamento” (formação lexical de “isola”, ilha) como “solidão de ilha”, a solidão das terras isoladas pelo mar, diferente da solidão num continente ou terra contínua. Neste contexto, “solidão de ilha”, ou seja, a solidão das terras isoladas pelo mar, em que o homem se encontra num espaço geograficamente determinado, do qual não pode sair pelos próprios meios, não é a mesma solidão sentida num continente ou terra contínua, onde nada impede o homem de circular pelos próprios meios em qualquer direcção e distância, livremente ou rompendo eventuais limites impostos pelo próprio homem.

Nas ilhas, somos originários do mar e é sobre o mar que partimos todas as vezes que a solidão se torna maior do que a ilha. Deste isolamento, ou talvez insulamento, que nos impregna a alma e nos estrutura o espírito, do nascimento no seio e na infinitude do mar e no enraizamento a uns montes de lava cuja substância nos penetra com a força dos sismos – para sempre, direi – Nemésio extraiu e fundamentou o conceito Açorianidade. Os nossos antepassados já o conheciam intimamente, como sentimento difícil de descrever, mas forte na expressão, embora não o tivessem nomeado. Carregaram-no – a ele, sentimento – para as terras para onde partiram. As Américas foram as eleitas como primeiro e principal destino, e lá, no impacto com maneiras de ser e de viver diferentes – que ignoravam ser cultura – preservaram-no, reinventaram-no, idolatraram-no. Cada um à sua maneira, ao ritmo dolente do *azorean torpor*, no ensimesmamento do mormaço, ou ao ritmo alucinante das novas exigências, com os sabores da ilha, da freguesia, do local, perfumados pelas vivências individuais, imbuídos de uma saudade, também ela uma prenda de identidade ou um castigo para a ambição do sonho. Tudo interiorizado sem palavras difíceis, mas com muito sal contido na garganta.

A saudade ilhoa não é toda ela igual. Cada ilha, cada local envolve-a na sua tonalidade particular, enclausura-a no recolhimento do meio, projecta-a na cultura e nas relações identitárias que estabelece. Como a Açorianidade. No

Mundo, espraíam-se açorianidades diferentes, nas localidades das ilhas dos Açores e das ilhas da Diáspora, nessa intercepção irreduzível, histórica e geográfica, que as primeiras gerações sentem como o amor: uma dor gostosa, um aperto doce, uma mágoa amiga, um arrocho que dá sentido à vida. E com muito de único. A açorianidade do Pico será – não tenho dúvidas – diferente da da Terceira, da do Corvo ou da de S. Miguel. E dentro de cada ilha, diferente em cada espaço onde assume características próprias. E diferente no tempo, onde a evolução dita assumpções de saberes distintos e de vivências particulares.

### **A dispersão e a preservação dos elementos culturais pela emigração açoriana e a sua interacção com outras culturas**

Como diz T.S. Eliot (1996), “uma cultura nacional é o resultado de um número infinito de culturas locais, as quais, quando elas próprias são analisadas, se compõem de culturas locais ainda menores.” Aplicado este pressuposto à nossa realidade, na descontinuidade geográfica das nossas nove ilhas, não existe uma cultura regional, mas várias subculturas locais, com traços comuns e diferenças assinaláveis.

O mesmo – *mutatis mutandi* – se passa em relação aos espaços de fixação para onde os migrantes levaram as suas culturas – entendidas como a sua forma especial de viver a açorianidade como suporte à continuidade das culturas locais de origem. “A cultura que se desenvolvia no novo solo tornava-se, portanto, surpreendentemente semelhante e ao mesmo tempo diferente da cultura original.” (Eliot, 1996).

Por outro lado, eles – espaços – são diversos, e quando referidos como uma globalidade, está invariavelmente pressuposto que são localidades rurais e urbanas com características geográficas e históricas próprias, e nunca uma unidade receptora de imigração. Antes, o lugar era o locus onde se concretizavam história e geografia, e ao qual estavam subjacentes cultura e identidade. Hoje, a mobilidade impõe outra concepção de lugar e de passado, não do que está encerrado, mas do que se prolonga no presente.

É, assim, interessante verificar como a “açorianidade” se diversifica na diáspora, seja no sentido diatópico (de uns lugares para outros), diacrónico (através do tempo), ou diastrático (entre os estratos socioculturais).

Na perspectiva diacrónica, as primeiras migrações que, nos tempos primitivos da colonização dos Açores, se moviam com uma densidade cultural de sobrevivência, à chegada nunca representavam o total da cultura do país de origem, levavam apenas uma parte da cultura local, na qual, enquanto estavam



no seu país de origem, participavam. A cultura que se desenvolvia no novo solo tornava-se, portanto, surpreendentemente semelhante e ao mesmo tempo diferente da cultura original. Muito distantes estão as migrações contemporâneas, que, no entanto, agilizam movimentos de culturas locais de países/regiões com uma história cultural celebrada com códigos de honra para uma região também ela detentora de pergaminhos identitários muito arraigados.

No domínio diastrático, também é importante aprofundar em que coincidem e em que se distinguem as formas de ser açoriano – viver a identidade açoriana – na América, nos meios rurais e nos meios urbanos, nos *farms* e nas fábricas, nas oficinas e nas Universidades; o mesmo – e de novo *mutatis mutandis* – no Canadá e no Brasil.

Como afirmou Whitehead (1927): “*A diversificação entre as comunidades humanas é essencial para prover o incentivo e o material da odisseia do espírito humano. (...) Os homens requerem dos seus vizinhos algo suficientemente semelhante para ser compreendido, algo suficientemente diferente para provocar a atenção e algo suficientemente grande para causar a admiração.*”

Mas num mundo onde também se fala de globalização cultural, haverá ainda sobrevivência para a opção individual relativamente à identidade como norma de pertença ou será este o último estertor de uma identidade ilhoa moribunda? No quadro da globalização da cultura, a identificação individual e colectiva pode mobilizar múltiplos elementos de língua, de cultura, de religião, em função do contexto, já que nenhum ser está inteiramente comandado do exterior pela sociedade a que pertence nem tão-pouco do interior pela sua própria cultura incorporada. Por outras palavras, a sua opção comporta critérios de acção e de representação assentes na liberdade e na racionalidade.

Contrariando a tese de During, segundo a qual as identidades são determinadas socialmente, do exterior, os açorianos emigrados, insistem na sua identidade fora das suas fronteiras geográficas, apoiando-se no nosso propalado “universalismo” e celebrando diversos rituais que fundam o desígnio da emigração como um destino da saudade a resgatar das brumas – herança sebástica, colectiva e mítica do nosso percurso histórico.

A experiência introspectiva da partida, sempre interiorizada como uma ruptura a vencer, e da vivência não sincronizada com a estranha realidade, provocam tensões de lonjura, de mudança, do tempo irreversível, do bem que é preciso não perder: a identidade cultural. Porque um sujeito com identidade é um sujeito com história, com sentido de pertença a um tempo e a um lugar e cultivá-la é cumprir o sentido ético-moral da vida. Desagregar-se do lugar onde nasceu, cresceu, viveu, considerado berço – quase útero materno – foi uma experiência dolorosa, que o colocou perante si mesmo como um excluído. Essa

marginalidade cultural – o princípio do corte criado pelo sociólogo e antropólogo Roger Bastide – é sentida quando enfrenta uma nova cultura e o caminho para lhe fugir e se reconciliar íntima e socialmente é preservar o valor do que é seu enquanto colectividade e enquanto indivíduo. Enquanto colectividade, expressa a orgulhosa herança da sua etnia, nos seus mitos e nos seus rituais; enquanto indivíduo, defende a segurança e a estabilidade que a identidade lhe confere. Esta sublimação, frequentemente cristalizadora e estanque à evolução que na terra de origem se vai operando, constitui, algumas vezes, um choque cultural por representar a sua condição de estrangeiro aquando do regresso à terra a que jamais se volta no estado de “inocência” da despedida, como muito bem analisou Francisco da Cunha Leão.

Entretanto, as culturas locais que preservou vão, por influência da socialização com outros grupos da mesma origem étnica, interpenetrar-se mutuamente, num processo gradativo, lento, quase imperceptível enquanto decorre, não verificável por vezes na primeira geração, porém despidoradamente visível a partir das segundas gerações.

Como sabemos, nenhuma cultura existe em estado puro, idêntica a si própria desde sempre, sem qualquer influência exterior. A interação com outras culturas gera a mestiçagem cultural e a sua dinâmica interior é permanente: constrói, desconstrói e reconstrói. No emigrado, a necessidade de integração acaba por vencer o medo da perda de identidade. Situando-se nesta perspectiva, Irving Hallowell (1955) veio afirmar que *“na primeira e segunda gerações de indivíduos em situação de aculturação, as transformações da personalidade permanecem superficiais; é só na terceira geração que a personalidade de base se encontra modificada.”*

A pressão do quotidiano e a perseguição do sonho que passa pela valorização pessoal – língua, hábitos, aquisição de conhecimentos (certificados ou não) –, conduzem à influência da cultura *mainstream* num processo mais ou menos longo de aculturação. A pretensamente dupla identidade cultural resultante da imigração, na realidade, é um processo de síntese ou de identidade sincrética, em que as marcas assimiladas vão penetrar nas culturas de origem, já reinventadas e que os regressos definitivos ou temporários possibilitam afectar os modelos locais. As importações são reabilitadas ao nível da cultura de origem, numa reconstrução sincrónica, na medida em que cada indivíduo integra a pluralidade das referências identificadoras ligadas à sua história. Chega-se, neste percurso, à dificuldade de estabelecer fronteiras entre as culturas locais açorianas já interceptadas por cruzamentos diversos e as novas formas culturais miscigenadas, num conjunto complexo de símbolos manufacturados, como sustentava Clifford Geertz (1973): *“Our ideas, our values, our acts, even our emotions are, like our nervous system itself, cultural products – products manufactured,*

*indeed, out of tendencies, capacities, and dispositions with which we were born, but manufactured nonetheless.”*

## Perspectivas diversas nos Açores – um laboratório a aguardar mais investigação

A perspectiva actual, para muitos teóricos contemporâneos, é a da cultura como *“um sistema que tanto torna possível um alto grau de uniformidade como de diversidade entre os indivíduos de um país.”* (Pires, 2004). Uniformidade e diversidade podem coabitar num mesmo espaço e no mesmo tempo – ainda que tal se afigure, de certo modo, paradoxal – porquanto os elementos culturais de um espaço, digamos, nacional, têm características comuns susceptíveis de serem reunidas e pensadas como uniformes, e diferenças eventualmente originadas localmente, que ressaltam e se reflectem como uma diversidade. A globalização não veio esbater diferenças, mas salientar as localizações culturais, como nota Jean-Pierre Warnier (1999): *“As culturas são singulares, extraordinariamente diversas e localizadas. Na maioria dos casos esta localização é geográfica. Mas ela é susceptível de se revestir de uma dimensão mais social que espacial no caso das comunidades dispersas através do mundo, conhecidas como diásporas.”*

Nos Açores, como – suponho – em muitos outros espaços insulares, a cultura é transmitida pelas tradições reformuladas em função do contexto histórico, geográfico, espacial e temporal, em interacção permanente com os movimentos migratórios que lhes conferem um impulso aparentemente contraditório de preservação e interculturalidade, tanto menos dinâmico quanto for reduzido o contacto com outras culturas provenientes de indivíduos ou grupos migrantes. O impacto da sua evolução é, na actualidade, tão grande, pela chegada de culturas consideradas, numa primeira fase, visitantes, e no momento actual, em processo de incorporação, que fez repensar o conceito de multiculturalismo e, num breve período, passar à vivência da interculturalidade resultante das dinâmicas globais e individualizantes.

Margaret Mead (1970) e Denys Cuche (2003) seguiu, nesta linha, o seu pensamento – insistia que a cultura não é um dado nem é um todo adquirido: *“o indivíduo apropria-se da sua cultura progressivamente ao longo de toda a sua vida e, de qualquer modo, nunca poderá adquirir toda a cultura do seu grupo.”* Michel Featherstone (2001) reflectia que *“uma das consequências paradoxais do processo de globalização – a tomada de consciência da existência de limites à escala do planeta e da própria humanidade – [foi], não a produção de homogeneidade, mas*

*sim a nossa familiarização com uma maior diversidade, com um leque cada vez mais amplo de culturas locais.”*

Assim, a aquisição e a reinterpretação individual das culturas locais opõem-se ao que se convencionou chamar globalização, o lugar-comum da interdependência num mundo único, que nos permite beber coca-cola e comer hamburgers nos Açores, ao som dos top mais americanos, mas simultaneamente, celebrar numa longínqua cidade dos Estados Unidos, o Dia dos Açores ou a Festa de Nossa Senhora de Gustine. Como nos permite festejar à moda de muitas localidades diferentes dos Açores o Divino Espírito Santo, com o seu séquito de elementos religiosos, profanos, rituais celebradores da abundância e dos poderes da partilha.

A história está estruturada neste duplo dinamismo: a cultura fez-se sempre, particular e localmente, em função do isolamento e da distinção dos grupos. Em oposição, ela incorpora-se, em função do entrelaçamento das comunidades locais e das suas recomposições. Não se reconhecem culturas nem totalmente autónomas nem inteiramente dependentes, nem pura invenção de elementos originais, nem um decalque de empréstimos. Como na metáfora do bricolage de Lévi-Strauss (1984), a criação consiste num arranjo novo de elementos pré-impostos que passam a constituir um conjunto estruturado original, de novas significações decorrentes da nova composição. Esta metáfora, como referiu Cuche lembrando Schnapper, depende não apenas das relações de força entre os grupos sociais, mas igualmente da estratégia de afirmação individual que coloca o actor e a cultura em perpétuo movimento.

Em jeito de conclusão empírica dos muitos testemunhos recolhidos, impossíveis de aqui mencionar, e apoiada em leituras direccionadas, direi que no contacto entre duas culturas, a gestão da diferença se faz pela sucessão de momentos de articulação, negociação e incorporação, de que resulta um enriquecimento de ambas, num processo de atracção/repulsão, que harmoniza um equilíbrio sem o qual uma assimilaria a outra, e que os espaços insulares, pelo menos no caso dos Açores, pelo seu insulamento, oferecem condições facilitadoras para uma mais longa preservação dos traços identitários. Essa mesma insularidade açoriana também se revela mais permeável – porque mais carecida de contactos com novas culturas – do que o espaço continental português à absorção de elementos culturais vindos de outras regiões do mundo.

Evidentemente que nenhuma afirmação desta natureza pode assumir tal linearidade, tornando-se necessário outras análises de cada espaço insular e das suas relações e interacção com outros espaços. Como salientou Cuche (2003), há sempre uma margem de jogo no interior do sistema, manipulada

pelos indivíduos e pelos grupos, no âmbito do livre arbítrio, numa mistura feita de continuidades e descontinuidades.

Distinguir a diversidade que já vem da origem e a adquirida por influência do meio no país de acolhimento; dissertar sobre como a diversidade de origem cria formas diferentes de transmissão, de aculturação e de preservação; que características da açorianidade são mais persistentes na diáspora e porque o são, e quais mais facilmente tendem a desaparecer e por que razão; a relação entre a tradição e o progresso em diferentes áreas geográficas de acolhimento e tempos da nossa emigração, são temas aliantes por aprofundar, objecto da nossa ambição, mas ainda não concretizados pela incompatibilidade entre o estudo e a acção.

Fica, porém, lançado o repto, aos conferencistas presentes. Estamos certos de que o caminho das migrações em espaços insulares e concretamente no espaço das nossas nove ilhas tem muito para descobrir e muito para analisar. Assim nos ajudem. Nós estaremos disponíveis para contribuir com a nossa experiência e o nosso apoio.

## Referências Bibliográficas

- Castells, Manuel (2003), *O Poder da Identidade*. Coleção A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, vol. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cuche, Denys (2003), *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Lisboa: Fim de Século.
- During, Simon (2005), *Cultural Studies: a critical introduction*. London e New York: Routledge.
- Eliot, T. S. (1996), *Notas para uma definição de Cultura*. Lisboa: Edições Século XXI.
- Featherstone, Mike (2001), "Culturas Globais e Culturas Locais", in Carlos Fortuna (Org.), *Cidade, Cultura e Globalização*. Oeiras: Celta Editora.
- Geertz, Clifford (1973), *The Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books Inc. Publishers.
- Hughes, Robert (1993), *Culture of Complaint: the Fraying of America*. New York: Oxford University Press.
- Leão, Francisco da Cunha (1986), *Filosofia da Saudade*, in Afonso Botelho e António Braz Teixeira (Org.). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Pires, M. Laura Bettencourt (2004), *Teorias da Cultura*. Lisboa: Universidade Católica.
- Ravitch, Diane (1990), "Multiculturalism: e Pluribus Plures", *American Scholar*, 59 (3): 337-354.
- Walzer, Michael (1992), *What it means to be an American: Essays on the American Experience*. New York: Marsilio Publishers.
- Warnier, Jean-Pierre (1999), *A Mundialização da Cultura*. Lisboa: Editorial Notícias.



## Migrações, Crescimento e Envelhecimento Demográfico nos Açores

Gilberta Pavão Nunes Rocha  
*Centro de Estudos Sociais, Universidade dos Açores*

A importância das migrações, em especial da emigração, na evolução e configuração da população das várias ilhas açorianas é um tema de análise e preocupação conhecido há já vários séculos. Se nos finais de setecentos podemos relevar, entre outros, o estudo de Borba Gato para a ilha de S. Miguel (Rocha e Rodrigues, 1989), contrastante com informações da época para outras ilhas, em especial do grupo central (Meneses, 1989), a questão surge referida ao longo dos séculos XIX e XX em crónicas de imprensa e outras publicações, bem como em documentos oficiais (Rocha, 2001). Conforme as circunstâncias sociais, as razões que as determinaram, as motivações dos estudiosos, assim as diferenças de opinião que evidenciam.

No século XX, que apresenta alterações significativas na intensidade dos fluxos de saída de população, no conjunto do arquipélago dos Açores e nas suas diferentes ilhas, verifica-se que a periodicidade na tendência e até nos ritmos de evolução do volume da população correspondem, em grande parte, às mudanças que ocorrem na emigração. Não obstante a elevada intensidade das variáveis do movimento natural até, sensivelmente, aos anos oitenta da centúria passada, o facto é que os pontos de viragem no sentido do acréscimo ou do decréscimo populacional são coincidentes, ainda que de forma inversa, às saídas de gentes, principalmente aquelas que se destinam a outros países.

Valerá, assim, a pena recuar um pouco fazendo uma breve descrição das principais características dos movimentos emigratórios de novecentos. As duas primeiras décadas são de continuidade relativamente ao que se verificava nos anos anteriores, nos quais preponderam fluxos de saída com acentuada intensidade, que então já apresentam os EUA como destino consolidado em todas as ilhas (Rocha, 2008). Se verificamos uma certa oscilação nos valores anuais, a média nestas duas décadas é da ordem das 5000 saídas por ano, quantitativo não despidendo numa

população global da ordem das 250.000 pessoas, representando, assim, cerca de 2% do volume demográfico regional. De sublinhar que estes quantitativos respeitam unicamente aos valores oficiais, negligenciando, pois, a emigração clandestina, que tudo indica ser, na época, ainda bastante significativa (Chapin, 1981).

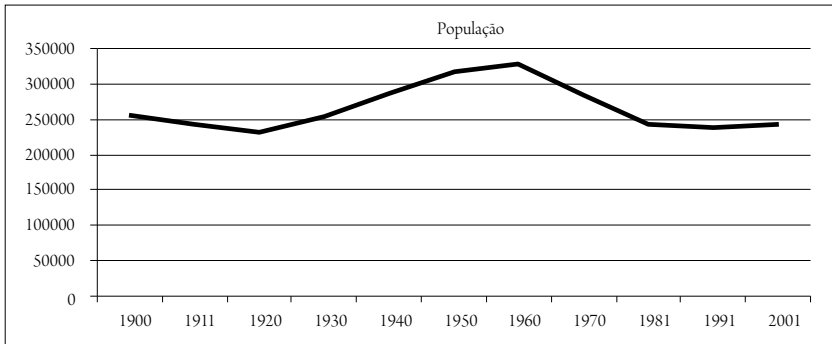
A interferência da emigração na estrutura da população é visível não só em termos etários, mas também de género, uma vez que a generalidade das ilhas regista neste período, ainda que de forma distinta, menos relevante em S. Miguel, uma Relação de Masculinidade fora do modelo padrão, principalmente nas idades compreendidas entre os 15 e os 35 anos, tendência que vem já do século anterior e que só se altera com o progressivo declínio da emigração, nomeadamente a partir de 1930. A sua influência estende-se, todavia, à generalidade da dinâmica demográfica, interferindo na diminuição da nupcialidade e, por esta via, também na da natalidade (Rocha, 1991).

Os anos trinta, quarenta e, até, cinquenta, principalmente os primeiros, são de acentuado aumento e rejuvenescimento populacional, observando-se um claro re-equilíbrio na estrutura por idades e género, facto dependente, em grande medida, do estancar da emigração, cujos quantitativos anuais chegam a ser, em média, próximos dos 350 indivíduos no primeiro caso e dos 500 no segundo. Mesmo na década de cinquenta, de aumento progressivo da emigração, os valores médios, da ordem dos 3000, estão claramente dependentes da excepionalidade dos anos de 1957 e 1959, nos quais as saídas resultantes da erupção do vulcão dos Capelinhos, na ilha do Faial, elevam aquele quantitativo para cerca de 7.500 por ano.

É preciso chegar a meados dos anos sessenta para que este fenómeno se intensifique e a emigração atinja, designadamente nos anos compreendidos entre 1965 e 1975, os valores mais elevados do século, uma média de, sensivelmente, 10.000 pessoas por ano, chegando a ser da ordem dos 12.000 nos anos de 1968, 1969 e 1974. Como consequência, o volume da população diminui de forma drástica, pois, se em 1960 era quase 330.000, em 1981 não atinge os 250.000 habitantes, ou seja, uma perda de cerca de 80.000 habitantes. A emigração familiar que lhe é característica não interfere no equilíbrio de género, mas o mesmo não acontece com a estrutura etária, sendo evidente o declínio registado na população em idade activa, aquela que é preponderante nas saídas definitivas para outros países.

A estabilidade demográfica observada nas duas últimas décadas do século XX está associada a uma fraca emigração, com quantitativos que, com pequenas excepções em alguns anos, diminuem progressivamente, situando-se abaixo dos 500 indivíduos na passagem do milénio. Para esta situação contribui igualmente o declínio entretanto operado nas variáveis do movimento natural, que apresentam nestes anos mudanças muito significativas, pois tanto a mortalidade como a natalidade passam a registar valores relativamente baixos.

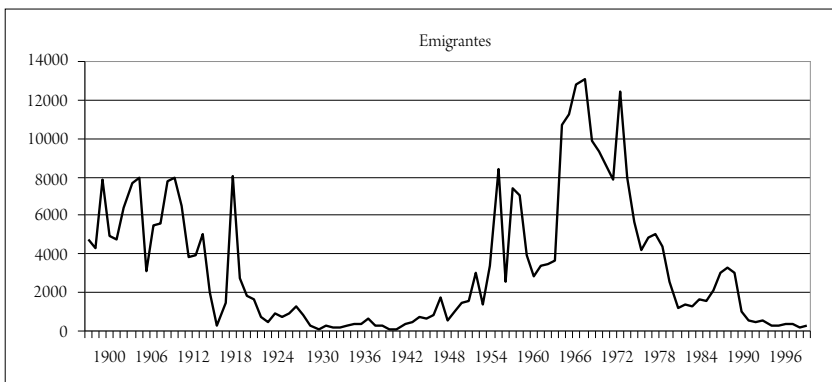
**Fig. 1** – Evolução da População dos Açores, 1900-2001



Fonte: Recenseamentos da População, de 1900 a 2001

Em dois períodos bem identificados, isto é, entre 1930 e 1970, por um lado, e 1980-2000, por outro, a emigração apresenta valores bastante fracos. Mas enquanto no primeiro se assiste a um significativo aumento da população, decorrente de um movimento natural cujas variáveis registam fortes intensidades, facto especialmente visível no que respeita à natalidade, já no segundo, predomina a estabilidade uma vez que aquelas variáveis têm quantitativos relativamente baixos, não sendo de negligenciar a existência de uma nova realidade: a imigração. Em sentido inverso, temos os dois primeiros decénios do século, nos quais uma emigração elevada coexiste com níveis de mortalidade e de natalidade também elevados, de que resulta um declínio populacional de ritmo relativamente variável. Já nos anos sessenta e setenta, quando a emigração é bastante intensa, o declínio no volume demográfico é assinalável, tendências que ilustramos nas Figs. 1 e 2.

**Fig. 2** – Evolução dos Emigrantes dos Açores, 1900-2000



Fonte: Estatísticas Demográficas<sup>1</sup>

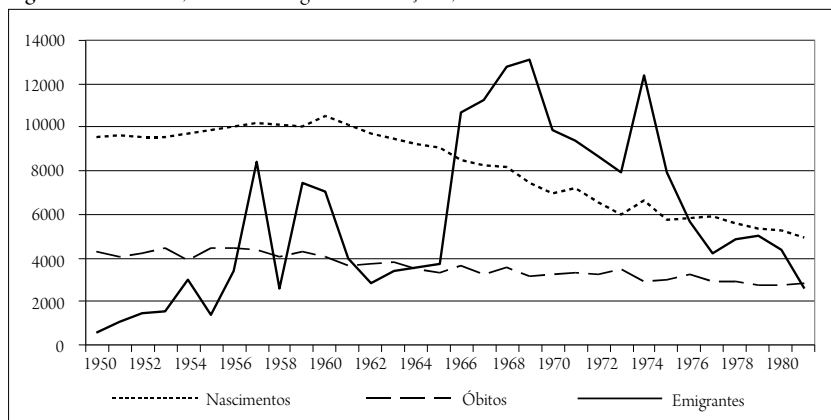
1 A designação varia ao longo dos anos. Sobre este aspecto das fontes, confere Gilberta Pavão Nunes Rocha (1991).



Esta descrição genérica pode ser melhor apreendida quando fazemos uma análise mais circunstanciada, isto é, tendo em conta os valores dos diversos acontecimentos demográficos e até dos problemas sociais e sua percepção nos vários períodos. Optamos por desenvolver um pouco mais o primeiro aspecto na segunda metade do século XX, tanto no que respeita à influência no volume e estrutura populacional do arquipélago, como na tendência dos acontecimentos demográficos nas várias ilhas. Trata-se de um período longo em que se verificam as duas situações, isto é, de fraca e de elevada emigração, mas no qual também se pode já observar o fenómeno da imigração, esta uma realidade que começa a tornar-se visível nos últimos anos da centúria passada.

Atendendo à evolução do número de nascimentos, óbitos e emigrantes, nos anos compreendidos entre 1950 a 1981, constata-se que o movimento natural é positivo ao longo de todo o período, com uma diferença entre a natalidade e a mortalidade significativa ao longo dos anos cinquenta, que vai progressivamente diminuindo, enquanto que entre 1965 e 1975, o número de emigrantes ultrapassa não só o quantitativo do saldo do movimento natural, como da própria natalidade, o que dá ao fenómeno da emigração uma relevância excepcional na dinâmica demográfica açoriana destes anos.

Fig. 3 – Nascimentos, Óbitos e Emigrantes nos Açores, 1950-1981

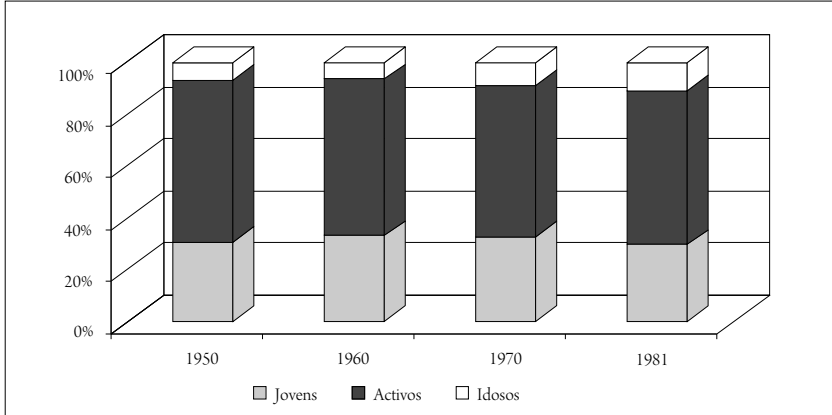


Fonte: Estatísticas Demográficas, 1950-1981

A sua influência no volume da população faz-se sentir de um modo relativamente suave no período compreendido entre 1950 e 1960, pois a emigração destes anos, da ordem das 25.000 pessoas, é bastante inferior ao saldo do movimento natural, que então quase atinge os 56.000 indivíduos, facto que já não se verifica nas décadas seguintes. Entre 1960 e 1970, um movimento natural da mesma ordem de grandeza confronta-se com um nível de emigração bem

mais elevado, superior a 70.000, enquanto que entre 1970 e 1981, quando esta regista um quantitativo superior a 80.000, a diferença entre os nascimentos e os óbitos já é mais fraca, de sensivelmente 33.000.

Fig. 4 – Estrutura por Grandes Grupos de Idade nos Açores (%), 1950-1981

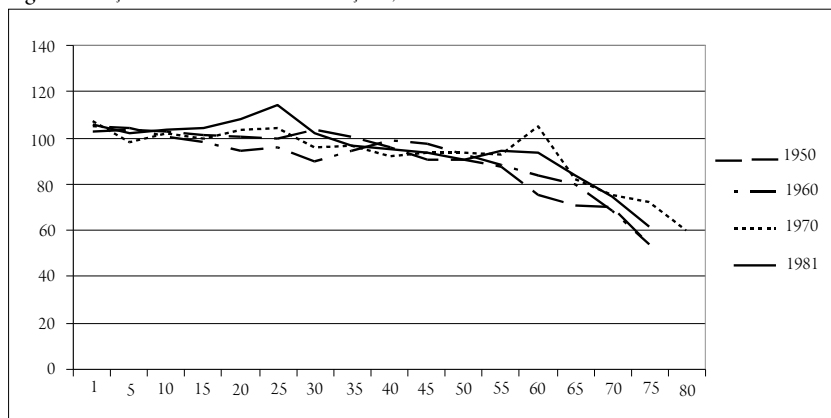


Fonte: Recenseamentos da População

Mas a interferência não se limita, como é natural, à evolução do volume demográfico. Conforme se pode observar na Fig. 4, a população em 1950, como consequência dos baixos níveis de emigração dos anos anteriores, tem uma estrutura etária equilibrada, com elevado número de população Jovem e Activa e um número reduzido de Idosos. A situação apresenta alterações significativas nas décadas seguintes, depois de um período de acentuada corrente emigratória nos anos compreendidos entre 1965 e 1975. Relewa-se a diminuição no valor percentual dos Activos, que passa de 62%, em 1950 para 58% do total da população, em 1970, o que interfere no envelhecimento, pelo acréscimo no grupo do Jovens em 1960 e 1970 e dos Idosos, em todos os anos, possibilitando algum rejuvenescimento na base e um envelhecimento no topo.

O equilíbrio do período inicial, ou seja, o observado no ano de 1950, estende-se ao género, nomeadamente nas idades nas quais a mobilidade mais se faz sentir, tendo a curva da relação quantitativa entre homens e mulheres um modelo próximo do padrão. As Relações de Masculinidade dos anos subsequentes não reflectem, todavia, desequilíbrios de relevo, o que está em conformidade com uma emigração do tipo familiar, como é a açoriana nesta época.

Fig. 5 – Relações de Masculinidade nos Açores, 1950-1981



Fonte: Recenseamentos da População, 1950 a 1981

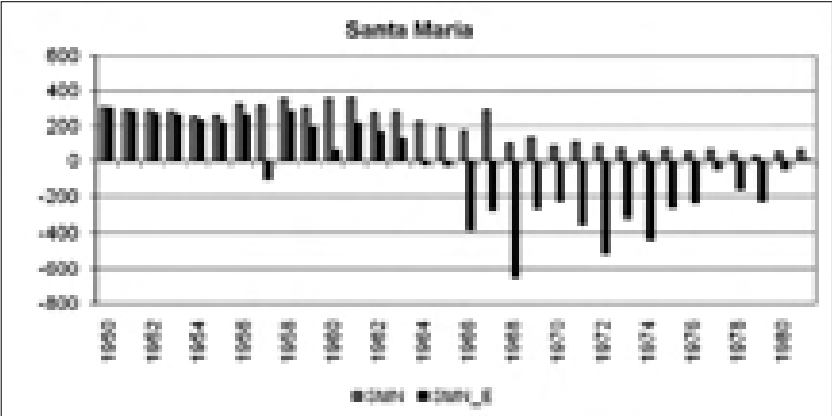
Mas a pluralidade demográfica do arquipélago, um aspecto que reputamos essencial para o seu conhecimento, encontra uma das suas principais justificações na diversidade verificada na mobilidade, aspecto que justifica, em parte, os desequilíbrios estruturais e as diferenças observadas entre as ilhas, e que encontramos já em períodos anteriores àquele que estamos agora a tratar (Rocha, 1991). Ainda que as diferentes evoluções não possam ser vistas isoladamente, mas sim na interferência recíproca da dinâmica demográfica, apresentam-se, em seguida, as tendências registadas nos saldos do movimento natural, a que se associa a emigração, em cada uma das ilhas<sup>2</sup>.

Tal como se verificava para a globalidade do arquipélago, também em Santa Maria e S. Miguel o movimento natural é positivo ao longo de todo o período de 1950 a 1981, embora a diferença entre o número de nascimentos e óbitos seja menor, em especial a partir de 1969, na primeira ilha. De realçar que no caso de S. Miguel o número de emigrantes ultrapassa o dos nascimentos, não só na segunda metade dos anos sessenta e primeira de setenta, mas também, ainda que com carácter excepcional, no ano de 1957.

Contrariamente ao que se verificava em Santa Maria e S. Miguel, a Terceira surge com uma tendência ligeiramente diferente, sendo a partir de 1965, o marco inicial da forte corrente emigratória, que as saídas de gentes ultrapassam o saldo do movimento natural. Na Graciosa e em S. Jorge a situação não é muito distinta da daquela ilha, em especial neste último período. De sublinhar, no entanto, os valores mais reduzidos no movimento natural.

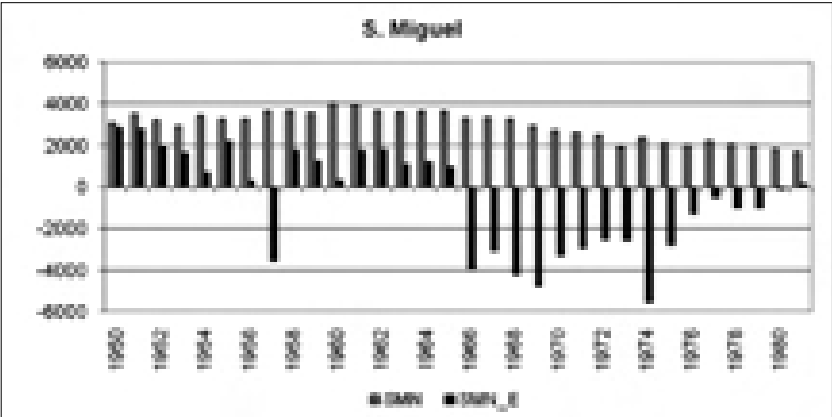
2 Os valores da emigração por ilha ao longo da década de cinquenta resultam de estimativas dos montantes publicados para os ex-distritos, facto que, em conjunto, com a qualidade dos dados e a pequenez de efectivos não pode ser ignorada na análise.

Fig. 6 – Saldos Demográficos na Ilha de Santa Maria, 1950-1981



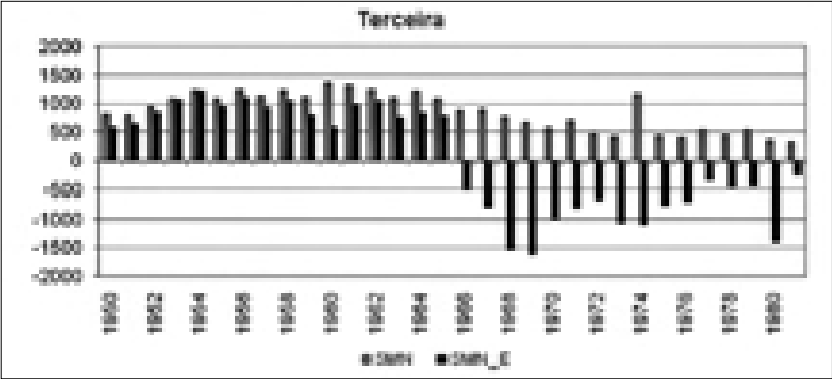
Fonte: Estatísticas Demográficas, 1950-1981

Fig. 7 – Saldos Demográficos na Ilha de S. Miguel, 1950-1981



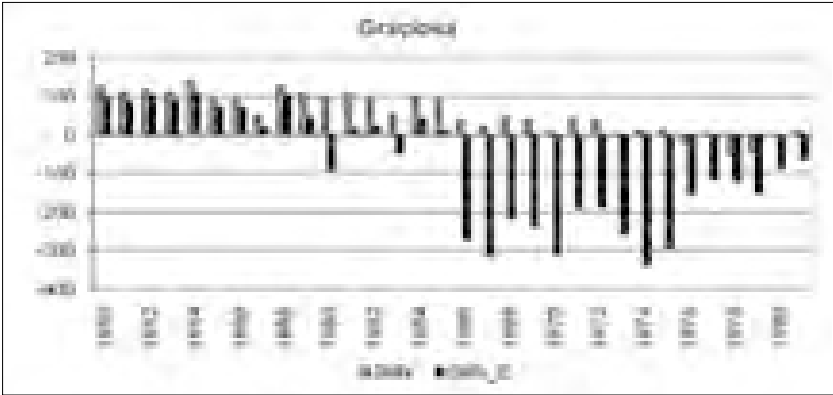
Fonte: Estatísticas Demográficas, 1950-1981

Fig. 8 – Saldos Demográficos na Ilha Terceira, 1950-1981



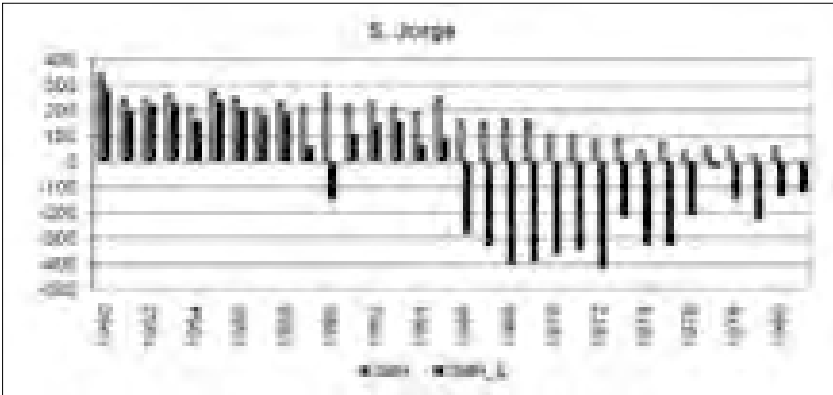
Fonte: Estatísticas Demográficas, 1950-1981

Fig. 9 – Saldos Demográficos na Ilha Graciosa, 1950-1981



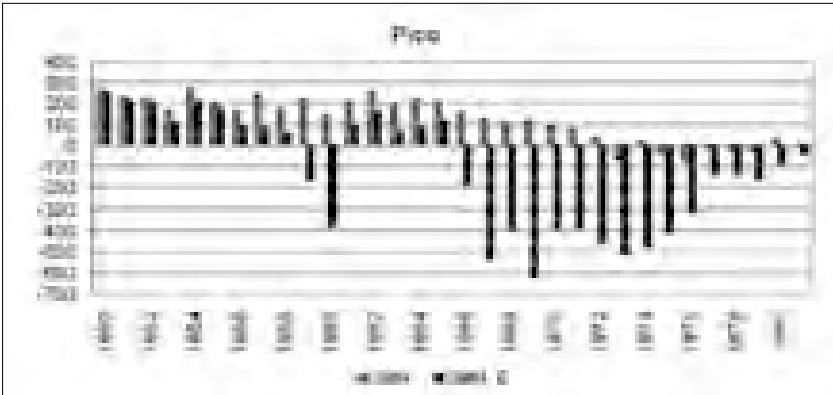
Fonte: Estatísticas Demográficas, 1950-1981

Fig. 10 – Saldos Demográficos na Ilha de S. Jorge, 1950-1981



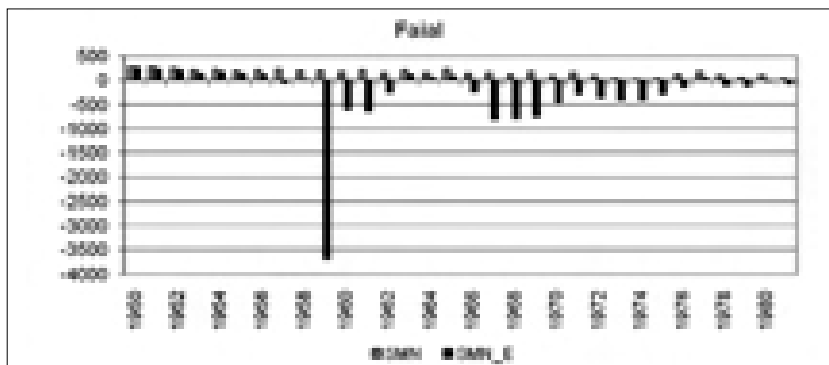
Fonte: Estatísticas Demográficas, 1950-1981

Fig. 11 – Saldos Demográficos na Ilha do Pico, 1950-1981



Fonte: Estatísticas Demográficas, 1950-1981

Fig. 12 – Saldos Demográficos na Ilha do Faial, 1950-1981

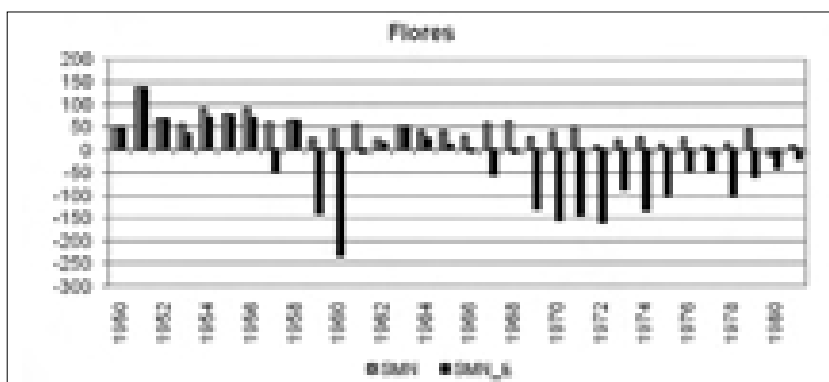


Fonte: Estatísticas Demográficas, 1950-1981

No Pico e, principalmente, no Faial torna-se visível a excepcionalidade do ano de 1959, com o forte fluxo emigratório, como consequência do vulcão dos Capelinhos, nesta última ilha. No entanto, não podemos deixar de referir a existência de saldos negativos no movimento natural na primeira destas ilhas, contrariamente ao que acontece nas restantes, a partir de meados dos anos setenta.

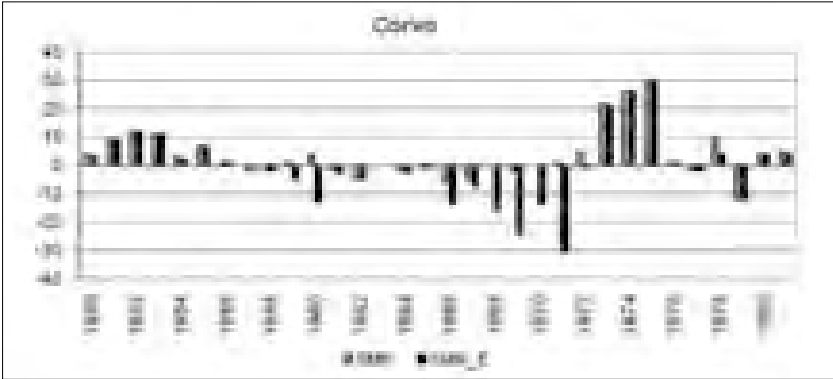
Salienta-se nas Flores os quantitativos de emigrantes nos princípios da década de sessenta, enquanto que no Corvo, se sublinha o retardar do início do período de maior emigração, que respeita, fundamentalmente, aos anos compreendidos entre 1969 e 1973. Verifica-se, assim, que nesta última ilha os elevados valores da emigração acontecem durante um período um pouco mais curto, sendo que ela é inexistente, ou praticamente inexistente, em meados da década de setenta. No entanto, nesta, mais do que nas outras ilhas, não pode ser ignorada a pequenez de efectivos em presença, o que dificulta uma análise de carácter anual, como a que estamos a apresentar.

Fig.13 – Saldos Demográficos na Ilha das Flores, 1950-1981



Fonte: Estatísticas Demográficas, 1950-1981

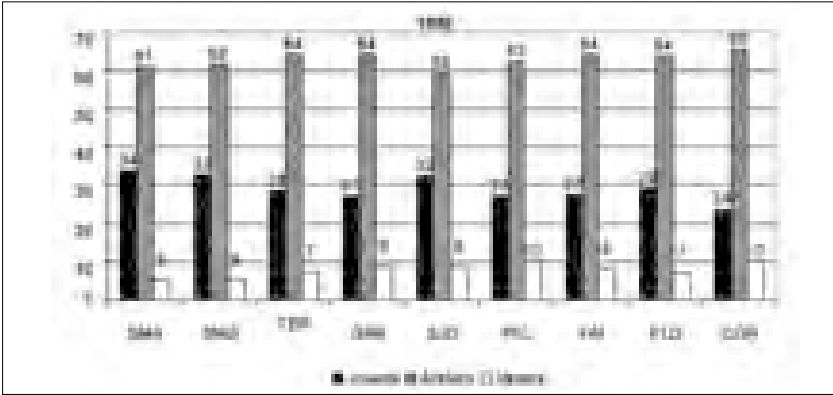
Fig. 14 – Saldos Demográficos na Ilha do Corvo, 1950-1981



Fonte: Estatísticas Demográficas, 1950-1981

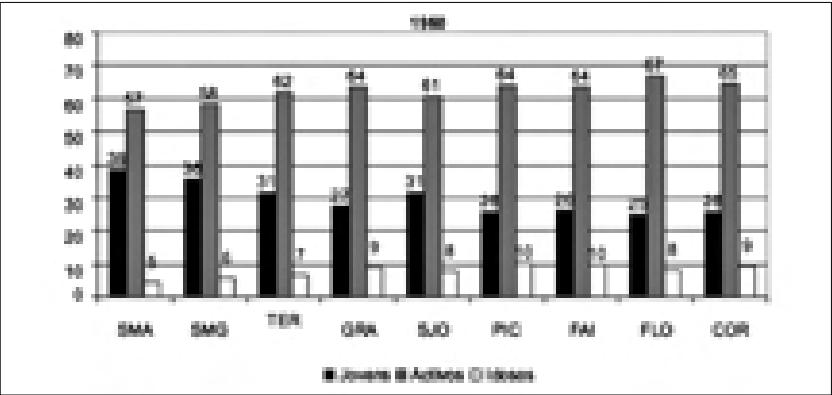
Como consequência da evolução dos movimentos natural e emigratório verificam-se, além da variação no volume populacional das várias ilhas, alterações nas respectivas estruturas etárias, que passamos a apresentar nas figuras seguintes. De resto, a interferência da emigração na estrutura etária contribui, como se sabe para um rejuvenescimento na base e um envelhecimento no topo (Rocha, 1997).

Fig. 15 – Importância Relativa dos Jovens, Activos e Idosos nas Ilhas dos Açores em 1950 (%)



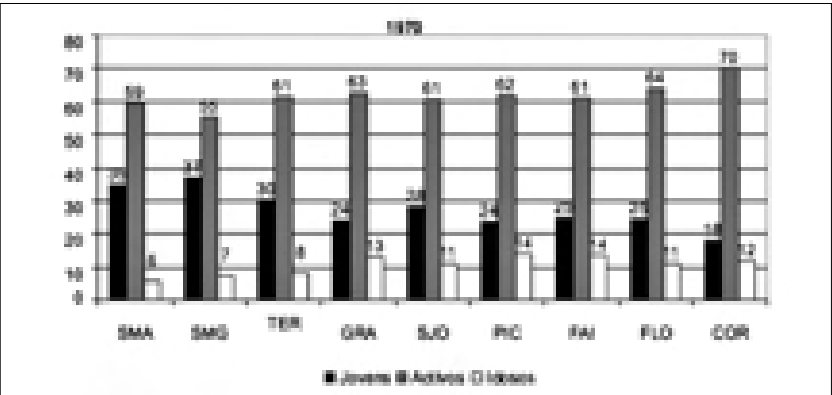
Fonte: Recenseamentos da População, 1950 a 1981

Fig. 16 – Importância Relativa dos Jovens, Activos e Idosos nas Ilhas dos Açores em 1960 (%)



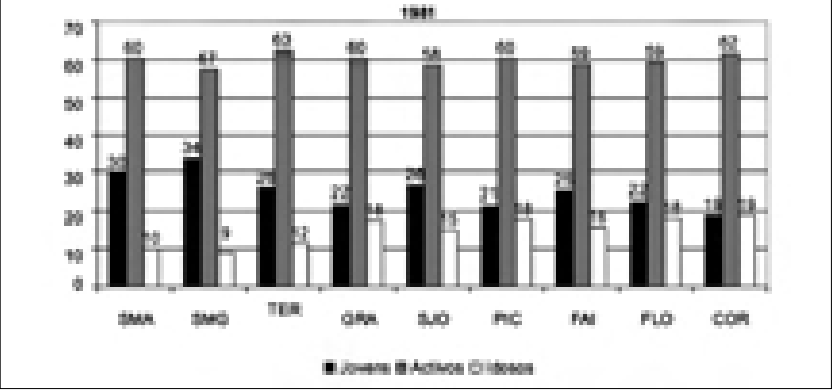
Fonte: Recenseamentos da População, 1950 a 1981

Fig. 17 – Importância Relativa dos Jovens, Activos e Idosos nas Ilhas dos Açores em 1970 (%)



Fonte: Recenseamentos da População, 1950 a 1981

Fig. 18 – Importância Relativa dos Jovens, Activos e Idosos nas Ilhas dos Açores em 1981 (%)



Fonte: Recenseamentos da População, 1950 a 1981



Com diferenças acentuadas no interior dos vários grupos etários, estas surgem especialmente significativas nos Jovens, cujas importâncias relativas oscilam entre os 24% no Corvo e os 34% em Santa Maria no ano de 1950. Ou seja, mesmo antes do período de forte emigração, já a estrutura etária das várias ilhas se apresentava bastante diversa. Todavia, as diferenças acentuam-se nas décadas seguintes, em todos os grupos de idade. Em 1960 e 1970 a disparidade regional aumenta, não só nos Jovens e nos Activos, aqueles em que as desigualdades são maiores, mas também nos Idosos. Na década de setenta a tendência é relativamente inversa, pois em 1981 é neste último grupo que a diversidade é mais significativa.

Em síntese, verifica-se que ao longo do período de 1950 a 1981 a emigração tem intensidades distintas nas várias ilhas, embora o sentido geral da periodicidade seja similar. A sua influência é muito significativa na diminuição global do volume populacional e no envelhecimento demográfico, nomeadamente no topo, e contribui para a diversidade demográfica do arquipélago.

Dado o carácter residual da emigração nos últimos anos do século passado, iremos em seguida centrar-nos na outra vertente da mobilidade que é a imigração. Fenómeno recente no contexto açoriano, a sua importância demográfica não deixa de ser ainda relativamente incipiente, contrariamente ao que se passa a nível social e até económico ou cultural.

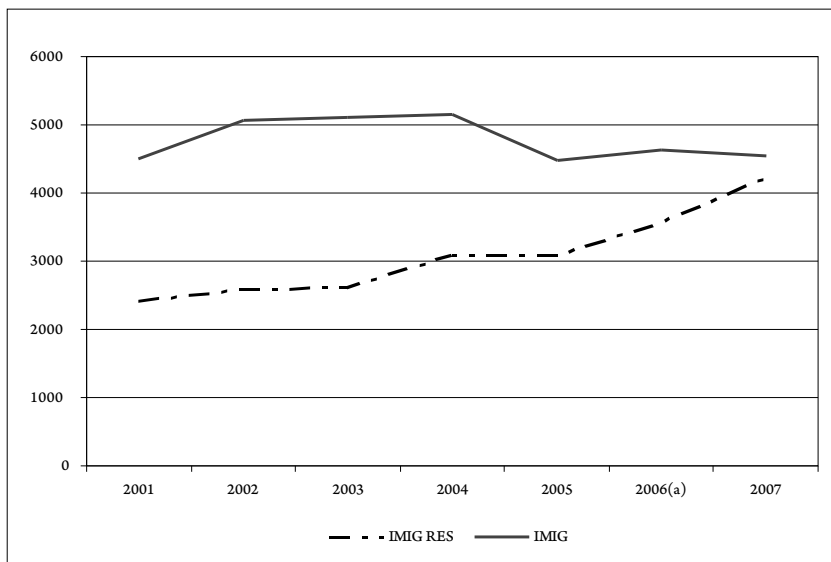
Se a informação relativa à emigração, quando existe, nem sempre é de boa qualidade, a que respeita à imigração apresenta também dificuldades, quer as respeitantes à metodologia utilizada pelas diferentes fontes, designadamente o INE e o SEF, como aos conceitos, quer se trate de stocks quer fluxos, ou até de população com autorizações e vistos particulares. No caso dos Açores, sublinhe-se ainda a situação dos norte-americanos, tanto os residentes na Base das Lajes, como os emigrantes com dupla nacionalidade em movimentos de retorno ou de vivência repartida entre os dois países.

Tendo em conta um estudo realizado no âmbito do CES-UA (Rocha, Medeiros, Madeira, Ferreira, 2004) no qual tivemos oportunidade de analisar mais pormenorizadamente estes aspectos verifica-se que, exceptuando os residentes na Base das Lajes, o número de estrangeiros varia, entre 1999 e 2003, sensivelmente, entre os 2.500 e os 3.500, valor que encontra alguma similitude entre os dados fornecidos pelo INE e pelo SEF, e que corresponde a cerca de 1% do total da população açoriana.

De acordo com a informação do SEF o número de residentes estrangeiros nos Açores, com excepção dos norte-americanos a viver na Base das Lajes, tem vindo a aumentar nos últimos anos, ultrapassando os 4.000 em 2007. Se

consideramos outras permanências na região, através de vistos de trabalho, autorizações de permanência e outras, os quantitativos são um pouco mais elevados, embora a tendência seja para alguma estabilização em valores da ordem das 4.500 pessoas, ou seja, quase 2% do total da população açoriana.

**Fig. 19** – Evolução da Imigração nos Açores, 2001-2007



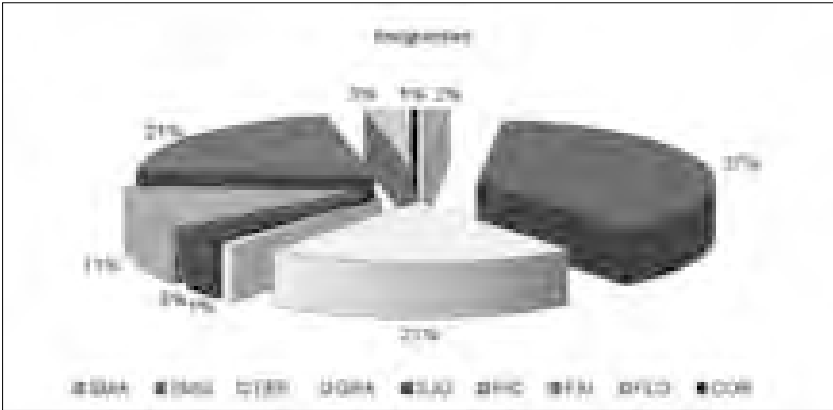
Fonte: SEF, Relatórios Anuais

Em termos de distribuição por ilhas<sup>3</sup>, verifica-se que as diferenças são bastante acentuadas, tendo S. Miguel, Terceira e Faial os maiores valores percentuais, com quantitativos de, respectivamente, 37,5%; 21,3% e 20,8%. Se em S. Jorge a percentagem ainda tem algum significado, da ordem dos 12%, já nas restantes ilhas este oscila entre 1% e 3%.

Concentrados nas ilhas de maior dimensão, com uma estrutura económica e social mais diversificada, a sua importância demográfica no contexto das ilhas onde residem regista um sentido bem distinto. Com efeito, observando a Fig. 21, no qual se relaciona o número de imigrantes e o volume da população, constata-se que é nas ilhas mais pequenas que o peso de imigrantes é mais elevado. Destacam-se o Faial e o Corvo, com cerca de 6%, embora nas ilhas do Pico e Flores estes atinjam percentagens ainda significativas, da ordem dos 3% do total das respectivas populações. Situação diferente é a de S. Miguel e Terceira, que detêm os maiores números de imigrantes, mas em que estes representam, respectivamente, apenas 1,2% e 1,6% do volume demográfico destas ilhas.

3 Na ilha Terceira não constam os militares e seus familiares residentes na base das Lajes.

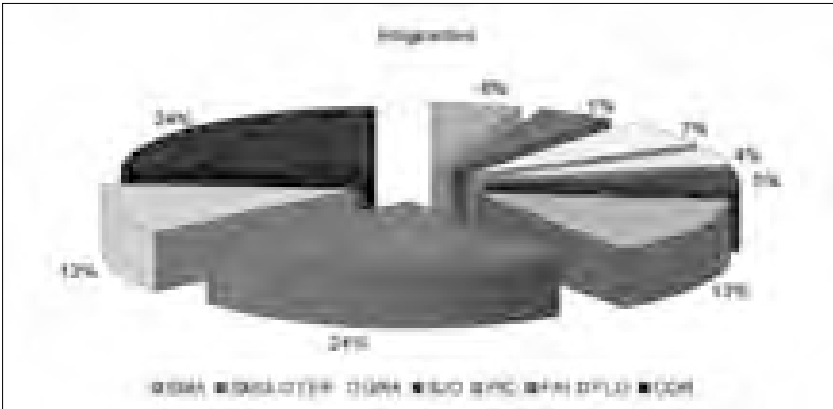
Fig. 20 – Imigrantes nos Açores, por Ilhas, em 2007 (%)



Fonte: SEF, Relatório 2007

Não temos informação estatística que nos permita analisar a estrutura etária e por sexo dos imigrantes nas várias ilhas, nomeadamente para o ano que estamos a tratar. Todavia, segundo o Censo de 2001, a estrutura da população estrangeira residente nos Açores era bastante jovem e masculinizada, conforme se pode ver na Fig. 22, facto que pode ser assumido como tendo ainda alguma validade em 2007.

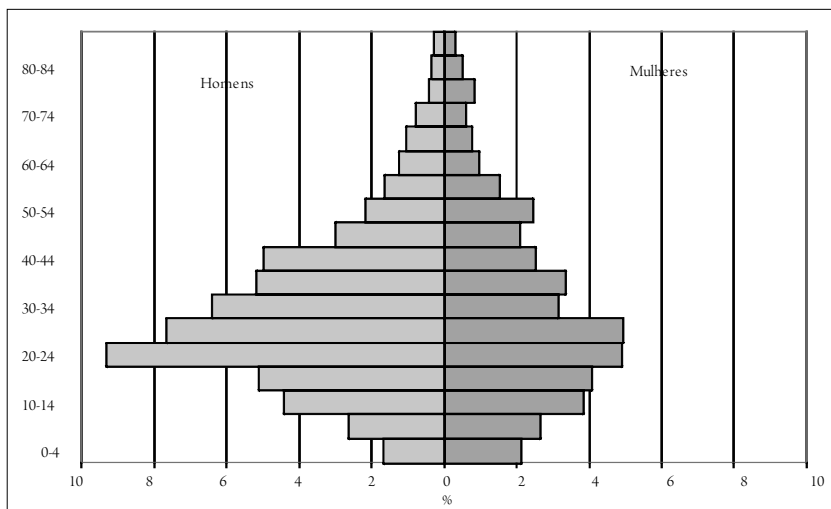
Fig. 21 – Relação entre os Imigrantes e a População<sup>4</sup> dos Açores, por Ilhas, em 2007(%)



Fonte: SEF, Relatório 2007

4 População do Recenseamento de 2001.

Fig. 22 – Pirâmide de Idades da População Estrangeira Residente nos Açores, em 2001



Fonte: INE, Recenseamento de 2001

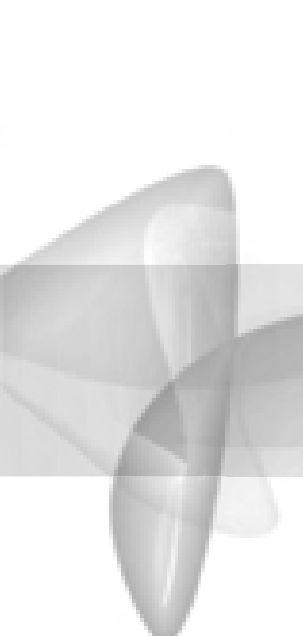
É, sobretudo, a partir do grupo 20-24 anos que se nota essa sobremasculinidade, que se estende, com maior incidência, até ao grupo 40-44 anos. A partir daí vai-se atenuando progressivamente. Não deixa, no entanto, de ser significativa a presença de mulheres, resultante, provavelmente, de processos de reunificação familiar ou mesmo da procura pelas próprias de emprego e melhores condições de vida.

Desconhecendo o real impacto demográfico da permanência dos imigrantes na sociedade açoriana, estes não podem deixar de ser considerados, não só numa óptica económica, essencialmente associada ao mercado de trabalho ou de integração social e dinamização cultural. Em número, por vezes significativo, tenderão a influenciar quer o volume da população de cada uma das ilhas, designadamente as de menor dimensão e menos povoadas, quer a sua estrutura demográfica.

## Referências Bibliográficas

- Chapin, Francis White (1981), *The tides of migration: a study of migration decision-making and social process in S. Miguel Azores*, Michigan University.
- Meneses, Avelino de Freitas de (1989), "O Município da Madalena (Pico): 1740-1764 – Subsídios para o seu estudo", in *Actas do II Colóquio – Os Açores e as Dinâmicas do Atlântico*. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira.

- Rocha, Gilberta Pavão Nunes; Rodrigues, Vitor Luís Gaspar (1989), “População, economia e sociedade micalense em finais do séc. XVIII: o mapa da população de João Leite Chaves e Melo Borba Gato”, in *Actas do II Colóquio – Os Açores e as Dinâmicas do Atlântico*. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira.
- Rocha, Gilberta Pavão Nunes (2001), “A emigração nos Açores nos séculos XIX e XX – a necessidade, a solução, a valorização”, in *Portos, Escalas e Ilhéus no Relacionamento entre o Ocidente e o Oriente*, Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal, Vol. II, Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses/Universidade dos Açores.
- Rocha, Gilberta Pavão Nunes (1991), *Dinâmica Populacional dos Açores – unidade, permanência, diversidade*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- Rocha, Gilberta Pavão Nunes (2008), “População e os Novos Destinos da Emigração”, in *História dos Açores*, Instituto Açoriano de Cultura (no prelo).
- Rocha, Gilberta Pavão Nunes (1997), “O impacto das migrações na população dos Açores na segunda metade do séc. XX”, in *História das Ilhas Atlânticas – Actas do IV Colóquio Internacional de História do Atlântico*, Vol. II. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico/Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Governo Regional da Madeira.
- Rocha, Gilberta Pavão Nunes; Medeiros, Octávio; Madeira, Artur Boavida; Ferreira, Eduardo (2004), *Imigrantes nos Açores*, Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores (texto policopiado).



# **Transnacionalismo na Comunidade Luso-Americana: Redes e Ligações Económicas entre Portugueses e Luso-Descendentes Residentes nos Estados Unidos e em Portugal**

Maria Carolina Marçalo  
*ISEG, Universidade Técnica de Lisboa*

## **Introdução**

O principal objectivo deste texto consiste em analisar e discutir a dimensão económica do transnacionalismo entre a comunidade portuguesa residente nos Estados Unidos – sobretudo na região da Nova Inglaterra – e, através do papel das redes sociais e económicas, o seu contributo para o desenvolvimento do seu país de origem, Portugal, e do arquipélago dos Açores em particular.

Para tal, analisa-se a evolução da emigração portuguesa para os Estados Unidos e procura-se identificar as características da população portuguesa que podem assumir mais relevância no que se refere ao seu comportamento económico. Segundo dados estatísticos recentes do Departamento de Censos norte-americano, estima-se que, no ano 2000, residissem nos Estados Unidos 1 176 615 pessoas de ascendência portuguesa (tal como indicada pelas próprias). Neste texto, é também analisada e explicada a evolução das características socioeconómicas da população luso-americana residente nos Estados Unidos, a partir de dados dos Recenseamentos da população norte-americanos e de outras fontes relevantes. Com base no perfil económico, político e de escolaridade da população luso-americana, avançamos a hipótese de que os portugueses residentes nos Estados Unidos se encontram constrangidos por barreiras estruturais que obstam ao desenvolvimento e intensificação das trocas comerciais e outras relações económicas com o seu país de origem. Em particular, trata-se de uma população caracterizada por baixos níveis de escolaridade, desempenho de profissões pouco qualificadas e forte participação em redes intra-étnicas (em detrimento de uma inserção mais directa na comunidade de acolhimento). Por

estes motivos, as remessas destacam-se claramente como o mais importante fluxo económico transnacional associado a esta população.

Contudo, ao examinarmos as redes de carácter económico e político que contam com a participação de luso-americanos residentes nos Estados Unidos, é possível observar a existência de instituições e grupos de pressão (*“lobbying”*) que visam assegurar a participação desta comunidade no processo político e económico norte-americano, nomeadamente no que diz respeito às questões que se revestem de especial importância para essa mesma comunidade. Por outro lado, estas redes comprovam também a existência de membros da comunidade portuguesa que conseguiram alcançar níveis de sucesso consideráveis, sendo proprietários das suas próprias empresas e prosseguindo de forma muito activa os seus interesses económicos. São muitos os empresários portugueses que agem de forma pró-activa, participando em Câmaras de Comércio a nível local a fim de promoverem as suas empresas, os seus produtos e os seus serviços junto da comunidade de acolhimento e integrando-se assim directamente na sociedade norte-americana. Para além disso, os membros das gerações mais jovens, que já nasceram ou cresceram nos Estados Unidos, exibem características socioprofissionais e de escolaridade mais favoráveis do que os seus pais, o que sugere a possibilidade de virem a desempenhar um papel económico mais activo.

## Dados e Metodologia

Para estudar os aspectos económicos do transnacionalismo entre a comunidade portuguesa residente nos Estados Unidos, procurei examinar as relações económicas e financeiras existentes entre esta comunidade e o seu país de origem, nomeadamente no que diz respeito ao motivo pelo qual as remessas continuam a ser bastante relevantes. Procurei observar atentamente a actividade comercial e de investimento e as estratégias empresariais da comunidade portuguesa residente nos Estados Unidos (especialmente na Nova Inglaterra), bem como as organizações e transacções económicas que contribuem para o estabelecimento de laços e pontes entre os Estados Unidos e Portugal (especialmente os Açores). Para além do recurso à bibliografia disponível e da consulta de documentos e dados estatísticos oficiais – incluindo as bases de dados do Banco de Portugal, da AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal) e do Departamento de Comércio norte-americano – as principais ferramentas metodológicas utilizadas consistiram na realização de entrevistas semi-estruturadas em profundidade junto de informadores privilegiados pertencentes à comunidade luso-americana e de representantes de instituições e

associações portuguesas sedeadas nos Estados Unidos, bem como na realização de estudos de caso junto de um conjunto de empresas cujas actividades ligam os dois países. O estudo de caso relativo aos portugueses e luso-descendentes residentes nos Estados Unidos foi dividido em três partes principais: remessas; fluxos comerciais; e investimentos realizados em Portugal.

Importa sublinhar que os resultados deste trabalho de investigação assentam na realização de entrevistas e estudos de caso e têm um carácter exploratório. Apenas a realização de um inquérito sistemático junto da comunidade portuguesa residente nos Estados Unidos permitiria retirar conclusões precisas. As regiões seleccionadas para a realização dos estudos de caso consistiram nos estados da Nova Inglaterra em que existe uma forte concentração de portugueses, como Massachussets e Rhode Island. Foi também utilizada informação obtida junto dos luso-descendentes residentes nos estados de Nova Iorque, Nova Jérсия e Connecticut para efeitos de obtenção de informação acerca da temática das remessas. Uma empresa em particular (*Seabra Supermarkets*) foi contactada em Nova Jérсия devido ao facto de ser aí que se localiza a sua sede. As entrevistas foram realizadas durante os meses de Maio, Novembro e Dezembro de 2007.

A primeira série de contactos consistiu num conjunto de entrevistas informais com informadores privilegiados pertencentes à comunidade portuguesa residente nos EUA, especialmente na Nova Inglaterra, e com diversas instituições que desenvolvem actividades transnacionais. Aquando das entrevistas com estes membros da comunidade portuguesa da Nova Inglaterra, foi-lhes pedido que indicassem os nomes das que consideravam ser as cinco mais importantes empresas luso-americanas que efectuavam trocas comerciais ou desenvolviam investimentos em Portugal. A partir destas listas de empresas e empresários luso-americanos, foi possível verificar que a maior parte dos nomes se repetia, pelo que foram essas as empresas seleccionadas para a realização dos estudos de caso.

Posteriormente, foi aplicado um questionário específico junto dos empresários luso-americanos com o objectivo de obter informação mais detalhada acerca das suas empresas e da natureza das suas actividades. Um outro questionário foi também aplicado junto de diversas instituições financeiras, a fim de recolher informação qualitativa acerca das remessas enviadas pelos portugueses e luso-descendentes residentes nos Estados Unidos.

A investigação acerca das actividades de “investimento” em Portugal levadas a cabo por luso-americanos acabou por revelar-se algo limitada, em virtude do facto de somente uma escassa proporção dos portugueses e luso-descendentes entrevistados se ter mostrado interessada em investir em Portugal (com excepção da aquisição de residências para passarem férias ou residirem



após o retorno, segundo informação obtida junto dos bancos). Ainda assim, realizei entrevistas junto de alguns luso-americanos que, enquanto empresários, realizam investimentos em Portugal (especialmente nos Açores) através das respectivas empresas.

## A Comunidade Portuguesa Residente nos Estados Unidos

O Departamento de Censos norte-americano estima que, em 2000, os indivíduos de ascendência (“ancestry”<sup>1</sup>) portuguesa residentes nos Estados Unidos eram 1 176 615. Naturalmente, se tivermos em conta a população total dos Estados Unidos, esta comunidade representa uma percentagem muito reduzida (0,4%).

A maior parte destas 1.176.615 pessoas encontra-se concentrada em apenas oito estados, tal como indicado na Tabela 1. Em termos relativos, as maiores concentrações de portugueses e luso-descendentes ocorrem em Rhode Island (8,7%) e no Havai (4%). Em termos absolutos, a comunidade mais numerosa é a do estado da Califórnia, com 330.810 residentes de origem portuguesa, seguida pelo Massachusetts com 279.513. O estado de Nova Jérсия possui também uma comunidade luso-americana significativa (72.193).

**Tabela 1** – Os Portugueses Residentes nos Estados Unidos, 2000

| Estado            | População Total | Pop. de Origem Portuguesa | % do Total |
|-------------------|-----------------|---------------------------|------------|
| Califórnia        | 33.871.648      | 330.810                   | 1,0%       |
| Connecticut       | 3.405.565       | 44.695                    | 1,3%       |
| Massachusetts     | 6.349.097       | 279.513                   | 4,4%       |
| Nova Jérсия       | 8.414.350       | 72.193                    | 0,9%       |
| Nova Iorque       | 18.976.457      | 43.829                    | 0,2%       |
| Rhode Island      | 1.048.319       | 91.387                    | 8,7%       |
| Flórida           | 15.982.378      | 48.757                    | 0,3%       |
| Havai             | 1.211.537       | 48.521                    | 4,0%       |
| Restantes Estados | 192.162.555     | 216.910                   | 0,1%       |
| Total             | 281.421.906     | 1.176.615                 | 0,4%       |

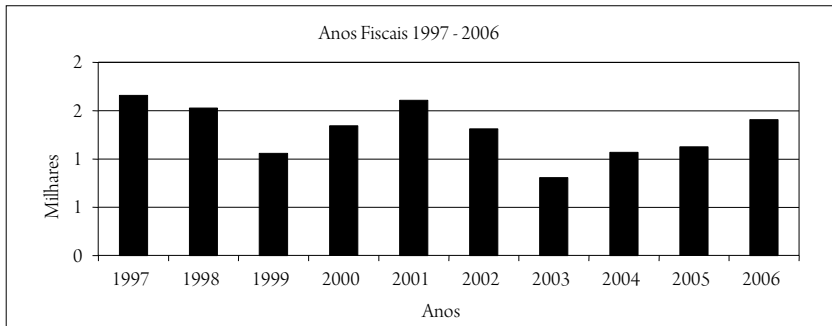
Fonte: Departamento de Censos dos EUA, 2000

1 De acordo com o Departamento de Censos norte-americano, a ascendência ou origem (“ancestry”) refere-se ao local de nascimento ou origem étnica da própria pessoa, dos seus progenitores ou dos seus antepassados, antes da chegada aos Estados Unidos.

Num país em que vivem 58 milhões de pessoas de ascendência alemã, 39 milhões de ascendência irlandesa e 33 milhões de ascendência inglesa, podemos considerar que os portugueses constituem um grupo étnico “minoritário” nos EUA (Ribeiro, 2000:34). No entanto, a população de origem portuguesa residente nos Estados Unidos tem formado comunidades bastante numerosas nalguns estados. Ao visitarmos certas cidades de estados onde os portugueses estão mais concentrados, é impossível ignorar a presença da cultura e do legado desta comunidade. No estado de Massachusetts, por exemplo, a maior parte dos portugueses encontra-se concentrada na parte sudeste do estado. Na cidade de Fall River, que no ano 2000 tinha uma população total de 91.938 pessoas, 43.202 habitantes afirmaram nesse mesmo ano possuir ascendência portuguesa. Por outras palavras, quase metade da população desta cidade afirmava descender de portugueses.

A indicação do número de pessoas que afirmam possuir ascendência portuguesa segundo os Censos norte-americanos não permite identificar quantos correspondem a imigrantes de primeira, segunda ou terceira gerações. A única forma de quantificarmos a primeira geração é através da “naturalidade” (Tabela 2); os dados dos Censos não permitem esclarecer qual a geração de imigração no caso de esta ter sido levada a cabo pelos antepassados dos respondentes.

**Fig. 1** – Obtenção do estatuto legal de residência permanente nos Estados Unidos por parte de imigrantes portugueses, 1997-2006



Fonte: Departamento de Segurança Interna dos EUA

Ao longo da última década, o ritmo da imigração portuguesa para os Estados Unidos decresceu significativamente. Segundo o Departamento de Segurança Interna dos EUA, de 1997 para cá, menos de 2000 imigrantes portugueses adquiriram anualmente o estatuto de residentes permanentes (Fig. 1).

Tabela 2 – Características Demográficas da População Norte-Americana de Origem Portuguesa

| Características Gerais                  | Pop. de Origem Portuguesa | %    | População Total EUA | %    |
|---|---------------------------|------|---------------------|------|
| População total                         | 1.176.615                 | 100% | 281.421.906         | 100% |
| Homens                                  | 578.523                   | 49%  | 137.916.186         | 49%  |
| Mulheres                                | 598.092                   | 51%  | 143.505.720         | 51%  |
| Idade mediana (anos)                    | 35                        |      | 35                  |      |
| Menos de 5 anos                         | 73.072                    | 6%   | 19.046.754          | 7%   |
| 18 anos ou mais                         | 888.315                   | 75%  | 209.279.149         | 74%  |
| 65 anos ou mais                         | 125.127                   | 11%  | 34.978.972          | 12%  |
| População não-institucionalizada        | 1.160.019                 | 99%  | 273.637.396         | 97%  |
| Dimensão média dos agregados familiares | 3                         |      | 3                   |      |
| Dimensão média das famílias             | 3                         |      | 3                   |      |
| Nascidos fora dos EUA                   | 240.780                   | 20%  | 7.784.510           | 3%   |

Fonte: Dados de 2000 do Departamento de Censos norte-americano, compilados pela autora

A Tabela 2 revela algumas das características demográficas da população de origem portuguesa e da população residente total dos EUA. Os valores relativos a estas duas populações indicam que, com excepção da percentagem de indivíduos nascidos fora dos EUA, as características da população de ascendência portuguesa são semelhantes à da população norte-americana como um todo. Entre o grupo de origem portuguesa, 49% são homens e 51% são mulheres – percentagens idênticas à da população total dos EUA (Tabela 2). A população não-institucionalizada corresponde a 99% da população total de origem portuguesa, sendo o valor correspondente entre a população total dos EUA de 97%. O número médio de membros dos agregados familiares é também idêntico numa e noutra populações. O número de pessoas que afirmam possuir ascendência portuguesa e nasceram fora do território dos EUA é de 240.780, ou apenas 20% da população de origem portuguesa. Este facto é explicado em parte pela estagnação da imigração portuguesa ao longo da última década, uma vez que, à medida que o tempo passa, a percentagem de indivíduos nascidos fora dos EUA tende a diminuir (aliás, tal como o número de pessoas que indicam uma origem étnica principal não-americana).

## Caracterização Socioeconómica dos Luso-Americanos

### Escolaridade

Os resultados dos Censos em matéria de escolaridade proporcionam uma imagem geral do estatuto social da população de origem portuguesa residente nos EUA nos tempos mais recentes. A população total de origem portuguesa residente nos EUA que possui 25 ou mais anos de idade é constituída por 773.722 indivíduos. Destes, 580.999 (75%) possuem pelo menos o ensino secundário completo, o que significa que cerca de 25% da população de ascendência portuguesa não chegou a concluir este nível de ensino (partindo do princípio que todos aqueles que possuem bacharelatos, licenciaturas ou outras qualificações superiores possuem também qualificações de nível secundário). Tendo em conta que os níveis médios de escolaridade em Portugal continuam a ser muito baixos – em 2001, apenas 37,9% da população possuía pelo menos o 3º ciclo do ensino básico (INE) –, as características dos luso-americanos residentes nos Estados Unidos em termos de escolaridade não parecem assim tão negativas. Ainda assim, a população norte-americana como um todo exibe resultados superiores aos da população de origem portuguesa: entre a população residente total dos EUA, somente 20% possuem um nível de escolaridade inferior ao secundário completo e 24% possuem qualificações iguais ou superiores ao nível do bacharelato.

Quando observamos o perfil de escolaridade da população de ascendência portuguesa em certas cidades norte-americanas onde a comunidade luso-americana se encontra mais concentrada, os resultados não são muito animadores.

**Tabela 3** – Escolaridade: Ensino Secundário Completo e Ensino Superior

| Nível de escolaridade         | Pop. origem portuguesa | %   | Pop. total EUA | %   |
|-------------------------------|------------------------|-----|----------------|-----|
| População com 25 anos ou mais | 773.722                |     | 182.211.639    |     |
| Ensino secundário completo    | 580.999                | 75% | 146.496.014    | 80% |
| Bacharelato ou superior       | 147.529                | 19% | 44.462.605     | 24% |

Fonte: Dados do Departamento de Censos norte-americano relativos ao ano 2000 tratados pela autora

Tabela 4 – Língua Materna

| Características linguísticas   | Pop. origem portuguesa | %   | Pop. total EUA | %   |
|--|------------------------|-----|----------------|-----|
| População com 5 anos ou mais   | 1.103.543              |     | 262.375.152    |     |
| População com 5 anos ou mais pertencente a agregados cuja primeira língua não é o inglês | 332.908                | 30% | 46.951.595     | 18% |

Fonte: Dados do Departamento de Censos norte-americano relativos ao ano 2000, tratados pela autora

Em cidades com New Bedford e Fall River, onde quase metade da população total possui ascendência portuguesa, os níveis médios de escolaridade são extremamente baixos. Mais de metade da população de origem portuguesa não concluiu sequer o ensino secundário. A situação é ainda mais desfavorável em Newark, no estado de Nova Jérсия. De um total de 15.801 residentes em Newark que possuem ascendência portuguesa, dos quais 10.808 têm uma idade igual ou superior a 25 anos, apenas 3231 possuem pelo menos o ensino secundário completo. Ou seja, cerca de 70% da população de origem portuguesa de Newark não chegou a concluir o ensino secundário. Já na cidade de San Jose, na Califórnia, os resultados são francamente mais positivos, na medida em que apenas 22% dos residentes de origem portuguesa não concluíram o ensino secundário.

Tabela 5 – População de Origem Portuguesa que Não Concluiu o Ensino Secundário em Cidades com Comunidades Luso-Americanas Significativas

| Cidade      | Pop. c/ 25 anos ou mais | % que não concluiu o ensino secundário |
|-------------|-------------------------|--|
| Fall River  | 28.401                  | 54%                                    |
| New Bedford | 24.146                  | 53%                                    |
| Newark      | 10.808                  | 70%                                    |
| San Jose    | 10.428                  | 22%                                    |

Fonte: Cálculos da autora com base em dados do Departamento de Censos dos EUA relativos ao ano 2000

De uma forma geral, nas cidades com forte concentração de luso-americanos em que a percentagem de pessoas nascidas fora dos EUA dentro deste grupo é mais elevada, a percentagem de indivíduos com níveis de escolaridade inferiores ao secundário completo tende a ser maior. Em cidades como San Jose, das 15.801 pessoas que afirmam ter origem portuguesa, apenas 3.615 nasceram fora do território dos EUA. Consequentemente, a segunda e terceira gerações e as gerações seguintes de luso-descendentes tendem a exibir níveis de escolaridade mais elevados do que os seus progenitores e antepassados. Em

cidades como Fall River, New Bedford e, sobretudo, Newark, a primeira geração encontra-se ainda muito presente. Tal como foi referido atrás, a imigração portuguesa estagnou durante a última década, pelo que parece existir uma tendência para o aumento da percentagem de detentores de qualificações de nível secundário ou superior.

Embora os níveis médios de escolaridade dos luso-americanos sejam bastante inferiores aos da população norte-americana como um todo ou aos de outras comunidades de origem imigrante, a situação registou uma melhoria ao longo da última década. Isto tem em parte a ver com o facto de a maior parte dos luso-americanos que residem actualmente nos Estados Unidos descender de portugueses imigrados nas décadas de 1970, 1960 e até mais cedo (Vicente, 1999:53). O mercado de trabalho norte-americano encontra-se também em reestruturação; nos Estados Unidos, e de forma especialmente notória no Massachusetts, os empregos na indústria transformadora têm vindo a desaparecer – e aqueles que restam são em geral mal remunerados (Mulcahy, 2003:32). Como consequência, a força de trabalho que migra para os Estados Unidos tende também a apresentar outro tipo de características em termos das suas qualificações, de modo a conseguir aceder a determinados empregos em certas empresas.

Os dados atrás apresentados, relativos à percentagem de pessoas que residem em agregados cuja primeira língua não é o inglês, ajuda também a ilustrar o nível de integração na sociedade de acolhimento. António Vicente refere aliás no seu estudo (1999:53) que só é possível a integração na sociedade de acolhimento a partir do momento em que se domina a língua local.

### Características Económicas

Diversos estudos têm chegado à conclusão que, em termos médios, a situação económica dos luso-americanos melhorou significativamente até à década de 1990, mas não sofreu grandes alterações desde então. Um grande número de portugueses continua empregado em sectores de actividade caracterizados por salários reduzidos e baixos níveis de qualificação (Barrow, Borges, Sweeney 2002:97; Ribeiro 2000:109). Estes sectores – sobretudo a agricultura, a pesca e o sector têxtil – já não são tão dinâmicos como eram na primeira metade do século passado, o que tem estado na origem de alguma instabilidade ao nível das comunidades portuguesas residentes nos Estados Unidos.

Os luso-americanos exibem níveis de escolaridade inferiores aos da restante população dos Estados Unidos, mas, em contrapartida, apresentam taxas de actividade superiores.

**Tabela 6** – Características Socioeconómicas da População Luso-Americana

| Características Socioeconómicas                  | Pop. Origem Portuguesa | %     | Total EUA   | %     |
|--|------------------------|-------|-------------|-------|
| Pop. activa (com 16 ou mais anos)                | 629 034                | 68,3% | 138 820 935 | 63,9% |
| Rendimento mediano dos agregados (1999, dólares) | 48 300                 | (x)   | 41 994      | (x)   |
| Rendimento mediano das famílias (1999, dólares)  | 55 100                 | (x)   | 50 046      | (x)   |
| Rendimento per capita (1999, dólares)            | 22 368                 | (x)   | 21 587      | (x)   |

Fonte: Departamento de Censos dos EUA, 2000

Tal como revela a Tabela 6, a população activa norte-americana (com 16 anos ou mais) inclui 629.034 indivíduos de origem portuguesa, que correspondem a 68,3% da população total de ascendência portuguesa. Este valor contrasta com os 63,9% registados entre a população norte-americana como um todo. Os luso-americanos apresentam também níveis médios de rendimento das famílias e agregados familiares superiores aos da população norte-americana – em média e em termos anuais, a diferença é de alguns milhares de dólares.

Aquando do Censo de 1990, os luso-americanos apresentavam já vantagem face à restante população norte-americana em todos estes indicadores, com excepção do rendimento *per capita*, que era inferior em 4.400 dólares à média nacional. Segundo Mulcahy (2003:49), em 1990, “tal como sugerido pelo seu rendimento *per capita* inferior, a vantagem aparente dos portugueses em termos de rendimento médio das famílias e agregados familiares parece dever-se ao facto das suas famílias e agregados familiares terem uma dimensão média superior.” Dez anos mais tarde, esta conclusão parece ter deixado de ser válida: o rendimento *per capita* dos luso-americanos é já superior à média nacional, ainda que por apenas 781 dólares.

De acordo com o recenseamento da população norte-americana realizado em 2000, 29,9% da população empregada de origem portuguesa desempenha uma profissão liberal, ocupa um cargo de gestão e direcção ou desempenha uma profissão análoga. Entre a população norte-americana como um todo, o valor correspondente é um pouco mais elevado: 33,6%. Aquando do recenseamento de 1990, apenas 19,5% dos indivíduos de origem portuguesa ocupavam esta categoria socioprofissional, o que sugere que, no intervalo de dez anos, a percentagem de indivíduos empregados em profissões liberais, cargos de gestão e profissões semelhantes registou um aumento de cerca de 10%. Isto poderá dever-se à evolução em termos de escolaridade efectuada por esta população ao longo dos últimos dez anos.

**Tabela 7** – Distribuição da População de Origem Portuguesa por Sector de Actividade/Categoria Socioprofissional

|  | População de origem portuguesa |       | População total dos EUA |       |
|--|--------------------------------|-------|-------------------------|-------|
|  | nº absoluto                    | %     | nº absoluto             | %     |
| População civil com 16 ou mais anos que se encontra empregada          | 594062                         | 100,0 | 129721512               | 100,0 |
| <b>Sector de Actividade / Categoria Socioprofissional</b>              |                                |       |                         |       |
| Profissões liberais, cargos de gestão e direcção e profissões análogas | 177567                         | 29,9  | 43646731                | 33,6  |
| Serviços pessoais ou a empresas  | 95005                          | 16,0  | 19276947                | 14,9  |
| Empregados de escritório e de comércio                                 | 163420                         | 27,5  | 34621390                | 26,7  |
| Pesca, agricultura e silvicultura                                      | 4511                           | 0,8   | 951810                  | 0,7   |
| Construção civil e indústria extractiva                                | 64837                          | 10,9  | 12256138                | 9,4   |
| Indústria e transportes  | 88722                          | 14,9  | 18968496                | 14,6  |

Fonte: Departamento de Censos dos EUA, 2000

A Tabela 7 indica também que 27,5% da população civil empregada de origem portuguesa desempenha profissões de carácter administrativo ou comercial. Esta percentagem é ligeiramente mais elevada do que o valor correspondente entre a população norte-americana como um todo (26,7%). Já o sector dos serviços pessoais e a empresas é responsável por 16% do emprego registado entre a população de origem portuguesa – valor que excede a média norte-americana em cerca de 1,1%.

A população civil empregada de origem portuguesa encontra-se algo sobre-representada ao nível das profissões e sectores de actividade caracterizados por níveis de qualificações mais baixos, tais como a construção civil, a indústria extractiva, a indústria manufactureira ou os transportes.

Nalgumas dimensões do estatuto socioeconómico, como a taxa de actividade, o rendimento mediano dos agregados familiares, o rendimento mediano das famílias, o rendimento *per capita* ou a incidência de pobreza, a população de origem portuguesa apresenta já características mais favoráveis do que a média da população norte-americana. O rendimento *per capita* dos luso-americanos registou um aumento especialmente significativo a partir de 1990, altura em que era inferior à média nacional. Tendo em conta que os luso-americanos se encontram em desvantagem em termos dos seus níveis médios de escolaridade, não há dúvida que têm tido um desempenho superior à média norte-americana em termos de características económicas. Ao longo dos últimos



dez anos, registou-se um crescimento significativo do número de portugueses que desempenham profissões liberais ou cargos de gestão e direcção, o que pode ser um reflexo de trajectórias socioprofissionais ascendentes por parte da segunda e terceira gerações de luso-americanos.

## A Participação dos Luso-Americanos em Redes de Carácter Político e Económico

### Redes de Carácter Político

Algumas comunidades luso-americanas representam uma proporção bastante elevada da população local das respectivas cidades e condados; por esse motivo, os eleitores e políticos de origem portuguesa têm bastante vantagem em exercerem pressão no sentido de que os seus interesses sejam atendidos, formando muitas vezes redes com esse tipo de objectivos políticos.

Segundo Barrow (2002:13), “os imigrantes de origem portuguesa não possuem uma tradição de participação política, pelo que o grau de desenvolvimento da sua cultura cívica democrática é bastante incipiente”. De acordo com Onésimo Almeida, esta falta de participação política não é uma característica exclusiva da comunidade luso-americana, sendo também detectável entre os imigrantes de origem portuguesa radicados em França, no Canadá, na Venezuela ou na África do Sul (Almeida, 1998:235).

Esta falta de interesse pelo sistema político pode ter a ver com o facto de, ao longo de várias décadas, Portugal ter vivido sob um regime ditatorial – ainda que os reduzidos níveis de participação política portugueses remontem a antes do Estado Novo. Seja como for, pelos mesmos motivos é também frequentemente afirmado que os portugueses e luso-descendentes têm mais tendência para participar em actividades e associações cívicas “não-políticas”, com as quais se envolvem de uma forma essencialmente cultural e emocional: igrejas e actividades paroquiais, clubes desportivos e associações mutuárias, por exemplo (Almeida, 1998:237).

A primeira geração de imigrantes portugueses que se instalou no sudeste do estado de Massachusetts caracterizava-se pelos seus baixos níveis de escolaridade e pelos empregos pouco qualificados e mal remunerados. De uma forma geral, a literatura científica sobre sociologia e comportamento políticos tem sugerido que os baixos níveis de participação política tendem a estar associados com níveis de escolaridade e rendimento reduzidos.

Um outro factor relevante para explicar a escassa participação dos portugueses e luso-descendentes no processo político norte-americano consiste no facto de muitos deles, especialmente no caso das áreas urbanas do sudeste do Massachusetts, se encontrarem concentrados em bairros “étnicos” onde normalmente se fala português, onde têm acesso a jornais, rádios e canais de televisão em língua portuguesa e onde conseguem muitas vezes arranjar emprego sem precisarem de interagir significativamente com o exterior. Uma vez que a existência destes enclaves desincentiva os luso-americanos de se tornarem mais fluentes na língua inglesa, mantém-nos também afastados do processo político norte-americano, que decorre principalmente em inglês.

Porém, alguns estudos recentes têm revelado um aumento constante do número de naturalizações por parte dos portugueses ao longo dos últimos anos (Mulcahy, 1998:280). Onésimo Almeida sublinha especialmente a importância da segunda geração de imigrantes portugueses, sugerindo que é esta quem mais poderá estar associada a mudanças positivas e a níveis acrescidos de participação política (Almeida, 1998:242).

Os luso-americanos que se naturalizaram e registaram como eleitores têm habitualmente uma influência significativa ao nível das comunidades a que pertencem. Segundo um estudo levado a cabo no sudeste do Massachusetts, tendem a apoiar o Partido Democrata e os princípios do liberalismo económico, ainda que o voto independente tenha registado um aumento ao longo dos últimos anos (Barrow, 2002:31; Marinho, 2002:165). Os luso-americanos professam tipicamente um conjunto de ideias e valores políticos que podem ser descritos como liberais em termos económicos, liberais nas questões sociais, mas conservadores em termos culturais. Os inquéritos realizados no sudeste do Massachusetts revelam que os luso-americanos se apresentam em geral optimistas em relação à sua própria situação económica, mas gostariam que fossem efectuados mais progressos ao nível do combate à pobreza e tendem a achar que os níveis de desigualdade de rendimento e património existentes nos Estados Unidos são excessivos (Barrow, 2002:32; Marinho, 2002:165).

Os luso-americanos apresentam também níveis de participação eleitoral mais elevados a nível local do que nacional. Barrow considera que os luso-americanos se interessam mais pelas eleições locais devido ao facto de ser aí que se encontram os seus enclaves étnicos, que têm possibilidade de acesso a órgãos de comunicação social em língua portuguesa e que há maior probabilidade de existirem candidatos luso-americanos aos lugares em disputa. Por sua vez, Rosalie Ribeiro (2000:158) sublinha a importância dos grupos de pressão comunitários no contexto do “voto étnico” praticado pela comunidade luso-americana. Estes grupos de pressão promovem a chamada “participação

indirecta” dos luso-americanos no processo político, através da ênfase nas questões que assumem maior importância para a comunidade luso-americana.

A nível nacional, existem dois grupos de pressão principais dedicados à defesa e promoção dos interesses luso-americanos. O primeiro é o *House Portuguese American Caucus* (Assembleia Luso-Americana do Congresso) – uma associação formada por membros do Congresso norte-americano com o objectivo de promover os interesses da comunidade luso-americana e debater questões com ela relacionadas. Fazem parte desta Assembleia diversos congressistas eleitos por círculos eleitorais com uma forte presença de luso-americanos, bem como representantes dos eleitores portugueses ao nível local – o que tem como consequência que a participação política de âmbito local assuma especial importância no caso da comunidade luso-americana (Vicente, 1999:91).

Por sua vez, o *Portuguese American Leadership Council of the United States* (Conselho Luso-Americano de Liderança) exerce a sua actuação de forma indirecta e procura informar os luso-americanos acerca dos problemas que afectam a sua comunidade, nomeadamente através da publicação de uma *newsletter* e da concessão de bolsas a jovens luso-americanos para prossecução dos seus estudos universitários. Segundo Vicente (1999:91), esta organização beneficia de apoios muito significativos por parte de outras organizações públicas e privadas devido ao dinamismo do trabalho que desenvolve em prol da comunidade luso-americana.

O *Portuguese American Citizenship Project* (Projecto Luso-Americano de Promoção da Cidadania), promovido pela Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, que se encontra sedeadada em Lisboa, tem também como objectivo o reforço e a capacitação da comunidade portuguesa e luso-descendente residente nos Estados Unidos. A sua actuação inclui tanto o exercício directo de influência política como o incentivo a que os membros da comunidade participem activamente no processo político e se tornem cidadãos norte-americanos. Alguns dos aspectos centrais da sua actividade incluem o estabelecimento de contactos directos com organizações da comunidade luso-americana e a constituição de comités *ad-hoc*, formados por cidadãos interessados, com o objectivo de desenvolver planos estratégicos com vista à resolução dos problemas da comunidade.

## Redes de Carácter Económico

Em grande medida, os imigrantes de origem portuguesa continuam a recorrer principalmente às redes e relações intra-comunitárias para efeitos de obtenção de emprego. A percentagem de portugueses e luso-descendentes

que não utilizam sequer a língua inglesa no seu dia-a-dia habitual é ainda relativamente elevada – sendo este fenómeno reforçado pela existência de redes e relações no seio da comunidade.

No entanto, as redes que assumem maior relevância no que diz respeito às relações e laços económicos transnacionais entre os Estados Unidos e Portugal são as redes *inter-comunitárias* em que participa a comunidade luso-americana. Trata-se de redes formadas por luso-americanos que se encontram bem integrados nas suas comunidades de acolhimento, mas que se mantêm em contacto com as respectivas comunidades de origem.

Os empresários luso-americanos mais bem sucedidos desempenham um papel muito activo na prossecução dos seus próprios interesses económicos, participando nas câmaras de comércio locais a fim de promoverem as suas empresas, produtos e serviços junto da sociedade de acolhimento. No passado, foram também criadas diversas câmaras de comércio portuguesas, bem como associações empresariais de portugueses, com o objectivo de promover e salvaguardar os interesses económicos dos luso-americanos. Contudo, a maior parte destas associações deixou já de existir, ou encontra-se inactiva.

Os empresários portugueses mostram-se especialmente activos no contexto das Câmaras de Comércio locais, nas quais os proprietários de empresas e estabelecimentos locais (étnicos e não-étnicos) desenvolvem actividades com o objectivo de estimular o crescimento económico e a criação de emprego para benefício das comunidades em questão. Recentemente, tem havido uma mudança gradual de posição por parte dos luso-americanos no que diz respeito aos principais grupos-alvo da sua atenção, mudança essa que poderá trazer resultados positivos. Muitas destas Câmaras de Comércio locais promovem directamente o desenvolvimento económico e a criação de emprego ao nível das respectivas comunidades locais. A participação dos luso-americanos nestas organizações traduz-se em benefícios tanto para os indivíduos e empresas pertencentes à comunidade de origem portuguesa como para as empresas locais, afectando o crescimento económico local. Do meu ponto de vista, o aumento da participação dos membros da comunidade portuguesa em actividades das quais beneficia a comunidade de acolhimento como um todo tem reflexos positivos do ponto de vista dos níveis de integração da comunidade luso-americana e facilita a emergência e desenvolvimento de relações transnacionais entre Portugal e os Estados Unidos.

As Câmaras de Comércio locais promovem também os laços comerciais entre os Estados Unidos e Portugal através da organização de reuniões de trabalho e eventos sociais que contam com a participação de empresários locais e funcionários de organismos públicos. Por exemplo, a Câmara de

Comércio de Fall River, Massachusetts, organizou, em Maio de 2006, uma série de *workshops* e eventos sociais, subordinados ao tema “Comércio com os Açores: Um Arquipélago de Oportunidades”, cujo objectivo consistiu na promoção e desenvolvimento de redes nas áreas do comércio e turismo entre os empresários locais e os seus congéneres açorianos. Estes eventos contaram com a participação de empresas locais interessadas em expandir as suas actividades para este arquipélago português ou em conhecer os produtos oferecidos pelas empresas açorianas.

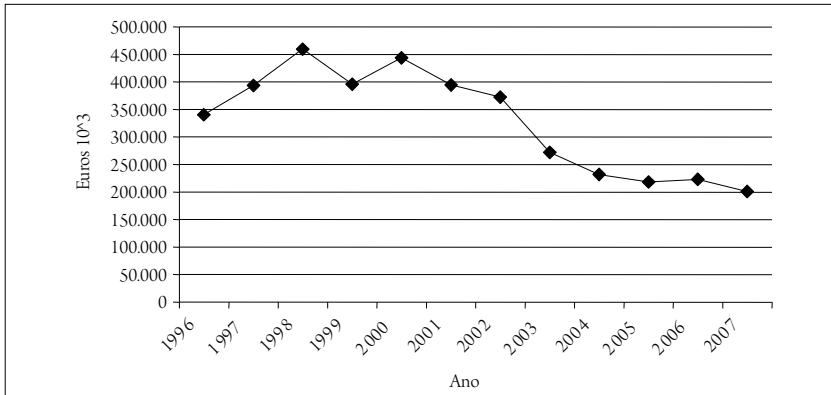
As instituições como a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento desenvolvem também um notável trabalho em parceria com a comunidade luso-americana, proporcionando apoio estratégico e financeiro a projectos que contribuam para o desenvolvimento económico de Portugal. O trabalho desta Fundação assume especial importância na medida em que proporciona apoio financeiro a projectos comerciais e de investigação que permitem consolidar o tipo de relações económicas entre Portugal e os Estados Unidos, que são discutidas no próximo capítulo. Através da participação em redes bem estruturadas que incluam instituições como a FLAD, as organizações portuguesas têm a possibilidade de expandir o seu leque de contactos nos Estados Unidos.

## Remessas, Fluxos Comerciais e Investimento

### Remessas Provenientes dos Emigrantes Luso-Americanos

#### *Volume das Remessas*

O Banco de Portugal regista as transferências efectuadas pelos emigrantes no âmbito da contabilidade associada à balança de pagamentos. Através dos relatórios estatísticos publicados pelo Banco de Portugal, é possível analisar o volume das remessas enviadas pelos emigrantes portugueses residentes nos Estados Unidos e estudar a sua evolução ao longo do tempo. Como complemento a esta análise, foram também realizadas entrevistas junto de diversas agências de envio de remessas situadas nos Estados Unidos, sobretudo nos estados de Massachusetts e Rhode Island. Os representantes destas agências proporcionaram um conjunto de informações bastante importantes, nomeadamente no que se refere às motivações e formas de utilização das remessas enviadas para Portugal, bem como em relação à localização mais precisa das suas origens e destinos geográficos.

**Fig. 2** – Evolução da Remessas de Emigrantes Enviadas dos Estados Unidos para Portugal, 1996-2007

Fonte: Banco de Portugal, Balança de Pagamentos

Tal como ilustrado pela Fig. 2, as remessas enviadas dos Estados Unidos para Portugal registaram um decréscimo do ano 2000 até aos nossos dias. Em 1998, os emigrantes portugueses residentes nos Estados Unidos transferiram 459 milhões de euros, naquele que foi o mais elevado fluxo anual de remessas dos últimos dez anos. Segundo os dados do Banco de Portugal, o montante total das transferências de emigrantes portugueses residentes nos Estados Unidos em 2007 foi de 200,5 milhões de euros.

A diminuição do fluxo de remessas está provavelmente associada ao decréscimo da emigração portuguesa para os Estados Unidos, mas, nos últimos três anos, a evolução da taxa de câmbio entre o euro e o dólar foi também um factor determinante. Dada a depreciação do dólar face ao euro, o mesmo montante (em dólares) transferido pelos emigrantes representa uma quantia menor em euros. Segundo as agências de envio de remessas da Nova Inglaterra junto das quais foram realizadas entrevistas, o fluxo de remessas tem-se mantido estável ou até aumentado ao longo dos últimos anos, o que sugere que a evolução desfavorável da taxa de câmbio pode ser o motivo fundamental que explica o decréscimo do volume de remessas tal como registado pelo Banco de Portugal.

### *Características*

As entrevistas realizadas junto dos balcões e agências portuguesas de envio de remessas localizadas no seio das comunidades luso-americanas revelaram-se de grande utilidade para este estudo, especialmente no que diz respeito à disponibilização de informação qualitativa acerca dos emigrantes que efectuam transferências para Portugal. A identificação das características destes emigrantes é especialmente importante no contexto da discussão em torno da relevância actual dos fluxos de remessas.

Segundo informações obtidas no âmbito destas entrevistas, a primeira geração de emigrantes portugueses para os Estados Unidos continua a ter um poder de compra superior ao da segunda geração, o que poderá explicar porque é que as remessas se têm mantido estáveis e a níveis elevados ao longo do tempo. O representante do Santander-Totta em Mineola Village, no estado de Nova Iorque, sugere que a maioria dos emigrantes residentes nessa área que enviam dinheiro para Portugal planeia regressar ao seu país de origem mais cedo ou mais tarde. Segundo foi afirmado nas entrevistas, os emigrantes oriundos de Portugal continental apresentam uma maior propensão para o retorno ao país de origem do que os emigrantes provenientes do arquipélago dos Açores. A Nova Inglaterra e, mais especificamente, o estado de Massachusetts que, segundo o representante estadual do mesmo banco, contam com uma elevada concentração de luso-americanos, estão na origem de fluxos de remessas mais reduzidos, uma vez que a maior parte destes luso-americanos é proveniente dos Açores. A agência de envio de remessas do Santander-Totta situada em New Bedford, MA, apresenta um volume anual de remessas muito mais reduzido do que os das agências situadas em Nova Jérсия, Nova Iorque e Connecticut. O representante da agência do Banco Espírito Santo de Newark, NJ, referiu que 70% das remessas registadas pelo Banco de Portugal como sendo enviadas a partir dos Estados Unidos têm origem na região de Newark, Nova Jérсия. Tal como indicado por diversos representantes destas agências, Newark conta com uma elevada percentagem de portugueses e luso-americanos oriundos de Portugal continental, sobretudo quando comparada com outras cidades e estados norte-americanos. É esta a principal razão pela qual as agências de Newark, NJ, estão na origem de fluxos de remessas bastante superiores às das agências localizadas no seio de outras comunidades luso-americanas.

A maior parte dos luso-americanos que enviam remessas para Portugal emigrou para os Estados Unidos nas décadas de 1960 e 1970. As remessas associadas a motivações familiares são em geral efectuadas por emigrantes que possuem empregos caracterizados por baixos níveis de qualificações. Segundo representantes das agências situadas em Mineola, NY, e Naugatuck, CT, a maior parte dos indivíduos que remetem dinheiro para Portugal encontra-se empregada no sector da construção civil.

O representante da agência de envio de remessas do Banco Espírito Santo situada em East Providence, Rhode Island, afirma que quanto maior é o nível de integração na sociedade norte-americana dos emigrantes portugueses, tanto maior é a distância (económica) que os separa de Portugal, pelo que as suas remessas tendem a diminuir. O mesmo representante sugere também que a primeira geração de portugueses continua a ser a que procede ao envio da

maior parte das remessas, o que pode indicar que a segunda e terceira gerações poderão estar menos familiarizadas com as vantagens de efectuar investimentos financeiros em Portugal.

Para transferir dinheiro, qualquer imigrante necessita apenas de apresentar algum tipo de documento identificativo. Por esse motivo, os imigrantes irregulares e os residentes nos EUA que não são cidadãos norte-americanos têm a possibilidade de enviar remessas para Portugal. Segundo os representantes das agências de Mineola e New Bedford, ao longo dos últimos anos tem-se verificado um aumento da imigração irregular proveniente de Portugal.

### *Motivações e Formas de Utilização das Remessas*

As motivações subjacentes ao envio de remessas diferem de umas comunidades imigrantes para as outras. Diversos estudos que têm incidido principalmente sobre países latino-americanos e africanos têm procurado analisar o contributo das remessas para o desenvolvimento económico dos países de origem através do seu efeito sobre as infra-estruturas locais ou sobre os níveis de educação, saúde, etc. Entre as motivações subjacentes ao envio de remessas inclui-se certamente o desenvolvimento do país de origem. No entanto, no caso dos emigrantes portugueses residentes nos Estados Unidos, os principais motivos para o envio de remessas são de uma natureza algo distinta. Ferranti e Ody consideram que “os emigrantes que planeiam regressar dentro de relativamente pouco tempo têm habitualmente interesse em investir em activos, tais como uma residência ou uma pequena empresa, que lhes permitam ‘preparar o terreno’ para o regresso; em contrapartida, os emigrantes que planeiam permanecer no exterior durante mais tempo estão habitualmente mais preocupados em assegurar os padrões de consumo dos seus familiares que permaneceram no país de origem” (2007:68). Este ponto de vista revela-se pertinente no contexto da análise das motivações subjacentes ao envio de remessas por parte dos luso-americanos radicados nos Estados Unidos – tendo as entrevistas realizadas junto das agências de envio de remessas contribuído também para elucidar esta questão.

Em Mineola, no estado de Nova Iorque, o representante da agência do Santander-Totta referiu que cerca de 20% dos emigrantes portugueses que enviam remessas para Portugal possuem algum tipo de investimento no sector imobiliário (terrenos ou residências). Consequentemente, muitos destes emigrantes transferem dinheiro para Portugal com o objectivo de procederem ao pagamento dos respectivos empréstimos. Em geral, os restantes emigrantes que procedem ao envio de remessas fazem-no a fim de acumularem poupanças para quando se reformarem. Os representantes das agências de envio de remessas



referem-se a este tipo de poupança como “um pé-de-meia”. O representante do Santander-Totta em New Bedford, MA, referiu também que uma das principais razões para o recente aumento das remessas de cariz familiar consiste no facto dos portugueses residentes nos EUA utilizarem a sua conta bancária em Portugal como um “pé-de-meia” destinado à poupança de longo prazo. As instituições financeiras facilitam este processo na medida em que permitem que os valores se mantenham denominados em dólares durante um período de tempo alargado – ou seja, até que a taxa de câmbio seja mais favorável. Segundo os representantes do Santander-Totta, Banco Espírito Santo e Millennium BCP, os principais motivos pelos quais os emigrantes portugueses nos Estados Unidos mantêm estes depósitos a prazo em Portugal consistem no facto de não terem de pagar impostos sobre os juros recebidos e não terem de declarar os montantes remetidos às autoridades fiscais dos EUA.

No balcão do Santander-Totta de Mineola, Nova Iorque, as remessas de cariz familiar representam cerca de 95% do volume total remetido. O representante desta agência afirma que, em termos anuais, cerca de 150.000 portugueses e luso-descendentes transferem dinheiro a partir do balcão de Mineola Village, sendo que a maior parte deles mantém uma relação bastante forte com Portugal.

Porém, as remessas efectuadas pelos imigrantes de origem portuguesa residentes nos Estados Unidos têm nalguns casos uma motivação de cariz económico ou empresarial. O representante do Santander em New Bedford, MA, considera que as remessas efectuadas pelas empresas transnacionais associadas à comunidade portuguesa local são muito importantes para esta agência em particular: as remessas de cariz familiar são efectuadas com muito maior frequência, mas as remessas de carácter empresarial correspondem a montantes muito superiores (atingindo os 45 mil dólares de uma só vez). As empresas que importam produtos de Portugal recorrem às agências de envio de remessas para efectuarem pagamentos aos seus fornecedores portugueses. Estas remessas “empresariais” são normalmente efectuadas a título pessoal, o que significa que o proprietário ou responsável da empresa efectua habitualmente a transferência em nome individual.

Devido à evolução negativa da cotação do dólar face ao euro, a aquisição de produtos em Portugal assume actualmente menos interesse para as empresas luso-americanas do que no passado, apesar de as agências de envio de remessas manterem os montantes denominados em dólares durante algum tempo, de modo a que o câmbio seja efectuado a uma taxa mais favorável.

Segundo informações disponibilizadas pelo balcão do Santander em New Bedford, as remessas de cariz empresarial têm registado um aumento nos últimos tempos devido ao facto de certos produtos portugueses – como

o vinho, os azulejos e alguns produtos alimentares – terem vindo a conquistar uma maior fatia do mercado norte-americano em resultado da sua elevada qualidade. O responsável desta agência sugere também que as empresas luso-americanas têm vindo a desenvolver e utilizar estratégias mais eficazes de promoção dos produtos portugueses junto da comunidade local. As empresas que recorrem diariamente aos serviços desta agência incluem empresas dos ramos da joalharia, produtos alimentares, distribuição de vinho e agências de viagens. Outra instituição financeira cujos clientes efectuem transferências para Portugal no contexto da importação de produtos “étnicos” portugueses é o Millennium BCP. Contudo, devido ao decréscimo da imigração portuguesa para esta região, este banco tem vindo a dirigir as suas atenções cada vez mais para mercados emergentes como o Brasil. Ainda assim, o representante do Millennium BCP considera importante manter uma relação positiva com as empresas luso-americanas locais – particularmente aquelas que apresentam melhores resultados e um maior potencial de crescimento futuro.

Segundo o representante do Millennium BCP, as empresas que apresentam maiores lucros e que remetem montantes mais avultados são as do sector da distribuição de vinhos portugueses. Os vinhos portugueses têm vindo a ser cada vez mais reconhecidos como vinhos de qualidade, destinados a segmentos mais exclusivos do mercado. Consequentemente, a importação de vinhos portugueses para os Estados Unidos tem assentado na expansão do seu consumo não só no seio da comunidade portuguesa, como ao nível do mercado norte-americano em geral. A próxima secção debruça-se mais pormenorizadamente sobre estas empresas.

### Trocas Comerciais entre a Comunidade Luso-Americana e Portugal

A maior parte dos produtos que constam da lista de importações provenientes de Portugal disponibilizada pelo Departamento de Comércio norte-americano não é necessariamente consumida pela comunidade de origem portuguesa. Na verdade, os dois produtos que encabeçam essa lista – óleos minerais e peças de maquinaria – destinam-se directamente ao mercado norte-americano em geral. Já os têxteis, incluindo a roupa de cama e outros tecidos para o lar, são provavelmente consumidos por ambos os mercados (autóctone e luso-americano). De acordo com a AICEP, produtos como o calçado, os moldes ou o papel destinam-se fundamentalmente ao mercado consumidor norte-americano.

O processo de identificação de quais os produtos importados de Portugal que são consumidos pelas comunidades luso-americanas residentes nos

Estados Unidos não é uma tarefa fácil. Um representante da AICEP em Nova Iorque disse-nos que após os produtos terem sido distribuídos pelas várias regiões do país, é impossível saber quem são os seus consumidores finais. Os representantes da AICEP referiram também que os produtos em relação aos quais é mais fácil identificar o principal mercado consumidor são aqueles que são principalmente consumidos pela comunidade de origem portuguesa, como as bebidas e os produtos alimentares, que na maior parte dos casos são distribuídos directamente pelas principais áreas de concentração da diáspora portuguesa.

Dos produtos constantes da lista de importações provenientes de Portugal no ano de 2006, o representante da AICEP em Nova Iorque referiu que as bebidas (incluindo o vinho), que correspondem a um montante total de 73.838 milhões de dólares (ou 2,23% do total das importações), destinam-se provavelmente às áreas com maior presença das comunidades portuguesas. Para além das bebidas, a comunidade luso-americana tende também a adquirir com bastante frequência produtos em cerâmica, destinados à cozinha e ao lar, importados de Portugal. Porém, há certamente um défice de informação relativamente a quais as importações provenientes de Portugal que se destinam ao mercado luso-americano; quais, de entre estas, têm registado um aumento ou diminuição nos últimos anos; e quais as perspectivas das empresas que se dedicam a esta actividade.

A fim de obter informações adicionais acerca da relevância para a comunidade luso-americana das trocas comerciais entre Portugal e os Estados Unidos, foram realizadas diversas entrevistas com informadores privilegiados pertencentes a esta comunidade e com representantes de associações e instituições portuguesas sedeadas nos Estados, bem como um conjunto de estudos de caso junto de empresas cuja actividade envolve os dois países.

### *“Empresas Étnicas” – Comércio Associado à 1ª Geração*

Para analisar a relação do “comércio étnico” com a comunidade luso-americana e os níveis de empreendedorismo “étnico” entre a primeira e segunda gerações, realizámos um conjunto de entrevistas junto de empresários luso-americanos da Nova Inglaterra. Segundo Butler e Herring (1991:82), os imigrantes de primeira geração exibem habitualmente níveis de empreendedorismo e auto-emprego superiores aos dos seus filhos, embora o facto dos progenitores serem ou terem sido empresários esteja associado a uma maior probabilidade de que os filhos também o sejam. Consequentemente, parece existir uma relação positiva entre a “étnicidade”, que se encontra mais presente na primeira geração, e o empreendedorismo. O aparecimento de numerosas empresas “étnicas” em cidades como New Bedford, Fall River e Newark deveu-se ao facto de existir

uma procura significativa neste segmento de mercado. As empresas criadas pela primeira geração de imigrantes portugueses encontram-se por isso fortemente associadas ao mercado “étnico”, na medida em que procedem essencialmente à importação de bens a partir de Portugal com vista à satisfação das necessidades da comunidade portuguesa residente no estrangeiro.

Ao longo dos parágrafos seguintes, discutimos de forma mais detalhada as características, actividades transnacionais e estratégias de algumas empresas criadas por imigrantes portugueses de primeira geração.

### *Características das Empresas “Étnicas”*

De acordo com Aldrich e Waldinger, existem certas características específicas das empresas e comunidades imigrantes que é especialmente importante ter em conta, na medida em que contribuem para explicar a forte propensão de alguns grupos “étnicos” – neste caso, os portugueses – para a formação de empresas étnicas. As características deste grupo – incluindo as motivações socioeconómicas e os comportamentos socioculturais dos portugueses e luso-descendentes residentes nos Estados Unidos – foram já identificadas e descritas no Capítulo 2 deste estudo. Com base nos dados demográficos e socioeconómicos obtidos a partir dos Censos norte-americanos, podemos concluir que a maior parte dos luso-americanos residentes nos Estados Unidos se encontra concentrada em determinadas áreas específicas, o que influencia certamente a emergência de empresas no seio das comunidades locais (Aldrich, Waldinger, 1992:123).

Ainda que muitas destas empresas “étnicas” portuguesas devam ser consideradas “de pequena dimensão”, as entrevistas realizadas junto de algumas delas mostram bem a importância que assumem no contexto das respectivas comunidades locais, bem como o impacto que podem ter ao nível do desenvolvimento económico do seu país de origem.

*J. Moniz Company Inc.*, uma empresa de distribuição de produtos alimentares “étnicos” portugueses localizada em Fall River, Massachusetts, constitui um bom exemplo disto mesmo. João Moniz emigrou para a Nova Inglaterra em 1974, no contexto do segundo pico da emigração portuguesa para os Estados Unidos. Criou a sua empresa de distribuição de produtos alimentares em 1978, altura em que começou por importar queijo a partir de Portugal. Nesta fase, a procura por produtos alimentares de origem portuguesa era bastante elevada, em virtude do grande número de imigrantes portugueses que se havia instalado na região. Devido à forte presença da primeira e segunda gerações de imigrantes portugueses na Nova Inglaterra, o mercado proporcionava então oportunidades muito favoráveis para a criação de empresas “étnicas” portuguesas, cujo potencial de crescimento era então bastante considerável.

Outro emigrante português que tirou partido das estruturas de oportunidade associadas ao mercado “étnico” foi John Silva, o proprietário da *Seamans Imports Inc.* Esta empresa luso-americana, sediada em Chelmsford, Massachusetts, também começou por importar queijo em pequenas quantidades a partir de Portugal, tendo após algum tempo adquirido licenças junto das autoridades norte-americanas a fim de importar quantidades mais significativas para distribuição pelos estabelecimentos comerciais locais.

A *Portugalia Imports* é outra empresa de cariz familiar que procede à distribuição de produtos alimentares “étnicos”. Encontra-se sediada em Fall River, Massachusetts, e foi criada por Fernando Benevedes, que se lançou nesta actividade através da importação e revenda de café aos restaurantes e cafés portugueses existentes na área circundante. A forte procura por este tipo de produtos e o sucesso alcançado pela empresa convenceram Fernando Benevedes a diversificar a gama de produtos importados de Portugal e a começar a vender outros tipos de bebidas e produtos alimentares à comunidade luso-americana da Nova Inglaterra.

Joaquín Beltrán Antolín considera que os migrantes não optam pelo auto-emprego como último recurso, ou devido ao facto de não conseguirem arranjar emprego na sua sociedade de origem. Pelo contrário, afirma que os migrantes optam muitas vezes pelo auto-emprego porque, tal como quaisquer outros empreendedores, possuem apetência para o negócio. Os empresários luso-americanos atrás referidos exibem certamente esta apetência para o negócio. Tanto João Moniz, da *J.Moniz Company Inc.*, como Jorge Silva, da *Seamans Imports Inc.*, e Fernando Benevedes, da *Portugalia Imports*, encontravam-se empregados em *full-time* (em geral, em fábricas locais) na altura em que iniciaram a sua actividade empresarial. Tal como referido por Aldrich e Waldinger no seu estudo, “os trabalhadores imigrantes começam muitas vezes por aceitar trabalhos temporários em pequenas empresas, procurando empregos que lhes proporcionem a possibilidade de trabalharem muitas horas e de acumularem poupanças e capital humano, como via para a criação dos seus próprios negócios” (1992:125). Estes empresários começaram assim por acumular os seus empregos originais a tempo inteiro, graças aos quais foram reunindo capital, com a sua própria actividade comercial a tempo parcial. À medida que se aperceberam do crescimento da procura por produtos “étnicos”, aumentaram a quantidade e variedade das suas importações de produtos alimentares de origem portuguesa – peixe fresco e congelado, azeite, cereais, bebidas, etc. – e transformaram gradualmente as suas actividades a tempo parcial em empresas de sucesso.

Tal como referido por Portes, Guarnizo e Haller no seu estudo (2002:280), os empresários transnacionais são aqueles cujas actividades empresariais impli-

cam idas frequentes ao estrangeiro e cujo sucesso depende da existência de contactos noutro país (tipicamente, o país de origem dos imigrantes). Todos os empresários entrevistados no âmbito do presente estudo efectuam viagens de negócios a Portugal com bastante regularidade (cerca de quatro vezes por ano). Um deles (João Moniz) desloca-se a Portugal, principalmente aos Açores, cerca de 15 vezes por ano. Segundo explica, é tão fácil deslocar-se de Boston aos Açores de avião como ir a Nova Iorque de automóvel. Este empresário possui diversos investimentos nos Açores que por vezes o obrigam a deslocar-se ao arquipélago mais de uma vez por mês.

Uma outra empresa “étnica” luso-americana que não pode deixar de ser mencionada é o *Seabra Group* – um dos maiores conglomerados empresariais criados no seio da comunidade luso-americana. O *Seabra Group* surgiu há cerca de 35 anos, tendo na sua origem uma mercearia localizada em Ferry Street, Newark, NJ, que vendia produtos de origem portuguesa junto da comunidade oriunda deste país. Em finais da década de 1960 e inícios da década de 1970, foram muitas as famílias portuguesas que imigraram para Newark, NJ, o que proporcionou uma excelente oportunidade para a comercialização de produtos “étnicos”. Esta empresa começou por importar produtos alimentares oriundos de Portugal para Nova Jérсия e, hoje em dia, distribui esses produtos por um grande número de estabelecimentos. Criou entretanto a sua própria rede de supermercados e possui ainda diversos outros restaurantes e lojas étnicas, nos quais comercializa os seus produtos.

Actualmente, ao fim de 38 anos de actividade, o *Seabra Group* tornou-se uma estrutura administrativa e funcional que congrega várias unidades estratégicas, incluindo supermercados, restaurantes, um matadouro, uma fábrica de processamento e embalagem de carne, investimentos imobiliários, uma empresa de teledifusão (SPT – Television), padarias e uma unidade de importação e exportação. Este “império” comercial tem um volume de negócios anual superior a 200 milhões de dólares e possui direitos de exclusividade sobre a importação de marcas portuguesas como a Sumol, Água Castello, Água do Luso, Queijo Castelhão ou Cerveja Sagres. Consequentemente, se outras empresas de distribuição quiserem importar estes produtos, estão impedidas de o fazer, sendo obrigadas a adquiri-los através da TRIUNFO (a unidade de distribuição do *Seabra Group*).

Para além disso, o *Seabra Group* possui também supermercados nas principais áreas de concentração da comunidade portuguesa, em estados como Nova Jérсия, Massachusetts, ou Rhode Island, e planeia abrir novos estabelecimentos noutros estados no futuro próximo.

A maioria das empresas entrevistadas no âmbito deste estudo é de cariz familiar, ainda que muitas dêem provas de terem efectuado investimentos

em novas tecnologias e na qualificação dos recursos humanos. Por exemplo, a *Seamans Imports Inc.* conta com doze funcionários que, recorrendo à mais moderna tecnologia, têm a possibilidade de introduzir encomendas no sistema informático da empresa por via telefónica, onde quer que se encontrem.

Por sua vez, a *J.Moniz Company Inc.* conta com nove funcionários, um dos quais é a própria filha do presidente da empresa. Trata-se de uma imigrante portuguesa de segunda geração que se licenciou pela Northeastern University de Boston. O presidente da empresa, João Moniz, revela um grande apego em relação ao mercado “étnico” tradicional dos Estados Unidos, acreditando que o mercado “étnico” português está para durar. Segundo afirma, tudo tenderá a voltar à situação existente na altura em que ele iniciou a sua actividade: os supermercados de maiores dimensões tenderão a vender cada vez menos, devido ao facto de não proporcionarem aos seus clientes uma relação personalizada, ao contrário dos mini-mercados e lojas “étnicas”, onde os clientes conhecem os proprietários e confiam nos produtos que consomem. A segunda geração de luso-americanos pode vir a dar um contributo importante para este fenómeno através da incorporação de novas tecnologias neste comércio “étnico” de menores dimensões, com vista a servir as preferências e interesses da comunidade.

### *Estratégias Empresariais*

Nesta secção, são identificadas e analisadas as principais estratégias utilizadas pelas empresas atrás referidas no âmbito do desenvolvimento das suas actividades. Segundo Aldrich e Waldinger (1992:130), “as estratégias emergem em resultado da interacção entre as estruturas de oportunidade e as características dos grupos em questão, na medida em que os empresários étnicos se adaptam aos recursos que têm à sua disposição com base nas características dos grupos a que pertencem”. Os empresários luso-americanos têm vindo a alterar a forma como actuam no contexto do mercado “étnico” e o modo como procuram assegurar o sucesso das suas actividades empresariais.

Como é sabido, a emigração portuguesa para os Estados Unidos registou um decréscimo significativo nos últimos 20 anos, o que teve um impacto considerável sobre o comércio “étnico”. Em contrapartida, o aumento da imigração por parte de outros grupos “étnicos”, como os latino-americanos e os brasileiros, tem contribuído para a viabilidade das empresas “étnicas” portuguesas do sector alimentar, na medida em que estes imigrantes possuem hábitos gastronómicos semelhantes aos dos portugueses. Ainda assim, a maior parte (cerca de 70%) dos clientes da *J.Moniz Company Inc.* continua a ser de origem portuguesa. Os restantes pertencem a grupos culturais cujas tradições gastronómicas são semelhantes, como os cabo-verdianos e os latino-americanos. Devido ao facto

da maior parte da clientela ser de ascendência portuguesa, a *J.Moniz Company Inc.* investe anualmente cerca de 30.000 dólares em publicidade nas televisões, rádios e jornais locais, os quais lhe permitem também chegar junto dos outros grupos étnicos.

A estratégia de atracção de outras comunidades étnicas com preferências culinárias semelhantes pode ser considerada bastante inteligente, tendo em conta o decréscimo da imigração portuguesa e o aumento da imigração associada a essas comunidades. É isso mesmo que tem procurado fazer o *Seabra Group*, embora não deixando de procurar manter a sua clientela portuguesa através da oferta de produtos portugueses a preços módicos nas suas lojas. Na minha opinião, o *Seabra Group* está em vias de se transformar numa espécie de “supermercado étnico” que também procede à importação de produtos oriundos do Brasil e de outros países latinos da América do Sul, tentando assim servir igualmente o mercado constituído por estas outras comunidades que residem nas mesmas áreas e que se encontram numa fase de crescimento.

O proprietário da *Seaman's Imports Inc.* crê firmemente na importância de distribuir produtos alimentares portugueses junto das cadeias de supermercados norte-americanas como forma de atrair os consumidores norte-americanos, naquela que é uma outra estratégia importante que as empresas “étnicas” luso-americanas deverão ter em consideração. Actualmente, esta empresa importa e vende por grosso produtos alimentares no estado de Massachusetts, vendendo também alimentos congelados importados a restaurantes e supermercados na região da Nova Inglaterra. A *Seaman's* possui armazéns em New Bedford, Wareham e Nova Jérsey, onde tem a possibilidade de armazenar 30-40 toneladas de peixe congelado para distribuição junto de supermercados, lojas étnicas e restaurantes. A empresa conta com duas subdivisões principais para o ramo da distribuição: a primeira é a “*Seaport Fish*”, que procede à distribuição grossista de encomendas mais volumosas (habitualmente, peixe importado da Espanha e de diversos países asiáticos); a segunda é a “*Seamans*”, que se dedica à importação de produtos étnicos (sobretudo oriundos de Portugal e destinados à comunidade portuguesa). A principal importação proveniente de Portugal é o peixe congelado, que é adquirido a uma empresa sediada em Peniche, a *Portfish*.

O proprietário da “*Seamans*” é bastante crítico das estratégias adoptadas por grupos empresariais como o *Seabra Group*. O *Seabra Group* tem vindo a consolidar o seu capital social e a constituir redes ao longo dos anos, obtendo assim um quase-monopólio nos Estados Unidos e adquirindo vantagens comparativas em relação às outras empresas luso-americanas de distribuição, o que faz com que seja especialmente difícil para estas últimas importar produtos de Portugal. As marcas consagradas em Portugal que pretendem exportar os



seus produtos para os Estados Unidos optam habitualmente pela *TRIUNFO*, do *Seabra Group*, uma vez que esta empresa, além de aumentar o seu volume de vendas de ano para ano, possui o maior volume de negócios entre todas as empresas luso-americanas de distribuição. As empresas exportadoras portuguesas sabem também que os seus produtos serão automaticamente distribuídos por supermercados e restaurantes, bem como anunciados na SPT-Television, tendo a garantia (que as outras empresas distribuidoras não conseguem oferecer) que os seus produtos serão escoados.

Uma outra estratégia, seguida pela *J.Moniz Company Inc.*, consiste na criação e comercialização de marcas próprias de produtos alimentares. João Moniz refere que os seus produtos se vendem muito bem devido ao facto de ele proporcionar a melhor qualidade aos seus clientes. Esta empresa detém sete marcas de produtos alimentares: farinha *Santa Isabel* (produzida numa fábrica no Canadá); azeite *Tiago* (produzido em Estremoz, Portugal); azeitonas, azeite e temperos *Sweet Life* (Espanha e EUA); alimentos enlatados *Moubesa* (fábrica em Cabo Verde); alimentos enlatados *Mestre Alfredo*; peixe congelado *Seamar* (Sines, Portugal); e queijo *São João* (produzido nos EUA).

O mercado-alvo da *J.Moniz Company Inc.* são os clientes “étnicos” cujas tradições gastronómicas são em grande medida idênticas, ou pelo menos semelhantes, às dos portugueses – como é o caso dos imigrantes oriundos de Cabo Verde, Guatemala e Haiti. As marcas comercializadas por esta empresa constituem apenas um exemplo da forma como este empresário procura atrair não só os imigrantes portugueses que residem na região como também outros grupos “étnicos”. A presença das comunidades latino-americana, cabo-verdiana e brasileira nos Estados Unidos, especialmente na região da Nova Inglaterra, tem vindo a crescer significativamente e assume grande importância para a viabilidade e sucesso futuros desta empresa.

Apesar do volume de negócios da *J.Moniz Company Inc.* aumentar de ano para ano, esta empresa tem-se deparado com um problema que é comum a todas as outras empresas luso-americanas que importam bens de Portugal: a depreciação do dólar face ao euro. Em consequência dessa mesma depreciação, esta empresa tem-se visto obrigada a aumentar os preços de alguns dos seus produtos, especialmente aqueles que provêm de Portugal. Por sua vez, o *Seabra Group* também teve ocasião de confirmar junto de nós que por vezes necessita de aumentar os preços dos produtos originários de Portugal de modo a evitar prejuízos.

Devido ao facto da taxa de câmbio dólar/euro ser actualmente pouco favorável à actividade das empresas luso-americanas que importam produtos a partir de Portugal, estas empresas têm tentado diversificar as origens geográficas

das suas importações, procurando recorrer a fornecedores noutros países que consigam garantir o mesmo tipo de produtos a preços mais baixos. É, por exemplo, o caso da *Seamans Imports Inc.* Uma das estratégias desta empresa consiste em operar no mercado global, abastecendo-se de produtos alimentares nos mercados chinês e vietnamita, mas não deixando de recorrer aos fornecedores portugueses no caso dos produtos de maior qualidade para os quais haja maior procura de mercado (como o vinho, por exemplo). Um dos aspectos que vale a pena ponderar – e que aliás é referido pelos vários empresários “étnicos” portugueses entrevistados – consiste no facto dos produtos oriundos de Portugal apresentarem habitualmente níveis de qualidade superiores aos dos produtos provenientes de outros mercados. Apesar dos produtos de maior qualidade que provêm de Portugal terem preços bastante caros, continuam a ter bastante procura no mercado norte-americano.

#### Investimentos Realizados pela Comunidade Luso-Americana nos EUA e nos Açores

Segundo informações disponibilizadas pelas agências bancárias, o principal tipo de investimento realizado em Portugal pelos luso-americanos de primeira geração consiste na aquisição de propriedades imobiliárias. Alguns luso-americanos têm adquirido residências de férias na região do Algarve, enquanto outros têm optado por comprar propriedades nas regiões de que são originários, como Trás-os-Montes, o Minho ou o distrito de Aveiro.

Embora tenha sido bastante difícil encontrar luso-descendentes interessados em investir no mercado português (com excepção da aquisição de propriedades imobiliárias), ao fim de muito procurar consegui localizar dois empresários luso-americanos de sucesso que, nos últimos anos, têm realizado investimentos directos em Portugal. Os próximos parágrafos baseiam-se por isso nas informações obtidas aquando das entrevistas realizadas com estes dois empresários luso-americanos da região da Nova Inglaterra, com quem falámos acerca dos investimentos que têm realizado em Portugal. Ambos adquiriram experiência profissional e hábitos de trabalho nos Estados Unidos. Mais tarde, porém, em virtude de manterem uma profunda ligação emocional ao seu país e às respectivas comunidades de origem, decidiram alargar a sua actividade empresarial à região de que são originários: os Açores.

A primeira destas duas empresas é a *Whaling Industries*, que se encontra sedeadada em Fall River, Massachusetts. Trata-se de uma empresa de fabrico de vestuário com 38 anos de existência. Na altura da sua criação, Fall River e New Bedford tinham um grande potencial no que se refere ao sector têxtil, motivo

pelo qual esta fábrica em particular contava com 750 trabalhadores dedicados exclusivamente ao fabrico de vestuário para homem. Porém, o mercado dos produtos têxteis alterou-se de forma substancial, nomeadamente através da transferência de uma grande parte da produção mundial para os países asiáticos. Devido às alterações das condições de produção e da estrutura do mercado dos produtos têxteis, o Presidente desta empresa, James Pavão, viu-se obrigado a modificar a sua estratégia empresarial.

Hoje em dia, a *Whaling Industries* está especializada no fabrico de vestuário para bombeiros, funcionários judiciais e polícias, uma vez que este tipo de vestuário constitui um mercado muito mais estável, no qual as modas mudam com muito menos frequência. Actualmente, são menos de 50 os trabalhadores da fábrica de Fall River. Em resposta à concorrência movida pelos países asiáticos, James Pavão abriu entretanto fábricas na China, no Vietname e nos Açores.

A fábrica de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, chama-se *Articostura*. Esta relação empresarial transnacional teve início devido ao facto de James Pavão ter ascendência portuguesa e ter pretendido “dar uma ajuda” ao povo açoriano. O anterior Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada pediu-lhe que agisse de forma solidária e viesse em auxílio da comunidade açoriana através da criação de postos de trabalho. Nos primeiros seis meses, a relação foi bastante difícil devido ao facto dos portugueses terem hábitos e modos de trabalho muito diferentes dos trabalhadores norte-americanos. Por diversas vezes, foi necessário enviar remessas de vestuário de volta para os Açores devido à qualidade do fabrico estar aquém do pretendido. James Pavão esteve perto de desistir do seu negócio nos Açores pois, em vez de lhe dar lucro, este estava a trazer-lhe prejuízos. Contudo, a sua dedicação à comunidade portuguesa não lhe permitiu fazê-lo. Hoje em dia, depois de bastante dedicação e de um investimento significativo na formação, os hábitos de trabalho na *Articostura*, segundo James, melhoraram bastante.

A fábrica *Articostura* conta actualmente com cerca de 40 trabalhadores. O vestuário produzido nesta fábrica (que corresponde a cerca de 5% da produção total da empresa) é inicialmente preparado em Fall River, Massachusetts, sendo depois enviado para os Açores para acabamento antes de regressar aos Estados Unidos.

Actualmente, o único problema consiste na taxa de câmbio, que, segundo James Pavão, fez com que a empresa voltasse a perder dinheiro. Porém, este empresário mostra-se decidido a não voltar atrás com a sua promessa de ajudar a comunidade portuguesa de que é originário. Aliás, revela-se interessado no mercado europeu e diz acreditar que a sua fábrica dos Açores poderá no futuro vir a ser o centro da produção da sua empresa para a Europa. O departamento de relações internacionais da *Whaling Industries* está actualmente a estudar esta possibilidade:

o tipo de vestuário produzido por esta empresa poderá ter bastante procura em certos países do Norte da Europa cujos climas são idênticos ao da Nova Inglaterra.

O outro empresário luso-americano que tem realizado investimentos em Portugal e que acedeu a ser entrevistado no âmbito deste estudo é João Moniz, já atrás mencionado. Na sequência do sucesso da *J. Moniz Company Inc.*, João Moniz decidiu investir directamente em Portugal e montar duas fábricas nos Açores. Uma delas, a Melo Abreu, dedica-se à produção de refrigerantes, dois dos quais são comercializados como marcas registadas: a Kima, com sabor a maracujá, e a Laranjada, com sabor a laranja. Para fabricar estes produtos, é utilizada fruta obtida localmente.

Esta fábrica iniciou a sua actividade há cerca de dois anos e conta com 84 trabalhadores. Os produtos são vendidos tanto no mercado açoriano como entre a comunidade luso-americana (sendo distribuídos pela *J. Moniz Company*) e a expansão para o resto do mercado português está em perspectiva para o futuro próximo.

A outra fábrica em que João Moniz investiu é a *Corretora*, que se dedica ao fabrico de alimentos enlatados (atum e sardinhas em lata). Foi criada há dez anos e conta actualmente com 120 trabalhadores. Também neste caso, os produtos são distribuídos e vendidos pela *J. Moniz Company* tanto no mercado açoriano como nos Estados Unidos. O volume de vendas anual destas duas fábricas tem vindo a crescer ao ritmo de 10% ao ano e, segundo João Moniz, este crescimento terá tendência para continuar.

Estas entrevistas sugerem que as actividades empresariais transnacionais levadas a cabo pelos luso-americanos, de que são exemplo a *Articostura*, a *Melo Abreu* e a *Corretora*, podem contribuir significativamente para a economia local da região dos Açores. Estas empresas, consideradas “pequenas ou médias” segundo alguns critérios, passam habitualmente despercebidas no contexto de alguns estudos de carácter mais macroeconómico. Apesar disso, contribuem para o crescimento económico local e, do meu ponto de vista, são essenciais para a transferência de *know-how* dos Estados Unidos para Portugal.

## Resumo e Conclusões

O principal objectivo deste estudo consistiu em identificar e analisar as ligações e relações económicas existentes entre os portugueses e luso-descendentes residentes nos Estados Unidos, nomeadamente na Nova Inglaterra, e Portugal. Procurámos verificar se a robustez das suas ligações económicas e políticas a Portugal é suficiente para assegurar a manutenção dos seus laços com

o país de origem ou se, pelo contrário, as barreiras estruturais decorrentes das suas baixas qualificações, perfil socioprofissional limitado e reduzida actividade política limitam de forma inexorável o desenvolvimento das relações comerciais e económicas entre os dois países.

Os laços culturais e linguísticos existentes entre a comunidade luso-americana e Portugal são favoráveis ao estabelecimento de relações económicas e actividades empresariais. Para além disso, as entrevistas realizadas junto de instituições financeiras e de empresas como a *J. Moniz* sugerem que a segunda e terceira gerações de luso-americanos poderão vir a manter uma relação bastante forte com a primeira geração de imigrantes portugueses. Consequentemente, Portugal poderá vir a beneficiar dos níveis de qualificação e conhecimento mais elevados da segunda geração e das gerações subsequentes. Os empresários migrantes podem desempenhar um papel muito importante na canalização de investimento para a economia do seu país de origem, na medida em que estão familiarizados com o mercado, hábitos de trabalho, preferências dos consumidores e normas comerciais de ambos os países.

As diásporas mantêm relações económicas transnacionais de diversos tipos com os respectivos países de origem. Um dos aspectos mais discutidos e estudados no contexto dos estudos das migrações e do transnacionalismo é o das remessas. Estas transferências monetárias reflectem habitualmente o grau de ligação dos emigrantes ao seu país de origem, sendo utilizadas como indicador disso mesmo (Vertovec, 2004:985; Guarnizo, 2003:673). Segundo o Banco Mundial, o volume total das remessas formais a nível mundial em 2004 foi de 160 mil milhões de dólares. Ghosh considera que as remessas são actualmente uma das maiores fontes de financiamento externo para os países em desenvolvimento, logo a seguir ao Investimento Directo Estrangeiro (Ghosh, 2006:7).

De acordo com o Banco de Portugal, o volume total das remessas de emigrantes enviadas dos Estados Unidos para Portugal em 2006 foi de 223 milhões de euros. O fluxo anual de remessas mais significativo dos últimos dez anos teve lugar em 1998. O decréscimo do fluxo de remessas desde então deveu-se à redução da emigração portuguesa para os Estados Unidos, mas também, nos últimos três anos, à depreciação do dólar face ao euro.

As instituições financeiras desempenham um papel muito importante no processo de transferência de remessas. Segundo Ghosh (2006:8), os principais bancos e instituições financeiras têm vindo a encarar cada vez mais as remessas não apenas como uma fonte de receitas adicionais em resultado do crescimento do volume de transferências internacionais, mas também como uma forma promissora de chegar até aos migrantes de modo a que estes se tornem seus clientes. As instituições financeiras entrevistadas no âmbito deste estudo

disponibilizaram bastante informação qualitativa importante relativamente às remessas enviadas pelos luso-americanos. Algumas instituições financeiras portuguesas possuem balcões de envio de remessas no seio das principais comunidades portuguesas nos EUA, cuja principal função é a transferência de dinheiro dos Estados Unidos para Portugal. Por exemplo, o representante do balcão do Santander-Totta em New Bedford, Massachusetts, considera que as instituições financeiras dão bastante importância a este segmento devido ao facto dos imigrantes portugueses continuarem muito ligados ao seu país de origem, que continuam a encarar como uma alternativa para o seu futuro. De forma algo especulativa, pensamos que a segunda geração poderá vir a manter esta ligação económica caso os seus pais efectuem bons investimentos em Portugal.

Contudo, o representante do balcão de transferência de remessas do Banco Espírito Santo em East Providence, Rhode Island, afirma por outro lado que, quanto mais integrados na sociedade norte-americana estão os imigrantes portugueses, tanto maior é a distância (económica) que os separa de Portugal, pelo que o fluxo de remessas tende a diminuir. Este representante sugere também que a primeira geração de imigrantes portugueses é aquela que continua a ser responsável pelo envio da maior parte das remessas, o que pode indicar que a segunda e terceira gerações poderão não estar tão familiarizadas com as vantagens de realizar investimentos financeiros em Portugal.

Isto faz-nos colocar uma questão de carácter mais teórico: será que o maior ou menor grau de integração na sociedade de acolhimento está associado a um maior ou menor grau de adopção de comportamentos transnacionais? O representante do Banco Espírito Santo afirma que quanto mais integrada nos EUA se encontra a diáspora luso-americana, tanto menor é a sua ligação (nomeadamente económica, através das remessas) a Portugal. Porém, os migrantes que desenvolvem actividades empresariais transnacionais distinguem-se claramente daqueles que apenas mantêm contactos regulares com os seus familiares e se limitam ao envio de remessas. Esta diferença reforça a importância do empreendedorismo no que diz respeito ao impacto sobre o desenvolvimento económico das sociedades de origem (Portes, Guarnizo, Haller, 2002:284).

As entrevistas realizadas com empresários luso-americanos, particularmente com aqueles que têm realizado investimentos no arquipélago dos Açores, revelam que estes se encontram bem integrados na sociedade e no mercado norte-americanos, ao mesmo tempo que levam a cabo práticas económicas transnacionais entre os EUA e Portugal no âmbito da prossecução do sucesso dos seus negócios. Isto pode talvez indicar que, no caso do transnacionalismo económico desenvolvido pela comunidade de origem portuguesa, os empresários luso-americanos apresentam um maior potencial para a realização de

actividades económicas transnacionais, através do comércio e do investimento, do que os restantes luso-americanos, cujas relações económicas com Portugal se limitam ao envio de remessas.

As principais importações e exportações de e para os Estados Unidos e Portugal têm pouco a ver com a comunidade de origem portuguesa residente nos EUA. Porém, as trocas comerciais entre Portugal e os Estados Unidos têm grande importância onde quer que a comunidade luso-americana se encontre concentrada. As entrevistas semi-estruturadas em profundidade realizadas junto de empresários luso-americanos permitiram analisar as estratégias e actividades comerciais e de investimento dos empresários oriundos da comunidade luso-americana dos Estados Unidos (particularmente da Nova Inglaterra), bem como as organizações e transacções económicas que contribuem para a criação de pontes e laços entre os Estados Unidos e Portugal.

As empresas “étnicas” portuguesas começaram por surgir em grande número em cidades como New Bedford, Fall River ou Newark devido ao facto de existir aí uma forte procura pelo tipo de produtos que em geral comercializam. Na sua maioria, estas empresas surgiram no contexto do segundo pico da emigração portuguesa para os Estados Unidos. Segundo Butler e Herring (1991:82), os imigrantes de primeira geração apresentam habitualmente níveis de empreendedorismo e auto-emprego superiores aos dos seus filhos. A maior parte das empresas entrevistadas no âmbito deste estudo podem ser consideradas pequenas empresas, com excepção do *Seabra Group*. Apesar da sua reduzida dimensão, os dados obtidos através das entrevistas revelam bem a importância que estas empresas assumem para as respectivas comunidades locais, bem como o impacto potencial que podem exercer sobre o desenvolvimento económico do país de origem, Portugal.

As empresas étnicas que importam bebidas e produtos alimentares portugueses, como a *J. Moniz Company Inc.* ou a *Portugalia Imports*, visam directamente o mercado luso-americano. A redução da emigração portuguesa para os Estados Unidos ao longo dos últimos vinte anos teve por isso um impacto negativo sobre estas empresas. Consequentemente, a sua principal estratégia tem consistido em operar de um modo mais global e recorrer a fornecedores chineses, vietnamitas e latino-americanos. Uma outra estratégia consiste na tentativa de atracção de consumidores pertencentes a outros grupos étnicos cujos gostos culinários são semelhantes, como os cabo-verdianos ou os latino-americanos. A adopção destas estratégias empresariais tende a enfraquecer as redes e relações económicas com Portugal e constituem um sinal claro de distanciamento face ao país de origem.

As entrevistas realizadas junto das agências bancárias revelam que o principal tipo de investimento em Portugal realizado pelos luso-americanos

de primeira geração consiste na aquisição de propriedades imobiliárias. Entre os empresários portugueses entrevistados, poucos se mostraram interessados em realizar qualquer outro tipo de investimento no seu país de origem, ainda que tenhamos conseguido identificar dois empresários de origem portuguesa que, através das empresas de que são proprietários, possuem investimentos directos em Portugal. As entrevistas sugerem que as actividades económicas transnacionais desenvolvidas pelos empresários luso-americanos, como é o caso das fábricas *Articostura*, *Melo Abreu e Corretora*, podem contribuir positivamente para o crescimento económico local e desempenhar um papel fundamental na transferência de *know-how* entre os Estados Unidos e Portugal.

A primeira hipótese referida na Introdução sugeria que, em resultado das suas características económicas, políticas e em termos de escolaridade, os luso-americanos se deparam com barreiras estruturais à expansão das trocas comerciais e outras relações económicas com o seu país de origem, Portugal. As entrevistas e outras fontes utilizadas sugerem que a primeira geração de imigrantes, que apresenta baixos níveis de escolaridade e de participação política, se relaciona economicamente com Portugal principalmente através do envio de remessas. Em contrapartida, a actividade dos empresários transnacionais luso-americanos enquadra-se melhor na segunda hipótese: que certos membros de sucesso da comunidade luso-americana desempenham um papel bastante activo na prossecução dos interesses dos portugueses residentes nos Estados Unidos e adoptam práticas económicas transnacionais (nomeadamente, em termos de comércio e investimento). Para além disso, caso os pais transmitam os seus laços transnacionais aos seus filhos, o facto das gerações mais jovens, que já nasceram e/ou foram criadas nos EUA, exibirem características mais favoráveis em termos de escolaridade e inserção profissional, pode deixar antever a possibilidade de virem a desempenhar um papel económico mais activo.

## Referências Bibliográficas

- Aldrich, Howard & Roger Waldinger (1990), "Ethnicity and Entrepreneurship", *Annual Review of Sociology*, 16: 111-135.
- Almeida, Onésimo T. (1998), "The Portuguese American Communities and Politics – a look at the cultural roots of a distant relationship", *Gavea-Brown*, Vol. xix-xx. (January 1998-December 1999): 229-243.
- Antolín, Joaquín Beltrán (2008), "Asian Transnationalism. Globalization and internationalization of the Spanish economy", in *Actas da Conferência Internacional Nuevos Retos del Transnacionalismo en el Estudio de las Migraciones*, Barcelona, Spain, February 14-15, 2008.




- Baganha, Maria I. (1991), "The Social Mobility of Portuguese Immigrants in the United States at the Turn of the Nineteenth Century", *International Migration Review*, 25 (2): 227-299.
- Baganha, Maria I. (1994), "As correntes emigratórias portuguesas no século xx e o seu impacto na economia nacional", *Análise Social*, 29 (128): 959-980
- Barrow, Clyde W. (2002), "Who are the Portuguese? The Political Culture of Portuguese-Americans in Southeastern Massachusetts", in Clyde Barrow (Ed.), *Portuguese-Americans and Contemporary Civic Culture in Massachusetts*. North Dartmouth: University of Massachusetts Dartmouth.
- Barrow, Clyde W. & Borges, David (2002), "Portuguese-Americans in Southeastern Massachusetts: Levels of Political Efficacy", in Clyde Barrow (Ed.), *Portuguese-Americans and Contemporary Civic Culture in Massachusetts*. North Dartmouth: University of Massachusetts Dartmouth.
- Barrow, Clyde W.; Sweeny, Shawna; Borges, David (2002), "Portuguese-Americans in Southeastern Massachusetts: Opinions on Social and Cultural Issues", in Clyde Barrow (Ed.), *Portuguese-Americans and Contemporary Civic Culture in Massachusetts*. North Dartmouth: University of Massachusetts Dartmouth.
- Bloemraad, Irene (1999), "Portuguese Immigrants and Citizenship in North America", *Lusotopie*: 103-120.
- Bloemraad, Irene (2002), "The North American Naturalization Gap: An Institutional Approach to Citizenship Acquisition in the United States and Canada", *The International Migration Review*, 36 (1): 193-228.
- Butler, John Sibley & Herring, Cedric (1991), "Ethnicity and Entrepreneurship in America: Toward an Explanation of Racial and Ethnic Group Variations in Self-Employment", *Sociological Perspectives*, 34 (1): 79-94.
- Chaney, Rick (1986), *Regional emigration and remittances in developing countries: the Portuguese experience*. New York: Praeger Publications.
- Clifford, James (1994), "Diasporas", in Steven Vertovec e Robin Cohen, *Migration, Diasporas and Transnationalism*. Part II, Old and New Meaning of Diaspora. Warkick: Edward Elgar Publishing Limited.
- Feldman-Bianco, Bela & Huse, Donna (1998), "The Construction of Immigrant Identity", in M. McCabe e J. Thomas (Eds.), *The Portuguese Spinner – An American Story*. New Bedford: Spinner Publications.
- Ferranti, David de & Ody, Anthony J. (2007), "What Can Remittances and Other Migrant Flows Do for Equitable Development?", in Barbara J. Merz; Lincoln C. Chen e Peter F. Geithner (Eds.), *Diasporas and Development*. Cambridge: Harvard University Press.
- Ghosh, Bimal (2006), *Migrants' Remittances and Development: Myths, Rhetoric and Realities*. Geneva: International Organization for Migration.
- Guarnizo, Luis Eduardo (2003), "The economics of transnational living", *The International Migration Review*, 37 (3): 666-699.
- Harding, Torfinn & Javorcick, Beata (2007), "Developing Economies and International Investors: Do Investment Promotion Agencies Bring Them Together?", World Bank Policy Research Working Paper, No. 4339. Washington D.C.: The World Bank Development Research Group. Disponível em <http://www.freit.org/EIIE/2007/Papers/javorcick.pdf>

- Hitt, Michael A., Lee, Ho-uk & Yucel, Emre (2002), "The Importance of Social Capital to the Management of Multinational Enterprises: Relational Networks Among Asian and Western Firms", *Asia Pacific Journal of Management*, 19: 353-372
- ICEP Portugal (2006), *Estados Unidos da América, Relações Económicas com Portugal*, Unidade de Conhecimento de Mercado, Lisboa.
- Levitt, Peggy (1998), "Social Remittances: Migration Driven Local-level Forms of Cultural Diffusion", *The International Migration Review*, 32 (4): 926-948.
- Luso-American Foundation (2000), *The Portuguese American Citizenship Project*, Lisbon.
- Marinho, Rita Duarte (2002), "Portuguese-Americans in the Political Process: A Quarter-Century Restrospective", in Clyde Barrow (Ed.), *Portuguese-Americans and Contemporary Civic Culture in Massachusetts*. North Dartmouth: University of Massachusetts Dartmouth.
- Merz, Barbara J.; Chen, Lincoln C. & Geithner, Peter F. (2007), "Overview: Diasporas and Development", in *Diasporas and Development*. Cambridge: Harvard University Press.
- Orozco, Manuel (2007), "Conceptualizing Diasporas: Remarks About the Latino and Caribbean Experience", Ninna N. Sørensen (Ed.), *Living Across Worlds: Diaspora Development and Transnational Engagement*. Geneva: International Organization for Migration.
- Mulcahy, Maria da Gloria (2003), *The Portuguese in the U.S. from 1880 to 1990: Distinctiveness in Work Patterns Across Gender Nativity and Place*. PhD Dissertation in Philosophy, Department of Sociology of Brown University.
- Mulcahy, Maria da Gloria (1998), "Assimilation and Future Perspectives", in *The Portuguese Spinner – An American Story*. New Bedford: Spinner Publications.
- Mulcahy, Maria da Gloria (1998), "The Immigrants Assistance Center", in Marsha L. McCabe e Joseph D. Thomas (Eds.), *The Portuguese Spinner – An American Story*. New Bedford: Spinner Publications.
- Ostergaard-Nielsen, Eva (2003), "The politics of migrants' transnational political practices", *The International Migration Review*, 37 (3): 760-786.
- Portes, Alejandro (2003), "Conclusion: Theoretical convergencies and empirical evidence in the Study of immigrant transnationalism", *The International Migration Review*, 37 (3): 874-892.
- Portes, Alejandro; Guarnizo, Luis Eduardo & Haller, William J. (2002), "Transnational Entrepreneurs: An alternative form of immigrant economic adaptation", *American Sociological Review*, 67 (2): 278-298.
- Portes, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação*. Oeiras: Celta Editora.
- Portes, Alejandro (1995), "Economic Sociology and the Sociology of Immigration: A Conceptual Overview", in A. Portes (Ed.), *The Economic Sociology of Immigration*. New York: Russel Sage Foundation.
- Portes, Alejandro (1995), "Children of Immigrants: Segmented Assimilation", in A. Portes (Ed.), *The Economic Sociology of Immigration*. New York: Russel Sage Foundation.
- Pozo, Pau Serra (2008), "Urban Ethnic Territories and Ethnic Businesses", in *Actas da Conferência Internacional Nuevos Retos del Transnacionalismo en el Estudio de las Migraciones*, Barcelona, Spain, February 14-15, 2008.

- Rauch, James E. (2001), "Business and Social Networks in International Trade", *Journal of Economic Literature*, 39 (4): 1177-1203.
- Reinke, Jens (2007), *Remittances in the Balance of Payments Framework: Current Problems and Forthcoming Improvements*, International Monetary Fund, Seminar on Remittance Statistics. Ljubljana, Slovenia, Feb.26-March 2, 2007.
- Ribeiro, Rosalie Teixeira (2000), *Presença Luso-Americana nos Estados Unidos, Um Problema de Visibilidade*. Tese de Doutoramento em U.F.R de Inglês, Universidade de Paris – Sorbonne Paris IV.
- Sidel, Mark (2007), "Focusing on the State: Government Responses to Diaspora Giving and Implications for Equity", in *Diasporas and Development*. Cambridge: Harvard University Press.
- Sørensen, Ninna Nyberg (2007), "An Introduction", in Ninna N. Sørensen (Ed.), *Living Across Worlds: Diaspora Development and Transnational Engagement*. Geneva: International Organization for Migration.
- Vertovec, Steven (2006), "Diasporas Good? Diasporas Bad?", *Diasporas and Transnationalism, Metropolis World Bulletin*, 6: 5-8.
- Vertovec, Steven (2004), "Migrant Transnationalism and Modes of Transformation", *The International Migration Review*, 38 (3): 970-1001.
- Vertovec, Steven (2003), "Migration and other modes of transnationalism: Towards conceptual Cross-fertilization", *The International Migration Review*, 37 (3): 641-665.
- Vertovec, Steven & Cohen, Robin (Ed.) (1999), *Migration, Diasporas and Transnationalism*. Warkick: Edward Elgar Publishing Limited.
- Vicente, António Luís (2001), *15 Anos: Em Prol da Comunidade Luso-Americana*, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. Lisboa: Textype – Artes Gráficas, Lda.
- Vicente, António Luís (1998), *Os Portugueses Nos Estados Unidos da América: Política de Comunidades e Comunidade Política*, Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento. Lisboa: Textype – Artes Gráficas, Lda.

#### Sítios de Internet consultados:

- AICEP Portugal Global  
<http://www.icep.pt/CmsAPI/AICEP/index.html>
- Banco de Portugal  
<http://www.bportugal.pt/>
- Instituto Nacional de Estatística  
<http://www.ine.pt>
- Departamento de Censos dos EUA (U.S. Census Bureau)  
<http://www.census.gov/>
- Departamento de Comércio do EUA (U.S. Department of Commerce)  
<http://www.commerce.gov/>
- Departamento de Segurança Interna dos EUA (U.S. Department of Homeland Security)  
<http://www.dhs.gov/index.shtm>



## Toronto Multicultural e *Little Portugal* ("a Décima Ilha dos Açores")

José Carlos Teixeira  
*University of British Columbia, Canadá*

### A História da Imigração para o Canadá

O Canadá é um país cuja história e áreas urbanas foram decisivamente moldadas pela imigração. Em particular, após a 2ª Guerra Mundial, várias alterações significativas ao nível tanto das políticas de imigração deste país como do regime migratório global tiveram um papel importante na transformação das principais áreas urbanas do Canadá.

De uma forma geral, os imigrantes tendem a instalar-se nos centros urbanos. Nesta "nova era das migrações", as paisagens sociais, económicas e políticas de Toronto, Montreal e Vancouver – principais cidades do Canadá e "portas de entrada" por excelência para os imigrantes – têm sofrido mudanças radicais. Neste contexto, Toronto, em especial, tornou-se gradualmente uma "cidade multinacional e de imigração", bem como um dos espaços mais multiculturais da América do Norte e de todo o mundo (Tabela 1; Fig. 1).

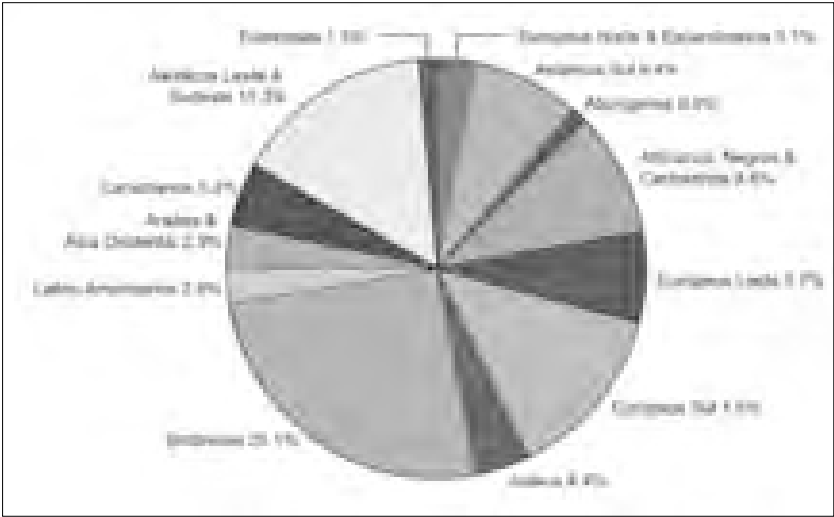
A relevância da multiculturalidade no contexto canadiano é uma consequência da imigração e, em particular, da internacionalização da imigração para o Canadá que teve lugar principalmente a partir de meados da década de 1960. Desde essa altura, várias alterações profundas ao nível das políticas de admissão e integração de estrangeiros propiciaram a ocorrência de fluxos migratórios heterogêneos a partir de um conjunto diverso de países de origem não-tradicionais. Por exemplo, a Europa Ocidental constituiu até 1981 a principal região de origem dos fluxos migratórios com destino ao Canadá, com a Itália e o Reino Unido a encabeçarem a lista (31% do total). Porém, este padrão alterou-se radicalmente nos tempos mais recentes. Nos últimos anos, a China

Tabela 1 – Top 10 das Cidades Mundiais com Maior % de Naturais de Outros Países, 2000-1

| Cidade      | % de Naturais de Outros Países |
|-------------|--------------------------------|
| Miami       | 59                             |
| Toronto     | 44                             |
| Los Angeles | 41                             |
| Vancouver   | 37                             |
| Nova Iorque | 36                             |
| Singapura   | 33                             |
| Sydney      | 31                             |
| Abidjan     | 30                             |
| Londres     | 28                             |
| Paris       | 23                             |

Fonte: United Nations Human Development Report (2004: 99); Hoernig e Walton-Roberts (2006:410).

Fig. 1 – Composição étnico-racial de Toronto



Fonte: Cidade de Toronto, Divisão de Desenvolvimento Social Finança & Administração, 2008

tem sido o principal país de naturalidade dos imigrantes, seguida pela Índia, Filipinas, Hong Kong, Sri Lanka, Paquistão e Formosa (Taiwan) (Justus, 2004).

Neste contexto, a imigração portuguesa para o Canadá enquadra-se na fase anterior (a europeia): grande parte dos portugueses chegou ao Canadá na década de 1950 e inícios da década de 1960. Este fluxo migratório foi constituído, em grande medida, por imigrantes oriundos dos Açores, que trouxeram para o Canadá – e especialmente para Toronto – as práticas culturais características da sua vida insular. Estes primeiros imigrantes açorianos transformaram literalmente

a paisagem visual de diversos bairros de Toronto de modo a reflectirem as suas aspirações e o seu dinamismo. Hoje em dia, os seus descendentes continuam a contribuir para o mosaico multicultural do Canadá através do seu património cultural.

### A Imigração Portuguesa para o Canadá: 1953-2007

Como é sobejamente conhecido, a emigração é há muito uma característica da população portuguesa. No entanto, a emigração portuguesa para o Canadá é um fenómeno relativamente recente, que teve início apenas no início da década de 1950. A comunidade luso-canadiana comemorou em 2003 o quinquagésimo aniversário da chegada ao Canadá do primeiro grupo de (oitenta e cinco) imigrantes portugueses, os quais desembarcaram do *Saturnia* em 13 de Maio de 1953, em Halifax. Ainda assim, há que recordar que a história dos contactos portugueses com o Canadá remonta ao século XV – altura em que navegadores portugueses alcançaram e cartografaram partes da costa atlântica correspondente ao actual Canadá. Embora os portugueses não se tenham então estabelecido em terra, o registo histórico da sua presença encontra-se preservado na toponímia desta costa – em nomes como Labrador, Cape St. George, Baccalieu Island ou Fogo Island).

Porém, a vinda de imigrantes portugueses em números consideráveis teve de esperar até à década de 1950 e à promoção activa da imigração por parte do Canadá, a qual visou satisfazer a necessidade de trabalhadores para o sector agrícola e para a construção de caminhos de ferro (Anderson e Higgs, 1976; Teixeira, 1999a; Teixeira e Da Rosa, 2009). Durante esta década, o número de portugueses que chegaram ao Canadá ascendeu a 17.114. Posteriormente, a imigração ao abrigo do reagrupamento familiar contribuiu para a intensificação dos fluxos: 59.677 imigrantes portugueses na década de 1960 e 79.891 na década de 1970. Contudo, estes números começaram a decrescer consideravelmente a partir da década de 1980 – 38.187 nos anos '80, 19.325 nos anos '90 e 2.894 entre 2000 e 2007 –, o que se deveu, em parte, às alterações introduzidas ao nível da legislação e das políticas migratórias canadianas em 1973, mas sobretudo à adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia e ao redireccionamento da emigração portuguesa da América do Norte para diversos países europeus.

Importa salientar que a maioria dos portugueses que emigrou para o Canadá é, ou era, originária dos Açores. Estima-se que entre 60% e 70% de todos os portugueses actualmente residentes no Canadá provenham dos Açores (primeira geração) ou descendam de açorianos (segunda, terceira e quarta gerações). Em termos absolutos, isso corresponde a cerca de 350.000

– 400.000 açorianos ou descendentes de açorianos, para uma comunidade portuguesa residente total constituída por 500.000 a 600.000 pessoas (números não oficiais). É de assinalar que, pese embora o facto dos censos canadianos indicarem “oficialmente” a presença de 357.690 residentes de origem étnica portuguesa, fontes fiáveis no seio da comunidade luso-canadiana sugerem que o seu verdadeiro número é bastante mais elevado – como aliás sucede frequentemente no caso de populações imigrantes (Teixeira e Da Rosa, 2009).

As ilhas dos Açores são, tal como foi já assinalado, a principal região de origem da imigração portuguesa para o Canadá. A emigração tem sido, ao longo da História, uma constante do povo açoriano. Contam-se por milhares o número de açorianos que deixaram as ilhas nos últimos 250 anos. Brasil, Estados Unidos, Bermudas e Canadá têm sido os destinos preferidos. Por conseguinte, actualmente, há mais de 1,5 milhões de açorianos e seus descendentes a viverem no estrangeiro. Destes, aproximadamente entre 350.000 a 400.000 vivem no Canadá e uma boa percentagem (65 a 75%) é oriunda das ilhas de S. Miguel e Terceira.

A maioria dos Açorianos da diáspora é gente que um dia, mais por necessidade do que por razões políticas ou religiosas, deixou o torrão natal em busca de um melhor nível de vida. A maior parte saiu sem família, sem dinheiro e, nalguns casos, com muitas dívidas. Uma vez chegados ao destino final, tiveram de debater-se com o problema da língua e com o consequente choque cultural. Foram muitos os açorianos que, pouco tempo depois de saírem das ilhas e perante as inúmeras dificuldades encontradas no novo meio, pensaram de imediato no “regresso a casa”. Infelizmente, para a maioria destes emigrantes era já tarde demais. Primeiro havia que pagar as dívidas (salvando-se assim a honra da família) e, então sim, “sonhar” com o regresso definitivo à “ilha”, coisa que raramente aconteceu (Teixeira, 2003).

Quanto aos contextos social e económico que favoreceram a emigração, Afonso Tavares, um açoriano natural da vila de Rabo de Peixe, pioneiro da emigração para o Canadá, explica:

*“A vida não era fácil em São Miguel...trabalhava-se duro e forte e ganhava-se muito pouco na altura... Eu tinha dois irmãos que haviam emigrado para as Bermudas e eu o que mais queria era juntar-me a eles. Naquele tempo [princípio dos anos 1950] não era fácil ir para as Bermudas... mas eu tinha uma ‘vocação’ para emigrar. Em Fevereiro de 1953, foi anunciado na minha igreja (‘Edital’) que estava ‘aberta’ a emigração para o Canadá. Fui imediatamente à Câmara da Ribeira Grande dar o meu nome como candidato. Poucos dias depois, fui chamado...e um inspetor da emigração Portuguesa do Continente reuniu-se com a gente e explicou o que era o Canadá e o que a gente ia encontrar quando [lá] chegasse...ele também disse que o clima do Canadá não era igual ao que a gente estava habituado nos Açores. Mas ele disse – há muita gente a viver lá e ninguém morreu por causa do clima! Ele também disse que o Canadá não era um país conhecido, mas era um país rico. De facto, eu tinha feito a minha instrução primária*

*mas nunca tinha ouvido falar do Canadá ...Da América Ok...eu pensava que ele [Canadá] era um Estado ou cidade dos USA!”* (Teixeira, 2003, pp. 11-12).

Para muitos açorianos, a emigração foi mesmo uma autêntica “aventura”, nalguns casos com muitos dissabores e algum sofrimento. Uma vez chegados ao país de acolhimento, havia que trabalhar muito e, frequentemente, em condições bastante difíceis. Como recorda Afonso Tavares, também ele pioneiro da emigração açoriana para o Canadá (Maio de 1953) – juntamente com mais dezassete conterrâneos da ilha de S. Miguel – no Canadá tiveram de trabalhar duramente:

*“Uma vez chegados ao Canadá ...na ‘Casa da Imigração’ [Montreal]...os agricultores do Quebec começaram a chegar para levar quem eles queriam... A maioria dos agricultores, não todos, olhava para a gente...tocava nos nossos braços e nos nossos músculos. Eles queriam ver se a gente era os ‘homens’ [bons trabalhadores] que eles queriam. No meu caso olharam para as minhas mãos à procura de calos....Eu era agricultor em S. Miguel [Rabo de Peixe] por isso não tive medo nenhum. Fui escolhido... A gente costumava trabalhar bastante nos ‘farms’ [Quintas]... às vezes 15, 16 ou mais horas por dia. O nosso patrão gostava muito da maneira como a gente trabalhava e mais tarde deu trabalho a mais dois açorianos que trabalhavam num ‘farm’ ali perto [guardando gado]. Lá eles estavam pensando...estavam a morrer de fome... havia lá muito leite, mas eles não gostavam do pão canadiano [pão em fatias] que os patrões lhes davam...[para além disso] era ‘pão pelo canto de uma agulha’...era de morrer. O meu ‘farm’ era diferente...era uma família italiana [proprietários], por isso havia pão com fatura...”* (Teixeira, 2003: 14).

Muitos sobreviveram graças à sua grande força de vontade. Não queriam desiludir os que tinham ficado em São Miguel. Acreditavam piamente na força do seu trabalho, o qual abria as “portas” do Canadá a novos emigrantes Açorianos e não só, pois eram os que acalentavam o sonho de uma vida melhor no continente americano.

A comunidade portuguesa continuou a crescer ao longo das décadas seguintes, e, hoje em dia, encontra-se presente um pouco por todo o território canadiano (Fig. 2). Porém, a maior parte dos luso-canadianos reside nas províncias de Ontário, Quebec, Colúmbia Britânica, Alberta e Manitoba, onde se concentra principalmente nas cidades de maiores dimensões. Em Toronto, Montreal, Vancouver, Winnipeg e Edmonton, é possível identificar comunidades portuguesas relativamente circunscritas e auto-suficientes. As populações destes bairros (“Little Portugals”) são maioritariamente oriundas dos Açores, o que explica que sejam por vezes colectivamente designadas por “a décima ilha dos Açores” (Murdie e Teixeira, 2003, 2006; Teixeira, 1999b).



Fig. 2 – Distribuição da População Portuguesa no Canadá, 2001



Fonte: Statistics Canada, 2001

### O Impacto do Multiculturalismo nas Áreas Urbanas do Canadá

A partir da década de 1970, a experiência migratória dos portugueses – e dos açorianos em particular – residentes nas áreas urbanas do Canadá tem sido fortemente influenciada pela política multiculturalista oficial do governo canadiano. Em 1971, o governo federal do Canadá anunciou oficialmente a adopção de uma política multiculturalista com o objectivo de salvaguardar o património cultural único do mosaico de povos que, em resultado da imigração, constituíam uma proporção cada vez maior da população do Canadá. Embora o termo “multiculturalismo” seja definido e entendido de diferentes formas em diferentes partes do mundo, no contexto canadiano o “multiculturalismo” consiste num conjunto de políticas e programas públicos que visam promover a diversidade das culturas de origem imigrante que têm vindo a transformar a paisagem social, económica e política do Canadá. Efectivamente, não será exagero afirmar que esta política federal multiculturalista tem desempenhado um papel fundamental ao nível da definição não só das identidades das comunidades imigrantes que compõem o mosaico multicultural do Canadá, como também da própria identidade nacional canadiana (Sandercok, 2004; Belkhodja et al., 2006).

Apesar de tudo isto, há que assinalar que no Canadá – tal como em muitos outros contextos – o multiculturalismo adquiriu um carácter controvérsio. Os canadianos sempre demonstraram alguma preocupação em relação à forma como os imigrantes se adaptam ao seu país e em relação ao modo como são tratados por aqueles cujos antepassados vieram para o Canadá há mais tempo. Nos últimos anos, esta preocupação transformou-se num verdadeiro receio, veiculado tanto pela comunicação social como pelo meio académico, em torno da crescente segregação das comunidades imigrantes e minoritárias em cidades como Toronto ou Vancouver. Estes receios parecem ter aumentado em resultado da crescente diversidade de origens da imigração para o Canadá, traduzindo-se, por exemplo, num aumento do medo em relação ao risco de emergência de fenómenos de radicalismo subversivo entre os jovens pertencentes a certas comunidades. Dito isto, porém, importa reconhecer que, no Canadá – e especialmente em Toronto –, o papel importante e positivo desempenhado pelo multiculturalismo na promoção da tolerância e respeito mútuos entre as diferentes culturas e comunidades étnicas do país é reconhecido de forma generalizada. Hoje em dia, “não há dúvida que, em geral, os canadianos reconhecem que vivem numa sociedade pluralista, na qual a igualdade continua a ser um objectivo social importante. Apesar dos seus eventuais defeitos, não há dúvida que o multiculturalismo contribuiu para este reconhecimento e para esta visão” (Tropé, 2003: 46).

## O mosaico social emergente e a comunidade portuguesa de Toronto

Em 2006, a cidade de Toronto contava com pouco mais de 2,5 milhões de habitantes. Entrando em linha de conta com as áreas suburbanas que fazem parte da Área Metropolitana de Toronto (AMT), esta população era duas vezes maior. Hoje em dia, Toronto é também uma das cidades com maior diversidade étnica em todo o mundo (Graham, 2007). Alguns investigadores referem-se-lhe mesmo como “o mundo numa só cidade”, em parte devido ao facto de nela residirem imigrantes oriundos de mais de 170 países, que falam mais de 100 línguas diferentes (Fig. 3). Com efeito, em 2001, as minorias ‘visíveis’ constituíam 37% da população de Toronto (Anisef e Lanphier, 2003). Durante os anos ‘90 e o início da década de 2000, quase 40% dos imigrantes que vieram para o Canadá instalaram-se em Toronto – significativamente acima dos 28% correspondentes à primeira metade da década de 1980 (Hoernig e Walton-Roberts, 2006). Actualmente, cerca de 44% da população de Toronto



Os padrões residenciais da comunidade portuguesa de Toronto podem ser adequadamente descritos como tendo sido caracterizados por uma fase inicial de concentração espacial, a que se seguiu uma fase posterior de ‘re-segregação’ em áreas suburbanas. Nos primeiros anos do seu processo de estabelecimento enquanto grupo, os portugueses erigiram uma comunidade “institucionalmente completa” no núcleo central da cidade de Toronto, conhecida como “Little Portugal” (“Pequeno Portugal”). Trata-se de um bairro étnico (e enclave económico) com uma identidade forte e bem visível, cujo elevado grau de “completude institucional” é amplamente demonstrado pelo número considerável de empresas, associações e organizações religiosas de portugueses concentradas nesta área. A presença dos portugueses, e dos açorianos em particular, nesta área da cidade de Toronto traduz-se também no seu isolamento espacial e social face à sociedade de acolhimento. A paisagem visual desta parte da cidade reflecte, de uma forma fascinante, traços culturais da vida açoriana, tal como evidenciado pelas hortas urbanas mantidas pelos seus residentes ou pela decoração exuberante das suas casas, em áreas que eram antes bastante degradadas. Não é por acaso que este bairro é considerado parte da “Décima Ilha dos Açores”. Ainda assim, os padrões residenciais dos portugueses têm vindo a alterar-se ao longo das últimas décadas: em resultado da mobilidade social ascendente de algumas famílias portuguesas e do seu desejo de adquirirem a “casa dos seus sonhos”, situada num bairro mais abastado e de preferência nos subúrbios, os portugueses encontram-se hoje em dia presentes em mais partes da cidade do que anteriormente (p.e., Mississauga) (Teixeira, 1999b).

Uma consequência importante da concentração residencial de uma comunidade como a portuguesa consiste no seu impacto sobre o nível de influência e sucesso político dessa comunidade. Em Toronto e nas áreas suburbanas em seu redor (Mississauga, Brampton Markham, Richmond Hill, Woodbridge), certas comunidades imigrantes ou étnicas (como os chineses, os sikhs ou os italianos) constituem exemplos de comunidades que, em certas partes da cidade de Toronto, conseguiram retirar este tipo de vantagens políticas através da criação de enclaves residenciais que maximizam a sua capacidade de influência política, por via da emergência de círculos eleitorais nos quais se encontram sobre-representados. De uma forma mais geral, a capacidade de representação política das várias comunidades e grupos minoritários, aos níveis municipal, provincial e federal, não tem evoluído ao mesmo ritmo (Bagga, 2007).

No caso da comunidade portuguesa, apesar das cinco décadas de presença que leva já no Canadá, a presença dos portugueses enquanto representantes eleitos em todos os níveis da administração – municipal, provincial e federal – tem sido bastante limitada. A maioria dos luso-canadianos considera

que a comunidade deveria ter um melhor desempenho neste domínio, tendo em conta os números consideráveis de portugueses e luso-descendentes que residem nalguns bairros da cidade de Toronto. Apesar de alguns casos pontuais de sucesso – entre 1995 e os nossos dias, três portugueses foram eleitos deputados à Assembleia Provincial (de Ontário) e um ao Parlamento Federal – os portugueses de Toronto (e do Canadá em geral) continuam a ser considerados uma comunidade “invisível”, sem capacidade de se “fazer ouvir”. Apesar dos indícios de que tanto entre as mulheres desta comunidade como entre os luso-canadianos de segunda geração – nascidos no Canadá – os níveis de participação política têm vindo a aumentar, existe uma necessidade clara e premente de que a comunidade portuguesa residente no Canadá se envolva no processo político deste país de uma forma mais activa e direccionada, de modo a que esse envolvimento reflecta mais adequadamente o peso quantitativo da comunidade e o seu contributo para a sociedade canadiana nos restantes domínios.

As Características da População Imigrante de Toronto:  
Qual o Lugar dos Portugueses?

Tal como foi já assinalado, a concentração espacial é um importante factor de sucesso ao nível do processo de integração na vida política, económica e cultural. As características e padrões residenciais dos portugueses nas áreas urbanas do Canadá constituem excelentes exemplos deste fenómeno. Uma das formas de ilustrar as diferenças entre os níveis de segregação espacial dos diversos grupos nacionais ou étnicos é através do índice de concentração residencial. A Tabela 2 apresenta alguns valores desse mesmo índice para o caso da cidade de Toronto. Em termos residenciais, as comunidades que apresentam maiores níveis de concentração são os judeus, seguidos pelos chineses, pelos portugueses e finalmente pelas restantes comunidades (Qadeer e Kumar, 2003). Os elevados níveis de concentração espacial dos judeus parecem dever-se mais a factores de natureza voluntária (como o desejo de preservação das tradições culturais e religiosas), do que a práticas discriminatórias por parte da população autóctone. Os chineses e os portugueses apresentam também elevados níveis de concentração, associados em ambos os casos a uma elevada prevalência de situações de posse de habitação própria, tanto no centro da cidade como nos subúrbios. Tal como sucede com os judeus, a importância atribuída à preservação das tradições culturais constitui uma das causas prováveis da persistência de elevados níveis de concentração espacial entre as comunidades portuguesa e chinesa do Canadá.

**Tabela 2** – Percentagem do Número Total de Secções Estatísticas em que Reside 50% da População de Diversas Comunidades Nacionais ou Étnicas

|  |      |
|--|------|
| Judeus                                 | 3,6  |
| Chineses                               | 10,1 |
| Portugueses                            | 10,6 |
| Italianos                              | 13,4 |
| Indianos orientais/Punjabis/Cingaleses | 13,4 |
| Caribenhos/Jamaicanos/Africanos        | 17,2 |
| Inglêses                               | 24,7 |

Nota: Quanto mais reduzida a percentagem de secções estatísticas nesta tabela, maior o nível de concentração residencial.

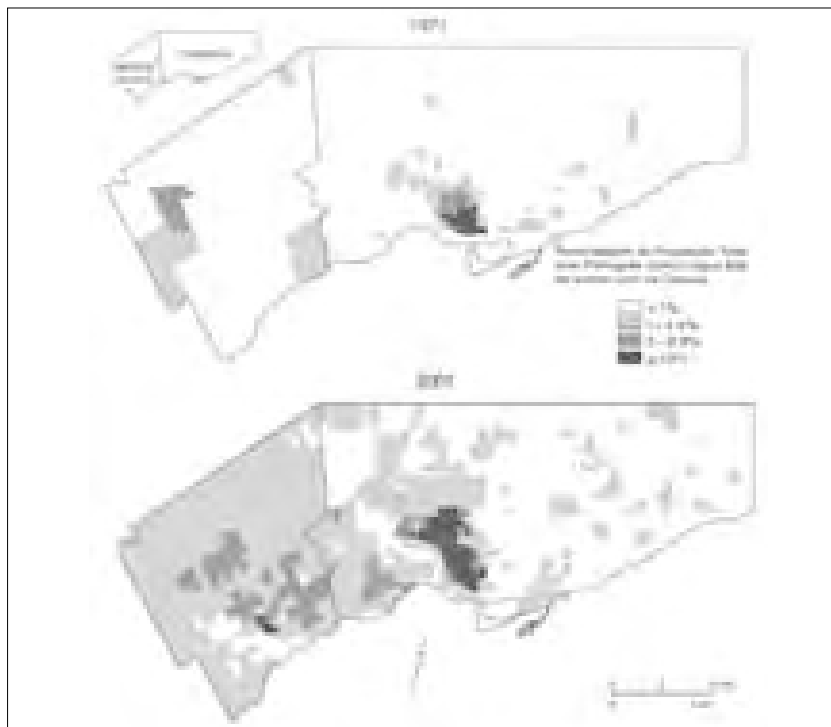
Fonte: Qadeer e Kumar, 2003, p. 9.

Uma outra característica das comunidades imigrantes de Toronto, particularmente da portuguesa/açoriana, é a importância que atribuem à posse de habitação própria e ao investimento na decoração e melhoria da residência. De facto, a elevada propensão para a aquisição de habitação própria é um dos traços culturais mais significativos que os luso-canadianos trouxeram consigo tanto de Portugal continental como das ilhas. Em Toronto, os imigrantes exibem níveis de posse de habitação própria iguais ou superiores aos da população autóctone. Por outro lado, a posse de habitação própria tornou-se também em muitos casos um instrumento de mobilidade social e de obtenção de capital, através da venda posterior com vista à mudança para uma residência maior e mais moderna nos subúrbios (Teixeira, 1999b). Por exemplo, nas décadas de 1960 e 1970, os europeus do sul contavam-se entre as comunidades mais numerosas que então chegavam a Toronto. A vinda de famílias inteiras no âmbito de fluxos migratórios em cadeia propiciou a emergência de áreas residenciais com características próprias, caracterizadas pela presença de espaços religiosos e estabelecimentos comerciais de cariz étnico. Entre os exemplos disto mesmo, contam-se os casos de Kensington Market nas décadas de 1950/1960, ou de "Little Portugal" nas de 1970/1980.

No caso de Kensington, o legado português encontra-se ainda hoje bem patente nas lojas e empresas de portugueses e nas residências pintadas em tons fortes que permanecem como vestígios deste capítulo da extraordinária história deste bairro. Em 2003, Carlos Teixeira apresentou uma proposta no sentido de que o bairro de Kensington fosse incluído na lista de sítios e monumentos históricos do Canadá, tendo essa proposta sido oficialmente aprovada pelo Ministério do Ambiente canadiano em Novembro de 2006. Esta inclusão visou reconhecer o importante papel desta área ao nível do acolhimento dos imigrantes, oriundos de diversas partes do mundo, que no passado se insta-

laram nesta pitoresca parte da cidade de Toronto (Whyte, 2003). Porém, ao longo das duas últimas décadas, um grande número de portugueses – muitos dos quais açorianos – mudou-se do centro de Toronto para os subúrbios (p.e. Mississauga) (Fig.4), em busca da “casa dos seus sonhos” – uma moradia. Nesta matéria, os portugueses, juntamente com os italianos e os imigrantes oriundos de Hong Kong, exibem uma das mais elevadas taxas de habitação própria: mais de dois terços são proprietários da residência em que habitam (Murdie e Teixeira, 2003).

**Fig. 4** – Percentagem da População Total com Português como Língua Mãe, Toronto e Mississauga, 1971 e 2001



Fonte: Statistics Canada, 1971

Por contraste, os imigrantes mais recentes – especialmente as chamadas ‘minorias visíveis’ – deparam-se hoje em dia com enormes dificuldades ao nível do acesso ao exíguo e inflacionado mercado de arrendamento da cidade de Toronto. Por exemplo, certas bolsas de concentração de imigrantes afro-caribenhos e africanos, incluindo refugiados, têm sido identificadas em diversas partes da cidade e dos seus arredores, frequentemente em bairros de habitação social (Mensah e Firang, 2007).

A presença crescente de imigrantes recém-chegados e de membros de minorias visíveis em alojamentos de habitação social deve-se à conjugação

dos baixos rendimentos dessas famílias com os elevados preços praticados no mercado de arrendamento e com a ocorrência de práticas discriminatórias nesse mesmo mercado. Importa sublinhar, no entanto, que nenhuma destas áreas de elevada concentração deve ser considerada um gueto, uma vez que apresentam poucas semelhanças com os guetos de grandes dimensões existentes em numerosas cidades dos EUA (Murdie e Teixeira, 2006; Filion e Bunting, 2006; Ley e Smith 1997). Ainda assim, não há dúvida que a discriminação é uma realidade quotidiana para estes novos imigrantes. Curiosamente, em certos casos esta discriminação parece ser também exercida por imigrantes estabelecidos há mais tempo, incluindo os portugueses. Num estudo recente, Teixeira (2008) procurou examinar as trajectórias residenciais de três comunidades imigrantes lusófonas de génese relativamente recente – angolanos, moçambicanos e cabo-verdianos – no âmbito do mercado de arrendamento de Toronto, através da análise das suas experiências ao nível da procura de habitação e dos resultados dessa mesma procura. Os dados obtidos sugerem que a maioria dos inquiridos foi vítima de algum tipo de discriminação por parte dos senhorios no âmbito das suas buscas por uma casa para arrendar. Tanto os angolanos como os moçambicanos – mais do que os cabo-verdianos – referem a existência de barreiras significativas ao acesso à habitação a preços razoáveis, particularmente no seio da comunidade portuguesa de Toronto.

#### A Imigração e a Economia Metropolitana de Toronto: "Little Portugal"/ "A Décima Ilha dos Açores"

Há muito que a política de imigração canadiana assenta no reconhecimento da importância da imigração como factor de crescimento económico. Os imigrantes oriundos dos mais diversos contextos culturais e sociais que se estabelecem em Toronto constituem um afluxo significativo de capital humano cujas competências diversificadas contribuem positivamente para a economia de Toronto – e de todo o Canadá – através da sua participação no mercado de trabalho, tanto como trabalhadores dependentes como independentes. Actualmente, a imigração é responsável por cerca de 50% do crescimento da população residente do Canadá e por quase 70% do crescimento da população activa deste país (Teixeira, Lo e Truelove, 2007; Jansen e Lam, 2003). No actual contexto de queda da fecundidade e de envelhecimento demográfico, a imigração tem vindo a tornar-se uma componente cada vez mais crucial do crescimento das populações activa e total do Canadá. Em 2003, a imigração foi responsável por 65% do crescimento da população residente; durante a década de 1990, representou quase 70% do crescimento total da população activa do

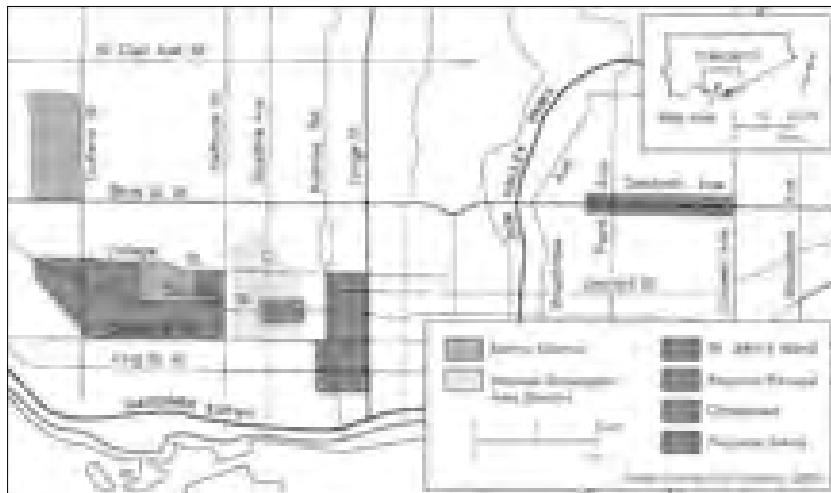


Canadá. Caso os fluxos migratórios com destino a este país se mantenham constantes aos seus níveis actuais, em 2011 a imigração será responsável pela quase totalidade do crescimento da população activa (Belkhodja et al., 2006; Hoernig e Walton-Roberts, 2006).

No que diz respeito ao contributo dos imigrantes para o desenvolvimento económico de Toronto, um dos aspectos em que o seu impacto tem sido mais significativo é ao nível do papel desempenhado pelos empresários e comerciantes de origem imigrante no crescimento e desenvolvimento da cidade. Cada vez mais imigrantes têm vindo a tornar-se trabalhadores por conta própria: actualmente, a proporção destes entre a população imigrante é bastante mais elevada (15%) do que entre a população autóctone (12%) (Teixeira, Lo e Truelove, 2007). Este fenómeno é especialmente notório no caso de comunidades imigrantes – tais como a chinesa, a italiana, a portuguesa, a grega ou a polaca – que se estabeleceram na paisagem urbana de Toronto enquanto comunidades relativamente circunscritas e ‘institucionalmente completas’ e enquanto enclaves económicos de cariz visivelmente étnico (por exemplo, “Chinatown” na área de Dundas/Spadina; “Little Italy” na área de College; “Little Portugal”, também em Dundas/Ossington; ou “Little Greece”, na área de Danforth) (Fig. 5).

O enclave económico associado à comunidade portuguesa – “Little Portugal”, ou a “Décima Ilha dos Açores” – exhibe algumas das características típicas das empresas e estabelecimentos detidos por luso-canadianos: a dimensão (pequena e de cariz familiar), o recurso muito frequente à mão-de-obra familiar e co-étnica e o facto da sua clientela ser ela própria maioritariamente luso-canadiana. Neste sentido, a maioria dos bens e serviços oferecidos em

Fig. 5 – Bairros Étnicos em Toronto, 1900 a 2000



“Little Portugal” encontra-se em grande medida orientada para o “mercado da saudade”: produtos portugueses importados e/ou serviços prestados em português.

No que diz respeito aos pequenos estabelecimentos comerciais Portugueses e a sua importância na gastronomia do emigrante, Flávio Paiva (2004), recorda que mesmo longe da terra mãe nada falta lá fora em termos de produtos do chamado “mercado da saudade”. Referindo-se mais especificamente às cidades Canadianas de Winnipeg e de Toronto onde se concentram milhares de Acorianos:

*“A alimentação é um dos elementos da cultura material do açoriano mais difíceis de mudar... nunca se adaptam à comida norte-americana do ‘fast food’...No plano gastronómico, há ‘shops’ em Winnipeg de comerciantes portugueses que vendem de tudo o que há na Ribeira Grande: peixe fresco, massa sovada, chouriços, morcelas e torresmos de ‘vinha d’alhos’, semelhantes aos do Ildeberto Gouveia, pimenta da terra, inhame, queijo de cabra (sem ser embrulhado, claro, em folhas de conteira), bolo lêvedo das Furnas, ananás de estufa, licor de maracujá do Ezequiel e até pé de torresmo. Hoje pode-se comprar tudo feito e levar para casa (‘take away’). Para traduzir a facilidade com que os produtos alimentares são importados, costuma dizer-se na brincadeira, que um residente nos Açores, que queira comer lapas ou cracas frescas, deverá ir a Toronto.”*

Em algumas cidades Canadianas existem mesmo certas ruas onde se concentram várias famílias da mesam ilha e/ou do mesmo concelho/freguesia. Nesses “bairros” ditos étnicos (“Little Portugal” or “Tenth Azorean Island”) que os açorianos ajudaram a construir e onde, em muitos casos, têm grande visibilidade, sentem-se em casa. Aí partilham alegrias e tristezas. Vivem os “Açores e Portugal” sem esquecer as suas raízes na terra onde nasceram.

A questão que se coloca hoje em dia consiste em saber se “Little Portugal”, bem como os outros enclaves e economias de cariz étnico existentes há mais tempo em Toronto, irão continuar a crescer ou se, pelo contrário, tenderão a desaparecer gradualmente no contexto de uma geografia social mais assimilacionista, como consequência da “internacionalização da imigração” para Toronto. Tal como assinalado por Wallace (2000), o planeamento e implementação das políticas locais de integração numa cidade multicultural como Toronto caracterizam-se por alguns paradoxos. Por um lado, a maioria dos decisores locais reconhece que as comunidades imigrantes têm vindo a transformar a estrutura física e social da cidade, tendo já havido casos em que essas mesmas comunidades foram activamente envolvidas nos processos de planeamento e decisão. Por outro lado, muitos dos responsáveis e decisores locais poderão não estar ainda plenamente preparados para aceitar a ideia de um planeamento favorável ao multiculturalismo e à multiculturalidade.

## Toronto Multicultural e a Comunidade Portuguesa: Que Futuro?

De acordo com as melhores projecções disponíveis, é provável que o volume da imigração com destino ao Canadá se mantenha estável em torno dos 225.000 imigrantes por ano e que a maior parte desta população tome como destino a cidade de Toronto e nela se estabeleça. Tendo em conta a crescente internacionalização da imigração para o Canadá, parece ser certo que o peso das ‘minorias visíveis’ na população de Toronto irá aumentar exponencialmente. Estima-se que, por volta de 2017, cerca de metade da população da área metropolitana de Toronto pertencerá a uma das ‘minorias visíveis’ (Murdie e Teixeira, 2006).

Em termos de trajectórias residenciais, parece provável que, no caso de Toronto, as comunidades imigrantes continuem a suburbanizar-se, tanto através da re-segregação nos subúrbios após passagem inicial pelo núcleo central da cidade, como através da imigração directamente com destino às áreas suburbanas da Grande Toronto. Os níveis de segregação entre algumas comunidades imigrantes e a restante população permanecerão certamente elevados, o que terá como resultado um padrão espacial cada vez mais fragmentado e economicamente diferenciado, caracterizado pela existência de enclaves étnicos em diversas partes da cidade (Murdie e Teixeira, 2006). Ainda assim, importa recordar, juntamente com diversos investigadores e observadores dos processos de integração da população imigrante da cidade de Toronto, que são múltiplos os obstáculos com que os imigrantes se deparam após a chegada: garantir um alojamento adequado a um preço comportável, arranjar emprego, melhorar as competências linguísticas e profissionais, assegurar o acesso a cuidados de saúde e adaptar-se a uma nova cultura.

Apesar de Toronto ter pela frente um conjunto de desafios de monta ao nível da gestão da integração de um número cada vez maior de imigrantes provenientes de origens cada vez mais diversas, a maior parte dos analistas e observadores considera que o futuro da “Toronto Multicultural” é risonho. Em grande medida, isso deve-se ao reconhecimento generalizado – por parte de todos os níveis da administração canadiana – de que Toronto constitui o principal elemento dinamizador da economia do Canadá e de que a população imigrante desempenha um papel central nesse processo (Siemiatycki *et al.*, 2003). De certa forma, é justo afirmar que a imigração com destino a Toronto é, para o Canadá como um todo, uma autêntica “galinha dos ovos de ouro” em termos económicos. Consequentemente, assegurar a manutenção futura deste estado de coisas é do interesse de todos os níveis da administração. Desde que

sejam adoptadas políticas sensatas, é provável que a Toronto do século XXI se torne cada vez mais "o Mundo numa só Cidade".

E em relação à comunidade portuguesa e açoriana de Toronto, que podemos esperar? No longo prazo, a sobrevivência das comunidades e bairros luso-canadianos da área metropolitana de Toronto (e de outras cidades canadianas) nos moldes actuais será provavelmente problemática. São muitos os factores que concorrem nesse sentido: a redução dos fluxos migratórios de Portugal para o Canadá; a deslocação de muitos imigrantes portugueses de primeira geração do centro para os subúrbios; os níveis crescentes de escolaridade e assimilação entre as novas gerações de luso-canadianos; a existência de ameaças internas e externas que podem afectar a comunidade, tais como a chegada de outras comunidades e grupos étnicos (como os chineses, no caso de Toronto); a reabilitação/gentrificação de áreas centrais da cidade; e o aumento do preço das habitações e dos impostos municipais relevantes no caso dessas mesmas áreas centrais. A todos estes factores, há ainda que acrescentar o sonho, por parte de algumas famílias imigrantes (sobretudo entre a primeira geração), de regressar a Portugal continental ou aos Açores após a reforma.

Neste contexto, as transformações que a comunidade portuguesa/açoriana vier a sofrer ao longo das próximas décadas assumirão certamente uma importância central para a sua existência no longo prazo. Apesar dos factores atrás indicados desempenharem um papel muito significativo neste processo, é certamente legítimo afirmar que o futuro dos portugueses residentes no Canadá se encontra verdadeiramente nas suas próprias mãos. Tal como vimos, ao mesmo tempo que a população total do Canadá, e particularmente a sua população imigrante, tem vindo a internacionalizar-se, os portugueses têm contribuído para o mosaico multicultural do Canadá através da sua própria especificidade cultural. Ao fazê-lo, a cultura açoriana assumiu uma forte presença visual na paisagem do centro da cidade de Toronto. A manutenção (ou não) desta situação no futuro continua a ser uma questão em aberto, cuja resposta depende fundamentalmente das novas gerações de luso-canadianos. Embora seja de esperar que os seus níveis de assimilação continuem a aumentar nos próximos anos, nesta altura é difícil antecipar até que ponto é que estas novas gerações procurarão preservar a cultura e as tradições dos seus antepassados. O seu empenhamento para valorizar a especificidade do seu património linguístico e cultural, enquanto portugueses e açorianos, determinará o futuro desta comunidade no Canadá.

Apesar das saudades que sempre sentiram da sua terra natal, sublinhe-se que os emigrantes Açorianos de uma maneira geral raramente regressaram definitivamente à terra onde nasceram. Foram para ficar, criaram raízes, integrando-se

nas sociedades de acolhimento para onde se dirigiram. Alguém já o disse: “Quem quiser conhecer os Açores e os Açorianos não pode ignorar a realidade emigratória”. Entretanto, é importante sublinhar que a corrente emigratória Açoriana mudou drasticamente nas últimas três décadas. Depois de quase três séculos de terra de emigração, os Açores, passaram a ser mais terra de imigração. Esta mudança constitui um sinal do desenvolvimento socioeconómico da região, pelo que os filhos/filhas da terra não têm que sair à procura de um futuro melhor no estrangeiro. Conscientes disto e do facto de que os Açores sem emigração não seriam a região que hoje conhecemos, estão os actuais responsáveis pelo Governo Regional. Por aquilo que temos presenciado na Canadá, nas últimas décadas, tem sido preocupação das autoridades da Região, criar uma “ponte” – estreitar os laços – com os Açorianos da diáspora. Por exemplo, o ainda jovem “Museu da Emigração Açoriana”, com sede na cidade da Ribeira Grande é já uma realidade e surge, como explica o seu Director – Rui Faria – *“como emblema de reconhecimento para com todos aqueles que fizeram parte de um pedaço importante da nossa história Açoriana – A Emigração.”* Segundo ele *“o Museu tem o dever de dar a conhecer a história e cultura, os sucessos e os precalços, as aventuras e perigos por que passaram todos os nossos emigrantes Açorianos, desde Santa Maria ao Corvo...”* (Teixeira, 2007: 71). Portanto, este Museu, que se quer seja um “espaço vivo” da história Açoriana da Emigração, pretende também recordar e passar às novas gerações de Açorianos (das ilhas e do Canadá) uma parte importante da história dos Açores e dos Açorianos no Mundo. Enfim, um reconhecimento para todos os que um dia tiveram de partir à procura de uma vida melhor mas que não esquecem as suas raízes!

## Referências Bibliográficas

- Anderson, G. M. & Higgs, D. (1976), *A Future to Inherit: The Portuguese Communities in Canada*. Toronto: McClelland and Stewart.
- Anisef, P. & Lanphier, M. (2003), “Introduction: Immigration and the Accommodation of Diversity”, in P. Anisef e M. Lanphier (Eds.), *The World in a City*. Toronto: University of Toronto Press. Pp. 3-18.
- Bagga, G. (2007), “From the Komagata Maru to Six Sikh MPs in Parliament: Factors Influencing Electoral Political Participation in the Canadian-Sikh Community”, in K. Graham (Ed.), *Our Diverse Cities*. Ottawa: Metropolis. Pp. 161-165.
- Belkhdja, C. & et al., (2006), “Introduction: Multicultural Futures? Challenges and Solutions”. *Canadian Ethnic Studies*, XXXVIII: I-V.

- Filion, P. & Bunting, T. (2006), "Understanding Twenty-First Century Urban Structure: Sustainability, Unevenness, and Uncertainty", in T. Bunting e P. Filion (Eds.), *Canadian Cities in Transition: Local Through Global Perspectives*. Toronto: Oxford University Press. Pp. 1-23.
- Graham, K. (2007), "Introduction – Our Diverse Cities: Ontario.", in K. Graham (Ed.), *Our Diverse Cities*. Ottawa: Metropolis. Pp. 3-6.
- Harney, R. F. (1985), "Ethnicity and Neighbourhoods", in R. F. Harney (Ed.), *Gathering Place: Peoples and Neighbourhoods of Toronto*. Toronto: Multicultural History Society of Ontario.
- Hoernig, H. & Walton-Roberts, M. (2006), "Immigration and Urban Change: National, regional, and Local Perspectives.", in T. Bunting e P. Filion (Eds.), *Canadian Cities in Transition: Local Through Global Perspectives*. Toronto: Oxford University Press. Pp. 408-418.
- Jansen, C. & Lam, L. (2003), "Immigrants in the Greater Toronto Area: A Sociodemographic Overview.", in P. Anisef e M. Lanphier (Eds.), *The World in a City*. Toronto: University of Toronto Press. Pp. 63-131.
- Justus, M. (2004), "Immigrants in Canadian Cities.", in C. Andrew (Ed.), *Our Diverse Cities*. Ottawa: Metropolis. Pp. 41-57.
- Ley, D. & Smith, H. (1997), *Is There an Immigrant 'Underclass' in Canadian Cities*. Vancouver: Vancouver Centre of Excellence, Research on Immigration and Integration in the Metropolis.
- Mensah, J. & Firang, D. (2007), "The Heterogeneity of Blacks in Ontario and the Racial Discrimination Boomerang.", in K. Graham (Ed.), *Our Diverse Cities*. Ottawa: Metropolis. Pp. 20-25.
- Murdie, R. A. & Teixeira, C. (2006), "Urban Social Space.", in T. Bunting e P. Filion (Eds.), *Canadian Cities in Transition: Local Through Global Perspectives*. Toronto: Oxford University Press. Pp. 154-170.
- Murdie, R. A. (2008), "Diversity and Concentration in Canadian Immigration: Trends in Toronto, Montreal and Vancouver, 1971-2006", *Research Bulletin*, 42. Toronto: Centre for Urban & Community Studies, University of Toronto.
- Murdie, R. A. & Teixeira, C. (2003), "Towards a Comfortable Neighbourhood and Appropriate Housing: Immigrant Experiences in Toronto.", in P. Anisef e M. Lanphier (Eds.), *The World in a City*. Toronto: University of Toronto Press. Pp. 133-191.
- Paiva, Flávio (2004), *História de vida de um emigrante açoriano: Acheegas para o estudo da grande emigração dos Açores para o Canadá (1953-1957) – Narrativa Antropológica*. Ribeira Grande: Seleprinter.
- Qadeer, M. & Kumar, S. (2003), "Toronto's Residential Mosaic.", *The Ontario Planning Journal*, 18: 7-9.
- Sandercock, L. (2004), "Sustaining Canada's Multicultural Cities", in C. Andrew (Ed.), *Our Diverse Cities*. Ottawa: Metropolis. Pp. 153-157.
- Siemietycki, M. & et al., (2003), "Integrating Community Diversity in Toronto: On Whose Terms?", in P. Anisef e M. Lanphier (Eds.), *The World in a City*. Toronto: University of Toronto Press. Pp. 373-456.

- Teixeira, C. & Da Rosa, V. M. P. (Eds.) (2009), "A Historical and Geographical Perspective", in *Portuguese Canadians: Diasporic Challenges and Adjustment*. Toronto: University of Toronto Press. Pp. 3-7.
- Teixeira, C. (2008), "Barriers and Outcomes in the Housing Searches of New Immigrants and Refugees: A Case Study of "Black" Africans in Toronto's Rental Market.", *Journal of Housing and the Built Environment*, 23: 253-276.
- Teixeira, C. (2007), "O Emigrante Ribeiragrandense na Diaspora Acoriana", in *Ribeira Grande – 500 Anos de História (1507-2007)*. Revista da Câmara Municipal da Ribeira Grande, Numero 7. Ribeira Grande, Açores. Pp. 68-71.
- Teixeira, C. (2003), *A Presença Portuguesa no Canada: Uma Perspectiva de Cinco Décadas*. Ribeira Grande, Açores: Câmara Municipal de Ribeira Grande – Museu da Ribeira Grande.
- Teixeira, C. (1999a), "Portuguese", in P. R. Magocsi (Ed.), *Encyclopedia of Canada's Peoples*. Toronto: University of Toronto Press.
- Teixeira, C. (1999b), *Portugueses em Toronto: Uma Comunidade em Mudança*. Angra do Heroísmo, Açores: Direcção Regional das Comunidades.
- Teixeira, C.; Lo, L.; Truelove, M. (2007), "Immigrant Entrepreneurship, Institutional Discrimination, and Implications for Public Policy: A Case Study of Toronto.", *Environment and Planning C*, 25: 176-193.
- Troper, H. (2003), "Becoming an Immigrant City: A History of Immigration into Toronto since the Second World War.", in P. Anisef e M. Lanphier (Eds.), *The World in a City*. Toronto: University of Toronto Press. Pp. 19-62.
- Wallace, M. (2000), "Where Planning Meets Multiculturalism: A View of Planning Practice in the Greater Toronto Area.", *Plan Canada*, 40: 19-20.
- Whyte, M. (2003), "Giving Up Market", *Toronto Star*, 21 December, B1, B7.

# Participação política dos Luso-Americanos nos Estados Unidos da América: Implicações para os Açores<sup>1</sup>

James M. McGlinchey

Coordenador do *Portuguese American Citizenship Project*, EUA

## Introdução

Em Fevereiro de 1999, a Fundação Luso-Americana lançou o *Portuguese American Citizenship Project*, com o objectivo de incentivar os Luso-americanos a tornarem-se cidadãos americanos de ascendência portuguesa, recensear-se para votar e votar.

O Projecto trabalhou com mais de setenta instituições religiosas, profissionais e de solidariedade social de vinte e sete comunidades em cinco estados – de Massachusetts à Califórnia. Deu apoio às organizações e aos seus membros, na identificação de prioridades, recolha de informações e desenvolvimento e implementação das estratégias da campanha.

Neste trabalho faremos uma apresentação do *Portuguese American Citizenship Project*. Quem somos, porque somos e como fazemos o nosso trabalho. Depois de descrevermos a metodologia do projecto, analisaremos os dados sobre a participação política ao nível local, estadual e federal. Finalmente, teceremos algumas considerações sobre a forma como a participação dos luso-americanos nas eleições americanas, afecta as relações bilaterais entre Portugal e os Estados Unidos da América e, mais especificamente, sobre os seus efeitos,

---

<sup>1</sup> O autor reconhece que esta apresentação não tem o nível de um artigo académico. A informação apresentada é uma derivação do objectivo principal e essencial do projecto – promover a participação cívica. Os dados são o resultado de estudos da situação de partida da participação eleitoral que medem a força das organizações luso-americanas. Todas as conclusões extraídas a partir destes dados podem ser, necessariamente, sujeitas a interpretações diversas. Comentários e críticas são bem-vindos. Informações gerais sobre o *Portuguese American Citizenship Project* podem ser encontradas em [www.portugueseamerican.org](http://www.portugueseamerican.org). As opiniões apresentadas neste artigo são da exclusiva responsabilidade do autor e não reflectem necessariamente as opiniões da Fundação Luso-Americana ou do *Portuguese American Citizenship Project*.



directos e indirectos, na Região Autónoma dos Açores. Deve notar-se que se estima que 80% dos imigrantes portugueses nos Estados Unidos, emigrem ou tenham antepassados que emigraram dos Açores.

## Contexto

### O Desafio

A integração das comunidades imigrantes na arena política é uma luta contínua na sociedade americana. Por um lado, o princípio básico da democracia exige que tantos membros da sociedade quanto possível, tenham uma participação cívica activa. Por outro lado, o processo de incorporação das novas vagas de imigrantes é frequentemente dificultado, na medida em que é encarado como vantajoso para um grupo político em detrimento de outro. Na verdade, embora as intenções sejam boas, as campanhas para promover a naturalização e o registo dos imigrantes no recenseamento eleitoral, normalmente são conduzidas por organizações que têm interesses políticos particulares.

O *Portuguese American Citizenship Project* propõe-se capacitar as organizações comunitárias, de forma independente, completamente dissociada da agenda política ou da promoção de qualquer tipo de causa. O plano de trabalho consiste em apresentar aos grupos comunitários, comprovados instrumentos técnicos para a mobilização de seus membros. Como resultado, cada grupo comunitário – as pessoas – podem, com maior confiança, exprimir e transmitir as suas preocupações aos representantes governamentais, em vez da prática habitual de serem os líderes políticos a ditar “a vontade do povo” para o povo.

### *O Portuguese American Citizenship Project*

Os imigrantes portugueses atravessam o Atlântico para a América há mais de um século. A esmagadora maioria destes imigrantes tem origem nos Açores.

À semelhança de outros grupos étnicos, os luso-americanos integraram-se económica e socialmente na sociedade americana. Ao contrário de outras comunidades imigradas, em particular de origem europeia, os luso-americanos consideram que têm menor participação cívica do que outras comunidades e, consequentemente, têm menos poder de influência sobre a sua própria governação.

De acordo com caracterizações tradicionais da comunidade, muitos portugueses nunca se candidataram à aquisição da cidadania americana, apesar de trabalharem e residirem legalmente nos EUA há décadas. De igual modo,

muitos dos que adquirem a cidadania, não se registam para votar. E, finalmente, os que estão recenseados para votar, não votam.

Devido a esta imagem de apatia política generalizada, as comunidades luso-americanas não têm tido vantagens políticas compatíveis com a sua concentração populacional e poder económico. As consequências deste aparente afastamento do processo político são reais e directas.

Os candidatos a cargos políticos não ignoram os luso-americanos por causa do preconceito étnico – alguns dos candidatos são eles próprios luso-americanos. Os candidatos não procuram votos junto da comunidade luso-americana simplesmente porque acreditam que a comunidade não irá votar. O desafio é entender a causa desta apatia política, medir a extensão do problema e tomar medidas para estimular uma maior participação no processo político.

Em Fevereiro de 1999, a Fundação Luso-Americana (FLAD) iniciou o *Portuguese American Citizenship Project*. O Projecto visa estimular os luso-americanos a participar plenamente nas actividades cívicas das suas comunidades, isto é, a tornar-se cidadãos dos EUA, a registar-se nos cadernos eleitorais e a votar.

O programa de financiamento foi administrado por um coordenador com contrato com a Fundação Luso-Americana.

Como parte do projecto, a Fundação Luso-Americana deu pequenos subsídios a organizações comunitárias para a implementação de um plano de acção que visasse impulsionar a comunidade a desenvolver actividades de promoção da participação cívica, muito além da taxa normal.

O projecto assenta no pressuposto que as próprias comunidades são mais capazes de determinar a melhor estratégia para incentivar uma maior participação cívica. Estes líderes comunitários e activistas compreendem os problemas específicos das comunidades e com elas podem mais facilmente superá-los.

Os recursos organizacionais, humanos e financeiros são um obstáculo significativo. Porém, a questão mais difícil permanece: como mobilizar a comunidade de forma efectiva e eficaz?

### *Campanhas sem candidatos*

Com base na experiência colectiva de activistas comunitários, o projecto desenvolveu uma metodologia trifásica de incentivo às organizações comunitárias sem fins lucrativos, para copiarem os métodos de campanha dos políticos.

Supondo que, no mundo darwinista da política, os candidatos políticos bem sucedidos desenvolveram métodos e práticas mais eficientes de organização da campanha, uma organização sem fins lucrativos deve imitar esses mesmos procedimentos, desde que sejam exequíveis. A grande diferença é que uma

campanha não-partidária não apoia um candidato ou um problema – é uma “campanha sem candidato.”

PASSO 1 – Avaliar a força política

O primeiro passo essencial é definir, com precisão, a participação cívica actual decorrente da pertença a uma organização.

Ao cruzar o registo dos membros de uma organização, com o registo de eleitores e evolução histórica da lista de eleitores do governo local, os organizadores podem definir quem está registado para votar, quando e com que frequência estes indivíduos votam. Esta informação é essencial para centrar as estratégias na cidadania, no recenseamento eleitoral, e/ou no número de eleitores.

A tabela a seguir apresenta os resultados de um relatório recente sobre a Freguesia de Santo Cristo (Santo Cristo Parish), em Fall River, Massachusetts.

Tabela 1 – Histórico do recenseamento eleitoral: freguesia de Santo Cristo

|   |                   |   |  |
|---|-------------------|---|--|
| População residente em Fall River                 |                   | 3.893   |  |
| Eleitores inscritos na cidade de Fall River       |                   | 1.267   | chefes de família  |
|   |                   | 2.085   | Todos os membros da família  |
| Desempenho dos eleitores residentes em Fall River |                   |   |  |
|   | Chefes de família | Percentagem de todos os residentes inscritos elegíveis para votar | Histórico eleitoral da cidade como percentagem de todos os eleitores inscritos |
| Estatísticas Comparáveis                          |                   |   |  |
| Eleitores Nov 2002                                | 939               | 53,5%   | 41,7%  |
| Eleitores Set 2003                                | 720               | 41,0%   | 22,7%  |
| Eleitores Nov 2003                                | 1071              | 61,0%   | 38,8%  |
| Eleitores Mar 2004                                | 412               | 23,5%   | 16,3%  |
| Eleitores Set 2004                                | 393               | 22,4%   | 12,2%  |
| Eleitores Nov 2004                                | 1242              | 70,8%   | 56,4%  |
| Eleitores Set 2005                                | 722               | 44,2%   | 27,2%  |
| Eleitores Nov 2005                                | 958               | 58,6%   | 41,2%  |
| Eleitores Set 2006                                | 722               | 43,6%   | 28,8%  |
| Eleitores Nov 2006                                | 958               | 56,0%   | 47,3%  |
| Eleitores Set 2007                                | 727               | 57,4%   | 33,4%  |
| Eleitores Nov 2007                                | 739               | 58,3%   | 37,9%  |
| Eleitores Feb 2008                                | 774               | 61,1%   | 36,6%  |

A tabela 1 mostra que a paróquia regista 3.893 membros residentes na cidade de Fall River. Estes membros listados são normalmente, mas nem sempre, os chefes de família. Crianças e idosos dependentes, por norma, não são incluídos nesta lista.

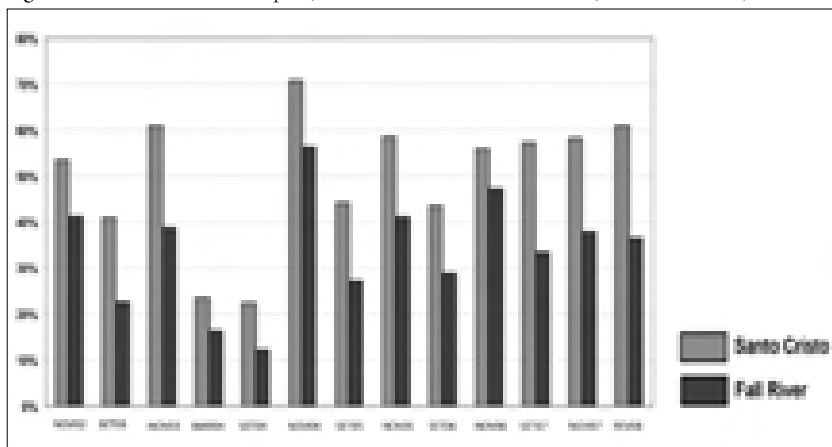
O projecto identificou 1.267 chefes de família que estão registados para votar. Além disso, o projecto identificou mais de 818 membros de famílias – filhos adultos ou idosos – que também estão registadas para votar. A paróquia de Santo Cristo engloba um total de 2.085 eleitores registados – o maior grupo de eleitores registados na cidade.

O recenseamento eleitoral é uma condição necessária, mas não suficiente, para a participação cívica. Um cidadão não deve apenas inscrever-se para votar, mas também completar o processo efectivando o seu voto. A afluência às urnas<sup>2</sup> em Fall River, e em todo o país, varia de acordo com o tipo de eleições. As eleições presidenciais mobilizam mais eleitores do que as do conselho escolar.

A paróquia de Santo Cristo não só representa o maior conjunto de eleitores luso-americanos inscritos, mas também os que continuamente mais votam, no contexto da cidade.

A figura seguinte ilustra a relação entre a percentagem de votantes na paróquia de Santo Cristo e no conjunto da cidade.

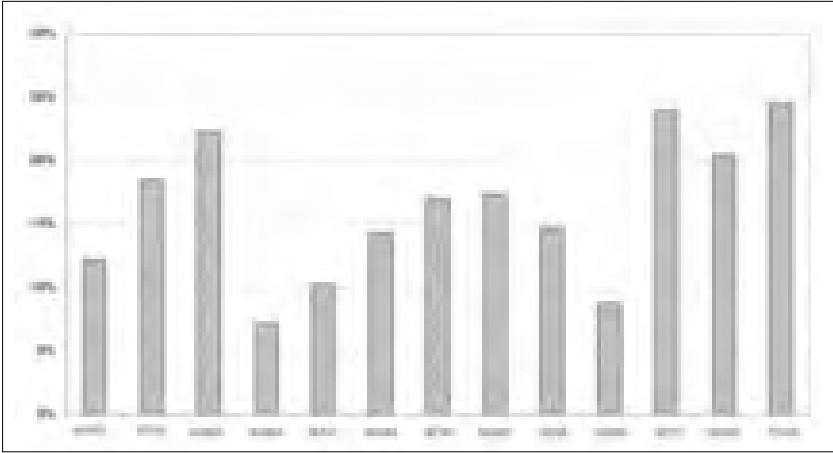
**Fig. 1** – Afluência às Urnas: comparação entre Fall River e Santo Cristo (Chefes de Família)



Para demonstrar a maior participação eleitoral da paróquia, o gráfico a seguir apresenta a diferença entre o número de eleitores chefes de família registados na paróquia e a média da cidade.

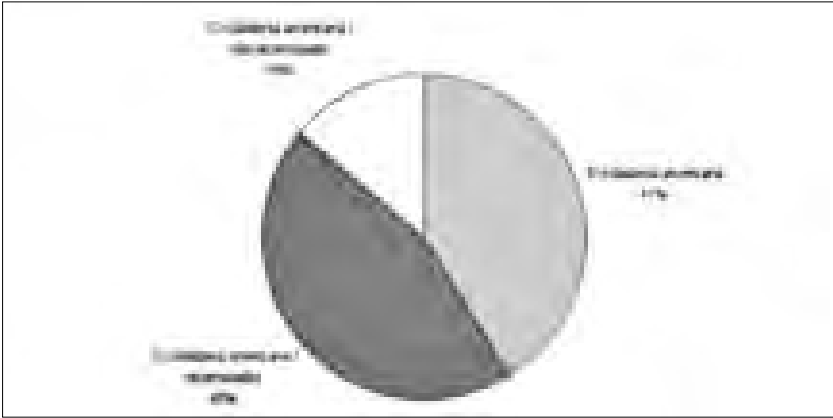
2 A afluência às urnas é definida dividindo-se o número de votos pelo número de eleitores inscritos para votar.

Fig. 2 – Diferença na afluência às urnas entre os eleitores de Fall River e Santo Cristo (Chefes de Família)



Por outro lado, o Projecto também investigou a relação entre o registo eleitoral e o estatuto de cidadania dos residentes na freguesia. A figura 3 apresenta os resultados dessa análise.

Fig. 3 – Distribuição dos residentes de Santo Cristo, segundo o estatuto de cidadania e a inscrição no Recenseamento Eleitoral



Uma taxa de inscrição de 45% é baixa em comparação com a taxa de inscrição estimada para a cidade de mais de 70% dos moradores elegíveis. Mas, após o ajuste para os não-cidadãos, mais de 76% dos residentes elegíveis estão registados para votar.

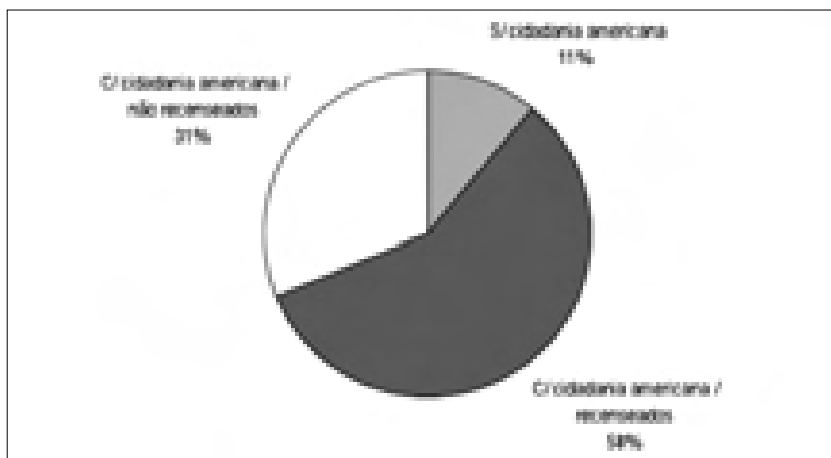
É também de salientar que os políticos realmente não se importam com quem não vota e as suas razões. Importam-se, porém, com a quantidade de pessoas que uma organização mobiliza para as urnas no dia das eleições.

A elevada percentagem de eleitores recenseados em Santo Cristo e a elevada afluência às urnas têm um impacto significativo nas eleições locais. No período analisado, Santo Cristo, conta com 4,7% dos eleitores luso-americanos recenseados na cidade e representa mais de 7% dos votos expressos nas últimas eleições municipais.

Santo Cristo é, em certo sentido, uma representação profunda da comunidade imigrante portuguesa. Se um imigrante recém-chegado, ou que chegou há muitas décadas mas ainda tem “saudades” ou desejo de voltar para Portugal, Santo Cristo e as freguesias vizinhas, são os locais indicados para onde estas pessoas deveriam ir.

Comparativamente, uma análise da repartição dos cidadãos *versus* não-cidadãos da freguesia de St. Elizabeth, a menos de 20 quilómetros de distância, e que é uma freguesia com uma forte componente étnica portuguesa, tal como Bristol, Rhode Island, mas numa região mais rica, produz um resultado diferente (Fig. 4).

Fig. 4 – Distribuição dos residentes de St. Elizabeth, segundo o estatuto de cidadania e a inscrição no Recenseamento Eleitoral



## PASSO 2 – Conduzir as Campanhas de participação eleitoral

O objectivo da introdução destas bases de dados de pertença a organizações/registos de participação eleitoral, é criar uma metodologia que permita a uma instituição poder conduzir campanhas políticas ajustadas aos seus recursos financeiros e humanos.

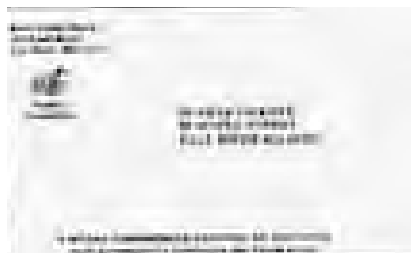
Para serem eficazes, estas campanhas devem ser repetidas ano após ano. Para ser replicado, o método não pode esgotar a organização e os seus

membros; caso contrário, o esforço será em vão e o problema da participação política rapidamente regredirá até ao seu anterior estado.

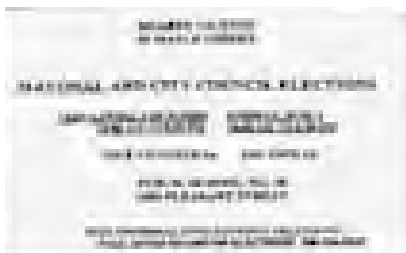
A base de dados pode ser usada para *mailings* segmentados incentivando o recenseamento eleitoral e/ou a participação dos eleitores. Por exemplo, durante as eleições primárias e gerais em 2006, as comunidades que participaram enviaram mais de 70.000 cartões endereçados aos eleitores, indicando o seu local de votação e o horário das assembleias de voto.

Os cartões são elaborados de modo a informar os eleitores inscritos do seu local de votação. Isto tem um efeito significativo na participação eleitoral, especialmente nas eleições municipais e nas eleições primárias, em que existe pouco interesse da comunicação social. A seguir apresenta-se um exemplo desse cartão.

Exemplo do Cartão (Frente)



Exemplo do Cartão (Verso)



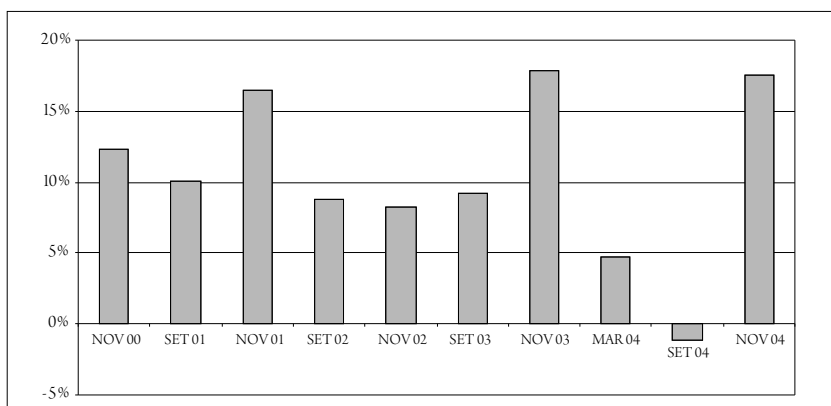
### PASSO 3 – Avaliar os resultados

Todas as organizações da comunidade luso-americana dispõem de recursos financeiros e humanos muito limitados para dedicarem à participação política. Por conseguinte, cada acção para promover o recenseamento e a participação eleitoral deve ser constantemente avaliada para garantir uma utilização mais eficiente dos recursos escassos. Se uma iniciativa funciona, deve ser continuada, se não, deve ser descartada.

Porque uma “campanha sem candidatos” não é, por definição, para promover a eleição de um qualquer indivíduo, é importante medir o impacto que qualquer esforço de campanha pode ter na afluência às urnas.

Um exemplo gritante, ainda que negativo, é o de uma organização que não enviou os cartões de apelo à participação eleitoral nas eleições de Setembro de 2004. O impacto que teve o não envio dos cartões é visível no gráfico seguinte (Fig. 5), onde podemos observar que houve uma diferença de quase 11% entre o desempenho da organização nas eleições de Setembro de 2002, quando os cartões foram distribuídos, e Setembro de 2004, quando não foram enviados.

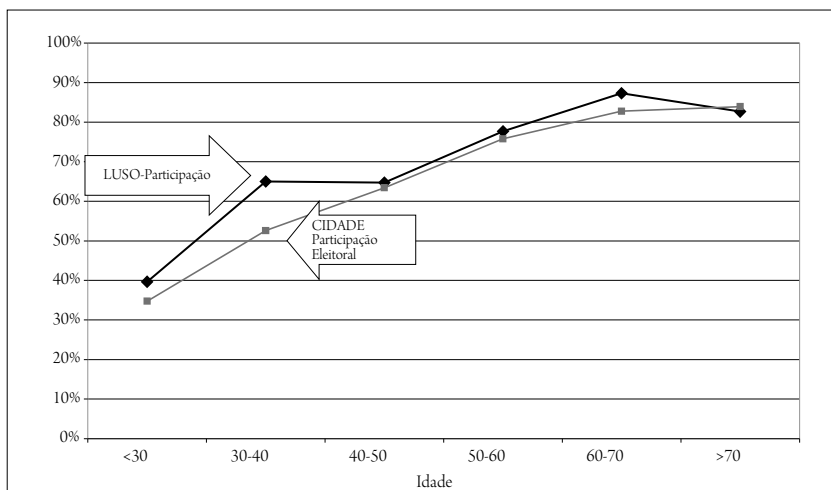
Fig. 5 – Diferença entre participação eleitoral e a média da cidade



Por uma larga margem, os membros da paróquia tiveram maior participação eleitoral que a comunidade em geral. Por conseguinte, pode admitir-se que os cidadãos que levam os seus deveres religiosos a sério também podem levar os seus deveres cívicos mais a sério do que outros. Além disso, a análise efectuada pela igreja do Santo Cristo foi limitada a chefes de família que são, em média, os cidadãos mais velhos.

Uma avaliação de todos os eleitores luso-americanos de Tulare, Califórnia, confirma, no entanto, que os imigrantes portugueses que se registam para votar levam a obrigação cívica mais a sério do que a população em geral. O gráfico seguinte apresenta a distribuição da participação eleitoral por faixas etárias. Note-se que a comunidade luso-americana tem uma maior participação de eleitores em cada faixa etária (Fig. 6).

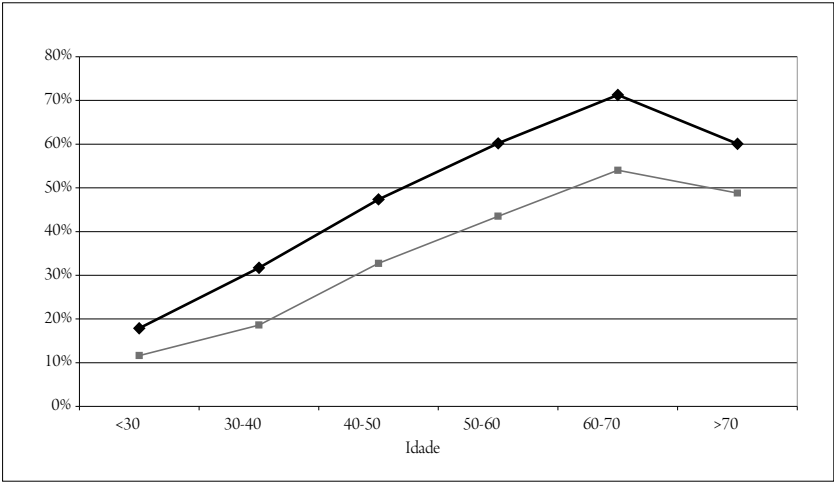
Fig. 6 – Participação Eleitoral segundo a idade (Novembro de 2006), Cidade de Tulare e Luso-americanos





Por outro lado, a influência da pertença a uma organização religiosa também pode ser medida. O número de eleitores da paróquia do Espírito Santo, um bairro ao lado da freguesia de Santo Cristo, mostra que a comunidade paroquial tem uma participação eleitoral muito superior à média do conjunto da cidade de Fall River (Fig. 7).

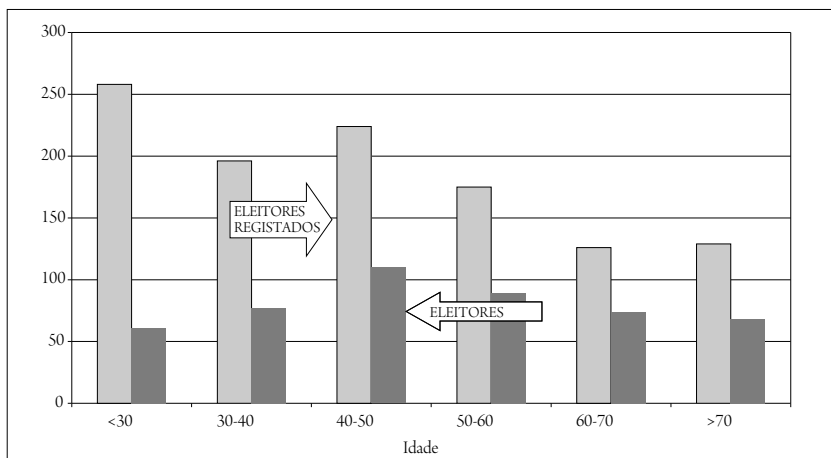
Fig. 7 – Participação Eleitoral segundo a idade (Setembro 2007), paróquia do Espírito Santo (Todos os membros da Família) e cidade de Fall River



A comunidade luso-americana tanto de Tulare como em Fall River apresenta o mesmo desempenho irregular na participação eleitoral, por grupos de idade. Os jovens registam-se, mas têm uma taxa de participação eleitoral significativamente menor do que o resto da comunidade.

O problema dos jovens não votarem é apresentado na seguinte distribuição dos luso-americanos por idade em Hilmar, Califórnia, onde se observa que os mais jovens são o maior segmento da população no registo eleitoral, mas é o grupo com o menor número de eleitores reais para todas as faixas etárias (Fig. 8).

**Fig. 8** – Eleitores registados versus eleitores actuais Novembro 2006 Comité Luso-americano de Hilmar (Todos os membros da Família)



#### PASSO 4 – Noite dos Candidatos

O projecto não apoia nenhum candidato nem apoia qualquer assunto específico. Porém, ajuda na criação de um fórum onde a comunidade pode solicitar aos candidatos a cargos políticos respostas a questões e prioridades que considerem importantes para o seu bem-estar.

A *Noite dos candidatos* é um fórum onde os membros da comunidade, agindo como um grupo, podem abordar directamente os candidatos a cargos públicos, sobre o que a comunidade quer – uma inversão do sentido normal de discurso político, onde os candidatos dizem aos eleitores o que pensam ser importante. Aqui, os cidadãos e não os candidatos, determinam a agenda da campanha eleitoral.

O documento seguinte corresponde a uma lista de perguntas colocadas aos candidatos a vereador em Santa Clara, Califórnia.

##### O Fórum Luso-americano de Santa Clara

##### “Noite do candidato” questões do fórum


3 de Novembro de 2006

1. Os cuidados aos Idosos representam uma questão importante para a nossa comunidade e a maioria dos idosos luso-americanos não são proficientes em Inglês. Para que eles não se sintam excluídos do centro para idosos da cidade, teriam de ser fornecidos serviços, actividades e a assistência de tradução. Se eleito como pretende resolver esta questão? E quando?
2. Está previsto um grande empreendimento perto de Santa Clara University e da baixa da cidade. Se for aprovado, ele será financiado pelos contribuintes de Santa Clara? Ou quem vai financiá-lo e como?
3. De acordo com o San Jose Mercury News, de 24 de Agosto de 2006, existe uma proposta que está a ser apresentada para uma cidade coreana em Santa Clara. Acha que com a diversidade étnica que temos em Santa Clara, deveríamos ter uma única identidade étnica para esta cidade?

*A Noite dos candidatos* não é simplesmente um evento à noite. Depois de terminada, o envio de cartas oficiais para os candidatos eleitos que participaram no evento são extremamente úteis.


Para garantir que os fóruns não estão cheios de promessas vazias, o debate é gravado. Após a eleição, é realizada uma revisão da gravação de vídeo para determinar quais as promessas que foram feitas por cada um dos candidatos. A meio do mandato do candidato eleito é enviada uma carta solicitando uma

OUR LADY OF MOUNT CARMEL PARISH FAMILY  
 230 Bennett Street  
 New Bedford, Massachusetts 02740-1098



City Councilor Debora Coelho  
 New Bedford City Council  
 New Bedford, MA

Immigrants' Assistance Center  
 58 Crapo St.  
 New Bedford, MA 02740



June 20, 2007

Dear Councilor Coelho,

Once again, thank you for participating in October 2005 Candidates' Night at Mount Carmel Parish. Our community appreciated learning your positions on important issues and how you planned to address these problems.

Our civic involvement is not limited to one evening's debate between candidates but rather an on-going exchange between our elected officials and the community. In that light, we wish to know what action has been taken regarding the important points you raised during your presentation.

Specifically:

- Improving safety: You stated that you would solve police contracts, reinstate gang units, reopen the North and South End police stations, make all police officers community police officers, and create a master plan that includes a formal headquarters
- Accountability: You stated you would review the city budget, looking especially to reduce overtime, and look at other cities for models on how to save money
- Adult Education: You stated you would make it as easy as possible for immigrants to learn English, especially by bringing classes into their neighborhoods
- Snow: You stated that you would work to replace plows lost in privatization

A brief answer to these questions – not more than one page - would be appreciated. Please reply at your earliest convenience to the Immigrant Assistance Center at the address listed above.

We plan to compile into a composite report all of the responses from the Candidates' Night participants who were elected in the November 2005 City Election.

After we have completed this report, but before it is made available to our community, we will send you a copy so that you can ensure your views and actions are accurately presented. Finally, we will translate the responses into Portuguese.

Sincerely,

actualização sobre o cumprimento dessas promessas. A interacção contínua entre a comunidade e os candidatos eleitos, mantém a comunidade informada sobre as políticas que lhes dizem respeito e tornam os políticos locais mais responsáveis.

Esse processo de acompanhamento é ilustrado pela cópia de uma carta enviada pelos paroquianos de Mount Carmel, em New Bedford, Massachusetts, à Presidente da Câmara de New Bedford, que a seguir se apresenta.

## Conclusão

O maior envolvimento político dos luso-americanos nos Estados Unidos, tem benefícios para Portugal em geral e os Açores em particular?

Como foi referido anteriormente, a missão do *Portuguese American Citizenship Project* é estimular a participação cívica dos luso-americanos. O projecto não promove republicanos ou democratas. Não toma uma posição a favor ou contra a eleição de Luso-americanos. O projecto não adopta qualquer posição relativamente às relações externas entre os Estados Unidos e Portugal. Preocupa-se apenas com a promoção da participação cívica dos luso-americanos.

As questões colocadas aos vereadores em Santa Clara, Califórnia e a carta para a presidente da Câmara de New Bedford dizem respeito a questões locais. Um presidente de câmara na Nova Inglaterra vai perder as eleições, se ele ou ela não conseguirem remover eficientemente a neve no Inverno. Na Califórnia, a indústria de lacticínios dos luso-americanos dos Açores enfrenta três questões políticas fundamentais: os preços do leite, a disponibilidade e preço da água e as preocupações ambientais. Estas são todas questões domésticas.

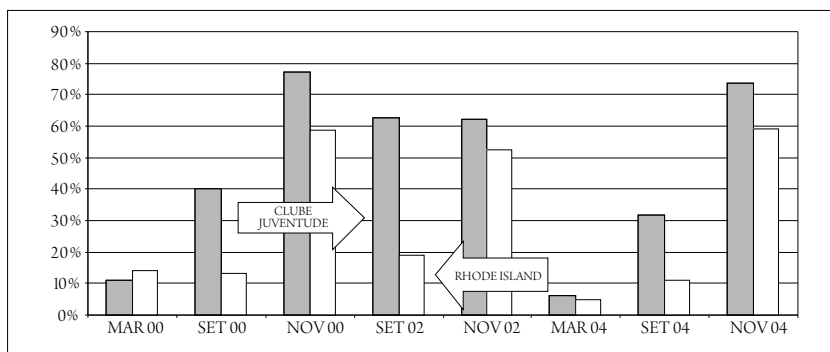
Um ex-líder da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos declarou que toda política é local. Para a comunidade luso-americana esta afirmação aplica-se tanto às comunidades da Costa Leste como da Costa Oeste.

Não obstante a importância da política de bairro, a organização política eficaz por parte da comunidade luso-americana ao nível da cidade e do estado, tem consequências para o governo nacional.

Em 2002, nas eleições primárias para a nomeação do governador democrata de Rhode Island, um luso-americano concorreu contra dois adversários poderosos. No início da campanha, projectou-se que o luso-americano iria ganhar apenas 5% dos votos. O dia antes das eleições primárias, estimava-se que ganhasse 13% dos votos. Quando os votos foram contados, o luso-americano ganhou 25% dos votos e efectivamente arruinou a candidatura de um opositor que estava a contar com o apoio da comunidade portuguesa.

A figura seguinte, de um clube social em Cumberland, Rhode Island, ilustra a participação excepcional da comunidade portuguesa nestas eleições. Os membros votaram quase três vezes mais que a taxa média do estado.

Fig. 9 – Clube Juventude Lusitânia: Participação Eleitoral



Em 2006, o candidato que perdeu as primárias para governador, concorreu e ganhou um lugar no Senado dos EUA, uma vitória que era necessária para o Partido Democrata se tornar o partido da maioria no Senado. Eleições pequenas muitas vezes têm grandes consequências.

A lição de 2002 não foi esquecida por nenhuma figura política em Rhode Island. Porém, a pergunta permanece: essa mobilização política tem um benefício efectivo para os Açores?

Há duas questões com que estou razoavelmente familiarizado para as poder usar como exemplos: o problema do repatriamento forçado de cidadãos portugueses que foram condenados por crimes graves nos Estados Unidos e as negociações em torno do uso da Base Aérea das Lajes, por parte das forças armadas americanas.

A expulsão de cidadãos é uma questão complicada e tem causado alguns constrangimentos nas relações externas dos Estados Unidos desde 1996, quando a lei foi promulgada. Portugal tem um problema de várias centenas de repatriações, enquanto a América Latina tem um problema com dezenas de milhares de repatriações.

Independentemente da força política da comunidade luso-americana nos EUA, a lei não será alterada por causa de Portugal – o problema é maior do que qualquer país. Contudo, há medidas para mitigar os danos causados pelas repatriações.

O procurador do distrito e o xerife do condado de Bristol, Massachusetts estão a contribuir para o salário de um trabalhador social de uma ONG em New

Bedford, que trabalha com os futuros deportados presos na cadeia do condado. O objectivo das entrevistas é determinar as necessidades dos indivíduos em vias de serem deportados e as melhores formas de auxiliar na inclusão destes indivíduos na sociedade açoriana.

A motivação destes funcionários para apoiarem o esforço que está a ser desenvolvido é, em parte, altruísta pois ambos têm vínculos pessoais com os Açores, mas também tem muito de política. Compreende-se que o repatriamento forçado tenha tido um forte impacto nos membros da família que ficam nos EUA e esta questão é um dos principais problemas políticos internos que os políticos locais têm de enfrentar. Ao abordar o efeito do repatriamento na comunidade dos EUA, estes funcionários estão, de facto, a contribuir para um processo mais eficaz de ajuda a essas pessoas aquando da fixação num novo contexto social. Eles estão a ajudar os Açores.

Sobre a Base Aérea das Lajes, o problema é mais complexo. As questões em torno das Lajes, como por exemplo, a importância da própria base para os interesses estratégicos dos EUA e o impacto económico e social das forças americanas na sociedade terceirense, surgem no contexto das obrigações de Portugal para com a NATO. São realizadas reuniões semestrais entre Portugal e os EUA para definir detalhes de organização interna tais como: contratos de trabalho, preocupações ambientais e a doação de equipamentos excedentes por parte dos EUA. Daquilo que é o meu conhecimento, estas negociações nunca tiveram a intervenção de algum político americano, muito menos um político de um estado com uma população significativa de luso-americanos. Mas as preocupações políticas internas são transversais a todo o governo nos EUA. É o que nos torna uma democracia. Se as circunstâncias em torno das negociações com Israel, Irlanda e Grécia, por exemplo, fossem semelhantes, é provável que as considerações políticas internas desempenhassem um papel importante na definição da posição negocial dos EUA.

Embora haja muitas razões pelas quais as negociações na Base Aérea das Lajes são deixadas exclusivamente a funcionários do governo, um facto é claro: ninguém, nem mesmo nas comunidades com fortes laços com Portugal, as negociações das Lajes foram usadas como um trunfo a apresentar nas campanhas políticas nos EUA. Sem a pressão das bases, as considerações políticas internas não desempenham qualquer influência nas deliberações.

A pressão interna pode e deve fazer a diferença. Eu trabalhei no Serviço de Estrangeiros Americanos na Polónia comunista entre 1976-1978. A Polónia, como parte do Pacto de Varsóvia, pelo menos em teoria, tinha as suas forças armadas prontas para atacar a Europa Ocidental. Esse facto desagradável não impediu que os congressistas eleitos pelas comunidades polacas na América

emitissem avisos quase diariamente para o Departamento de Estado e para o Departamento de Defesa, no sentido destes não fazerem nada que pudesse prejudicar os cidadãos da Polónia, ou seja, os pais, mães, filhos e filhas dos imigrantes polacos na América – que eram os elementos parlamentares.


Não há uma resposta para a questão da fiabilidade da medição da influência política de uma comunidade étnica. É difícil, quase impossível, ponderar a influência política que um determinado país pode ter nos Estados Unidos e o que é que essa influência pode realmente realizar quando se atinge um ponto onde interesses sérios e vitais estão em jogo. Então, e só então, alguém pode determinar quem são os seus verdadeiros amigos e o que são capazes de conseguir.



## **Workshops**







## O binómio insularidade/modernidade o Bailiwick de Guernsey e o “Carro de Jagannath”

António Henrique Pontes Tavares  
*Presidência do Governo Regional dos Açores  
Direcção Regional das Comunidades*

### PARTE I – Guernsey: identidade de um Governo Autónomo

#### A geografia das ilhas Anglo-Normandas

Situado no mar da Mancha, o arquipélago Anglo-Normando encontra-se acomodado no golfo de Saint Malo, a Oeste da península francesa de Cotentin, ladeado a Norte pela Grã-Bretanha. Formam este arquipélago as ilhas Alderney, Guernsey, Herm, Jersey, Jethou e Sark. Deste arquipélago fazem parte ainda um punhado de rochedos, como Brecqhou, Burhou, Lihou, Marmoutier ou Minquiers tudo à vista da costa gaulesa e distribuído por uma área de cerca de 195 km<sup>2</sup>. Administrativamente, o arquipélago achase dividido em dois *Bailiwicks* – ou *bailiados*<sup>1</sup>: o de Guernsey e o de Jersey. O primeiro engloba, para além da própria ilha de Guernsey, Alderney, Brecqhou, Burhou, Herm, Jethou, Lihou, Sark e outros inóspitos ilhéus. Ao segundo associam-se Jersey, os ilhéus Écréhous, Minquiers, Pierres de Lecq, bem como exíguos e anónimos – alguns, rochedos e recifes. A maior ilha, Jersey, tem por capital Saint Helier e apresenta uma superfície de 110 km<sup>2</sup>, por onde se distribuem cerca de oitenta e nove mil habitantes. Guernsey conta como capital Saint Peter Port, uma área de 62 km<sup>2</sup> e uma população que por pouco poderá exceder os sessenta e cinco mil habitantes.

---

<sup>1</sup> Dignidade, jurisdição ou território do *bailio*, título este que era atribuído quer aos comendadores de ordens militares, quer aos magistrados principais incumbidos de defender os bens e os direitos dos nobres.

## Breve história das ilhas

Perde-se no tempo a afinidade das ilhas da Mancha com a Normandia. Ainda antes do duque normando ter tomado a Inglaterra no ido ano de 1066, já as ilhas eram reclamadas como possessão de Guilherme. Fiel ao seu estatuto ensimesmado, as ilhas juraram lealdade a João I, Rei de Inglaterra, com o ocaso da ocupação daquela grande ilha pelo *Conquistador*, ocorrido em 1204, a troco da conservação das leis, usos e costumes normandos naquelas ínsulas. A promessa de João seria solenemente cumprida, uma vez que os governos que se secundavam na Inglaterra permitiram, desde sempre, aquilo que se pode considerar, *avant la lettre*, como um regime jurídico de excepção. Em 1215, João *Sem Terra* concederia às ilhas alguns direitos e privilégios, como a autonomia, a dependência unicamente à Coroa e o assento no *Privy Council*, órgão de auscultação do suserano inglês, outrora granjeando grande prestígio, hoje mero corpo formal.

As ilhas foram pretexto para a contenda entre franceses e ingleses durante largos anos devido ao seu jugo pela Inglaterra. Não raras vezes, as ilhas do Canal padeciam com as tentativas de arrebato pelos gauleses, propiciando a que na paisagem das ilhas fossem desenhados castelos e fortes. Durante a guerra civil inglesa, Guernsey conluiou com Oliver Cromwell, ainda que alguns povoados, como a guarnição do castelo de Cornet, se assumissem como bastião de resistência e de lealdade ao Rei. O castelo permaneceu sob sítio por mais de oito anos, mantendose como o derradeiro baluarte da monarquia nas ilhas a sujeitar-se ao Parlamento inglês. Durante o tempo de sítio, Cornet foi sustentada por Jersey pelo mar, que se assumia leal ao senhor inglês.

Outro episódio histórico marcante que perdura na memória das gentes das ilhas AngloNormandas prende-se com a sua ocupação pela Alemanha durante a segunda guerra mundial. Foi decidida pelas autoridades britânicas a impraticabilidade de defender o arquipélago e aos ilhéus foi oferecida a possibilidade de evacuação para a Inglaterra durante a ocupação de França, quando a invasão se antevia eminente. Cerca de metade da população de Guernsey e a totalidade das gentes de Alderney aceitaram a evacuação. Na ilha de Sark ninguém abandonou as suas casas, mantendo-se irredutíveis. Após o bombardeamento de Saint Peter Port, que vitimou trinta pessoas, Guernsey viuse sujeitada, a 30 de Junho de 1940. Secundaram-se cinco anos de privações, até 9 de Maio de 1945, data da rendição das hostes alemãs, elevado a dia feriado regional. As ruínas de fortificações alemãs que ainda permanecem nas ilhas ilustram o episódio de ocupação nazi.

## Guernsey: o meio, os signos e as gentes

Falar-se de Guernsey é falar-se de ruas estreitas, edifícios e pontes centenárias e de costumes que nos teleportam para a medievalidade. A ilha cristalizou um ancião costume normando de clamor por justiça e que ainda nos dias que correm se manifesta – o *Clameur de Haro*. Neste rito, a parte tida como injustiçada ajoelha-se ante pelo menos duas testemunhas e proclama a viva voz: “Haro! Haro! Haro! A *laide, mon prince, on me fait tort!*”<sup>2</sup>, encerrando este cerimonial um Pai-nosso. Este apelo terá de ser respeitado e o alegado dolo deverá cessar até que o assunto seja assumido pelos tribunais. O grito acha-se tão inerente à identidade da Mancha que nenhum ilhéu equacionaria esquecê-lo. O costume é, sem margem para dúvida, muito antigo, remontando a eras em que não havia julgamento ou justiça, a não ser aquela decorrente da pessoa do próprio Senhor. A derivação popular para a sua denominação explica o “Haro!” enquanto abreviatura da interjeição “Ha! Rollo”, a Hrolf Ganger, primeiro duque da Normandia. Em França, a primeira menção a este rito deve ser encontrada no *Coutume de Normandie*. Com o caminhar dos séculos tendeu, de forma natural, a tornar-se obsoleto, com a criação de instituições físicas que garantam a ordem e a justiça, como os tribunais, mas até ao século XVIII vingaria também no Noroeste de França, principalmente em casos de disputas pela terra. Este grito por justiça encontra similaridade com o costume saxão *Clameur de Violentae*, ainda que este apenas fosse vigente em caso de homicídio.

Reminiscência normanda nas ilhas encontra-se, outrossim, na anciã instituição da Lei Sálica, do século VI, princípio germânico, dos francos sális, que privava a mulher da sucessão de certos direitos alodiais e que, num momento posterior, vedava às mulheres o direito sucedâneo à Coroa<sup>3</sup>. Assim se percebe que, nas ilhas, a Rainha Isabel II seja mencionada como Sua Alteza Real, o *Duque de Inglaterra* – nunca a *Duquesa*.

De entre os demais signos próprios das ilhas e distintos da Inglaterra, de tal forma que muitos recusam a sua comparação a esta, contam-se a sua bandeira e a sua moeda. A bandeira de Guernsey tem por fundo a de São Jorge, patrono de Inglaterra, branca e dividida em quatro por uma cruz vermelha, à qual se sobrepõe uma outra, a amarela, de Guilherme, o Conquistador. Guernsey possui igualmente um hino próprio, o Sarnia<sup>4</sup> Cherie, que acompanha o inglês God Save the Queen. A par da libra esterlina circula na ilha, desde 1816, a libra de

2 “Haro! Haro! Haro! Vinde em meu socorro, meu Senhor, porque me tratam com injustiça!”

3 “Da terra Salica, porção alguma da herança caberá à mulher: mas a totalidade da possessão da herança recairá sobre o homem”. *Lex Salica*, Título LIX, “Da Propriedade Privada”.

4 Correlação do nome latino da ilha de Guernsey.

Guernsey, tal como circula em Jersey uma moeda própria. Esta, “a par de uma indelmentível afirmação de identidade, como tantas outras, é, basilarmente, o produto de mais uma astúcia mercantil”<sup>5</sup>.

Como percebível pelos sobrenomes dos autóctones e pelos nomes dos lugares, como Marquand ou Susmarez, o francês assumiase como a língua original das ilhas. Desta derivou um dialecto *sui generis*, uma forma de normando, conhecida como *guernesiaise*, ou *Guernsey patois*. Apesar dos esforços para conservar este linguajar, somente se conhece um número muito reduzido de falantes deste dialecto que, segundo censos de 2000, se cifra nos 2% da população.

O inglês como *lingua franca* granjearia gradativa ascendência durante os séculos XIX e XX. Em 1926 debatia-se se este deveria ser considerado como língua oficial, a par do francês, o que se verificaria. Contudo, não se decidiu se a língua “política” seria o inglês ou o francês, como tradição, tendo sido esta questão relegada para decisão dos tribunais. Duas décadas mais tarde institucionalizava-se o emprego do inglês em todos os quadrantes da sociedade.

## A economia e o emprego de Guernsey

Não sendo excepção, a economia de Guernsey possui um cunho muito próprio. Aquando da sua feitura, em Setembro de 1974, o *Planning of Guernsey* assentava em metas assaz assertivas e concretas, que visavam o desenvolvimento sustentado da ilha. Perscrutando este desiderato, este plano económico alicerçava-se em três premissas: a manutenção de uma economia saudável, por meio de uma taxa anual de 3% que conduzisse a um crescimento económico; a preservação de um ambiente físico e social benigno; e a recusa da sobrepopulação, de forma a que esta não crescesse até à razão dos 7%. Com as medidas deste plano económico auspiciava-se a sublimação dos quatro vectores de prosperidade de Guernsey: a actividade financeira, a centenária horticultura, a indústria ligeira e o turismo. De resto, esta primeira actividade conheceu grande interesse externo com o remate da Segunda Grande Guerra e com a fiscalidade benigna operada para com os grandes centros bancários e financeiros. Assim se explica o epíteto de “paraíso fiscal”, comumente atribuído à ilha. O imposto sobre capitais não acontece, prevendo-se somente um imposto residual para as empresas de gestão e investimento, que concerne a uma taxa de 0,5%

---

5 Álvaro Monjardino, *Guernsey. Dados e reflexões sobre um sistema de autogoverno insular*, Angra do Heroísmo, edição do autor, 1977, p. 43.

sobre o capital investido. Indubitavelmente, um dos mais apetecíveis centros financeiros mundiais<sup>6</sup>.

Como importante sustentáculo económico assumem-se igualmente o *Guernsey Tom* – o tomate endémico, que encontra no Reino Unido o seu mercado histórico, e a vaca de Guernsey. Criada primordialmente para o provimento de leite, pelas suas características a *Guernsey Cow* descurava o abastecimento de carne na ilha. Não pretendendo recorrer à importação continental, numa mescla de pragmatismo económico e arreigado sentimento de autonomia, a ilha abalançava-se na criação de uma nova estirpe da vaca de Guernsey, através da depuração genética. Destarte, a par da *Guernsey Cow I* apresentasenos a *Guernsey Cow II*, concebidas para o aprovisionamento de leite e carne, respectivamente.

Este micro-sistema económico, auto-sustentado, em nada depende do tesouro britânico. Guernsey não possui um banco central, como não possui sistema de controlo de pagamentos em vigor que não o comum ao do Reino Unido e que consta do *UK Exchange Control Act*, de 1974. Ainda que autónomo, a similitude com o modelo económico do Reino Unido é notória. Outra coisa não seria de prever.

Segundo dados que nos foram disponibilizados pelo próprio Bailiwick concernentes ao emprego, os sectores que reúnem maior contingente de recursos humanos são as finanças e as actividades económicas (9167), actividades directa ou indirectamente ligadas com o comércio da lã (4456), o sector da construção (3214), hotelaria (2056) e a manufactura, com 1383 indivíduos empregados. O sector primário, no qual se inclui a horticultura, queda-se pelos mil empregados.

## As instituições político-administrativas de Guernsey e a sua relação com o Reino Unido

A nível político, os dois Bailiwicks encontram-se confinados à independência entre si, desde 1455, quando a fidelidade às “rosas” de Lancaster e de York, envolvidas na contenda pelo trono inglês, os cindiu. A rivalidade entre as duas unidades político-administrativas tem “a nota mesquinha de todos os bairrismos”<sup>7</sup>, o que em muito abona para o desenvolvimento do arquipélago, pela vontade de um Bailiwick se suplantarem ao outro.

6 Vide o sítio online [www.fiduciarygroup.com/guernsey\\_offshore\\_information.htm](http://www.fiduciarygroup.com/guernsey_offshore_information.htm)

7 Álvaro Monjardino, *op. cit.*, p. 46.

O sistema pelo qual se rege o Bailiwick será melhor compreendido quanto maior for estabelecido o paralelo com as instituições político-administrativas britânicas, pela adoção do direito anglo-saxónico, ou *Common Law*. Na abstenção de uma Constituição escrita, as instituições do bailiado encontram a sua fundura no direito consuetudinário normando.

Dissecando as instituições do Bailiwick, destaca-se, no topo da hierarquia, o *Bailiff* – ou bailio, representante das ilhas e nomeado pela Coroa, tal como o é o *Lieutenant Governor*, o representante por excelência da Rainha e chefe das forças militares. Salvo razão de força maior, a nomeação do Bailiff cessa aos setenta anos. Assume o ónus de presidir aos *States of Election*, que nomeiam os magistrados dos tribunais, aos *States of Deliberation*, que assumem funções parlamentares, bem como aos Tribunais Real e de Recurso, superintendendo, destarte, a quase totalidade da administração do Bailiwick. O Bailiff é secundado pelo *Deputy Bailiff* – também nomeado pela Rainha – e pelo *Lieutenant Bailiff*, que recebe do Bailiff a incumbência do ordenamento judicial.

Do organigrama político-administrativo do Bailiwick consta ainda os *Jurats*, magistrados nomeados pelos *States of Election* e os *Law Officers* da Coroa – o *Procureur* e o *Comptroller*, conselheiros jurídicos. Rematam o organigrama o *Greffier*, o *Sheriff*, o *Sergeant* e o *Receiver General*, imputados de assegurar a ordem e a segurança da sociedade.

Efectivamente, quem governa em Guernsey são os *States of Deliberation*, que possuem uma matriz claramente arcaica, assemelhando-se à estratificação hierárquica das cortes medievais. Destes fazem parte trinta e três deputados eleitos democraticamente pelo povo, doze conselheiros eleitos pelos *States of Election*, dez representantes das *douzaines* (ou assembleias de paróquias) e dois representantes de Alderney. No total, cinquenta e sete pessoas, sob a presidência do Bailiff e do seu voto de qualidade, e sob a auscultação do *Procureur* e do *Comptroller*, reúnem-se na última quarta-feira de cada mês, excluindo o mês de Agosto. Sob a forma de *Billet d'Etat*, resultam as propostas, pareceres, ou relatórios que originarão a feitura das leis. Votada uma lei, terá de ser alvo de sanção real e submetida ao parecer de um órgão constituído especialmente para as questões jurídicas das ilhas do Canal – o *Committee of the Privy Council for the Affairs of Jersey and Guernsey*.

De realçar ainda que as ilhas não possuem representantes no Parlamento britânico, nem tampouco existem partidos políticos em Guernsey, o que seria um cenário quase lírico para a maioria dos governos modernos. Não por se pretender a dissociação dos ilhéus com as instituições políticas, mas por elementar motivo dos partidos não serem necessários, a custo de corpos intermédios coesos e próximos, que amenizam a tradicional clivagem que se assiste entre o indivíduo e o âmago da decisão política da polis e que tantas críticas instiga

à Democracia. Define alguém que conheceu *in loco* as instituições político-administrativas do Bailiwick: “o sistema poderá considerar-se intransplantável por várias causas, que vão desde o seu imenso enraizamento histórico até à qualidade humana da sociedade que o criou e que até hoje lhe tem dado vida”<sup>8</sup>.

## Guernsey e o seu estatuto especial na União Europeia

A relação das ilhas com a União Europeia encontrase embebida, também ela, numa miríade de particularidades. Legalmente, as ilhas não são tidas como membros da UE, nem tampouco membros associados. Detêm o estatuto de membros “terceiros”, fazendo também parte da Commonwealth, enquanto dependência da Coroa.

A relação de Guernsey com a União Europeia assume-se como uma relação especial, firmada constitucionalmente pelo *Protocolo n.º 3*, de 1972, considerando a ilha como “parte” da UE, ainda que meramente ao nível das relações comerciais. A posição de Guernsey em não pertencer à então Comunidade Económica Europeia seria acicatada aquando da assinatura do Acto Único Europeu, em 1986, que implementava a abolição de restrições cariz regulamentar e fiscal, que atrasavam a criação de um mercado interno a nível europeu. Esta decisão sustentou-se no facto da ilha alhear-se à extinção das restrições fiscais, uma vez que a fiscalidade extremamente benígna capitalizava um importante contingente de investimento estrangeiro. A relação especial de Guernsey não pode ser modificada sem a unanimidade de todos os Estados-Membros da União.

Negociações, em 1971, ano anterior à adesão do Reino Unido à CEE, foram encetadas com o fito de aproximar as ilhas ao espaço europeu, conforme versava a alínea c) do artigo 227.º do Tratado de Roma: “As disposições do Tratado só serão aplicáveis às ilhas Anglo-Normandas e à ilha de Man na medida necessária para assegurar a aplicação do regime previsto para essas ilhas no Tratado relativo à adesão de novos Estados-Membros à Comunidade Económica Europeia e à Comunidade Europeia de Energia Atómica, assinado no dia 22 de Janeiro de 1972”.

As pretensões das ilhas, aquando daquele Tratado, são-nos enumeradas e explicadas pelo *Policy Council de Guernsey*: primazia pelos acordos comerciais, de cariz predominantemente industrial e agrícola, conforme alíneas a) e b) da delegação comunitária da reunião ministerial de 9 de Novembro de 1971; intenção de salvaguarda das especificidades de cada ilha, de acordo com o

---

8 Idem, *op. cit.*, p. 52.



espírito do artigo 227.º: e garantias de não discriminação, bem como cláusulas de ressalva, conforme os interesses insulares<sup>9</sup>. Como efeito destas negociações, as ilhas da Mancha passam a figurar de um espaço comum alfandegário, bem como das taxas externas comuns (TEC), sendo-lhes concedido o privilégio de trocas comerciais sem a carga das tarifas aduaneiras, em igual circunstância como os países do Mercado Comum. Lapidar, faz constar o anexo 2, referente às negociações aplicadas à Mancha no âmbito da adesão britânica à CEE: “todas as restantes cláusulas dos Tratados não se aplicam às ilhas”.

## PARTE II – O binómio Insularidade/Modernidade em Guernsey

### Consideração prévia

À medida que o Homem e a região<sup>10</sup> em que este se insere se embrenhavam na Modernidade, tendeu-se à calibração dos conceitos naturais a estas realidades e da relação de proximidade ou afastamento que esta díade operava no indivíduo. Este redimensionar do espaço ôntico levou a que se delimitasse a região como organismo social, “não tão grande que destrua o contacto pessoal, nem tão pequena que não proporcione a diversidade”<sup>11</sup>. Ao mesmo tempo, exige-se às regiões (principalmente às insulares) que acompanhem a escalada de desenvolvimento e de concorrência económica desenfreada, sob pena de serem relegadas para um plano passivo e inócuo na esfera internacional. Se as montanhas, os vales, a natureza da vegetação, do solo e do clima actuam como elementos de individuação (ou identidade regional), estas mesmas imposições naturais conferem às regiões um cariz deficitário e, por conseguinte, dependente<sup>12</sup>. De resto, esta relação dicotómica já havia sido entendida por Nemésio: “a geografia, para nós [ilhéus], vale outro tanto como a história”<sup>13</sup>.

9 Estas negociações constam formalmente do *Billet d'Etat XVI*, de Dezembro de 1971, pp. 706 e ss.

10 *Latus sensu*, a região entendese como uma área territorial que apresenta um conjunto de características de tal forma específicas que dotando de certa unidade a torna diferenciável das demais. Indissociável desta apresentase o regionalismo, enquanto valorização e promoção do desenvolvimento da vida socioeconómica própria das regiões naturais. Encontra as suas fundações no personalismo, ou seja, no respeito pelos valores humanos (espirituais, culturais e económicos), o que propicia a que a comunidade não os aniquile mas promova e sustente.

11 Robert E. Dickinson, *apud* Carlos P. Amaral, *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias. Regionalismo, subsidiariedade e autonomia para uma nova ideia de Estado*, Porto, Edições Afrontamento, 1998, p. 184.

12 *Vide* relatório do eurodeputado italiano Francesco Musotto respeitante às ilhas e os condicionalismos naturais e económicos no contexto da política regional (Final A60044/2007) e o espírito dos diplomas POSEI – programa de opções específicas para fazer face ao afastamento e à insularidade. Os mais importantes concernem aos Açores e Madeira, adoptando a designação POSEIMA, às ilhas Canárias e às regiões ultramarinas francesas – POSEICAN e POSEIDOM, nesta ordem.

13 Vitorino Nemésio, “Açorianidade”, in *Insula*, n.º 7 e n.º 8, Ponta Delgada, Julho/Agosto, 1932.

Em muito favorece os índices de desenvolvimento sociais e/ou económicos um conjunto de factores endógenos à própria realidade da região, ainda que nenhum destes seja notória e uniformemente partilhado entre as regiões, sendo possível, ainda assim, identificar a partilha de aspectos de simultânea associação/dissociação. A religião assume-se, até à saciedade, como o objectivo hiato de identificação na Irlanda do Norte, ainda que irrelevante na ampla maioria dos Estados europeus, mas que aliada à língua, auxilia na delimitação e percepção das díspares idiossincrasias dos cantões suíços. Convidamo-lo a reflectir sobre o vigor do regionalismo espanhol e transalpino, apesar da homogeneidade de credos, ou sobre a vertente linguística na Bélgica, que cinde a Flandres da Valónia; ou na Dinamarca, pelos três dialectos em que se decompõe o dinamarquês. Em Espanha e Itália, para além do aspecto linguístico, nacionalista e económico da Catalunha, da Galiza e do País Basco, no primeiro, e do Vale da Aosta, do Trentino-Alto Ádige e do Friuli-Venezia Giulia, no outro, a grande cisão confunde-se por entre uma mescla geográfica e económica<sup>14</sup>.

Todos estes condicionalismos de ordem geográfica, histórica e/ou cultural são tanto mais sentidos pelas regiões quanto o “grau de insularidade” a que estão confinadas. Destarte, não podem ser o Vale da Aosta, acomodado entre as inóspitas montanhas alpinas, o País Basco e a sua histórica empresa separatista, ou a Flandres, culturalmente distinta das demais regiões belgas, consideradas como “insulas”, à semelhança, v.g., das regiões insulares portuguesas ou finlandesas? Caberá às regiões dotarem-se de ferramentas para diluir os danos causados por esta insularidade relativamente aos grandes centros de desenvolvimento. Numa era em que cada vez mais se confundem as fronteiras políticas dos Estados (principalmente na Europa), o fenómeno migratório tende a assumir maior notoriedade no seio destes, sendo o desenvolvimento económico a face mais visível desta realidade.

## O caso de Guernsey

Na ilha de Guernsey, à semelhança do que se observa na União Europeia, assiste-se a uma taxa de migração líquida positiva. Segundo dados do EUROSTAT, no dealbar do ano 2006 o número de nacionais de países terceiros residentes na UE<sup>15</sup> cifravase na ordem dos 18,5 milhões de pessoas, representativos de 3,8% de uma população total que se acha em cerca de 493 milhões de habitantes.

14 Cf. Carlos P. Amaral, *op. cit.*, p. 189.

15 Apesar de Bulgária e Roménia terem aderido à UE em 2007, os seus nacionais são tidos nesta avaliação como cidadãos da União.

A imigração impõe-se como o primordial municiador de crescimento económico e demográfico na UE, de tal monta que a maior parte dos Estados-Membros regista saldo positivo na relação entre a entrada e a saída dos migrantes<sup>16</sup>. Situada na década de noventa entre 0,5 e 1 milhão de pessoas, a migração líquida atingia níveis situados bem próximos dos 2 milhões, desde 2002.

A tipologia das entradas mostra-se tão variada como os Estados-Membros que as recebem. Enquanto o reagrupamento familiar<sup>17</sup> mostra-se significativo em alguns países como Áustria, França ou Suécia, membros como Espanha, Irlanda, Portugal e Reino Unido registam um elevado *ratio* de imigração económica. Os grupos mais representativos de nacionais oriundos de países terceiros na UE são os da Turquia (2,3 milhões), Marrocos (1,7 milhões), Albânia (0,8 milhões) e da Argélia (0,6 milhões)<sup>18</sup>.

Positiva e estável, ainda que tenda a observar-se um residual decréscimo anual, a taxa de migração líquida da ilha apresenta uma variação que se situa entre 3,9 e 3,81 migrantes por cada mil habitantes, registada no período que compreende os anos 2000 e 2007 (Fig. 1).

Fig. 1 – Taxa de Migração Líquida (migrantes/1000 habitantes)



Fonte: CIA World Factbook

Uma política de imigração<sup>19</sup> rigorosa e selectiva – principalmente no que à imigração económica concerne – racionaliza a entrada de estrangeiros no Bailiwick, apostada na acérrima primazia dos autóctones sobre os estrangeiros no acesso ao emprego<sup>20</sup>. Contratos não superiores a um ano de duração,

16 Exceptuando Estónia, Letónia, Lituânia, Países Baixos e Polónia. Vide EUROSTAT – “Statistics in Focus, Population and Social Conditions”, Janeiro de 2006.

17 Instituído pela directiva 2003/86/CE do Conselho, de 22 de Setembro de 2003.

18 Vide “International Migration Outlook”, relatório anual da OCDE, 2006.

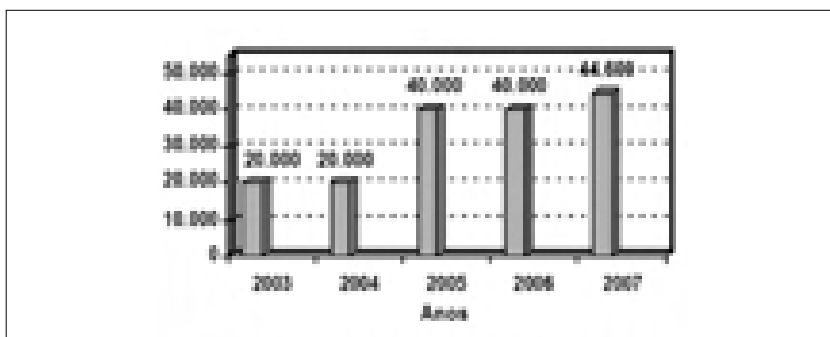
19 As actuais leis de imigração de Guernsey foram instituídas pelas sucessivas emendas ao *Immigration Act 1971*. A actual lei, de 1999, reformula a que a antecedeu, em 1993. Legislação disponibilizada pela *Immigration and Nationality Division de Guernsey*.

20 É por este fortíssimo direito de domicílio que esta sociedade poderá ser considerada como “livre por dentro e couraçada por fora”, sendo mesmo este sistema comunitário “egoísta” e “discutível face à Declaração dos Direitos e Homem e do próprio Direito Natural”. Vide Álvaro Monjardino, *op. cit.*, pp. 22-23.

ainda que renováveis, mas sempre sujeitos à decisão do *Lieutenant Governor* são impostos como condições aos imigrantes<sup>21</sup>. Ademais, apenas são reconhecidos os *keyworkers* – trabalhadores qualificados – na área das finanças, da indústria, das apostas *online*, da saúde, da construção, da educação e da hotelaria e restauração. Nesta última, apenas se permite a duração de um ano de contrato, no máximo, enquanto que nas restantes a possibilidade estendese até aos quatro anos.

Atendendo-se a alguns indicadores económicos que permitirão mensurar os índices de desenvolvimento da ilha, mostra-se importante ressaltar que apesar de entre 2003 e 2004 o produto interno bruto *per capita* não conhecer o crescimento, nos dois anos seguintes verifica-se um acréscimo de cem pontos percentuais nos bens e serviços finais produzidos, alterando-se de USD 20.000 para USD 40.000, conforme a Fig. 2. A toada de crescimento do PIB *per capita* mantém-se uma constante, atestada pelo acréscimo de 11,5 pontos percentuais de 2006 em relação a 2007, traduzindo-se em USD 44.600 de rendimento.

Fig. 2 – PIB *per capita* (USD)



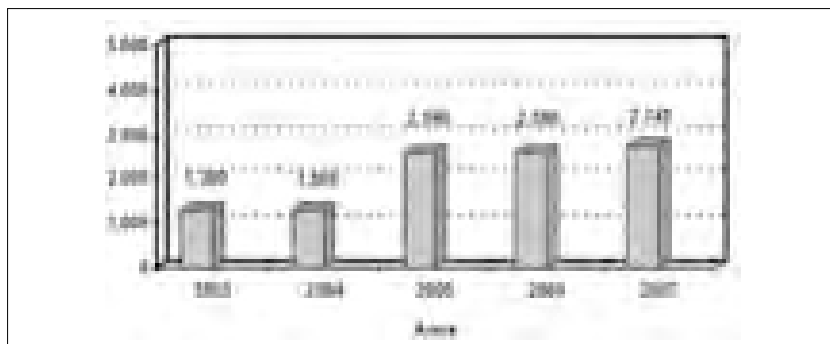
Fonte: CIA World Factbook

De acordo com o suplemento “Economic & Statistics Review” do relatório levado a cabo pelo *Policy and Resource Planning*, em muito contribuem para a riqueza gerada internamente as actividades económicas que se prendem com a banca e com o investimento de capitais estrangeiros, com as receitas geradas quer a montante, quer a jusante pelo sector do turismo e, outrossim, com as actividades relacionadas com a indústria, principalmente da produção e da transformação da *Guernsey wool*, a afamada lã de origem ovina, empregue no fabrico de vestuário de Inverno.

21 “Immigration Rules 1999”, pp. 128-135. Foram estas mesmas medidas proteccionistas com que os cerca de 1.200 emigrantes portugueses se depararam na sua chegada a Guernsey. Destes, a ampla maioria são naturais ou descendentes directos de madeirenses, tendo origem no Continente apenas 2% da população portuguesa da ilha. Com a inestimável ajuda da *Guernsey Portuguese Association* identificámos apenas uma emigrante açoriana radicada na Mancha, natural da freguesia da Conceição, na ilha do Faial, de nome de família Marques.

Outro indicador económico de relevância para este exercício de análise prende-se com a taxa de crescimento real do PIB, ou seja, a mensura da evolução do crescimento económico de uma região num dado espaço temporal, tendo por base a inflação (Fig. 3). Constante em 2003 e 2004, em que se cifrava nos 5,7%, esta taxa sofreria uma diminuição, até quedar-se nos 3%, verificando-se um crescimento homólogo nos três anos imediatos. Uma mescla de factores endógenos – como a curteza de investimento estrangeiro na ilha, ou a quebra no crescimento da indústria e da agricultura – e exógenos, como a oscilação dos mercados financeiros europeus, que toma por refém as economias nacionais, poderão ajudar a abalizar o decréscimo observada na figura em baixo<sup>22</sup>.

Fig. 3 – PIB Taxa de Crescimento Real (%)

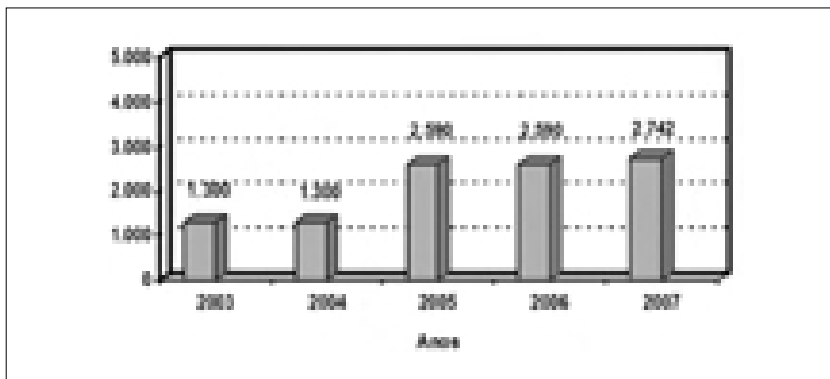


Fonte: CIA World Factbook

Por seu turno, a paridade do poder de compra (Fig. 4) dos *guernseymen* conheceu, outrossim, um comportamento notoriamente linear em relação aos demais indicadores económicos anteriormente apresentados, assistindo-se a uma tendência de valores idênticos a cada dois anos. No caso do poder de compra, situava-se nos anos de 2003 e 2004 em USD 1.300, tendo-se verificado um crescimento de 99,23 pontos percentuais no par de anos que se seguiram, fixando-se em USD 2.590. No ano 2007 observar-se-ia um novo aumento do índice de poder de compra, ainda que menos veemente do que os dois anos imediatamente anteriores, tendo-se fixado em USD 2.742. Assim, um poder de compra cada vez maior torna-se sinónimo, primeiro, de uma microeconomia gradativamente mais coesa; por arrasto, uma macroeconomia capaz, geradora de riqueza, apostada no convívio com as grandes economias mundiais.

22 Vide "Guernsey Facts and Figures booklet 2007", especialmente pp. 10-13.

Fig. 4 – PIB Paridade do Poder de Compra (USD)



Fonte: CIA World Factbook

## Modernidade, insularidade e o mito do “Carro de Jagannath”. Considerações finais

Sobre os desafios da Modernidade nas sociedades escreveria Anthony Giddens que esta havia rompido o “referencial protector da pequena comunidade e da tradição, substituindo-as por organizações muito maiores e impessoais”. Ademais, alertava ainda o sociólogo londrino que “o indivíduo sente-se privado e só num mundo em que lhe falta o apoio psicológico e o sentido de segurança oferecidos em ambientes mais tradicionais”<sup>23</sup>. Sendo “inerentemente globalizante”<sup>24</sup>, a era da proximidade induz mutações de cariz universal que reconfiguram a tradição, a sua dissociação ou desincorporação. O espaço local acha-se de tal forma imiscuído no global que tanto influencia como bebe a influência deste. A tradição que é vivenciada no *locus* específico vê-se colocada em questão pelo saber empírico do indivíduo tanto no espaço como no *chronos* global.

Convidamo-lo a recordar o mito do celeste e imponente “Carro de Jagannath” – a que Giddens igualmente se reporta<sup>25</sup>, que avança feroz e desgobernadamente e por cujas rodas os seguidores desta deidade hindu são colhidos. O paradigma da Modernidade pode ser melhor compreendido quando estabelecido um paralelo com a metáfora apresentada. Tal como a máquina de enorme potência que desce erráticamente e a todo o vapor e que galga tudo o que se lhe depara, também a Modernidade parece avançar desenfreadamente, sem que

23 Anthony Giddens, *Modernidade e Identidade*, Rio de Janeiro, Editor Jorge Zahar, 2002. As citações respeitam à p. 38.

24 Anthony Giddens, *As consequências da Modernidade*, São Paulo, Unesp, 1991, p. 69.

25 Cf. Anthony Giddens, *op. cit.*, p. 77.

aparentemente nada a consiga suster. A vivência do indivíduo no quotidiano na Modernidade globalizada confunde-se com questões elementares relativas à sua identidade, à percepção do “eu” e do “outro”, envolvendo, por outro lado, múltiplas alterações e adaptações na vida do dia-a-dia. Em tais circunstâncias, os indivíduos acusam tais alterações, sentindo-se inseguros, apegando-se à tradição<sup>26</sup>, ainda que apenas fugazmente resistam à natural tendência de globalização. É para fazer face a este sentimento de insegurança que o sociólogo Anthony Giddens introduz o conceito de *segurança ontológica*, ou a crença que a maioria das pessoas têm na continuidade de sua auto-identidade e na constância dos ambientes de acção social e material circundantes.

As regiões – e os espaços insulares, em particular – mostram-se como nichos primordiais para a conservação dessa mesma identidade própria. No entanto, a expensas da situação menos abonatória que estes granjeiam, principalmente pelo afastamento dos grandes centros económicos e políticos a que estão confinados na maior parte das vezes, torna-se perceptível que as ilhas, num sentimento ambíguo, careçam tanto do advento da Modernidade, pelo desenvolvimento económico e social inerente, como nutram um certo temor pelo “Carro de Jagannath”. No binómio Insularidade/Modernidade (também desenvolvimento), os espaços insulares tenderão a personificar-se – à semelhança do fantástico de Jonathan Swift – em *Lemuel Gulliver*, adaptando-se a uma Modernidade que se teme que se comporte à semelhança de *Lilliput* e *Blefuscu*, ou à de *Brobdingnag*: pequena demais que não permita o desenvolvimento e a inovação, ou grande demais que dilua por quase completo a cultura e o que é próprio das regiões insulares. O grande desafio que se exige às insulas é que estas reclamem um espaço intermédio, capaz de harmonizar estas duas preocupações.

Com vista quer ao crescimento económico, quer ao demográfico, a imigração apresenta-se-nos como ferramenta. No primeiro caso, a imigração corporaliza de força de trabalho, *know-how*, novas estratégias e novas oportunidades de investimento. No segundo, sobre a imigração – principalmente nas sociedades do Norte – descansa o ónus do aumento da população.

As ilhas do Canal acompanharam a torrente de desenvolvimento económico que eclodiu com o advento da Modernidade na Europa. Desde logo, aperceberam-se do fenómeno imigratório como escopo para o bemestar económico e, cumulativamente, social. A nível europeu, Guernsey mostra-se o

---

26 Neste sentido, a tradição em Giddens *et. al.*, mais do “mero” conjunto de elementos culturais próprios transmitidos de geração em geração, esta assume-se como “a cola que une as ordens sociais pré-Modernas”. Mais, mostra-se “orientação para o passado, de tal forma que o passado tem uma pesada influência ou, mais precisamente, é constituído para ter uma pesada influência para o presente”. Anthony Giddens, Ulrich Beck, e Scott Lash, *Modernidade reflexiva: trabalho e estética na ordem social moderna*, São Paulo, Unesp, 1997, p. 80.

nono território com a mais elevada taxa de migração líquida: 3,81 migrantes/mil habitantes, logo seguido por Portugal (3,31 migrantes/1000 habitantes), ainda que consideravelmente distante da República de San Marino, que encabeça o *ranking*, à custa de um saldo migratório de 10,57 migrantes/mil habitantes. A taxa de migração líquida no espaço da União Europeia acha-se na razão de 1,6 migrantes por cada milhar de habitantes. Ainda: Jersey detém o segundo mais elevado PIB per capita da Europa (USD 57.000), Guernsey o quarto – USD 44.600. A média da UE queda-se por USD 29.900. De frisar que o maior produto interno bruto a nível mundial encontra-se noutro espaço insular – as ilhas Bermuda, com uma razão de USD 69.900 por cada pessoa. Relativamente à taxa de crescimento do produto interno, esta cifra-se nos 3%, a mesma média de países como Dinamarca e Noruega, e muito similar à tendência de crescimento da média dos vinte e sete membros da União Europeia, que corresponde a 3,1%<sup>27</sup>.

O “Carro de Jagannath” dirige-se bruscamente para as ilhas do Canal. Ainda assim, estas conseguiram esbater e harmonizar o impacto que esta metáfora da Modernidade assoalhou nas sociedades pósmodernas, cristalizando idiossincrasias e costumes muito próprios, como o arraigado sentimento de independência, como o ainda contemporâneo grito por justiça – *Clameur de Haro*, o uso do linguajar autóctone que a ilha teima em não querer deixar morrer, ou a ligação ilhoa à Lei Sálica, não tão distante que nos obrigue a recuar muitos séculos. A imigração actuou como um importante dínamo para a economia das ilhas, de tal forma que contribuiu para que esta atingisse um patamar perfeitamente auto-sustentado e genésico de riqueza, mas que não conseguiu tolher, nem tampouco diluir a arraigada natureza ensimesmada das gentes das ilhas AngloNormandas.

Alderney, Guernsey, Jersey e os demais “rochedos de hospitalidade e de liberdade”, como definiria Victor Hugo durante o seu desterro na Mancha, provam, até à saciedade, que o equilíbrio entre o binómio Insularidade/Modernidade pode ser tangível e apologista tanto do desenvolvimento como da preservação da cultura e da memória das gentes. Ser ilhéu é ser-se desacomodado, intrépido, transcendente. Porque as ilhas têm tantos pontos de fuga quanto a sua periferia.

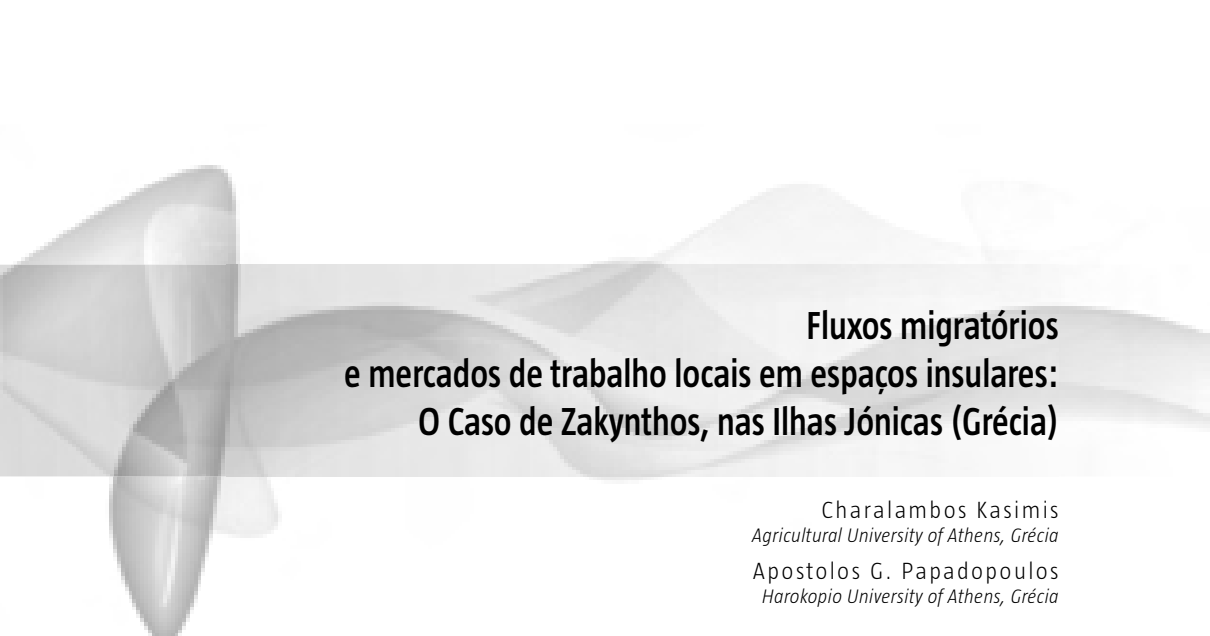
---

27 Cf. CIA World Factbook 2007.



## Referências bibliográficas

- Amaral, Carlos P. (1998), *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias. Regionalismo, subsidiariedade e autonomia para uma nova ideia de Estado*. Porto: Edições Afrontamento.
- EUROSTAT – Statistics in Focus, Population and Social Conditions, Janeiro de 2006.
- Giddens, Anthony (1991), *As consequências da Modernidade*. São Paulo: Unesp.
- Giddens, Anthony (2002), *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Editor Jorge Zahar.
- Giddens, Anthony; Beck, Ulrich; Lash, Scott (1997), *Modernidade reflexiva: trabalho e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp.
- Monjardino, Álvaro (1977), *Guernsey. Dados e reflexões sobre um sistema de autogoverno insular*. Angra do Heroísmo: edição do autor.
- Mussotto, Francesco (2007), *As ilhas e os condicionalismos naturais e económicos no contexto da política regional*. Relatório Final A60044/2007.
- Nemésio, Vitorino (1932), “Açorianidade”, in *Insula*, no. 7 e no. 8. Ponta Delgada, Julho/Agosto.
- “Guernsey Facts and Figures booklet 2007”, Guernsey.
- “Immigration Rules 1999”, Guernsey.
- OCDE – International Migration Outlook. Relatório anual da OCDE, 2006.



## **Fluxos migratórios e mercados de trabalho locais em espaços insulares: O Caso de Zakynthos, nas Ilhas Jónicas (Grécia)**

Charalambos Kasimis  
*Agricultural University of Athens, Grécia*  
Apostolos G. Papadopoulos  
*Harokopio University of Athens, Grécia*

### **As migrações com destino à Europa do Sul**

A imigração constitui uma parte crescente e inelutável do futuro da Europa. Actualmente, são cerca de 13 ou 14 milhões os cidadãos de países terceiros que residem na União Europeia, correspondendo a cerca de 4% da população. De uma forma geral, os imigrantes encontram-se significativamente concentrados em certas regiões e cidades, sofrendo frequentemente de diversas formas de exclusão – mesmo depois de eles próprios e os seus descendentes de segunda geração terem adquirido a nacionalidade dos seus estados de acolhimento.

O saldo migratório da Europa tem vindo a aumentar, constituindo actualmente a componente mais significativa do crescimento efectivo. Para além disso, presentemente, os imigrantes provêm de um conjunto muito mais diversificado de países do que no passado, introduzindo uma muito maior diversidade de línguas e culturas e contribuindo substancialmente para a prosperidade económica da Europa (van Selm, 2005). Porém, são inúmeros os exemplos de situações em que estes imigrantes se encontram em desvantagem nos vários domínios da integração – dos direitos legais à educação, emprego, justiça, saúde, condições de vida e participação cívica. Por outro lado, o o medo do que é diferente e o ressentimento de parte da opinião pública face aos imigrantes conduz por vezes à discriminação, ao aumento das tensões entre comunidades e a ocasionais actos de violência.

Os factores que têm feito aumentar a premência de uma mais eficaz estratégia europeia para a promoção da integração económica, social, cultural e política dos imigrantes e das gerações subseqüentes são, assim, o reconheci-

mento dos insucessos ao nível da integração no passado e a preocupação face aos aumentos da xenofobia e do apoio e adesão a movimentos políticos de extrema-direita.

No período de reconstrução que se seguiu à 2ª Guerra Mundial, a Europa do Sul foi a principal fornecedora de trabalhadores migrantes para as economias industrializadas e sedentas de mão-de-obra da Europa do Norte. Contudo, as crises petrolíferas de 1973 e 1978 contribuíram para que se instalasse uma situação de estagnação económica e para que a procura de mão-de-obra se reduzisse significativamente. Por sua vez, isso levou à introdução de políticas migratórias restritivas na Europa do Norte e ao aumento dos fluxos migratórios de retorno com destino à Europa do Sul. Mais tarde, na década de 1980, os estados da Europa do Sul tornaram-se países de trânsito para migrantes africanos, asiáticos, polacos e jugoslavos, cujos destinos finais eram os EUA, o Canadá e, em menor grau, a Europa Ocidental.

Nos últimos 15 anos, os fluxos migratórios para a Europa do Sul registaram um aumento considerável. Em consequência disso mesmo, todos os estados desta região passaram de países emissores a países receptores e a destinos finais de migrantes permanentes, tal como assinalado por Baldwin-Edwards (2004a):

Em 2003, os registos municipais espanhóis revelavam que a comunidade imigrante mais numerosa nesse país não era já a marroquina, mas sim a equatoriana, sendo também significativos os contingentes colombiano, romeno e argentino. Os imigrantes (incluindo os cidadãos da UE) representavam mais de 6% da população total, excedendo em quase 700.000 o número do ano anterior. Destes, pensa-se que cerca de 850.000 se encontrassem em situação irregular.

Em Itália, a campanha de regularização levada a cabo em 2003 registou umas surpreendentes 705.000 candidaturas, das quais 20% eram de cidadãos romenos, 15% de ucranianos, 8% de albaneses e 8% de marroquinos.

Os dados disponíveis relativamente a Portugal mostram que, em 2003, os ucranianos em situação regular haviam substituído os brasileiros enquanto comunidade estrangeira mais numerosa, pese embora o facto do número de brasileiros indocumentados que procuraram entretanto regularizar a sua situação tender para provocar uma nova inversão dessa situação.

No caso da Grécia, os dados do recenseamento de 2001 indicam que os imigrantes constituíam mais de 7% da população total, mas certas estimativas mais recentes apontam para um número superior a 1,2 milhões de imigrantes, correspondentes a mais de 10% da população. Os albaneses continuam a ser a principal comunidade imigrante, constituindo cerca de 65% do total.

Tal como foi atrás sugerido, apesar de certos países de origem continuarem a assumir um papel de destaque em cada um destes estados da UE (os

marroquinos em Espanha e Itália, os brasileiros em Portugal e os albaneses na Grécia), tem vindo a emergir um quadro de crescente diversificação das origens dos fluxos migratórios, incluindo, nomeadamente, aumentos significativos dos fluxos originários da China e de outros países asiáticos. Para além disso, ainda que o peso relativo dos imigrantes com estatuto de residência legal na população total destes quatro países seja relativamente baixo, a soma dos imigrantes legais, ilegais, semi-legais e sazonais atinge valores bastante consideráveis – em muitos casos, acima dos 10% da população activa.

São vários os factores que explicam a transformação da Europa do Sul numa região receptora de imigrantes e que permitem caracterizar o regime migratório específico desta região (King, 2000). Entre os mais importantes, incluem-se:

- *O aumento da procura resultante da reestruturação económica.* O aumento da procura de mão-de-obra imigrante por parte do sector agrícola remonta ao processo de adesão à EU por parte dos estados da Europa do Sul (Grécia, Espanha e Portugal) na década de 1980.
- *A mudança generalizada das atitudes.* O aumento do nível de vida e dos níveis de escolaridade dos jovens tiveram como consequência uma menor disponibilidade por parte da população autóctone para o desempenho de profissões e trabalhos mal remunerados, de baixo estatuto, sazonais ou que envolvam deslocações consideráveis.
- *Os desequilíbrios demográficos.* Um outro factor que tem estado na origem do aumento da imigração consiste na estrutura etária bastante jovem da população imigrante quando comparada com as cada vez mais envelhecidas populações autóctones da Europa do Sul.
- *As oportunidades de permanência irregular.* O carácter fortemente transfronteiriço das economias da Europa meridional – muito voltadas para o turismo, para os transportes rodoviários e para a indústria naval, por exemplo – tem facilitado a entrada legal de imigrantes enquanto visitantes e turistas.
- *A proximidade em relação aos países de origem.* As extensas linhas de costa e as fronteiras porosas dos países da Europa do Sul, na medida em que são particularmente difíceis de policiar, têm também facilitado a entrada dos imigrantes nestes países.

Por sua vez, os organismos da administração pública a quem cabe a responsabilidade de gerir os fluxos migratórios – os quais são muitas vezes organizados no âmbito de redes sofisticadas – sofrem muitas vezes de subfinanciamento ou má gestão, o que tem tornado ainda mais difícil o controle

dos fluxos e *stocks* de imigrantes irregulares (Arango e Jachimowicz, 2005). As semelhanças entre os países da Europa do Sul a este nível são múltiplas. Ao mesmo tempo, é impossível enumerar os numerosos aspectos em que se distinguem uns dos outros, o que torna particularmente problemática qualquer análise individualizada à escala de cada um dos países (Baganha e Fonseca, 2004). Para King (2000), a Europa do Sul constitui um “caso particular” do capitalismo europeu, caracterizado pela industrialização tardia, pelo peso dos sectores agrícola e turístico, pela expansão urbana assente na especulação imobiliária e pela extensão do sector informal de cariz familiar.

Em comparação com o resto do continente, é na Europa do Sul que os jovens altamente escolarizados têm menores hipóteses de assegurar um emprego, apesar de ser nesta região que este grupo constitui uma menor percentagem da população total. Por outro lado, o desemprego na Europa do Sul afecta menos os “chefes de família” de meia idade e de baixas qualificações do que sucede na Europa do Norte, o que se deve ao facto de certos tipos de desempregados não concorrerem directamente com os imigrantes no mercado de trabalho. Os elevados níveis de escolaridade que caracterizam a população jovem e os fortes laços e apoios familiares com que esta conta criam expectativas elevadas e permitem adiar a entrada no mercado de trabalho e evitar o desempenho de funções não consentâneas com o estatuto familiar ou aquele que decorre do nível de instrução. Para além disso, a reestruturação económica e a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho têm tido como consequência a criação generalizada do tipo de empregos que as populações autóctones tendem a rejeitar (King, 2000). Consequentemente, o desejo de um emprego “seguro e decente” por parte dos cidadãos nativos destes países tem estado associado à sua falta de disponibilidade para aceitar empregos duros e mal remunerados, criando assim um espaço que tem sido aproveitado pelos trabalhadores imigrantes (King, 2000; Labrianidis e Lyberaki, 2001; Baldwin-Edwards, 2004b).

Num contexto como este, não é surpreendente que os imigrantes afluam para “colmatar” as lacunas deixadas pela população autóctone no mercado de trabalho. Para Hoggart e Mendoza (1999), mais do que definidas economicamente, estas “lacunas” são objecto de definição e regulação sociais. A explicação para a sua existência deve ser procurada no contexto da ‘teoria da segmentação’ do mercado de trabalho, a qual sugere que este se divide hierarquicamente em segmentos caracterizados por tipos de emprego específicos, cujo acesso assenta em parte no grupo étnico, género e classe social (Bradley, 1984; Peck, 1996). São disto exemplo os sectores da agricultura, construção civil, artesanato de cariz familiar, turismo e trabalho doméstico, nos quais é comum encontrar imigrantes

em postos de trabalho caracterizados por maior insegurança, marginalidade, baixas remunerações e elevados níveis de exploração.

Contudo, do ponto de vista geográfico, a análise comparativa deste fenómeno e o postulado teórico de um “regime migratório sul-europeu” não implicam necessariamente que os países em questão constituam um conjunto homogéneo. Os países da Europa do Sul não constituem uma entidade geográfica “unificada” e, no interior de cada um deles – especialmente em Espanha e Itália –, continuam a existir diferenças regionais consideráveis (Mendoza, 2001). Com efeito, os dados empíricos relativos a Espanha, Itália e Grécia revelam que o grau de diferenciação inter-regional é na realidade bastante significativo.

Neste contexto, alguns investigadores têm enfatizado mais as diferenças existentes entre os vários países do Sul da Europa, particularmente no que diz respeito à composição da população imigrante e ao tipo de relações existentes entre o país de acolhimento e os países de origem, do que a análise individualizada, para cada país considerado de forma isolada, das implicações destas diferenças ao nível das dinâmicas e padrões migratórios.

As mudanças ocorridas nos últimos anos – sobretudo ao nível da composição demográfica da população imigrante – poderão inclusivamente justificar uma revisão das características fundamentais do regime migratório sul-europeu enquanto modelo teórico. Por exemplo, no que se refere às características dos fluxos migratórios em termos de género e à assimetria entre o número de homens e o número de mulheres, a tendência parece ser no sentido de um maior equilíbrio.

Naturalmente, o referido modelo teórico não deve ser considerado de forma estática, dadas as mudanças em curso ao nível do próprio fenómeno, nomeadamente em virtude dos processos de reagrupamento familiar. A questão que se coloca é se, daqui a alguns anos, fará ainda sentido referir a especificidade do regime migratório sul-europeu ou se, pelo contrário, as transformações actualmente em curso ao nível das características demográficas e socioeconómicas dos fluxos migratórios irão provocar uma gradual convergência dos modelos norte- e sul-europeu.

As características mais importantes dos fluxos migratórios com destino à Europa do Sul são as seguintes:

- O importante contributo positivo proporcionado pela imigração para a correcção da situação demográfica de todos estes países.
- O forte peso da imigração irregular e o número crescente de novas chegadas em resultado das campanhas de regularização levadas a cabo nos quatro países da Europa do Sul.

- Os laços históricos e culturais específicos que unem alguns destes países de origem com os países de destino, os quais afectam as políticas de gestão dos fluxos migratórios, bem como as percepções e atitudes das populações autóctones para com certos grupos étnicos.
- A grande diversidade dos grupos étnicos, a par do predomínio simultâneo de um desses grupos étnicos em alguns dos países (os albaneses na Grécia, por exemplo).
- A tendência no sentido de um maior equilíbrio em termos da composição de género da população imigrante.
- O carácter mais jovem, mais urbano e mais qualificado da população imigrante quando comparada com a população nativa.
- A diferenciação dos padrões migratórios ao longo dos últimos anos, em consequência da substituição dos “imigrantes tradicionais” por “novos imigrantes” (oriundos da Europa Central e Oriental), a par de uma crescente diversidade no que se refere à composição nacional e de género dos imigrantes (mais homens originários da Europa Central e Oriental no caso português, por exemplo, mas também mais mulheres imigrantes nos casos espanhol e italiano).
- A forte presença dos trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho informal e as semelhanças entre os diversos países da Europa do Sul ao nível das características socioprofissionais desses mesmos imigrantes.
- A segmentação do mercado de trabalho segundo bases étnicas e a sua diferenciação sectorial e regional.
- O ‘desperdício’ de capital humano resultante do desempenho de profissões não correspondentes às qualificações e competências dos imigrantes.
- O aumento da incidência do reagrupamento familiar, o qual tem contribuído para a complexificação do regime migratório sul-europeu no sentido da coexistência de fluxos migratórios individuais e familiares (principalmente com origem nos países da Europa Central e Oriental)

## O fenómeno migratório na Grécia

Para percebermos como é que a Grécia chegou à situação actual, em grande medida semelhante à dos seus vizinhos da Europa do Sul, é necessário que examinemos, de uma forma global, o regime migratório passado e presente deste país.

Na sequência da formação do estado grego moderno no início da década de 1830, a Grécia passou por dois períodos de emigração em massa. A primeira

estendeu-se entre finais do século XIX e inícios do século XX, enquanto a segunda teve lugar após a 2ª Guerra Mundial.

A primeira vaga de emigração grega foi despoletada pela crise económica de 1893, a qual se deveu à acentuada queda do preço das passas de uva – principal produto de exportação do país – nos mercados internacionais. No período 1890-1914, quase um sexto da população grega emigrou, na sua maioria para os Estados Unidos e Egipto. Esta vaga de emigração foi de certa forma encorajada pelas autoridades gregas, que encararam as remessas como uma forma de reequilibrar a balança de pagamentos do país (Clogg, 1979).

No âmbito da segunda vaga, que teve lugar principalmente no período 1950-1974, mais de um milhão de gregos saíram do país. A maioria emigrou para a Europa Ocidental, EUA, Canadá e Austrália. Na origem destes fluxos estiveram razões tanto económicas como políticas, de uma forma geral relacionadas com as consequências da guerra civil de 1946-1949 e da ditadura militar que se seguiu. As estatísticas oficiais indicam que, no período 1955-1973, a Alemanha recebeu 603.300 emigrantes gregos, a Austrália 170.700, os EUA 124.200 e o Canadá 80.200 (NSSG, Anuários Estatísticos). A maioria destes emigrantes provinha de áreas rurais, tendo afluído aos mercados de trabalho tanto nacionais como internacionais (Fakiolas e King, 1996).

Na sequência das crises petrolíferas de 1973 e 1980, os países europeus receptores de imigração adoptaram políticas migratórias restritivas e uma atitude muito menos hospitaleira face aos seus antigos ‘convidados’. Outros factores que contribuíram para este desfecho foram as dificuldades de integração nos países de acolhimento, a restauração da democracia na Grécia em 1974 e as novas perspectivas económicas associadas à adesão deste país na Comunidade Económica Europeia (CEE). Entre 1974 e 1985, quase metade dos emigrantes do período do pós-guerra regressou à Grécia (Kasimis e Kassimi, 2004).

O declínio da emigração e o aumento dos fluxos migratórios de retorno tiveram como consequência o regresso a uma situação de saldo migratório positivo na década de 1970. Por sua vez, a imigração estrangeira começou a aumentar no início da década de 1980, com a chegada de um pequeno número de asiáticos (principalmente filipinos), africanos e polacos para trabalhar nos sectores da construção civil, agricultura e trabalho doméstico. Porém, o volume desta imigração era ainda bastante limitado. Em 1986, os imigrantes regulares e irregulares totalizavam cerca de 90.000 indivíduos, um terço dos quais provinha de outros estados-membros da UE. Alguns anos depois, em 1991, o recenseamento revelava já a presença de 167.000 estrangeiros numa população total de 10.259.900 habitantes.



O colapso de numerosos regimes da Europa Central e Oriental em 1989 transformou os fluxos migratórios para a Grécia num fenómeno maciço e incontrollável. Em resultado disso mesmo, a Grécia, que à época era ainda um dos países menos desenvolvidos da UE, foi na década de 1990 o país que recebeu a mais elevada percentagem de imigrantes em relação à sua população activa.

São muitos os factores que explicam a transformação da Grécia num país de acolhimento, incluindo a localização geográfica – que coloca a Grécia na situação de “porta de entrada” oriental da UE –, a extensa linha de costa e as fronteiras permeáveis. Embora a situação na fronteira setentrional tenha melhorado muito após a criação de uma polícia especial de fronteira em 1998, a acessibilidade geográfica continua a ser um factor determinante do regime migratório grego.

Outro aspecto fulcral tem a ver com a rápida transformação económica após a adesão à UE em 1981, a qual tem vindo a estreitar o fosso económico e social em relação aos países da Europa do Norte. A par do desenvolvimento económico, o aumento dos níveis de vida e das qualificações dos jovens tem levado a que a maioria dos gregos rejeite cada vez mais os empregos de baixo estatuto e de baixos rendimentos. Simultaneamente, o forte peso da economia informal de base familiar, juntamente com o carácter sazonal de indústrias como o turismo, a agricultura e a construção civil, têm assegurado uma forte procura por uma mão-de-obra não sindicalizada e que se encontra muitas vezes à margem da legislação laboral.

De acordo com os últimos recenseamentos, a população grega passou de 10.259.900 habitantes em 1991 para 10.964.020 em 2001. Este aumento pode ser imputado na sua quase totalidade à imigração registada durante a década. O recenseamento revela também que a “população estrangeira” da Grécia em 2001 era composta por 762.191 habitantes (47.000 dos quais cidadãos europeus), ou cerca de 7% da população total (Tabela 1). Destes imigrantes, 2.927 possuíam estatuto de refugiado (NSSG, 2001).

Calcula-se que o verdadeiro número de imigrantes seja superior: muitos investigadores estimam que os imigrantes constituam 10% da população. Entre outros factores, referem o facto do recenseamento de 2001 ter sido realizado antes da implementação da Lei 2910/2001, também conhecida como a segunda campanha de regularização da Grécia, a qual veio regular “a admissão e residência de estrangeiros na Grécia e a aquisição da nacionalidade grega através da naturalização”. Devido ao seu estatuto irregular, muitos imigrantes não foram abrangidos pelo recenseamento, enquanto muitos outros entraram no país especificamente para tirarem partido da campanha de regularização.

Tabela 1 – População Estrangeira por Nacionalidade e Sexo

| Nacionalidade              | Total   | %     | Homens | Mulheres |
|----------------------------|---------|-------|--------|----------|
| <b>Total</b>               | 762.191 |       | 54,52  | 45,48    |
| <i>Albânia</i>             | 438.036 | 57,47 | 58,70  | 41,30    |
| <i>Bulgária</i>            | 35.104  | 4,61  | 39,56  | 60,44    |
| <i>Roménia</i>             | 21.994  | 2,89  | 56,59  | 43,41    |
| <i>Ex- União Soviética</i> | 71.283  | 9,35  | 37,24  | 62,76    |
| <i>U.E.-15</i>             | 46.869  | 6,15  | 40,10  | 59,90    |
| <i>Austrália</i>           | 8.767   | 1,15  | 46,82  | 53,18    |
| <i>EUA</i>                 | 18.140  | 2,38  | 48,54  | 51,46    |
| <i>Canadá</i>              | 6.049   | 0,79  | 48,32  | 51,68    |
| <i>Chipre</i>              | 17.426  | 2,29  | 47,54  | 52,46    |
| <i>Outros países</i>       | 98.523  | 12,93 | 63,55  | 36,45    |

Fonte: NSSG, Recenseamento da População, 2001.

Este acréscimo populacional fez-se acompanhar por um processo de rejuvenescimento demográfico. O número médio de filhos por mulher na Grécia caiu para 1,3, por comparação com a média europeia de 1,5 e bem abaixo dos 2,1 necessários para assegurar a substituição inter-geracional. Entre os imigrantes, 16,7% pertencem ao grupo etário 0-14, 79,8% têm entre 15 e 64 anos de idade e apenas 3,5% têm idade superior a 65 anos. As percentagens correspondentes entre a população de nacionalidade grega são 15,2%, 67,7% e 17%, o que revela bem o papel-chave que os imigrantes em idade fértil desempenham no contexto da demografia grega. Os albaneses, que consistem na sua maioria em casais com filhos, constituem o mais jovem de todos os grupos nacionais.

Mais de 50% dos imigrantes vêm para a Grécia à procura de trabalho (Tabela 2). O reagrupamento familiar (13%) e o repatriamento (7%) são, por ordem de importância, os motivos seguintes indicados. Os albaneses são o grupo mais sobre-representado entre os imigrantes que recorrem ao canal do reagrupamento familiar, enquanto os imigrantes oriundos dos EUA, Canadá e Austrália são os mais comumente repatriados.

Homens e mulheres constituem, respectivamente, 54,5% e 45,5% da população imigrante total. Porém, a relação entre o número de homens e mulheres varia consideravelmente de um grupo nacional para o outro. Os albaneses e os romenos exibem as composições mais equilibradas, em que as percentagens de homens, respectivamente 59% e 57%, são apenas ligeiramente superiores à média nacional. Outras nacionalidades exibem assimetrias bastante pronunciadas, no sentido do número de homens ou de mulheres exceder largamente o número de indivíduos do sexo oposto. Por exemplo, as mulheres constituem quase dois

terços dos imigrantes provenientes da ex-União Soviética e Bulgária, bem como cerca de quatro quintos dos imigrantes filipinos. Em contrapartida, os imigrantes oriundos da Índia e Paquistão são quase exclusivamente do sexo masculino.

A maior concentração de imigrantes verifica-se na região da Ática (quase 50%), seguida pela Macedónia Central (pouco mais de 14%), Peloponeso, Creta, Grécia Central e Grécia Ocidental (todas com cerca de 5%). Todas as restantes regiões apresentam percentagens inferiores a 5%.

Se atentarmos ao peso da população imigrante na população total, podemos verificar que as prefeituras<sup>1</sup> que apresentam as percentagens mais elevadas (superiores a 10%) são aquelas que se caracterizam por um significativo desenvolvimento dos sectores turístico (Zakynthos, Ciclades, Cefalónia, Dodecaneso, Lasithi) ou agrícola (Beócia, Coríntia, Argólida). Zakynthos apresenta uma percentagem de 13,5%, que é a mais elevada do país. O que é certo, porém, é que a população imigrante é sobretudo uma população urbana.

**Tabela 2** – População Imigrante por Nacionalidade e Motivo da Vinda para a Grécia

| Nacionalidade             | Total   | % do total | Procura de trabalho | Repatriamento | Reagrupamento familiar |
|---------------------------|---------|------------|---------------------|---------------|------------------------|
| <b>Grécia</b>             | 762.191 |            | 54,21               | 6,78          | 13,12                  |
| <i>Albânia</i>            | 438.036 | 57,47      | 54,94               | 2,71          | 15,97                  |
| <i>Bulgária</i>           | 35.104  | 4,61       | 78,35               | 1,13          | 7,47                   |
| <i>Roménia</i>            | 21.994  | 2,89       | 78,83               | 2,03          | 6,48                   |
| <i>Ex-União Soviética</i> | 71.283  | 9,35       | 53,93               | 17,73         | 11,06                  |
| <i>U.E.-15</i>            | 46.869  | 6,15       | 35,68               | 9,52          | 13,18                  |
| <i>Austrália</i>          | 8.767   | 1,15       | 13,80               | 59,26         | 9,73                   |
| <i>EUA</i>                | 18.140  | 2,38       | 20,59               | 44,50         | 12,95                  |
| <i>Canadá</i>             | 6.049   | 0,79       | 14,05               | 55,02         | 9,97                   |
| <i>Chipre</i>             | 17.426  | 2,29       | 28,55               | 3,72          | 6,00                   |
| <i>Outros países</i>      | 98.523  | 12,93      | 62,71               | 4,71          | 7,16                   |

Fonte: NSSG, Recenseamento da População, 2001.

A distribuição geográfica da população imigrante consoante o sexo é um aspecto de particular interesse. A população imigrante do sexo feminino é essencialmente urbana: por exemplo, mais de 50% das mulheres imigrantes residem em Atenas, ao passo que a percentagem correspondente entre os homens imigrantes é cerca de 35%. As mulheres imigrantes encontram-se também

1 N. do T.: As prefeituras gregas correspondem às NUTS III.

especialmente presentes nas regiões de forte desenvolvimento dos sectores turístico e dos serviços – e, de forma especialmente típica, nas regiões insulares de Creta, Dodecaneso e Ciclades. Em contrapartida, a população imigrante do sexo masculino encontra-se especialmente presente em regiões rurais como Larissa, Ftiótida, Beócia, Pella e Emátia. Por detrás destas diferenças entre as distribuições geográficas dos imigrantes dos dois sexos encontra-se o facto de ser mais fácil para as mulheres arranjar trabalho nas regiões com forte peso do turismo e dos serviços, enquanto para os homens isso sucede tipicamente nas regiões com uma presença relevante dos sectores agrícola e da construção civil.

A distribuição geográfica da população imigrante pode ser caracterizada como fortemente diferenciada. De uma forma geral, os imigrantes tendem a gravitar em torno dos principais centros urbanos da Ática e de Salónica. No entanto, o peso relativo dos imigrantes na população activa é mais elevado nas áreas não-urbanas.

Como revela a Fig. 1, os imigrantes tendem a concentrar-se nas regiões rurais em que existe uma forte procura de mão-de-obra (p.e., leste da Grécia Central, Peloponeso, Creta e restantes ilhas). Estes mercados de trabalho rurais/regionais, caracterizados pela co-existência e articulação dos sectores agrícola e turístico, são especialmente atractivos para os imigrantes (p.e. Ilhas Jónicas, Creta, Calcídica). Os imigrantes instalam-se habitualmente nas áreas onde conseguem arranjar empregos em *part-time* ou *full-time*, nomeadamente em micro-empresas, serviços de carácter local e explorações agrícolas familiares.

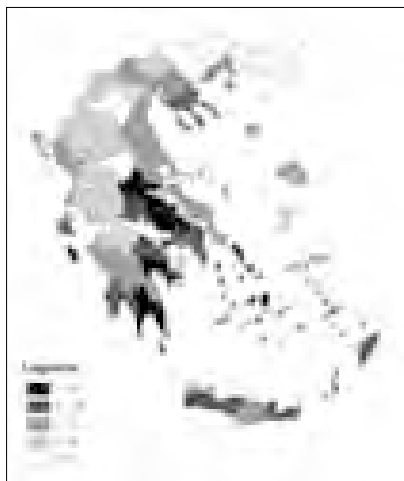
Tal como revela a Fig. 2, os imigrantes têm tido um peso significativo no sector privado, o que se deve ao facto de desempenharem muitas vezes algumas das tarefas mais duras, perigosas, mal remuneradas e de baixas qualificações. Esta elevada proporção – cerca de  $\frac{1}{6}$  a  $\frac{1}{5}$  da população empregada – deve-se principalmente aos valores registados nas regiões insulares (Ilhas Jónicas, Egeu e Creta), nas regiões do leste da Grécia e no Peloponeso.

A Fig. 3 representa a presença da população imigrante nas áreas rurais de cada prefeitura. O peso relativo dos imigrantes na população rural é particularmente significativo no caso de áreas montanhosas, remotas ou insulares, como é o caso de Euritania, Lacónia, Rethymno, Zakynthos, Calcídica, Ciclades, Corfu, Cefalónia, etc. Para além disso, os imigrantes são mais “visíveis” nas áreas rurais do que nas áreas urbanas, devido à reduzida população das primeiras.

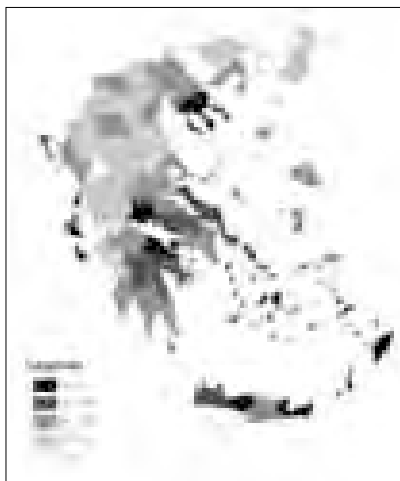
A Fig. 4 revela que a distribuição dos imigrantes pelos diversos sectores depende fortemente da composição sectorial de cada prefeitura. Em termos regionais, o emprego imigrante nos sectores agrícola e dos serviços tem assumido bastante importância. Ao mesmo tempo, o emprego no sector da construção civil é uma característica típica dos mercados de trabalho regionais onde os

sectores agrícola ou dos serviços são particularmente dinâmicos. No período de imigração em massa para a Grécia, entre 1990 e 2001, os imigrantes afluíram em duas vagas principais. A primeira teve lugar no início da década de 1990 e foi dominada pelos albaneses. A segunda ocorreu após 1995 e envolveu uma participação muito mais significativa dos imigrantes originários da ex-União Soviética, Paquistão e Índia. A maioria dos albaneses veio para a Grécia no contexto da primeira vaga; porém, o colapso, em 1996, dos gigantescos “esquemas piramidais” que abundavam no sistema bancário albanês esteve também na origem de fluxos migratórios consideráveis.

**Fig. 1** – Peso relativo dos imigrantes na população activa



**Fig. 2** – Peso relativo dos imigrantes entre os trabalhadores registados junto da Segurança Social

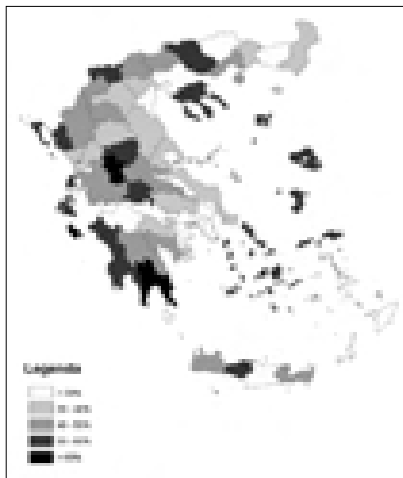


De acordo com o Recenseamento de 2001, o grupo mais numeroso entre os imigrantes provém de países balcânicos como a Albânia, a Bulgária e a Roménia. Os nacionais destes países constituem quase  $\frac{2}{3}$  da “população estrangeira” total. Os imigrantes provenientes da ex-União Soviética (Georgia, Rússia, Ucrânia, Moldávia, etc.) representam 10% do total, enquanto os nacionais de países da UE constituem 6%. Um grupo heterogéneo de imigrantes, oriundos de países como os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália (na sua maioria emigrantes gregos de primeira ou segunda geração que regressaram à Grécia), constitui também cerca de 6%. Finalmente, os nacionais de todos os outros países representam 13% dos estrangeiros. Nenhum dos países incluídos neste último grupo tem um peso na ‘população estrangeira’ superior a 2%.

No que diz respeito aos principais países de origem, a Albânia é responsável por 57,5% do total, enquanto a Bulgária ocupa um distante segundo lugar, com 4,6%. A existência de fronteiras terrestres com estes dois países tem

facilitado a entrada destes imigrantes em território grego e estado na origem de fluxos migratórios com um carácter cíclico.

**Fig. 3** – Percentagem da população imigrante residente em áreas rurais



**Fig. 4** – Distribuição sectorial dos trabalhadores imigrantes



Os imigrantes contribuíram significativamente para o desempenho da economia grega ao longo dos últimos anos, para além de terem possibilitado a participação com sucesso por parte da Grécia na união económica e monetária da UE. O seu papel estrutural na força de trabalho dos sectores agrícola e da construção civil tem sido amplamente reconhecido. Apesar da elevada taxa de desemprego, estimada em cerca de 10% nos últimos quatro anos, não parece existir uma situação de verdadeira concorrência entre as populações imigrante e nativa pelo tipo de empregos que os primeiros costumam ocupar. Pelo contrário, o papel económico desempenhado pelos imigrantes tem sido em grande medida complementar.

Quase metade da população imigrante possui qualificações ao nível do ensino secundário (incluindo o ensino técnico de equivalência ao secundário), enquanto cerca de  $\frac{1}{3}$  frequentou ou completou o ensino primário. A análise quantitativa do nível de escolaridade dos imigrantes das várias nacionalidades revela que, em termos relativos, os albaneses são os menos qualificados, enquanto os cidadãos de ex-URSS são os mais qualificados. Por outro lado, as mulheres predominam entre os imigrantes detentores de qualificações de nível superior, ao passo que os homens são maioritários em todos os outros níveis de escolaridade.

A esmagadora maioria dos imigrantes (90%) é assalariada, seguindo-se a situação de auto-emprego com 6,5%. A maior parte dos empregos corresponde

ao desempenho de tarefas manuais e de baixas qualificações, em geral bastante abaixo das qualificações e competências detidas pelos imigrantes.

De acordo com o recenseamento de 2001, a maioria dos imigrantes (54%) veio para a Grécia com o objectivo específico de procurar emprego. Os búlgaros e os romenos são as duas nacionalidades em que este motivo é mais predominante. A população estrangeira encontra-se principalmente empregada na construção civil (24,5%), em “outros serviços”, que consistem sobretudo no trabalho doméstico (20,5%), na agricultura (17,5%) e no “comércio, hotelaria e restauração” (15,7%) (Tabela 3).

Devido ao seu peso específico na população imigrante total, os albaneses são maioritários em todos os sectores. No seio da comunidade albanesa, porém, é a construção civil que absorve a maior percentagem da população empregada (32%), seguindo-se a agricultura (21%) e os “outros serviços” (15%). Por sua vez, os búlgaros encontram-se principalmente empregados na agricultura (33%) e nos “outros serviços” (29%) (Tabela 3).

Os imigrantes constituem actualmente cerca de  $\frac{1}{4}$  da força de trabalho assalariada no sector da construção civil e cerca de  $\frac{1}{5}$  da força de trabalho total (para além de quase 90% da força de trabalho assalariada não familiar) no sector agrícola. Os imigrantes desempenham um papel estrutural nestes dois sectores.

O sector dos “outros serviços” – que é dominado pelo trabalho doméstico e pela presença de trabalhadoras imigrantes do sexo feminino – emprega sobretudo imigrantes originárias da ex-União Soviética (37%) e da Bulgária. Por sua vez, a forte presença imigrante no sector do trabalho doméstico tem permitido que cada vez mais mulheres gregas entrem para o mercado de trabalho.

## O caso de Zakynthos

### Caracterização da área de estudo

A região das Ilhas Jónicas registou um crescimento populacional negativo na década de 1970 e positivo nas duas décadas seguintes, apresentando em 2001 uma população total de 212.984 habitantes. Em consequência do turismo, a economia da região tem exibido um crescimento económico estável.

O sector terciário é de longe o mais importante, sendo responsável por 81,5% do PIB regional, contra 12% e 6,5% para os sectores secundário e primário, respectivamente. Na década entre 1994 e 2004, a contribuição do sector primário decresceu 10,5 pontos percentuais, enquanto a do sector terciário aumentou 12,5%. Estes desenvolvimentos originaram uma situação de

Tabela 3 – População Imigrante por Nacionalidade e Ramo/Sector de Actividade Económica

| Sector de actividade económica | Numero absoluto | % De cada nacionalidade na pop. Imigrante total | Peso relativo (%) De cada nacionalidade no sector agrícola | Peso relativo (%) da agricultura por nacionalidade | Peso relativo (%) da indústria | Peso relativo (%) da indústria por nacionalidade | Peso relativo (%) De cada nacionalidade na construção civil | Peso relativo (%) da construção civil por nacionalidade | Peso relativo (%) De cada nacionalidade no sector do comércio, hotelaria e restauração | Peso relativo (%) do comércio, etc. Por nacionalidade | Peso relativo (%) De cada nacionalidade em "outros serviços" | Peso relativo (%) de "outros serviços" por nacionalidade | Peso relativo (%) De cada nacionalidade em "outros sectores" | Peso relativo (%) de "outros sectores" por nacionalidade |
|--------------------------------|-----------------|---|--|--|--------------------------------|--|---|---|--|---|--|--|--|--|
| <i>Albânia</i>                 | 226.301         | 57,78   | 68,52  | 20,79  | 51,08                          | 10,51  | 75,68   | 32,11   | 49,68  | 13,50   | 41,95  | 14,92  | 47,42  | 8,06   |
| <i>Bulgária</i>                | 23.147          | 5,91  | 11,05  | 32,77  | 3,11                           | 6,26   | 2,60  | 10,78   | 4,95   | 13,15   | 8,40   | 29,20  | 4,87   | 8,10   |
| <i>Roménia</i>                 | 14.808          | 3,78  | 5,21   | 24,18  | 4,00                           | 12,56  | 4,05  | 26,24   | 3,46   | 14,36   | 2,50   | 13,59  | 3,64   | 9,45   |
| <i>Ex.-União Soviética</i>     | 36.687          | 9,37  | 3,48   | 6,51   | 10,45                          | 13,26  | 6,29  | 16,47   | 10,47  | 17,55   | 16,88  | 37,03  | 8,74   | 9,16   |
| <i>UE-15</i>                   | 15.987          | 4,08  | 1,14   | 4,89   | 2,82                           | 8,23   | 0,65  | 3,92  | 6,89   | 26,52   | 7,00   | 35,25  | 9,09   | 21,87  |
| <i>Austrália</i>               | 3.200           | 0,82  | 0,49   | 10,56  | 0,58                           | 8,47   | 0,17  | 5,25  | 1,58   | 30,31   | 1,15   | 28,97  | 1,32   | 15,81  |
| <i>EUA</i>                     | 5.438           | 1,39  | 0,44   | 5,52   | 0,74                           | 6,36   | 0,21  | 3,75  | 1,99   | 22,55   | 2,93   | 43,44  | 2,82   | 19,95  |
| <i>Canadá</i>                  | 2.254           | 0,58  | 0,30   | 9,05   | 0,41                           | 8,39   | 0,11  | 4,79  | 1,04   | 28,44   | 0,88   | 31,50  | 1,03   | 17,57  |
| <i>Chipre</i>                  | 5.670           | 1,45  | 0,13   | 1,52   | 1,11                           | 9,14   | 0,24  | 4,09  | 1,67   | 18,15   | 3,41   | 48,47  | 2,73   | 18,50  |
| <i>Outros países</i>           | 58.182          | 14,85   | 9,26   | 10,93  | 25,70                          | 20,56  | 9,98  | 16,47   | 18,26  | 19,30   | 14,89  | 20,60  | 18,34  | 12,12  |
| <i>Total</i>                   | 391.674         |   |  | 17,54  |                                | 11,89  |   | 24,51   |  | 15,70   |  | 20,55  |  | 9,82   |

Nota: "Outros sectores" = Extração mineira + Gás, electricidade e água + Transportes, armazenamento e telecomunicações + Intermediação financeira + "Indicação vaga ou não-indicação do sector de actividade"; "Outros países" = Outros países + Apátridas (18) + "Nacionalidade não indicada"

Fonte: NSSG, Recenseamento da População, 2001.



dependência face a um único sector, o que pode facilmente deixar a economia regional numa situação de vulnerabilidade face a alterações imprevistas nas tendências de mercado.

O emprego no sector primário tem vindo a diminuir na região, correspondendo a cerca de 15% em 2004. Nesse mesmo ano, o emprego no sector secundário representava cerca de 23% – em linha com os anos anteriores –, ao passo que o emprego no sector terciário alcançara já os 62,2% em resultado do forte desenvolvimento turístico (Region of Ionian Islands, 2006).

A taxa de desemprego nesta região tem variado entre 9% em 2000, 11,4% em 2004 e 9,9% em 2006. Apesar dessa variação, estes valores têm sido sistematicamente superiores à média nacional. Porém, trata-se de um desemprego essencialmente sazonal, muito ligado às oscilações da procura de mão-de-obra por parte do sector turístico.

Zakynthos é considerada a prefeitura mais pobre da região das Ilhas Jónicas em termos de PIB *per capita* (8.636 Euros), sendo tal a dependência face ao turismo que 81,6% do seu PIB tem origem no sector dos serviços (2001).

O município de Arkadion é um dos seis que constituem a prefeitura de Zakynthos. Situa-se na parte oriental da ilha, fazendo fronteira com os municípios de Artemision, Alikon e Zakynthos (Fig. 5). Tem uma população de 4.830 habitantes, sendo constituído pelas unidades administrativas de Vanato, Aghios Kirikas, Kalipados, Kipseli, Plano, Sarakinado e Tragaki. Vanato, com 820 habitantes, é a sede do município. O relevo é suave, predominando as planícies. Uma parte significativa da periferia deste município, assim como a importante estância turística de Planos, encontra-se junto à costa.

Fig. 5 – Prefeitura de Zakynthos, Município de Arkadion



Este município registou um notável crescimento populacional entre 1991 e 2001 – muito superior ao da prefeitura de Zakynthos como um todo (35,9% contra 19,8%). Por outro lado, a sua população é menos envelhecida do que a da prefeitura (em 2001, os índices de envelhecimento respectivos eram 90 e 103). Ainda no que diz respeito à estrutura etária, é possível verificar que o peso relativo dos grupos etários mais velhos diminuiu neste município entre 1991 e 2001, ao contrário do que sucedeu com os mais novos (37% da população tinha mais de 45 anos de idade em 2001, contra cerca de 44% em 1991).

Os níveis de escolaridade da população do município também aumentaram entre 1991 e 2001, tendo diminuído a percentagem de analfabetos e aumentado a dos detentores de qualificações de nível secundário e superior.

Em 1991, uma elevada proporção da população activa deste município encontrava-se desempregada. Porém, na sequência da muito significativa redução dos níveis de desemprego ao longo da década seguinte, a taxa de desemprego em 2001 encontrava-se já abaixo da média nacional.

De acordo com o recenseamento de 1991, a maioria da população empregada pertencia então ao sector primário. Porém, em 2001, a situação havia sofrido uma alteração significativa, na medida em que o peso do sector terciário no emprego total sofrera um aumento substancial em detrimento do sector primário. Assim, em 2001, o sector terciário, com 42,5% do emprego total, era já o principal sector de actividade em termos de emprego, o que se devia principalmente à importância do sector turístico.

Em termos de grupos profissionais, registou-se um declínio considerável no número de camponeses, pastores e criadores de gado entre 1991 e 2001 (de 49,5% em 1991 para cerca de 32% em 2001) e um aumento substancial do número de trabalhadores qualificados e não-qualificados (de cerca de 12,5% em 1991 para cerca de 33% em 2001). Os empregados de escritório e as profissões científicas sofreram também um aumento, embora mais modesto.

A economia do município baseia-se fundamentalmente no turismo. Para além do rápido desenvolvimento turístico na parte oriental do município, existem também actividades agrárias na parte central, em que predominam culturas como as oliveiras, os citrinos, os produtos hortícolas e as passas.

A população imigrante da Região das Ilhas Jónicas em 2001 era constituída por 19.460 pessoas, que correspondiam a 9,1% da população total (bastante acima da média nacional de 7%).

A principal comunidade imigrante é originária da Albânia e corresponde a 69,6% da população imigrante. Uma parte significativa da população imigrante – quase 20% – é proveniente dos EUA, Austrália, Canadá e UE (Reino Unido, Holanda, Alemanha e Itália). No que diz respeito ao primeiro grupo

(EUA, Austrália e Canadá), o principal motivo para a vinda para a região é a imigração de retorno (ex-emigrantes gregos de primeira ou segunda geração que regressaram à região), enquanto para o segundo grupo (UE) o principal motivo é a aposentação. Mais de metade dos imigrantes reside há pelo menos cinco anos nas Ilhas Jónicas.

A grande maioria dos imigrantes empregados é assalariada (83,8%) e desempenha tarefas manuais e de baixas qualificações. Apenas 8,2% são trabalhadores por conta própria.

De acordo com os dados do mais recente Recenseamento da População (2001), o principal motivo para a vinda dos imigrantes para as Ilhas Jónicas é a procura de trabalho, mas o peso relativo deste grupo é inferior à média nacional (48,5% contra 54% para a Grécia como um todo). Os imigrantes encontram-se principalmente empregados nos sectores da construção civil (34,3%), “comércio, hotelaria e restauração” (22,5%), agricultura (17%) e “outros serviços” (13,1%), sendo que estes últimos correspondem essencialmente ao trabalho doméstico. Mais uma vez, os albaneses predominam em todos estes sectores. Porém, a distribuição sectorial do emprego apresenta características distintas nesta região. A maioria encontra-se empregada na construção civil (42,6%), seguindo-se o “comércio, hotelaria e restauração” (19,3%) e a agricultura (19,1%), o que reflecte as especificidades do mercado de trabalho regional.

De acordo com o recenseamento de 2001, o número total de imigrantes na prefeitura de Zakynthos atingia as 5.281 pessoas, correspondentes a 13,4% da população total da prefeitura. No município de Arkadion, residiam 649 imigrantes, dos quais 365 eram homens (56%) e 284 mulheres (44%). A maioria eram albaneses (83,4%). O índice de envelhecimento desta população imigrante era extremamente reduzido, enquanto a proporção de indivíduos em idade activa era bastante elevado. Com efeito, cerca de 83% destes indivíduos tinha uma idade inferior a 44 anos. A maioria dos imigrantes possuía qualificações de nível secundário (cerca de 52%) ou primário (cerca de 40%), ainda que a percentagem de indivíduos com qualificações de nível superior fosse relativamente elevada (5,8%).

A maior parte da população imigrante empregada trabalhava nos sectores secundário e terciário (42% e 34%, respectivamente) – o emprego no sector primário correspondia a apenas 21%. Uma parte substancial encontrava-se empregada como trabalhadores qualificados ou não-qualificados (67,8% em 2001), existindo no entanto uma percentagem mais reduzida (17%) que trabalhava no sector dos serviços ou como comerciantes, o que é em parte explicado pelo forte desenvolvimento turístico desta área. A taxa de desemprego entre os imigrantes activos atingia os 8,9% em 2001 – nove pontos percentuais abaixo

da taxa correspondente para Zakynthos como um todo e sensivelmente ao mesmo nível da taxa de desemprego da população nativa.

De acordo com os últimos dados obtidos no âmbito da concessão de autorizações de residência (2006), o número de imigrantes legais na prefeitura atinge as 3.588 pessoas, das quais 2.161 são homens e 1.427 mulheres. 74,5% são de nacionalidade albanesa e 9% búlgaros. A evolução positiva da população total da prefeitura pode ser atribuída à proporção particularmente elevada de imigrantes. É de assinalar que os imigrantes económicos, que constituem a maioria dos residentes estrangeiros, instalam-se habitualmente em áreas rurais, uma vez que as ofertas de emprego são aí mais numerosas. No município de Arkadion, e de acordo com os dados das autorizações de residência (2006), residem 684 imigrantes, dos quais 431 (63%) são homens e 253 (37%) mulheres. As duas comunidades nacionais mais numerosas são os albaneses (81%) e os búlgaros (9,5%).

## Metodologia

Os objectivos principais do nosso estudo empírico consistiram em examinar os fluxos migratórios, bem como as características e as implicações para o mercado de trabalho do emprego de imigrantes, em duas áreas com características distintas ao nível da estrutura sectorial e do mercado de trabalho (uma situada na Grécia Ocidental, a outra nas Ilhas Jónicas). Para tal, foram seleccionadas duas áreas consideradas representativas – uma na prefeitura de Elia, na Grécia Ocidental, e a outra em Zakynthos, nas Ilhas Jónicas. Essas áreas foram as seguintes:

- O município de Vouprassia, na prefeitura de Elia, onde uma agricultura dinâmica e intensiva tem vindo a desenvolver-se ao longo dos últimos anos, assente exclusivamente em trabalhadores assalariados imigrantes.
- O município de Arkadion, na prefeitura de Zakynthos, que se caracteriza por uma economia de tipo misto, em que os sectores agrícola, turístico e da construção civil se complementam entre si. O elevado peso da população imigrante na prefeitura como um todo torna a questão dos fluxos migratórios e da complementaridade dos mercados de trabalho particularmente interessante neste contexto.

A equipa de investigação adoptou uma metodologia quantitativa (aplicação de um questionário) no estudo da população imigrante, tendo ainda realizado uma série de entrevistas qualitativas com líderes de opinião e diversos organismos locais. O questionário foi objecto de um teste-piloto antes da sua

aplicação. Os dados empíricos aqui apresentados foram recolhidos em Outubro de 2007 (Vouprassia) e Janeiro de 2008 (Arkadion). Os respondentes foram seleccionados através do método de “*snowballing*”, tendo sido aplicados 103 questionários a imigrantes em Vouprassia (Elia) e 102 em Arkadion (Zakynthos).

A amostra foi seleccionada a partir da base de dados das autorizações de trabalho concedidas a imigrantes, tendo sido estratificada por nacionalidade. Neste texto, debruçamo-nos apenas sobre a segunda área de estudo, que se caracteriza, entre outros aspectos, por ser uma região insular. A insularidade tem um impacte significativo nas dinâmicas e perspectivas de integração dos imigrantes.

## Resultados Empíricos

A amostra foi constituída em 12% por mulheres e em 88% por homens. Trata-se de uma relação de masculinidade não representativa da população, o que se deve simplesmente ao facto de diversos factores de ordem prática e cultural terem dificultado a aproximação às mulheres imigrantes. Muitas mulheres albanesas encontravam-se em casa enquanto os maridos tinham saído para trabalhar e não se mostraram dispostas a falar connosco na ausência destes. Para além disso, grande parte delas não demonstrava suficiente domínio da língua grega.

Quase 88% dos imigrantes possuem nacionalidade albanesa, seguidos a grande distância pelos búlgaros, com cerca de 4%. As características da amostra em termos de nacionalidade seguem de forma bastante próxima as da base de dados de autorizações de trabalho da qual foi extraída. O recente aumento do número de imigrantes oriundos da Bulgária e Roménia, na sequência da adesão destes dois países à UE, não teve ainda reflexo na composição da população imigrante de Zakynthos, e do município de Arkadion em particular, onde os albaneses continuam a ser largamente dominantes.

Quase dois terços dos imigrantes residem na Grécia há pelo menos 10 anos. Os recém-chegados são em número bastante limitado (13,7% encontram-se na região há menos de 5 anos), o que é indicativo da estabilidade e integração da população imigrante de Arkadion, tal como discutido em maior detalhe mais à frente neste texto. Os albaneses encontram-se há muito presentes na ilha e na região e, com excepção de um pequeno sub-grupo de cidadãos da UE, constituem a mais antiga comunidade imigrante da ilha. Em média, os albaneses residem na Grécia há 11 anos, significativamente mais do que o tempo médio de permanência no país dos imigrantes das restantes nacionalidades, que é de 7 anos. Por sua vez, o tempo de permanência está correlacionado com as características dos diferentes grupos nacionais em termos de estatuto legal. Os

albaneses, na medida em que são o grupo com mais tempo de permanência no país, encontram-se habitualmente em situação regular e recorrem mais frequentemente ao canal do reagrupamento familiar.

Tipicamente, os imigrantes presentes nesta região são casados e têm filhos. Mais especificamente, 76,5% são casados e 86% dos casais unidos pelo matrimónio têm filhos. Em média, cada família albanesa é constituída por 3,29 elementos, dos quais 8 em cada 10 residem na Grécia. Entre as restantes nacionalidades, os agregados familiares têm uma dimensão média de 2,62 elementos – e apenas 6 em cada 10 encontram-se na Grécia.

A estrutura etária dos imigrantes que constituem a amostra encontra-se representada na Fig. 6. É de registar o facto de quase 64% da amostra ter uma idade inferior a 35 anos, contra 36% com mais de 35 anos, o que confirma o facto sobejamente conhecido de que os imigrantes constituem uma população bastante jovem, cujo contributo para o rejuvenescimento demográfico dos países e regiões de acolhimento é crucial.

Estes imigrantes apresentam níveis de escolaridade bastante satisfatórios (Fig. 7). Somente 2% são analfabetos e quase  $\frac{2}{3}$  possuem qualificações de nível secundário ou superior. A percentagem dos imigrantes que concluiu apenas o ensino primário (35,3%) é inferior à da população local (40,1%). Já a percentagem daqueles que concluíram o ensino secundário é idêntica nas duas populações (52%). Os imigrantes detentores de qualificações de nível superior constituem quase 11% do total – 3 pontos percentuais acima dos valores respectivos entre as populações do país ou da ilha e quase o dobro da percentagem registada entre a população total do município (5,8%). Os albaneses parecem apresentar níveis de escolaridade inferiores aos das restantes nacionalidades, o que está de acordo com o que já se sabia a partir das estatísticas da imigração de âmbito nacional.

Fig. 6 – Composição Etária da População Imigrante

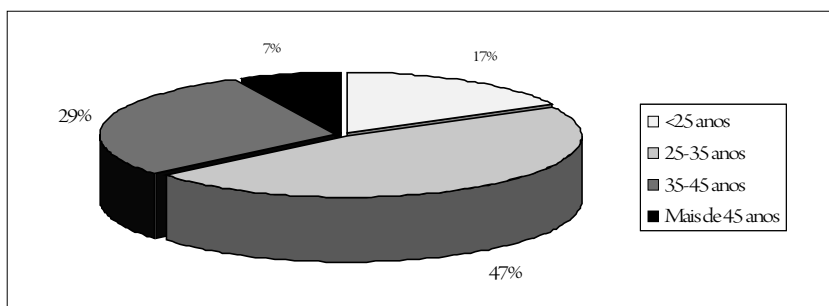
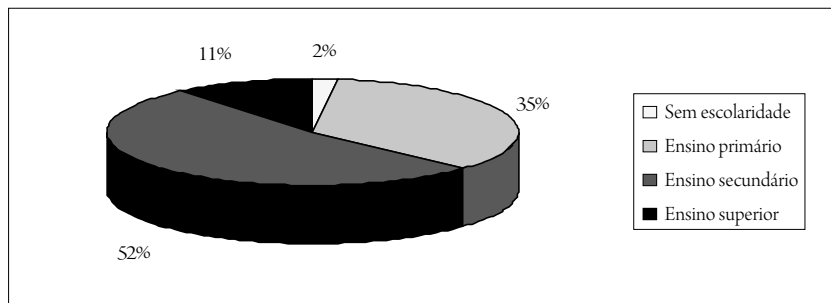


Fig. 7 – Escolaridade da População Imigrante



No que diz respeito ao domínio da língua grega, os nossos resultados indicam que pouco mais de 50% de todos os imigrantes falam grego “bem” ou “muito bem”, enquanto quase 20% falam “mal” ou “nada”. Porém, a percentagem dos que conseguem ler “bem” ou “muito bem” é de apenas 25%, contra cerca de 50% que lêem “mal” ou não conseguem de todo ler grego.

No que se refere à situação perante o trabalho antes da vinda para a Grécia, esta população imigrante encontrava-se dividida em partes quase iguais entre activos e inactivos. Mais concretamente, 48% encontravam-se empregados, 9% desempregados e os restantes 43% eram inactivos (na sua maioria estudantes). Entre os empregados, a maior parte trabalhava no sector secundário (44,2%), seguido pelo sector terciário (30,8%) e finalmente pelo sector primário (25%). Os albaneses são o único grupo nacional que se encontrava significativamente empregado no sector primário no seu país de origem.

Entre as razões para a emigração, predomina claramente o motivo económico (82,4%). Esta resposta é ainda mais frequente entre os albaneses do que entre as restantes nacionalidades. Se a esta razão adicionarmos os “motivos sociais/melhoria da qualidade de vida”, a percentagem de respondentes albaneses excede os 90%. O colapso do regime não democrático, a par da debilidade da economia albanesa, provocaram uma situação de pobreza generalizada que esteve na origem do forte êxodo que se verificou a partir deste país (sendo a Grécia a primeira opção para os que emigraram).

A corroborar esta ideia está o facto de 86,3% dos respondentes terem indicado que a Grécia foi a sua primeira opção de destino quando tomaram a decisão de emigrar. Entre os imigrantes cuja primeira opção era outro país, a Itália era o destino mais popular para quase oito em cada dez. Porém, não parece existir actualmente qualquer vontade nesse sentido entre este grupo.

Seis em cada dez respondentes chegaram a pé ao país de destino. Entre os albaneses, porém, a proporção sobe para sete em cada dez, sendo que muitos fizeram mais do que uma tentativa de entrar em território grego. Escusado

será dizer que, na maior parte dos casos, estamos perante situações de entrada irregular no país, efectuadas a pé através das montanhas. Para oito em cada dez inquiridos, a vinda para a Grécia foi organizada por, ou com, compatriotas. A dificuldade dos percursos e os riscos associados à travessia da montanha exigem que o trajecto seja efectuado de forma acompanhada e de preferência com o auxílio de um guia experiente.

Esta população imigrante reside na área de estudo há já algum tempo. É de assinalar que  $\frac{2}{3}$  do total residem aí há mais de cinco anos e que, de forma ainda mais reveladora, quase 40% têm um tempo de permanência superior a dez anos. Os albaneses são o grupo nacional com mais tempo de permanência: quase metade dos nacionais deste país encontra-se na região há mais de dez anos. Nenhuma outra nacionalidade apresenta tempos de permanência que excedam os dez anos.

Em média, os albaneses residem na região há 8,3 anos, valor que desce para 4,6 entre as restantes nacionalidades. Este dado oferece uma explicação para o facto dos albaneses se encontrarem melhor integrados na economia e sociedade locais. Não é por isso surpreendente que, quando interrogados acerca do seu desejo de permanência futura na região, mais de 90% respondam positivamente. Para além disso, a área de estudo constitui uma opção atractiva para os imigrantes interessados em aceder a empregos permanentes fora do sector primário.

Aquando da realização do inquérito (inverno de 2007-2008), 76,5% dos respondentes encontravam-se ‘empregados’ e 23,5% ‘não empregados’. A maioria destes ‘não empregados’ eram desempregados sazonais (66,7%). Os ‘desempregados à procura de emprego’ representavam 16,7%, enquanto outros 16,7% indicaram outros motivos para não se encontrarem empregados. Por outras palavras, apenas quatro em 102 inquiridos se encontravam verdadeiramente desempregados.

É de assinalar o facto de mais de oito em cada dez respondentes desempenharem actualmente profissões diferentes das primeiras a que acederam quando chegaram à Grécia. Isto deve-se ao facto de terem passado do sector primário para um dos outros sectores dentro do mercado de trabalho local ou, mais comumente, a terem vindo para a região em busca de um emprego melhor. A comparação entre as Figs. 8 e 9 revela que a situação mais frequente corresponde à passagem do sector primário para os sectores secundário e terciário – e que aqueles que permanecem empregados no sector primário constituem uma minoria bastante reduzida.



Fig. 8 – Primeiro Emprego Após a Vinda para a Grécia

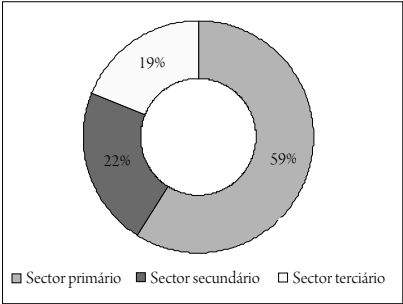
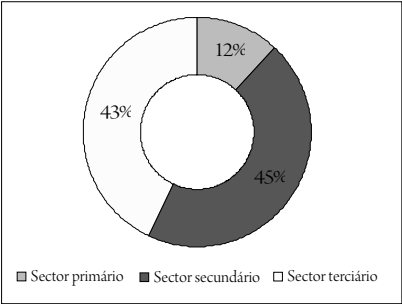


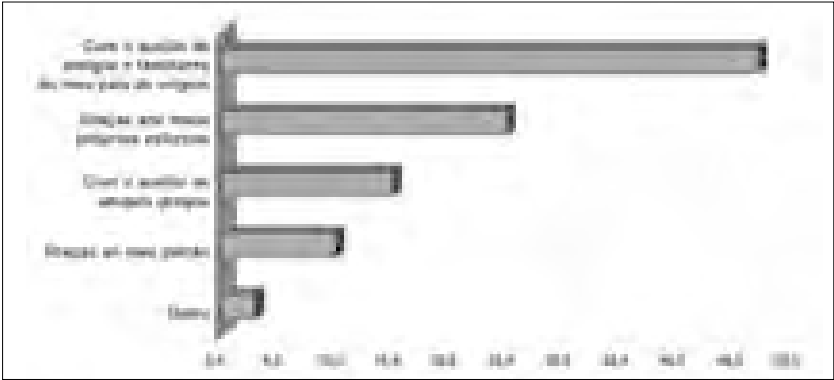
Fig. 9 – Emprego Actual



Esta população imigrante encontra-se empregada em proporções idênticas nos sectores da construção civil (42,6%) e dos serviços (43,6%), sendo que 14% estão ainda empregados no sector primário. É interessante o facto de quase 42% dos respondentes serem pluriactivos, o que significa que têm pelo menos dois (nalguns casos, três) empregos. Curiosamente, 95% dos pluriactivos são de nacionalidade albanesa, o que é revelador da sua relevância para a sociedade local de acolhimento. A elevada prevalência das situações de pluriactividade em Zakynthos constitui um forte indício do papel “multifuncional” que os imigrantes desempenham no mercado de trabalho local, bem como da natureza “flexível” dos empregos detidos pelos imigrantes, na medida em que muitos têm empregos em *part-time* no sector primário, que combinam com uma variedade de outros empregos sazonais com vista a aumentarem o seu rendimento.

Outros aspectos de interesse incluem o facto de quase metade destes imigrantes terem obtido o emprego actual com a ajuda de amigos ou familiares do seu país de origem e de, para mais ¼ da amostra, isso ter sucedido graças aos esforços desenvolvidos pelo próprio imigrante. O restante ¼ beneficiou do auxílio da população nativa (Fig. 10).

Fig. 10 – Forma de Acesso ao Actual Emprego



O que se torna evidente a partir destes números é o quanto as redes formais ou informais de imigrantes constituem um factor crucial na busca de emprego. Porém, os níveis de apoio neste sentido prestados pela população nativa podem também ser considerados indicativos dos níveis de integração da comunidade imigrante de Zakynthos. Ainda assim, é necessária informação adicional que permita caracterizar estas redes, no sentido de esclarecer a que tipos de emprego permitem aceder.

Quase nove em cada dez inquiridos são trabalhadores assalariados e, entre os que trabalham por conta própria, a maioria (oito em onze, todos eles albaneses) são empreiteiros do sector da construção civil, enquanto os restantes três são asiáticos e proprietários de restaurantes. A reduzida mobilidade socio-profissional é fortemente dificultada pela lei da imigração, que impõe requisitos técnicos e financeiros bastante exigentes a quem queira exercer profissões liberais.

Somente um em cada dez inquiridos trabalha sozinho. Os restantes dividem-se em partes quase iguais entre os que trabalham com até cinco pessoas (45,9%) e os que trabalham com seis ou mais pessoas (42,8%). Um elemento que ajuda a interpretar esta distribuição consiste nos elevados níveis de emprego imigrante nos sectores da construção civil e do turismo, que empregam habitualmente grupos maiores.

Os níveis de satisfação com o emprego actual são elevados entre os respondentes, uma vez que 70% declararam sentir-se “muito” ou “bastante satisfeitos”, 21% “relativamente satisfeitos”, 6% “pouco satisfeitos” e apenas 3% “nada satisfeitos”.

Para além disso, à pergunta “Tenciona mudar de emprego no futuro próximo?”, quase 62% responderam negativamente. Isto deve-se ao facto de, para sete em cada dez respondentes, o emprego actual ser considerado melhor do que o anterior devido às suas melhores condições (45,8%) e maior estabilidade (25,4%).

Estes imigrantes trabalham em média 222 dias por ano no seu emprego principal e 40 dias por ano no segundo. O número total anual de dias de trabalho é, em média, de 262. Também em média, os albaneses trabalham mais dias por ano do que as restantes nacionalidades. A diferença deve-se principalmente aos segundos empregos, em que trabalham em média 44,6 dias por ano – muito acima dos 7,5 dias das restantes nacionalidades –, e traduz-se em 266 dias totais de trabalho contra 233 entre os não-albaneses.

A maioria dos imigrantes de Zakynthos declara encontrar-se enquadrada nalgum tipo de esquema de protecção social (81,4%). 53% estão inscritos na IKA (“Fundação para a Protecção Social”), 32,5% na OGA (“Organização de Protecção dos Trabalhadores Agrícolas”), 9,6% na TAXY (“Fundo de Protec-

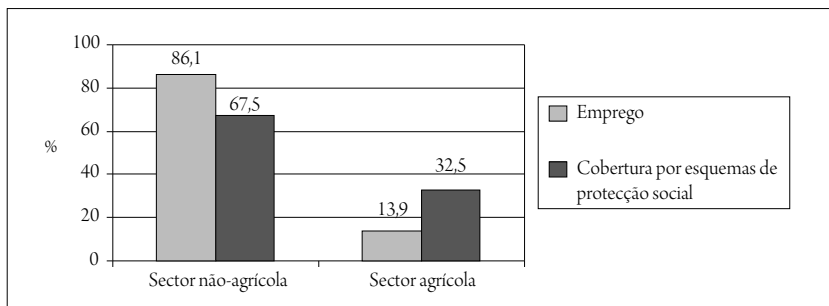
ção para o Sector Hoteleiro”) e 4,8% na TEBE (“Fundo dos Trabalhadores Independentes”). Se compararmos este padrão com a distribuição sectorial do emprego entre os respondentes, verificamos que existe entre os beneficiários uma sobrerrepresentação dos trabalhadores do sector agrícola (OGA), em detrimento dos trabalhadores dos restantes sectores (IKA e TAXY) (Fig. 11).

Esta discrepância pode ser explicada por dois factores: por um lado, a recusa por parte de alguns empresários da construção civil e do turismo em registar os seus trabalhadores; por outro, o facto das contribuições devidas no sector agrícola serem menores, o que permite que muitas vezes sejam suportadas pelos próprios imigrantes. Importa ter em conta que os imigrantes necessitam de ter a situação regularizada junto da segurança social para poderem obter uma autorização de residência. A consequência é que os imigrantes que preenchem todos os outros requisitos vêem-se obrigados a procurar por si próprios garantir – e prestar prova de – algum esquema de protecção social, sob pena de permanecerem em situação irregular. Por outras palavras, os estatutos perante a segurança social e perante a lei da imigração condicionam-se e reflectem-se mutuamente.

Em suma, os dados por nós recolhidos indicam que os níveis de cobertura dos esquemas de protecção social na ilha de Zakynthos são bastante elevados, o que se deve em grande medida à típica multifuncionalidade do mercado de trabalho local e à tendência para a pluriactividade entre a população imigrante. O rendimento médio anual auferido através do principal emprego é de 9.510 Euros, enquanto o rendimento anual total é em média de 11.157,63 Euros. Os albaneses auferem em média rendimentos anuais mais elevados tanto no que se refere ao emprego principal (9.672,76 Euros, contra 8.303,33 para as restantes nacionalidades) como em termos de rendimento anual total (11.498,10 Euros, contra 8.632,50 para as outras nacionalidades), o que se deve também ao facto de muitos albaneses serem pluriactivos. Estas diferenças tornam-se mais claras quando observamos os escalões de rendimento da população imigrante: quase seis em cada dez albaneses pertencem aos escalões de rendimento acima dos 10.000 Euros, enquanto seis em cada dez imigrantes das restantes nacionalidades pertencem aos escalões abaixo dos 10.000 Euros.

A situação é algo distinta quando atentamos ao rendimento anual médio familiar. Apenas 18,6% das famílias imigrantes declararam auferir rendimentos inferiores a 10.000 Euros, 33,3% pertencem ao escalão 10.000-15.000 Euros, 25,5% ao escalão 15.000-20.000 e 22,6% auferem mais de 20.000 Euros. Em média, os rendimentos familiares anuais são mais elevados entre os albaneses.

**Fig. 11** – A assimetria entre a distribuição sectorial do emprego e os níveis de cobertura por esquemas de protecção social em cada sector



Os níveis de satisfação em relação aos rendimentos auferidos não são tão elevados quanto em relação ao emprego propriamente dito. Mais especificamente, apenas 46% dos inquiridos declararam sentir-se “muito” ou “bastante” satisfeitos com os rendimentos proporcionados pelo trabalho, enquanto, no outro extremo, 23% mostram-se “pouco” ou “nada” satisfeitos.

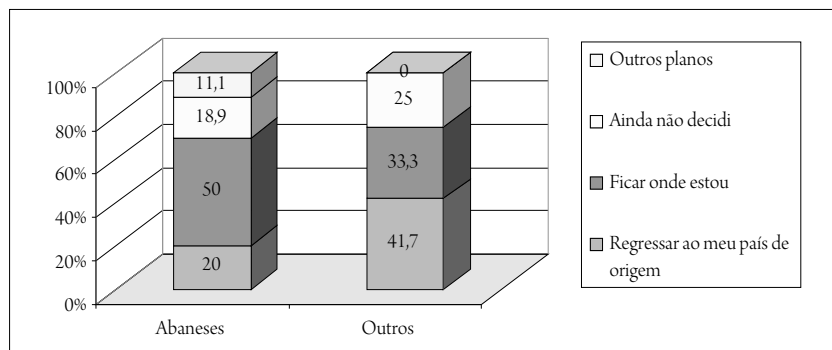
O problema laboral mais comumente referido pelos respondentes é a questão da cobertura pelos esquemas de protecção social (29%), seguido pelas más condições de trabalho (para 24,2%) e pelos salários baixos (16,1%). Isto tem a ver com o facto de muitos empregadores não efectuarem os descontos devidos, o que tem como consequência que numerosos imigrantes se vejam obrigado a assumir parte das responsabilidades que caberiam aos respectivos patrões – tanto para poderem beneficiar da protecção social em si mesma como para poderem cumprir um dos pré-requisitos necessários à obtenção de uma autorização de residência.

Em suma, a nossa análise permite concluir que, em virtude do facto da maior parte dos imigrantes presentes nesta ilha serem residentes de longo prazo que estão acompanhados pelas respectivas famílias, os principais problemas com que se defrontam consistem na insegurança decorrente da questão do estatuto legal e nas dificuldades burocráticas associadas aos procedimentos de regularização. Naturalmente, não devemos ignorar as questões do racismo/discriminação e do custo de vida – enquanto, respectivamente, segundo e terceiro problemas – mas trata-se de questões que afectam uma parte relativamente menor desta população. Um aspecto interessante consiste no facto de, quando inquiridos acerca de quais os aspectos de que mais gostam na Grécia, estes imigrantes referirem habitualmente o ambiente natural (ou seja, o clima, o sol e o mar) e a vida social (no sentido do estilo de vida tranquilo e despreocupado que caracteriza a Grécia). Por outras palavras, a população

imigrante parece valorizar muito positivamente a qualidade de vida ao nível dos ambientes natural e sociocultural.

A explicação avançada em cima pode ser mais facilmente compreendida se tivermos em conta os planos dos respondentes para o futuro (Fig. 12).

**Figura 12** – Planos para o Futuro



É de assinalar o facto de apenas 22,5% de todos os respondentes tencionarem regressar aos seus países de origem. Quase metade declara fazer tenções de permanecer na Grécia (48%), enquanto um quinto (19,6%) mostra-se ainda indeciso (em geral, devido à questão dos filhos). As principais prioridades para os inquiridos incluem “construir uma casa”, “juntar dinheiro” e “tornar-se trabalhador(a) por conta própria”. No entanto, os albaneses parecem exibir uma muito menor propensão para a migração de retorno (20%) do que as restantes nacionalidades (41,7%). Como seria de esperar, isso está directamente ligado ao facto de metade dos albaneses pretender permanecer no seu actual país de acolhimento, enquanto apenas  $\frac{1}{3}$  dos imigrantes das restantes nacionalidades declara fazer tenções disso mesmo.

## Algumas conclusões

A imigração para as regiões rurais da Grécia apresenta características muito heterogéneas, que se devem à persistência de fluxos migratórios que afectam as diversas regiões de formas distintas. Porém, existem fortes indícios de que a mão-de-obra imigrante tem vindo a tornar-se uma componente estrutural dos mercados de trabalho rurais/periféricos – nalguns casos, como factor monofuncional; noutros, como factor multifuncional.

As características das populações imigrantes presentes em cada local dependem do contexto económico, da história da imigração para cada região

e da intensidade e duração dos fluxos migratórios. Os imigrantes individuais e as comunidades nacionais que chegaram há mais tempo a cada mercado de trabalho rural/insular têm em geral maior probabilidade – e facilidade – de se integrarem social e economicamente nos respectivos contextos locais de acolhimento.

A análise dos dados empíricos recolhidos revela que, em Zakynthos como noutros locais da Grécia, os albaneses apresentam estatutos socioeconómicos e socioprofissionais relativamente mais elevados do que as restantes comunidades imigrantes. Este desempenho relativamente mais favorável no domínio da integração deve-se principalmente ao seu longo tempo de permanência no país, às suas características típicas em termos de estrutura familiar e ao seu desejo de integração. Outras nacionalidades, como por exemplo os búlgaros e os romenos, chegaram mais tardiamente à maior parte dos mercados de trabalho rurais e optaram em geral por estratégias de integração algo distintas. De uma forma geral, o constante afluxo de imigrantes de diferentes nacionalidades tem um efeito depressivo sobre os salários, o que permite que estes constituam um “*buffer*” contra as pressões competitivas que obrigam a recorrer a uma força de trabalho que seja simultaneamente pouco qualificada e de baixo custo.

No entanto, o mercado de trabalho de Zakynthos merece ser realçado, na medida em que parece conseguir fazer uso de uma mão-de-obra imigrante bastante mais qualificada. Por sua vez, isso reflecte-se nos rendimentos relativamente elevados destes imigrantes e nos seus consideráveis níveis de satisfação com o emprego.

Um outro resultado importante consiste no facto de, quando comparados com as outras nacionalidades, os albaneses exibirem níveis de mobilidade socioprofissional (tanto intra, como intersectorial) bastante mais elevados. Mais do que quaisquer outros, os albaneses são alvo da confiança da população local no âmbito do mercado de trabalho, investem na consolidação das redes sociais em que participam e procuram activamente integrar-se na sociedade de acolhimento.

A maior parte dos albaneses encontra-se em situação regular, tem a sua família junto de si, divide o seu tempo de trabalho por diferentes sectores consoante a época do ano e proporciona a mão-de-obra flexível necessária ao funcionamento de uma economia “multifuncional” intensiva em mão-de-obra. Neste processo, mimetizaram uma série de estratégias de sobrevivência a que a população autóctone recorrera, tendo como consequência níveis de integração superiores aos de outras comunidades.

No que toca ao futuro, uma parte substancial dos imigrantes – a maioria dos quais é albanesa – pretende permanecer no país e na comunidade de

acolhimento em que se encontra actualmente, mas existe também um grupo considerável que tenciona regressar ao seu país de origem após ter conseguido poupar o suficiente.

Por último, podemos ainda concluir que a integração dos imigrantes continua a ser uma questão essencialmente individual, mais do que política ou institucional – apesar da criação de um Comité Nacional para a Integração, do qual, no entanto, não fazem parte quaisquer representantes das comunidades imigrantes. Dez anos após as primeiras medidas políticas tomadas neste domínio, metade da população imigrante continua em situação de irregularidade, uma vez que apenas cerca de meio milhão (num universo estimado de 1,2 milhões) detêm autorizações de residência e trabalho. Ao mesmo tempo que emergem novas linhas divisórias no seio da população imigrante, a sua integração na sociedade de acolhimento continua a ser uma questão complexa que requer um conhecimento mais aprofundado no sentido de uma actuação mais eficaz.

## Agradecimentos

O estudo empírico que esteve na origem deste texto foi financiado pela Iniciativa Comunitária INTERREG IIIB ARCHIMED 2000-2006, através do projecto “*Human Resources and Development Planning on both sides of Ionian Sea*” (“Recursos Humanos e Planeamento para o Desenvolvimento nas duas margens do Mar Jónico”, ou HuReDePIS). Este texto baseia-se no relatório final *Qualitative Empirical Study of Migrants’ Impact on Receiving Local Economies in Greek and Italian Regions* [“Estudo Empírico Quantitativo do Impacte da Imigração nas Economias Locais de Acolhimento das Regiões Gregas e Italianas”], Acção 2.3, Universidade Agrícola de Atenas, Fevereiro de 2008.

## Referências Bibliográficas

- Arango J. & Jachimowicz M. (2005), “Regularizing Immigrants in Spain: A New Approach”, *Migration Information Source*, September 1, 2005. Disponível em <http://www.migrationinformation.org>
- Baganha, M. I. & Fonseca, M.L. (Eds.) (2004), *New Waves: Migration from Eastern Europe to Southern Europe*. Lisbon: Luso-American Foundation.
- Baldwin-Edwards M. (2004a), “The Changing Mosaic of Mediterranean Migrations”, *Migration Information Source*, June 1, 2004. Disponível em <http://www.migrationinformation.org>

- Baldwin-Edwards M. (2004b) "Albanian emigration and the Greek labour market: Economic symbiosis and social ambiguity", *South-East Europe Review*, 7 (1): 51-66.
- Bradley T. (1984), "Segmentation in local labour markets", in T. Bradley e P. Lowe (Eds.), *Locality and Rurality: Economy and Society in Rural Regions*. GEO Books, Norwich: 65-90.
- Cavounidis, J. & Hadjaki, L. (2000), *Migrant Applicants for the Card of Temporary Residence: Nationality, Gender, and Placement*. Athens: National Institute of Labor (não publicado; em Grego).
- Clogg, R. (1979), *A Short History of Modern Greece*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Epilogi (2001), *The Prefectures of Greece 2001*. All Media Publications.
- Fakiolais, R. & King, R. (1996), "Emigration, Return, Immigration: A Review and Evaluation of Greece's Experience of International Migration", *International Journal of Population Geography*, 2: 171-190.
- Hoggart K. & Mendoza, C. (1999), "African immigrant workers in Spanish agriculture", *Sociologia Ruralis*, 37 (4): 538-62.
- Kasimis, C. (2006), "The New Role of Migrants in the Rural Economies of Southern Europe", in D. Papademetriou (Ed.), *Europe and its Immigrants in the 21<sup>st</sup> Century: a new Deal or a Continuing Dialogue of the Deaf?*. Washington: Migration Policy Institute-Luso-American Foundation. Pp. 179-207.
- Kasimis, C. & Kassimi, C. (2004), "Greece: a History of Migration," *Migration Information Source*. Migration Policy Institute. Disponível em <http://www.migrationinformation.org/Profiles>
- King, R. (2000), "Southern Europe in the changing global map of migration", in Russel King, G. Lazaridis e C. Tsardanidis (Eds.), *Eldorado or Fortress? Migration in Southern Europe*. Macmillan: Basingstoke. Pp. 1-26.
- Labrianidis, L. & Lyberaki, A., (2001) *Albanian Migrants in Thessaloniki*. Thessaloniki: Papazisis (em grego).
- Mendoza C. (2001), "Cultural dimensions of African immigrants in Iberian labour markets: a comparative approach", in Russel King (Ed.), *The Mediterranean Passage. Migration and New Cultural Encounters in Southern Europe*. Liverpool: Liverpool University Press. Pp. 41-65.
- National Statistical Service of Greece (2001), *Census of Population 2001*. Disponível em <http://www.statistics.gr>
- National Statistical Service of Greece (2005), *Labour Force Survey*. Disponível em <http://www.statistics.gr>
- Ombudsman's Office (2006), *Annual Report*, Athens.
- Peck J. (1996), *Work-Place: The Social Regulation of Labour Markets*. New York: Guilford Press.
- Region of Ionian Islands (2006), *Regional Operational Program of Ionian Islands 2000 – 2006. Supplementary Planning*
- Region of Ionian Islands – Department of Civic Status, aliens and immigration, *Data of Migrants Residence Permits, 2006*.
- Van Selm J. (2005), "Immigration is Becoming a Key Issue for Europe's Future", *European Affairs*, European Institute. Disponível em <http://www.europeanaffairs.com/>





# As ilhas como pontos focais no espaço das migrações: Práticas transnacionais na emigração açoriana<sup>1</sup>

Eduardo Brito Henriques  
Alina Esteves  
Centro de Estudos Geográficos, IGOT-UL

## Introdução: insularidade e migrações

Uma ideia muito presente nas representações mentais das ilhas, e, por extensão, também nas imagens que construímos dos povos insulares, é a do isolamento (cf., e.g., Baldacchino, 2005; Bernardie-Tahir, 2005; Hay, 2006). É de isolamento que trata afinal o tema da “ilha perdida”, tópico que desde o célebre romance de Daniel Dufoe de 1719, *Robinson Crusoe*, tem sido um dos mais sugestivos e recorrentes nas geografias literárias do Ocidente, e que hoje se prossegue sob novas formas em filmes como *Lagoa Azul*, em séries como *Perdidos*, ou em concursos televisivos como *Sobreviventes* e *Ilha da Tentação*. Por razões várias, fomo-nos habituando a pensar que as ilhas – todas as ilhas em certo grau, e muito especialmente as mais pequenas e de localização mais profundamente oceânica – estão *naturalmente* sujeitas a condições que as privam de contactos, ou que dificultam o seu “diálogo” com o mundo exterior, e que por isso as tornam menos capazes de beneficiarem das inovações que se geram “fora”. O isolamento, que descreve esse estado de privação de contactos, e que tendemos a associar à condição insular, é aliás ela mesma uma palavra que etimologicamente se associa a ilha (*insula* em latim, que depois originou *isola* nas línguas neolatinas).

A razão de ser desta associação mental que muitas vezes se estabelece entre os espaços insulares e o isolamento está essencialmente no facto das ilhas se encon-

---

<sup>1</sup> Os autores gostariam de agradecer ao Dr. Mário J. Batista da ANA – Aeroportos de Portugal, ao Dr. Paulo Teves da Direcção Regional das Comunidades (Governo Regional dos Açores) e ao geógrafo açoriano Miguel Jarimba, a ajuda prestada ao longo do trabalho de investigação.

trarem limitadas por água e de isso significar, do ponto de vista das deslocações sobre solo firme, uma descontinuidade. Se pensarmos as mobilidades humanas como mobilidades essencial ou mesmo exclusivamente terrestres, é evidente que essa relação entre ilha e isolamento faz sentido. Porém, apenas nesse caso. Se em vez disso consentirmos que as mobilidades envolvem também outros meios, e sobretudo se tivermos em conta que no passado o transporte aquático garantiu até, por comparação com o terrestre, muito maiores vantagens para as mobilidades humanas, percebe-se quão longe estará afinal de corresponder à realidade esse entendimento das ilhas como locais “naturalmente” isolados (cf. Brito Henriques, 2009).

Olhando depois com mais atenção para o papel fulcral que as ilhas foram desempenhando ao longo da história no sistema das migrações humanas, também se percebe que não será muito adequado pensá-las como locais isolados (cf. Royle, 2001; Connell, 2007). As ilhas sempre foram pontos de chegada e de partida de gente, de convergência e de divergência de fluxos de população, e portanto onde se cruzaram influências diversas. Não haveria gente nas ilhas se não tivesse havido previamente uma história de colonização, e a colonização é em si mesmo um processo que envolve movimentações de pessoas e de ideias, com transposições para novos ambientes de elementos da cultura material e imaterial dos locais de origem, ou seja, mobilidades em sentido lato. Por outro lado, as ilhas parecem ter sido também desde sempre focos importantes de origem de fluxos migratórios. Encontramos evidências históricas antigas disso nas ilhas escandinavas do Báltico, de onde saíram muitos dos vikings que nos séculos IX e X foram colonizar a Normandia, as Ilhas Britânicas, a Islândia e a Gronelândia, e muito mais recentemente, entre o último quartel do século XIX e o primeiro do século XX, tivemos importantes comunidades de gregos do Egeu, de sicilianos e de malteses que se estabeleceram na costa ocidental dos EUA, no Brasil e na Argentina, e até na Austrália.

As ilhas, como diz J. Connell (2007: 455), parecem estar aliás entre os territórios com uma “cultura de emigração” mais forte. É comum os espaços insulares possuírem pirâmides etárias marcadas pelo “estrangulamento” dos grupos etários correspondente aos jovens activos, assim como economias fortemente dependentes das remessas dos emigrantes, e esses factos constituem provas da estreita relação que há entre os espaços insulares e as migrações. Casos clássicos disso encontram-se nas Caraíbas ou nas ilhas do Pacífico, onde muitos estados correspondem ao que G. Bertram e R. Watters (1985) conceptualizaram como economias MIRAB, ou seja, territórios com uma base económica e uma organização social estruturalmente modeladas por quatro vectores essenciais: migração (*Migration*), remessas (*Remittances*), ajuda exterior (*Aid*), e burocracia (*Bureaucracy*).

Atendendo ao que se disse, haverá talvez algum sentido em considerar que os espaços insulares parecem apresentar uma especial propensão para gerarem emigração. A explicação para tal tem sido sobretudo encontrada na escassez de recursos, que se acredita ser mais pronunciada nas ilhas, que são espaços limitados, e onde há por isso, senão maiores dificuldades em comportar grandes pressões demográficas, pelo menos uma percepção mais evidente da finitude dos meios. A emigração funcionaria então, à luz desta perspectiva, como uma “válvula de escape” inevitável para as ilhas, ou, dito noutros termos, um imprescindível “mecanismo de ajustamento económico” (cf. Royle, 2001).

Não haverá certamente outra forma de entender por que a emigração parece ter sido sempre tão importante na história das ilhas se partirmos ainda e mais uma vez da ideia da ilha como local isolado. Se a isso porém contrapusermos uma imagem alternativa, que é a da ilha como ponto focal, ou seja, como local onde convergem e se cruzam fluxos, o que é possível se virmos os mares não como vazios humanos mas sim como “áreas de circulação”, ou como espaços abertos à deslocação, levantam-se outras possibilidades de explicação para a relação entre a insularidade e as migrações. Apreendido o mar desta perspectiva, as ilhas deixarão de ser vistas como locais isolados e passarão a poder ser entendidas como locais beneficiados de invulgares condições de conectividade e de abertura ao exterior. Na verdade, isto faz sentido se pensarmos que as ilhas sempre foram beneficiadas pelas acessibilidades marítimas. Elas representavam no passado para a circulação nos oceanos o que os oásis significavam para a circulação nos desertos – abrigo e pontos de apoio para eventuais operações de reparação e reabastecimento –, e isso explica que feixes de fluxos provenientes de diferentes pontos tendessem a convergir nas ilhas e delas irradiassem depois novamente para diferentes destinos. Essa elevada focalidade terá criado oportunidades de saída para as populações das ilhas que outros locais não conheceram, e essa é uma outra razão passível de explicar a propensão que estes espaços parecem ter para a geração de emigração (cf. Brito Henriques, 2009).

O objectivo deste texto é o de procurar fazer uma outra leitura da emigração açoriana e da inserção dos Açores no sistema migratório global, pensada não a partir da velha perspectiva “ecológica”, mas desta perspectiva topológica, que insiste sobretudo nas vantagens da focalidade insular e a vê como uma oportunidade que as populações das ilhas terão aproveitado para desenvolver “culturas de emigração” fortes e activas. Finalmente, é objectivo deste estudo mostrar ainda que tal como a emigração insular terá sido em grande parte potenciada pela focalidade das ilhas, também essa focalidade insular é hoje reafirmada e actualizada por intermédio da emigração, que deu origem a comunidade transnacionais que sustentam a integração desses lugares no espaço global.

## A focalidade dos Açores e a formação da diáspora açoriana

A posição geográfica dos Açores, sensivelmente no centro do Atlântico Norte, quase a meia distância entre a Europa e a América, pode ser assumida tanto como uma expressão de perifricidade, como de centralidade, dependendo do ponto de vista que se assume. Se o olharmos a partir da Europa, é um arquipélago remoto, perdido algures na imensidão do Atlântico. Porém, se reconhecermos que o mundo não se reduz à Europa, e se adoptarmos em vez dessa escala de análise um escopo mais largo, os Açores aparecem como ilhas beneficiadas por uma localização que se pode considerar bastante central no contexto desse que sempre foi, desde o século XVI ao século XX, o mais frequentado oceano do mundo.

Durante o tempo da navegação à vela, os Açores foram um ponto fundamental na articulação da Europa com a costa africana, as Américas, e mesmo o Índico. Se é verdade que para sair da Península e para avançar para sul os alísios ajudavam, na viagem de regresso sopravam como ventos contrários, e as naus eram obrigadas por isso a fazer uma rota em arco largo, derivando numa primeira fase para noroeste, e só depois curvando para leste. Esse arco tinha de ser tão mais largo quanto mais de sul se viesse, e foi isso que fez com que os Açores se tivessem tornado em pontos de apoio de grande importância estratégica para as caravelas que vinham de África e da “volta da Índia”, carregadas de mercadorias. Convertidos em pontos de apoio importantes depois de longos meses de viagem no mar, numa altura em que as tripulações já estavam cansadas e as naus precisavam de reparações, os portos açorianos tornaram-se locais animados, onde marinheiros, soldados e aventureiros de toda a espécie se reuniam para ganhar fôlego antes da última longa tirada até à Europa.

Consequência evidente dessa focalidade que os Açores cedo ganharam na história é o facto de serem originários destas ilhas muitos dos que, logo no século XVII, foram colonizar o Brasil (cf. Medeiros, 2005). Enquanto durou a navegação à vela, as vantagens locativas das ilhas açorianas mantiveram-se praticamente incólumes. No século XIX, com o advento dos vapores, os Açores deixaram de estar na rota inevitável de quem regressava à Europa provindo do hemisfério sul, mas em contrapartida viram criar-se para elas novas oportunidades ligadas às modernas telecomunicações e à navegação aérea. Os Açores assumiram então um novo protagonismo, desta feita na conexão da Europa com a América do Norte, ou seja, na articulação dos dois principais centros de comando da economia mundial. O primeiro cabo submarino foi amarrado no porto da Horta em 1893, e em pouco tempo o Faial converteu-se num importante nó da rede de telecomunicações internacional, o que por alturas da I Guerra Mundial chegou a fazer com que a Horta tivesse sido palco de histórias de espionagem envolvendo ingleses e alemães.

O arquipélago foi também um ponto de apoio fundamental para as viagens no Atlântico Norte nos primeiros tempos da aviação, quando a autonomia das aeronaves era muito mais limitada que hoje. Papel especialmente relevante foi exercido mais uma vez pela Horta. Esta serviu como porto de amaragem à primeira travessia do Atlântico em hidroavião, em 1919, e, a partir dos anos 30, quando se iniciam as carreiras comerciais regulares da Pan Am para a Europa, converteu-se numa escala obrigatória na viagem de Londres para Nova Iorque, que então demorava quase 48 horas. Depois da II Guerra Mundial, quando os hidroaviões foram substituídos pelos aviões, as ilhas de Santa Maria e Terceira vieram substituir o Faial nessa função de aeroporto de escala, confirmando e continuando o valor focal do arquipélago nas redes de comunicações e transporte de nível global.

A história do arquipélago açoriano e da sua gente é profundamente marcada por movimentos migratórios que tiveram grande impacto na estrutura e evolução da população. Os fluxos inter-ilhas, por um lado, mas também para o Continente e para o exterior, constituem uma característica estruturante da sociedade e cultura açorianas. A literatura costuma salientar sobretudo as causas ‘ecológicas’ para justificar essa história antiga de emigração. Por um lado, alegam-se questões de sobrevivência económica, onde o sistema arcaizante e rígido de posse da propriedade fundiária baseado na enfiteuse perpetuava ciclos de pobreza no seio de famílias que não possuíam terra (Ribeiro de Medeiros e Madeira, 2003). Por outro lado, argumenta-se que o crescimento populacional das ilhas não encontrava resposta suficiente na produção agrícola, criando-se desse modo um “excedente” de habitantes disponíveis para partir (Williams e Fonseca, 1999). Tudo isso, porém, será insuficiente para explicar a forte ‘cultura de emigração’ que se gerou nos Açores; a essas razões, que remetem mais directamente para uma ‘necessidade’ de partir, deve juntar-se depois ainda o facto de, por causa da referida focalidade insular, também haver nas ilhas especiais ‘oportunidades’ de saída, o que assim, historicamente, sempre terá funcionado como um factor a favor da geração de importantes fluxos emigratórios (cf. Brito Henriques, 2009).

Os primeiros movimentos migratórios documentados datam do século XVI, pouco depois do início da colonização do arquipélago atlântico e intensificaram-se nos séculos XVIII e XIX com saídas muito volumosas para o Brasil, Havai e Estados Unidos, em momentos e circunstâncias diferentes. Actualmente, as principais e mais dinâmicas comunidades da diáspora açoriana encontram-se nos EUA, principalmente nos estados de Rhode Island, Nova Jérсия e Massachusetts na costa Leste, onde os açorianos chegaram nos séculos XVIII e XIX como membros das tripulações de navios baleeiros que faziam escala no arquipélago na sua rota para a Nova Inglaterra. Quando o negócio da pesca e da caça à baleia

entrou em declínio, os portugueses e as suas famílias, que entretanto se lhes tinham juntado, passaram a incorporar a massa de trabalhadores da indústria têxtil que floresceu em Fall River e New Bedford, ou do vestuário nos estados de Connecticut e Nova Jérсия (Santos, 1995). Na costa do Pacífico, é nos Vales de San Joaquim e de Sacramento que se encontram as mais significantes comunidades, onde desde cedo os açorianos se dedicaram à produção leiteira, frutícola e de vegetais, inicialmente como assalariados e mais tarde como produtores (Teixeira, 2009). Houve igualmente uma presença fugaz de portugueses, com grande peso de açorianos, nas áreas de extracção de ouro da Califórnia<sup>2</sup>.

No Canadá, destino de imigração a partir de 1953, após a celebração de um protocolo entre os dois países para a contratação de trabalhadores pouco qualificados (essencialmente para os caminhos de ferros e agricultura), a presença portuguesa é particularmente relevante nas províncias do Ontário e Quebec, principalmente nas aglomerações urbanas de Toronto, Montreal, Vancouver, Winnipeg e Edmonton (Williams e Fonseca, 1999; Hawkins, 1988; Teixeira e Da Rosa, 2009).

Apesar de muito menos relevante ao longo do século XX, o Brasil foi no século XVIII e na primeira metade do século XIX, o principal destino de milhares de açorianos que povoaram os estados do Pará, Maranhão, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, num processo patrocinado e controlado pela Coroa<sup>3</sup>. Este fluxo foi diminuindo gradualmente à medida que outros destinos, como a América do Norte, o Havai ou as Bermudas se tornavam mais atraentes (Ribeiro de Medeiros e Madeira, 2004; Rocha *et al.*, 2006).

Incorporando inicialmente as tripulações dos navios baleeiros, muitos açorianos, procuraram fortuna no arquipélago do Havai, onde a partir de finais do século XIX, a cultura intensiva da cana do açúcar se tornou o modo de subsistência mais frequente<sup>4</sup>. Outro conjunto de ilhas que recebeu grande volume de emigrantes dos Açores a partir de 1960, nomeadamente de naturais da ilha de São Miguel, é o arquipélago das Bermudas, no Oceano Atlântico. Este território sob administração britânica tornou-se desde 2001 o principal destino dos açorianos que exercem profissões nos ramos da hotelaria, restauração, carpintaria e jardinagem (Direcção Regional das Comunidades, 2009)<sup>5</sup>.

2 Segundo Santos (1995), entre 1860 e 1880 o número de portugueses na Califórnia passou de 1 717 para 13 159, muitos dos quais na mineração do ouro nos condados de Sacramento, Trinity e Mariposa.

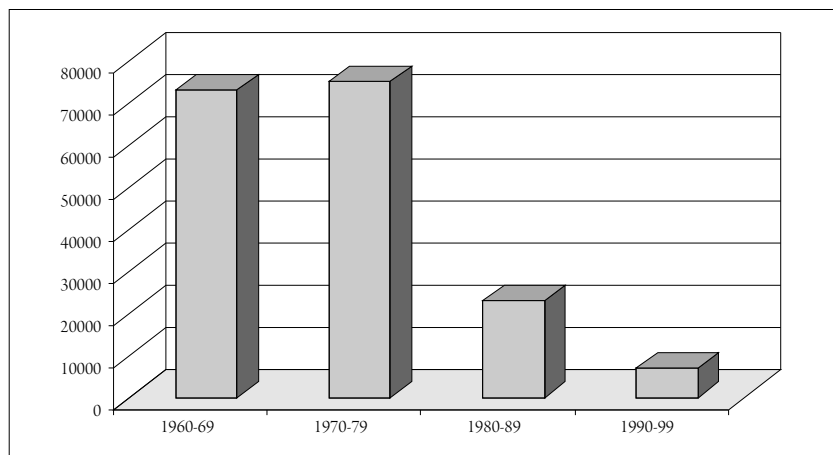
3 Segundo Ribeiro de Medeiros e Madeira (2004), entre 1815 e 1930, saíram de Portugal aproximadamente 1,8 milhões de pessoas, na sua maioria para o Brasil.

4 Citando fontes documentais da época, Silva (1996) refere que a comunidade portuguesa no Havai em 1910, composta essencialmente por açorianos e madeirenses, ascendia a 22 300 pessoas, representando mais de um décimo da população total do arquipélago.

5 Segundo informação do Governo Regional, entre 2001 e 2008, partiram para o arquipélago das Bermudas 1952 açorianos.

Este êxodo açoriano foi registando ao longo do tempo ritmos e circunstâncias diferentes, que podemos tentar sistematizar. Segundo Ribeiro de Medeiros e Madeira (2004), a emigração do arquipélago ao longo do século XX pode dividir-se em quatro grandes períodos. O primeiro estende-se do último quartel do século XIX ao primeiro quartel do século XX, e caracteriza-se por grande volume de saídas individuais para os EUA. O segundo vai do final do período anterior até aos anos 50, em que as restrições impostas pelas autoridades americanas, nomeadamente as leis de 1921, 1924 e 1952 que estabeleciam quotas de imigrantes por origens geográficas, reduziram muito o número de chegadas (Martin e Midgley, 1999)<sup>6</sup>. Entre meados da década de 50 e o princípio dos anos 80 (terceiro período), as saídas voltaram a retomar o seu vigor pela conjugação de vários factores, entre os quais há a destacar a celebração de um acordo com o Canadá em 1953 para a contratação de trabalhadores e a alteração das leis americanas que regulavam a recepção de imigrantes em 1965<sup>7</sup>. De resto, já anteriormente os EUA tinham emitido legislação específica permitindo a entrada de açorianos afectados pelas erupções na ilha do Faial (1957) e pelas crises sísmicas na ilha de São Jorge (1964). Assim, durante a década de 60 registou-se uma saída média anual de 7256 emigrantes, enquanto no decénio seguinte o valor médio por ano ascendeu a 7556 emigrantes (Ribeiro de Medeiros e Madeira, 2003) – Fig. 1.

**Fig. 1** – Emigração açoriana por décadas, 1960-1999



Fonte: Ribeiro de Medeiros e Madeira (2003).

6 Segundo este critério, os naturais de países da Europa Ocidental tinham entrada preferencial comparativamente aos emigrantes da Europa do Sul ou de outros continentes.

7 A aprovação do *Hart Cellar Act* nos EUA veio abolir o sistema de quotas, dando preferência à imigração baseada na reunificação familiar.



O quarto e último período reporta-se aos últimos anos do século XX, caracterizado por um baixo volume de saídas motivado pela alteração da lei de imigração canadiana em 1973, que tornou o processo mais selectivo (Teixeira e Da Rosa, 2009; Hawkins, 1977). Como referem Ribeiro de Medeiros e Madeira (2003), numa época em que se vive a terceira revolução industrial, as entidades empregadoras da Costa Leste americana e canadiana ou da Califórnia preferem trabalhadores mais qualificados do que os que habitualmente partem dos Açores em demanda destas paragens. Por outro lado, terá havido também alterações ao nível das motivações para partir: o desenvolvimento e progresso económico desta Região Autónoma, principalmente após a adesão de Portugal à União Europeia, e o aumento da escolaridade obrigatória influenciam o desejo de permanecer no arquipélago, pois os jovens têm maiores expectativas de sucesso profissional sem sair das ilhas (Fonseca, 1994).

Segundo alguns autores (Fonseca, 1994; Williams e Fonseca, 1999), a emigração açoriana do século XX apresenta duas características interessantes. A primeira está relacionada com a dimensão do arquipélago e os níveis de saída, na medida em que uma região cujo peso demográfico no país é pequeno conseguiu manter volumes de emigração relativamente elevados no contexto nacional. Este facto foi possível graças ao elevado grau de estruturação das comunidades na diáspora que conseguiram empregar as diversas vagas migratórias que iam chegando. O segundo aspecto prende-se com o destino dos emigrantes, na medida em que a emigração açoriana se orientou quase exclusivamente para a América do Norte, não participando nos fluxos para os países europeus que captaram os portugueses do Continente.

## Transnacionalismo e práticas transnacionais nos Açores do início do séc. XXI

Uma das abordagens mais frequentemente usada na análise das migrações internacionais confere particular relevo às ligações que as comunidades imigrantes mantêm com os seus países de origem ou com outros espaços fora das fronteiras dos Estados onde residem (Itzigsohn *et al.*, 1999; Portes, 1999; Castles, 2005). Segundo as autoras pioneiras deste tipo de estudos, o transnacionalismo é “... um processo pelo qual os transmigrantes<sup>8</sup>, mediante as suas actividades quotidianas, forjam e mantêm relações sociais, económicas e políticas a vários

---

8 Transmigrantes são indivíduos envolvidos em práticas migratórias transnacionais, isto é, mantêm e desenvolvem relações de carácter familiar, económico, social, religioso ou político que ultrapassam fronteiras.

níveis que ligam as suas sociedades de origem e de acolhimento, e através das quais criam campos transnacionais que cruzam fronteiras nacionais” (Basch, Glick Schiller e Blanc-Szanton, 1994, citadas por Portes, 2006, p. 203). Apesar de não ser um fenómeno novo, o transnacionalismo é um processo apoiado na premissa de que as ligações entre os imigrantes e as suas terras de origem são mais intensas e frequentes do que eram anteriormente, não apenas devido ao custo mais baixo dos transportes aéreos e das telecomunicações em tempo real, mas também pela facilidade de acesso às mesmas. Estes meios tecnológicos permitem aos imigrantes manter práticas e identidades colectivas alimentadas por fortes e frequentes ligações entre a origem e o destino (Vertovec, 2001; Malheiros, 2001; United Nations, 2006).

Estas conexões revestem diversas formas, e segundo alguns autores (e.g., Sklair, 1998; Itzigsohn, 2008), as práticas transnacionais podem funcionar em três esferas distintas: política, que tem que ver com a participação passiva e activa em acções e o desempenho de cargos políticos nos países de origem e acolhimento, económica, e cultural-ideológica, também designada de social<sup>9</sup>. Assim, se alguns autores centram a sua análise das práticas transnacionais nas redes e teias de relações sociais que se constroem entre países emissores e de acolhimento (Basch, Glick Schiller e Blanc-Szanton, 1994; Guarnizo, 1994; Levitt, 1998, referidos por Itzigsohn *et al.*, 1999), outros focam mais atentamente os aspectos económicos associados às remessas ou aos imigrantes que operam negócios na origem e no destino apoiados nessas ligações transnacionais (Itzigsohn, 2000; Portes, Guarnizo e Landolt, 1999), e outros ainda conferem particular atenção às questões da participação política dos transmigrantes (Smith, 1995, referido por Portes, Guarnizo e Landolt, 1999).

Nem todos os imigrantes se envolvem em actividades transnacionais e os que o fazem, não o praticam permanentemente. Pode inclusivamente dizer-se que a maior parte dos imigrantes são “activistas ocasionais” do transnacionalismo, envolvendo-se nas práticas transnacionais mais convenientes num determinado momento das suas vidas (Levitt, 2004). Apesar desta irregularidade, é importante conhecer as práticas transnacionais uma vez que contribuem para modificar não só as regiões de acolhimento, mas também as emissoras. Como referem Levitt e Nyberg-Sørensen (2004), as transformações ocorridas nos locais de origem constituem uma das questões centrais do transnacionalismo e prendem-se com os efeitos das migrações junto dos que não partem, mas que estão expostos

---

9 Autores como Faist (2000) estruturam os espaços transnacionais sociais segundo três formas diferentes: reciprocidade transnacional com base em laços de parentesco, circuitos transnacionais caracterizados pela constante circulação de pessoas, bens e informação, e comunidades transnacionais em que os emigrantes e os que não partem permanecem ligados por laços sociais e simbólicos densos e fortes.

aos constantes fluxos das remessas económicas e sociais. Não são apenas as transferências monetárias que permitem o sustento de familiares, a educação dos filhos ou a abertura de um pequeno negócio; também os valores sociais e modos de pensar são importados e ajudam por isso a manter formas de vida que atravessam fronteiras.

## Manifestações de transnacionalismo económico

A questão das remessas dos emigrantes é um dos tópicos de transnacionalismo económico mais frequentemente analisado por políticos, agentes económicos e cientistas sociais devido às implicações a prazo resultantes da aplicação das verbas. Não menosprezando os impactos negativos associados à dependência das remessas, vários autores apontam os efeitos multiplicadores positivos indirectos na produção e no rendimento das regiões beneficiadas, permitindo a um maior leque de pessoas usufruírem indirectamente destes capitais (Vertovec, 2009; Levitt e Nyberg-Sørensen, 2004). O debate gira assim em torno das formas mais adequadas de rendibilizar os depósitos recebidos no país de origem, de modo a beneficiar não apenas as famílias dos emigrados, mas também a economia nacional (Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais, 2005; The World Bank, 2006; United Nations, 2006). No caso de Portugal, as transferências dos emigrantes têm tido historicamente grande relevância ao nível do equilíbrio da balança de pagamentos, e apesar dos níveis de emigração serem hoje muito menores comparativamente às décadas de 60 e 70, as remessas ascendiam ainda a 3,2 mil milhões de dólares em 2004, o que colocava o país na 16ª posição a nível mundial dos maiores beneficiários de remessas (The World Bank, 2006). O envio de poupanças para o país de origem pode assumir diversos graus de formalidade<sup>10</sup>, mas tem sido agilizado pelos meios tecnológicos do *e-banking* oferecidos pelas instituições bancárias, e pela banalização das agências de transferências de valores, algumas das quais, funcionando em articulação com delegações dos correios ou com bancos, conseguem ter uma abrangência mundial. A aquisição de bens de raiz ou o investimento num negócio no país de origem são também exemplos do envolvimento económico dos transmigrantes, essenciais para a reprodução social de muitos agregados domésticos (Vertovec, 2009; Faist, 2000).

É importante analisar os montantes de remessas enviadas pelos emigrantes para conhecermos a forma como os Açores participam nesse domínio

---

10 Em alguns países do mundo, uma parte substancial das remessas são enviadas de modo informal para as famílias (80% no caso do Uganda, 54% no Bangladesh, 47% na Moldávia) – The World Bank, 2006.

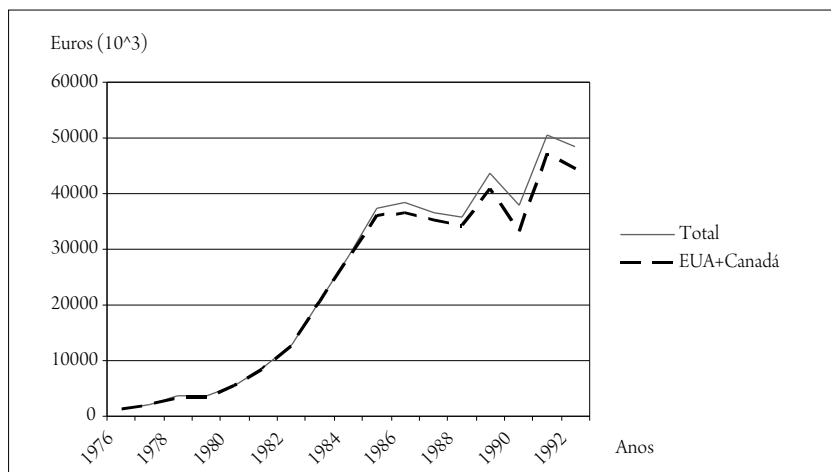
dos fluxos económicos transnacionais. Até 1992, isso pode ser estudado com alguma facilidade, uma vez que os dados fornecidos pelo Banco de Portugal se encontram desagregados por Continente e ilhas. Assim, se observarmos a evolução das remessas que chegaram aos Açores entre 1976 e 1992, constatamos que a tendência foi de aumento gradual até 1986, a que se seguiu um período de estabilização até 1989, e, finalmente, um último de crescimento muito irregular até 1992 (Fig. 2). Verificamos também que em quase todos os anos, entre 1976 e 1992, os envios dos EUA e Canadá representaram mais de 90% das remessas chegadas ao arquipélago, o que é consonante com a importância das comunidades emigradas nesses países. A partir de 1993 os dados deixam de estar desagregados por Continente e ilhas, de modo que passa a ser impossível acompanhar com rigor a evolução das remessas para os Açores. Porém, se atendermos à forte relação que há entre as remessas provenientes da América do Norte e as remessas destinadas ao arquipélago, podemos fazer uma ideia do que se terá passado nos Açores seguindo a evolução das remessas enviadas para o país a partir dos EUA e do Canadá. Esses dados sugerem que a tendência dos últimos anos terá sido de redução. Na verdade, para além do valor absoluto das remessas chegadas a Portugal a partir da América do Norte ser decrescente (quase 600 milhões de Euros em 2000, contra 230 milhões de Euros em 2008), ele representa uma proporção cada vez menor do total de remessas enviadas pelos portugueses residentes no estrangeiro (17,0% em 2000 e 9,2% em 2008). Na origem disso está certamente o amadurecimento da comunidade portuguesa residente nestes países, com consequência numa menor propensão para a realização de depósitos no país natal. O envelhecimento das comunidades emigradas e o reduzido rejuvenescimento com novas chegadas contribui para explicar a redução de envios monetários para o país de origem, pois as segundas gerações organizam as suas vidas quotidianas nos países onde nasceram ou cresceram, efectuando aí os investimentos a curto e médio prazo e não considerando prioritário o envio de remessas (Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais, 2005)<sup>11</sup>.

Os dados de que dispomos demonstram, em suma, que nas décadas de 80 e 90 os fluxos económicos associados às remessas dos emigrantes foram um importante suporte da economia açoriana; basta ver que em meados dos anos 80, o dinheiro enviado para as ilhas pelas suas populações na diáspora ascendia a quase 40 milhões de Euros por ano, e em princípios dos anos 90 a 50 milhões de Euros. Hoje em dia, tanto quanto os números permitem saber,

11 A questão da manutenção de práticas transnacionais entre os elementos das segundas gerações é fonte de intenso debate entre diversos autores (Boyd e Yiu, sem data; Levitt e Waters, 2002 citadas por Boyd e Yiu; Vertovec, 2009; Portes, 2006).

as remessas não serão já dessa ordem, ao mesmo tempo que o seu peso relativo na riqueza da região será também já bastante menor. Depreende-se daqui que a dimensão económica talvez já não seja no presente aquilo que melhor traduz a inclusão dos Açores num espaço de práticas transnacionais. Não obstante, apesar dos valores para os Açores aparentarem algum decréscimo, é um facto que as remessas representam ainda para muitas famílias uma fonte de rendimento essencial, permitindo não só satisfazer necessidades básicas diárias de consumo, mas também a concretização de investimentos familiares mais avultados, como a aquisição de propriedades, a construção de uma habitação ou a abertura de um negócio<sup>12</sup>.

Fig. 2 – Remessas dos emigrantes portugueses para os Açores, 1976-1992



Fonte: Estatísticas Monetárias e Financeiras (diversos anos), INE; Banco de Portugal (dados disponíveis em <http://www.bportugal.pt/>).

## Manifestações de transnacionalismo social e cultural

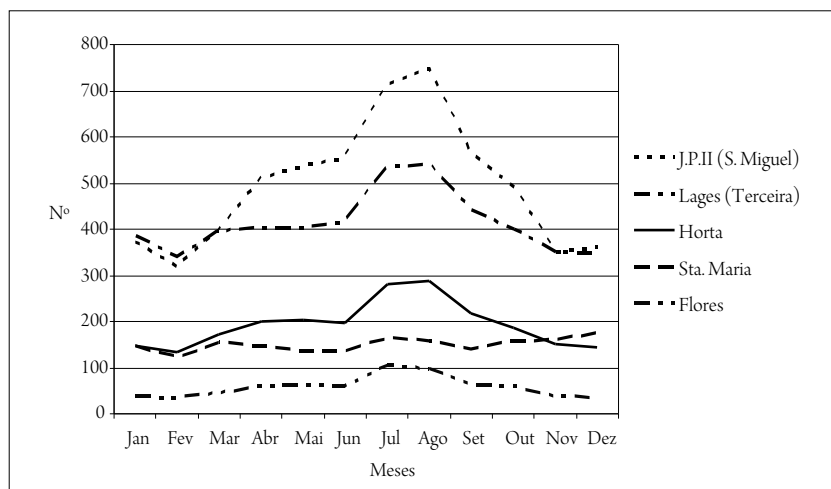
A organização de eventos para recolha de fundos a investir na terra natal, assim como as visitas frequentes aos familiares e amigos, os contactos por telefone, internet ou os canais de televisão por cabo ou satélite, bem como a participação em actividades religiosas, são exemplos de práticas transnacionais que promovem as redes sociais de carácter cultural-ideológico de nível supra-

12 Em 2005, o Governo Regional dos Açores anunciou junto das comunidades açorianas emigradas a existência de 60 milhões de Euros de incentivos ao investimento no arquipélago, salientando as vantagens da estabilidade política, económica e social das ilhas para o investimento privado (Fonte: *A União*, 10 de Maio de 2005, página 5; disponível em: [http://213.58.174.66/arquivo/252\\_1/00000102.pdf](http://213.58.174.66/arquivo/252_1/00000102.pdf)).

nacional reforçando as ligações à distância (Malheiros, 2001; Vertovec, 2009; Itzigsohn, 2008). O aumento da acessibilidade dos migrantes internacionais e suas famílias a estes meios, por via da redução dos custos e maior frequência dos serviços, tem sido essencial para a manutenção das redes sociais.

Todos os anos, os Açores recebem um grande volume de visitantes oriundos dos mais diversos pontos do globo, que procuram no arquipélago o reencontro com a família, participando activamente nas celebrações sagradas e profanas com grande tradição nas ilhas<sup>13</sup>, ou simplesmente aproveitando o bom tempo de férias ou lazer. Por isso, as chegadas de aeronaves concentram-se nos períodos da Primavera e Verão, momentos do ano em que ocorre uma grande concentração de festividades (um ciclo que se inicia com a Páscoa), e depois, em muito menor escala, no período do Natal (Fig. 3).

Fig. 3 – Aterragens de aeronaves nos 5 principais aeroportos dos Açores, por meses, 2007



Fonte: ANA.

Se considerarmos apenas o aeroporto João Paulo II, o mais internacional e com maior volume de tráfego dos 5 existentes no arquipélago<sup>14</sup>, chegaram em 2007, 101 mil passageiros oriundos de aeroportos não portugueses<sup>15</sup>.

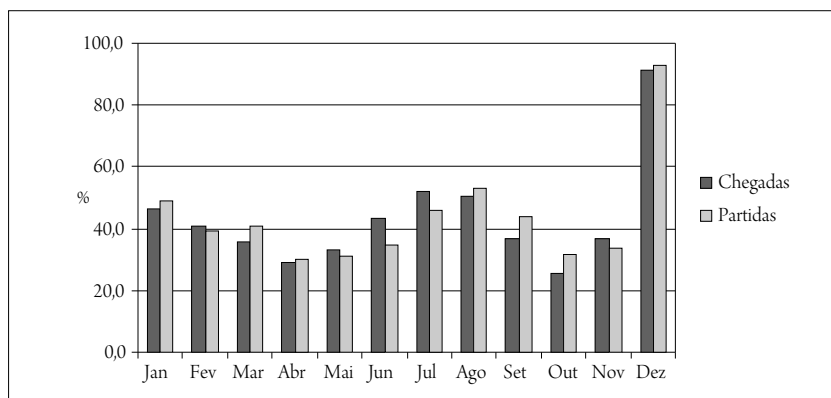
13 Algumas das festas que atraem mais visitantes ao arquipélago são as Festas do Divino Espírito Santo que se iniciam no Domingo de Pentecostes e se prolongam até ao Verão em todas as ilhas, a Festa do Senhor Santo Cristo dos Milagres no 5º Domingo após a Páscoa (ilha de São Miguel), Festas Sanjoaninas em Junho (ilhas Terceira e das Flores), a Festa do Emigrante em Julho (ilha das Flores), as Cavalhadas de São Pedro em Junho e o Senhor da Pedra em Agosto (ilha de São Miguel), a Semana do Mar em Agosto (ilha do Faial), Semana dos Baleeiros em Agosto (ilha do Pico), e o Festival da Maré em Agosto (ilha de Santa Maria).

14 Existem igualmente 5 aeródromos nos Açores.

15 Este aeroporto recebeu em 2007, um total de 462 500 passageiros vindos de aeroportos portugueses e estrangeiros.

De entre estes, os passageiros vindos de aeroportos americanos e canadianos representaram 42,7% do total anual, alcançando valores da ordem dos 90% no mês de Dezembro e superiores a 50% em Julho e Agosto (Fig. 4). As partidas registaram valores absolutos e relativos muito semelhantes, reflectindo as fortes ligações entre as ilhas açorianas e a diáspora no continente norte-americano que se desloca à terra natal para partilhar com a família e amigos os principais momentos festivos do ano.

**Fig. 4** – Passageiros dos EUA e Canadá no total de passageiros: chegadas e partidas ao/do aeroporto João Paulo II (ilha de São Miguel) por meses, 2007 (%)



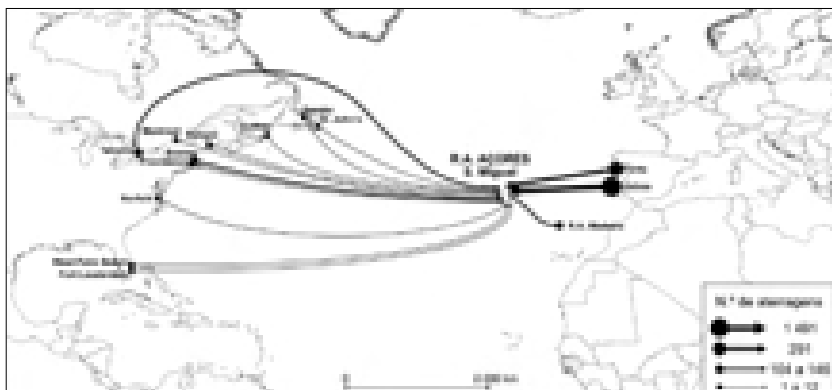
Fonte: ANA.

Dentro dos EUA e Canadá, as origens geográficas das aeronaves que aterram em São Miguel concentram-se na costa Leste, onde residem vastas comunidades de portugueses naturais ou descendentes dos Açores: Toronto, Montreal, Sydney (Nova Escócia), Gander e St. John's (Terra Nova e Labrador) no Canadá, e Boston (Massachussets), Providence (Rhode Island) e Bangor (Maine) nos EUA (Fig. 5). Não são aqui visíveis voos provenientes da costa Oeste, pelo muito reduzido número de voos directos da Califórnia para os Açores. Os passageiros oriundos da costa do Pacífico têm na sua maioria de fazer escala nos aeroportos da costa atlântica, antes de conseguirem chegar às ilhas<sup>16</sup>.

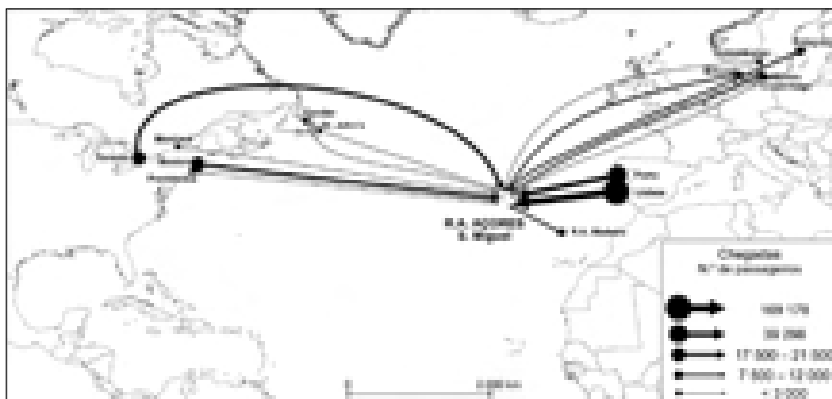
O volume de passageiros desembarcados reflecte, em larga medida, as origens geográficas dos principais voos. Para além dos aeroportos portugueses do continente e da Região Autónoma da Madeira, que incluem passageiros portugueses e estrangeiros, sem voos directos das suas cidades, os visitantes que chegam ao arquipélago provêm maioritariamente de aeroportos localizados

<sup>16</sup> Existe um voo directo semanal da SATA a partir do aeroporto de Oakland (Califórnia) para a ilha Terceira, entre Junho e a primeira semana de Outubro.

**Fig. 5** – Aterragem de aeronaves no aeroporto João Paulo II (ilha de São Miguel) em 2007 – origens nacionais com 100 ou mais aterragens (excluindo voos dentro do arquipélago)



**Fig. 6** – Passageiros desembarcados no aeroporto João Paulo II (ilha de São Miguel) em 2007 – origens nacionais com 10.000 ou mais passageiros (excluindo voos dentro do arquipélago)



O considerável volume de passageiros oriundos de cidades na Dinamarca e Suécia é de outro tipo, não se enquadrando na lógica dos fluxos transnacionais a que nos estamos a referir. Relaciona-se sim com uma estratégia promocional do turismo açoriano, que tem procurado atrair visitantes da Europa nórdica durante todo o ano, uma vez que são mercados com grande interesse no turismo de natu-



reza e no turismo activo, ofertas em que os Açores se destacam. Há voos directos a partir destes dois países em todos os meses do ano e em 2007 chegaram perto de 17 mil visitantes da Dinamarca e mais de 12 mil da Suécia<sup>17</sup>, tornando esta região da Europa a principal emissora de fluxos turísticos para o arquipélago<sup>18</sup>.

Os laços entre a diáspora e o país de origem mantêm-se não só através das viagens dos emigrantes, mas também pela organização de eventos nos países de acolhimento com o intuito de angariar fundos para obras ou instituições na terra natal. Como é referido no relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais, “as associações da terra natal e as organizações da diáspora podem ter um papel importante na recolha e transferência colectiva das remessas enviadas para os locais de origem, as quais podem ser utilizadas para projectos infra-estruturais e outros que tragam benefícios a toda a comunidade” (2005, p.27). Festas e jantares, seguidas de leilões e recolha de donativos, são frequentes entre as colectividades de emigrantes açorianos e seus descendentes para patrocínio de melhoramentos em igrejas e impérios do Divino Espírito Santo

e aquisição de instrumentos musicais para as sociedades filarmónicas das ilhas (Fig. 7). Estas manifestações de transnacionalismo social, ou cultural na designação de alguns autores, entre as comunidades de origem açoriana radicadas na América do Norte são reforçadas pela reprodução de festividades de carácter religioso típicas dos Açores em cidades e condados da Califórnia, como o *Bodo de Leite* ou a *Nossa Senhora dos Milagres* (Gustine, Half Moon Bay, Salinas, San José, San Leandro), as *Festas do Divino Espírito Santo*, do *Senhor Santo Cristo dos Milagres*, *Nossa Senhora da Luz* ou do *Senhor da Pedra* na Costa Leste dos EUA (Fall River) e do Canadá (Toronto) Figs. 8, 9 e 10.

**Fig. 7** – Cartaz alusivo a um evento para angariação de fundos em Peabody (Massachusetts, EUA) a serem aplicados na reconstrução de uma igreja na ilha Graciosa



Fonte: [http://galeriacores2.multiply.com/photos/album/138/Graciosa\\_e\\_EUA#12](http://galeriacores2.multiply.com/photos/album/138/Graciosa_e_EUA#12)

17 Para além dos cidadãos dinamarqueses e suecos, chegaram em 2007, através de voos directos da Escandinávia, 8 mil visitantes da Finlândia e 4 mil da Noruega.

18 Em 2006, o Governo Regional atribuiu uma avultada verba à Associação de Turismo dos Açores para acções promocionais no mercado internacional. A companhia aérea regional (SATA) iniciou novos voos regulares para a Suécia entre Outubro e Março (Notas Informativas do Governo Regional, 6 de Novembro de 2006; <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/pgra-gacs/noticias>).

**Fig. 8** – Festas do Bodo de Leite em Gustine, (Califórnia, EUA), 2002



Fonte: <http://www.members.tripod.com/~KathrynMaffei/index-19.html>.

**Fig. 9** – Grandes Festas do Divino Espírito Santo, (Fall River, Massachusetts, EUA), 2005



Fonte: [http://www.picoazores.com/destaques/espírito\\_santo\\_fall\\_river.php](http://www.picoazores.com/destaques/espírito_santo_fall_river.php).

**Fig. 10** – Festividades da Nossa Sra. da Luz, (Toronto, Canadá), 2007



Fonte: [http://galeriacores2.multiply.com/photos/album/157/Nossa\\_Senhora\\_da\\_Luz\\_em\\_Toronto#47](http://galeriacores2.multiply.com/photos/album/157/Nossa_Senhora_da_Luz_em_Toronto#47).

Para além da importante componente religiosa das celebrações (missa, procissão, novenas, oração do terço, bênção de animais e alimentos), que contam com a participação de párocos locais e de sacerdotes vindos expressamente dos Açores, as actividades lúdicas que lhes estão associadas, nomeadamente espectáculos de música e dança, permitem trazer até junto dos emigrantes açorianos artistas, bandas filarmónicas e personalidades populares nas ilhas. As celebrações mantêm-se porque têm significado identitário para os emigrantes e o seu carácter flexível permite acompanhar as necessidades contemporâneas das comunidades emigradas (Salvador, 1981). São organizadas por várias Irmandades do Divino Espírito Santo (IDES), associações recreativas, sociedades fraternais, paróquias e clubes, à semelhança do que acontece nos Açores, com uma participação muito activa dos membros e um grande envolvimento da comunidade emigrada.

As festas são amplamente anunciadas nos meios de comunicação social das diversas comunidades e divulgadas em *fora on-line* de discussão e partilha de informação geridos por emigrantes portugueses e luso-descendentes residentes em Toronto, Nova Inglaterra e Califórnia, mas igualmente nos Açores. Estações de rádio e de televisão, jornais e sítios da internet promovem os eventos, contribuindo deste modo para reforçar as ligações entre a diáspora e as ilhas de origem. Em Toronto, existem duas estações locais de televisão com programação dedicada às minorias linguísticas residentes na região, e estações de rádio com oferta multicultural diversificada, tal como em Fall River e New Bedford (Bloemraad, 2009). Os modernos *media* e as indústrias culturais assumem assim um papel de grande relevância na produção de fluxos de informação, mantendo as comunidades de origem e de destino ligadas em rede, e reforçando deste modo os laços transnacionais.

## Considerações finais

Muita da teoria social actual relacionada com as mobilidades, nomeadamente muito do que se prende com os conceitos de transnacionalidade, diáspora e hibridismo, deve a sua teorização original a autores que trabalharam intensivamente sobre as Caraíbas e as suas populações (por exemplo, Hall, 1990; Thomas-Hope, 1992; Olwig, 1993). Uma explicação que muitas vezes se adianta para tal é o facto das mobilidades fazerem desde há muito parte integrante do modo de vida das Caraíbas e de este ter sido por isso ao longo da história um espaço privilegiado de contacto de culturas gerado pelos movimentos de pessoas e mercadorias. Contudo, aquilo que se observa nas Caraíbas verifica-se

também, em maior ou menor grau, noutros espaços insulares, uma vez que as ilhas parecem ser, devido à sua focalidade, territórios particularmente propensos a participarem em redes de circulação de pessoas, mercadorias e ideias.

Ao longo das páginas anteriores, procurámos mostrar que os Açores partilham deste mundo de relações e estão integrados num espaço-rede transnacional que transcende a escala do arquipélago e se estende às duas fachadas do Atlântico. Até há alguns anos atrás, a coerência desse espaço transnacional devia-se em larga medida, se não até no essencial, aos fluxos financeiros que uniam as comunidades locais e na diáspora, na forma das remessas dos emigrantes. Hoje, essa dimensão das práticas transnacionais é aparentemente menos importante. Em contrapartida, graças à evolução do sector dos transportes e das telecomunicações, ao embaratecimento e à banalização das viagens aéreas, ao telefone e televisão por satélite e à Internet, parecem ter ganho relevância outras dimensões do transnacionalismo, relacionadas mais com o plano das sociabilidades e das práticas culturais. O contacto entre as comunidades locais e da diáspora é estreito e intenso, e isso ajuda a solidarizar umas e outras e a desenvolver um sentido de pertença transnacional que está na base do próprio conceito de diáspora.


## Referências Bibliográficas

- Baldacchino, G. (2005), "Islands – objects of representation", *Geografiska Annaler B*, 87: 247-251.
- Bernardie-Tahir, N. (2005), "Des «bouts du monde» à quelques heures: l'illusion de l'isolement dans les petites îles touristiques", *Annales de Géographie*, 622 : 362-282.
- Bertram, G. & Watters, R. (1985), "The MIRAB economy in South Pacific Microstates", *Pacific Viewpoint*, 26 (3): 497-520.
- Bloemraad, I. (2009), "Invisible no more? Citizenship and politics among Portuguese Canadians", in C. Teixeira e V. Da Rosa (Eds.), *The Portuguese in Canada: diasporic challenges and adjustment*, 2ª edição. Toronto: University of Toronto Press. Pp.161-188.
- Boyd, M. & Yiu, J. (sem data), Ties that bind or ties that wane? Transnational practices across immigrant generations. Disponível em [http://www.allacademic.com//meta/p\\_mla\\_apa\\_research\\_citation/1/8/4/1/3/pages184132/p184132-1.php](http://www.allacademic.com//meta/p_mla_apa_research_citation/1/8/4/1/3/pages184132/p184132-1.php)
- Brito Henriques, E. (2009), *Distância e Conexão. Insularidade, Relações Culturais e Sentido de Lugar no Espaço da Macaronésia*. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.
- Castles, S. (2005), *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios. Dos trabalhadores convidados às migrações globais*. Lisboa: Fim de Século.
- Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais (2005), *As migrações num mundo interligado: novas linhas de acção*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Connell, J. (2007), "Island migration", in G. Baldacchino (Ed.), *A World of Islands. An Island Studies Reader*. Charlottetown: Institute of Island Studies. Pp. 455-482.
- Direcção Geral das Comunidades (2009), *Emigração Açoriana. Estatística*. Horta, Presidência do Governo.
- Faist, T. (2000), *The volume and dynamics of international migration and transnational social spaces*. Oxford: Clarendon Press.
- Fonseca, M. L. (1994), "A Ilha de S. Jorge – demografia de um território em transformação", in *Um outro olhar – Velas 1994*. Câmara Municipal das Velas. Pp. 29-32.
- Hawkins, F. (1988), *Canada and immigration: public policy and public concern*, 2<sup>nd</sup> edition. Kingston: McGill-Queen's University Press.
- Hawkins, F. (1977), "Canadian immigration: a new law and a new approach to management", *International Migration Review*, 11 (1): 77-93.
- Hall, S. (1990), "Cultural identity and diaspora", in J. Rutherford (Ed.), *Identity: Community, Culture, Difference*. Londres: Lawrence & Wishart. Pp. 222-237.
- Hay, P. (2006), "A phenomenology of islands", *Island Studies Journal*, 1: 19-42.
- Itzigsohn, J. (2008), Beyond the island. The transnational boundaries of Dominican society. Apresentação proferida na Conferência *Aproximando Mundos: Emigração, Imigração e Desenvolvimento em Espaços Insulares*, Angra do Heroísmo, Açores, 29 e 30 de Maio. Disponível em <http://www.ceg.ul.pt/mcm/PowerPoint%20-%20Jose%20Itzigsohn.pdf>
- Itzigsohn, J.; Dore Cabral, C.; Hernández Medina, E. & Vázquez, O. (1999), "Mapping Dominican transnationalism: narrow and broad transnational practices", *Ethnic and Racial Studies*, 22 (2): 316-339.
- Levitt, P. (2004), "Transnational migrants: when 'home' means more than one country", *Migration Fundamentals*, October. Washington, D.C.: Migration Policy Institute. Disponível em <http://www.migrationinformation.org/Feature/display.cfm?id=261>
- Levitt, P. & Nyberg-Sørensen, N. (2004), *The transnational turn in migration studies*, Global Migration Perspectives, No. 6, October. Geneva: Global Commission on International Migration. Disponível em <http://www.gcim.org/gmp/Global%20Migration%20Perspectives%20No%206.pdf>
- Malheiros, J. (2001), *Arquipélagos migratórios: transnacionalismo e inovação*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa. (Policopiado)
- Martin, P. & Midgley, E. (1999), "Immigration to the United States", *Population Bulletin*, 54 (2), June. Washington D.C.: Population Reference Bureau.
- Medeiros, C. A. (2005), "Primórdios da evolução do país. A expansão marítima e os seus reflexos", in C. A. Medeiros (Coord.), *Geografia de Portugal*, Volume II. Lisboa: Círculo de Leitores. Pp. 18-45.
- Olwig, K. F. (1993), *Global culture, island identity*. Filadélfia: PA, Harwood.
- Portes, A. (2006), *Estudos sobre as migrações contemporâneas. Transnacionalismo, empreendedorismo e a segunda geração*. Lisboa: Fim de Século.

- Portes, A. (1999), "Immigration theory for a new century: some problems and opportunities", in C. Hirschman, P. Kasinitz e J. DeWind (Eds.), *The handbook of international migration. The American experience*. New York: The Russell Sage Foundation. Pp. 21-33.
- Portes, A.; Guarnizo, L. E. & Landolt, P. (1999), "The study of transnationalism: pitfalls and promise of an emergent research field", *Ethnic and Racial Studies*, 22 (2): 217-237.
- Ribeiro de Medeiros, O. & Madeira, A. (2004), *Emigração e regresso no concelho de Nordeste*. Ponta Delgada: Centro de Estudos Sociais, Universidade dos Açores.
- Ribeiro de Medeiros, O. & Madeira, A. (2003) – *Emigração e regresso no concelho da Povoação*. Ponta Delgada, Centro de Estudos Sociais, Universidade dos Açores.
- Rocha, G.; Rodrigues, J.; Madeira, A. & Monteiro, A. (2006), "O arquipélago dos Açores como região de fronteira", *Arquipélago – História*, Volumes IX-X, 2005-2006, pp.105-140. Disponível em [http://www.comunidadesacorianas.org/artigo.php?id\\_artigo=17&idioma=PT](http://www.comunidadesacorianas.org/artigo.php?id_artigo=17&idioma=PT)
- Royle, S. (2001), *A Geography of Islands. Small Islands Insularity*. London: Routledge.
- Salvador, M. L. (1981), *Portuguese religious celebrations in the Azores and California*. Oakland: The Oakland Museum.
- Santos, R. L. (1995), *Azoreans to California: a history of migration and settlement*. Denair: Alley-Cass Publications. Disponível em <http://www.library.csustan.edu/bsantos/azorean.html>.
- Silva, J. P. (1996), *Portuguese no Havai: séculos XIX e XX. Da imigração à aculturação*. Ponta Delgada: Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas.
- Sklair, L. (1998), Transnational practices and the analysis of the global system. Apresentação realizada no seminário *Transnational Communities Programme*, 22 Maio, 1988. Disponível em <http://www.transcomm.ox.ac.uk/working%20papers/sklair.pdf>
- Teixeira, C. (2009), "The Portuguese in British Columbia: the orchadists of the Okanagan Valley", in C. Teixeira e V. Da Rosa (Eds.), *The Portuguese in Canada: diasporic challenges and adjustment*, 2ª edição. Toronto, University of Toronto Press. Pp. 226-252.
- Teixeira, C. & Da Rosa, V. (2009), "A historical and geographical perspective", in C. Teixeira e V. Da Rosa (Eds.), *The Portuguese in Canada: diasporic challenges and adjustment*, 2ª edição. Toronto, University of Toronto Press. Pp. 3-17.
- The World Bank (2006), *Global economic prospects. Economic implications of remittances and migration*. Washington, D.C.: The International Bank for Reconstruction and Development. The World Bank. Disponível em [http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/2005/11/14/000112742\\_20051114174928/Rendered/PDF/343200GEP02006.pdf](http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/2005/11/14/000112742_20051114174928/Rendered/PDF/343200GEP02006.pdf)
- Thomas-Hope, E. (1992), *Explanation in Caribbean migration: perception and the image*. London: Macmillan.
- United Nations (2006), *Globalization and interdependence: international migration and development*, Report of the Secretary General. New York: United Nations General Assembly A/60/871. Disponível em <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N06/353/54/PDF/N0635354.pdf?OpenElement>
- Vertovec, S. (2009), *Transnationalism*. Oxford: Routledge.

- Vertovec, S. (2001), *Transnational challenges to the "new multiculturalism"*. Working Paper WPTC-01-06, comunicação apresentada na conferência da Association of Social Anthropologists, University of Sussex, 30 Março-2 Abril, 23 páginas. Disponível em <http://www.transcomm.ox.ac.uk/working%20papers/WPTC-2K-06%20Vertovec.pdf>
- William, A. & Fonseca, M. L. (1999), "The Azores: between Europe and North America", in R. King e J. Connell (Eds.), *Small worlds, global lives: islands and migration*. London: Pinter. Pp. 55-76.



# Migrações e espaço de oportunidade: uma reflexão sociológica

Rolando Lalanda Gonçalves  
*Universidade dos Açores*

## Introdução<sup>1</sup>

Esta comunicação insere-se no âmbito de um projecto mais vasto de investigação que está a ser desenvolvido pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores no domínio da sociologia das migrações.

Nesta primeira abordagem procuraremos, face à pluralidade de espaços insulares (no caso dos Açores), determinar se existe ou não uma relação entre graus de insularidade, as estruturas económicas e sociais, e os espaços de oportunidade vividos e percebidos pelos migrantes (imigrantes/emigrantes).

A construção do nosso modelo de análise terá em conta os seguintes conceitos básicos:

- definição do conceito de insularidade;
- relação entre insularidade, diversidade estrutural e desigualdade;
- espaço de oportunidade;

Tendo em conta este quadro conceptual iremos procurar ver se há uma ou várias lógicas de acção subjacentes aos actores sociais, manifestas nos processos migratórios.

Nesta perspectiva podemos equacionar as seguintes hipóteses de trabalho:

---

<sup>1</sup> A primeira parte, pontos 1 a 3, desta comunicação, foi apresentada e publicada nas Actas do V Congresso Português de Sociologia. O texto foi revisto e alterado.



- Numa ilha de dimensão reduzida e distante face ao exterior existe no sistema sócio-económico uma propensão para a homogeneidade de soluções económicas quanto à estrutura produtiva. O leque de opções de emprego torna-se assim “mais limitado”. Esta limitação nas opções globais não implica uma mais vasta participação em múltiplos papéis, articulados na “vivência insular”, e obriga a uma polivalência funcional assumida no seio de uma comunidade mais integrada.
- Numa ilha de maior dimensão existe uma maior *diversidade* de situações interna para os diferentes grupos etários. O espaço de oportunidade é mais centrado no “local”; tal não implica que, por haver a percepção da necessidade de uma maior especialização e de um maior leque de opções de emprego, não exista a consciência de uma limitação imposta pelo meio. Assim, a idealização do espaço exterior, como realização de metas profissionais, é vista com uma outra orientação: a necessidade de uma maior proximidade do espaço “exterior”.

## O espaço de oportunidade

A conceptualização do que poderemos designar como *espaço de oportunidade* decorre de uma premissa já testada na análise do *modelo migratório* estudado nos anos 80 nos Açores. Este modelo estruturava-se do seguinte modo: em função da percepção do espaço insular enquanto espaço socio-económico, colocámos em evidência a existência de grupos mediáticos e o desenvolvimento de lógicas “eutópicas” de valorização de novos espaços de realização (Lalanda Gonçalves, 1984).

As dinâmicas migratórias no âmbito dos processos socioculturais inserem-se num contexto de identificação face ao exterior e neste quadro formulámos o conceito de *lógica eutópica* (Lalanda Gonçalves, 1986 e 1987). Tendo em conta este modelo, passados mais de vinte anos, procuramos nesta comunicação introduzir a perspectiva da sistémica qualitativa para melhor compreender a dinâmica da emigração/imigração no contexto das regiões insulares.

A hipótese de base então formulada punha em evidência, nos Açores, uma relação estrutural entre as dinâmicas demográficas, sociais, económicas e emigratórias:

- Nas ilhas mais pequenas, uma maior consciência do limite levou à estruturação de um modelo de povoamento onde a emigração causou, desde muito cedo, fortes impactos na estrutura demográfica, traduzida por envelhecimento da população, maior predomínio da actividade

- agrícola, do trabalho familiar, da polivalência de funções, reduzindo a dimensão média dos “povoados”, das famílias, da estrutura empresarial. Fenómenos como o desemprego tendem a ser “estatisticamente” menos relevantes, porém acompanhados por subemprego e por uma dimensão mais relevante da economia tradicional.
- Nas ilhas maiores, onde a diversidade estrutural interna é maior, o impacto da emigração é menor, o habitat é mais diversificado, a lógica da mobilidade interna na ilha mais acentuada, a propensão para a saída, na dinâmica interna, é menos forte, a construção do espaço de oportunidade é mais centrado no espaço da ilha. As estruturas familiares são mais diversas, a especialização funcional torna-se possível, a dimensão empresarial mais diversificada e relevante: os fenómenos como o desemprego são mais marcantes e a taxa de participação feminina na estrutura produtiva mais significativa.

Ao definir estas duas hipóteses não ignoramos que ambos os espaços estão cada vez mais em contacto com o exterior através das novas tecnologias, induzindo novos modelos de *mediatização* na relação interna (inter-ilhas) e com o exterior, nem que a dimensão “isolamento” é uma categoria pertinente na análise de uma especificidade na “relação com o exterior”, mas não implica uma ausência de contactos com esse “exterior” que, na história, designadamente dos Açores, nunca se revelou uma *barreira* ou uma *impossibilidade*, mas uma condicionante no “modelo” deste tipo de relacionamento.

Neste quadro, o sistema sociocultural e identitário e o sistema sócio-económico ganham uma congruência que procuraremos demonstrar através do conceito de *espaço de oportunidade*: probabilidade de encontrar num determinado contexto uma solução para uma problemática socialmente identificada.

Definimos “insularidade” como a “qualidade” deste relacionamento com o exterior, onde a variável distância aliada à barreira natural que é a ilha assume uma relevância socioeconómica (ciclicidade e homogeneidade das soluções económicas locais) mas também sociocultural (lógica eutópica): valorização idealizada do espaço da ilha e do espaço exterior onde se joga, numa tensão por vezes não disfarçada, a lógica subjacente aos processos migratórios que marcam a história recente dos Açores.

## A insularidade

Segundo Fisher “...o espaço continua a ser, com a ideia de tempo, uma das dimensões em relação às quais se estruturam uma sociedade e os grupos humanos.”<sup>2</sup>

Como ponto de partida temos necessariamente um facto de natureza geográfica: a existência de territórios rodeados pelo mar, mais ou menos distantes de um Continente e situados nas diferentes partidas do mundo.

A etimologia da palavra “ilha” proposta por Publio Festo (“insula”= “in”+ “salus”) revela a “natureza” fundamental e instituinte deste “tipo” de espaço natural. Todavia, nas grandes teorias sociológicas ou psicossociológicas, só recentemente o factor espacial (ambiental), ou seja, o sistema de relações entre sociedade e território, começou a ser sistematizado de uma forma global, o que se encontra associado ao desenvolvimento da ecologia designadamente na sua vertente social e económica.

Ardey, no seu livro *O imperativo territorial*, tenta demonstrar em que medida existe no homem um instinto territorial, e como para a existência de um grupo equilibrado é necessária uma base territorial que permita expressar este instinto. Este trabalho e outros que o precederam contribuíram para pôr em evidência a importância das estruturas espaciais na acção humana. É, porém, perigoso utilizar sem mais nem menos o contributo da etologia e aplicá-lo à situação humana (Fisher, *op. sup. cit.*; Alland, 1982: 65 e sq.).

No estudo de sociedades insulares, o sociólogo, o historiador e o economista devem proceder com especiais cautelas de carácter epistemológico e metodológico para evitar “saltos” ou “rupturas” que pela sua gravidade inviabilizem o desenvolvimento de uma sociologia, de uma história ou de uma economia insular.

Assim, no quadro de uma abordagem psicossociológica, podemos relevar os seguintes elementos:

### Fronteira “natural”

“...Os grupos organizados e as sociedades dispõem de um espaço limitado por fronteiras entre as quais desenvolvem a sua acção num “continuum” temporal e espacial onde o espaço aparece caracterizado pela sua plurissemia e logo definido enquanto “lugar”, ou seja, como grandeza significativa.” (Lalanda Gonçalves, 1984:6).

---

2 Gustave-Nicolas Fisher, (1981) *La psychosociologie de l'espace*, Paris, PUF. (Que Sais-Je ? nº1925), p.6 e seguintes.  
Edição Portuguesa: Gustave-Nicolas Fisher (1994) *A psicologia social do ambiente*. Lisboa, Instituto Piaget:16.

O espaço insular caracteriza-se pelo facto de ser uma estrutura territorial cujos limites se impõem à atenção e à acção humana. O espaço insular define-se por uma extensão naturalmente limitada por “referências” (marcas) definitivas, as fronteiras, que não podem ser alargadas pela acção humana. Determinar em que medida estas “fronteiras naturais” afectam a acção humana é, sem dúvida, um dos primeiros passos na análise da especificidade dos espaços insulares.

### Exiguidade espacial e limites à “atenção”

O espaço insular também se caracteriza pela exiguidade e esta encontra-se directamente ligada à importância e rigidez das fronteiras que implicam uma ruptura comportamental para as ultrapassar.

Este “contexto” de acção humana ou de enraizamento é tanto mais importante quanto A.Moles e E.Rohmer (1972) demonstram que o problema da liberdade humana se coloca também em termos espaciais.

“Se definirmos a liberdade como consciência das constrições (Marx), a noção de campo de liberdade corresponde ao conjunto das acções que o indivíduo pode efectuar sem esbarrar nestas constrições, ou seja, nas forças do meio exterior que este não é capaz de vencer. [...] O espaço apresenta-se então como um sistema de valores repartido de uma forma mais ou menos complexa num campo (campo de liberdade) definido por barreiras mais ou menos rígidas” (Lalandá Gonçalves, 1984:8).

Moles estabeleceu uma tipologia dos diferentes campos e distinguiu três sistemas de liberdade partindo da noção de espaço imaginário de valores, propostos por Lewin, tomando o exemplo de uma cabra pastando numa propriedade rodeada de barreiras. Moles considera primeiramente a ideia de *liberdade principal*: o indivíduo imagina um campo sob a forma de uma superfície mais ou menos vasta fechada por muros que são “rígidos”, percepção-se no centro deste campo e erra para onde quer, sem obstáculos percebidos. A ideia de *liberdade marginal* aparece quando as fronteiras do campo, em vez de serem impenetráveis, são elásticas (o indivíduo, pelo seu esforço, pode fazê-las ceder); finalmente, a ideia de *liberdade intersticial* é a possibilidade deixada a um indivíduo de atingir os seus objectivos através da sua argúcia para escapar entre os interstícios definidos espacialmente.

Estes mecanismos, como afirma Fischer (1981:6 e seg.), estabelecem uma nova imagem da vida social: todo o espaço torna-se um território valorizado pelo “domínio” que os indivíduos exercem sobre ele. As modalidades de apreensão do espaço podem então ser interpretadas como indicadores na análise psicossociológica: os comportamentos e processos sociais não são mais

estudados como produto de estruturas constituídas em factor determinante das relações, mas como práticas associadas à forma desta matriz, no interior da qual a experiência se organiza como ponto de encontro e suporte da vivência (Fischer (1981:6 e seg.).

É neste *contexto* que os indivíduos e os grupos agem em condições particulares de enraizamento e constroem *espaços de oportunidade*, ou seja, procuram atingir os seus objectivos entre os interstícios impostos pelo espaço e pelas estruturas sociais que os condicionam.

Assim, torna-se relevante o conceito de que um território *insular* se caracteriza por um espaço onde os limites se impõem à atenção. Este transforma-se assim num “contorno” no sentido de *gestalt*. E este contorno é *relevante* para a definição do contexto de acção e de análise.

Nesta óptica, a ilha é um território específico cujas fronteiras naturais se tornam, por apropriação colectiva, fronteiras, e o “insular” (“homem de fronteira”) distingue-se do homem da fronteira terrestre, mais do que pelo “limite” que a fronteira traça, pela natureza da constrição que este limite impõe.

A. Moles considera o indivíduo envolto em oito envelopes ou conchas cuja intensidade diminui do centro para o exterior. Assim, a estrutura ambiental insular implica uma ruptura entre os diferentes envelopes dado que esta acentua os limites que definem o território interior e o espaço exterior.

O espaço insular definido pelo isolamento aquático caracteriza primariamente um campo de liberdade principal, onde a liberdade marginal só é atingível pela adopção de rupturas comportamentais, como a de tomar o avião ou o barco.

A. Moles afirma que “uma ilha não pode ser grande, senão perde o seu carácter insular, o sentimento de ‘fecho do seu contorno’ escapa à continuidade do campo de consciência dos seus habitantes e, correlativamente, a frequência do seu *rappel* recua no fluxo e refluxo deste mesmo campo de consciência” (Moles, 1982: 52). Para A. Moles a ilha ideal “é aquela onde se pode fazer a sua volta num dia, aquela onde num espaço de um dia podemos reencontrar o ponto de partida, dado que o ‘controlo’ do contorno é uma das características essenciais que nos propõe a teoria da forma” (Moles, 1982: 52).

Mas neste quadro territorial, específico, através de contactos mediáticos com o exterior, assiste-se à construção de um novo espaço social diferenciado no qual o indivíduo age e se motiva.

É neste quadro que devemos analisar a problemática das migrações e da mobilidade social em meio insular, visando responder à questão básica: *qual a relação entre a diferenciação estrutural insular e os tipos de mobilidade (migrações) gerados nas diferentes ilhas do arquipélago dos Açores ?*

## Insularidade: desigualdade e/ou diversidade

Lucien Febvre, no seu livro *La terre et l'évolution humaine* (1970), diante da diversidade insular afirma que “se procurássemos uma necessidade, uma lei das ilhas pesando sobre os homens, sobre as sociedades humanas, só encontraríamos variedade e diversidade”, concluindo que o que conta “é a ideia que os povos, os grupos políticos, pequenos ou grandes, fazem da sua situação geográfica e das suas vantagens e inconvenientes” (Febvre, 1970: 245).

Ora, sem querer reduzir a dimensão insular a uma simples “ideia”, torna-se necessário decompor este objecto de análise tendo por objectivo reconstruí-lo sociologicamente.

Como ponto de partida colocamos a questão do espaço de oportunidade nos parâmetros da nossa análise como o resultado socialmente percebido da relação entre o espaço insular vivido (diverso) e as aspirações julgadas impossíveis de realizar localmente.

Assim, procuramos partir, numa primeira etapa, dos elementos objectivos que permitem analisar o espaço insular enquanto estrutura objectivável.

### Componentes do território “insular”

As suas componentes fundamentais, variáveis, são, sem dúvida:

- a superfície;
- a orografia;
- a distância ao continente mais próximo;
- a distância à ilha mais próxima e que define um outro conceito, o de arquipélago.

Nesta perspectiva, a “ilha” enquanto território não é apenas definida pela natureza dos seus limites e pela sua maior ou menor superfície. A situação geográfica caracterizada por um sistema de coordenadas geográficas (latitude e longitude) assume também uma relevância particular e não apenas no campo da história: ela implica uma distância em relação ao exterior, e pelos princípios gerais da percepção constatamos que “a distância organiza o campo topológico, determinando, por exemplo, um tipo de percepção” (Moles, 1982: 59).

Os trabalhos de A. Moles e de Hall (Moles, 1972, 1982; Hall, 1983) mostraram que fundamentalmente o que está próximo é mais importante do que o que está longe; é em função desta *proxemia* que se estabelece a densidade das imagens, a importância dos acontecimentos, dos seres e das coisas, que diminui à medida que na sua percepção se interpõe o efeito da distância.

A distância ao continente mais próximo é significativa não apenas pelo facto de o espaço, enquanto produto humano, ser vector de significações, mas também porque esta distância influi na natureza dos contactos com o exterior. Com efeito, a distância influi quanto à importância dos acontecimentos e também nos mecanismos de idealização destes outros “espaços”, porque não implica ausência de relação.

### Ensaio de sistematização do conceito “insularidade”

A. Moles coloca uma questão semelhante e responde que se torna necessário uma fenomenologia abstracta que proporia três dimensões do universo das ilhas, cuidadosamente expressas segundo os princípios da percepção, pelo logaritmo de uma grandeza física: superfície da ilha, distância ao continente e quantidade de variedade (Moles, 1982: 54-55).

Se considerarmos este diagrama ideal da insularidade no tocante à superfície e à distância e o aplicarmos a algumas ilhas europeias, concluímos que os Açores são, na sua globalidade, uma das regiões insulares com o maior índice de insularidade (Lalanda Gonçalves, 1984).

Este coeficiente de insularidade é apenas uma primeira abordagem da realidade insular e foi-nos sugerido pela leitura de um artigo de G. Bernardi (1961) onde o autor afirma existir correlação entre a riqueza em espécies botânicas e a proximidade do litoral, mesmo quando a superfície da ilha é reduzida.

### Diversidade territorial (o caso dos Açores)

Esta perspectiva analítica encontra, no caso dos Açores, toda a sua pertinência. Enquanto conjunto disperso de nove sistemas sociais, o arquipélago dos Açores manifesta processos diferenciados de estruturação social, económica e cultural.

### Território e orografia

Como primeiro factor de diferenciação encontramos a dimensão territorial e a orografia das ilhas (Tabela 1).

**Tabela 1** – Dimensão Territorial e Orografia das Ilhas

| Ilha        | Área   | Orografia |             |          |
|-------------|--------|-----------|-------------|----------|
|             |        | < 300 m % | 300/800 m % | >800 m % |
| S. Miguel   | 746,76 | 52.7      | 44.9        | 2.4      |
| Santa Maria | 97,18  | 86.4      | 13.6        | 0        |
| Terceira    | 402,17 | 55.6      | 42.5        | 1.9      |
| Graciosa    | 61,17  | 94.3      | 5.7         | 0        |
| São Jorge   | 245,76 | 30.1      | 66.2        | 3.7      |
| Pico        | 447,74 | 41.2      | 42.4        | 16.4     |
| Faial       | 173,11 | 53.5      | 41.1        | 5.4      |
| Flores      | 141,7  | 32.5      | 66.4        | 1.1      |
| Corvo       | 17,12  | 45.1      | 54.9        | 0        |

Fonte: INE

Verifica-se que o arquipélago dos Açores é constituído por uma grande diversidade de situações geográficas, diferenciando-se do conjunto a ilha do Pico por ser a mais montanhosa.

#### Distância interna e face ao exterior

As ilhas distam vários quilómetros uma das outras, definindo um espaço topológico global de grande extensão. Esta superfície é definida pelo conjunto das distâncias inter-ilhas e pela distância em relação ao Continente.

Partindo da estrutura topológica definida anteriormente, podemos proceder a um ensaio de quantificação da insularidade de cada uma das ilhas do arquipélago dos Açores.

Consideremos o grau de insularidade absoluta pela fórmula:

$$I_a = \frac{\text{Log. da distância média às outras ilhas}}{\text{Log. da superfície}} \times \text{Log. da distância ao continente}$$

E o grau de insularidade pela fórmula:

$$I_r = \frac{1}{\text{Log. da superfície}} \times \text{Log. da distância ao continente}$$



Verifica-se assim que as ilhas com maior grau de insularidade são o Corvo, a Graciosa e Santa Maria. (cf. Tabela 2)

Tabela 2 – Grau de Insularidade das Ilhas

| ILHA      | Log. da área | 1/ Log. da área | Log. da dist. Média inter-ilhas | Log. dist. Cont. | $Ia = (\text{Log. da dist. média int. ilhas} / \text{Log. da área}) * \text{Log dist. Cont}$ | $Ir = 1 / \log \text{ área} * \log \text{ dist. continente}$ |
|-----------|--------------|-----------------|---------------------------------|------------------|--|--|
| Corvo     | 1,2          | 0,8             | 2,3                             | 3,3              | 2,4  | 2,8  |
| S. Maria  | 2            | 0,5             | 2,6                             | 3,2              | 1,6  | 1,6  |
| Graciosa  | 1,8          | 0,6             | 2,3                             | 3,2              | 1,9  | 1,8  |
| Faial     | 2,2          | 0,5             | 2,2                             | 3,2              | 1,6  | 1,5  |
| Terceira  | 2,6          | 0,4             | 2,3                             | 3,2              | 1,6  | 1,2  |
| S. Jorge  | 2,4          | 0,4             | 2,2                             | 3,2              | 1,3  | 1,3  |
| Flores    | 2,2          | 0,5             | 2,5                             | 3,3              | 1,2  | 1,5  |
| S. Miguel | 2,9          | 0,3             | 2,5                             | 3,2              | 0,9  | 1,1  |
| Pico      | 2,6          | 0,4             | 2,2                             | 3,2              | 1,3  | 1,2  |

Estando definida a base topológica podemos passar ao segundo nível de análise em profundidade que referi anteriormente. Com efeito, a estrutura ambiental açoriana, para além das propriedades formais da sua estrutura topológica, oferece condições específicas de habitabilidade e assim também condiciona os resultados da acção humana.

Mas esta estrutura objectiva, quantificada, não tem significado se não se procurar estabelecer uma relação entre esta e outras variáveis no domínio da estrutura insular produzida e vivida pelas populações que as habitam.

É este processo de enraizamento contextualizado de uma sociedade pela criação de estruturas espaciais que faz do espaço não apenas uma dimensão analítica mas também um produto social.

#### A diversidade estrutural socio-demográfica

A problemática do *espaço de oportunidade* em meio insular resulta da relação entre a própria dimensão e estrutura socio-demográfica das diferentes ilhas e a sua correlação com estruturas socioeconómicas.

Sem querer desenvolver um modelo determinista na relação entre as variáveis de natureza estrutural, no quadro das diferentes ilhas podemos descobrir as seguintes *regularidades* na relação dimensão espacial e algumas variáveis demográficas:

- Quanto maior a dimensão (habitável) da ilha, maior a densidade populacional

A população açoriana concentra-se nas ilhas de S. Miguel e Terceira e no contexto da relação população/superfície (densidade) existe uma relação entre maior densidade e maior superfície da ilha (excepção para a ilha do Pico).

**Tabela 3** – Densidade Populacional, 1991 e 2005

| Ilhas        | 1991         | 2005         |
|--------------|--------------|--------------|
| S. Maria     | 60.9         | 50,7         |
| S. Miguel    | 168.6        | <b>177,6</b> |
| Terceira     | 138.5        | 138.9        |
| Graciosa     | 84.8         | 79,3         |
| S. Jorge     | 41.6         | 39,1         |
| Pico         | 34.0         | 33,2         |
| Faial        | 86.4         | <b>88,7</b>  |
| Flores       | 30.6         | 28,5         |
| Corvo        | 23.0         | 26,9         |
| <b>Total</b> | <b>101.9</b> | <b>104,3</b> |

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 1991 e 2001

- Quanto maior a dimensão da ilha, maior a diversidade de “habitats”

Em cada ilha a população Açoriana concentra-se em agregados populacionais de pequena dimensão (entre 500 a 4000 habitantes), situados na orla costeira que define o próprio limite das ilhas. Tal facto mostra bem que a superfície não influi somente sobre a densidade mas tem um efeito sobre a estrutura do habitat.

Tabela 4 – Lugares censitários por município, segundo os escalões de dimensão populacional, 2001

| Isolados     |                     | Escalões de dimensão populacional |                     |                  |                     |                              |                     |                    |                     |                     |                     |       |                     |
|--------------|---------------------|-----------------------------------|---------------------|------------------|---------------------|------------------------------|---------------------|--------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-------|---------------------|
|              |                     | até 1 999 habitantes              |                     |                  |                     | com 2 000 ou mais habitantes |                     |                    |                     |                     |                     |       |                     |
|              |                     | Total                             |                     | de 2 000 a 4 999 |                     | de 5 000 a 9 999             |                     | de 10 000 a 99 999 |                     | com 100 000 ou mais |                     |       |                     |
|              | População residente | Total                             | População residente | Total            | População residente | Total                        | População residente | Total              | População residente | Total               | População residente | Total | População residente |
| R. A. Açores | 2713                | 414                               | 124838              | 24               | 114212              | 18                           | 57462               | 4                  | 26536               | 2                   | 30214               | 0     | //                  |
| Santa Maria  | 29                  | 59                                | 5549                | 0                | //                  | 0                            | //                  | 0                  | //                  | 0                   | //                  | 0     | //                  |
| São Miguel   | 867                 | 69                                | 41779               | 18               | 88963               | 13                           | 42434               | 4                  | 26536               | 1                   | 19993               | 0     | //                  |
| Terceira     | 1055                | 60                                | 33988               | 5                | 20790               | 4                            | 10569               | 0                  | //                  | 1                   | 10221               | 0     | //                  |
| Graciosa     | 51                  | 27                                | 4729                | 0                | //                  | 0                            | //                  | 0                  | //                  | 0                   | //                  | 0     | //                  |
| São Jorge    | 167                 | 58                                | 9507                | 0                | //                  | 0                            | //                  | 0                  | //                  | 0                   | //                  | 0     | //                  |
| Pico         | 170                 | 70                                | 14636               | 0                | //                  | 0                            | //                  | 0                  | //                  | 0                   | //                  | 0     | //                  |
| Faial        | 306                 | 52                                | 10298               | 1                | 4459                | 1                            | 4459                | 0                  | //                  | 0                   | //                  | 0     | //                  |
| Flores       | 68                  | 18                                | 3927                | 0                | //                  | 0                            | //                  | 0                  | //                  | 0                   | //                  | 0     | //                  |
| Corvo        | 0                   | 1                                 | 425                 | 0                | //                  | 0                            | //                  | 0                  | //                  | 0                   | //                  | 0     | //                  |

Fonte: INE, Recenseamento da População 2001

- Quanto maior a dimensão da ilha, menor o impacto dos fenómenos emigratórios na estrutura demográfica

A evolução e a alteração da estrutura populacional das diferentes ilhas são influenciadas pela relação entre a taxa de crescimento natural e a emigração. Porém, de novo, podemos considerar que nas ilhas de menor dimensão populacional o impacto na estrutura demográfica do fenómeno emigratório acentua-se sem que isto signifique que em volume global não seja nas ilhas mais densamente povoadas que a expressão do fenómeno seja de maior amplitude global. O impacto do fenómeno emigratório torna-se bem visível se atendermos aos índices resumo: Índice de envelhecimento (IE, cf. Tabela 5) e Rácios de Dependência (RDJ, RDV e RDT, cf. Tabelas 6 a 8).

**Tabela 5** – Índice de Envelhecimento

| Índice de Envelhecimento |                          | Anos  |       |       |       |
|--------------------------|--------------------------|-------|-------|-------|-------|
| Ilha                     | Concelho                 | 1995  |       | 2005  |       |
|                          |                          | H     | M     | H     | M     |
| Ilha de Santa Maria      | Vila do Porto            | 38,4  | 60,0  | 51,6  | 82,8  |
| Ilha de São Miguel       | Lagoa                    | 27,8  | 41,5  | 32,8  | 48,4  |
|                          | Nordeste                 | 72,0  | 104,2 | 71,8  | 118,7 |
|                          | Ponta Delgada            | 31,1  | 49,2  | 35,1  | 62,6  |
|                          | Povoação                 | 50,8  | 72,8  | 57,0  | 82,9  |
|                          | Ribeira Grande           | 24,9  | 38,2  | 25,9  | 42,9  |
|                          | Vila Franca do Campo     | 31,1  | 49,2  | 39,3  | 61,5  |
| Ilha Terceira            | Angra do Heroísmo        | 48,8  | 76,2  | 60,4  | 93,5  |
|                          | Vila da Praia da Vitória | 47,7  | 63,3  | 57,2  | 84,5  |
| Ilha da Graciosa         | Santa Cruz da Graciosa   | 85,8  | 134,2 | 102,6 | 161,4 |
| Ilha de São Jorge        | Calheta                  | 77,6  | 76,7  | 114,9 | 133,7 |
|                          | Velas                    | 63,4  | 98,5  | 87,1  | 127,8 |
| Ilha do Pico             | Lajes do Pico            | 110,8 | 134,3 | 124,3 | 161,8 |
|                          | Madalena                 | 95,5  | 115,8 | 112,7 | 154,2 |
|                          | São Roque do Pico        | 88,9  | 121,6 | 110,1 | 161,4 |
| Ilha do Faial            | Horta                    | 61,1  | 95,3  | 68,0  | 108,3 |
| Ilha das Flores          | Lajes das Flores         | 84,9  | 130,8 | 95,7  | 192,1 |
|                          | Santa Cruz das Flores    | 77,1  | 97,0  | 104,9 | 119,2 |
| Ilha do Corvo            | Corvo                    | 178,3 | 216,0 | 179,2 | 204,8 |

Fonte: SREA, Tabela elaborada in [http://estatistica.azores.gov.pt/conteudos/Relatorios/lista\\_relatorios.aspx?idc=29&idsc=1140&lang\\_id=1](http://estatistica.azores.gov.pt/conteudos/Relatorios/lista_relatorios.aspx?idc=29&idsc=1140&lang_id=1) consultado a 25 Abril de 2008

De facto, nos concelhos mais periféricos das ilhas com maior dimensão o índice de envelhecimento é maior, o que pressupõe uma “lógica” comum definida em contextos similares.

O mesmo se constata quando se analisa o índice de dependência dos jovens, o índice de dependência dos idosos e o índice de dependência total. (cf. Tabelas 6, 7 e 8).

**Tabela 6** – Índice de Dependência dos Jovens

| Índice de Dependência dos Jovens |                          | Anos |      |      |      |
|----------------------------------|--------------------------|------|------|------|------|
|                                  |                          | 1995 |      | 2005 |      |
|                                  |                          | H    | M    | H    | M    |
| Ilha de Santa Maria              | Vila do Porto            | 37,4 | 35,0 | 27,4 | 25,9 |
| Ilha de São Miguel               | Lagoa                    | 44,7 | 41,2 | 33,1 | 33,1 |
|                                  | Nordeste                 | 32,9 | 31,5 | 28,8 | 27,2 |
|                                  | Ponta Delgada            | 39,8 | 37,6 | 31,1 | 28,9 |
|                                  | Povoação                 | 36,9 | 36,8 | 28,6 | 29,5 |
|                                  | Ribeira Grande           | 52,1 | 50,1 | 39,1 | 37,9 |
|                                  | Vila Franca do Campo     | 42,8 | 41,2 | 32,5 | 31,9 |
| Ilha Terceira                    | Angra do Heroísmo        | 34,7 | 34,1 | 26,4 | 26,4 |
|                                  | Vila da Praia da Vitória | 35,5 | 33,5 | 27,2 | 26,2 |
| Ilha da Graciosa                 | Santa Cruz da Graciosa   | 32,1 | 29,9 | 24,9 | 23,1 |
| Ilha de São Jorge                | Calheta                  | 31,5 | 34,4 | 22,8 | 21,3 |
|                                  | Velas                    | 32,3 | 29,6 | 24,4 | 23,0 |
| Ilha do Pico                     | Lajes do Pico            | 26,3 | 25,3 | 20,8 | 21,2 |
|                                  | Madalena                 | 28,4 | 29,1 | 21,4 | 22,3 |
|                                  | São Roque do Pico        | 34,5 | 29,3 | 20,2 | 20,9 |
| Ilha do Faial                    | Horta                    | 30,9 | 30,4 | 24,9 | 24,0 |
| Ilha das Flores                  | Lajes das Flores         | 26,3 | 27,6 | 22,2 | 18,4 |
|                                  | Santa Cruz das Flores    | 33,0 | 34,1 | 20,8 | 23,7 |
| Ilha do Corvo                    | Corvo                    | 17,6 | 21,4 | 13,0 | 14,4 |

Fonte: SREA, Tabela elaborada in [http://estatistica.azores.gov.pt/conteudos/Relatorios/lista\\_relatorios.aspx?idc=29&idsc=1140&lang\\_id=1](http://estatistica.azores.gov.pt/conteudos/Relatorios/lista_relatorios.aspx?idc=29&idsc=1140&lang_id=1) consultado a 25 de Abril de 2008

Tabela 7 – Índice de Dependência dos Idosos

| Índice de Dependência dos Idosos |                          | Anos |      |      |      |
|----------------------------------|--------------------------|------|------|------|------|
|                                  |                          | 1995 |      | 2005 |      |
|                                  |                          | H    | M    | H    | M    |
| Ilha de Santa Maria              | Vila do Porto            | 14,3 | 21,0 | 14,1 | 21,4 |
| Ilha de São Miguel               | Lagoa                    | 12,4 | 17,1 | 10,9 | 16,0 |
|                                  | Nordeste                 | 23,7 | 32,8 | 20,7 | 32,3 |
|                                  | Ponta Delgada            | 12,4 | 18,5 | 10,9 | 18,1 |
|                                  | Povoação                 | 18,8 | 26,8 | 16,3 | 24,4 |
|                                  | Ribeira Grande           | 13,0 | 19,2 | 10,1 | 16,3 |
|                                  | Vila Franca do Campo     | 13,3 | 20,3 | 12,8 | 19,6 |
| Ilha Terceira                    | Angra do Heroísmo        | 16,9 | 26,0 | 15,9 | 24,7 |
|                                  | Vila da Praia da Vitória | 17,0 | 21,2 | 15,6 | 22,1 |
| Ilha da Graciosa                 | Santa Cruz da Graciosa   | 27,5 | 40,1 | 25,5 | 37,2 |
| Ilha de São Jorge                | Calheta                  | 24,5 | 26,4 | 26,2 | 28,4 |
|                                  | Velas                    | 20,5 | 29,2 | 21,3 | 29,3 |
| Ilha do Pico                     | Lajes do Pico            | 29,1 | 34,0 | 25,9 | 34,4 |
|                                  | Madalena                 | 27,1 | 33,6 | 24,1 | 34,3 |
|                                  | São Roque do Pico        | 30,7 | 35,6 | 22,2 | 33,7 |
| Ilha do Faial                    | Horta                    | 18,9 | 29,0 | 16,9 | 26,0 |
| Ilha das Flores                  | Lajes das Flores         | 22,3 | 36,1 | 21,3 | 35,3 |
|                                  | Santa Cruz das Flores    | 25,4 | 33,1 | 21,9 | 28,2 |
| Ilha do Corvo                    | Corvo                    | 31,3 | 46,2 | 23,4 | 29,5 |

Fonte: SREA, Tabela elaborada in [http://estatistica.azores.gov.pt/conteudos/Relatorios/lista\\_relatorios.aspx?idc=29&idsc=1140&lang\\_id=1](http://estatistica.azores.gov.pt/conteudos/Relatorios/lista_relatorios.aspx?idc=29&idsc=1140&lang_id=1) consultado a 25 de Abril de 2008

Tabela 8 – Índice de Dependência Total

| Índice de Dependência Total |                          | Anos |      |      |      |
|-----------------------------|--------------------------|------|------|------|------|
|                             |                          | 1995 |      | 2005 |      |
|                             |                          | H    | M    | H    | M    |
| Ilha de Santa Maria         | Vila do Porto            | 51,8 | 56,0 | 41,5 | 47,3 |
| Ilha de São Miguel          | Lagoa                    | 57,1 | 58,4 | 44,0 | 49,2 |
|                             | Nordeste                 | 56,6 | 64,2 | 49,5 | 59,6 |
|                             | Ponta Delgada            | 52,2 | 56,1 | 42,1 | 47,1 |
|                             | Povoação                 | 55,7 | 63,6 | 44,9 | 53,9 |
|                             | Ribeira Grande           | 65,1 | 69,3 | 49,3 | 54,1 |
|                             | Vila Franca do Campo     | 56,0 | 61,5 | 45,3 | 51,5 |
| Ilha Terceira               | Angra do Heroísmo        | 51,6 | 60,0 | 42,3 | 51,0 |
|                             | Vila da Praia da Vitória | 52,5 | 54,8 | 42,8 | 48,3 |
| Ilha da Graciosa            | Santa Cruz da Graciosa   | 59,6 | 70,0 | 50,4 | 60,3 |
| Ilha de São Jorge           | Calheta                  | 56,0 | 60,8 | 49,1 | 49,7 |
|                             | Velas                    | 52,8 | 58,8 | 45,8 | 52,3 |
| Ilha do Pico                | Lajes do Pico            | 55,4 | 59,3 | 46,7 | 55,6 |
|                             | Madalena                 | 55,4 | 62,7 | 45,5 | 56,6 |
|                             | São Roque do Pico        | 65,2 | 64,9 | 42,4 | 54,6 |
| Ilha do Faial               | Horta                    | 49,9 | 59,3 | 41,9 | 49,9 |
| Ilha das Flores             | Lajes das Flores         | 48,7 | 63,7 | 43,5 | 53,7 |
|                             | Santa Cruz das Flores    | 58,4 | 67,2 | 42,7 | 51,9 |
| Ilha do Corvo               | Corvo                    | 48,9 | 67,5 | 36,4 | 43,8 |

Fonte SREA, Tabela elaborada in [http://estatistica.azores.gov.pt/conteudos/Relatorios/lista\\_relatorios.aspx?idc=29&idsc=1140&lang\\_id=1](http://estatistica.azores.gov.pt/conteudos/Relatorios/lista_relatorios.aspx?idc=29&idsc=1140&lang_id=1) consulta em 25 de Abril de 2008

- Quanto mais densamente povoada é a ilha, maior o espaço familiar  
De facto, a dimensão média familiar é mais elevada nas ilhas mais densamente povoadas, o que, apesar da diversidade interna ser maior, se repercute entre, outros factores, na maior sobrelotação do parque habitacional.
- Quanto mais densamente povoada é a ilha, maior pressão sobre as condições sociais da habitação

Assim, o rácio população/alojamento é mais elevado na Terceira e em São Miguel (3,3 e 2,8, respectivamente) e mais reduzido em ilhas de menor

dimensão, como São Jorge ou Graciosa (2,2 e 1,9 respectivamente) (Rocha e Medeiros, 1994: 28).

Em resumo, na relação espacial verificamos nas ilhas de maior dimensão uma densidade mais elevada, tanto nos espaços familiares, como uma maior variedade de tipos de habitat. Ora estes dois factores influenciam, em certa medida, a estrutura socioeconómica.

Neste quadro, é necessário introduzir a diversidade manifesta no conjunto dos indicadores sócio-demográficos, cuja lógica necessita de uma abordagem de carácter micro-sociológico.

### Estruturas socioeconómicas

A estrutura sócio-económica dos Açores é diversa, sendo o grau de diversidade interna de cada ilha proporcional à densidade que, como vimos, se encontra associada a um “potencial” populacional maior nas ilhas de maior dimensão.

Assim, podemos constatar as seguintes regularidades:

- A taxa de actividade é mais elevada nas ilhas mais pequenas ou mais envelhecidas.
- A taxa de participação feminina é mais acentuada nas ilhas de maior dimensão ou mais densamente povoadas.
- A terciarização da economia é mais acentuada nas ilhas mais densamente povoadas ou de maior dimensão.
- As empresas concentram-se nas ilhas mais densamente povoadas ou de maior dimensão: São Miguel possui 53,7 % e a Terceira 22,5% das empresas da Região Autónoma.
- As estruturas empresariais de maior dimensão encontram-se nas ilhas mais densamente povoadas ou de maior dimensão <sup>3</sup>.
- O número de pessoas ao serviço nas empresas manifesta uma concentração mais do que proporcional nas ilhas de maior dimensão e mais densamente povoadas <sup>4</sup>.
- As empresas de maior dimensão situam-se nas actividades financeiras, indústria transformadora, electricidade, e as de menor dimensão na agricultura, no comércio e nos serviços colectivos <sup>5</sup>.

---

3 O.E.F.P dos Açores. Estrutura Empresarial, 1997.

4 O.E.F.P dos Açores. Estrutura Empresarial, 1997.

5 O.E.F.P dos Açores. Estrutura Empresarial, 1997.



## Habilitações literárias e qualificações

De uma forma geral os trabalhadores por conta de outrem (TCO) têm como habilitações literárias dominantes o 1º ciclo do ensino básico; porém, a percentagem relativa mais elevada, verifica-se na agricultura, nas pescas, e na indústria extractiva e na construção<sup>6</sup>.

As qualificações mais elevadas encontram-se nas actividades económicas situadas nas ilhas mais densamente povoadas, designadamente o sector da electricidade e o dos serviços financeiros<sup>7</sup>.

Embora os níveis gerais de qualificação profissional ainda sejam baixos, verificamos que nas actividades económicas ligadas à electricidade, gás e água e aos serviços financeiros onde o nível de qualificação da mão-de-obra é mais elevado. É marcante a sua diferenciação em relação a actividades “menos qualificadas” como a agricultura, as pescas, e as actividades imobiliárias.

Esta segmentação verificada nos TCO é congruente com o nível de habilitações literárias anteriormente analisadas.

Assim, no que concerne à distribuição espacial das actividades económicas verifica-se que:

- As actividades económicas com estruturas empresariais de maior dimensão situam-se nas ilhas mais densamente povoadas e possuem os níveis de qualificação mais elevados.
- As ilhas de maior dimensão produzem uma segmentação por actividade mais visível, o que nos conduz a afirmar que existe uma maior *diversidade económica*.

## Remuneração e dimensão empresarial

Nas ilhas mais densamente povoadas observamos uma maior “diversidade económica”. Nestas ilhas estão sediadas as empresas de maior dimensão e onde as remunerações médias mensais são mais elevadas.

Existe, porém, uma grande diversidade no que concerne às empresas de dimensão intermédia, onde a diferenciação salarial é mais acentuada segundo o tipo de actividade.

Se analisarmos mais em detalhe as remunerações médias observamos que:

- nas actividades financeiras, electricidade, gás, água, transportes e comunicações, a remuneração média é mais elevada, o que, face à

---

6 O.E.F.P dos Açores. Quadros de Pessoal, 1997.

7 O.E.F.P dos Açores. Quadros de Pessoal, 1997.

dimensão empresarial nestas actividades, explica o comportamento global destas duas variáveis.

- na pesca, ao invés, a remuneração média mais elevada é conseguida em empresas de pequena dimensão.

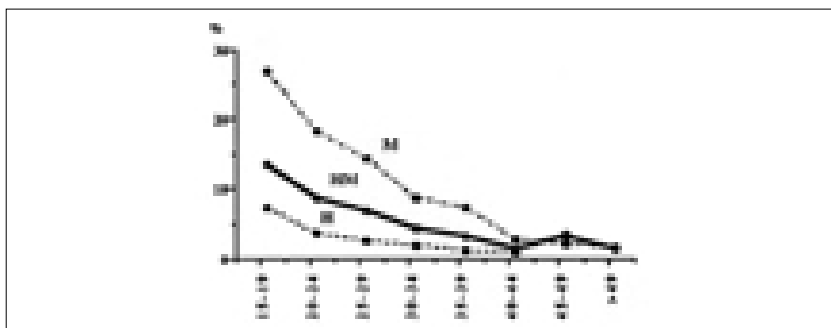
### Desemprego e dimensão insular

Ao analisarmos a capacidade de criação de emprego, nas diferentes ilhas, verificamos o seguinte:

As ilhas mais densamente povoadas, possuindo estruturas económicas mais diversas, têm uma maior capacidade de gerar emprego. Todavia, é também nestas ilhas, designadamente em São Miguel, que o fenómeno do desemprego (em volume) é o mais significativo da Região Autónoma.

- As ilhas mais pequenas, com soluções económicas mais homogéneas (agricultura/serviços), possuem uma menor capacidade de gerar emprego. Porém, se as taxas de desemprego são menores (em média), é também nestas ilhas que a amplitude de variação é mais elevada<sup>8</sup>.
- A variabilidade do desemprego nas ilhas com menos população está directamente ligada ao tipo de relação existente entre as “estruturas demográficas” e as estruturas económicas segundo a dimensão das ilhas. Estas afectam diferencialmente as várias estruturas etárias e a população segundo o sexo. O desemprego concentra-se, assim, com maior amplitude nos jovens e nas mulheres, ou seja, nos tipos de população que se encontram em fase de “entrada” no mundo do trabalho<sup>9</sup>.

Fig. 1 – Taxa de Desemprego, por faixas etárias, segundo o sexo



Fonte: Rocha e Medeiros, 1995

8 Gilberto Rocha e Octávio Medeiros, *Diagnóstico sócio-económico da Região Autónoma dos Açores*. Ponta Delgada, 1994 (policopiado), p.28

9 Gilberto Rocha e Octávio Medeiros, *Juventude Açoriana. Caracterização, Valores e Aspirações*. Ponta Delgada, Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos, 1995.

- O desemprego afecta sobretudo as mulheres jovens em todas as ilhas onde a percentagem de população activa no sector primário é mais elevada<sup>10</sup>.
- A situação de desemprego é sobretudo caracterizada por jovens masculinos que já trabalharam e por jovens femininos em busca de 1º emprego. A duração do desemprego é, predominantemente, inferior a 6 meses<sup>11</sup>.

Assim, em conclusão, podemos inferir que:

- o “espaço de oportunidade” pode ser definido como *a probabilidade de encontrar uma solução para uma problemática socialmente identificada num determinado contexto*.
- Esta probabilidade está correlacionada com a “diversidade de opções” nos contextos existentes no meio insular.
- A “diversidade de opções” está correlacionada com a insularidade, definida como uma limitação à diversidade social e económica, como se pode verificar pela relação existente entre as variáveis densidade populacional, dimensão empresarial, níveis de qualificação e diversidade de actividades económicas<sup>12</sup>.

## Emigração /Imigração

O modelo de emigração (1960/1981) caracteriza-se pelo facto de nas ilhas mais pequenas a intensidade e a variabilidade do fenómeno serem muito acentuadas enquanto nas ilhas maiores esta variabilidade ser menor mantendo-se todavia uma permanente intensidade do fenómeno.

Ao considerarmos como indicador o n.º de emigrantes/superfície das diferentes ilhas, verificamos que é nas ilhas maiores e mais densamente povoadas que há as taxas mais elevadas de emigração (1974-2004). A imigração, embora se concentre nas ilhas mais densamente povoadas, tem um forte impacto nas mais pequenas.

## Contextos insulares e migrações

O modelo de análise da mobilidade social e geográfica, agora proposto, permite analisar as dinâmicas internas (mobilidade social e geográfica) e as

<sup>10</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>11</sup> Gilberto Rocha e Octávio Medeiros, *Diagnóstico sócio-económico [...]*.

<sup>12</sup> Não confundir com o conceito do INE de “índice de diversificação social” (cf. Censos 2001).

dinâmicas de relação com o exterior (emigração/imigração) a partir de uma importante dimensão: a definição do contexto pertinente para os actores sociais no quadro do sistema social.

### Os contextos pertinentes e contextualização

Ao adoptar uma abordagem sistémica qualitativa numa perspectiva comunicacional<sup>13</sup> consideramos a “insularidade” no contexto do sistema englobante da acção concreta dos diferentes actores sociais.

Com efeito, não estamos a afirmar um determinismo mas a “construir” a situação numa perspectiva ideal-típica e a procurar, nos diferentes níveis de análise, a pertinência que permite compreender a “lógica” inerente à mobilidade em contextos insulares.

Não se trata de romper com as “macro-variáveis” de explicação global mas de “situar” os contextos da “decisão” num determinado contexto sócio-cultural. Ora, não é irrelevante situarmos num contexto de freguesia, concelho ou ilha, como também não é indiferente a perspectiva analítica. Assim, retomando os elementos do sistema analítico que adoptamos, iremos reter a relação que procuramos estabelecer entre *espaço de oportunidade* e a *insularidade*.

### O sistema englobante

A relação entre espaço de oportunidade e insularidade encontra a sua significação nos diferentes espaços insulares (ilhas). No quadro do arquipélago dos Açores esta situação pode ser caracterizada pela dinâmica dos processos emigratórios por ilha, ao longo do último século, tendo em conta dentro do quadro de cada ilha as freguesias e os contextos migratórios. Tendo por base um estudo realizado há já alguns anos na freguesia da Ribeira Quente, explicitemos o quadro teórico e metodológico desta abordagem sistémica.

Fig. 2 – 1º Enquadramento

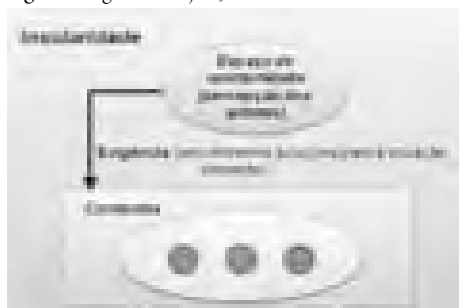


13 Mucchielli, Alex. *Approche par la modélisation des relations*. Paris, A. Colin, 2004

## Os contextos específicos

A relação dos indivíduos no quadro de um contexto específico pode ser vivida como *problemática*. As relações com os grupos, família, emprego, etc. vão constituir neste contexto “um problema” que exige solução. Na freguesia da Ribeira Quente, os baixos rendimentos da pesca, a dificuldade de acesso a bens

Fig. 3 – Exigência e Injunção



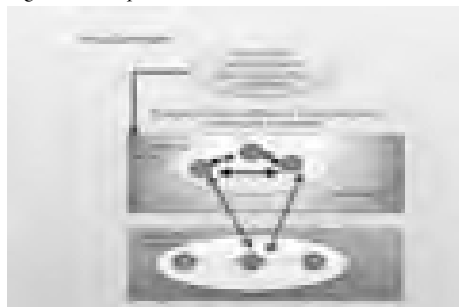
de consumo e aos serviços eram permanentemente enfatizados como “problemas” sem solução na freguesia.

A “solução” para estes problemas funciona como *imperativa* e neste contexto não podemos falar de simples motivações psicológicas. Os actores agem num quadro de um sistema onde as comuni-

cações entre eles são significativas. Com efeito, a estratégia dos actores neste contexto concentra-se na problemática vivida na busca de uma “saída” para a situação na qual se sentem *prisioneiros*.

Ora, neste sistema, a “mobilidade espacial” percebida constitui, no campo das representações sociais, uma “solução”. Esta solução insere-se na

Fig. 4 – 2º Enquadramento



história da emigração local, que produz um novo quadro de análise. De facto, quem emigrou entra no espaço relacional da própria freguesia através de um sistema de relações e de comunicações.

Esta relação, mediada através de um sistema de relações “inter-contextualizado”, dá um novo significado ao processo e à

lógica migratória. A articulação destes dois contextos interfere na pertinência do primeiro contexto (enquadramento). Temos de alargar o quadro relacional para melhor compreender a lógica dos actores. Foi isso o que fizemos. A escolha dos materiais (cartas, fotografias, visitas e diálogos com os emigrantes) mostra à saciedade os elementos nos quais assentam as comunicações “típicas” (o trabalho, o acesso a bens de consumo, a escolaridade dos filhos, etc.).

Na freguesia da Ribeira Quente, esta lógica comunicacional estrutura-se em dois pólos: um de sentido “desvalorizador” do espaço local (ênfase às

barreiras locais), e um de idealização do espaço de possível emigração (ênfase nos aspectos positivos de viver fora do contexto da freguesia).

(Aproveitamos para enfatizar a importância do estudo deste “interface” comunicacional numa pesquisa mais alargada que deve necessariamente incluir os meios de comunicação da “diáspora”. Com efeito, temos a impressão de que as lógicas de comunicação hoje se “diversificaram” tanto no contexto das relações interpessoais como no quadro da mediação intergrupar e na comunicação de massas. Contudo, esta análise permitiria melhor situar a problemática actual das migrações.)

Chamamos, então, *eutópica* à lógica das comunicações no contexto deste sistema de relações (freguesia / comunidades emigradas), dada a sua recorrência nas comunicações. Não podemos porém cair no simplismo de considerar que “todas” as comunicações, em todos os contextos, seguem esta lógica. Com efeito, a desvalorização do espaço local surge em contextos específicos de relação, ou seja, quando se equaciona e questiona a possibilidade de emigrar. Noutros quadros e contextos, a valorização dos aspectos positivos do “local” surge e não parece contraditória com a lógica anteriormente enunciada.

### Regularidades e recorrências

Quando adoptamos esta perspectiva comunicacional do processo emigratório no contexto da freguesia da Ribeira Quente verificamos um importante conjunto de discursos recorrentes dos diferentes actores. Num contexto mais alargado, esta mesma lógica manifesta-se no discurso político autárquico e regional.

Com efeito, a acentuação dos elementos constitutivos da “vivência” insular é significativa na lógica comportamental dos agentes económicos e sociais. Esta linguagem/ discurso sobre a realidade é, também ela, construtora de uma realidade. A sua recorrência mostra o “problema” e este socialmente é vivido e formador de significados culturais.

Sem ainda entrar numa lógica recorrente de interacção de actores sociais (jogo), a compreensão do “discurso” sobre a realidade exige alargar, nesta fase, o quadro de observação.

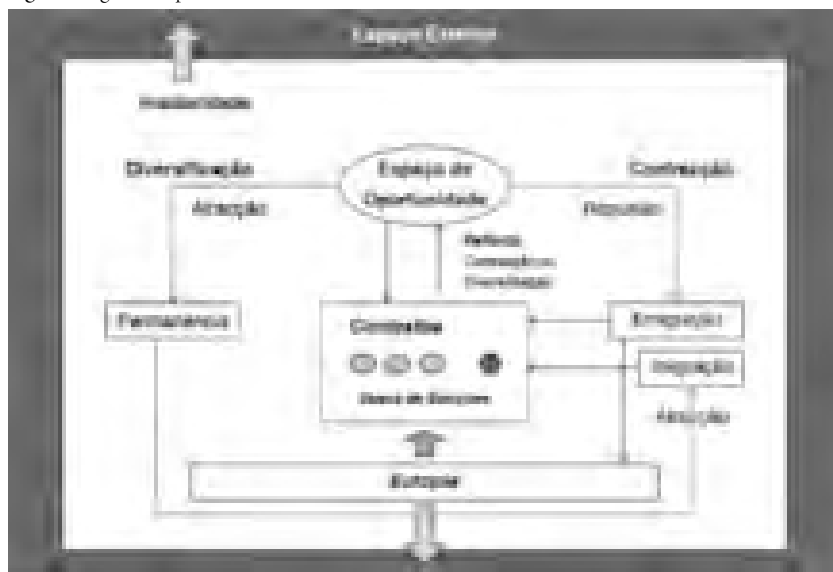
### A lógica da mobilidade e sentido global do sistema

A lógica da mobilidade global do sistema pode ser inferida a partir de um modelo composto que procura definir os elementos fundamentais que estão na base dos processos de mobilidade.

Podemos iniciar a explicitação do modelo na relação com o espaço exterior onde está implícita a *lógica eutópica*. Com efeito, a relação com os espaços exteriores é função do “contexto” e este é-o do espaço de oportunidade percebido.

A relação entre espaço de oportunidade e contextos encontra-se, assim, no cerne do sistema. A “contração” ou “diversificação” das oportunidades é neste modelo essencial para a compreensão das dinâmicas de atracção ou de repulsão. Esta última leva à emigração ou, por via da “solução da problemática”, à permanência. Em última análise, está na base da “mensagem” para o exterior da atractividade do espaço que se materializa na recepção de imigrantes em busca de um novo contexto para “solução” das problemáticas por eles socialmente vividas.

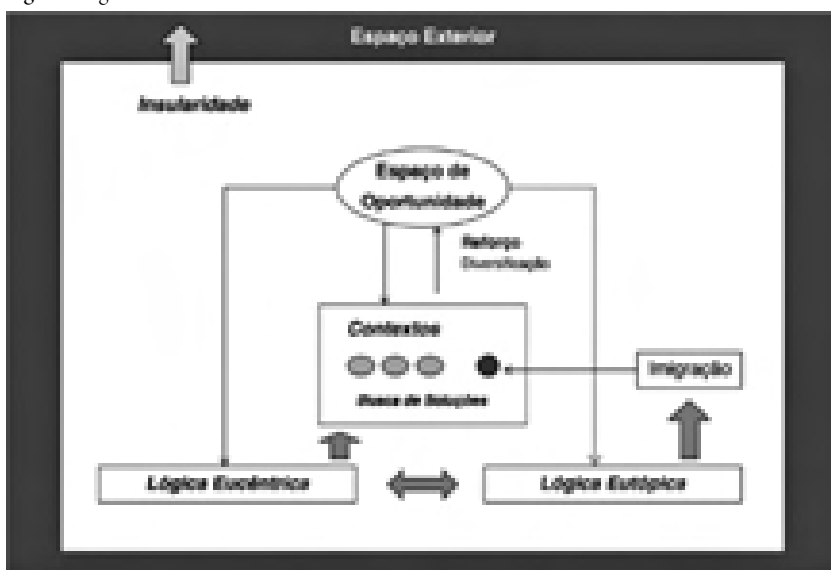
Fig. 5 – Lógica Eutópica



A formulação do discurso político é paradigmática desta realidade construída pelos diferentes actores. A afirmação a “América é agora aqui” irrompe na política quando o processo emigratório se torna residual. A lógica eutópica tende a reverter numa lógica “eucêntrica”, num modelo diferenciado de sentido e significado cultural.

De facto, o que denominamos de lógica eucêntrica (valorização do espaço local como espaço de solução das problemáticas vividas) reforça-se com a “presença” de população imigrada. A problemática identitária assim iniciada relança o sistema para novas contextualizações de sentido.

Fig. 6 – Lógica Eucêntrica



## Conclusão

O modelo agora apresentado carece de uma maior confirmação empírica. De facto, a abordagem comunicacional das migrações é uma área que necessita de uma lógica integrada de análise para afirmar os seus “princípios” no quadro da sistémica qualitativa.

Contudo, em termos provisórios podemos afirmar que existe uma clara influência da percepção do espaço insular no “discurso” dos agentes sociais. A afirmação do conceito de “ultraperiferia” no contexto europeu é disso uma prova. A consciência das limitações e constrições da insularidade manifesta-se, de forma mais do que evidente, no texto do próprio Tratado da União Europeia.

No quadro do arquipélago, a consciência das disparidades intra-regionais leva os responsáveis à elaboração de programáticas ligadas à coesão regional e a um discurso tendencialmente uniforme, como se o “contexto” formatasse as opções discursivas sobre o próprio território. Também no próprio contexto de ilha o “discurso” autárquico dos concelhos mais periféricos reforça a ideia de uma “problemática” espacial traduzida num conjunto de significados cuja pertinência é diferencial nos diferentes contextos da sua formulação.

Em última análise encontramos a problemática da identidade subjacente às lógicas e discursos sobre o território. Os elementos de significação ganham, assim, nos “contextos” sociais a sua pertinência, o que nem sempre é, de imediato, reconhecido pelos investigadores.




Com este contributo procuramos abrir uma perspectiva diferente de análise dos movimentos migratórios com especial ênfase na problemática emigratória. Todavia, o mesmo modelo pode ser aplicado aos contextos da imigração (dimensões cognitivas, afectivas, e racionais de escolha do espaço de imigração), cujo impacto parece, neste quadro, ser muito mais intenso nos espaços mais “contraídos”, ou seja, nas ilhas de pequena dimensão.

Esta será certamente uma temática a abordar em próximas pesquisas, que, tendo por base este modelo, permitam “ler” e compreender a inserção dos imigrantes neste espaço. Numa primeira análise tal facto parece reforçar o sentido de “permanência” e as lógicas identitárias “eucêntricas”, mas isso ficará para um outro estudo...

## Referências Bibliográficas

- Alland, Alexander (1982), *O imperativo humano*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Bernardi, G. (1961), “Biogéographie e spéciation des lépidoptères rhopalocères des îles Méditerranéennes”, in *Actes du colloque international Le peuplement des îles méditerranéennes et le problème de l'insularité*. Bayuls-sur-mer, 21-27 de Septembre 1959, Editions du CNRS.
- Febvre, Lucien (1970), *La terre et l'évolution de l'homme*. Paris: Albin Michel.
- Fischer, Gustave-Nicolas (1994), *A psicologia social do ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Hall, Edward T (1983), *Au-delà de la culture*. Paris: Seuil.
- Lalanda-Gonçalves, Rolando (1987), “Contextos de enraizamento e processos de identificação colectiva”, in *Arquipélago*. Revista da Universidade dos Açores, Série Ciências Sociais nº 2, 131-165.
- Lalanda-Gonçalves, Rolando (1986), “Eutopia e emigração. Abordagem micro-sociológica na freguesia da Ribeira Quente, S. Miguel”, in *Arquipélago*. Revista da Universidade dos Açores, Série Ciências Sociais, Vol. VIII nº 1, 107-132.
- Lalanda-Gonçalves, Rolando (1984), *Eutopie, insularité et migrations. Contribution à l'analyse des processus socioculturels dans un environnement insulaire*. Thèse de Doctorat de 3ème Cycle, Montpellier: Université Paul Valéry. (policopiado).
- Moles, Abraham (1982), *Les labyrinthes du vécu. L'espace matière d'actions*. Paris : Méridiens.
- Moles, Abraham & Rohmer, Elisabeth (1972), *Psychologie de l'espace*. Paris: Seuil.
- Mucchielli, Alex (2004), *Approche par la modélisation des relations*. Paris: A. Colin.
- Observatório do Emprego e da Formação Profissional dos Açores (1997), *Estrutura Empresarial 1997*. Ponta Delgada: Secretaria Regional da Economia.
- Rocha, Gilberta & Medeiros, Octávio (1994) *Diagnóstico socioeconómico da Região Autónoma dos Açores*. Ponta Delgada (policopiado).
- Rocha, Gilberta & Medeiros, Octávio (1995) *Juventude Açoriana. Caracterização, Valores e Aspirações*. Ponta Delgada, Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos.



## Perspectivas sobre a emigração açoriana no século XIX

Carlos Cordeiro  
*Universidade dos Açores*

Susana Serpa Silva  
*Universidade dos Açores*

### Motivações e contextos

Imigrante, na sua constituição originária, o povo açoriano cedo se viu impelido a deixar as ilhas, rumando às mais diversas paragens em busca de um futuro que parecia arredado do meio insular. A investigação científica, sobretudo após a criação da Universidade dos Açores, tem vindo a dedicar especial atenção a este “fenómeno” nos seus contornos inter e multidisciplinares, sendo já importante o *corpus* bibliográfico que os seus investigadores foram construindo ao longo destas três décadas de funcionamento do ensino universitário nos Açores. Mas, há que destacar que, mesmo antes da entrada em funcionamento da academia açoriana, diversos intelectuais se interessaram pelo estudo da emigração, publicando trabalhos, por vezes de elevado mérito.

De facto, a própria situação geográfica do arquipélago dos Açores sempre propiciou, desde a época do povoamento, fortes possibilidades de mobilidade populacional, ao facilitar a emigração para outras paragens, incluindo as fugas clandestinas que, pelo seu carácter ilegal e furtivo, são impossíveis de contabilizar e de conhecer com precisão.

A título de exemplo, refira-se que, por meados do século XVIII, cerca de 6.000 açorianos demandaram terras do Brasil incentivados pela política de D. João V – interessado em garantir a ocupação e defesa de algumas regiões meridionais da colónia – e condicionados pela saturação demográfica agravada pelas crises frumentárias e consequente alta de preços<sup>1</sup>. O século XVII,

---

1 Cf. Artur Boavida Madeira, *População e Emigração nos Açores (1766-1820)*, Cascais: Patrimónia Histórica, 1999, pp. 206-213.

praticamente desde o seu início, assistira já a importantes “levas” de casais para paragens brasileiras (em especial, para o Maranhão)<sup>2</sup>. Todavia, foi sobretudo ao longo do século XIX, que este fenómeno, de cariz mais espontâneo e voluntário, conheceu índices mais elevados – comprovados, aliás, pelo maior rigor dos dados estatísticos – inscrevendo-se nas tendências igualmente verificadas no país e na Europa. Cerca de 100.000 pessoas terão abandonado as ilhas dos Açores, com uma média anual inferior a 2.000 indivíduos, entre 1866 e 1880, que ascendeu a cerca de 3.700 entre 1880 e 1890<sup>3</sup>.

O aumento demográfico, as cíclicas crises cerealíferas, os problemas fitossanitários de produtos de exportação, como os citrinos ou o vinho, as limitações do território insular, as catástrofes naturais, entre outras condicionantes estruturais, associadas à divisão da propriedade e à própria arquitectura social, terão sido os principais factores impulsionadores das vagas emigratórias<sup>4</sup>. Como dizia Hintze Ribeiro, na Câmara dos Deputados, em 1880, o incremento da emigração que se verificava nos Açores era “mais consequência da falta de trabalho do que propriamente da ambição de riqueza”<sup>5</sup>. Além disso, muitos jovens procuravam eximir-se ao recrutamento militar<sup>6</sup>. De facto, o governador civil de Ponta Delgada afirmava, em 1859, que, a partir da lei do recrutamento militar de 1855, todos os mancebos que “tocavam” a idade de 18 anos se haviam ausentado para o Brasil, pelo que o distrito não tinha conseguido preencher o contingente que lhe fora destinado. Acrescentava, ainda, que por toda a parte se verificava uma má vontade em todos os que, por diversas circunstâncias, pudessem fugir ao cumprimento da lei do recrutamento<sup>7</sup>. No caso particular

2 Cf. Carlos Cordeiro e Artur Boavida Madeira, “A Emigração Açoriana para o Brasil (1541-1820): uma leitura em torno de interesses e vontades”, in *Arquipélago-História*, 2ª série, vol. VII, 2003, pp. 102-105.

3 Cf. Gilberta Pavão Nunes Rocha, “A Emigração nos Açores nos séculos XIX e XX”, in *Portos, Escalas e Ilhéus no Relacionamento entre o Ocidente e o Oriente. Actas do Congresso Internacional*, Universidade dos Açores/ CNCDP, 1999, 2ª vol., p. 77.

4 Veja-se a importante intervenção do deputado Teófilo Ferreira, na Câmara dos Deputados em 1891. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 2 de Julho de 1891, pp. 25-36.

5 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 8 de Março de 1880, p. 770.

6 Veja-se, por exemplo, Gil Mont'Alverne de Sequeira, “A Emigração dos Açores”, in *Questões Açorianas*, 2ª edição, Ponta Delgada: Jornal de Cultura, 1994 (ed. original: 1894), pp. 89-154; Susana Serpa Silva, “Em Busca de Novos Horizontes. Açores, emigração e aculturação nos finais do séc. XIX, inícios do séc. XX”, in *Arquipélago-História*, 2ª série, vol. VI, 2002, pp. 348-350; Sacuntala de Miranda, *A Emigração Portuguesa e o Atlântico, 1870-1930*, Lisboa: Salamandra, 1999, p. 61 e ss; Carlos Cordeiro, “O fenómeno Emigratório Açoriano: Leituras e Contextos”, in: Maria Manuela Tavares Ribeiro (coord.), *Portugal – Brasil: Uma Visão Interdisciplinar do Século XX. Actas do Colóquio 2 a 5 de Abril de 2003*, Coimbra: Quarteto Editora, 2003, pp.114-115.

7 Cf. Félix Borges de Medeiros, *Relatório do Governo Civil do Distrito de Ponta Delgada*, Ponta Delgada, 1859, p. 14. É bem significativo, a este propósito, um artigo publicado no *Diário dos Açores*, em 1878, sobre o problema da aversão dos açorianos ao recrutamento militar: “compreende-se que a emigração clandestina é originada fatalmente pela satisfação do tributo de sangue e muito especialmente quando obrigam o açoriano a ir pagá-lo fora da sua terra, longe da família por que é deveras extremoso”. *Diário dos Açores*, 27 de Janeiro de 1878. As consequências do recrutamento militar no crescimento do número de emigrantes clandestinos é uma questão recorrente na imprensa e nos relatórios das entidades oficiais: “Já no tempo em que a força pública destas ilhas

da ilha de S. Jorge, o governador civil de Angra do Heroísmo salientava mesmo que, no ano de 1872, só se haviam apresentado três recrutas no concelho das Velas e nenhum no da Calheta, enquanto fora necessário transportar para aquela ilha jornaleiros de S. Miguel para trabalharem nas obras públicas. Daí concluir que “a suma destes factos é que a emigração clandestina se não excedeu a legal, não lhe foi, decerto, muito inferior”<sup>8</sup>. No mesmo sentido iria a intervenção do deputado Teófilo Ferreira na Câmara dos Deputados, ao apontar as três causas fundamentais que justificariam o surto emigratório que se verificava no distrito da Horta:

- 1.<sup>a</sup> A ominosa lei [ ... ] do recrutamento militar e marítimo;
- 2.<sup>a</sup> A míngua de trabalhos públicos em laboração;
- 3.<sup>a</sup> A necessidade de melhoramentos que atraí[ssem] a navegação transatlântica aos portos dos Açores”<sup>9</sup>.

Os Açores, em particular, foram, pois, palco de um elevado êxodo com destino às Américas do Sul e do Norte em detrimento das regiões africanas, pelas quais, aliás, os insulares nunca manifestaram grande interesse. Apesar de ter ascendido à independência, em 1822, o Brasil continuou a atrair inúmeros insulares, quer pelos laços que não deixou de manter com a velha metrópole, quer pela sua política de imigração, que concedia facilidades à entrada de mão-de-obra estrangeira, com vista a suprir as dificuldades resultantes, primeiro, da proibição do tráfico de escravos e depois, da abolição da escravatura, com a “lei áurea” de 1888<sup>10</sup>. Entre 1830 e 1860 a maioria dos emigrantes açorianos dirigiu-se para território brasileiro que ainda na década de 80 absorveu cerca de 85% da emigração portuguesa<sup>11</sup>.

Nas últimas décadas de oitocentos a América do Norte tornar-se-ia no destino preferencial dos açorianos, – começando pelos das ilhas ocidentais – cujo fluxo seria apenas interrompido pela deflagração da I Guerra Mundial<sup>12</sup>. Além

---

andava em contradição daqui para o continente, foi grande auxiliar para a emigração de melhor parte da nossa mocidade trabalhadora o receio da vida das armas. A ter de abandonar a pátria, a mocidade própria para o serviço de fileira prefere fazê-lo sem a subordinação disciplinar e sem esperança alguma no futuro, para outros pontos aonde sejam compensados os seus estímulos para o trabalho. A América do Norte e o Brasil são os eldoradoos que ocorrem logo para a expatriação voluntária”. *O Açoriano Oriental*, nº 1713, 7 de Dezembro de 1867.

8 Francisco d’Albuquerque Mesquita e Castro, *Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sessão ordinária de 1974*, Angra do Heroísmo: Tip. do Governo Civil, 1874, p. 15.

9 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 2 de Julho de 1891, p. 25.

10 Cf. José Guilherme Reis Leite, “Emigração Clandestina dos Açores para o Brasil no século XIX”, in *Revista de Cultura Açoriana*, Ano I, nº 1, 1989, pp. 53 e ss.

11 Veja-se Octávio Ribeiro de Medeiros e Artur Boavida Madeira, *Emigração e regresso no Concelho do Nordeste*, Ponta Delgada: CES, 2004, pp. 22-23 e Pedro Merlim, “Emigração Açoriana para o Brasil”, in *Atlântida. Revista do Instituto de Cultura Açoriana*, Angra do Heroísmo, nº 10, 1966.

12 O deputado madeirense cônego Alfredo César de Oliveira chamava precisamente à atenção para os efeitos nefastos da emigração, em especial, na agricultura. Com efeito, ao apresentar, em 1880, na Câmara dos Deputados, um

de rumarem aos EUA, alguns contingentes partiam para as ilhas de Sandwich ou Havai – muito procuradas na década de 80 devido à carência de braços para as plantações de açúcar<sup>13</sup> – enquanto em anos anteriores se registaram partidas para a inóspita Demerara, assim como para outros pontos da Guiana Inglesa. As embarcações britânicas que demandavam os portos insulares, em especial, os micalenses, facilmente transportavam colonos para essas recônditas paragens e os agentes ou aliciadores não se coíbiam de anunciar na imprensa as vantagens dessa emigração. O destino Demerara, entre os anos 50 e 60, significou uma importante viragem no rumo dos açorianos, dado que as correntes emigratórias inflectiram para terras estranhas sem a tradicional ligação à cultura e à língua portuguesa<sup>14</sup>.

Nos anos 80 e 90 a atracção pelo arquipélago havaiano acentuou-se dado que as condições dos contratos de trabalho melhoraram através, por exemplo, da diminuição dos prazos e do aumento dos salários. A “convenção para regular provisoriamente as relações de amizade e de comércio” entre Portugal e o reino das Ilhas Havaianas, assinada em Lisboa a 5 de Maio de 1882 e ratificada a 13 de Novembro do mesmo ano, estabelecia, no respeitante à emigração:

1. O compromisso de ambos os governos na prestação de auxílio mútuo para obrigar os capitães dos navios que transportassem emigrantes entre os dois países ao cumprimento dos regulamentos em vigor em cada um deles sobre as condições que teriam que ser garantidas a bordo, nomeadamente quanto ao espaço, quantidade e qualidade dos alimentos, medicamentos e outras condições higiénicas e sanitárias.
2. A concessão de facilidades aos representantes diplomáticos ou consulares de cada um dos países para inspecionarem os navios que

---

projecto de lei para a criação de um asilo de infância desvalida na ilha das Flores, afirmava: “Tem tomado ali incremento assustador a emigração para os Estados Unidos da América, a qual tem privado quase completamente a ilha de todos os homens válidos e isso tem produzido perda da agricultura e o não haver nela um único artista filho da localidade. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 18 de Março de 1880, pp. 965-966. Teófilo Ferreira, em intervenção na Câmara dos Deputados, em 1891, destacava que os principais contingentes de emigrantes das ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo se dirigiam, sobretudo, para os Estados Unidos da América. Os açorianos, inicialmente, empregavam-se na pesca da baleia e depois, na exploração das minas auríferas da Califórnia. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 2 de Julho de 1891, p. 25.

13 Cf. Eduardo Mayone Dias “A Presença Portuguesa no Havai”, in *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III série, n.º 87-1.º tomo (1981); Joaquim Palminha Silva, *Portugueses no Havai: Sécs. XIX e XX (da Imigração à Aculturação)*, [s. l.]: Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas, 1996, pp. 20-80; veja-se também, Gabriel de Almeida, *As Ilhas dos Açores*, Lisboa: Viúva Bertrand e Cª-Sucessores Carvalho e Cª, 1889, pp. 60-62.

14 Cf. Susana Serpa Silva, *Violência, Desvio e Exclusão na Sociedade Micaelense Oitocentista (1842-1910)*, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2006, vol. I, (tese policop.), pp. 165-166. Na opinião do governador civil de Ponta Delgada, tratava-se de um destino “mortífero”, que estava causando “grandes males ao distrito”. No seu relatório à Junta Geral de Ponta Delgada, Félix Borges de Medeiros referia-se também às tentativas de aliciamento de açorianos para emigrarem clandestinamente. Cf. Félix Borges de Medeiros, *À Excelentíssima Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada*, Ponta Delgada: Tipografia de Manuel Cardoso d’Albergaria e Vale, 1851, pp. 3-4.

chegassem com emigrantes aos portos do outro país, a fim de verificarem se os respectivos capitães haviam cumprido os regulamentos impostos pelo país de origem.

3. As mesmas facilidades seriam concedidas para a averiguação do cumprimento dos contratos, devendo o país de destino assegurar, no caso de infracção, “toda a protecção das leis e das autoridades locais”<sup>15</sup>.

Ao longo de 1882, o cônsul português em Honolulu enviou várias informações sobre os imigrantes micalenses que chegavam àquelas ilhas, muitas vezes desprovidos de passaporte e em número bem mais avultado do que permitia a lotação dos navios. A mesma autoridade garantia, porém, que as notícias sobre as más condições de trabalho eram falsas e que sendo as passagens bastante dispendiosas acabavam por ser integradas nos contratos de trabalho, por os emigrantes as não poderem pagar<sup>16</sup>. Os contratos por cinco anos começavam, entretanto, a ser contestados. Os imigrantes no Havai procuravam fugir ao cumprimento desta cláusula, chegando mesmo, em conjunto, a tentar ludibriar as autoridades locais, aquando da assinatura formal do contrato. Um deles, porém, disse que em S. Miguel tinham concordado com os cinco anos estipulados, pelo que foi agredido pelos restantes, tendo os agressores sido presos por alguns dias, conforme podemos ler numa carta enviada por um dos participantes no acto<sup>17</sup>.

15 Transc. em Joaquim Palminha Silva, *ob. cit.*, pp. 185-187.

16 Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (B.P.A.R.P.D.) – Fundo do Governo Civil de Ponta Delgada (F.G.C.P.D.) – Livro 118, *Correspondência da 1ª Repartição dirigida ao Ministério do Reino, 1882/1890*, Offícios nº 23, 24 e 47, fls. 1v a 9. Cf. também Susana Serpa Silva, *Violência...*, p. 167. A problemática das condições dos imigrantes portugueses no Havai foi, por diversas vezes, debatida na Câmara dos Deputados. O deputado Visconde da Ribeira Brava referiu-se, na sessão de 21 de Março de 1882, a uma notícia publicada num jornal de São Francisco, Califórnia, sobre a violação dos contratos, considerando que os imigrantes portugueses viviam “debaixo de um completo regime de escravidão”. Em resposta, o ministro dos Negócios Estrangeiros informava que, pelas notícias que o Governo recolhera, reputava as acusações de exageradas. Ainda assim, como existiam queixas contra o cônsul português naquelas paragens, o mesmo fora demitido. Cf. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 21 de Março de 1882, pp. 839-840. Convém aqui destacar o relatório do cônsul português no Havai sobre a situação dos emigrantes portugueses em 1881. Segundo o relatório, os portugueses (813 açorianos, 440 madeirenses e 120 cabo-verdianos) ocupavam-se “em todos os misteres: lavradores, negociantes, oficiais de ofícios, jornaleiros e criados”. E, continuando, informava: “Entre os lavradores portugueses há muitos criadores de gado que possuem rebanhos de 300 a 400 cabeças. Alguns vendem leite e manteiga. A indústria de fabricação de manteiga foi introduzida na ilha pelos portugueses. Foram estes também que introduziram a plantação do milho. Os portugueses conservam a sua língua, religião e costumes nacionais e são obedientes às leis e bem comportados”. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 29 de Maio de 1882, p. 1690. Estes números não coincidem com os indicados no preâmbulo do projecto de lei 191, para o estabelecimento de uma convenção de comércio, navegação e emigração a estabelecer entre Portugal e o Havai. Segundo os dados avançados, entre 1879 e 1881 (Maio) teriam emigrado para o Havai 1152 micalenses. Cf. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 19 de Maio de 1882, p. 1690.

17 “Carta de António da Silva para a sua família em Vila Franca do Campo”, Kahula, 6 de Setembro de 1881, in Joaquim Palminha Silva, *ob. cit.*, p. 144. O cônsul em Honolulu confirma este episódio, em carta ao governador civil de Ponta Delgada. Cf. *ibidem*, pp. 146-147.

Apesar disso, e da propaganda negativa que a imprensa vinha desenvolvendo, o mesmo se dizendo de cartas de alguns emigrados enviadas a familiares e amigos com descrições pouco abonatórias da vida no arquipélago<sup>18</sup>, o sonho havaiano pairava entre muitos insulares, o que não passou despercebido a alguns caricaturistas da imprensa local<sup>19</sup>, bem como a alguns articulistas que se insurgiram contra o que consideravam uma emigração forçada à base de tráfico de mão-de-obra. Eugénio Pacheco, por exemplo, considerava como uma exploração ignominiosa o facto de a agência da companhia de imigração havaiana em Ponta Delgada exigir a cada colono o pagamento de uma fiança, caso desistissem de partir<sup>20</sup>.

A miragem do enriquecimento em terras brasileiras não cessava de atrair emigrantes açorianos<sup>21</sup>, mas crise económico-financeira que atingiu o país na década de 90 suscitou alguns regressos forçados e fez avolumar a opção norte-americana que, desde então, se consolidou no vértice das preferências.

Ora, se a emigração foi minando a população das ilhas, ao mesmo tempo contribuiu para equilibrar o jogo das subsistências e das oportunidades<sup>22</sup>. Esta dualidade subjacente ao fenómeno, que conciliava aspectos negativos com facetas positivas, reflectiu-se também na tomada de posições por parte de diferentes sectores da sociedade insular, uns, salientando os reflexos económicos e financeiros (positivos e negativos) de tal “debandada das gentes”, outros, apontando as causas socioeconómicas que lhe estavam na base, alguns a apelar a soluções políticas para “estancar” a “hemorragia demográfica”. Além disso, há a destacar intervenções com preocupações ideológicas, filantrópicas, e religiosas.

18 Numa das cartas transcritas por Joaquim Palminha Silva (*ob. cit.*) nota-se bem que circulavam pela ilha de S. Miguel notícias de teor negativo sobre o Havai e as condições que os açorianos lá iriam encontrar. Um dos emigrantes, da vila do Nordeste, sublinhava que ali se passava melhor do que em S. Miguel, por serem terras muito saudáveis, acrescentando: “não são terras de «gentios» **como dizem aí em S. Miguel**. A gente que reside aqui são canecos [kanakas, ou seja, os nativos havaianos], chins, ingleses, americanos, gente muito meiga e dada com os portugueses: «gentios» somos nós uns para os outros” (p. 142. Sublinhado nosso).

19 *Binóculo*, nº 27, Ano I, 29 de Março de 1883.

20 Eugénio Pacheco, *Escravidão Branca*, Ponta Delgada: Typ. Elzeviriana, 1895.

21 Esta “miragem” do enriquecimento no Brasil é bem expressa numa carta enviada por um dos imigrantes açorianos nos primeiros tempos de permanência no Havai (datada de 28 de Setembro de 1881). De facto, nesta carta, o emigrante desaconselhava vivamente a emigração de conterrâneos para as ilhas havaianas. Arrependido de ter optado por aquele destino, afirmava: “a todos darei eu o conselho [que] se quiserem embarcar seja para os brasis, foi terra por onde Deus andou, pois estas aqui os portugueses só vêm dar lucro a esta canalha”. [corrigiu-se a ortografia]. Transc. em Joaquim Palminha Silva, *ob. cit.*, pp. 133-134. O conjunto de cartas transcritas por Joaquim Palminha da Silva na *ob. cit.* (pp. 129-144) não nos permite chegar a uma conclusão sobre a avaliação que os açorianos faziam da sua vida no Havai, nos primeiros tempos de estadia. Algumas delas terão evidentes intuítos de tranquilizarem as famílias; outras são mais circunstanciais, sobretudo relatando as agruras da viagem. A maioria, porém, fala positivamente do clima e da alimentação.

22 Veja-se o clássico estudo de Carreiro da Costa, *Para a História da Emigração do Distrito de Ponta Delgada*, Ponta Delgada: Tip. do “Diário dos Açores”, 1972, p. 9.

## Diferentes perspectivas e tentativas de controlo

De acordo com Artur Madeira, o controlo da mobilidade populacional constituiu, desde muito cedo, uma preocupação da Coroa, dadas as implicações económicas, sociais, políticas e militares que lhe estão subjacentes. Foram, por isso, criados os passaportes, verdadeiros instrumentos de controlo e vigilância já consagrados nas antigas *Ordenações Filipinas*. Além destes, numerosa legislação foi sendo promulgada ao longo dos tempos, impondo medidas como a obrigatoriedade das inspecções e “visitas” aos navios, na partida e na chegada, com vista a travar os fluxos emigratórios. Algumas leis setecentistas impuseram mesmo restrições à emigração açoriana e madeirense, atendendo à perniciosa hipótese de escassez de mão-de-obra para as tarefas agrícolas. Não obstante, muitas dessas tentativas eram amiúde contornadas pelos estratagemas das saídas clandestinas, levando, por exemplo, ao engajamento das próprias tripulações<sup>23</sup>.

Apesar da obrigatoriedade de apresentação aos administradores dos concelhos da relação de passageiros admitidos a bordo das embarcações, as autoridades eram ludibriadas pois os capitães ou mestres declaravam um dado destino, como, por exemplo, uma das ilhas do arquipélago, e depois faziam transbordos para navios que rumavam ao Brasil ou a outros territórios americanos. As redes operacionais organizadas em torno das saídas ilegais interceptavam, por vezes, os próprios planos gizados pelas autoridades civis, alfandegárias e judiciais<sup>24</sup>. Além disso, os tribunais, segundo asseverava o governador civil de Ponta Delgada, não conseguiam condenar os engajadores e capitães prevaricadores. Quando a justiça actuava com a imposição de uma fiança, tal não obstava a que os engajadores continuassem a desenvolver o seu “trabalho”, evadindo-se depois “com as vítimas, como lobo com os cordeiros”<sup>25</sup>.

Nos Açores, a emigração clandestina aumentou consideravelmente, a partir da década de 30 do século XIX, obrigando à tomada de medidas por parte das autoridades civis e judiciais preocupadas em fazer respeitar as leis, em garantir os emolumentos resultantes das devidas licenças e em evitar a sangria de gente para além-mar. Mais ainda: era necessário obstar às desumanas condições de viagem a que os colonos se sujeitavam, embora a acção dos responsáveis fosse

23 Artur Boavida Madeira, *ob. cit.*, pp. 213-215.

24 B.P.A.R.P.D. – F.G.C.P.D., Livro 25, *Correspondência da 2ª Repartição com os Administradores dos Concelhos*, 1872/1873, fls. 106-107; Livro 55, *Correspondência da 1ª Repartição com diversos Ministérios*, 1861/1869, fls. 1v-2v e 5v-6v; Livro 83, *Correspondência com os Administradores dos Concelhos*, 1843/1844, fls. 25-25v.

25 As preocupações do governador civil sobre a actuação dos engajadores levam-no mesmo a fazer afirmações radicais: “Até aqui estes factos praticavam-se depois dos navios saírem deste porto legalmente despachados; daqui a pouco virão roubar-nos nossos irmãos como se roubam os pretos na costa de África!”. Félix Borges de Medeiros, *Relatório do Governo Civil do Distrito de Ponta Delgada*, Ponta Delgada, 1859, p. 14.



dificultada pela falta de meios humanos e materiais, agravada pela negligência ou envolvimento dos agentes responsáveis pela fiscalização<sup>26</sup> e pelos múltiplos expedientes a que recorriam os intermediários e os próprios emigrantes<sup>27</sup>.

Nas ilhas do grupo central, pela sua situação estratégica, pela proximidade geográfica e pelos inúmeros contactos com mareantes e aventureiros, fomentou-se avultado tráfico ilegal com destino às Américas, pois à medida que as embarcações seguiam, desde S. Miguel até ao Faial e às Flores, ia crescendo o número de passageiros clandestinos. No distrito de Ponta Delgada, a situação não era diferente. No seu relatório relativo ao ano de 1859, o governador civil do distrito mostrava-se convencido de que os clandestinos ultrapassavam o dobro dos emigrantes que embarcavam com passaporte<sup>28</sup>. Nos finais de oitocentos a emigração paralela, em todo o arquipélago, tornara-se mesmo evidente aos olhos dos estrangeiros que escalavam as ilhas<sup>29</sup>.

Na imprensa local, desde meados da centúria, proliferavam artigos de opinião insurgindo-se contra os “exploradores de colonos”, contra as novas formas de “escravatura” e o tráfico de “infelizes”, que faziam a fortuna de desumanos e inescrupulosos engajadores, os quais se aproveitavam da ignorância e analfabetismo dos insulares, relacionando-se habilmente com os agentes, tripulações e concessionários dos navios<sup>30</sup>. Ardilosos estratagemas levavam ao embarque, pela calada da noite, de indivíduos ou famílias inteiras, a partir

---

26 O governador civil de Ponta Delgada não tinha dúvidas a este respeito. Em ofício enviado ao capitão do Porto de Ponta Delgada, solicitava esclarecimentos sobre a convivência de empregados de repartições públicas no embarque de emigrantes clandestinos, pois, como dizia, “com as grandes somas que giram para este fim, se deslumbram os pobres e se seduzem os ricos e abastados”. B.P.A.R.P.D. – F.G.C.P.D. -, Livro 239, *Correspondência Expedida pela 1.ª Repartição a Diversas Entidades e Pessoas*, 1857/1867, fls. 96-96v, “Ofício do Governador Civil de Ponta Delgada ao Capitão do Porto”, 22 de Fevereiro de 1861.

27 Cf. Susana Serpa Silva, “Emigração clandestina nas ilhas do Grupo Central por meados do século XIX”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. Actas do Colóquio*, Horta: Núcleo Cultural da Horta, 2004, p. 292. Veja-se, igualmente, Félix Borges de Medeiros, *Relatório do Governo Civil do Distrito de Ponta Delgada*, Ponta Delgada, 1859, p. 3.

28 Cf. *Idem*, p. 14.

29 Cf. Walter Frederick Walker, “Os Açores ou Ilhas Ocidentais”, in *Insulana*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vols. XXIII e XXIV, 1º e 2º semestres, 1967-1968, (ed. original: 1886), p. 38. Veja-se também Lyman Weeks, “Nos Açores”, in *Insulana*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. XV, 1º semestre, 1959, p. 290.

30 Gil Mont’Alverne de Sequeira, por exemplo, foi muito contundente na sua crítica à figura do engajador. Veja-se *ob. cit.*, pp. 101-102. Num interessantíssimo texto sobre a emigração em finais do século XIX, Ernesto Rebelo descreve de uma forma exemplar a figura e o carácter do engajador: “O engajador é, quase sempre, um homem esperto, que gira com alguns contos de patacas, proprietário, para evitar suspeitas da proveniência do seu dinheiro, de algum estabelecimento de vendagem de géneros e bebidas, tendo a mulher ou o filho a vender ao balcão e durante uma parte do ano, de Abril a Novembro, dormindo de dia, para de noite andar nas suas correrias. O engajador conhece toda a gente do mar das freguesias da ilha, é compadre de muitos marítimos, aparece subitamente ora numa ora noutra afastada localidade, é serviçal por natureza e necessidade, deseja estar bem com todos, distribui talhadas de tabaco ou mãos cheias de charutos às pessoas das suas relações, fala pelos cotovelos, bebe muito e dá muito a beber em todas as tabernas, e deixa-se calotear uma vez por outra, ou empresta às vezes algumas patacas a certos indivíduos de quem sabe perfeitamente que jamais verá um real”. Ernesto Rebelo, “Notas Açorianas”, in *Arquivo dos Açores*, vol. VII, Ponta Delgada: Tip. do Arquivo dos Açores, 1885, p. 138. O texto completo percorre as páginas 134-152.

das fajãs, de ermas baías ou enseadas de difícil acesso e desprovidas de qualquer fiscalização. Este escoamento afigurava-se impossível de controlar pois, não obstante os inúmeros pedidos, as autoridades nem dispunham sequer de pequenas embarcações que patrulhassem as costas insulares, vigiando os movimentos suspeitos de barcas, patachos e outros navios de passageiros que, amiúde, excediam a sua lotação<sup>31</sup>. O Conde da Praia da Victória, enquanto Governador Civil de Ponta Delgada, chegou a manifestar a sua convicção de que os navios destinados ao transporte de emigrantes eram construídos de modo a ocultar todos quantos não pudessem obter passaporte dificultando, ainda mais, a já fragilizada actuação das autoridades<sup>32</sup>.

Tão grave quanto a falta de meios ou os subterfúgios dos engajadores, era ainda a negligência das autoridades dos locais de destino ou mesmo as irregularidades cometidas a nível de alguns consulados portugueses. Nem sempre os funcionários do Estado zelavam devidamente pelos interesses dos emigrantes, abandonando-os à sua sorte ou, pior, apropriando-se criminosamente de heranças e bens não reclamados<sup>33</sup>. Os debates na Câmara dos Deputados sobre a emigração clandestina são bem a prova de toda esta realidade. A título de exemplo, as intervenções na sessão de 16 de Fevereiro de 1854, destacam bem a impossibilidade de controlo da emigração clandestina à saída, e a dificuldade em contar com a colaboração das autoridades brasileiras, à chegada. O deputado José Estevão Coelho de Magalhães é especialmente crítico quanto à política do Governo sobre a matéria:

“Não espero nada, nem do governo brasileiro, nem das autoridades, nem dos nossos cônsules, nem do governador civil, nem das interpelações, nem do nosso governo, nem das portarias umas sobre outras que têm sido expedidas a este respeito; o que espero é das medidas tendentes a fixar a população no nosso país, a tornar proveitoso o trabalho, a facilitar o estabelecimento das famílias em proporção com o território que abarcam as possessões portuguesas”<sup>34</sup>.

Da mesma opinião seria a secretário-geral do Governo Civil do distrito de Ponta Delgada. Com efeito, Vicente Machado de Faria e Maia também não tinha dúvidas de que o combate à emigração clandestina assentava, essencialmente, no combate ao pauperismo. Na sua perspectiva, a diminuição das partidas legais para o Brasil (165 emigrantes) e o facto de não ter havido embarques clandestinos

31 Veja-se, por exemplo, *O Angrense*, de 1836 a 1851; *O Escudo*, de 1845; *O Picoense*, de 1875; *O Fayalense*, de 1876; *O Velense*, de 1880, entre outros.

32 B.P.A.R.P.D. – F.G.C.P.D., Livro 25, *Correspondência da 2ª Repartição com os Administradores dos Concelhos*, 1872/1873, “Circular do Governador Civil”, 11 de Janeiro de 1873, fl. 117.

33 *A Escravatura Branca e o Cônsul Português em Pernambuco*, Joaquim Baptista Moreira, Lisboa: Tip. do Jornal do Comércio, 1854.

34 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 16 de Fevereiro de 1854, p. 107.

no ano económico de 1865-1866 haviam ficado a dever-se ao crescimento do emprego, em resultado do desenvolvimento das obras públicas no distrito<sup>35</sup>.

Enquanto as populações reclamavam facilidades quanto à emigração, esgrimindo as dificuldades económicas como argumento justificativo de abandono do arquipélago, as autoridades procuravam evitar essas saídas, temendo a possível falta de braços, ao mesmo tempo que alguma opinião pública tentava dissuadir os mais aventureiros, realçando os perigos da então designada “escravatura branca”. Em inícios de 1873 as autoridades do distrito de Ponta Delgada fizeram mesmo constituir uma comissão de cidadãos com o objectivo de evitarem o crescimento do fenómeno emigratório e coadjuvarem todos quantos eram induzidos a partir<sup>36</sup>. Mais uma vez, o Conde da Praia da Victória, sem deixar de reconhecer que “a todo o homem e[ra] livre mudar de residência para onde e quando lhe aprouve[sse]”, – princípio este, aliás, que todos deviam respeitar – condenava vigorosamente o procedimento daqueles que especulavam com o seu semelhante, usando-o como se de mercadoria se tratasse. Era, pois, sua grande preocupação prover à sorte dos que partiam e, ao mesmo tempo, salvaguardar o futuro do arquipélago<sup>37</sup>.

A pedido do Governo Civil de Angra do Heroísmo, o prelado diocesano, D. João Maria Pereira de Amaral Pimentel, publica, nesse mesmo ano de 1873, uma pastoral sobre o assunto<sup>38</sup>, alertando para os “perigos” da emigração. Na sua perspectiva, os Açores possuíam condições excepcionais para garantir condições de vida dignas aos seus habitantes, caso os açorianos, em vez de irem

35 Vicente Machado de Faria e Maia, *Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo de Ponta Delgada*, Ponta Delgada, 1866, pp. 42-43.

36 B.P.A.R.P.D. – F.G.C.P.D., Livro 350, *Livro para registo de Alvarás de diferentes determinações passadas por este Governo Civil (2ª repartição)*, 1870/1883, fl. 15v. Alguns anos mais tarde, com a chancela da Sociedade de Geografia de Lisboa, era publicado o programa dos trabalhos da comissão encarregada de estudar o fenómeno da emigração, através de inquéritos que permitissem determinar o modo de ser, as causas e os efeitos e, em consequência, contribuir para a tomada de medidas profiláticas ou de regulamentação. Programa dos Trabalhos da Comissão d’Emigração, aprovado e adoptado em sessão de 19 de Janeiro de 1894, Lisboa: Tip. do “Comércio de Portugal”, 1894.

37 B.P.A.R.P.D. – F.G.C.P.D., Livro 25, *Correspondência da 2ª Repartição com os Administradores dos Concelhos*, 1872/1873, “Circular do Governador Civil”, 8 de Janeiro de 1873, fl. 114; B.P.A.R.P.D. – Fundo da Administração do Concelho de Ponta Delgada (F.A.C.P.D.), *Correspondência Recebida*, Pasta 35, Doc. 7.

38 *Boletim Eclesiástico dos Açores*, Tomo I, n.º 6, (1873), pp. 83-94. Já em circular de 10 de Setembro de 1872, o prelado, a pedido do secretário-geral, servindo de governador civil de Angra do Heroísmo, Gualdino Valladares, alertava para as “desvantagens que resulta[va]m da emigração para Nova Orleans”. *Boletim Eclesiástico dos Açores*, Tomo I, n.º 1, (1872). De facto, Gualdino Valladares refere-se, no seu relatório à Junta Geral relativo a 1872, à permanência nos Açores do cidadão americano Charles Nattan, que pretendia “angariar colonos com destino para a Nova Orleans”. Para tentar dissuadir os eventuais pretendentes, solicitara ao bispo o seu auxílio para que, através dos párocos, fizesse “ver aos povos os perigos a que se expunham”. Na sua perspectiva, esta iniciativa teve sucesso, na medida em que ninguém da ilha Terceira havia emigrado para aquele destino. Gualdino Alfredo Lobo de Gouveia Valladares, *Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sessão ordinária de 1873, pelo Secretário-Geral servindo de Governador Civil*, Angra: Tip. do Governo Civil, 1873, pp. 23-24.

criar riqueza no estrangeiro, transformando-se em escravos “de nova espécie”, aplicassem o seu trabalho nos diversos sectores da economia açoriana.

Repisando a perniciosa influência dos engajadores sem escrúpulos, que aliciavam os incautos e desprotegidos cidadãos com promessas “lisongeiras”, sublinhava:

“Vem depois a doença... o mau tratamento... a falta de socorros temporais e espirituais... o abandono e desamparo... em terra estranha, inóspita, onde o colono é considerado como uma mercadoria que logo que não presta se lança fora”<sup>39</sup>.

O governador Angra do Heroísmo dirigiu também aos administradores dos concelhos do distrito uma circular alertando para a presença do inglês Charles Nattan e sequazes na ilha Terceira, com o fim de aliciar emigrantes para Nova Orleans, abusando “da boa fé dos povos, apresentando-lhes, para conseguirem seus fins, quadros de imaginárias riquezas, que nunca chegam a realizar-se, mas que seduzem e fazem prosperar a empresa que os aliciadores têm em vista”<sup>40</sup>.

Apenas em épocas mais críticas, nomeadamente quando se verificavam excedentes de mão-de-obra, os homens da governança local entendiam ser os fluxos emigratórios um meio de regular as dificuldades decorrentes do desemprego e das crises alimentares<sup>41</sup>. A tendência de crescimento demográfico verificada ao longo de oitocentos viria acentuar a apologia da emigração por parte de alguns responsáveis insulares, excepto, claro, como referimos, no tocante aos fluxos ilegais.

Por meados do século XIX quando a situação económica insular não era muito desfavorável, mediante uma ainda promissora economia da laranja que reclamava abundante mão-de-obra, a emigração para o Império Brasileiro era adjectivada de desastrosa. Este mal devia ser atalhado por enérgicas medidas governativas uma vez que os mais incautos e ingénuos eram atraídos para os meandros da “escravidão”. As preocupações centravam-se na agricultura pois, como notara o Governador Civil de Angra, as famílias honestas e os trabalhadores faziam muita falta à exploração da terra, enquanto os turbulentos, os vadios e

39 *Boletim Eclesiástico...*, p. 83.

40 *Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sessão ordinária de 1873*, Angra, Tip. do Governo Civil, 1873, p. 124.

41 O governador civil de Ponta Delgada referia, em 1854, que o distrito não se ressentia de falta de gente, até porque a ilha de S. Miguel se vira livre de “muito vadio e gente de maus costumes”. Mesmo assim, não deixava de destacar que alguns “artistas” haviam emigrado, queixando-se de falta de trabalho. A situação, porém, evoluiu positivamente ao nível do emprego, com o desenvolvimento das obras públicas. B.P.A.R.P.D. – F.G.C.P.D., Livro 11, *Registo de Correspondência com Diversos Ministérios, 1850/1860*, “Ofício do Governador Civil de Ponta Delgada ao Ministério do Reino”, 10 de Agosto de 1854, fl. 39.

todos os indivíduos de má nota, incluindo as meretrizes, bem podiam partir a fim de evitar a devassidão e assegurar os bons costumes<sup>42</sup>.

No entanto, o Padre Jerónimo Emiliano d'Andrade, ao contrário do pessimismo dominante, defendia em 1843, que não devia existir qualquer receio de escassez de mão-de-obra pois, no caso particular da ilha Terceira, a população continuava a aumentar. Impedir o privilégio conferido pela Carta Constitucional, que concedia o direito de saída do reino a todos os cidadãos, desde que em conformidade com os regulamentos policiais, representaria um retrocesso secular e tolheria uma possibilidade de reduzir a pobreza em que vivia uma boa parte das classes jornaleiras<sup>43</sup>. No seu relatório anual dirigido ao Governo, a Junta Geral de Ponta Delgada apresenta também uma visão liberal sobre a problemática, considerando a emigração como a “expressão de um direito individual” motivada, geralmente, pelas condições socioeconómicas, políticas ou religiosas de cada país ou região. Nesta perspectiva liberal, as migrações justificavam-se como uma espécie de panaceia que garantiria o “equilíbrio” entre a força do trabalho e as necessidades de mão-de-obra dos centros mais activos da produção. Contrariamente às visões pessimistas de outras abordagens oficiais ou jornalísticas, a Junta Geral acreditava na “desvelada protecção” e na remuneração condigna do trabalho de que os emigrantes iriam beneficiar nos países de acolhimento, reconhecendo, já então, que o “sentimento de pátria” havia evoluído para um sentimento menos exclusivista:

“O estado social moderno, tornando menos exclusivo o sentimento de pátria pelo comunidade de ideias e hábitos que ligam todos os homens civilizados, permite que o emigrante de hoje seja cidadão amanhã na nova pátria que demanda, e que tão desveladamente lhe protege vida e propriedade, como aos seus nacionais”<sup>44</sup>.

Sendo mesmo a emigração um “direito natural”, esta realidade, segundo o governador civil de Angra do Heroísmo, não seria impeditiva do aconselhamento às classes menos abastadas, “em regra as mais ignorantes”, prevenindo-as contra promessas de “tentadoras vantagens” e alertando-as para os males e perigos que, na maior parte das vezes, iriam enfrentar. Não se embaraçaria, também, a liberdade individual ao obstar-se às tentativas de aliciamento e de sedução do povo para a emigração<sup>45</sup>.

42 Cit. por Octávio H. Ribeiro de Medeiros e Artur Boavida Madeira, *ob. cit.*, pp. 24-25.

43 Padre Jerónimo Emiliano d'Andrade, *Topografia ou Descrição Física, Política, Civil, Eclesiástica, e Histórica da Ilha Terceira dos Açores*, Parte Primeira, Angra do Heroísmo: Imprensa de Joaquim José Soares, 1843, pp. 63-64.

44 *Relatório e Consulta que a Junta Geral do Distrito Administrativo de Ponta Delgada dirigiu ao Governo de Sua Majestade em Janeiro de 1875*, Ponta Delgada: Tip. de M. Corrêa Botelho, 1875, p. 28.

45 Gualdino Alfredo Lobo de Gouveia Valadares, *ob. cit.*, p. 22.

Em Maio de 1882, quando o distrito de Ponta Delgada atravessava uma conjuntura de recessão, a comissão executiva da Junta Geral era do parecer que a emigração legal, nos anteriores quatro anos, não representava uma questão alarmante atendendo à abundância de população. O único aspecto a lamentar era que se não usasse em benefício nacional toda a força braçal que partia, contribuindo para a prosperidade de outros países. Alvitravam, pois, os elementos da comissão que se criassem incentivos para que os emigrantes açorianos fossem habitar e desenvolver as regiões mais salubres dos domínios portugueses em África<sup>46</sup>. Salvo alguns casos individuais, as possessões africanas que “tanto careciam de colonização” não atraíam os açorianos até porque a falta de meios de transporte era uma constante. Além disso, o próprio presidente do Conselho, Anselmo José Braamcamp, reconhecia a necessidade de, antes de promover a emigração, se criarem condições para a fixação dos emigrantes, nomeadamente a abertura de estradas, a criação de circuitos comerciais, a concessão aos colonos de seguras garantias de ordem e de liberdade e o fornecimento dos meios para lá se poderem estabelecer. Ora, nada disso estava ainda concretizado e, portanto, o Governo não podia incentivar esta emigração<sup>47</sup>. Mas, também se salientava o facto de, no próprio território continental, a exploração agrícola se encontrar muito aquém do desejável, com vastos territórios ainda incultos, exigindo o estabelecimento de colónias agrícolas a partir de emigrantes açorianos, transportados gratuitamente em navios do Estado<sup>48</sup>.

Em inícios de novecentos, para contrariar a preferência açoriana pelos estados americanos de Massachussets e da Califórnia, continuavam algumas autoridades insulares a tentar sensibilizar o governo central para promover viagens gratuitas e a atribuição de terras nas colónias de África, garantindo a sua exploração e o aproveitamento da mão-de-obra insular em detrimento das outras nações que, afinal, é que beneficiavam desta vantagem.

Nos finais do século XIX, inícios do século XX, quando a média de emigrantes anuais ascendeu de 3.900 para 4.700<sup>49</sup>, as preocupações em torno da emigração voltaram a despontar, com discursos pessimistas e adversos ao

46 Já em 1880, intervindo na Câmara dos Deputados, Hintze Ribeiro sugeria precisamente isto. Compreendia que a dificuldade principal residia na falta de transportes e sugeria, para a solução do problema, o envio de navios da armada portuguesa para o transporte de emigrantes açorianos para os territórios da África portuguesa. Assim, em vez de irem desenvolver outros países, os açorianos bem podiam trabalhar em proveito de toda a nação. E finalizava: “A colonização das possessões de África é hoje o nosso maior *desideratum*. Pois, se assim é porque não envidaremos os nossos esforços, procurando fazer derivar para ali uma corrente de emigração vinda dos Açores? Haveria nada mais conveniente, direi mesmo, mais realizável?”. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 8 de Março de 1880, p. 770.

47 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 8 de Março de 1880, p. 770.

48 Cf. *Relatório e Consulta que a Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada dirigiu ao Governo de Sua Majestade em 7 de Janeiro de 1875*, Ponta Delgada: Tip. de M. Corrêa Botelho, 1875, pp. 28-30.

49 Cf. Gilberto Pavão Nunes Rocha, *ob. cit.*, p. 77.

fenómeno. O retorno de emigrantes parecia retroceder e segundo o deputado José de Lacerda a tendência era a de expatriação de famílias inteiras, o que fazia esmorecer no arquipélago a vida, a mocidade e a infância. Além do envelhecimento populacional as sequelas económicas afiguravam-se incomportáveis<sup>50</sup>.

No declínio de oitocentos, por força das ideias de cariz socialista, a emigração passou a ser encarada como uma “questão social”, sendo as questões sociais, como referiu às cortes o conde de Casal Ribeiro, “o grande problema deste fim de século”. A emigração, decorrente da miséria, era um dos mais graves problemas do país e a legislação repressora, embora útil, não resolvia o âmago da questão, sendo necessário promover estudos que conduzissem a reformas no sentido de melhorar as condições de vida das classes populares<sup>51</sup>.

Segundo algumas correntes de opinião, no tocante aos Açores, não bastava levantar entraves à saída dos que resolviam partir, mas sim acudir prontamente às suas necessidades individuais<sup>52</sup>. Urgia encontrar soluções que amenizassem o pauperismo de amplas camadas da sociedade, revendo a questão da propriedade e abrindo instituições de crédito com concessões amplas e fáceis para os agricultores. De acordo com Júlio Máximo Pereira as ilhas exportavam gente em vez de produtos agrícolas e industriais, resultando daqui a miséria e a falta de braços válidos<sup>53</sup>.

O que parecia contrariar as perspectivas mais críticas e contrárias ao fenómeno emigratório era a parcela daqueles que, ao longo de oitocentos, regressavam às ilhas com dividendos retirados da sua aventura.

## Os regressados e o fenómeno da aculturação

Um dos aspectos característicos da emigração açoriana (e continental) era a de se inserir num projecto de regresso. Muitos eram aqueles que, no seio de uma diáspora maioritariamente jovem e masculina, partiam enredados no mito do retorno e do enriquecimento fácil, propiciador da aquisição de propriedade e de garantida promoção social na terra de origem. A busca de novos horizontes era encarada como temporária, pois tal como referia Gil Mont'Alverne de

---

50 José de Lacerda, *Algumas Palavras sobre Interesses Açorianos, pronunciadas na Câmara dos Deputados pelo medico José de Lacerda, deputado por Angra do Heroísmo ampliadas, depois, com ligeiras notas*, Lisboa: Livraria Rodrigues & C<sup>a</sup>, 1902, pp. 27-29.

51 Conde de Casal Ribeiro, *Problema Social. Emigração – Discurso proferido na Câmara dos Dignos Pares do Reino em sessão de 4 de Julho de 1891*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1891, pp. 5 a 14 e ss.

52 António Ernesto Tavares d'Andrade, *Ideais Modernos. Dedicado ao Sr. Conde de Jácome Correia, S. Miguel – Açores: Tip. do Campeão Popular*, 1897, p. 53.

53 Júlio Máximo Pereira, *Recordações dos Açores*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1893, p. 30.

Sequeira “a família, o amor pátrio, os amigos, as recordações das festas, o apetite das comidas da terra e a vaidade de entrar na freguesia como um *senhor*, tudo incitava ao regresso”<sup>54</sup>. Todavia, nem sempre se terá manifestado esta tendência, pelo menos de forma sequencial. Note-se que o mesmo Mont’Alverne de Sequeira, escrevendo em 1891, defendia que a situação mudara radicalmente, dadas “as condições de existência e a situação política de Portugal”, bem como as facilidades que o Governo brasileiro passara a conceder para a “angariação” de emigrantes:

“Hoje não emigram só os rapazes, emigram famílias inteiras, sem tenção de voltar, porque nada deixam que as prendam na terra de origem. Por lá casam os filhos, por lá enraízam amizades e criam afectos. Chegam a esquecer-se dos rochedos em que nasceram. Dantes, como havia o propósito de regressar [...], a falta de braços era compensada pelo numerário que entrava. Actualmente nem braços, nem dinheiro”<sup>55</sup>.

Esta mudança das características do “emigrante-tipo” é percepcionada, já na década de 1870, pelo secretário-geral do Governo Civil de Angra do Heroísmo. Com efeito, para Gualdino Valadares, em época anterior verificara-se uma emigração que designou por “mercantil”, assente na deslocação para o Brasil de mancebos chamados por familiares ou amigos já ali estabelecidos. Tratava-se de uma emigração enriquecedora para o país, visto que, depois dos indivíduos alcançarem avultados cabedais, sobretudo quando se dedicavam à actividade comercial, regressavam às suas terras, auxiliando o progresso e o desenvolvimento pátrios. Esta situação positiva sofreria, porém, radical alteração quando de “mercantil”, a emigração passou a “agrícola”, deixando o grosso dos emigrantes de ser constituído por mancebos, mas sim por homens de todas as idades, geralmente analfabetos. Dos que conseguiam sobreviver às agruras do clima, só poucos reuniam algum capital, “a troco da sua saúde”<sup>56</sup>. De idêntica opinião comungava Teófilo Ferreira, na sua intervenção, em 1891, na Câmara dos Deputados, ao referir que em meados do século, só os homens partiam, deixando atrás a família e tudo o que os prendia à ilha. O regresso seria, pois, a norma. Esta situação veio a alterar-se quando passaram a emigrar famílias inteiras, sem nada que as prendesse à terra de origem e daí o elevado número de casas abandonadas, de que o deputado apresenta exemplos<sup>57</sup>.

54 Gil Mont’Alverne de Sequeira, *ob. cit.*, p. 91.

55 *Ibidem*, p. 92.

56 Gualdino Alfredo Lobo de Gouveia Valadares, *ob. cit.*, p. 30.

57 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 5 de Julho de 1891, p. 34.



Mesmo assim, pelo menos em determinadas conjunturas, era significativo o número dos que regressavam à terra natal<sup>58</sup>. Segundo relatório do secretário-geral do Governo Civil de Angra do Heroísmo, entre 1870 e 1874, teriam regressado à ilha Terceira 1114 emigrantes do Brasil e 23 dos Estados Unidos. É possível que de entre estes retornados alguns tenham investido na reconstrução de muitas das inúmeras habitações danificadas pelo terramoto de 1841, que atingiu aquela ilha, em especial, a zona da Praia. A típica arquitectura oitocentista do Ramo Grande, de casas “afazendadas” e de uma certa “nobreza rural” – como notou Vitorino Nemésio – terá beneficiado muito das remessas dos emigrantes e do investimento dos “regressados” da Califórnia, em conformidade com Ernesto Oliveira Martins<sup>59</sup>.

De acordo com Miriam Halpern Pereira a realidade histórica demonstra a existência de dois tipos de retorno: um, resultante da ascensão económica, configurado no regressado endinheirado que, de forma mais ou menos ostensiva, impregnava a freguesia com os hábitos e símbolos da diáspora; outro, o do mal sucedido emigrante pobre e envergonhado, vítima de promessas idílicas e enganosas dos engajadores ou atingido pelo infortúnio conjuntural<sup>60</sup>. Sendo certo que muitos preferiam morrer em parte longínqua a mostrar aos conterrâneos o seu insucesso – que, ainda para mais, naquela época, era atribuído à inércia e incapacidade pessoal – outros acabavam por regressar e, sobretudo a minoria dos que o faziam com prosperidade, marcavam profundamente o meio insular.

Aqueles que regressavam ao arquipélago tornavam-se conhecidos em conformidade com o local de proveniência: eram os “brasileiros” ou os “americanos”. Nos finais de oitocentos, o britânico Walter Frederick Walker na sua digressão pelos Açores notou a influência exercida por eles na comunidade local. Segundo o seu testemunho, enquanto o “brasileiro” não inspirava muita simpatia, atendendo a que empregava o capital acumulado no jogo e na agiotagem, desprezando os costumes religiosos e familiares e ostentando a sua riqueza e vaidade, o “americano” inspirava mais confiança, pelo seu perfil de perseverança, trabalho e honestidade. Os que retornavam dos EUA consubstanciavam um processo de aculturação ocorrido no novo mundo, onde o progresso económico e técnico se haviam tornado prementes. Logo, a própria

58 Não temos qualquer tipo de informação que nos permita concluir do regresso “definitivo” destes emigrantes ou se, pelo contrário, se trataria de visitas mais ou menos prolongadas. Uma investigação aprofundada a partir das listas de passageiros – a que não pudemos proceder – permitiria desfazer a dúvida. Cf. *ibidem*, p. 34.

59 Cf. Francisco Ernesto de Oliveira, *Arquitectura nos Açores. Subsídios para o seu estudo*, Horta, SRTT/Direcção Regional do Turismo, 1983; Idem, *Arquitectura Popular do Ramo Grande*, Edição da Câmara Municipal da Praia da Victória, 1991.

60 Miriam Halpern Pereira, *A Política Portuguesa de Emigração, 1850 a 1930*, Lisboa: A Regra do Jogo, 1981, pp. 29-30.

casa do “americano” deixava transparecer as novidades da modernidade e as consequências do trabalho, do mérito e da iniciativa que acabavam por se alastrar à própria comunidade<sup>61</sup>.

No último quartel do século XIX, era já reconhecido o relevante contributo dos emigrantes e dos regressados para o progresso das freguesias insulares, dado que, com as suas divisas, valorizavam a propriedade e animavam o comércio e a indústria<sup>62</sup>. É nesta perspectiva que se pode compreender a reflexão que o governador civil de Angra do Heroísmo desenvolve sobre o tema da emigração no caso específico do distrito a seu cargo. Assim, se reconhecia os prejuízos que advinham para a agricultura, pela escassez de trabalhadores rurais provocada pela emigração e, conseqüente aumento do custo de produção, não deixava também de admitir que, quando a emigração resultava da “impossibilidade de viver ou prosperar” no país de origem, daí não se podia concluir que se verificaria um empobrecimento das respectivas forças produtivas. Nestas circunstâncias, em vez de negativa, a emigração seria, sim, “conveniente”, pois o capital acumulado pelos emigrantes viria “activar as indústrias e a riqueza pública”. E o governador civil questiona:

“As somas bastante valiosas que, em resultado da emigração têm vindo para esta ilha, não servem, porventura, de compensação pelo desenvolvimento comercial e agrícola que têm trazido ao distrito? Não têm essas somas aumentado o valor da propriedade, beneficiando-a e produzido por isso maior preço os seus frutos? As quantias importantes que, em troca de outros valores saem do distrito, e sem as quais o comércio não poderia deixar de ressentir-se em suas transacções, acaso poderiam ter aquele destino se não fosse o dinheiro que os emigrantes mandam anualmente, ou consigo trazem no seu regresso?”<sup>63</sup>.

De modo selectivo e filtrado, os emigrantes açorianos interiorizavam novos costumes, adoptando hábitos de consumo e de vida em conformidade com o seu novo estatuto social, mas muito distantes do seu quotidiano de origem. No regresso às ilhas, com as suas roupas exóticas, os relógios de ouro, os cartões de visita e as economias que investiam em habitações decoradas segundo os modelos estrangeiros, faziam grande furor e acabavam por influenciar os locais no sentido de procurarem também melhores condições de vida nas terras da outra margem do Atlântico<sup>64</sup>. A visão dos retornados ricos ou relativamente

61 Walter Frederick Walker, *ob. cit.*, pp. 41-42.

62 J. Duarte de Sousa, *Ilha de S. Jorge. Apontamentos históricos e descrição topográfica*, Angra do Heroísmo: Empresa Tip. – Lit. União, 1897, p. 82. Veja-se, igualmente, *Relatório e Consulta que a Junta Geral do Distrito Administrativo de Ponta Delgada dirigiu ao Governo de Sua Majestade em Janeiro de 1875*, Ponta Delgada: Tip. de M. Corrêa Botelho, 1875, p. 28.

63 Gualdino Alfredo Lobo de Gouveia Valadares, *ob. cit.*, p. 22.

64 Cf. Gil Mont'Alverne de Sequeira, *ob. cit.*, p. 91.

abastados despertava o sonho e a cobiça dos demais enleados na “tentação da lotaria”<sup>65</sup>. Com efeito, já em 1859, Félix Borges de Medeiros, governador civil de Ponta Delgada, reconhecia precisamente esta influência dos regressados, e também da correspondência recebida dos emigrados no Brasil:

“Se alguém lhe desenha o quadro dos riscos que vão correr, lhe mostra e faz sentir como são completamente iludidos, que são falazes essas fortunas com que os embalam, nada mais faz do que torná-lo ainda mais crente na felicidade que o espera!!! [...] Um patrício que chegue, como é forçoso confessar chegam alguns, com meia dúzia de patacas, uma carta do parente, do amigo, do conhecido, que do Brasil lhes diz ‘ganho tanto’ é um toque a rebate para que corram a aumentar as fileiras dos que, nas praias desertas, pretendem embarcar e evadir-se!”<sup>66</sup>.

Este mimetismo era, geralmente, criticado pela imprensa insular e pelas autoridades, pois fazia agravar os fluxos emigratórios, levando à expatriação de muita da população activa e válida para o trabalho da terra e do mar. Por outro lado ainda, nem sempre os repatriados eram olhados como sinónimo de desenvolvimento local. Num artigo dado ao prelo num periódico micaelense, em inícios do século XX, o padre Manuel António Botelho defendia que uma das causas do declínio da salubridade do distrito de Ponta Delgada residia, precisamente, no fenómeno da emigração. Atendendo à hegemonia do ciclo dos EUA, onde as leis sanitárias eram muito rígidas, todos os emigrantes açorianos robustos e saudáveis eram bem aceites naquele país, enquanto os que arruinavam a sua saúde ou contraíam doenças graves eram forçados a regressar às ilhas. Em muitas freguesias ia avultando o número de “pessoas fracas, pálidas, anémicas, a tossir”<sup>67</sup>, disseminando maleitas infecciosas, como a tísica, que acabavam por lhes causar a morte. Os temores deste articulista não parecem inusitados se atendermos a que, em 1907, o próprio Governador Civil ordenou ao guarda-mor da 4ª circunscrição sanitária marítima de S. Miguel, que passasse a proceder a uma rigorosa inspecção aos repatriados, antes do desembarque, para despiste de doenças perigosas uma vez que era voz corrente que muitos regressavam contaminados com tuberculose e outros males<sup>68</sup>. Assim, além dos benefícios já referidos, o regresso dos emigrantes parecia conter uma vertente menos auspiciosa, que afligia as autoridades locais igualmente empenhadas, por iniciativa da classe médica e da própria rainha D. Amélia, na recente luta contra o flagelo da tuberculose.

---

65 Conde do Casal Ribeiro, *ob. cit.*, p. 10.

66 Félix Borges de Medeiros, *Relatório do Governo Civil do Distrito de Ponta Delgada*, Ponta Delgada, 1859, p. 13.

67 *O Açoriano Oriental*, nº 3.714, 7 de Julho de 1906.

68 Cf. Susana Serpa Silva, *Violência, Desvio e ... ob. cit.*, p. 160.

Em contrapartida, os que por lá ficavam e logravam ultrapassar os inúmeros obstáculos que dificultavam o seu processo de integração, acabavam por cimentar hábitos e tradições açorianas nas novas comunidades.

## A finalizar

Na segunda metade do século XIX, as “leituras” sobre a emigração açoriana variam conforme as conjunturas económicas e sociais, as ideologias, os interesses, os objectivos e os destinatários. E os debates que sobressaem na imprensa deixam transparecer esta mesma realidade.

De um lado, os defensores dos benefícios da emigração, não só para os próprios que haviam optado por emigrar, mas, igualmente, em favor do desenvolvimento insular, quer pelos efeitos reprodutores na economia das remessas dos emigrantes, quer pelo contributo, nos diversos sectores económicos, dos que regressavam com um pecúlio significativo.

Do lado oposto, encontram-se os que criticam a “emigração desenfreada”, assentando a sua argumentação na ideia do despovoamento das ilhas, que teria como consequência a diminuição drástica da produção agrícola e “fabril”.

Ademais, são constantes as mensagens de natureza pedagógica, com um certo sabor paternalista. Os avisos sobre as condições precárias das viagens e das extorsões a que os emigrantes seriam sujeitos à sua chegada às terras de destino, sobretudo quando não pagavam as viagens à partida; os alertas para a “insalubridade” do clima e o não cumprimento das promessas e contratos por parte dos empregadores – personagens sempre descritas como tenebrosas –; os alvites para o apoio ao regresso de emigrantes desiludidos e sedentos de retornar à pátria, para os alçar em exemplos vivos da “miragem enganadora da fortuna”<sup>69</sup> em paragens do Brasil; as propostas para a divulgação permanente, por parte do Estado, das condições de vida dos emigrantes e das características das terras de destino<sup>70</sup>, constituem exemplos correntes do modo como, na imprensa e em relatórios oficiais, se procurava instruir as populações para os escolhos que enfrentariam com tomadas de decisão baseadas em “promessas ilusórias” ou em informações deturpadas ou incompletas.


Dos mais directamente envolvidos – os próprios emigrantes – é que pouco se conhece sobre o que pensavam e o que os levaram a tomar a decisão.

---

69 Gualdino Alfredo Lobo de Gouveia Valladares, *Relatório Apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sessão ordinária de 1875*, Angra do Heroísmo, Typ. Do Governo Civil, 1875, p. 31.

70 *Ibidem*, p. 31.





# Emigração açoriana para Curaçau

Luiz Nilton Corrêa  
*Universidade de Salamanca, Espanha*

## Nota Introdutória

Este trabalho é o resultado de uma investigação realizada no âmbito do Mestrado em História Insular e Atlântica (séc. XV a XX), na Universidade dos Açores, sob a orientação do Professor Doutor Carlos Cordeiro, a quem agradeço pelas grandes lições recebidas e pela atenção que me dispensou.

O texto está estruturado em cinco pontos fundamentais. No primeiro apresenta-se uma breve síntese da economia micaelense no fim do período entre guerras, com destaque para a crise do ananás; no segundo aborda-se a problemática da emigração açoriana no início do século XX; no terceiro analisam-se de forma mais aprofundada, os fluxos migratórios micaelenses e, no quarto aborda-se a problemática da emigração açoriana para o Curaçau, através de uma história narrativa, com alguns exemplos documentais.

## Economia Micaelense no Fim do Período Entre Guerras

Nos finais da década de trinta, a ilha de São Miguel, contava cerca de 127 mil habitantes, dos quais 54% viviam da agricultura. Mesmo os que não eram lavradores dependiam economicamente de actividades ligadas ao mundo rural. Incluem-se nesta situação os carroceiros, donos de matas, transportadores, comerciantes, banqueiros, entre outros.

A base económica da ilha apresentava alguma diversidade, incluindo a cultura da batata-doce para o açúcar e o álcool, o cultivo do chá, a exportação

de gado, a indústria do tabaco, as conservas<sup>1</sup>, o trabalho com o linho e ainda outros artigos menos ligados à agricultura, como os bordados, turismo, a fabricação de bebidas e a indústria do óleo de baleia. Contudo, esta diversidade não ofuscava a predominância de um único produto, o ananás, considerado o motor da economia, e que a deixou extremamente dependente das conjunturas económicas internacionais.

Exportado para os países do norte da Europa, a produção e o comércio do ananás foram profundamente atingidos por todas as crises que afectaram estes países durante a década de trinta. Apesar da importância de produtos como o álcool de beterraba, as conservas e o tabaco, estes não tinham um peso muito relevante na economia local, uma vez que eram direccionados ao consumo nacional e do próprio arquipélago. Contrariamente, o cultivo do ananás, dependente das exportações para o mercado norte europeu, sofria uma crise gradativa mergulhando a ilha numa carência que atingia todos os sectores da economia já muito deteriorada pela falta de emigração<sup>2</sup>.

Apesar da crise, havia também sectores da economia micalense que não se sentiam atingidos. Era o caso, por exemplo, da indústria da pesca e extracção do óleo baleia, que tendo-se mantido estável durante os anos de 1916 a 1925, com uma média de 57 baleias capturadas por ano, nos anos de 1933 a 1937, período de maior crise na região, teve um crescimento gigantesco atingindo cerca de 328 animais capturados anualmente<sup>3</sup>. Um crescimento gerado talvez por um maior uso de tecnologia na caça, mas que não deixou de fomentar a economia local.

O ananás dominava completamente as exportações da ilha. Sozinho representava, no início da década de trinta, cerca de 90% do valor da exportação micalense<sup>4</sup>, facto que, por si só, é revelador dos problemas que esta dependência trouxe para São Miguel nesta década, em consequência dos efeitos da crise económica nas principais economias mundiais compradoras do ananás açoriano, em 1931 na Inglaterra e em 1932 na Alemanha.

Sobre a produção de ananás em São Miguel, podemos mencionar que no ano de 1938 contavam-se cerca de 3.900 estufas de ananases na ilha, entre grandes e pequenas<sup>5</sup>. Havia grandes produtores, com cerca de 20.000 plantas e pequenos produtores que possuíam apenas duas ou três estufas, sendo que

1 Carlos Eanes, *A Economia Açoriana Entre as Duas Guerras Mundiais*, Lisboa, Edições Salamandra, 1994, p. 152.

2 Livro do Primeiro Congresso Açoriano que se reuniu em Lisboa de 8 a 15 de Maio de 1938, Grémio dos Açores, Lisboa, Jornal de Cultura, 1940, p. 238.

3 Carlos Enes, *A Economia Açoriana Entre as Duas Guerras Mundiais...*, op. Cit., p. 104.

4 Maria de Fátima Silva de Sequeira Dias, *Ascensão e declínio de uma cultura agrícola na ilha de São Miguel, Arquipélago dos Açores: o ananás (dos finais do século XIX aos inícios do século XXI)*, Universidade dos Açores, 2001, p. 6.

5 Livro do Primeiro Congresso Açoriano..., op. Cit. p. 369.

cerca de 200 eram proprietários de apenas uma estufa<sup>6</sup>. Eram normalmente empregados do comércio, pequenos comerciantes, funcionários públicos ou operários<sup>7</sup>. Além destes, havia ainda os profissionais que trabalhavam directamente com a produção, como os camponeses, carroceiros, donos de matas, carpinteiros, pedreiros, ferreiros e caiadores. Factor que ainda se reflectia no comércio local que variava de acordo com a cotação do fruto no estrangeiro<sup>8</sup>.

Segundo o jornal “Açoriano Oriental”, era uma indústria muito abrangente. No início de 1933, 50.914 micaelenses dependiam directa e indirectamente da produção de ananás, cerca de 40% da população, se tivermos por base o censo de 1930. Estes trabalhadores repartiam-se por toda ilha, concentrando-se mais em Ponta Delgada, com cerca de 21.904 trabalhadores e Ribeira Grande com 11.359 aproximadamente<sup>9</sup>.

A produção do ananás manteve-se quase estável por toda a década de trinta. Apesar das várias notícias de crise, entre 1930 e 1933 o número de frutos produzidos manteve-se entre os 1.854.650 e os 1.937.985, respectivamente. Este número diminuiu gradualmente até ao ponto mais baixo em 1936, com 1.586.283 frutos. Em 1938 atingiu 1.912.217 unidades, descendo para 1.611.000, em 1939 e acabando por desaparecer no ano seguinte<sup>10</sup>.

Em finais da década de trinta os principais consumidores do ananás micaelense eram Hamburgo e Londres, com uma fatia dominante do mercado, só depois vinha a França, Espanha, Suíça, Suécia, Holanda, Bélgica e Estados Unidos da América. Embora Londres e Hamburgo fossem os principais mercados para o ananás micaelense, devido às ligações comerciais já estabelecidas na época da laranja, os outros países representavam um mercado a explorar, e a tendência de crescimento no consumo do ananás nestes países, deixavam optimistas os produtores micaelenses prometendo um mercado ainda maior, juntamente com Lisboa e Madeira<sup>11</sup>. No entanto, os reflexos da crise da produção e exportação de ananás são visíveis apenas quando o observarmos o valor médio do fruto comercializado. Assim, podemos verificar que, depois de um período em que o preço médio do fruto estava em torno de 6\$65 e 7\$44, nos anos de 1927 e 1929, a crise iniciada nos Estados Unidos da América do

6 DIAS, Maria de Fátima Silva de Sequeira, *Ascensão e declínio de uma cultura agrícola na ilha de São Miguel, Arquipélago dos Açores: o ananás (dos finais do século XIX aos inícios do século XXI)*, Universidade dos Açores, 2001, p. 08.

7 *Livro do Primeiro Congresso Açoriano...*, op. Cit. p. 370.

8 *Livro do Primeiro Congresso Açoriano...*, op. Cit. p. 370.

9 BPARPD/ACD/Jornais e Periódicos, *Açoriano Oriental*, 08 de Abril de 1933.

10 Maria de Fátima Silva de Sequeira Dias, *Ascensão e declínio de uma cultura agrícola na ilha de São Miguel...*, op. Cit. p. 11.

11 *Livro do Primeiro Congresso Açoriano...*, op. Cit. p. 373.



Norte e estendida para a Europa nos anos seguintes, fizeram com que os preços médios por fruto caísse para 5\$71 nos anos de 1930 e 1931, descendo ainda mais para 4\$60 no ano de 1933. Curiosamente, estes foram também os anos que registam maior número de frutos exportados<sup>12</sup>, e os menores números de solicitação de passaportes para emigrantes em Ponta Delgada. Nos anos seguintes, os preços voltam a subir somente em 1935 e 1936, atingindo valores médios de 6\$00 e 7\$58 por cada fruto.

Sobre o desemprego corrente, importa salientar que em tempos de emigração corrente, este problema era parcialmente remediado, uma vez que muitos partiam desafogando as filas dos desempregados na ilha, e suas remessas em dinheiro aliviavam um pouco o sofrimento dos que ficavam. Porém, com o findar da Primeira Grande Guerra, começaram a surgir uma série de crises económicas que abalavam sobretudo os países receptores destes emigrantes, e estes não tardaram a impor cotas limitando a entrada de trabalhadores estrangeiros<sup>13</sup>.

Numa região culturalmente ligada à emigração, as restrições vieram gerar problemas conhecidos de outras épocas, como o excesso de população<sup>14</sup> e o desemprego. Situações que não tinham soluções imediatas, uma vez que cada ilha, pela sua pequena dimensão, possuía uma identidade económica quase autárquica, podendo estar em crise ou em saúde económica, devido a mudanças subtis nas suas importações e exportações. Algo que foi usado como chamada de atenção pelos representantes locais no Congresso Açoriano em 1940<sup>15</sup>.

Sobre estas dificuldades, o jornal português, “Diário de Noticias” de *New Bedford*, por exemplo, em 12 de Julho de 1940, fazia referência a este assunto, ao noticiar a passagem de 52 camponeses micaelenses por *New York* em direcção à República Dominicana. Dizia o jornal que devido à guerra e à paralisação da exportação de ananás, os salários dos trabalhadores haviam baixado a menos de vinte centavos americanos por dia, e a situação poderia agravar-se mais ainda uma vez que o mesmo navio, “*Siboney*”, havia sido contratado pela *Dutch Shell Oil Co.* para repatriar 800 trabalhadores madeirenses que estavam a trabalhar na América Central<sup>16</sup>, provavelmente na Ilha de Curaçao.

Para além destas conjunturas ainda havia os problemas da guerra, que em fins da década de trinta começaram a preocupar ainda mais as autoridades. Já com a experiência da Primeira Guerra Mundial, o governador do Distrito

12 A variação dos preços também poderia ter sido provocada, provavelmente, pela variação da oferta de frutos.

13 BPARAH, Auditoria Administrativa, M. 305, F. 26.

14 Considerado um problema grave pelos políticos e intelectuais da época. Ver: Livro do Primeiro Congresso Açoriano..., *op. Cit.*

15 Livro do Primeiro Congresso Açoriano..., *op. Cit.*, p. 368.

16 BPARPD/ACD/GCPDL, Correspondências Governo Civil de Ponta Delgada, Recebidas/Enviadas 1940.

de Ponta Delgada alertava o comandante do Distrito Policial em Outubro de 1939, sobre a possibilidade de muitas pessoas estranhas, provenientes sobretudo da ilha da Madeira, se dirigirem para São Miguel em busca de trabalho, possibilidade que necessitava providências a fim de não agravar a crise, que segundo ele, já deixava centenas de homens sem trabalho<sup>17</sup>.

No entanto, foi a população de São Miguel que, por não encontrar outros destinos no estrangeiro, seguia para outras ilhas, por vezes alterando o frágil equilíbrio económico desses territórios, como podemos verificar na correspondência de Outubro de 1939, onde o Delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência solicitava providências a fim de evitar a ida de trabalhadores do Distrito de Ponta Delgada para o Distrito de Angra do Heroísmo. Informava ainda que isto agravava ainda mais as dificuldades destas ilhas menores, uma vez que, os imigrantes necessitados ofereciam trabalho a qualquer preço, acabando por afectar os trabalhadores terceirenses<sup>18</sup>.

Por outro lado, tendo em vista que a situação nas outras ilhas do arquipélago não era a melhor, também havia a necessidade de encontrar destinos para sua população. Deste modo, o surgimento de novas oportunidades de emigração para os micaelenses, era suficiente para despertar interesses e solicitações destas outras ilhas para também poderem enviar emigrantes. Este facto é testemunhado pela correspondência do Governador Civil do Distrito de Angra do Heroísmo ao Governador Civil do Distrito de Ponta Delgada, em 18 de Junho de 1938<sup>19</sup>, onde são solicitadas informações sobre a possibilidade de também enviar trabalhadores daquele distrito para a América Central, uma vez que, após circularem notícias de que os micaelenses seguiam para aquele destino com contractos atraentes, muitos trabalhadores se dirigiram à administração do concelho das Velas, manifestando o desejo de embarcarem para o mesmo destino.

## A emigração nos Açores, em inícios do século XX: uma visão geral

Em edital de 7 de Junho de 1922, o comissário Geral de Emigração, Filipe da Silva Mendes, declarava que, como havia ocorrido no ano anterior, o

17 BPARPD/ACD/GCPDL, Correspondências Governo Civil de Ponta Delgada, Recebidas/Enviadas 1939.

18 Ofício de 03 de Outubro de 1939 enviado pelo Delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência de Angra do Heroísmo ao Delegado da mesma instituição em Ponta Delgada. Ver: BPARPD/ACD/GCPDL, Correspondências Governo Civil de Ponta Delgada, Recebidas/Enviadas 1939.

19 O documento em questão está com data de 18 de Junho de 1936. No entanto, tendo em vista o seu conteúdo e o número de recepção, posso inferir que houve um erro na grafia da data, uma vez que o documento possui tema relativo ao ano de 1938 e foi recebido neste mesmo ano.

governo dos Estados Unidos da América do Norte determinava que durante aquele ano fiscal<sup>20</sup>, só poderiam desembarcar nos portos daquele país 2.269 emigrantes portugueses. Sendo que em cada um dos meses de Julho e Agosto poderiam embarcar apenas 450 emigrantes no porto de Ponta Delgada, 50 no de Angra e 100 no porto da Horta. Determinava ainda que, em cada um dos meses seguintes, só poderiam embarcar 15 emigrantes no porto de Ponta Delgada e 15 no porto de Angra, sendo permitido na Horta o embarque de 25 emigrantes por mês<sup>21</sup>.

No panorama da emigração açoriana no período entre guerras, este edital pode ser visto como um marco do início de um período de duras dificuldades na região. Longe de ser um problema isolado, o edital já havia sido emitido também no ano anterior, e era apenas o iniciar de uma das mais graves crises emigratórias vividas no arquipélago, especificamente na Ilha de São Miguel, durante todo o século XX.

De facto, a situação não era grave apenas nos Açores. Nos Estados Unidos da América, principal destino dos emigrantes micalenses nesse período, a situação ainda era pior. Num artigo de 18 de Fevereiro de 1933, o jornal “Açoriano Oriental” falava das difíceis condições em que se encontravam muitos portugueses naquele país. Segundo o jornal, muitos portugueses viviam na miséria, à espera do repatriamento pelo governo de Lisboa, e, neste caso, provavelmente, seriam enviados directamente para a África<sup>22</sup>.

Nos princípios do século XX, após um intenso fluxo emigratório que seguia, desde antes do século XIX, com destino ao Brasil e a partir de finais de século XIX, para os Estados Unidos da América e Havai, encontramos um continuar de tendências que só vêm a terminar com o início da I Grande Guerra. Este fluxo que, nas ilhas, chegou às dezenas de milhar, fomentado principalmente pelo desenvolvimento agrícola brasileiro e pela Revolução Industrial americana, quase cessou com o início da Grande Guerra, surgindo um período em que a emigração de açorianos quase desaparece.

Neste período, os principais destinos dos açorianos encontravam-se com as portas fechadas e, apesar de ter sido ainda um período de profundas dificuldades nas ilhas, o fluxo destes emigrantes continuou sempre beirando as poucas centenas, número muito inferior às dezenas de milhares que partiram nas décadas anteriores e que ressurgiram a seguir ao final da II Grande Guerra<sup>23</sup>.

---

20 Que vai de 1º de Julho de 1922 a 30 de Junho de 1923.

21 BPARAH, Auditoria Administrativa, M. 305, F, 26.

22 BPARPD/ACD/Jornais e Periódicos/ “Açoriano Oriental” de 18 de Fevereiro de 1933.

23 MENDONÇA, Luís, *Aspectos da Vida Quotidiana nos Açores: perspectiva histórica*, Ponta Delgada, 1998, pp. 166-167, 225 e 243-244

Num panorama geral sobre a emigração micaelense no período entre guerras, podemos verificar através do Livro de “Solicitação de passaportes de 1923 a 1939”, que o distrito de Ponta Delgada se encontrava em forte depressão. Os milhares de emigrantes que partiam anualmente reduziram-se às dezenas. O declínio acentuou-se justamente no momento de maior crise económica na ilha, no início da década de trinta, coincidindo com o ano de menor fluxo de embarcações a aportarem em Ponta Delgada e com o menor preço médio por fruto, nas exportações de ananás. O volume de pedidos de passaportes para emigrantes no cifrou-se em cerca de 47 em 1932, e 88 e 93, respectivamente, em 1933 e 1934, justamente nos anos em que se verificou a maior quebra de produção nos países mais atingidos pela Grande Depressão: Inglaterra, Alemanha, EUA e França. Os EUA por exemplo, principal destino dos emigrantes micaelenses, e de onde provinha grande quantidade de remessas monetárias, em Março de 1932, possuía cerca de 23% da sua população activa no desemprego, um total de 14 milhões de trabalhadores sem emprego, e o rendimento real por habitante naquele país era semelhante ao de 1908<sup>24</sup>.

Num breve olhar sobre a emigração segundo os números oficiais<sup>25</sup>, iremos notar que, no período entre 1891 e 1900, saíram do Distrito de Ponta Delgada 18.794 emigrantes enquanto de 1901 a 1911, emigraram cerca de 36.251 micaelenses, uma média de 3.295 por ano. Já nos anos de 1912 a 1920, mesmo afectados pelo eclodir da Primeira Grande Guerra, o número de emigrantes chegou a 23.018, numa média de 2.257 por ano. Esta situação viria a alterar-se logo nos primeiros anos da década de vinte, verificando-se que de 1921 a 1930 saíram de Ponta Delgada apenas 6.713 indivíduos e no período seguinte partiram somente 1.551 emigrantes, numa média de 671 e 155 emigrantes anualmente em cada período.

Em comparação com o conjunto das ilhas e o continente português, podemos notar que no arquipélago, os valores mais elevados de emigrantes são contabilizados nos anos de 1901 a 1911, com cerca de 96.007 emigrantes, e no continente entre os anos de 1912 e 1920, com 315.168 emigrantes. Quando analisamos o período que vai desde 1891 a 1940, é justamente na década de trinta que a emigração é menos expressiva, tanto em Portugal continental, como nos Açores: 93.674 e 14.237 emigrantes, respectivamente<sup>26</sup>.

A solicitação de passaportes para o Brasil, EUA e Bermudas, entre 1922 e 1950, permite analisar os três principais destinos dos emigrantes micaelenses

24 Maurice Flamant; Jeanne Singer-Kerel, *As Crises Económicas*, Publicações Europa – América. 1983. p. 81.

25 Instituto Nacional de Estatística, *VIII Recenseamento Geral da População: no continente e ilhas adjacentes*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1940.

26 Instituto Nacional de Estatísticas, *VIII Recenseamento Peral da População: no continente e ilhas adjacente...*, op. Cit.

no período estudado. Juntos, Brasil, Estados Unidos da América e Bermudas, entre os anos de 1922 a 1950, acumularam um total de 11.753 solicitações. Estes países constituíam os principais destinos dos emigrantes neste período. Relativamente aos quantitativos da emigração, podemos identificar algumas tendências interessantes, como o facto de a maior parte dos emigrantes se dirigirem para o Brasil e Bermudas no início da década de 20, talvez devido às restrições à entrada nos EUA. Depois, com o despontar da crise de 1929, há uma forte quebra na solicitação de passaportes para emigrantes para os três destinos, de 1930 a 1944, o que mostra que a crise foi generalização. Finalmente, após um período de cerca de quinze anos com a emigração quase totalmente paralisada, voltamos a encontrar um crescimento nos pedidos de passaportes com destino aos EUA em 1944, tendência que iria permanecer durante toda a segunda metade da década de quarenta, estendendo-se pelos anos seguintes, juntamente com Brasil e Bermudas em menores números.

Para as autoridades locais, a emigração continuava sendo essencial para desafogar o número de desempregados. Com o fechar das portas dos EUA, o desemprego aumentava de ano para ano<sup>27</sup>, como referenciava o governador do distrito de Ponta Delgada, em correspondência de 02 de Fevereiro de 1938. Ao solicitar facilidades para o embarque de micalenses para Curaçao, dizia que a emigração no distrito havia sido sempre muito elevada, especialmente para América do Norte. Com a extinção quase total da emigração, as populações rurais passaram a sentir dificuldades cada vez maiores. O resultado, segundo ele, foi um aumento anual da população em mais de duas mil pessoas, acompanhado pela falta de trabalho<sup>28</sup>.

## Destinos da Emigração Micaelense

Com o fechar das portas e as dificuldades nos principais destinos da emigração micaelense, surgiram alternativas inesperadas que, embora em pequenas quantidades, foram importantes para atenuar os efeitos da crise. Deste modo, entre 1925 e 1932, partiram para a Argentina 329 micalenses, sendo que, entre 1946 e 1950, seguiram mais 23. Entre 1944 e 1950 rumaram à Venezuela 93 emigrantes; em 1938, 443 habitantes emigraram para Curaçao e em 1940, registaram-se 154 pedidos de passaportes para a República Dominicana. Estes quatro destinos foram os mais solicitados, depois do Brasil, Estados Unidos da

---

27 *Livro do Primeiro Congresso Açoriano...*, op. Cit. p. 368.

28 BPARPD/ACD/GCPDL, Correspondências Governo Civil de Ponta Delgada, Recebidas/Enviadas 1938.

América e Bermudas, somando um total de 1.093 solicitações. Estes pedidos, juntamente com os 9.779 correspondentes aos três principais destinos, já mencionados, deixam menos de 150 pedidos para mais cerca de 21 destinos variados, sem contar com alguns outros mencionados como “países da Europa”.

Apesar da crise, os jornais açorianos publicavam vários anúncios diariamente sobre destinos e navios que passavam frequentemente nas ilhas em busca de passageiros emigrantes. Estes anúncios eram reveladores dos vários países para onde seguiam os emigrantes locais. Em 30 de Junho de 1940, por exemplo, encontramos um anúncio da Agência Francisco, C. S. Martins, a informar que estava legalmente habilitada pela Inspeção-geral dos Serviços de Emigração, para tratar de todos os documentos, incluindo passaportes e passagens. Neste anúncio encontramos ainda destinos como “Brasil, Argentina, América do Norte, São Domingos e outros”<sup>29</sup>. Eram anúncios encontrados todos os dias nos jornais da época, reflexo da importância económica que a emigração tinha não só para os que partiam, mas também para os que faziam dela o seu trabalho.

## Emigração para Curaçao

Em 13 de Março de 1938, às 4:00 h da tarde, saía do porto de Ponta Delgada o vapor holandês *Breda*, proveniente de Amesterdão e com destino a Curaçao e com ele seguiam os primeiros 35 emigrantes micalenses contratados pela *Curaçaosche Petroleum Industrie Maatschappij*, uma empresa petrolífera Holandesa com sede social em *Willamstad* – Curaçao. Até ao dia sete de Outubro daquele ano embarcariam ainda um total de cerca de 445 micalenses, todos contratados pela mesma empresa, para trabalhos braçais, na abertura de estradas e desbravamento de terreno para a exploração de petróleo.

Curaçao é uma ilha Holandesa, localizada a cerca de 70 quilómetros da costa venezuelana. Tem uma superfície de cerca de 550 Km<sup>2</sup> e, na década de 1930, possuía uma crescente indústria petrolífera, que absorvia grande quantidade de mão de obra, sobretudo portuguesa, e na qual residiam, no fim dos anos trinta, cerca de 8.000 imigrantes portugueses<sup>30</sup>.

As relações entre Curaçao e a Ilha de São Miguel, nesse período, tiveram início através da agência de Navegação João de Freitas Martins LDA, com sede no Funchal, como refere correspondência de 20 de Janeiro de 1938. Nela, a empresa João de Freitas Martins solicitava ao governo do Distrito de Ponta

29 BPARPD/ACD/Jornais e Periódicos, “Diário dos Açores” de 30 de Junho de 1940.

30 BPARPD/ACD/Jornais e Periódicos, “Correio dos Açores” de 03 de Março de 1938.

Delgada, facilidades para o embarque de trabalhadores para Curaçao, uma vez que o governo Civil do Distrito de Funchal havia concedido facilidades para emigrantes madeirenses que embarcavam para o mesmo destino. Na correspondência era informado ainda que a empresa *Curaçaosche Petroleum Industrie Maatschappij* pretendia contratar emigrantes micalenses para irem trabalhar em Curaçao, assim como já havia sido feito na Madeira, com cerca de 500 madeirenses.

Tratava-se de um contrato que abrangeria mais de 500 trabalhadores micalenses que seriam encaminhados a serviços braçais; tinha uma duração de quatro anos, com passagens de ida e volta garantidas pela empresa, alojamento gratuito, além de soldo de 0,35 centavos de francos por hora, médico da companhia gratuito, uma espécie de seguro em caso de doenças e muitos outros atractivos<sup>31</sup>.

Tendo em conta a situação vivida na ilha de São Miguel e a crise de desemprego, em pouco tempo, centenas de emigrantes se inscreveram para seguirem para Curaçao. Em 3 de Março de 1938, embarcaram os 35 primeiros emigrantes, de um total de 445 que partitiam até 7 de Outubro daquele ano. Tudo indicava que seria uma corrente migratória normal, não fosse o facto de alguns acontecimentos a transformarem numa situação um tanto quanto delicada. Efectivamente, em 18 de Junho de 1938, a Empresa João de Freitas Martins informava o Distrito de Ponta Delgada que no dia 17 do mês anterior, fora a empresa surpreendida por um telegrama notificando que o embarque de micalenses para Curaçao havia sido suspenso pela empresa contratante sob alegação de que os trabalhadores micalenses não eram adequados para os trabalhos solicitados.

Na verdade, nessa época, para a população desempregada, qualquer oportunidade de amenizar a crise deveria ser aproveitada ao máximo. Com as instituições assistenciais a reconhecerem dificuldades de acorrer às necessidades de tão elevado úmero de desempregados, sempre que surgiam oportunidades de condições melhores em outros países, muitos trabalhadores chegavam ao ponto de omitir as suas verdadeiras profissões, a fim de conseguirem embarcar com mais facilidade.

A este respeito, num levantamento dos emigrantes que partiram para Curaçao em 1938, pudemos constatar diferenças no número de profissões declaradas nos pedidos de passaporte dos emigrantes casados, com as apresentadas nas respectivas certidões de casamento. Nos números apurados, em cerca de 150 passaportes consultados, relativos a emigrantes casados, verificámos que

---

31 BPARPD/ACD/GCPDL/ Correspondências Governo Civil de Ponta Delgada, Recebidas/Enviadas 1938.

17 deles haviam declarado profissões diferentes das registadas nas certidões de casamento. A título exemplo, podemos referir o caso de 5 pedreiros, 5 carroceiros e ainda outros profissionais, como marceneiros, carpinteiros, cantoneiros, agenciadores e queijeiros, que se apresentaram como camponeses, quando solicitaram passaportes para Curaçao<sup>32</sup>.

Um outro exemplo que pode ser citado é o caso da República Dominicana, para onde se inscreveram, em 1940, cerca de 150 emigrantes, dos quais cerca de 90 eram casados. Ao analisar as profissões declaradas na certidão de casamento, comparadas com a solicitação de passaporte, constatámos que dos 90 casados, apenas 67 se declaram como camponeses nas certidões de casamento, enquanto que, nas solicitações de passaportes, este número ascendia a 86<sup>33</sup>.

Para além de parecer um caso isolado, este problema preocupava as autoridades, ao ponto de tentarem, por todos os meios, identificar os falsos lavradores, impedindo assim futuras complicações nos países que recebiam estes emigrantes. Em 1938, por exemplo, o governador do distrito de Ponta Delgada alertava o presidente da Comissão Administrativa da Câmara, para este problema, dizendo que muitos operários se declaravam agricultores, em virtude de o Brasil preferir trabalhadores agrícolas. Em consequência disso, alguns destes emigrantes não encontravam colocação naquele país, regressando a Portugal em pior situação do que quando partiam, sendo obrigados a vender as suas habitações para pagar as contas apresentadas pelos agentes de passagens e passaportes. Por isso, segundo ele, era necessária uma maior atenção aos presidentes das Câmaras Municipais, responsáveis pela emissão do certificado de lavrador aos emigrantes<sup>34</sup>.

As mesmas queixas seriam mais tarde repetidas quando da emigração para a República Dominicana que acabou com a morte de dois emigrantes micaelenses, alegadamente de fome, e o repatriamento de cerca de 45, pelo governo do Estado Novo, sob pressão das comunidades açorianas nos EUA e Bermudas.

No entanto, mesmo com a tentativa de prevenir falsas declarações de profissão, surgiam problemas como o relatado em carta de 18 de Junho de 1938 pela empresa João de Freitas Martins, a qual informava o governador do distrito de Ponta Delgada sobre os acontecimentos relativos aos emigrante de Curaçao. Dizia ele que, apesar de um interrogatório a fim de identificar casos

32 BPARPD/ACD/GCPDL/ Passaportes para Curaçao – 1938.

33 BPARPD/ACD/GCPDL/ Passaportes para República Dominicana – 1940.

34 Correspondência de 20 de Dezembro de 1938 entre o Governador do Distrito de Ponta Delgada, Sr. Alberto de Campos Vieira Neves, e o Presidente da Comissão Administrativa da Câmara. Ver: BPARPD/ACD/GCPDL, Correspondências Governo Civil de Ponta Delgada, Recebidas/Enviadas 1939.



suspeitos a respeito da profissão exercida pelos mesmos<sup>35</sup>, não havia como impedir o embarque de indivíduos sem aptidão para o trabalho. Em Curaçao, como relata a correspondência, os emigrantes açorianos recusavam-se a fazer alguns serviços pedidos, e inclusive, haviam-se envolvido em incidentes com um capataz holandês, caso que só foi resolvido com a presença da polícia<sup>36</sup>.

Mais tarde, já na segunda metade da década de 50, com o surgimento de um fluxo migratório para o Canadá, são enviados para Ponta Delgada fiscais daquele país a fim de identificar falsas declarações de profissão, para impedir assim que homens sem experiência em trabalhos pesados, embarcassem como lavradores.

No entanto, para além desta conjuntura, os embarques dos emigrantes aconteceram até ao dia 7 de Outubro de 1938, quando partiram os últimos 5 emigrantes para aquele destino. É interessante mencionar ainda que, entre 29 de Abril e 4 de Agosto daquele ano, não houve nenhum embarque de micalenses para Curaçao, provavelmente em consequência da situação gerada com os trabalhadores micalenses naquela ilha. Contudo, desde 4 de Agosto até ao último embarque, em 7 de Outubro, seguiram para Curaçao mais 191 micalenses.

Neste trabalho de investigação ainda falta muito por esclarecer, até porque sempre que se iniciam pesquisas sobre um tema pouco estudado, surgem mais questões do que respostas. Neste sentido, falta ainda aprofundar o estudo da situação real destes emigrantes em Curaçao, bem como identificar descendentes dos mesmos nas ilhas de São Miguel ou de Curaçao. Porém, uma das questões mais interessantes obteve resposta a partir do momento que encontrámos, nos livros de solicitação de passaportes, nos anos de 1944 a 1950, mais 28 pedidos de passaportes para Curaçao, desta vez de mulheres, muitas vezes acompanhadas de seus filhos que seguiam com o intuito de se juntarem aos seus maridos naquele destino.

## Conclusões

Este estudo permitiu concluir que, no final do período entre duas Grandes Guerras mundiais, os Açores foram profundamente afectados pelos efeitos da crise económica, reflectidos no declínio da emigração, na diminuição das remessas dos emigrantes, e, no caso de S. Miguel, nas dificuldades de exportação

---

35 BPARPD/ACD/GCPDL, Correspondências Governo Civil de Ponta Delgada, Recebidas/Enviadas 1938.

36 BPARPD/ACD/GCPDL, Correspondências Governo Civil de Ponta Delgada, Recebidas/Enviadas 1938.

do ananás. Notámos ainda a tentativa de fuga da sua população para qualquer destino que surgisse, conhecido ou não.

Foi neste contexto que Curaçao emergiu como um lugar atractivo e, provavelmente, ajudou os micalenses que para lá foram a melhorar um pouco as suas condições de vida.

A crise do ananás em S. Miguel, repercutiu-se no agravamento das condições de vida em todo o arquipélago, quer pelo facto de os micalenses buscarem nas outras ilhas o trabalho que não encontravam em São Miguel, e concorrerem com os trabalhadores locais, quer pelas tentativas destas outras ilhas em conseguir as mesmas oportunidades dos micalenses para emigrarem para novos destinos migratórios.

Fruto do desemprego e das miseráveis condições de vida em S. Miguel, muitos trabalhadores arriscavam tudo para tentar a sorte noutro país, declarando profissões falsas para aumentar a possibilidade de embarcar para o Brasil, Curaçao, República Dominicana e, alguns anos mais tarde, para o Canadá.

Este texto permitiu ainda desvendar um pouco o contexto da emigração para o Curaçao. Contudo, importa reconhecer que ainda falta muito por descobrir sobre a presença dos emigrantes açorianos naquele território, nomeadamente sobre o processo de integração dos que escolheram aquela ilha como nova casa, bem como sobre o provável legado da cultura açoriana que, acredito eu, persiste ainda hoje.

## Referências Bibliográficas e Fontes Estatísticas

Biblioteca Central / Arquivo da Empresa Bensaude e C<sup>a</sup>.

Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo

*Auditoria Administrativa / Maço – 305 / F – 26.*

Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada

*ACD/Fundo do Governo Civil do distrito de Ponta Delgada*

*Livros de Solicitação de Passaportes dos Anos de 1922 a 1950*

*Passaportes para República Dominicana, 1940.*

*Passaportes para Curaçao – 1938.*

*Correspondência Recebidas e Emitidas do Governo Civil, 1936 a 1940.*

Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada

*Açoriano Oriental – Ponta Delgada – 1935-445*

*Correio dos Açores – Ponta Delgada – 1938-42*

*Diário dos Açores – Ponta Delgada – 1938-42*

Dias, Maria de Fátima Silva de Sequeira (2001), *Ascensão e declínio de uma cultura agrícola na ilha de São Miguel, Arquipélago dos Açores: o ananás (dos finais do século XIX aos inícios do século XXI)*. Universidade dos Açores.

Eanes, Carlos (1994), *A Economia Açoriana Entre as Duas Guerras Mundiais*. Lisboa: Edições Salamandra.

Flamant, Maurice & Singer-Kerel, Jeanne (1983), *As Crises Económicas*. Publicações Europa-América.

Instituto Nacional de Estatística (1940), *VIII Recenseamento Geral da População: no continente e ilhas adjacentes*. Lisboa: Imprensa Nacional.


Livro de Movimento do Porto de Ponta Delgada 1900 a 1980.

Livro do Primeiro Congresso Açoriano que se reuniu em Lisboa de 8 a 15 de Maio de 1938, Grémio dos Açores. Lisboa: Jornal de Cultura, 1940.

Mendonça, Luís (1998), *Aspectos da Vida Quotidiana nos Açores: perspectiva histórica*. Ponta Delgada, pp. 166-167, 225 e 243-244.

Serviço de Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.  
*Fundo Diplomático Ministério dos Negócios Estrangeiros/Serviço de Emigração.*  
*Repartição Consular / M: 196 / 2ºP / A.44.*

Serviço de Documentação da Universidade dos Açores



# Dialécticas da mobilidade dos açorianos: incorporação em espaços transatlânticos

Sandra Roberto  
*Universidade dos Açores*

## Introdução

O aspecto central desta comunicação prende-se com a incorporação dos imigrantes nas sociedades dos países de acolhimento. O processo de incorporação pode comprometer ou facilitar o sucesso da permanência dos imigrantes nos locais de destino, contribuindo para tal os contextos de recepção do país de acolhimento e os recursos individuais. Da combinação dos contextos de recepção com as características individuais resultará o modo como se processará a incorporação dos imigrantes nas sociedades de acolhimento.

Portugal apresenta ao longo da História intensos registos de movimentação da população para o exterior (continuando a registar saídas ainda hoje) e, neste contexto, a região dos Açores não constitui excepção. No entanto, enquanto a grande intensidade dos movimentos emigratórios da região continental, nos anos 60 e 70, se dirigiu preferencialmente para a Europa Ocidental, nos Açores a emigração predominante rumou à América do Norte, mais concretamente aos EUA e Canadá (Silva, M.; Baganha, M.; Maranhão, M.; Pereira, M., 1993)

O arquipélago dos Açores constitui um campo de análise privilegiado, sob a dupla perspectiva da mobilidade; emigração/imigração. Os fluxos realizados na segunda metade do século XX são ainda visíveis em termos sociais e individuais, tanto nas comunidades de origem como de destino, traduzindo-se assim no enfoque duplo das duas vertentes da mobilidade; os emigrantes açorianos enquanto imigrantes.

Assim, no contexto da emigração dos açorianos dirigida aos países norte-americanos foi realizada uma análise da incorporação destes emigran-

tes nas respectivas sociedades de acolhimento, explorando as características individuais assim como os contextos específicos de recepção, através de dois segmentos da população que esteve emigrada nestes países e que regressou à ilha de S. Miguel nos Açores.

Na recolha de informação pertinente para o estudo foi utilizado o método de inquérito por questionário, caracterizando-se como um estudo essencialmente descritivo da incorporação dos imigrantes contextualizado no período de tempo de emigração.

## Considerações metodológicas

No estudo realizado foram inquiridos emigrantes regressados, constituindo dois subgrupos: um, os emigrantes regressados do Concelho do Nordeste e da Povoação, pois segundo Madeira e Medeiros, (2004) estes concelhos foram os mais afectados pela mobilidade na ilha de S. Miguel, outro subgrupo; a população repatriada apoiada pela rede da mobilidade humana.

Assim, esta amostra permite aceder à experiência migratória e um conhecimento sobre os modos de incorporação dos portugueses – açorianos – nos países de acolhimento. Pelas trajectórias individuais distintas, por um lado, mas ao mesmo tempo pela condição de imigrante pretende-se aprofundar o conhecimento sobre esta temática.

A escolha destes dois subgrupos prende-se com a heterogeneidade das faixas etárias englobando assim experiências distintas quanto à idade no momento da emigração, assim como o número de anos que estiveram no país de acolhimento, situação que condiciona a incorporação na sociedade de acolhimento.

A população inquirida totaliza 187 indivíduos, sendo 142 emigrantes regressados divididos por dois concelhos: 80 do Nordeste e 62 da Povoação.

A população repatriada foi inquirida através da Rede de Suporte Scio-cultural à Mobilidade Humana de S. Miguel; KAIROS, Casa de Saúde de S. Miguel e Associação Novo Dia, e pelos indivíduos identificados no concelho do Nordeste e da Povoação no momento da aplicação dos questionários, totalizando 45 indivíduos. Desde já se ressalva a pequenez dos efectivos podendo condicionar e limitar algumas considerações relativas a esta população.

Em ambos os grupos, os dados foram recolhidos através de entrevista estruturada por questionário, tendo sido o mesmo aplicado aos emigrantes regressados e repatriados durante os meses de Julho, Agosto e Setembro de

2006. Os dados recolhidos através deste questionário foram tratados através do programa SPSS – *Statistical Package for Social Sciences*.

## Análise dos resultados

### Caracterização socioeconómica

A população regressada, no momento do preenchimento do questionário, caracteriza-se por uma idade avançada, entre os 48 e os 78 anos, concentrando-se sobretudo no intervalo entre os 58 e os 68 anos de idade. Ao nível do estado civil predomina o casamento/união de facto e a situação perante o trabalho/meio de vida reparte-se entre desemprego, emprego e pessoas que têm como fonte de rendimento a pensão ou reforma.

A população repatriada tem uma idade bastante mais jovem situada entre os 28 e os 48 anos de idade, sobretudo solteira ou divorciada e encontrava-se desempregada ou integrada no Programa de Ocupação Social de Adultos – PROSA.

### Situação socioeconómica no país de destino

A população regressada esteve emigrada, de forma repartida, nos EUA e no Canadá e uma grande parte permaneceu no país de acolhimento entre 2 e 12 anos. Na altura em que partiram do local de origem foram sozinhos ou com o cônjuge e filhos e decidiram emigrar por dificuldades económicas. Na chegada ao país norte-americano, receberam maioritariamente apoio dos familiares.

A população repatriada inquirida esteve emigrada maioritariamente nos EUA, permanecendo no destino, entre 32 e 37 anos. Quando emigraram para o país de acolhimento fizeram-no na companhia dos pais. Estes partiram também por dificuldades económicas, tendo a sua instalação no país de destino, sido apoiada por familiares.

### Mercado de trabalho e Integração profissional

A análise da integração dos imigrantes no mercado de trabalho é um aspecto bastante importante para a compreensão da incorporação nas sociedades de acolhimento. Tendo por base a teoria de Portes (1999) que reforça a importância deste domínio da integração dos imigrantes, verifica-se que indivíduos com competências semelhantes na sociedade de acolhimento, ao

longo do tempo, poderão vir a ocupar posições bastante distintas, pois dependerá em grande medida do mercado de trabalho e da comunidade onde se procederá a integração.

Assim, as capacidades e recursos individuais como o nível de escolaridade, tal como a capacidade de iniciativa empresarial são alguns dos aspectos relevantes na análise do mercado de trabalho. No entanto, e segundo o mesmo autor, a tipificação dos empregadores face a determinado grupo étnico constitui ainda um factor determinante para o lugar que poderão ocupar certos grupos imigrantes.

Tal como referem Oliveira e Teixeira (2004) e Madeira e Medeiros (2004), os dados recolhidos indicam que os emigrantes portugueses, regra geral, mostram um grau de satisfação elevado com o trabalho que desempenham, pois são os proventos do trabalho que lhes proporciona o conforto material; sentem que contribuem bastante para o desenvolvimento do país, através das actividades que desempenham, ainda que desqualificadas, como a limpeza ou a construção civil.

A avaliação que os portugueses fazem da sua situação tem por base não a comparação com outros grupos étnicos ou a população do país de acolhimento (cujas condições de vida desconhecem), mas sim uma comparação com a vida no país de origem.

Os indivíduos repatriados, conforme já referido, caracterizam-se maioritariamente por terem emigrado ainda muito jovens; apresentam níveis de escolaridade mais elevados que a população regressada, embora ainda muito inferiores às da população do país de acolhimento. O baixo nível de instrução não lhes permite a incorporação em profissões qualificadas, pelo que são predominantes as actividades de baixa qualificação, como operários da construção civil ou da indústria, à semelhança do que fizeram ou fazem os seus pais no mesmo país. No entanto, revelam, tal como a população regressada, um elevado grau de satisfação com a vida no país de acolhimento, assim como avaliam positivamente a sua integração profissional no país.

### Comunidade étnica e Integração social

A situação mais frequente (aquela na qual se enquadra a comunidade portuguesa nos EUA e Canadá) é a existência de uma comunidade étnica que desempenha importantes funções na diminuição do impacto da mudança cultural e na protecção dos imigrantes contra as dificuldades económicas iniciais e preconceitos exteriores. A dimensão e as características da comunidade, em termos das qualificações profissionais dos seus membros, constituem traços

importantes para o percurso e entrada no mercado de trabalho dos imigrantes recém-chegados (Portes e Rumbaut, 1999).

Entre a população regressada constata-se a vasta participação nas associações ou colectividades da comunidade portuguesa, um fraco conhecimento da língua e das instituições do país de acolhimento e a residência próxima de outros emigrantes portugueses, revelando um elevado grau de satisfação com a vida no país de destino. Assim, verifica-se nesta população a preservação das tradições e, no fundo da identidade portuguesa, estabelecendo relações e contactos dentro da comunidade étnica.

As características da população repatriada remetem para a questão da integração social da segunda geração. Ainda que tenham nascido em Portugal, fizeram todo o seu percurso de vida, desde a infância, já no país de acolhimento. Deste modo, verifica-se nesta população um grande desinteresse e participação pelas colectividades portuguesas, apresentando já um elevado grau de conhecimento da língua e das instituições do país de destino e assinalando já um local de residência próxima dos nativos ou de outros grupos étnicos, constituídos por trabalhadores com poucas qualificações.

O contexto desta população remete para a discussão das abordagens teóricas acerca da integração dos imigrantes e seus descendentes nas sociedades de acolhimento. A teoria da assimilação segmentada, proposta por Portes e Zhou (1993), refere que os imigrantes e seus descendentes se deparam com uma situação económica caracterizada por alterações profundas no mercado de trabalho, cujo funcionamento seria do tipo ampulheta. Na base encontra-se alguma oferta de trabalho desqualificado, onde são exigidas poucas ou nenhuma qualificações; no topo situam-se os trabalhos para os quais são necessárias altas qualificações e especialização e, no meio, os postos de trabalho intermédios que podem ser ocupados por pessoas com qualificações limitadas mas tendem a estar menos disponíveis.

Pelas características do novo mercado de trabalho e da nova economia, grande parte dos imigrantes e, principalmente, a segunda geração depara-se com um problema de integração, pois, anteriormente, preenchiam a camada intermédia do mercado, caracterizada por postos de trabalhos intermédios mesmo com baixas qualificações. Esta camada ao tornar-se limitada nas oportunidades e existindo uma aspiração de mobilidade ascendente por parte dos imigrantes, acaba por se criar um fosso entre as aspirações e a concretização das oportunidades. Deste modo, os imigrantes da segunda geração tendem a realizar outros caminhos de incorporação e nestes, a origem étnica e o capital cultural e social poderão desempenhar um papel central.



Os baixos níveis de escolaridade da população repatriada (comparativamente aos países de acolhimento) e as consequentes qualificações profissionais, visto exercerem profissões pouco qualificadas conduzem os portugueses à camada mais baixa do mercado de trabalho. No entanto, a assimilação cultural teria sido iniciada pela adopção da língua do país de acolhimento, pelo afastamento da cultura de origem e pelo contacto crescente com a cultura dominante.

A assimilação continua a processar-se ao longo do tempo. No entanto, os baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional impedem a inserção dos emigrantes portugueses nas camadas intermédias ou elevadas da sociedade de acolhimento, conduzindo deste modo a uma assimilação descendente. A este nível, verifica-se que esta geração, não querendo desempenhar as mesmas profissões que os seus pais e não se identificando com a cultura dos mesmos, mas não conseguindo aceder culturalmente ao país de acolhimento, percorrem muitas vezes e, como poderá ter sido o caso desta população, uma trajectória marginal, culminando na expulsão do país.

## Considerações finais

Os motivos que levam os indivíduos a saírem do seu país de origem com destino a outro mais ou menos desconhecido, têm sido amplamente debatidos ao nível teórico. Na perspectiva das teorias das migrações, verifica-se uma clara insuficiência da abordagem económica dos modelos neo-clássicos para explicar todas as vertentes do complexo processo das migrações, surgindo assim abordagens de cariz sociológico como complemento teórico justificativo. Este estudo centrou-se no conceito de relação centro-periferia, desenvolvido por Portes (1999), como contributo para a compreensão da dimensão da emigração dos açorianos nos EUA e Canadá.

Os contactos estabelecidos entre estes países transatlânticos e a região dos Açores têm um significativo passado histórico e, ao nível individual, a ligação afectiva da população açoriana com estes países tem um carácter muito forte e acentuado. Assim, através das primeiras vagas de emigração com destino a estes países, iniciou-se uma teia ou rede de contactos entre esta região de origem e os países de acolhimento, conduzindo familiares, amigos e vizinhos a juntarem-se aos que se encontravam naqueles destinos.

No contexto da emigração dos açorianos para os EUA e Canadá, procurou-se caracterizar a incorporação destes emigrantes nos países de acolhimento. Com base no modelo de Portes (1999), procurámos avaliar três dimensões dos contextos de recepção: as políticas governamentais, o mercado de trabalho e

a integração profissional e a comunidade étnica e integração social, através de dois segmentos da população que tiveram regressos distintos à ilha de S. Miguel.

As políticas governamentais, tanto dos EUA como do Canadá, (reportando aos anos 60 e 70, época de emigração da população em estudo) traduziram-se numa aceitação passiva e indiferente à chegada e permanência dos imigrantes portugueses. Ou seja, não era fornecido nenhum apoio especial ou específico à população portuguesa que entrava no país, sem que fossem criados obstáculos à sua fixação, até porque os portugueses correspondiam de certa forma às necessidades de mão-de-obra manual que estes países necessitavam. Desta forma, e posteriormente através do reagrupamento familiar, os portugueses foram-se fixando nestes países do continente americano, sem que as políticas governamentais constituíssem obstáculo à integração.

Ao nível do mercado de trabalho e da integração profissional verifica-se, antes de mais, níveis de escolaridade efectivamente baixos, comparativamente aos níveis do país de acolhimento, quer naqueles que concluíram o grau de ensino em Portugal, quer no país de acolhimento (realçando também aqueles que não possuem qualquer grau de ensino). Este facto reveste-se da maior importância, pois condiciona a integração profissional e inserção nos segmentos mais baixos do mercado de trabalho.

Assim, estes emigrantes exercem profissões de baixas qualificações, mal remuneradas, de longas horas de trabalho e desempenho de tarefas fisicamente exigentes. Ao nível dos empregadores, não parece existir qualquer tipo de discriminação, no sentido em que parecem ter para com os portugueses uma atitude de indiferença, já que estes desempenham as suas funções laborais com dedicação e zelo dentro dos trabalhos desqualificados.

Não tendo a comunidade portuguesa capacidade de se constituir como um enclave étnico, pelas baixas qualificações e incapacidade se estabelecer por conta própria, remete os seus membros à incorporação nos segmentos mais baixos da população do país de acolhimento sem grande aspiração de mobilidade ascendente. No entanto, a população emigrante avalia muito positivamente a sua condição profissional e de integração no país de acolhimento.

Ao nível da comunidade étnica e da integração social surgem as grandes diferenças entre os dois subgrupos constituídos. Assim, os emigrantes regressados revelaram um elevado grau de participação nas associações e colectividades da comunidade portuguesa, sobretudo religiosas, assim como um grau de conhecimento médio ou baixo da língua e das instituições do país de acolhimento. Em termos de organização espacial de área de residência, esta população habitava maioritariamente entre a população da comunidade portuguesa. Estes indicadores

revelam assim um certo encerramento na comunidade étnica permitindo-lhes conservar uma identidade dentro desta.

Os emigrantes repatriados revelavam grande desinteresse pelas associações ou colectividades da comunidade portuguesa e um grau de conhecimento elevado da língua e instituições do país de acolhimento. Na escolha das zonas residenciais, esta população habitava essencialmente em locais com outras minorias étnicas, ou junto da população nacional do país de acolhimento.

Deste modo, ambas as populações têm um nível de escolaridade relativamente baixo e desempenho de profissões manuais de baixas qualificações. Os emigrantes regressados pareciam identificar-se com a comunidade étnica, na reprodução dos valores e costumes do país de origem como forma de protecção contra a desvalorização social e profissional a que estavam sujeitos na sociedade de acolhimento. No entanto, tal não podia suceder na população repatriada. Ao emigrarem com pouca idade, tendo contactado desde muito cedo com a cultura do país de acolhimento, adquirindo a língua e determinados hábitos e costumes desse país, a cultura e comunidade étnica do país de origem esvaziava-se de sentido para estes indivíduos. Deste modo, colocava-se um dilema de identidade, pois a cultura do país de origem era para eles bastante distante, desactualizada e sem satisfação para as necessidades de integração que tinham. Por sua vez, a cultura e a incorporação na sociedade dominante tornavam-se inacessíveis, pelos baixos níveis de escolaridade e pela incorporação nos segmentos mais baixos do mercado de trabalho.

Assim, verifica-se nesta população um processo gradual de assimilação cultural, que teria certamente continuado não fosse o facto de ter sido obrigada a sair do país, apesar de a integração na sociedade de acolhimento permanecer um grande obstáculo.

A mobilidade humana à escala mundial é hoje uma realidade incontornável, contando mais de 6 milhares de milhão de migrantes em todo o mundo e verificando-se grandes assimetrias na distribuição da população entre países emissores e receptores. Portugal, no contexto mundial, enquadra-se numa longa e complexa história de movimentos da população, com um registo permanente de saídas, tal como se verifica na Região Autónoma dos Açores.


A situação actual constitui uma realidade diferente, na medida em que, não tendo cessado as saídas, o país tornou-se também um território de imigração. Este facto tem atraído as atenções académicas, políticas e da população em geral. No entanto, os emigrantes portugueses e seus descendentes nos países de acolhimento continuam o seu percurso, deparando-se com as dificuldades inerentes ao processo migratório, principalmente no que concerne à integração das segundas e terceiras gerações. Tal facto, torna-se importante não só pelo

acompanhamento do desenvolvimento destas situações e das suas consequências a longo prazo, mas também pela aprendizagem que destas situações se pode fazer, num contexto de largos anos de recepção de imigrantes e, em grandes quantidades, como é o caso dos EUA e do Canadá. Com a realidade de Portugal a alterar-se a este nível, tudo indica que virá a receber mais imigrantes e poderá ser útil realizar uma observação crítica aos contextos de vasta tradição de recepção de imigrantes, adequando a análise às especificidades do país e do tipo de imigrantes que recebe actualmente e que virá a acolher no futuro.

## Referências Bibliográficas

- Madeira, Artur & Medeiros, Octávio (2004), *Emigração e regresso no concelho de Nordeste*. Ponta Delgada: Centro de Estudos Sociais, Universidade dos Açores.
- Oliveira, Manuel & Teixeira, Carlos (2004), *Jovens portugueses e luso-descendentes no Canadá – Trajectórias de inserção em espaços multiculturais*. Oeiras: Celta Editora.
- Portes, Alejandro (1999), *Migrações internacionais – Origens, tipos e modos de incorporação*. Oeiras: Celta Editora.
- Silva, Maria Beatriz; Baganha, Maria Ioannis; Maranhão, Maria José; Pereira, Miriam (1993), *Emigração e imigração em Portugal*, Actas do Colóquio internacional em Portugal, séculos XIX e XX. Lisboa: Editorial Fragmentos.





# **Imigrantes nos Açores: Distribuição espacial, situação face ao trabalho e aos títulos que habilitam a residir e trabalhar em Portugal**

Aníbal Pires  
*Associação dos Imigrantes nos Açores – AIPA*

## **Introdução**

A Região Autónoma dos Açores (RAA) é, desde os primórdios do seu povoamento, um território de migrações e migrantes e, se num passado não muito recente foi fortemente marcada pela emigração, no final do século XX, à semelhança do que se registou no território continental português, verificou-se nos Açores um assinalável aumento da população estrangeira.

O fluxo imigratório resultou, no essencial, da necessidade de mão-de-obra para a reconstrução do parque habitacional das ilhas do Pico e do Faial, fortemente danificado pelo sismo de Julho de 1998, para as obras públicas e para satisfazer as necessidades da expansão da construção civil. Crescimento directamente relacionado com a emergência do sector do turismo e a edificação de um significativo conjunto de infraestruturas hoteleiras, mas também com um novo paradigma habitacional nas principais cidades açorianas, em particular na cidade de Ponta Delgada.

Até ao início do actual ciclo imigratório registava-se já a presença de um considerável número de estrangeiros oriundos de Cabo Verde, do Brasil e do Leste Europeu. Os primeiros ligados à pesca e à construção civil<sup>1</sup>, os cidadãos brasileiros por possuírem qualificações especializadas exerciam actividade profissional na área da saúde, da gestão e do desporto, e os cidadãos do Leste Europeu exerciam a docência da música nos Conservatórios Regionais.

---

1 Desde da década de 70, do século XX, que cabo-verdianos, em particular da ilha de S. Nicolau se fixaram nas comunidades piscatórias dos Açores. A ilha Terceira acolhe desde a década de 80 uma apreciável e apreciada comunidade cabo-verdiana que aqui se fixou depois de ter participado nas obras de reconstrução que se seguiram ao violento sismo de 1 de Janeiro de 1980.

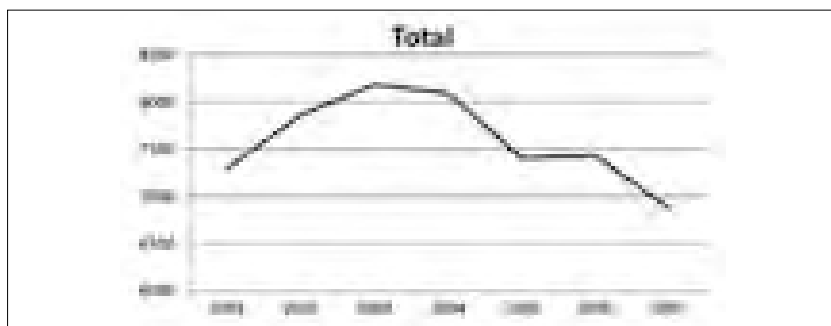
O presente trabalho, que actualiza um outro realizado em 2006, pretende olhar para a evolução do “stock” da população estrangeira documentada e registada na RAA, no período de 2005 a 2007, pretende, ainda, conhecer a sua inserção territorial até ao nível concelhio e, por fim, saber quais os principais sectores de actividade a que se dedicam os imigrantes e quais as nacionalidades mais representadas na RAA.

## Inserção Territorial

### Estrangeiros documentados na RAA de 2001 a 2007

A vaga de imigração para a RAA atingiu o seu “pico” no ano de 2003, com um total de 8180 estrangeiros documentados e registados. Após 2003 verifica-se, com excepção de 2006, ano em que ocorreu uma ligeira subida, um declínio no total de estrangeiros documentados e registados nos Açores (Fig. 1).

**Fig. 1** – Estrangeiros na RAA (considerados todos os títulos e o contingente militar dos EUA estacionados na Base das Lages)



Fonte: Direcção Regional dos Açores do SEF

A consideração do contingente militar dos EUA estacionado na Base das Lages, Ilha Terceira introduz um factor perverso, na leitura dos dados, pois tem variações anuais acentuadas. Não obstante, é possível uma leitura, com algum rigor, do “stock” da população estrangeira, na RAA, considerando que as tendências (crescimento, diminuição, fixação) adquirem visibilidade na leitura integrada da Tabela 1.

Se as autorizações de permanência (AP) decrescem gradual, é naturalmente fruto da sua transformação em autorizações de residência (AR) ou abandono do território, de entre outros motivos, os restantes títulos, com excepção das AP, acompanham o crescimento da população estrangeira até

2003 e depois decrescem anualmente para valores inferiores ou idênticos aos que se registavam no início do período em observação.

**Tabela 1** – Estrangeiros na RAA (considerados todos os títulos e o contingente militar dos EUA estacionados na Base das Lajes)

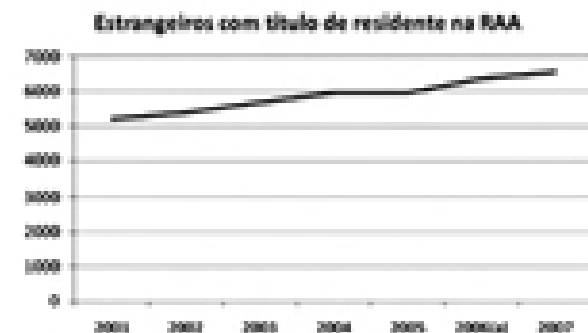
| Títulos                | Ano | 2001        | 2002        | 2003        | 2004        | 2005        | 2006        | 2007        |
|------------------------|-----|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Nº Residentes*         |     | 5202        | 5389        | 5681        | 5956        | 5948        | 6363        | 6546        |
| Nº Vist. Trabalho      |     | 93          | 243         | 262         | 231         | 190         | 217         | 73          |
| Nº Vist. Estudo        |     | 35          | 54          | 49          | 69          | 60          | 75          | 15          |
| Visto de C.Duração     |     | 163         | 471         | 519         | 360         | 281         | 241         | 147         |
| Nº Vist. E. Temporaria |     | 15          | 29          | 71          | 111         | 96          | 158         | 18          |
| Outros vistos          |     | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 19          |
| Vistos de residência   |     | 0           | 0           |             | 0           | 0           | 0           | 51          |
| Nº Aut. Permanência    |     | 1781        | 1670        | 1598        | 1356        | 828         | 373         | 0           |
| <b>TOTAL</b>           |     | <b>7289</b> | <b>7856</b> | <b>8180</b> | <b>8083</b> | <b>7403</b> | <b>7427</b> | <b>6869</b> |

\*Inclui os militares dos Estados Unidos estacionados na Base das Lajes e os seus familiares.

Fonte: Direcção Regional dos Açores do SEF

Embora o “stock” de estrangeiros documentados na RAA tenha diminuído desde 2003 até 2007, para um valor inferior ao que se registava em 2001, a população estrangeira com títulos de residência apresenta uma subida constante<sup>2</sup>, com excepção do ano de 2005 em que se registou um ligeiro decréscimo (Fig. 2). Este indicador permite inferir, ainda que com alguma subjectividade, uma tendência para a fixação da população estrangeira. Tendência que, também, pode ser inferida quando analisamos a inserção territorial da população estrangeira por ex-distrito, ilha e concelho, como veremos adiante.

**Fig. 2** – Evolução do “stock” de estrangeiros com AR



Fonte: Direcção Regional dos Açores do SEF

2 Sem considerar o contingente militar dos EUA estacionado na Base das Lajes, Ilha Terceira.



Inserção territorial por concelho, ilha e ex-distrito

*Evolução do “stock” de estrangeiros documentados no ex-distrito de Ponta Delgada*

No território do ex-distrito de Ponta Delgada, a que correspondem os concelhos de Ponta Delgada, Lagoa, Vila Franca do Campo, Povoação, Nordeste e Ribeira Grande (na ilha de S. Miguel) e Vila do Porto (na ilha de Santa Maria), verifica-se um aumento da população estrangeira, com excepção do concelho de Vila Franca do Campo onde se registou um ligeiro decréscimo, e do concelho de Nordeste onde não houve variação. Os restantes municípios registam uma tendência para o incremento da presença de cidadãos estrangeiros (Tabela 2; Fig. 3).

Tabela 2 – Estrangeiros na RAA, ex-distrito de Ponta Delgada

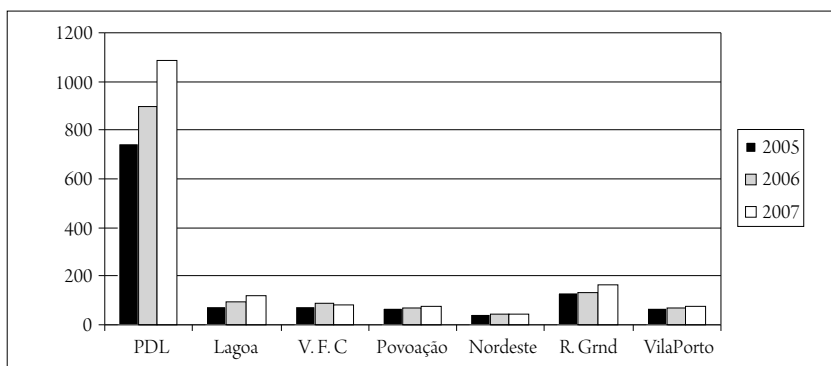
|             |      | S. Miguel |       |         |          |          |         | S. Maria   |
|-------------|------|-----------|-------|---------|----------|----------|---------|------------|
|             |      | PDL       | Lagoa | V. F. C | Povoação | Nordeste | R. Grnd | Vila Porto |
| Concelho    | 2005 | 748       | 74    | 73      | 69       | 47       | 131     | 68         |
| Ilha        |      |           |       |         |          |          | 1142    | 68         |
| Ex-distrito |      |           |       |         |          |          |         | 1210       |
| Concelho    | 2006 | 900       | 94    | 87      | 71       | 47       | 134     | 72         |
| Ilha        |      |           |       |         |          |          | 1333    | 72         |
| Ex-distrito |      |           |       |         |          |          |         | 1405       |
| Concelho    | 2007 | 1088      | 121   | 84      | 74       | 47       | 165     | 76         |
| Ilha        |      |           |       |         |          |          | 1579    |            |
| Ex-distrito |      |           |       |         |          |          |         | 1655       |

Fonte: Direcção Regional dos Açores do SEF

Globalmente consideradas, as ilhas de Santa Maria e S. Miguel (ex-distrito de Ponta Delgada) apresentam um crescimento de **36,78%**, da população estrangeira, no período de 2005 a 2007.

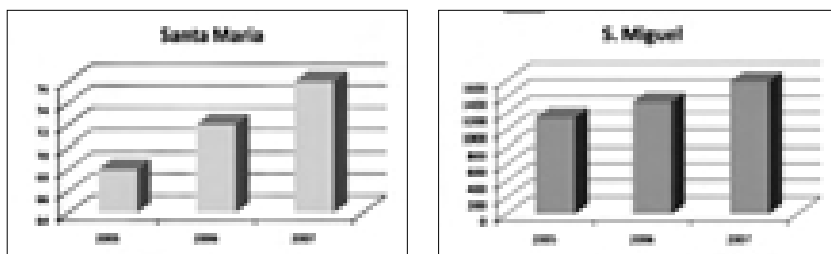
Na ilha de Santa Maria a população estrangeira regista um crescimento de 11,76 % no período de 2005 a 2007. Na ilha de S. Miguel a população em análise cresce, em igual período, 35,64%.

Fig. 3 – Estrangeiros na RAA no ex-distrito de Ponta Delgada



Fonte: Direcção Regional dos Açores do SEF

Fig. 4 – Evolução do número de cidadãos estrangeiros residentes nas ilhas de Santa Maria e S. Miguel



Fonte: Direcção Regional dos Açores do SEF

### *Evolução do “stock” de estrangeiros documentados no ex-distrito de Angra do Heroísmo*

No território do ex-distrito de Angra do Heroísmo, a que correspondem os concelhos de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória (na Ilha Terceira), Santa Cruz (na ilha Graciosa) e Calheta e Velas (na ilha de S. Jorge), verifica-se que Santa Cruz e Calheta registam variações negativas e positivas no período em análise; os restantes municípios apresentam um crescimento sustentado, isto é, a população estrangeira aumentou em todos os anos do período observado (2005 a 2007), podendo, por isso, inferir-se que existe uma tendência para a fixação desta população (Tabela 3; Fig. 5).

Não foram considerados os militares dos EUA estacionados na Base das Lajes pois, como já anteriormente foi referido, distorcem os dados em análise em virtude, não só, das variações anuais que se registam e que decorrem da política externa dos Estados Unidos face aos contextos políticos internacionais, mas também, pelas características da própria população que se encontra confinada às instalações militares da Base das Lajes e cujas interações com a população autóctone são limitadas.

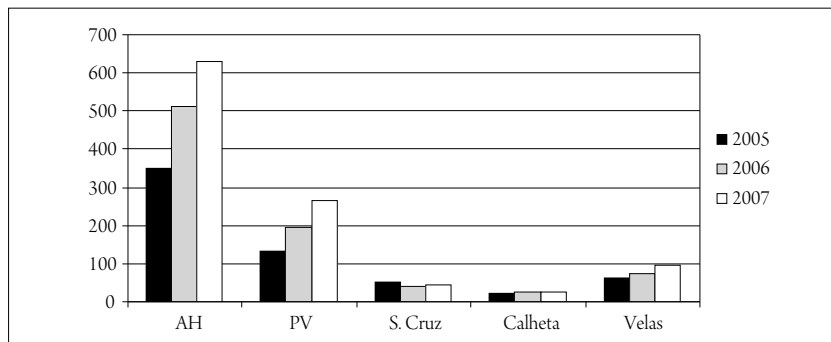
**Tabela 3** – Estrangeiros na RAA, ex-distrito de Angra do Heroísmo (excluindo o contingente militar dos EUA estacionado na Base das Lajes)

|             |      | Terceira |     | Graciosa | S. Jorge |       |
|-------------|------|----------|-----|----------|----------|-------|
|             |      | AH       | PV  | S. Cruz  | Calheta  | Velas |
| Concelho    | 2005 | 350      | 134 | 52       | 21       | 61    |
| Ilha        |      |          | 484 | 52       |          | 82    |
| Ex-distrito |      |          |     |          |          | 618   |
| Concelho    | 2006 | 513      | 197 | 40       | 27       | 75    |
| Ilha        |      |          | 710 | 40       |          | 102   |
| Ex-distrito |      |          |     |          |          | 852   |
| Concelho    | 2007 | 631      | 267 | 46       | 25       | 95    |
| Ilha        |      |          | 898 | 46       |          | 120   |
| Ex-distrito |      |          |     |          |          | 1064  |

Fonte: Direcção Regional dos Açores do SEF

A ilha da Graciosa apresenta neste período um decréscimo de 21,5%, ou seja, em termos absolutos baixou de 52 cidadãos estrangeiros residentes em 2005, para 46, em 2007.

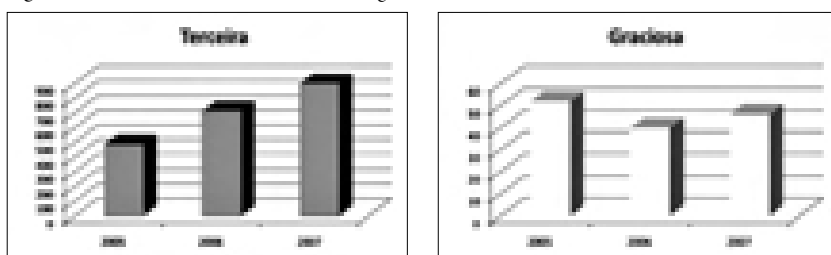
**Fig. 5** – Evolução do stock de estrangeiros no ex-distrito de Angra do Heroísmo (excluindo o contingente militar dos EUA estacionado na Base das Lajes)



Fonte: Direcção Regional dos Açores do SEF

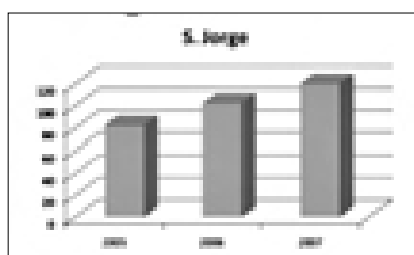
As ilhas de S. Jorge e Terceira apresentam crescimentos de 46,3% e de 85,5% respectivamente. No território a que corresponde o ex-distrito da Angra do Heroísmo, a população residente estrangeira aumentou 72,2% no período entre 2005 e 2007.

Fig. 6 – Evolução do stock de cidadãos estrangeiros nas ilhas Terceira e Graciosa



Fonte: Direcção Regional dos Açores do SEF

Fig. 7 – Evolução do stock de cidadãos estrangeiros residentes na ilha de S. Jorge



Fonte: Direcção Regional dos Açores do SEF

### *Evolução do “stock” de estrangeiros documentados no ex-distrito da Horta*

No território do ex-distrito da Horta, a que correspondem os concelhos de Lajes, Madalena e S. Roque (na ilha do Pico), Horta (na ilha do Faial), Santa Cruz e Lajes (na ilha das Flores) e Vila Nova do Corvo (na ilha do Corvo), apenas se registam variações negativas nos concelhos da ilha das Flores mas, mesmo assim, as Flores apresentam um saldo positivo, em 2007, de 5 cidadãos relativamente a 2005. Os restantes concelhos e ilhas registam um crescimento positivo (Tabela 4; Fig. 8).

A ilha do Pico apresenta neste período um crescimento de 59,5%, a ilha do Faial um aumento de 77% e a ilha do Corvo 71,4%.

No território a que corresponde o ex-distrito da Horta a população residente estrangeira aumentou **62,6%** no período entre 2005 e 2007.

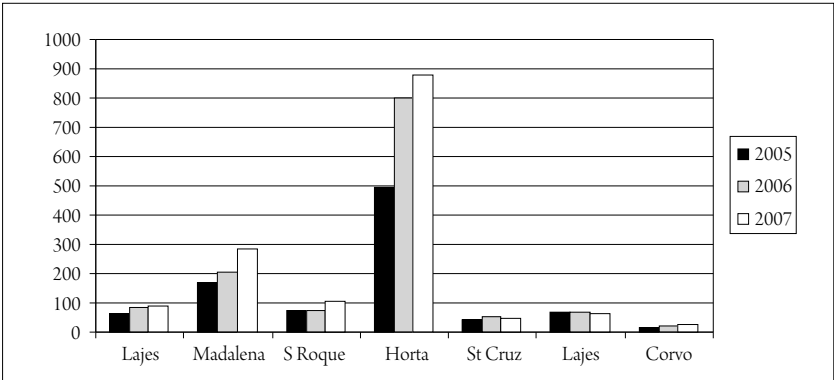
Tabela 4 – Estrangeiros na RAA, ex-distrito da Horta

|             |      | Pico  |          |         | Faial | Flores  |       | Corvo |
|-------------|------|-------|----------|---------|-------|---------|-------|-------|
|             |      | Lajes | Madalena | S Roque | Horta | St Cruz | Lajes | Corvo |
| Concelho    | 2005 | 62    | 166      | 73      | 496   | 43      | 66    | 14    |
| Ilha        |      |       |          | 301     | 496   |         | 109   | 14    |
| Ex-distrito |      |       |          |         |       |         |       | 920   |
| Concelho    | 2006 | 86    | 206      | 75      | 799   | 52      | 67    | 20    |
| Ilha        |      |       |          | 367     | 799   |         | 119   | 20    |
| Ex-distrito |      |       |          |         |       |         |       | 1305  |
| Concelho    | 2007 | 92    | 284      | 104     | 878   | 49      | 65    | 24    |
| Ilha        |      |       |          | 480     | 878   |         | 114   | 24    |
| Ex-distrito |      |       |          |         |       |         |       | 1496  |

Fonte: Direcção Regional dos Açores do SEF

É neste conjunto de ilhas, situado mais a ocidente, que a população estrangeira assume maior peso relativo no conjunto da RAA. Este facto, para além das necessidades decorrentes da falta de mão-de-obra já referidas, estará relacionado com o declínio populacional que se verificou no período intercensitário 1991-2001 mas, que se insere num ciclo de diminuição da população, em particular nas ilhas das Flores e do Pico. Neste período o conjunto destas quatro ilhas (Pico, Faial, Flores e Corvo) perdeu 1,6 % da sua população. Este dado é tanto mais relevante quando este saldo negativo se regista num contexto regional de crescimento de população. A população da RAA cresceu 1,66%, no período inter-censitário 1991-2001.

Fig. 8 – Evolução do stock de estrangeiros no ex-distrito da Horta



Fonte: Direcção Regional dos Açores do SEF

Fig. 9 – Evolução do stock de cidadãos estrangeiros nas ilhas do Pico e Faial

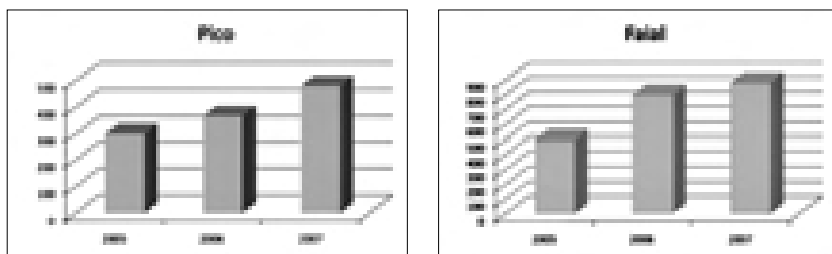
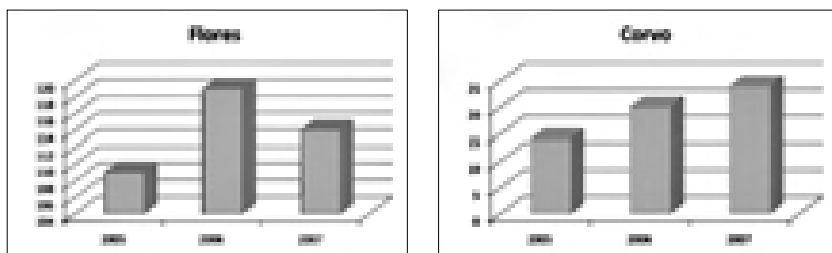


Fig. 10 – Evolução do stock de cidadãos estrangeiros nas ilhas das Flores e Corvo



Fonte: Direcção Regional dos Açores do SEF

### *Evolução do "stock" de estrangeiros documentados na RAA*

No período observado registou-se um aumento global de cidadãos estrangeiros detentores de títulos de residência (Tabela 5). A população estrangeira na RAA cresceu 10% entre 2005 e 2007.

Tabela 5 – Estrangeiros na RAA por ex-distrito

|      | PDL  | Angra | Horta |
|------|------|-------|-------|
| 2005 | 1250 | 618   | 920   |
| 2006 | 1405 | 852   | 1305  |
| 2007 | 1655 | 1064  | 1496  |

Fonte: Direcção Regional dos Açores do SEF

No ano de 2007 estavam registados nos Serviços de Estrangeiros e Fronteira (SEF), com AR, mais 598 cidadãos estrangeiros do que no ano de 2005.

### *Relação entre a população estrangeira e a população nacional*

#### *Evolução da população açoriana (1900 – 2001)*

A população açoriana durante o século XX registou, até à década de 60, um significativo aumento tendo atingido os 327446 habitantes. A partir dessa

data verifica-se um forte declínio, devido à conjugação de alguns dos factores que tradicionalmente motivam percursos migratórios. No período inter-censitário 1991-2001, o ciclo de declínio é contrariado com um aumento da população que ronda os 1,7%. Não obstante, em 2001 a população residente na RAA registava um valor inferior ao do limiar do século XX (Fig. 11).

Fig. 11 – População residente na RAA, 1900 a 2001



Fonte: INE

O aumento da população que se verificou entre 1991 e 2001, na RAA, não se distribuiu equitativamente em todo o arquipélago dos Açores. Apenas quatro, das nove ilhas, apresentam um saldo positivo<sup>3</sup>.

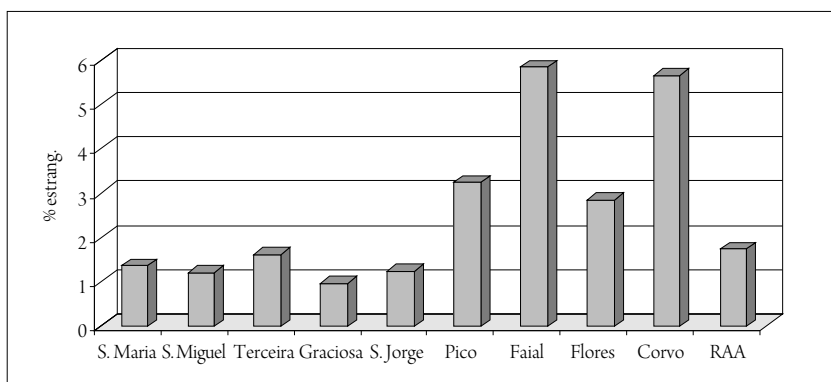
O crescimento populacional verifica-se, com excepção da ilha do Corvo, nas ilhas com maior capacidade de atracção cultural, social e económica e que historicamente se afirmaram como os principais pólos populacionais.

Na análise das variações, do “stock” da população açoriana, por ilha, verifica-se que S. Miguel, a maior e mais populosa, registou um crescimento no período inter-censitário (1991-2001) de 4,62%, a que correspondem 5.694 indivíduos, enquanto o crescimento da população na RAA foi de, 1,66%, a que correspondem 3.698 indivíduos.

### *Peso relativo da população estrangeira no contexto da população da RAA*

Considerando os dados de 2001 dos Censos da População, os cidadãos estrangeiros representam, em 2007, 1,74% da população na RAA (Fig. 12).

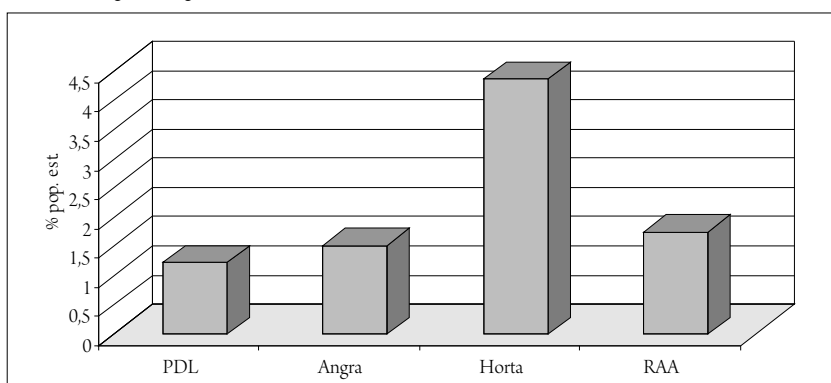
3 Corvo, Faial, Terceira e S. Miguel

**Fig. 12** – Percentagem da população estrangeira na RAA, por ilhas, 2007

Considerando os dados dos Censos de 2001, na Ilha do Faial a população estrangeira representa 5,82% da população residente. Seguem-se as ilhas do Corvo e do Pico com 5,64% e 3,24%, respectivamente (Fig. 12).

Na Fig. 16 poderemos verificar que são os grupos de ilhas com menos população autóctone onde a presença da população estrangeira é mais relevante.

Nas ilhas do Corvo, Flores, Faial e Pico (ex-distrito da Horta) a população estrangeira representa 4,36% da população residente, nas ilhas de S. Jorge, Graciosa e Terceira (ex-distrito de Angra) a população estrangeira representa 1,51% da população residente e, por fim, nas ilhas de S. Miguel e Santa Maria (ex-distrito de Ponta Delgada) a população estrangeira representa 1,20% da população residente.

**Fig. 13** – Peso relativo da população estrangeira, por conjuntos de ilhas correspondentes aos ex-distritos de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, 2007



*Evolução das nacionalidades mais representadas (2005/2007)*

A população com origem nos PALOP e no Brasil e os cidadãos ucranianos têm uma presença consolidada na RAA (Tabela 6).

**Tabela 6 – Nacionalidades mais representadas**

|              | 2005 |               | 2006 |              | 2007 |
|--------------|------|---------------|------|--------------|------|
| EUA          | 590  | Cabo Verde    | 582  | Brasil       | 863  |
| Cabo Verde   | 468  | EUA           | 539  | Cabo Verde   | 673  |
| Alemanha     | 339  | Brasil        | 529  | EUA          | 533  |
| Canadá       | 331  | Alemanha      | 347  | Ucrânia      | 379  |
| Brasil       | 235  | Ucrânia       | 297  | Alemanha     | 361  |
| Reino Unido  | 93   | Canadá        | 294  | Canadá       | 299  |
| Ucrânia      | 79   | Reino Unido   | 97   | Angola       | 104  |
| Angola       | 63   | Angola        | 90   | Reino Unido  | 96   |
| Guiné-Bissau | 59   | Guiné- Bissau | 76   | Guiné-Bissau | 86   |
| Espanha      | 56   | Moldávia      | 70   | China        | 82   |

Fonte: Direcção Regional dos Açores do SEF

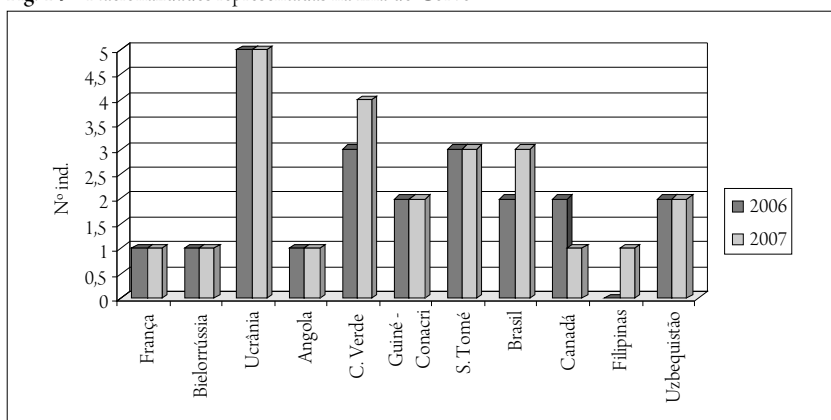
A presença de um número significativo de cidadãos dos Estados Unidos e do Canadá está relacionada com a emigração açoriana para aqueles dois países.

A comunidade alemã residente é caracterizada por uma forte presença de indivíduos que no fim da vida activa se fixaram na RAA, em particular na ilha de S. Miguel (171, em 2007).

Em 2007 a população brasileira, com 863 cidadãos com AR, era a comunidade estrangeira mais representada, seguindo-se a comunidade cabo-verdiana com 673 indivíduos.

O caso particular da ilha do Corvo

A população do Corvo era, em 2001, de 425 habitantes sendo uma das quatro ilhas açorianas que registou uma variação populacional positiva no período inter-censitário 1991-2001. A população estrangeira representa 5,64% da população, relativamente aos Censos de 2001, ou seja, 24 indivíduos provenientes de vários países e continentes.

**Fig. 14** – Nacionalidades representadas na Ilha do Corvo

Fonte: Direcção Regional dos Açores do SEF

A ilha do Corvo a mais pequena e populosa ilha dos Açores acolhe uma significativa comunidade estrangeira. Este caso exemplifica a forma harmoniosa como a população estrangeira se distribui pela RAA e os contornos de um acolhimento e integração, igualmente, harmonioso.

A diversidade das origens da população estrangeira na RAA está, também, patente na ilha do Corvo. O aprofundamento do conhecimento sobre a fixação de população estrangeira na ilha do Corvo reveste-se de particular interesse pelo que pode trazer de novo ao conhecimento, quer no que diz respeito a práticas informais de captação de população, quer, ainda ao seu acolhimento e integração.

## Emprego

A alteração do quadro legal e dos procedimentos metodológicos para a recolha de dados justificam, em parte, o decréscimo de registos e comunicações de contratos de trabalho dos cidadãos estrangeiros na Direcção de Serviços de Trabalho (DST) da RAA.

O número de depósitos/comunicações de contratos de trabalho tem vindo a diminuir. As razões podem ser de, entre outras:

1. Alterações legislativas e normativas;
2. Estabilidade da relação laboral;
3. Estabilidade do fluxo imigratório;
4. Aumento do trabalho informal (precariedade).

## Comunicação e depósitos de contratos de trabalho por delegações da DST

Os registos de comunicações e depósitos de contratos de trabalho têm vindo a diminuir ao longo dos últimos anos: 2.223, em 2003 e 648, em 2007. Este declínio regista-se em todas as delegações da DST da RAA (Tabela 7).

**Tabela 7** – Depósitos/Comunicações de Contratos de Trabalho na RAA, por ex-distritos

| Depósitos/Comunicações de Contratos de Trabalho |             |             |             |            |            |
|---|-------------|-------------|-------------|------------|------------|
|   | 2003        | 2004        | 2005        | 2006       | 2007       |
| <b>Horta</b>                                    | 778         | 949         | 613         | 474        | 243        |
| <b>Angra</b>                                    | 390         | 468         | 321         | 250        | 222        |
| <b>PDL</b>                                      | 604         | 455         | 244         | 252        | 183        |
| <b>RAA(cor.)</b>                                | <b>2223</b> | <b>1872</b> | <b>1178</b> | <b>976</b> | <b>648</b> |

Fonte: Direcção de Serviços de Trabalho (RAA)

A Delegação da DST na Horta é, porém, aquela que continua a registar um maior número de Depósitos/Comunicações de Contratos de Trabalho, o que não deixará de ser significativo pois, em termos absolutos, é na área de jurisdição de Ponta Delgada que reside e trabalha o maior número de estrangeiros.

## Depósitos/Comunicações por nacionalidade

Também ao nível do emprego os cidadãos brasileiros, cabo-verdianos e ucranianos lideram nos registos de Depósitos e Comunicações de Contratos Trabalho. Os trabalhadores oriundos de Angola e da Guiné encontram-se também representados, confirmando a crescente importância da sua presença na RAA.

**Tabela 8** – Depósitos/Comunicações por nacionalidade

|                 | 2003        | 2005        | 2006       | 2007       |
|-----------------|-------------|-------------|------------|------------|
| <b>Angola</b>   | 140         | 64          | 49         | 31         |
| <b>Brasil</b>   | <b>491</b>  | <b>350</b>  | <b>253</b> | <b>194</b> |
| <b>CV</b>       | 342         | 283         | 224        | 103        |
| <b>Guiné</b>    | 102         | 34          | 0          | 0          |
| <b>Moldávia</b> | 123         | 52          | 15         | 24         |
| <b>Ucrânia</b>  | 460         | 192         | 194        | 120        |
| <b>Outras</b>   | 565         | 203         | 241        | 296        |
| <b>Total</b>    | <b>2223</b> | <b>1178</b> | <b>976</b> | <b>648</b> |

Fonte: Direcção de Serviços de Trabalho (RAA)

## Depósitos por sector de actividade

A construção civil, segundo os dados da DST, continua a absorver a grande maioria dos trabalhadores estrangeiros na RAA, seguida da Alimentação, Restauração e Similares.

A Pesca e as Actividades de Cultura e Desporto são outros dos sectores da actividade económica onde a presença de trabalhadores estrangeiros se faz sentir.

**Tabela 9** – Depósitos/Comunicações por sector de actividade

|                              | 2005       | 2006       | 2007       |
|------------------------------|------------|------------|------------|
| <b>Pesca, Aquacultura</b>    | 36         | 39         | 28         |
| <b>Construção</b>            | <b>803</b> | <b>756</b> | <b>475</b> |
| <b>Al. Rest. (similares)</b> | 87         | 50         | 43         |
| <b>Act.Recr. Cult. Desp</b>  | 38         | 30         | 27         |

Fonte: Direcção de Serviços de Trabalho (RAA)

## Conclusões/Recomendações

O crescimento sustentado do número de cidadãos estrangeiros com o título de residente (excluindo o contingente militar dos EUA) é indiciador de alguma estabilidade em relação à mobilidade e à consolidação da sua presença na RAA, nomeadamente, os cidadãos oriundos de Cabo Verde, Brasil, Ucrânia e Angola.

Os imigrantes com título de residente representam 1,75% da população autóctone verificando-se, porém, que as ilhas do Pico, Faial, Flores e Corvo (ex-distrito da Horta) registam valores muito acima da percentagem regional (4,36%).

As ilhas do Faial e do Corvo são as que apresentam uma representação da população imigrante com maior peso relativo, 5,83% e 5,65% respectivamente.

Os imigrantes, ainda que se concentrem nas cidades de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, estão inseridos territorialmente de forma harmoniosa na RAA.

O crescimento positivo do número de estrangeiros residentes verifica-se na generalidade das ilhas, apenas as Flores e a Graciosa apresentam variações que tendem a uma ligeira diminuição, no entanto, sem qualquer relevância. O mesmo se verifica ao nível dos concelhos. Dos 19 municípios da Região apenas 5 apresentam variações que tendem para a estabilidade ou uma ligeira descida.

As comunidades, brasileira, cabo-verdiana e ucraniana consolidaram a sua presença ao longo dos últimos anos, de onde se pode inferir que há uma tendência para a fixação destes cidadãos na RAA.

Os cidadãos angolanos e guineenses não tendo uma representação numérica muito significativa, apresentam uma estabilidade que poderá ser entendida como de fixação.

A população estrangeira está, maioritariamente, afecta ao Sector da Construção Civil, seguindo-se a Alimentação, Restauração e Similares, a Pesca e Actividades Culturais e Desportivas.

O número de comunicações de contratos de trabalho tem vindo a diminuir. As razões podem ser, entre outras, as seguintes: i) Alterações legislativas e normativas; ii) Estabilidade da relação laboral; iii) Estabilidade do fluxo imigratório; e iv) Aumento do trabalho informal (precariedade).

É desejável que as políticas de integração sejam articuladas entre o poder regional e o poder local e, face ao declínio populacional de algumas das ilhas todas as políticas que a nível local e regional venham a ser adoptadas devem considerar, em igualdade, os cidadãos nacionais e estrangeiros.

## Referências Bibliográficas e Fontes Estatísticas

Pires, Aníbal da Conceição (2003), *Ser Imigrante em terra de Emigrantes: As representações dos imigrantes face às estratégias de acolhimento e integração da sociedade receptora*. Tese de Mestrado. Lisboa: Universidade Aberta.

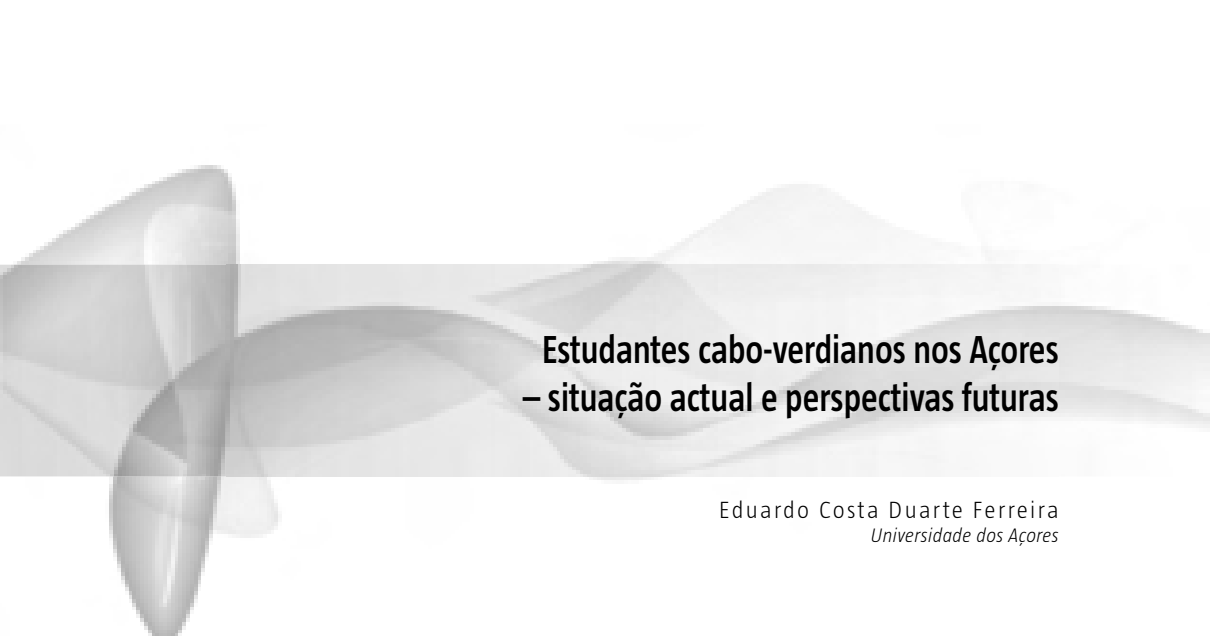
Vitorino, António (Coord.) (2007), *Imigração: Oportunidade ou Ameaça? – Recomendações do Fórum Gulbenkian Imigração*. Estoril: Príncipia.

Direcção Regional dos Açores do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SEF – Relatórios Anuais de 2001 a 2007. Lisboa: MAI, SEF.

Direcção de Serviços de Trabalho (RAA), Relatório de Actividades – 2005, 2006 e 2007.

INE – Recenseamento da População de 2001. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística



## Estudantes cabo-verdianos nos Açores – situação actual e perspectivas futuras

Eduardo Costa Duarte Ferreira  
*Universidade dos Açores*

### Introdução

O presente texto tem como principal objectivo apresentar um perfil dos estudantes cabo-verdianos que, actualmente, frequentam o ensino superior nos Açores, sublinhando quer as perspectivas futuras que os mesmos apontam para o seu percurso migratório quer as expectativas pessoais que têm em relação à sua trajectória individual e profissional. Pretende-se, deste modo, equacionar o papel que este grupo de imigrantes pode vir a assumir, a prazo, no estabelecimento e/ou consolidação de relações entre os arquipélagos dos Açores e de Cabo Verde, baseadas em projectos comuns que visem potenciar as experiências e os recursos de um segmento qualificado.

Combinando alguns considerandos teóricos mais genéricos sobre a mobilidade internacional de migrantes qualificados com outros, de natureza mais específica, concernentes à temática actualmente conhecida por *cross-border higher education (CBHE)*, procurar-se-á problematizar, em primeiro lugar, algumas questões sugeridas pelos objectivos acima referidos. Adicionalmente, estas breves notas teóricas resumirão os principais vectores que serviram de referência à componente empírica que se lhes seguirá, e cuja metodologia de base assentou na realização e análise de seis entrevistas exploratórias feitas a estudantes cabo-verdianos presentemente matriculados na Universidade dos Açores.

Sendo relativamente recente o interesse sobre a problemática imigratória nos Açores, tanto a inexistência de estudos empíricos específicos acerca da comunidade estudantil imigrante na Região, como a abordagem metodológica que esteve na origem dos resultados que serão apresentados (entrevistas explo-

ratórias), acabam por conferir a este texto um carácter, também ele, exploratório, que, inevitavelmente, se reflecte nas limitações apresentadas ao nível da análise e das notas conclusivas.

## Breves notas de enquadramento sobre a mobilidade internacional de estudantes – fluxos e implicações

Os números relacionados com a mobilidade internacional de estudantes têm vindo a alterar-se, consideravelmente, ao longo destes primeiros anos do século XXI. De um modo geral, as regiões mais desenvolvidas do globo, no que diz respeito aos seus principais centros de conhecimento e inovação, não só concentram volumes cada vez mais elevados de estudantes estrangeiros, como o ritmo a que esse aumento se tem vindo a verificar é também cada vez mais acentuado<sup>1</sup>. Contrastando com a tendência verificada nas primeiras duas ou três décadas do pós-Guerra, quando a mobilidade internacional de estudantes significava sobretudo a “fuga de cérebros” (*brain drain*) dos países menos desenvolvidos em direcção às sociedades industrializadas, actualmente, a maioria desses movimentos ocorre entre países e regiões que se assemelham entre si quer pela sua consolidada robustez económica quer, então, pelos sinais evidentes desta promessa. Os Estados Unidos, a Austrália, de uma forma geral, a Europa – ainda que países como a França, o Reino Unido e a Alemanha se destaquem do todo – e algumas das principais economias asiáticas – nomeadamente, a Índia, a China, a Coreia, Singapura e Tailândia – repartem entre si cerca de 3 milhões de estudantes temporariamente deslocados dos seus países de origem<sup>2</sup>.

Dentro deste panorama, os fluxos internacionais de estudantes acabam por partilhar com outros movimentos (por exemplo, os relacionados com a mobilidade de quadros pertencentes a empresas transnacionais, a instituições governamentais ou não governamentais, etc.) os principais traços que caracterizam um novo modelo de mobilidade internacional para os segmentos populacionais de elevada qualificação (Peixoto, 1999: 11-68). Estas novas deslocações inserem-se numa lógica de multidireccionalidade dos fluxos, de diversificação geográfica quanto à origem e ao destino dos mesmos, e de estadias de duração bastante variável, aspectos que lhe conferem um carácter

---

1 Cf. [www.uis.unesco.org/](http://www.uis.unesco.org/)

2 Cf. No que diz respeito ao espaço europeu, em particular, há a considerar neste Tabela uma forte componente de mobilidade estudantil interna, cujo crescimento tem vindo a acentuar-se desde o final da década de oitenta. Ver, por exemplo, Romero, 1990.

substancialmente diferente do *brain drain* e muito mais próximo das lógicas de “circulação de pessoas” do que das “migrações de massa”, normalmente explicáveis por motivos económicos (Kritz e Caces, 1992).

Além do mais, contrariamente à tendência verificada com a “fuga de cérebros”, ao longo das décadas de 60 e 70, o retorno é uma etapa que caracteriza a maior parte dos processos migratórios que se desenvolvem dentro deste modelo. No que diz respeito à mobilidade internacional de estudantes, e mais especificamente àquela que decorre de programas (inter)governamentais e institucionais diversos, as estadias de curta e média duração nos países receptores costumam ser determinadas pela condição previamente estabelecida do regresso. Por outro lado, e mesmo nos casos em que essa mobilidade tende a assumir um carácter de migração, o retorno acaba, na maior parte das vezes, por efectivar-se, devido, em grande medida, à progressiva perda de relevância de algumas questões que, em décadas anteriores, determinariam a permanência definitiva no “hemisfério Norte” da maior parte dos migrantes provindos dos países em vias de desenvolvimento. O facto de existir um diferencial cada vez menor entre muitas das sociedades emissoras e receptoras envolvidas nestas deslocações, no que diz respeito, por exemplo, às condições de trabalho, ao nível salarial, ao reconhecimento social ou à possibilidade de os migrantes ingressarem no mercado de trabalho e aí aplicarem os conhecimentos entretanto adquiridos, faz com que estes decidam, na maioria das situações, regressar ao seu país de origem (Kritz e Caces, 1992: 230-ss). Além disso, a probabilidade de tal vir a acontecer aumenta quando, a este conjunto de causas, se somarem outros factores que sejam tanto do tipo *pull* (e.g., oportunidade de emprego imediata no país de origem, obrigação de regressar para cumprir compromissos institucionalmente assumidos, laços familiares, sentimentos de pertença local e de identidade étnica e cultural, etc.) como *push* (e.g., baixo nível de integração na sociedade receptora, existência de excedentes no mercado de trabalho dentro da área de formação, obstáculos à mobilidade social resultantes em discriminação étnica ou religiosa, etc.).

À medida que os movimentos internacionais de agentes qualificados – não só de estudantes, mas na sua acepção mais ampla – foram admitindo, com maior frequência, fluxos de retorno, também se alteraram as perspectivas acerca das implicações que este tipo de mobilidade pode vir a exercer nas estruturas económicas e sociais das sociedades de origem. No caso particular das migrações encetadas a partir dos países menos desenvolvidos em direcção aos mais desenvolvidos, a crescente probabilidade de regresso veio, de certo modo, contrariar a visão negativa que, durante duas ou três décadas, pendeu sobre o *brain drain* (enquanto movimento unidireccional), e que, com o passar



do tempo, acabou por encontrar tradução no conceito de “transferência inversa de tecnologia” (Peixoto, 1999: 28). Se nos centrarmos na modalidade concreta das migrações por motivos de estudo, e nas situações em que os custos de educação e formação não se mostrem significativos para os países de origem, é habitual afirmar-se que o retorno tenderá a significar ganhos em termos de incorporação de competências e qualificações por parte dessas sociedades, com todo o potencial que isto representa ao nível de eventuais incrementos de produtividade, iniciativa e competitividade. Obviamente que, mesmo nestes casos, tornar-se-á sempre difícil admitir um padrão que exclua variações consideráveis, e que estarão dependentes tanto de aspectos quantitativos – desde logo, o volume de migrantes regressados – como qualitativos, sendo que, nesta última categoria, se destacam pelo seu nível de influência, algumas variáveis micro e macro, isto é, concernentes quer ao perfil dos migrantes, em termos, sobretudo, da sua área de formação, domínio científico e grau académico apresentado, quer relativas ao contexto geográfico, económico e social de incorporação que estes migrantes encontrarão aquando do seu regresso.

No que toca a este último ponto, facilmente se reconhecerá que, no mínimo, é necessário que os países de origem revelem um nível satisfatório de atracção económica, de modo a conseguirem captar os *seus* estudantes temporariamente emigrados. Se tal não se verificar e se, adicionalmente, existirem incentivos vários, por parte dos países receptores, para que aí sejam definitivamente acolhidos esses mesmos migrantes, então as probabilidades de retorno, naturalmente, diminuirão. Por outro lado, quanto mais desenvolvidos forem os países de retorno maiores serão, à partida, as hipóteses de capitalização das competências e qualificações entretanto incorporadas. À luz da perspectiva conhecida por *cross border higher education*, são deveras abrangentes as vantagens que as sociedades emissoras poderão retirar, a prazo, do envio temporário de estudantes para o estrangeiro, indo desde a expansão de redes de ensino superior e investigação já existentes (através da colaboração em I&D com outras instituições além-fronteiras, da recepção de estudantes oriundos de fora, etc.) até a ganhos efectivos de status internacional e de posição competitiva ao lado de outros países de referência neste domínio, passando, incontornavelmente, por um incremento das relações externas ao nível económico, político e cultural (Kritz, 2006).

Porém, o amadurecimento desta questão específica dos países de retorno de migrantes qualificados, tem-se feito acompanhar, dentro dos quadros teóricos subsequentes e alternativos ao *brain drain* – *brain gain*, *brain circulation*, *skill exchange*, entre outros<sup>3</sup> –, de uma reflexão sobre as implicações que daí, tam-

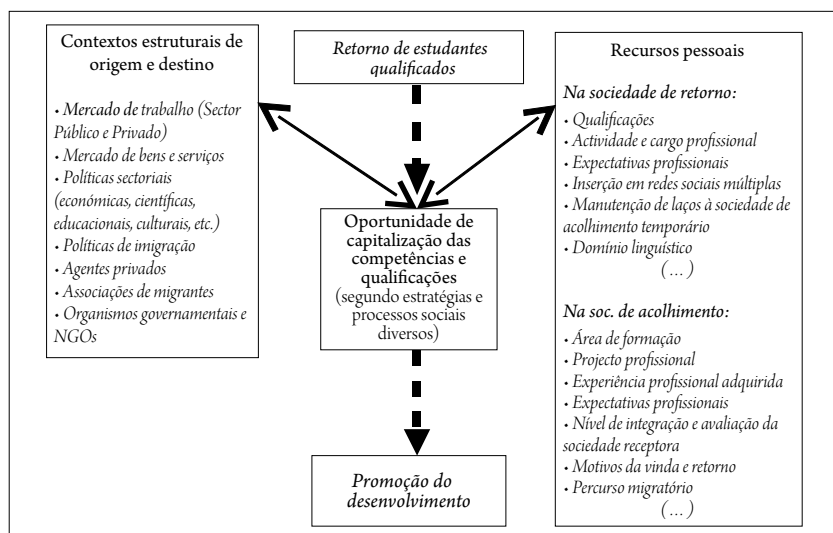
---

3 Para um maior aprofundamento destas perspectivas, veja-se, por exemplo, Salt, 1992 e Salt e Ford, 1993.

bém, resultam para os países de acolhimento temporário de estudantes. Sobre isto, alguma da literatura recente (Kritz, 2006) reconhece que, para além das consequências mais imediatas e directas, durante o período de permanência dos estudantes no país receptor ou mesmo depois da decisão de aí ficarem por um período mais longo ao da sua formação (e.g. aumento do capital humano doméstico), existirão outras cujos efeitos tenderão a fazer-se sentir a prazo e, por vezes, até de forma colateral (e.g. o reforço progressivo da troca de estudantes, a criação de bases para a chamada “cooperação técnica”, etc.).

À semelhança do que atrás se referiu em relação às sociedades de retorno, também aqui deverão ser tidas em linha de conta algumas variáveis micro e macro. Assim, as oportunidades de capitalização de conhecimento, de realização de “transferência de tecnologia” ou ainda, se quisermos, de *brain gain* para as sociedades de acolhimento temporário, tenderão a ser o produto de dinâmicas de interacção entre aquilo que são as oportunidades/constrangimentos das estruturas económicas, sociais e políticas das sociedades implicadas (receptoras e de origem/retorno) e os recursos pessoais dos estudantes regressados (Fig. 1). A iniciativa de efectivar, acelerar ou moldar essas oportunidades de capitalização de competências e qualificações, poderá ser enquadrada tanto na actuação isolada de cada uma das regiões ou dos países, como em projectos partilhados entre as sociedades emissoras e receptoras, envolvendo, ou não, outros parceiros (governos, instituições, empresas, etc.) e, em qualquer um dos casos, configurando estratégias e processos sociais diversos e mutáveis no tempo.

**Fig. 1** – Factores concorrentes para a capitalização de competências e qualificações de estudantes em situação de retorno



Naturalmente que o modelo apresentado não elimina as várias possibilidades de o objectivo em causa não se concretizar de todo ou então de o seu impacto vir a ser reduzido. Entre as mais prováveis, e em primeiro lugar, não estão apenas em jogo factores qualitativos, mas também aspectos quantitativos relevantes para que se consiga atingir determinados resultados (desde logo, a dimensão dos fluxos e dos grupos étnicos visados). Em segundo lugar, existem sectores, actividades e grupos étnicos para os quais essa capitalização de recursos tenderá a ser mais fácil (e até mais provável) de se verificar, e outros para quem as oportunidades surgirão diminuídas. Além disso, haverá sempre *timings* mais adequados do que outros para que a acção (independente ou conjunta, pública e/ou privada) se desencadeie e demonstre ser eficaz em relação aos objectivos que a determinaram num primeiro momento. Por último, sublinhe-se o facto de o *brain gain* vir sempre a depender das próprias estratégias levadas a cabo para o efeito, bem como dos processos que, ao longo do tempo, reflectem o relacionamento entre agentes e actores envolvidos (cooperação, competição, conflito, negociação, etc.).

Não obstante estes e outros riscos, julgamos poder defender a ideia de que é possível perspectivar os estudantes oriundos dos países africanos de expressão portuguesa presentes na Região – e os cabo-verdianos, em particular – como constituindo capital humano passível de ser aproveitado em eventuais processos de desenvolvimento que venham a integrar os espaços de origem/retorno e de destino desses mesmos migrantes. Partindo do pressuposto que estes agentes podem vir a assumir, a prazo, posições de centralidade nas estruturas económica e social de alguns desses espaços – e apesar da exiguidade de números relativos ao volume de efectivos em questão, como se verá – a necessidade de se conhecer melhor tanto as suas características individuais como os seus projectos migratórios, resulta, sobretudo, da importância que os recursos pessoais poderão ter neste domínio.

## **Estudantes estrangeiros na Universidade dos Açores – principais tendências durante a última década**

O aumento do número de estrangeiros a residir nos Açores por motivos de estudo tem vindo, de certo modo, a acompanhar a intensificação dos fluxos de imigração laboral no Arquipélago, cujo início data, sensivelmente, do final dos anos noventa do século XX. O principal significado de tal tendência – que, apesar da exiguidade dos números e da desproporção em relação ao fenómeno no seu contexto nacional, não deixa de ser real (Tabela 1) – radica, em termos

gerais, no facto de os Açores terem assistido à alteração gradual do seu papel de região de emigração para o de sociedade de acolhimento (Rocha e Ferreira, no prelo). Porém, a chegada, cada vez mais significativa, de indivíduos de outras nacionalidades, com o objectivo de iniciarem, darem continuidade ou prolongarem um determinado ciclo de estudos e de formação na Região, deve ser vista como derivando, essencialmente, de dois factores específicos. Por um lado, refira-se o papel institucional que a Universidade dos Açores assume em alguns dos mais conhecidos programas de mobilidade internacional de estudantes, o que tem possibilitado (sobretudo a partir de 2000) o acolhimento destes por períodos de curta duração (Tabela 2)<sup>4</sup>. Na sua maioria, trata-se de indivíduos maioritariamente oriundos de Espanha, França, Grécia, Itália e Lituânia, cuja permanência na Região, em regra, não excede um ano. Por outro lado, como segundo factor a considerar, não devem ser esquecidas algumas medidas legislativas importantes que, no plano nacional, permitiram ampliar a base de recrutamento de candidatos ao ensino superior, no que diz respeito, sobretudo, à sua origem geográfica.

**Tabela 1** – População estrangeira ao abrigo do regime legal de Visto de Estudo, Açores e Portugal (2001-2006)

|      | 2001 |      | 2002 |      | 2003 |      | 2004 |      | 2005 |      | 2006 |      |
|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
|      | N    | %    | N    | %    | N    | %    | N    | %    | N    | %    | N    | %    |
| RAA  | 35   | 24.5 | 54   | 16.6 | 49   | 12.8 | 69   | 16.8 | 60   | 17.3 | 75   | 16.7 |
| País | 4392 | 42.6 | 3955 | 37.7 | 3658 | 34.0 | 3280 | 16.4 | 4051 | 25.2 | 4504 | 26.6 |

Fonte: SEF, *Estatísticas de Estrangeiros* (várias) e INE, *Estatísticas Demográficas* (várias).

**Tabela 2** – Alunos entrados e saídos da Universidade dos Açores ao abrigo do programa ERASMUS (2000-2007)

|                 | 2000/2001 | 2001/2002 | 2002/2003 | 2003/2004 | 2004/2005 | 2005/2006 | 2006/2007 |
|-----------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| <i>Incoming</i> | 15        | 38        | 35        | 18        | 19        | 31        | 30        |
| <i>Outgoing</i> | 4         | 10        | 7         | 13        | 22        | 35        | 25        |

Fonte: Universidade dos Açores (Gabinete de Relações Internacionais)

4 Os principais movimentos de *incoming* e *outgoing* de estudantes que se verificam entre a Universidade dos Açores e outros estabelecimentos de ensino superior europeus, são, na sua maioria, relativos ao programa ERASMUS, cuja coordenação é da responsabilidade do Gabinete de Relações Internacionais deste estabelecimento de ensino. Todavia, uma pequena parte da mobilidade resulta, ainda, de parcerias com outras instituições e organismos internacionais, nacionais e regionais que têm a seu cargo, ou dividem com a Universidade dos Açores, a coordenação de outros programas (Leonardo Da Vinci, Bolsas Fullbright, Bolsas Luso-Brasileiras Santander Universidades e Programa de Intercâmbio Univali).

Neste campo, o surgimento do diploma regulador dos regimes especiais de acesso e ingresso no ensino superior acabou por promover, ao abrigo dos acordos de cooperação firmados entre o Estado português e alguns países africanos de expressão portuguesa, a vinda progressiva para a Região – e para a Universidade dos Açores, em particular – de estudantes bolseiros daí provenientes (Tabela 3)<sup>5</sup>.

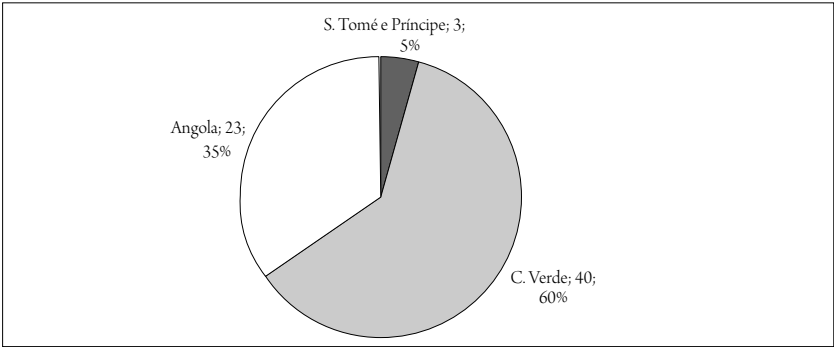
**Tabela 3** – Entrada de novos alunos provenientes dos PALOP na Universidade dos Açores (1999/2000 – 2006/2007)

| 1999/2000 | 2000/2001 | 2001/2002 | 2002/2003 | 2003/2004 | 2004/2005 | 2005/2006 | 2006/2007 |
|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| 10        | 1         | 7         | 17        | 11        | 14        | 3         | 0         |

Fonte: Serviços Académicos da Universidade dos Açores

Durante quase uma década, esta instituição acolheu cerca de 70 alunos, dos quais 60% com nacionalidade cabo-verdiana, e quase todos os restantes angolanos, naturais de Cabinda e do Huambo (Fig. 2). Não obstante a pequenez dos quantitativos em causa, comparativamente ao que, porventura, se terá verificado na generalidade dos estabelecimentos de ensino superior nacionais, o impacto que esta medida teve ao nível da estrutura da população estudantil da Universidade dos Açores não deixa de ser assinalável. Na verdade, a presença de alunos provenientes dos PALOP na instituição, até ao final da década de noventa, era manifestamente pouco expressiva, não só devido ao facto de a única comunidade imigrante daí oriunda (cabo-verdiana), a residir na ilha de S. Miguel, desde os anos setenta, não ter conhecido um crescimento significativo ao longo do tempo (Mendes, 2007: 75-ss), como, por outro lado, os fluxos de entrada do tipo laboral só nessa altura se começavam a insinuar com alguma intensidade numérica e diversidade étnica.

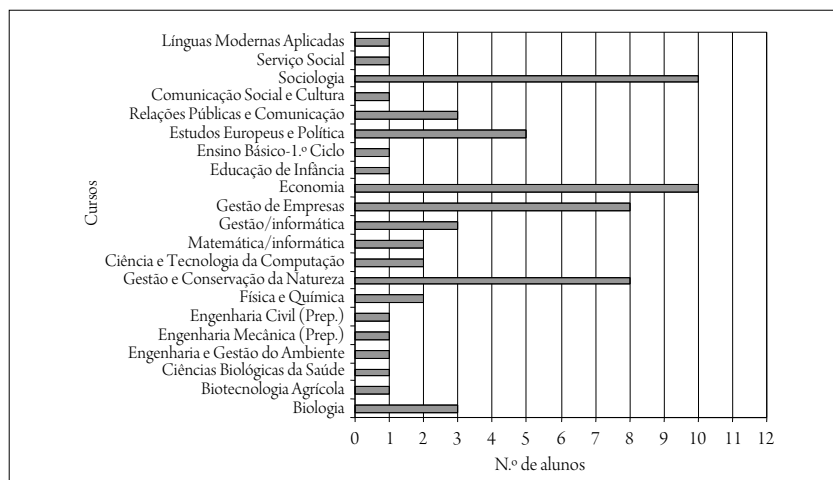
**Fig. 2** – Alunos dos PALOP matriculados na Universidade dos Açores, por nacionalidades (de 1997/1998 a 2005/2006)



5 Referimo-nos ao Decreto-Lei n. 393-A/99, de 2 de Março, o qual, a partir dessa data, passou a regular os regimes especiais de acesso e ingresso no ensino superior, e cujo regulamento é parte integrante da Portaria n.º 854-B/99, de 4 de Outubro.

Adicionalmente, não deve ser ignorado que o progressivo alargamento do leque de oferta de cursos de licenciatura fornecidos pela Universidade dos Açores pode ter acabado por constituir, também, um factor de atracção junto dos alunos em análise. Ainda que, na maior parte das situações, reflecta valores residuais, a disseminação destes, ao longo do período considerado, por quase todos os cursos ministrados neste estabelecimento de ensino, não deixa de indiciar tal relação (Fig.3). Além do mais, há a considerar o facto de que a criação de dois dos principais cursos que foram dando origem ao núcleo concentrador destes alunos – Sociologia e Estudos Europeus e Política Internacional –, foi relativamente coincidente com a chegada dos primeiros estudantes oriundos dos PALOP. Mesmo assim, isto não apaga o peso aglutinador das licenciaturas em Economia e Gestão de Empresas. Estas duas, em conjunto com as de Sociologia e Gestão e Conservação da Natureza, acolheram mais de metade do total de matrículas, entre os anos lectivos de 1997/98 e 2005/06, o que, como mais adiante se salientará, não deve ser visto como um dado secundário no âmbito das oportunidades de capitalização e rentabilização de recursos pessoais que podem vir a colocar-se a este grupo de estudantes.

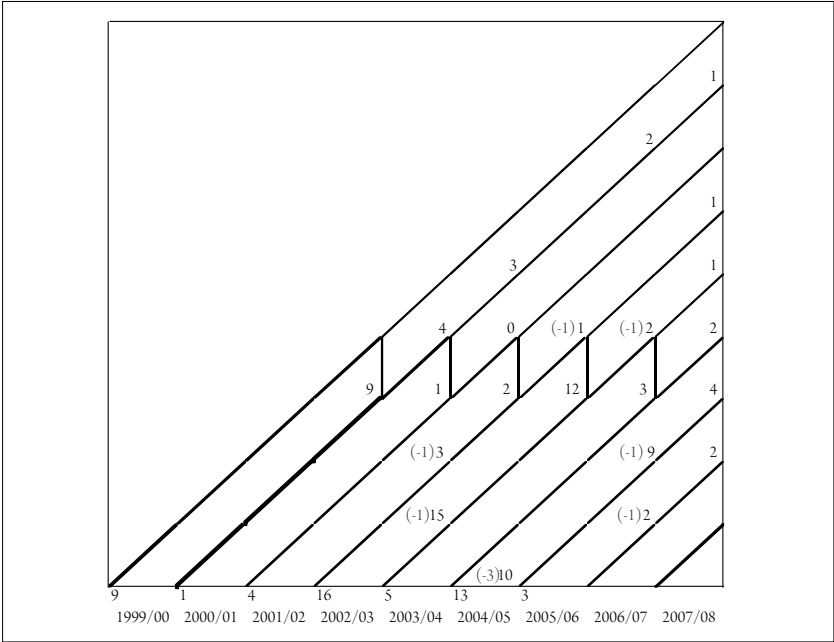
**Fig. 3** – Número de alunos dos PALOP matriculados na Universidade dos Açores, por cursos de licenciatura (1997/1998 – 2005/2006)



Uma perspectiva idêntica se deverá ter relativamente ao tempo de permanência dos estudantes na sociedade receptora. A importância desta variável na definição dos laços sociais que se vão formando entre os migrantes e as estruturas sociais de acolhimento, e cuja manutenção é passível de coexistir com situações de retorno, é, como se sabe, fundamental. Neste âmbito, e face à inexistência de informação sistematizada sobre o percurso pós-formação da população em estudo,

aquilo que é possível afirmar cinge-se à sua trajectória escolar. Assim, através de uma análise da progressão das coortes que deram entrada para cursos de licenciatura de quatro anos (o tempo de duração mais comum até às reestruturações resultantes do Tratado de Bolonha), verificamos que a passagem dos alunos naturais dos PALOP pela Universidade dos Açores tem-se feito por períodos de tempo superiores aos da duração dos cursos frequentados. Se isto, por um lado, é passível de ser objecto de uma leitura negativa (por exemplo, dificuldades de aprendizagem; logo, elevada probabilidade de se verificar uma fraca dotação de competências no final do ciclo formativo e/ou diminuta disposição para integrar projectos futuros mais exigentes do ponto de vista pessoal), por outro, não nos esqueçamos que esse tempo mais prolongado de permanência na Região apresenta um maior potencial de integração para os migrantes e, por conseguinte, um maior envolvimento dos mesmos na estrutura relacional.

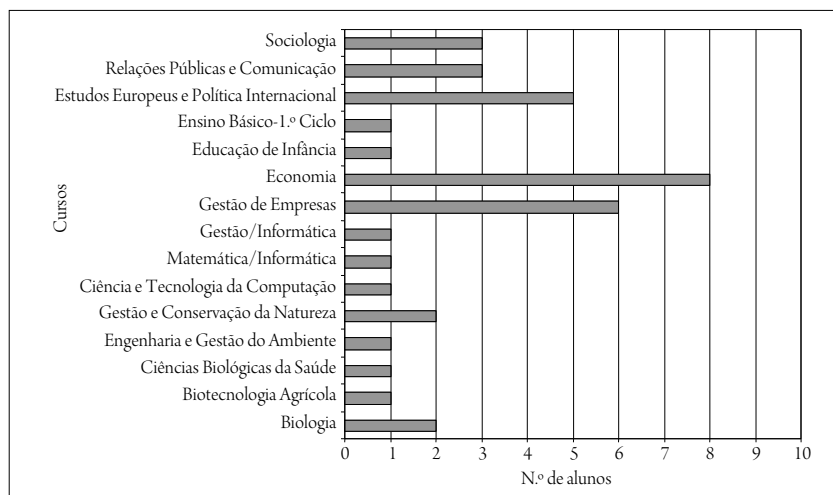
Fig. 4 – Progressão das coortes de alunos que entraram na Universidade dos Açores, entre 1999/2000 e 2007/2008, para frequentarem cursos de licenciatura com duração de 4 anos (Diagrama de Lexis)



Segundo a informação disponível mais recente, relativa ao ano lectivo 2006/07, o panorama actual em termos da distribuição dos alunos provenientes dos países africanos de expressão portuguesa por cursos de licenciatura, não andarà longe da tendência que foi descrita anteriormente (Fig. 5). A par disso, dos 37 alunos matriculados nesse ano lectivo, cerca de 60% (22 alunos) tinham

nacionalidade cabo-verdiana, encontrando-se quase metade dos mesmos a frequentar os cursos de Economia (5 alunos) e Gestão de Empresas (4 alunos). Tais dados confirmam, assim, a estreita ligação que existe entre estas licenciaturas e o ingresso e os percursos dos estudantes em causa na Universidade dos Açores, sublinhando, ainda, a elevada importância que o referido grupo étnico tem mantido, ao longo do tempo, no conjunto da população aqui considerada. Estes dois aspectos acabam também por configurar os critérios de definição de um perfil-tipo de aluno que, apesar de não existir isoladamente, se destaca pela sua dominância entre os indivíduos naturais dos PALOP que têm frequentado aquela instituição de ensino – o estudante cabo-verdiano a fazer formação nas áreas de economia e gestão de empresas. No ponto seguinte, tentaremos aproveitar algum do seu potencial empírico, de forma a procurar responder às questões de ordem teórica que atrás foram enunciadas<sup>6</sup>.

**Fig. 5** – Número de alunos dos PALOP matriculados na Universidade dos Açores, por cursos de licenciatura (2006/2007)



## Sair de Cabo Verde para estudar nos Açores – perfis, avaliações e disposições

A composição interna do grupo atrás destacado revela características que, de um modo geral, são partilhadas com a generalidade dos estudantes que, vindos directamente do ensino secundário, ingressam no ensino superior

<sup>6</sup> O nosso universo de entrevistados definiu-se, assim, pelo conjunto de alunos naturais de Cabo-Verde que, no presente ano lectivo (2007/2008), se encontrassem a frequentar os cursos de Economia ou Gestão de Empresas na Universidade dos Açores (Pólo de P. Delgada).



(Tabela 4). Em todo o caso, acabam por se evidenciar algumas particularidades concernentes ao seu principal meio de vida, que reflectem, de forma clara, uma ligação ao próprio fenómeno migratório.

**Tabela 4** – Caracterização dos entrevistados

| Ent. | Curso/ano                  | Sexo  | Idade |    |    | Est.civil/<br>Filhos | Situação<br>familiar   | Principal meio de<br>vida                                      |
|------|----------------------------|-------|-------|----|----|----------------------|------------------------|--|
|      |                            |       | a     | b  | C  |                      |                        |  |
| 1    | Gestão de Empresas/3.º ano | Masc. | 26    | 19 | 19 | Solt. / 0            | Vive c/ colegas/amigos | A cargo da família (C. Verde) e trabalha nas férias (C. Civil) |
| 2    | Gestão de Empresas/3.º ano | Femi. | 23    | 19 | 19 | Solt. / 0            | Vive c/ colegas/amigos | A cargo da família e trabalha durante o Verão (Restauração)    |
| 3    | Economia/3.º ano           | Femi. | 25    | 20 | 20 | Solt. / 0            | Vive c/ colegas/amigos | A cargo da família (pai na Holanda)                            |
| 4    | Economia/3.º ano           | Femi. | 24    | 19 | 19 | Solt. / 0            | Vive c/ colegas/amigos | A cargo da família (mãe na Itália)                             |
| 5    | Economia/4.º ano           | Femi. | 23    | 19 | 19 | Solt. / 0            | Vive c/ colegas/amigos | A cargo da família (pais em Lisboa)                            |
| 6    | Economia/4.º ano           | Femi. | 26    | 20 | 20 | Solt. / 0            | Vive c/ colegas/amigos | Bolseira e trabalha em part-time (Restauração)                 |

a) Actual; b) No momento da partida; c) À chegada aos Açores

Relativamente a este ponto, é de salientar que a alternativa mais comum à dependência de uma bolsa de estudo, é o auxílio financeiro dos pais, podendo ainda o mesmo ser conjugado, ou não, com o trabalho realizado pelos próprios estudantes, em regime de *part-time* ou durante os períodos de férias. A diversidade geográfica que marca a proveniência desse suporte surge, no presente contexto, como um dado curioso, mas, ao mesmo tempo e no caso de se generalizável, relevante para nos questionarmos acerca das possibilidades que se abrem ao percurso migratório futuro dos estudantes aqui analisados. Todos os locais apontados coincidem com alguns dos principais destinos das migrações com origem em Cabo Verde e são, hoje, pólos de referência da diáspora (Góis, 2006) – Portugal, Holanda e Itália. Em nosso entender, trata-se de um elemento passível de vir a acrescentar às possibilidades expectáveis do percurso migratório dos estudantes, após a finalização da sua formação nos Açores, outras alternativas que não sejam apenas a de permanecer nos Açores ou de regressar a Cabo Verde.

Tabela 5 – Caracterização dos entrevistados face à experiência de trabalho

| Ent. | CABO VERDE  | AÇORES<br>(primeiros seis meses após a chegada)  | AÇORES<br>(actualmente)   |
|------|---|--|---|
| E1   | <i>Estudante</i>  | <i>Estudante-trabalhador</i><br>Actividade: Emp. de balcão<br>Sector: Construção Civil<br>Regime: Durante as férias<br>Situação: TCO<br>Vínculo: Sem contrato<br>Modo de obtenção: Amigos<br>Horas extraordinárias: Sim (rem)            | <i>Estudante-trabalhador</i><br>Actividade: Emp. de balcão<br>Sector: Construção Civil<br>Regime: Durante as férias<br>Situação: TCO<br>Vínculo: Sem contrato<br>Modo de obtenção: Amigos<br>Horas extraordinárias: Sim (rem) |
| E2   | <i>Estudante</i>  | <i>Estudante-trabalhador</i><br>Actividade: Emp. de balcão<br>Sector: Restauração<br>Regime: Durante as férias<br>Situação: TCO<br>Vínculo: Contrato a prazo<br>Modo de obtenção: Anúncio<br>Horas extraordinárias: Sim (rem)            | <i>Estudante-trabalhador</i><br>Actividade: Emp. de balcão<br>Sector: Restauração<br>Regime: Durante as férias<br>Situação: TCO<br>Vínculo: Sem contrato<br>Modo de obtenção: Anúncio<br>Horas extraordinárias: Sim (rem)     |
| E3   | <i>Estudante</i>  | <i>Estudante-trabalhador</i><br>Actividade: Emp. de balcão<br>Sector: Restauração<br>Regime: Tempo parcial<br>Situação: TCO<br>Vínculo: Sem contrato<br>Modo de obtenção: Anúncio<br>Horas extraordinárias: Sim (rem)                    | <i>Estudante</i>  |
| E4   | <i>Estudante</i>  | <i>Estudante</i>   | <i>Estudante</i>  |
| E5   | <i>Estudante</i>  | <i>Estudante</i>   | <i>Estudante</i>  |
| E6   | <i>Empregada</i><br>Actividade: Recepcionista<br>Sector: Comunicações<br>Regime: Permanente<br>Situação: TCO<br>Vínculo: Contrato a prazo<br>Modo de obtenção: C.de Emprego<br>Horas extraordinárias: Não | <i>Estudante-trabalhador</i><br>Actividade: Operadora de caixa<br>Sector: Comércio a retalho<br>Regime: Tempo parcial<br>Situação: TCO<br>Vínculo: Contrato a prazo<br>Modo de obtenção: Através de amigos<br>Horas extraordinárias: Não | <i>Estudante-trabalhador</i><br>Actividade: Emp. de balcão<br>Sector: Restauração<br>Regime: Tempo parcial<br>Situação: TCO<br>Vínculo: Sem contrato<br>Modo de obtenção: N/ respondeu<br>Horas extraordinárias: Não          |

Embora este possa ser encarado como um factor de risco capaz de comprometer o fortalecimento dos laços que se vão formando entre as duas regiões, a sua força não deixa de ser contrariada por uma outra de sentido inverso, designadamente a linearidade, até agora demonstrada, do percurso migratório dos estudantes entrevistados. Sendo que a totalidade dos mesmos veio directamente de Cabo Verde para os Açores, a ausência de plataformas de redistribuição entre as duas regiões pode muito bem contribuir para diminuir a probabilidade de distensão dos laços que se vão formando entre elas.

Emprestando agora alguma atenção à relação dos entrevistados com a esfera laboral, verificamos que, nas situações em que esta existe, são essencialmente reveladas experiências de trabalho e não experiências profissionais (Tabela 5). Além do mais, e com excepção de um caso (E6), trata-se de experiências determinadas pelas circunstâncias que envolvem a própria condição dos entrevistados enquanto imigrantes, e que, por isso, são referenciáveis a um espaço próprio (o da sociedade receptora) e a um tempo específico (o do período subsequente ao momento da chegada). As modalidades de trabalho que encontramos são as esperadas nestas situações: trabalho durante as férias ou a tempo parcial, sem qualquer vínculo laboral, realizando horas extraordinárias (ainda que remuneradas) e uma oportunidade de emprego proporcionada pelo interconhecimento étnico.

Como atrás se referiu, o trabalho remunerado é, em paralelo com os estudos, e complementarmente ao principal meio de vida, uma forma de os alunos cabo-verdianos fazerem face às despesas com o alojamento, a alimentação, as propinas, etc. Por isso, é razoável admitir que, entre os restantes casos, seja difícil encontrar situações de alunos que, actualmente, se encontrem a prolongar uma experiência profissional iniciada na sua região de origem ou, então, que já a tenham principiado na de acolhimento, como forma de “fazer curriculum”.

Para além do perfil e da experiência laboral/profissional, uma terceira dimensão que se torna possível de perspectivar no domínio da capitalização dos recursos pessoais do grupo em análise, prende-se com o grau e as formas de integração na sociedade receptora. Face à impossibilidade de sermos exaustivos na sua aferição, e prosseguindo, assim, com o tom exploratório da análise, é possível, no entanto, uma breve referência à avaliação genérica que os entrevistados fazem relativamente à sua actual condição de imigrantes nos Açores. Deste modo, todos eles manifestam ter um relacionamento com a população local que classificam como sendo “positivo”, “razoável” e até “bom” (Tabela 6). Esta apreciação tende a ser qualitativamente incrementada quando o discurso dos entrevistados se centra na comunidade académica em específico; as relações com a mesma são tidas como “boas”, “muito boas” e, segundo dois casos (E3 e E5), “melhores” do que com a população local.

**Tabela 6** – Avaliação das relações com a população local e comunidade académica

|   | Entrevistados          |
|---|------------------------|
| Relacionamento com a população local do tipo “positivo”, “razoável”, “bom”      | E1, E2, E3, E4, E5, E6 |
| Relacionamento com a comunidade académica do tipo “bom” e “muito bom”           | E1, E2, E3, E4, E5, E6 |
| Relacionamento com a comunidade académica “melhor” do que com a população local | E3, E5                 |

No que se refere à política de imigração que, actualmente, vigora em Portugal e ao modo como as entidades governativas regionais lidam com os imigrantes, as opiniões expressas são, também, favoráveis a ambos os aspectos (Tabela 7). Em quatro das entrevistas, a avaliação feita aponta mesmo para uma actuação do Governo Regional que supera a acção política ao nível nacional – “... há um maior acompanhamento.” (E4) –, enquanto nas outras duas, apesar do “desempenho razoável” (E5), nenhuma das instâncias se destaca particularmente.

**Tabela 7** – Avaliação das políticas de imigração nacionais e da actuação governativa regional face aos imigrantes

|   | Entrevistados  |
|---|----------------|
| Avaliação positiva, encontrando-se a actuação governativa regional <i>ao mesmo nível</i> das políticas de imigração nacionais | E1, E5         |
| Avaliação positiva, ainda que a actuação governativa regional <i>supere</i> as políticas de imigração nacionais               | E2, E3, E4, E6 |

**Tabela 8** – Disposição para repetir a experiência migratória por motivo de estudo

|                    | Entrevistados       |                              |
|--------------------|---------------------|------------------------------|
| Destino migratório | Repetia, sem dúvida | Repetia, muito provavelmente |
| Açores             | E2, E5, E6          | E1, E3, E4                   |
| Em “aberto”        | E2, E3, E4, E5, E6  | E1                           |

Este sentimento generalizado de bem-estar na região de acolhimento encontra eco, em certa medida, nas disposições demonstradas pelos entrevistados para, no caso de ser possível, repetirem a experiência migratória por que ainda estão a passar (Tabela 8). A diferença de espontaneidade que divide aqueles que, incondicionalmente, voltariam a escolher os Açores como destino migratório e os que o fariam com uma probabilidade elevada, não é suficiente para nos

referirmos a uma avaliação negativa feita pelo grupo em causa relativamente à sua integração na sociedade açoriana.

## Dos Açores para Cabo Verde – o regresso “confirmado”

Não obstante os sinais atrás identificados indiciarem uma experiência integradora por parte da totalidade dos estudantes cabo-verdianos entrevistados, a verdade é que qualquer um deles declara explicitamente o seu desejo de regressar ao país de origem, após o término da sua formação. Como é defendido, com frequência, no âmbito da teoria das migrações – e que, aliás, também foi confirmado por um estudo empírico sobre a comunidade cabo-verdiana a residir nos Açores (Mendes, 2007: 115-116) –, não deixa de ser compreensível que a intenção de regressar à sociedade de partida se revele especialmente expressiva junto de quem está há menos tempo na sociedade de acolhimento, ainda que entre essa vontade e a concretização da mesma nem sempre exista uma relação linear (Portes, 1999). Por outro lado, para alguns dos alunos considerados, “regressar a Cabo Verde” não exclui, determinantemente, a hipótese de se continuar a viver nos Açores por mais algum tempo, mesmo depois de concluída a licenciatura.

*«Era bom arranjar cá um trabalho, antes de voltar. Em termos salariais, está melhor aqui do que em Cabo Verde.» (E1)*

*«Gostaria de fazer cá um mestrado, depois arranjar um trabalho nos Açores. Já me sinto bem cá ... só depois é que gostava de regressar a casa. Das vezes que já fui a Cabo Verde, vi lá as coisas e não estão fáceis (...) Acho que as coisas cá não estão tão mal para os imigrantes.» (E2)*

*«Eu até gostava de trabalhar aqui um ou dois anos... era uma experiência diferente.» (E4)*

A vontade de retorno parece constar do projecto migratório destes estudantes, desde a fase inicial da construção do mesmo. Tanto mais que a encontramos claramente alicerçada em dois tipos de factores referenciáveis à origem: por um lado, os de ordem familiar e, por outro, os que apontam para um manifesto sentido de pertença nacional e étnica por parte dos actores.

*«... porque vim com o pensamento de voltar para os familiares e desenvolver o país em termos económicos e gerais.» (E4)*

Quanto aos primeiros, importa perceber que o desejo de, um dia, regressar a Cabo Verde para voltar a estar perto da família, resulta, em grande medida, da importância que a própria estrutura familiar teve ao nível da decisão que desencadeou a partida desses jovens. Apenas um deles (E3) é que a assumiu como tendo sido tomada a título exclusivamente individual; os restantes salien-

taram ter-se tratado de uma resolução para a qual o contributo da família – e, em particular, o dos pais – foi deveras importante. Para além do que se verificou no campo decisional, esse envolvimento familiar continuou (e ainda continua) a prolongar-se no tempo, consubstanciando-se, sobretudo, no apoio financeiro que tem vindo a suportar cada projecto migratório, desde o custeamento da viagem entre Cabo Verde e os Açores até ao envio regular de ajuda financeira para os filhos, de modo a que estes possam cumprir o objectivo que determinou a sua vinda para a Região.

No que diz respeito aos factores de natureza patriótica e étnica em que assenta o desejo de retorno, os entrevistados voltam a apresentar uma clara uniformidade discursiva quando afirmam, explicitamente, quererem contribuir, no futuro, para o desenvolvimento de Cabo Verde.

*« (...) Tenho de fazer alguma coisa pelo meu país (...) Se todos que vêm não regressarem, aquilo não melhora! » (E2)*

*« Se todos que vierem estudar ficarem por cá ... » (E3)*

*« (...) Pretendo contribuir para o desenvolvimento da minha terra, para a tranquilidade do meu país. » (E5)*

*« Cabo Verde é um país em vias de desenvolvimento, precisa de quadros e pessoas com um certo nível académico para contribuir para o seu desenvolvimento. » (E6)*

Todavia, este entendimento generalizado sobre as vantagens que cada licenciado pode representar para o seu país de origem, encontra-se desprovido de projectos individuais concretos que digam respeito ao que cada um “já decidiu” ou “sabe” que irá fazer ou desenvolver em termos profissionais, após o regresso. Neste domínio, o discurso dos entrevistados tende a terminar naquilo que é o seu desejo de virem a desenvolver uma actividade profissional dentro de um ramo específico que apresente coerência com a área de estudos que, actualmente, frequentam. A banca e os seguros surgem como os ramos mais apetecíveis (E2, E4, E5, E6), ainda que algumas expectativas recaiam também sobre a possibilidade de poderem “trabalhar para o Governo” (E1, E6), algo subjectivamente tido como menos provável de acontecer se o retorno não se efectuar.

*« ... por ser estrangeiro cá, acho que tenho menos hipóteses de trabalho. » (E1)*

Dito isto, podemos indicar como sendo três os principais factores que motivam os alunos cabo-verdianos da Universidade dos Açores a manifestarem uma intenção de regresso ao seu país de origem: o reagrupamento familiar, o desejo de contribuir para o desenvolvimento de Cabo Verde e a percepção de aí encontrarem mais e melhores oportunidades de emprego, após terem adquirido uma formação superior no estrangeiro (Tabela 9).

**Tabela 9** – Factores motivadores da intenção de regresso

| Factores                                    | Entrevistados      |
|---|--------------------|
| Regressar para junto da família             | E1, E2, E3, E4, E5 |
| Contribuir para o desenvolvimento do país   | E2, E3, E4, E5, E6 |
| Encontrar melhores oportunidades de emprego | E1, E3             |

Deverá acrescentar-se, ainda, que este terceiro ponto volta a ser salientado no contexto da vontade manifestada pela totalidade dos entrevistados de prolongarem os estudos superiores a outros ciclos de aprendizagem (nomeadamente, ao mestrado). A sua concretização é vista como uma vantagem acrescida no processo de incorporação futura de cada um deles no mercado de trabalho cabo-verdiano. Todavia, as dificuldades económicas previstas, tendo em conta os valores das propinas, constituem o principal constrangimento que é referido à viabilização dessa possibilidade.

### Em síntese – potencialidades e fragilidades

O papel que as migrações poderão ter na definição e concretização de eventuais projectos de desenvolvimento que envolvam as sociedades de origem e/ou de destino de determinados fluxos, não se reduzirá apenas aos protagonistas dos mesmos. Ainda que esta possa ser a tónica escolhida, quase arriscamos afirmar que as oportunidades de efectivação e os resultados desses projectos tenderão a depender mais das condições estruturais existentes do que do potencial de iniciativa ou competitividade apresentado pelo capital humano. Os domínios económico e político, ao nível das suas forças, das prioridades e estratégias traçadas, dos quadros legais de enquadramento, jogam aqui um papel essencial, determinando, voluntária ou involuntariamente, as condições, as oportunidades e as modalidades de tais processos.

Isto, porém, não invalida que se reconheça a importância daquele capital humano e dos recursos pessoais que o caracterizam, ainda que os mesmos se possam revestir de uma considerável heterogeneidade interna. De um modo exploratório e partindo do pressuposto que alguns dos pontos focados são passíveis de generalização, procurámos mostrar como os estudantes cabo-verdianos que têm vindo a passar pela Universidade dos Açores, apresentam tanto potencialidades como fragilidades a esse nível. De entre aquilo que foi referido e que nos parece ser mais relevante enquanto possível objecto de reflexão futura, talvez importe reter os seguintes pontos.

Em primeiro lugar, há a destacar o facto de que a formação da maior parte destes alunos se faz em áreas que possuem uma grande afinidade a sectores que, tradicionalmente, são tidos como estratégicos. No entanto, a par disso, convém não esquecer que se trata de áreas de estudo e de inclusão no mercado de trabalho altamente competitivas e excedentárias.

Em segundo lugar, a intenção declarada de um conjunto de recursos qualificados regressar a Cabo Verde, conjugada com o possível desenvolvimento de estratégias concertadas de capitalização dos mesmos, pode ser encarada como uma oportunidade de se reforçar as relações entre a sociedade de acolhimento e a de origem/retorno. Porém, de modo a que tal seja entendido nesta perspectiva, não só se deverá contar com a influência, a prazo, de um conjunto vasto de variáveis, micro e macro, difíceis de antecipar, como se conhece de antemão a inexistência de projectos profissionais concretos que facilitem o surgimento de um cenário desse tipo.

Uma terceira potencialidade decorre do facto de alguns dos estudantes evidenciarem experiências de inserção no mercado de trabalho açoriano, o que significa, por um lado, um acréscimo importante da sua base relacional na Região e, por outro, o envolvimento no tecido económico local de imigrantes com algum nível de qualificação. Apesar disso, não só as actividades desenvolvidas não correspondem a essa qualificação, como se verifica uma ausência de experiências profissionais, passadas e presentes, que se revelem objecto de consolidação ou, então, sedimento de apostas futuras.

Adicionalmente, a linearidade do percurso migratório do grupo de estudantes analisado, respeitante à vinda destes directamente de Cabo Verde para os Açores, não deixa de poder ser encarada como um factor que, a prazo, se pode revelar como potencialmente redutor da fragmentação relacional destes agentes, contribuindo, inclusivamente, para eventuais sentimentos de dupla pertença. Contudo, não deve ser excluído o risco de o mesmo se ver contrariado pelo desenvolvimento futuro das ligações que alguns dos estudantes poderão vir a incrementar com outros destinos migratórios, através do relacionamento com familiares e outros membros das comunidades cabo-verdianas aí existentes.


Existirão, como é certo, diversos pontos de reflexão a juntar a estes quatro, o que só se tornará possível com o recurso a quadros de análise mais apurados que venham a ter em conta o acompanhamento sistemático do percurso dos estudantes cabo-verdianos nos Açores, quer ao longo do seu tempo de permanência na Região quer depois de regressados a Cabo Verde. Só o aprofundamento analítico e o debate produtivo é que possibilitarão que, nos domínios do planeamento e da acção, se consiga obter respostas a algumas questões essenciais, mas difíceis de serem antecipadas no presente contexto.



Entre elas, importaria começar por perceber, por exemplo, em que medida duas sociedades e regiões arquipelágicas poderão trabalhar em conjunto, no âmbito das migrações, de forma a capitalizarem as competências e as qualificações adquiridas por um segmento específico de migrantes. Que estruturas e actores devem ser envolvidos nesses processos?; e, segundo que modalidade(s) é possível fazê-lo? – constituem outras duas perguntas que derivam desse mesmo questionamento.

## Referências Bibliográficas

- Góis, P. (2006), *Emigração cabo-verdiana para (e na) Europa e a sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão*. Lisboa: ACIME.
- Kritz, M. M. (2006), Globalization and Internationalisation of Tertiary Education. Comunicação apresentada no *United Nations Symposium on International Migration and Development*, Turin, June 28-30, 2006. Disponível em [http://www.un.org/esa/population/migration/turin/Symposium\\_Turin\\_files/P02\\_KRITZ\\_Rev3\\_Augst21.pdf](http://www.un.org/esa/population/migration/turin/Symposium_Turin_files/P02_KRITZ_Rev3_Augst21.pdf). Consultado em 19/04/2008).
- Kritz, M. M. e Caces, F. (1992), "Science and technology transfers and migration flows", in Mary M. Kritz (Org.), *International Migration Systems. A Global Approach*. Oxford: Clarendon Press. Pp. 221-242.
- Mendes, P. (2007), *Ponte Insular Atlântica. A Comunidade Cabo-Verdiana nos Açores*. Ponta Delgada: Edições Macaronésia.
- Peixoto, J. (1999), *A Mobilidade Internacional dos quadros – Migrações Internacionais, Quadros e Empresas Transnacionais em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Portes, A. (1999), *Migrações Internacionais. Origens, Tipos e Modos de Incorporação*. Oeiras: Celta Editora.
- Rocha, G. & Ferreira, E. (no prelo), "População e circulação de pessoas", in A. Teodoro de Matos et al. (Coords.), *História dos Açores*, Cap. VII, Vol. 2. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura.
- Romero, F. (1990), "Cross-border population movements", in William Wallace (Org.), *The Dynamics of European Integration*. London: Royal Institute of International Affairs. Pp. 171-191.
- Salt, J. (1992), "Migration processes among the highly skilled in Europe", *International Migration Review*, 26 (2): 484-505.
- Salt, J. & Ford, R. (1993), "Skilled international migration in Europe: the shape of things to come?", in Russell King (Ed.), *Mass Migration in Europe. The Legacy and the Future*. London: Belhaven Press. Pp. 293-309.



## ANEXO I

### Nota Biográfica dos Autores

#### Godfrey Baldacchino

É presidente da *Canada Research* (Estudo das Ilhas) na *University of Prince Edward Island*, no Canadá. É professor convidado de Sociologia na Universidade de Malta e editor executivo do *Island Studies Journal*. Os seus interesses de investigação giram em torno do estudo das ilhas e de pequenas jurisdições, e de questões políticas, tais como governação, desenvolvimento económico, turismo, educação, migrações e as relações laborais.

#### Richard Bedford

É Professor de Geografia da População, Director do Centro de Estudos Populacionais da *Waikato University* e coordenador de uma iniciativa nacional inter-universitária, intitulada *Building Research Capability in the Social Sciences (BRCSS) Network*. É especialista no estudo das migrações na região Ásia-Pacífico. Publicou extensivamente sobre vários aspectos das migrações e colabora regularmente nos debates sobre política de imigração na Nova Zelândia. Em 1990 foi-lhe atribuída a Medalha NZ 1990 pelos serviços da Nova Zelândia e em 2000 foi eleito para a *Royal Society of New Zealand*. Entre 2001 e 2003 integrou o *Ministerial Advisory Group on Immigration*, sendo actualmente membro do *Ministerial Advisory Committee on Official Statistics (ACOS)*. Em 2007 foi agraciado com a Medalha de Ilustre Geógrafo da Nova Zelândia e em 2008 foi nomeado *Companheiro* da *Queen's Service Order*, em reconhecimento pelos seus serviços à geografia.

#### Charles Buchanan

Annapolis, Maryland, EUA. Licenciatura em Engenharia – *U.S. Naval Academy of Annapolis*. Mestrado em Relações Internacionais – Universidade de *John Hopkins, School for Advanced International Studies*, Washington, D.C. Mestrado em Administração de Empresas – *Massachusetts Institute of Technology (Sloan School of Management)*, com *Fellowship* do Departamento de Estado norte-americano. Administrador da Fundação Luso-Americana desde 1988, responsável pelas áreas da Ciência e Tecnologia e do Ambiente, pelos programas de Cooperação Tripartida com a Europa, o Mediterrâneo e Migrações.

**Carlos Cordeiro**

É doutorado em História Contemporânea e Professor Auxiliar, com Agregação, do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores. Integra o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra e o Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores.

**Luiz Nilton Corrêa**

Natural de Santa Catarina – Brasil, graduou-se em História pela Universidade dos Açores em 2005, possui um mestrado em História Insular e Atlântica (séc. XV a XX) pela mesma Universidade - 2008. No ano seguinte concluiu o mestrado em Antropologia de Iberoamerica pela Universidade de Salamanca onde actualmente é doutorando do programa de doutoramento inter-universitário em Antropologia de Ibero América. É membro fundador da SIAA (Sociedade Iberoamericana de Antropologia Aplicada).

**Alina Esteves**

É Professora Auxiliar e investigadora no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, onde integra o Núcleo de Investigação *MIGRARE* do Centro de Estudos Geográficos. Tem desenvolvido trabalho na área das migrações internacionais, nomeadamente sobre a saúde dos imigrantes, bases de dados sobre migrações e políticas locais de acolhimento da população migrante.

**Rosário Farmhouse**

É licenciada em Antropologia (especialização em Antropologia Social), pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. Entre 1996 e Fevereiro de 2008 trabalhou no Serviço Jesuíta aos Refugiados de Portugal, tendo assumido as funções de Directora desse serviço entre Janeiro de 2003 e Fevereiro de 2008. A sua experiência nesta vertente justificou a publicação do livro “Começar de Novo – passo a passo com refugiados e deslocados” (2002). A 8 de Fevereiro de 2008 foi nomeada, pelo Primeiro-Ministro de Portugal, Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural, cargo que ocupa actualmente.

**Eduardo Ferreira**

Licenciado em Sociologia pela Universidade dos Açores, é aí docente desde 2000. Actualmente, é Assistente das disciplinas Sociologia do Território, População e Território, Sociologia do Planeamento, Sociologia do Ambiente e Perspectivas Demográficas e Planeamento. Enquanto membro do Centro de Estudos Sociais (onde assume as funções de Secretário), integrou a equipa responsável pelo estudo “Os imigrantes nos Açores” (2004), participando, actualmente, na realização de um trabalho sobre Públicos e consumos culturais na Região Autónoma dos Açores, solicitado pela Direcção Regional da Cultura. Áreas de investigação: Sociologia rural e urbana; Demografia; Migrações e território; Mobilidade residencial; Identidade cultural, associativismo e sociabilidades; Planeamento territorial e urbano.

**Maria Lucinda Fonseca**

Professora Catedrática do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território e coordenadora do Núcleo de investigação *MIGRARE* do Centro de Estudos Geográficos

da Universidade de Lisboa. Coordenou diversos projectos de investigação nos domínios da exclusão social e das migrações internacionais. Pertence ao Conselho Directivo do Projecto Internacional METROPOLIS e ao Conselho de Directores da Rede de Excelência Europeia IMISCOE, sendo também coordenadora do Cluster de investigação B5 - Integração e Mobilidade social: habitação, educação e saúde. Actualmente, coordena o projecto de investigação GEITONIES – *Generating Interethnic Tolerance and Neighbourhood Integration in European Urban Spaces*, financiado pela Comissão Europeia. Entre as publicações mais recentes salienta-se “*Cities in Movement: Migrants and Urban Governance*” (Ed., 2008).

### **Eduardo Brito Henriques**

Geógrafo, licenciado pela Universidade Nova de Lisboa, Mestre e Doutor pela Universidade de Lisboa. Professor Auxiliar do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa. Especialista em Estudos de Lazer e Turismo e em Geografia Cultural e Histórica.

### **Graeme Hugo**

É professor de geografia e director do *National Centre for Social Applications of Geographical Information Systems* da Universidade de Adelaide, na Austrália. É autor de mais de duas centenas de livros, artigos em revistas académicas e capítulos de livros, bem como de um grande número de trabalhos apresentados em congressos e relatórios. Os seus interesses de investigação são, entre outros: Geografia Urbana e da População (mobilidade), Demografia, Geografia Social e Desenvolvimento Económico, Demográfico e Social do Sudoeste Asiático.

### **Charalambos Kasimis**

Tem uma Licenciatura em Economia, Mestrado em Sociologia Industrial e um Doutoramento em Sociologia Rural pela Universidade de Bradford (Reino Unido). Entre 1986-2003 fez parte do Departamento de Economia da Universidade de Patras e entre 1995-2000 foi Director do Instituto de Sociologia Urbana e Rural do Centro Nacional de Pesquisa Social da Grécia. Em 2003 mudou-se para o Departamento de Economia Agrária e Desenvolvimento Rural da Universidade Agrícola de Atenas, onde é professor de Sociologia Rural. Os seus interesses de investigação incidem sobre as questões da transformação e do desenvolvimento rural na Grécia e nos Balcãs e, mais particularmente, na agricultura familiar, emprego e mudança da comunidade rural. As migrações para as regiões rurais constituem um tema recente dos seus interesses de investigação. Foi co-editor de várias publicações internacionais e coordenador de vários projectos de investigação nacionais e internacionais.

### **Russell King**

É professor de geografia na Universidade de Sussex, onde também é co-director do *Sussex Centre for Migration Research*. É editor do *Journal of Ethnic and Migration Studies* e co-editor com John Connell do livro *Small Worlds, Global Lives: Islands and Migration* (Pinter, 1999)

**Rolando Lalanda**

É doutorado em Sociologia pela Universidade Paul Valéry (Montpellier III). Foi Subsecretário Regional da Cooperação Externa do Governo Regional dos Açores, Director do Curso de Sociologia e actualmente é Coordenador do Mestrado de Sociologia da Universidade dos Açores. É também membro de diversas associações profissionais e científicas. Publicou diversos artigos científicos em revistas da especialidade.

**Maria Carolina Marçalo**

É Mestre pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (ISEG-UTL), onde concluiu o mestrado em Economia e Estudos Europeus. Tem uma licenciatura em Economia e uma Pós-graduação em Ciência Política pela Universidade de Massachusetts, Dartmouth, onde ocupou os cargos de Representante dos Estudantes na Administração da Universidade (2004) e foi Presidente da Associação de Estudantes em 2003.

**James McGlinchey**

É descendente de açorianos que emigraram para os Estados Unidos da América no início do Séc. XX. É licenciado em Economia. Até 1999 foi funcionário do *State Department*, com destacamento na Polónia, Malásia, Indonésia, Austrália e Portugal. Desde 1999 é coordenador do *Portuguese American Citizenship Project*.

**Apostolos Papadopoulos**

Estudou sociologia na Grécia (Licenciado pelo Departamento de Sociologia da Universidade Panteion) e no Reino Unido (Mestre pelo Departamento de Sociologia da *London School of Economics and Political Science*). É doutorado em Geografia (Universidade de Sussex). Foi professor na Universidade de Ioannina, e actualmente é professor assistente no Departamento de Geografia da *Harokopio University of Athens*. Trabalhou como investigador coordenador em vários projectos financiados pela Comissão Europeia e pelo Estado grego. A sua pesquisa centrou-se essencialmente sobre os seguintes temas: desenvolvimento rural, imigração rural, transformação rural, mercados de trabalho locais, sociologia e geografia da Agricultura, alimentação local, paisagens do sul da Europa, Política Agrícola Comum (PAC), Zonas Desfavorecidas, mulheres agricultoras, integração dos imigrantes nas sociedades locais. Publicou um grande número de artigos em revistas internacionais e revistas académicas gregas, colectâneas e actas de conferências. Editou ou co-editou quatro livros e foi co-autor de um livro.

**Aníbal Conceição Pires**

É professor do 2.º Ciclo do Ensino Básico. É licenciado em Ensino de Educação Tecnológica e Mestre em Relações Interculturais pela Universidade Aberta de Lisboa. É doutorando em Geografia Humana pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. Exerceu diversos cargos como dirigente associativo desportivo e como fundador, dirigente e colaborador de diversas ONG's do campo da imigração e relações interculturais. É fotógrafo amador, tendo realizado várias exposições. É comentador residente em diversos jornais e órgãos de comunicação social dos Açores. Actualmente é Deputado da Assembleia Regional dos Açores.

**Sandra Gaspar Roberto**

Doutoranda em Psicologia no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – ISCTE, com investigação em curso na área da resiliência das comunidades imigrantes, brasileira e africanas em Portugal. Bolseira de investigação pela FCT. Membro da equipa de investigação do projecto “Saúde Mental, Diversidade e Multiculturalismo” (ISCTE). Colaboradora em projectos de investigação do Instituto de Medicina Preventiva – FML / UNL sobre o acesso à saúde de comunidades imigrantes em Portugal.

**Gilberta Rocha**

Professora Catedrática da Universidade dos Açores, doutorou-se em Ciências Sociais, especialidade de Demografia, em Julho de 1989. Com publicações em revistas da especialidade, é ainda autora e co-autora de alguns livros de temática sócio-demográfica, que abordam designadamente a dinâmica populacional, a emigração, a família, a criança e a juventude e ainda problemáticas relativas à terceira idade e às mulheres.

**Alzira Silva**

É licenciada em Filologia Germânica pela Universidade de Lisboa e pós-graduada em Ciências Documentais e em Cultura e Comunicação, pela Universidade dos Açores. Funcionária da RTP desde 1979, exerceu funções na Presidência do Governo Regional dos Açores desde 1996, tendo sido durante doze anos directora regional das Comunidades. A transversalidade das Migrações, e muito especialmente, as áreas social – integração – e cultural – identidade – nos Açores, constitui o seu trabalho quotidiano. Actualmente é deputada regional à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

**Susana Serpa Silva**

É doutorada em História Contemporânea pela Universidade dos Açores, exerce as funções de professora auxiliar do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da mesma instituição. Investigadora integrada do Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, dedica-se ao estudo da História de Portugal, e dos Açores, em particular, nos domínios sociais, culturais e institucionais, fazendo parte de diferentes projectos de investigação inscritos na DRCT e FCT. Tem colaborado em diversos eventos científicos nacionais e internacionais, em obras colectivas e revistas da especialidade.

**José Carlos Teixeira**

É Professor Associado na *University of British Columbia*, Canadá. Fez o doutoramento em Geografia Social na *York University* (Toronto, Canadá). Fez o Bacharelato e o Mestrado na *Université du Québec* (Montreal, Canadá). As suas áreas de especialização são: geografia urbana e social, com ênfase nos processos migratórios; formação de comunidade; habitação e dinâmicas de bairro; empreendedorismo étnico, bem como a estrutura social das cidades canadianas. É autor de mais de 70 publicações, incluindo cinco livros.





## ANEXO II

### Programa da Conferência

#### Quinta-Feira, 29 de Maio

##### 09.30 Sessão de Abertura

**António Vicente**, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Portugal

**Maria Lucinda Fonseca**, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Portugal

**Luísa Brasil**, Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Portugal

**Rosário Farmhouse**, Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural, Portugal

**Sérgio Ávila**, Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores, Portugal

**Fernanda Mendes**, Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Portugal

##### 10.15 Pausa para Café

##### 10.45 Sessão Plenária I “Migrações, Insularidade e Relações Internacionais”

Conferencista:

**Russell King**, *University of Sussex*, Reino Unido

Painel:

**Arnaldo Andrade Ramos**, Embaixador de Cabo Verde em Lisboa, Portugal

**Carolina Marçalo**, ISEG – Universidade Técnica de Lisboa, Portugal

**Helena Calado**, Universidade dos Açores, Portugal

**José Itzigsohn**, *Brown University*, EUA

Moderadora: **Maria Lucinda Fonseca**, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Portugal

##### 12.45 Debate

##### 13.15 Almoço

##### 14.30 Workshop 1

**António Henrique Pontes Tavares**, Direcção Regional das Comunidades, Portugal

“O Binómio Insularidade/Modernidade — o Bailiwick de Guernsey e o ‘Carro de Jagannath’”

**Luiz Nilton Corrêa**, Universidade de Salamanca, Espanha

“Emigração Açoriana para Curaçau”

**Eduardo Costa Duarte Ferreira**, Universidade dos Açores, Portugal

“Estudantes cabo-verdianos nos Açores: situação actual e perspectivas futuras”



**Pedro Martins**, Universidade de Siena, Itália

“Migração, Desenvolvimento e Multiculturalismo: O caso italo-australiano”

Moderadora: **Catarina Reis Oliveira**, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.), Portugal

16.30 Pausa para café

16.45 **Mesa Redonda “As especificidades das Migrações nos Espaços Insulares: Relações Sociais, Integração e Desenvolvimento”**

**Alzira Silva**, Direcção Regional das Comunidades, Portugal

**Francisco Cota Fagundes**, *Massachusetts Amherst University*, EUA

**Irene Blayer**, *Brock University*, Canadá

**James McGlinchey**, “*The Portuguese American Citizenship Project*”, EUA

**Paulo Mendes**, Associação dos Imigrantes nos Açores – AIPA, Portugal

Moderador: **Bernardo Sousa**, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.), Portugal

18.45 Encerramento dos Trabalhos

## Sexta-Feira, 30 de Maio

09.30 **Workshop 2**

**Alina Esteves e Eduardo B. Henriques**, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Portugal

“Do isolamento à centralidade: práticas transnacionais na emigração açoriana actual”

**Laura Lee Howard**, *University of Prince Edward Island*, Canadá

“*Liminality Enlarged by Islandness*”

**Rolando Lima Lalanda Gonçalves**, Universidade dos Açores, Portugal

“Migrações e espaço de oportunidade: uma reflexão sociológica”

**Sokolowska Malgorzata**, *University of Nicolas Copernicus*, Polónia

“*Antillais to the Metropole? Methods of leading the migration and its social and cultural results*”

Moderador: **Jorge Malheiros**, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Portugal

11.00 Pausa para café

11.30 **Workshop 3**

**Apostolos G. Papadopoulos**, *Harokopio University of Athens*, Grécia

**Charalambos Kasimis**, *Agricultural University of Athens*, Grécia

“*Migration Flows and Local Labour Markets in Insular Spaces: The case of Zakynthos in Ionian Islands*”

**Francisco José Lopes Câmara**, Açores, Portugal

“*Market Linking and Market Learning: Social Networks in SMEs’ Internationalization*”.

**Frank F. Sousa**, *University of Massachusetts Dartmouth*, EUA

*Negotiating Identity in the Novels of Alfred Lewis*

**Taoufik Gammoudi**, *Institute of Arid Regions*, Tunísia

“*The emigrant as actor of socio-economic development in the arid area of the south-east of Tunisia*”

Moderadora: **Maria Lucinda Fonseca**, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Portugal

**Workshop 4**

**Aníbal Conceição Pires**, Associação dos Imigrantes nos Açores – AIPA, Portugal

“A Inserção territorial e laboral dos imigrantes na Região Autónoma dos Açores”

**Sandra Gaspar Roberto**, Universidade dos Açores, Portugal

“Dialécticas da mobilidade dos açorianos: incorporação em espaços transatlânticos”

**Susana Silva e Carlos Cordeiro**, Universidade dos Açores, Portugal

“Perspectivas sobre Emigração Açoriana no Século XIX”

**Tomáz Dentinho**, Universidade dos Açores, Portugal

“Migrações, uso do solo e desenvolvimento sustentável. Uma abordagem através de um modelo de interação especial de uso do solo aplicado às ilhas dos Açores”

Moderadora: **Alina Esteves**, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Portugal

**13.00** Almoço

**14.30 Sessão Plenária II “Emigração, Imigração e Desenvolvimento em Espaços Insulares”**

*Key Note*

**Richard Bedford**, *Waikato University*, Nova Zelândia

**Godfrey Baldacchino**, *University of Prince Edward Island*, Canadá

**15.30** Debate

**16.00** Pausa para café

**16.15** Painei

**Carlos Teixeira**, *University of British Columbia*, Canadá

**Gilberta Rocha**, Departamento de Ciências Sociais da Universidade dos Açores, Portugal

**Jorge Malheiros**, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (CEG), Portugal

Moderador: **Paulo Teves**, Direcção Regional das Comunidades, Portugal

**17.00** Debate

**17.30 Sessão de Encerramento**

**António Vicente**, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Portugal

**Maria Lucinda Fonseca**, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Portugal

**Luísa Brasil**, Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Portugal

**Rosário Farmhouse**, Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural, Portugal

**Alzira Silva**, Direcção Regional das Comunidades, Governo Regional dos Açores, Portugal

| Horário |  |                            |                      |                         |
|---------|--|----------------------------|----------------------|-------------------------|
| Local   | Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo |                            |                      |                         |
| Dias    | 5ª Feira, 29 de Maio                                 |                            | 6ª Feira, 30 de Maio |                         |
| Manhã   | 9:30   | Sessão de Abertura         | 09:30                | Workshop 2              |
|         | 10:15  | Pausa para café            | 11:00                | Pausa para café         |
|         | 10:45  | Sessão Plenária I          | 11:30                | Workshop 3 e Workshop 4 |
|         | 12:45  | Debate                     |                      |                         |
|         | 13:15  | Almoço                     | 13:00                | Almoço                  |
| Tarde   | 14:30  | Workshop 1                 | 14:30                | Sessão Plenária II      |
|         | 16:30  | Pausa para café            | 15:30                | Debate                  |
|         | 16:45  | Mesa Redonda               | 16:00                | Pausa para café         |
|         | 18:45  | Encerramento dos trabalhos | 16:15                | Painei                  |
|         |  |                            | 17:00                | Debate                  |
|         |  |                            | 17:30                | Sessão de Encerramento  |





# METROPOLIS PORTUGAL

FUNDAÇÃO  
LUSO-AMERICANA



Governo dos Açores

